

Revista **Linguística**

Volume 19, número 1, jan./abr. de 2023

Organizadores da edição:

Deise Cristina de Moraes Pinto e
Sandro Marcio Drumond Alves Marengo

Filologia e Linguística Histórica

Philology and Historical Linguistics

Neste número, a revista Linguística traz à sua agenda estudos filológicos *stricto sensu* bem como estudos linguísticos, revelados em 21 artigos e uma resenha que contemplam pesquisas em Filologia, Crítica Textual, descrição/análise sócio-histórica e/ou linguística.

ISSN: 2238-975X

UFRJ

COMISSÃO EDITORIAL

Editor-chefe

Gean Nunes Damulakis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Editores

Aniela Improta França, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Isabella Lopes Pederneira, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Marcus Maia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Marije Soto, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil

Aleria Lage, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Editores Honorários

Maria Luiza Braga, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Editor Fundador

Lilian Ferrari, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Conselho Editorial

Anthony Naro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fernanda Ferreira Spoladore, Michigan State University, EUA

Gabriela Matos, Universidade de Lisboa, Portugal

Kees Hegenveld, Universidade de Amsterdam, Holanda

Leticia Sicuro Correa, Departamento de Letras - PUC/RJ

Leo Wetzels, Universidade Livre de Amsterdam, Holanda

Luiz Amaral, University of Massachusetts, USA

Maria Armanda Costa, Universidade de Lisboa, Portugal

Maria Cecília Mollica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Roberto Almeida, Concordia University, Canada

Ruth Lopes - Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Organização da Edição

Deise Cristina de Moraes Pinto (UFRJ)

Sandro Marcio Drumond Alves Marengo (UFS)

Redação e Assinaturas

Programa de Pós-Graduação em Linguística - Faculdade de Letras da UFRJ

Av. Horácio de Macedo, 2151 - Sala F. 321. Ilha do Fundão Cidade Universitária

CEP 21941-917 - Rio de Janeiro - RJ. E-mail: ppglinguistica@letras.ufrj.br

Editor Operacional e Editoração Eletrônica

Patricia Mabel Kelly Ramos, pattydesign/Brasil

Revista **Linguística**

RIO DE JANEIRO | VOLUME 19 | NÚMERO 1 | JAN. - ABR. DE 2023

FILOGIA E LINGUÍSTICA HISTÓRICA | PHILOLOGY AND HISTORICAL LINGUISTICS

UFRJ

Programa de Pós-Graduação em Linguística Faculdade de Letras
Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

Apresentação

- 7** **A consolidação da Fênix: fotografias atuais da Filologia e Linguística Histórica no Brasil**
Sandro Marcio Drumond Alves Marengo e Deise Cristina de Moraes Pinto

Artigos - Filologia *Stricto Sensu*

- 15** **Reclamo: entre a Codicologia e a Paleografia**
Marcelo Módolo e Maria de Fátima Nunes Madeira
- 39** **Oração das chagas (códcs. Alcs. 89 e 221): edição paleográfica e crítica**
Marcos Alexandre dos Santos
- 54** **Tratado da acídia: uma adaptação medieval portuguesa do *Summa de Vitiis* de Guilelmus Peraldus**
César Nardelli Cambraia
- 75** **Um indígena a serviço de Portugal: análise filológica de requerimentos de Lázaro Coelho de Sá**
Phablo Roberto Marchis Fachin e Ana Paula Negrão Ferreira
- 95** **A terceira edição de Memórias póstumas de Brás Cubas: O prólogo de Machado de Assis**
Gracinéa Imaculada Oliveira e José Américo Miranda

Artigos - Filologia: História e Identidades Sociais e Linguísticas

- 110** **Uma leitura filológica e historiográfica do conceito de gramática na obra de João de Barros (1540)**
Leonardo Ferreira Kaltner
- 123** **Português do Rio Grande do Sul do século XIX: caracterização de uma sincronia passada**
Evellyne Patrícia Figueiredo de Sousa Costa e Leici Landherr Moreira
- 142** **“Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’”: indústria cultural, meios massivos de comunicação e contatos intralinguísticos no espaço variacional lusófono a partir de uma perspectiva histórica**
Virginia Sita Farias
- 167** **Aspectos linguísticos da comédia italiana no renascimento: a relevância da língua florentina na construção de Mandragola de Maquiavel**
Priscila Nogueira da Rocha e Sonia Cristina Reis

187 **Língua Geral de Mina: uma fotografia da história linguística dos africanos escravizados no Brasil**
Wellington Santos da Silva

209 **A cultura do álcool no Brasil: aspectos linguísticos e identitários nos séculos XVIII e XIX**
Liviane Gomes Ataíde Santana

Artigos - Linguística Histórica: Teorias e Fenômenos Linguísticos

221 **Cláusulas insubordinadas no Português Arcaico: notas preliminares**
Violeta Virginia Rodrigues e Thiago Laurentino de Oliveira

249 **Nas veredas do Léxico Histórico do Português Brasileiro**
Vanderci de Andrade Aguilera, Celciane Alves Vasconcelos e Fabiane Cristina Altino

267 **Um olhar filológico para o sistema de pontuação nos séculos XVIII e XXI e as suas contribuições para o ensino de Língua Portuguesa na atualidade**
Carolina Akie Ochiai Seixas Lima, Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto e Thaísa Maria Gazziero Tomazi

282 **Desvios na representação gráfica das fricativas alveolares em cartas do século XX como parâmetro para avaliação de habilidade com a escrita alfabética**
Caio Mieiro Mendonça

305 **“Vê se lê este artigo”: o surgimento de uma construção idiomática com vê/veja se s no português brasileiro**
Dennis de Oliveira Alves, Diogo Oliveira Ramires Pinheiro e Diego Leite de Oliveira

326 **Demônias, santas, objetos e algo mais: apontamentos sobre metáforas para mulheres em cartas da inquisição do século XVIII**
Aurelina Ariadne Domingues Almeida, Elisângela Santana dos Santos e Neila Maria Oliveira Santana

346 **Sociocognitive Theory of Terminology: diachronic applications**
Soraya Carvalho Souza Biller Teixeira, Josefa Monica Almeida Alves, Sandro Marcio Drumond Alves Marengo e Débora Simões Araújo

363 **“Se aparecer noticias serias ahi, escreva-me”: concordância verbal em cartas do sertão baiano oitocentista**
Pedro Daniel dos Santos Souza e Elizabete Lopes Oliveira

387 **Usos de “pero bueno”, “pero vamos” e “pero claro” no Espanhol peninsular coloquial**
Talita Storti Garcia e Carolina da Costa Pedro

407

Próclise em ambiente neutro e perda seletiva do clítico acusativo anafórico em peças de teatro brasileiras dos oitocentos

Marco Antonio Rocha Martins e Camila da Mota Heerd

Resenha crítica glotopolítica

424

Contribuciones teóricas y metodológicas para la investigación histórica de las formas de tratamiento en portugués y español

Leticia Rebollo Couto

A CONSOLIDAÇÃO DA FÊNIX: FOTOGRAFIAS ATUAIS DA FILOLOGIA E DA LINGÜÍSTICA HISTÓRICA NO BRASIL

THE CONSOLIDATION OF THE PHOENIX: CURRENT PHOTOGRAPHS OF PHILOLOGY AND HISTORICAL LINGUISTICS IN BRAZIL

Sandro Marcio Drumond Alves Marengo (UFS)¹

Deise Cristina de Moraes Pinto (UFRJ)²

A Linguística Histórica e a Filologia são disciplinas intimamente relacionadas que se dedicam ao estudo das línguas em suas diversas manifestações ao longo do tempo. Enquanto a Linguística Histórica se dedica a estudar, segundo Faraco (2010) e Gabas Jr. (2006), os processos de mudança das línguas no decorrer do tempo, a Filologia concentra-se na crítica textual e na investigação dos documentos escritos para, dentre outras coisas, elucidar questões relacionadas à autoria, autenticidade e transmissão dos textos. O ponto de partida comum para ambas as disciplinas reside na compreensão de que as línguas estão em constante mudança e essas mudanças refletem aspectos históricos, sociais e culturais das comunidades que as utilizam. A Linguística Histórica procura traçar tais mudanças ao longo do tempo, identificando padrões e processos que as moldam. Por sua vez, a Filologia examina manuscritos antigos, inscrições e outros registros escritos para restituir o contexto linguístico de determinada época de modo que as mudanças sejam investigadas de forma mais concreta.

Desde os anos de 1980, em território brasileiro, tem ocorrido uma convergência significativa entre Linguística Histórica e Filologia, à medida que os estudiosos reconhecem a importância de uma abordagem interdisciplinar para entender plenamente a história e o desenvolvimento das línguas. Nas palavras de Tarallo (1984), é a partir da década de 80 que a Linguística Histórico-Diacrônica no Brasil renasce como uma fênix.

“[...] a empreitada variacionista diacrônica, liderada no Rio de Janeiro por Anthony Naro, em São Paulo por Fernando Tarallo e em Belo Horizonte por Antônio de Oliveira” [...], com “a pesquisa semântico-funcionalista de Faraco” [...], com Rosa Virgínia Mattos e Silva – por ela chamada de arqueóloga-estruturalista, devido à publicação das Estruturas trecentistas em 1988 – e Fernando Tarallo cortejando-se à distância, trocando cartas e textos, com o casamento herético selado entre Fernando Tarallo – um intravariacionista sociolinguista – e ela própria, Mary Kato – uma intervacionista gerativista – e também “com a ajuda inestimável de Charlotte Galves, na formação dos alunos em teoria gramatical” (LOBO, 2018, p. 66)

¹ Universidade Federal de Sergipe (UFS) sandrodmarengo@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-4658-004X>.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) deisecomp@hotmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-5781-4852>.

A utilização de métodos linguísticos na análise de textos (manu)[e]scritos em tempos pretéritos tem permitido uma compreensão mais ampla e profunda dos processos de mudança linguística, enquanto a Filologia continua a subsidiar *insights* valiosos sobre o contexto cultural e social em que essas mudanças ocorreram. De acordo com Mattos e Silva (2008), a Linguística Histórica se ancora em duas vertentes: uma *lato sensu*, que trabalha com dados datados e localizados, como ocorre em qualquer trabalho de linguística baseado em *corpora*; e outra *stricto sensu*, que se dedica à investigação sobre o que muda, como ocorre essa mudança e quais são as motivações condicionantes para que esse fenômeno se apresente nas línguas ao longo do tempo em que são usadas. Em sua proposta de orientação *stricto sensu*, Mattos e Silva (2008) ainda afirma que investigações dessa seara podem ser realizadas sob dois enfoques: o de uma linguística histórica sócio-histórica ou de uma linguística diacrônica associal.

A epistemologia científica de Mattos e Silva (1988, 1996, 2008) assevera que não se pode desprezar a relação íntima que os estudos linguísticos de perspectiva diacrônica em caráter estrito possuem com a Filologia, pois não se pode fazer linguística histórica sem documentação remanescente do passado, ou seja, de um modo mais geral, os textos escritos. Portanto, será o filólogo “quem, utilizando todos os instrumentos dos quais pode dispor, estudando todos os documentos, se esforça por penetrar no epistema que decidiu estudar, procurar a voz dos textos e de um passado que já não considera sufocado pelos estados sobrepostos” (PICHIO, 1979, p. 234). Ainda sobre essa questão, Janotti (2005, p. 21) esclarece que entender a escrita remanescente de um passado histórico-social é “conhecer o contexto da produção; descobrir o seu sentido próprio; localizar seus modos de transmissão, sua destinação e suas sucessivas interpretações”. Essa afirmativa da autora traz a lume a importância da Filologia, não só na preparação das fontes documentais, mas também para a compreensão das complexas interações entre história, linguagem, cultura e sociedade ao longo do tempo (MARENGO, 2016, 2017). Assim, a interseção entre Linguística Histórica e Filologia não apenas lança luz sobre o passado linguístico das sociedades, mas também enriquece nossa compreensão do mundo contemporâneo ao nos fazer refletir sobre a natureza dinâmica e multifacetada da linguagem humana.

Este número da revista *Linguística* reúne 21 artigos e 1 resenha crítica dentro do escopo da Filologia e da Linguística Histórica. Os trabalhos contemplam estudos de Filologia, Crítica Textual e/ou descrição/análise sócio-histórica e/ou linguística em diferentes níveis, orientadas por diferentes perspectivas teóricas, que oferecem um panorama representativo desses estudos na atualidade. Para fins de organização, agrupamos os artigos submetidos em três grandes blocos: (1) Filologia *Stricto Sensu*; (2) Filologia: História e Identidades Sociais e Linguísticas; e (3) Linguística Histórica: Teorias e Fenômenos Linguísticos.

Em “Filologia *Stricto Sensu*”, reunimos 5 artigos que tratam de Crítica Textual e suas ciências correlatas. Segundo Cambraia (1999), “é inegável que a validade de um estudo diacrônico do português esteja diretamente relacionada à fidedignidade da fonte utilizada para a coleta de dados” (p. 13). Assim, a Crítica Textual, ocupa um espaço importante dado seu ofício de preparação de edições coesas e fidedignas das fontes históricas escritas (CAMBRAIA, 2005). Em *Reclamo: entre a Codicologia*

e a *Paleografia*, Marcelo Módolo e Maria de Fátima Nunes Madeira analisam a configuração e frequência de reclusos em documentos setecentistas da capitania de Minas Gerais, classificando-os a partir de categorias estabelecidas de acordo com as formas como aparecem registrados no texto. No artigo *Oração das chagas (códcs. Alcs. 89 e 221): edição paleográfica e crítica*, Marcos Alexandre dos Santos apresenta uma edição paleográfica e crítica de um texto medieval curto, identificado como Oração das chagas nos códices alcobacenses 89 e 221 da Biblioteca Nacional de Portugal. O estudo traz uma breve descrição do conteúdo da oração, discussão sobre suas possíveis fontes, breve descrição codicológica dos dois testemunhos que contêm o texto e apresentação da edição paleográfica e crítica do texto, precedida de descrição das respectivas normas de edição. Já em *Tratado da acídia: uma adaptação medieval portuguesa do Summa de Vitiis de Guilelmus Peraldus*, César Nardelli Cambraia argumenta em favor da hipótese de que o tratado da acídia presente no códice alcobacense 461 da Biblioteca Nacional de Portugal é uma adaptação para o português medieval da obra *Summa de Vitiis* de Guilelmus Peraldus, baseada em alto grau de recomposição textual. Para sustentar essa hipótese, o autor discute brevemente a prática de tradução na Idade Média, apresenta uma edição interpretativa desse texto português e faz uma análise detalhada dele, tendo em vista sua relação com a versão latina presente no códice alcobacense 196 da Biblioteca Nacional de Portugal.

Ainda nesta seção, no artigo *Um indígena a serviço do Brasil: análise filológica de requerimentos de Lázaro Coelho de Sá*, Phablo Roberto Marchis Fachin e Ana Paula Negrão Ferreira apresentam resultados da análise filológica de requerimentos de mercê levados a cabo por Lázaro Coelho de Sá, indígena da Aldeia do Urucu, em Pernambuco. O *corpus* é composto majoritariamente por petições e certidões produzidas entre 1728 e 1756 as quais atestam a lealdade e o trabalho do indígena e de seu pai, Manoel Cubas Frazão, Capitão de sua aldeia e ex-combatente das guerras de restauração. A complexidade do conjunto documental relacionado ao circuito de mercês propicia o diálogo entre a Filologia e diferentes áreas, como a Diplomática, a Paleografia e a História, de modo a caracterizar as espécies documentais em questão e situá-las no tempo-espaço, assim ampliando também o mapeamento das práticas de escrita no eixo Brasil-Portugal durante o período colonial. Encerrando esse bloco, Gracinéa Imaculada Oliveira e José Américo Miranda, em *A terceira edição de Memórias póstumas de Brás Cubas: O prólogo de Machado de Assis*, divulgam uma descoberta recente – a de que a terceira edição das *Memórias póstumas de Brás Cubas* tem dois estados – e as possíveis implicações dessa descoberta para futuras edições do romance, especialmente se críticas ou fiéis ou fidedignas. Também discutem a questão da disposição dos pré-textos da narrativa – já que a disposição deles na edição crítica preparada pela Comissão Machado de Assis não coincide com nenhuma das edições feitas em vida do autor.

Barreiros, Barreiros e Marengo (2023) afirmam que *corpora* filológicos são valiosos tanto para filólogos e historiadores quanto para pesquisadores interessados em descrição linguística de uma sincronia passada e/ou em estudar as variações linguísticas, os estilos literários e a transmissão textual ao longo do tempo. Além disso, os autores agregam que

os corpora filológicos facilitam o acesso a textos antigos e raros, proporcionando uma base de dados abrangente para estudos linguísticos, históricos e literários. Eles permitem que os pesquisadores façam consultas e buscas em larga escala, identifiquem padrões linguísticos e examinem a interconexão entre a linguagem e a cultura em diferentes contextos históricos (BARREIROS; BARREIROS; MARENGO, 2023, p. 10).

Desse modo, na seção que intitulamos de “Filologia: História e Identidades Sociais e Linguísticas”, estão 6 artigos que, a partir de uma abordagem linguístico-filológica, trazem informações pertinentes sobre a História social e as identidades circulantes. Em *Uma leitura filológica e historiográfica do conceito de gramática na obra de João de Barros (1540)*, Leonardo Ferreira Kaltner apresenta um estudo do excerto do texto sobre o conceito de gramática analisado sob os critérios da Crítica Textual e objetiva investigar como o gramático quinhentista definiu o conceito e, também, fazer uma exegese de seu pensamento linguístico. Na sequência, Evellyne Patrícia Figueiredo de Sousa Costa e Leici Landherr Moreira, no artigo intitulado *Português do Rio Grande do Sul do século XIX: caracterização de uma sincronia passada*, apresentam uma descrição de fenômenos linguísticos de ordem grafo-fonética e variantes sócio-históricas do português do Rio Grande do Sul do século XIX em documentos manuscritos. O *corpus* compreende a edição filológica conservadora de documentos manuscritos oitocentistas não-literários do arquivo “Português Histórico do Rio Grande do Sul (PHRS)”. Sob o aporte teórico da Sociolinguística Histórica, descrevem e analisam os fenômenos fonológicos relacionados às variantes sócio-históricas de tipologia documental e profissão dos escreventes. Já em “*Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’*”: indústria cultural, meios massivos de comunicação e contatos intralinguísticos no espaço variacional lusófono a partir de uma perspectiva histórica, Virginia Sita Farias parte de um caso relatado pelo jornal português Diário de Notícias, de 10 de novembro de 2021, que levanta a questão de um suposto domínio do português brasileiro sobre o europeu no comportamento linguístico de crianças portuguesas, para discutir historicamente o papel dos meios massivos de comunicação como agentes facilitadores de contatos linguísticos. A autora esclarece que qualquer juízo de valor aplicado nesses casos apenas reflete e reforça ideologias e crenças, não explicando ou contribuindo para a compreensão do fenômeno e desconsiderando fatores e fatos linguísticos que podem incidir sobre toda e qualquer língua.

Ainda nesta seção, em *Aspectos linguísticos da comédia italiana no renascimento: a relevância da língua florentina na construção de Mandragola de Maquiavel*, Priscila Nogueira da Rocha e Sonia Cristina Reis fazem uma análise linguística da comédia teatral mais importante do Renascimento italiano, escrita por Nicolau Maquiavel, *Mandragola*, que apesar de muito estudada por um viés político, também possui um alto valor literário-filológico. A partir da perspectiva dos estudos sobre a *Questione della lingua* e considerando ainda as questões apresentadas em outra obra do autor – *Discorso o dialogo intorno alla nostra lingua* – as autoras refletem sobre a importância da língua usada nas comédias quinhentistas, não só para dar indícios da língua falada, mas principalmente para verificar as nuances que o autor dá para cada personagem, permitindo sua melhor interpretação. Já em *Língua Geral de Mina: uma fotografia da história linguística dos africanos escravizados no Brasil*,

Wellington Santos da Silva, tomando como exemplo a Língua Geral de Mina, uma língua africana de origem Gbe documentada no Brasil no século XVIII durante o Ciclo do Ouro, argumenta que a variedade Gbe oriunda da Costa da Mina continuou sendo falada no contexto colonial, preservando traços morfossintáticos característicos das línguas do grupo, como adjetivos atributivos reduplicados e verbos de complementação inerente. Encerrando essa seção, Liviane Gomes Ataíde Santana, autora de *A cultura do álcool no Brasil: aspectos linguísticos e identitários nos séculos XVIII e XIX*, analisa duas obras (um memorial setecentista e um manual oitocentista) que têm como tema em comum o álcool e apresenta aspectos da cultura como bebida, bem como particularidades lexicais e questões identitárias relacionadas ao Brasil dos séculos XVIII e XIX.

As duas seções anteriores, além de congregar trabalhos que tiveram um cuidado rigoroso na conformação dos *corpora* com base nos preceitos da Crítica Textual, também trouxeram possibilidades de uma abordagem histórico-filológica a partir de documentação remanescente. Como bem observa Labov (1982), o trabalho da Linguística Histórica se alicerça na condição de o linguista fazer “o melhor uso de maus dados”. Essa tarefa se circunscreve, primeiro, a saber escolher as fontes – principalmente em casos daquelas não primárias. Em seguida, reunir condições teórico-metodológicas tanto para avaliar a qualidade das edições do *corpus* delimitado (ou confeccionar sua própria edição) quanto para proceder ao tipo de tratamento linguístico conferido aos dados sobre os quais se quer trabalhar (MARENGO, 2016). Portanto,

[...] a qualidade dos resultados a obter está dependente, em primeira instância, da qualidade dos *corpora* que fornecem os materiais a analisar: tanto na investigação sobre língua falada e sobre as variedades diatópicas e sociais actuais, como nas investigações centradas sobre os usos linguísticos escritos de fases passadas, o investigador, quer seja ele próprio a constituir o seu *corpus*, quer se baseie num *corpus* já disponível, deve estar em condições de avaliar a sua qualidade. No que se refere às pesquisas de caráter diacrônico, estas estão dependentes de alguns requisitos, nomeadamente da sua autenticidade, garantia da sua fiabilidade, da sua extensão, adequada aos objetivos da pesquisa, da diversidade de tipologia dos textos reunidos que devem reflectir a variação concepcional da língua e, necessariamente, da sua elaboração (MAIA, 2012, p. 537).

Assim, na seção “Linguística Histórica: Teorias e Fenômenos Linguísticos”, reunimos 10 artigos que utilizaram *corpora* diacrônicos para examinar/descrever teorias e padrões linguísticos, identificar regularidades/irregularidades em diferentes níveis linguísticos, observar variação/mudança linguísticas e/ou investigar como a linguagem é usada em diferentes contextos e por diferentes grupos sociais (BARREIROS; BARREIROS; MARENGO, 2023). No primeiro artigo da seção, intitulado *Cláusulas insubordinadas no Português Arcaico: notas preliminares*, Violeta Virginia Rodrigues e Thiago Laurentino de Oliveira examinam documentos datados do século XIV e extraídos do *Corpus Informatizado do Português Medieval (CIPM)*, com o intuito de corroborar ou não a tese de Evans (2007), bastante difundida, de que as chamadas insubordinadas em português (cláusulas com forma de subordinada, mas sintaticamente independentes) tiveram origem em um processo de reanálise

da cláusula subordinada a partir da elipse da cláusula principal. A subordinada passaria a ter, então, independência sintática, mas mantendo as características da forma dependente. Os resultados encontrados pelos autores ainda são preliminares, mas não se mostram favoráveis à hipótese.

Em *Nas veredas do Léxico Histórico do Português Brasileiro*, as pesquisadoras Vanderci de Andrade Aguilera, Celciane Alves Vasconcelos e Fabiane Cristina Altino, no âmbito do Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB), apresentam a trajetória de constituição do Léxico Histórico do Português Brasileiro (LHisPB) desde a sua gênese até a elaboração do *site* e disponibilização na plataforma da Universidade Estadual de Londrina, passando pelas diferentes etapas do trabalho, decisões e motivações que levaram, por exemplo, à escolha do *corpus*, do título da obra etc. O LHisPB reúne Léxicos dos seguintes estados: Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Os verbetes de cada estado foram extraídos de *corpora* constituídos por documentos diversos dos séculos XVII a XIX. O LHisPB já pode ser acessado e está disponível para consulta e pesquisa de usos linguísticos.

Já em *Um olhar filológico para o sistema de pontuação nos séculos XVIII e XXI e as suas contribuições para o ensino de Língua Portuguesa na atualidade*, Carolina Akie Ochiai Seixas Lima, Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto e Thaísa Maria Gazziero Tomazi estudam a pontuação em Língua Portuguesa em um *corpus* de textos manuscritos do século XVIII, pertencentes ao Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Para tanto, adotam a metodologia quali-quantitativa, selecionando trechos dos documentos que representam, em recorte, o sistema de pontuação utilizado. Para a comparação das normas gramaticais, as autoras baseiam-se nas normas vigentes no século XVIII, escritas por Feijó (1734), e no século XXI, escritas por Cegalla (2008).

Dando continuidade à seção, no artigo *Desvios na representação gráfica das fricativas alveolares em cartas do século XX como parâmetro para avaliação de habilidade com a escrita alfabética*, Caio Mieiro Mendonça estuda o polimorfismo gráfico de sibilantes em cartas de portugueses escritas no século XX. O autor analisa os desvios na representação das fricativas alveolares surda [s] e sonora [z] e das variantes pós-alveolares [ʃ ʒ]. Para tanto, apresenta uma metodologia de análise do fenômeno como um parâmetro para a avaliação do nível de habilidade dos remetentes com a escrita, adotando como base teórico-metodológica a Sociolinguística Histórica. Em “*Vê se lê este artigo*”: o surgimento de uma construção idiomática com *vê/veja se s* no português brasileiro, os autores Dennis de Oliveira Alves, Diogo Oliveira Ramires Pinheiro e Diego Leite de Oliveira delineiam a trajetória diacrônica da construção idiomática com *VÊ/VEJA SE S* (como em “*Vê se me liga*” e “*Vê se não se atrasa*”) no português brasileiro, amparando-se no arcabouço teórico da Gramática de Construções Baseada no Uso e do modelo de mudança proposto por Traugott e Trousdale (2013), para fornecer explicações acerca do surgimento dessa construção na língua. Na sequência, Aurelina Ariadne Domingues Almeida, Elisângela Santana dos Santos e Neila Maria Oliveira Santana assinam *Demônias, santas, objetos e algo mais: apontamentos sobre metáforas para mulheres em cartas da inquisição do século XVIII*, em que apresentam um estudo preliminar, alicerçado na Semântica Cognitiva, em perspectiva

Sócio-Histórica-Cultural, e na Teoria da Metáfora Conceptual, acerca da conceptualização metafórica de mulher em cartas encaminhadas ao Santo Ofício, em diferentes anos do século XVIII.

No artigo *Sociocognitive theory of terminology: diachronic applications*, Soraya Carvalho Souza Biller Teixeira, Josefa Monica Almeida Alves, Sandro Marcio Drumond Alves Marengo e Débora Simões Araújo descrevem e analisam o termo médico-legal *cópula*, em 45 exames de corpo de delito de processos-crime de defloração registrados em Sergipe entre 1854-1900. A investigação está fundamentada nos preceitos da Socioterminologia Diacrônica e na Teoria Sociocognitiva da Terminologia. Em “*Se aparecer notícias serias ahi, escreva-me*”: concordância verbal em cartas do sertão baiano oitocentista, Pedro Daniel dos Santos Souza e Elizabete Lopes Oliveira discutem o encaixamento histórico da variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural no português brasileiro oitocentista, a partir de um *corpus* constituído por 190 cartas escritas por 43 remetentes e dirigidas ao baiano Cícero Dantas Martins, Barão de Jeremoabo. Já no artigo *Usos de “pero bueno”, “pero vamos” e “pero claro” no Espanhol peninsular coloquial*, as autoras Talita Storti Garcia e Carolina da Costa Pedro apresentam os papéis do juntor *pero* em combinação com *bueno*, *vamos* e *claro* em um *corpus* do espanhol peninsular falado sob perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional. Por fim, encerrando a seção, no artigo *Próclise em ambiente neutro e perda seletiva do clítico acusativo anafórico em peças de teatro brasileiras dos oitocentos*, Marco Antonio Rocha Martins e Camila da Mota Heerdt investigam a mudança da próclise em orações matrizes com frenteamento de constituintes, no ambiente sintático ([XP])[XP]V, correlacionando-a a ordenação e realização do sujeito e à perda seletiva do acusativo anafórico na escrita brasileira oitocentista. Segundo os autores, na escrita do século XIX, há evidências de uma gramática “perdida” do português, ou de uma língua do tipo-V2, sem restrições para inversão do sujeito e de sujeito nulo (*pro-drop*) consistente, como no Português Clássico (PCl).

Para finalizar o volume, Leticia Rebollo Couto nos brinda com a resenha crítica glotopolítica intitulada *Contribuciones teóricas y metodológicas para la investigación histórica de las formas de tratamiento en portugués y español* referente à obra *Address in Portuguese and Spanish. Studies in Diachrony and Diachronic Reconstruction*, organizada por Martin Hummel e Célia Regina dos Santos Lopes e publicada pela editora De Gruyter no ano de 2020.

Assim, esperamos que este volume da revista *Linguística* consolide a potência da figura da Fênix, tão bem evocada pelo saudoso professor Fernando Tarallo, nos estudos brasileiros de Linguística Histórica e de Filologia. Desejamos uma boa leitura a todos.

Referências

BARREIROS, Liliane Lemos Santana; BARREIROS, Patrício Nunes; MARENGO, Sandro Marcio Drumond Alves. *Pesquisa filológica e linguística baseada em corpus manuscrito e impresso*. Campinas/SP: Pontes Editores, 2023.

- CAMBRAIA, César Nardelli. Subsídios para uma proposta de normas de edição de textos antigos para estudos linguísticos. *I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa*. São Paulo: FFLCH- USP/ Humanitas, 1999. pp. 13-23.
- CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2010.
- GABAS JR, Nilson. Linguística Histórica. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Cristina (orgs.). *Introdução à Linguística 1: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2006, pp. 93-103.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. O Livro Fontes históricas como fonte. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. pp. 9-22.
- LABOV, William. Building on empirical foundations. In: LEHMANN, Winfred Philip; MALKIEL, Yakov (eds.). *Perspectives in Historical Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1982.
- LOBO, Tânia Conceição Freire. A linguística histórico-diacrônica no Brasil pós-1980 e a questão do contato linguístico. *Diadorim*, Rio de Janeiro, vol. 20 – Especial, pp. 64-80, 2018.
- MAIA, Clarinda. Linguística Histórica e Filologia In: LOBO, Tânia; CARNEIRO, Zenaide; SOLEDADE, Juliana; ALMEIDA, Ariadne; RIBEIRO, Silvana (orgs.). *ROSAE. Linguística histórica, História das línguas e outras histórias*. Salvador: EdUFBA, 2012. pp. 533-42.
- MARENGO, Sandro Marcio Drumond Alves. *Variações terminológicas e diacronia: estudo léxico-social de documentos militares manuscritos dos séculos XVIII e XIX*. 530f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG, 2016.
- MARENGO, Sandro Marcio Drumond Alves. Crítica Textual e Terminografia Diacrônica: bases para a preparação da socioterminologia histórica. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, v. 2 n. 2, pp. 86-112, jul./dez. 2017.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Fluxo e Refluxo: uma retrospectiva da linguística histórica no Brasil. *D.E.L.T.A.*, v. 4, n. 1, pp. 85-113, 1988.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Sobre desencontros e reencontros: Filologia e Linguística no Brasil no século XX. *Comunicação em Mesa Redonda da ANPOLL*, João Pessoa (inédito), 1996.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da Linguística Histórica (Ouvir o inaudível)*. São Paulo: Parábola, 2008.
- PICCHIO, Luciana Stegagno. *A lição do texto: Filologia e Literatura*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- TARALLO, Fernando. A fênix finalmente renascida. *Boletim da ABRALIN*, n. 6, pp. 95-103, 1984.
- TRAUGOTT, E.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes*. New York: Oxford University Press, 2013.

RECLAMO: ENTRE A CODICOLOGIA E A PALEOGRAFIA*CATCHWORD: BETWEEN CODICOLOGY AND PALEOGRAPHY**Marcelo Módolo¹**Maria de Fátima Nunes Madeira²***RESUMO**

O reclamo, definido como grupo de letras ou palavras colocadas na margem inferior do fólio, e repetidas no início do fólio seguinte, com o objetivo de indicar a sequência dos cadernos ou dos fólhos manuscritos, tem sido estudado pela Codicologia, por se tratar de um elemento com valor informativo sobre a reconstituição do códice ou do manuscrito para a datação de documentos. Entretanto, por configurar um registro escrito, as pesquisas sobre o reclamo entrelaçam métodos da Paleografia. Neste estudo, objetiva-se analisar a sua configuração e frequência em documentos setecentistas da capitania de Minas Gerais, classificando os reclamos a partir de categorias estabelecidas de acordo com as formas como aparecem registrados no texto. O resultado da análise identifica uma preferência do escrivão pelo uso do tipo “palavra” ao final do fólio, em comparação com o emprego de sílabas e de abreviaturas, por exemplo, transferindo para o reclamo uma preocupação com a agilidade da leitura. Sugere-se que os dados obtidos nesse resultado sejam inseridos em banco de dados que reúna informações sobre práticas manuscritas em documentos de vários tipos e centúrias, em língua portuguesa, produzidos no Brasil, a fim de que sejam examinados pelas metodologias da Codicologia e da Paleografia para a identificação, quantificação e análise de tendências de usos e meios na produção de códices ou de manuscritos avulsos, com o objetivo de compor um panorama desses fenômenos histórico-culturais.

PALAVRAS-CHAVE: Reclamos. Codicologia. Paleografia. Manuscritos setecentistas. Classificação por categorias.

ABSTRACT

The catchword, defined as a group of letters or words written at the lower margin of the folio, and repeated at the beginning of the next folio, in order to indicate the sequence of the quires or manuscript folios themselves, has been studied by Codicology, as an element with informative value on the reconstitution of the codex or the manuscript to dating documents. However, as configuring a written resource, studies about the catchword are intertwined with the methods of Paleography. In this study, we aim the analysis of its shape and frequency in 17th century documents of the captaincy of Minas Gerais, to classify the catchwords from categories established according to the shapes as they are shown up in the text. The analysis' result identifies the choice by the scribe for the use of the type “word” at the end of the folio, comparing to the use of syllables and abbreviations, for instance, transferring to the catchword a concern with the agility on reading. We propose that the data obtained from the results of this study be inserted in a database that gathers information about manuscript practices in documents from several types and centuries, in Portuguese language, created in Brazil, to be analyzed by the methodologies of Codicology and Paleography to the identification, quantification and analysis of trends of uses and means in the production of codices or single manuscripts, in order to compose a view on these historical-cultural phenomena.

¹ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo (USP), modolo@usp.br, <https://orcid.org/0000-0001-5808-9368>.

² Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo (USP), fatima.madeira@usp.br, <https://orcid.org/0000-0001-6141-0714>.

KEYWORDS: Catchwords. Codicology. Paleography. 17th century manuscripts. Classification on categories.

Introdução

Quando Dain (1949) cunhou o termo³ “codicologia”, indicou também quais seriam as atribuições da disciplina⁴ e quais estudos pertenceriam à Paleografia:

As missões e o domínio da codicologia [são]: história dos manuscritos, história das coleções de manuscritos, investigações sobre sua localização atual, problemas de catalogação, repertórios de catálogos, comércio dos manuscritos, sua utilização etc. Pelo contrário, pertencem, do meu ponto de vista, à paleografia: o estudo da escrita e da matéria de escrita, a confecção do livro e sua ilustração e o exame de sua “arquitetura”. (DAIN, 1949, p. 77, apud GARCIA, 2002, p. 21).

Porém, as atribuições dadas pelo autor à disciplina vêm se adaptando aos diversos contextos das pesquisas codicológicas. Atualmente, as análises sobre o papel, a tinta, o instrumento de escrita, a configuração de um manuscrito, as técnicas de um códice manuscrito, o sistema de ordenação e numeração de cadernos ou páginas, os procedimentos de ornamentação ou ilustração, as técnicas de encadernação, e até mesmo os sinais de deterioração presentes no suporte material, são consideradas informações obtidas pela Codicologia, com as quais o filólogo estabelece um diálogo para tentar compreender, conforme ensina Almada (2014, p. 138), “como suas formas e aparência foram concebidas e que usos foram dados ao objeto ao longo de sua história”.

O próprio campo de atuação da Codicologia, como ciência autônoma, vem recebendo distinção entre uma abrangência ora *stricu sensu*, em que se analise especificamente as propriedades materiais e os procedimentos de fabricação do códice ou de realização dos documentos manuscritos, identificada como “arqueologia do livro”, ora *lato sensu*, em que se observe, no objeto de estudo, a sua trajetória, desde a sua criação, até a sua disponibilização para estudos científicos, sociais e culturais, reconstruindo as fases de elaboração do códice e a história da sua utilização. (ACKEL; MADEIRA, 2021). Nos dois domínios, interessa a análise do códice ou manuscrito como um fenômeno histórico-cultural.

O estudo dos reclamos, itens relacionados à forma de ordenação da sequência dos fólios⁵, a princípio para orientar a encadernação de documentos manuscritos, tornou-se um elemento reivindicado pelas pesquisas tanto da Codicologia quanto da Paleografia. O motivo é compreensível, pois, por um lado, os reclamos indicam a sequência na qual os fólios e cadernos deveriam ser reunidos,

³ A opção “codicografia”, proposta por Samaran, em 1927, para designar a “ciência dos manuscritos”, não foi bem aceita e caiu no esquecimento (GARCIA, 2002, p. 20).

⁴ Tradução, pelos autores, de: *Las misiones y el dominio de la codicología [son]: historia de los manuscritos, historia de las colecciones de manuscritos, investigaciones sobre la sede actual de los mismos, problemas de catalogación, repertorios de catálogos, comercio de los manuscritos, su utilización, etcétera. Por el contrario, pertenecen, desde mi punto de vista, a la paleografía: el estudio de la escritura y de la materia escriptoria, la confección del libro y de su ilustración, y el examen de su «arquitectura»* (DAIN, 1949, p. 77, apud GARCIA, 2002, p. 21).

⁵ No caso de um conjunto de manuscritos que chegue às mãos do pesquisador com os fólios desordenados, a identificação dos reclamos contribui para a organização sequencial original do texto.

e assim, cumprem a sua função como recurso de recuperação da leitura de um fólio a outro, já que a última palavra⁶ de um fólio⁷ é repetida no início do fólio seguinte. Por essas características, são estudados como elementos codicológicos. Ao mesmo tempo, como se trata de um recurso escrito, os reclusos acabam por ser analisados também por seus aspectos paleográficos. Assim, logo na primeira parte deste trabalho, demonstra-se justamente a aplicabilidade das metodologias das duas ciências para uma melhor compreensão do funcionamento e da configuração dos reclusos no texto.

Em seguida, na segunda parte, são apresentados os tipos documentais e os temas tratados nos documentos que compõem o *corpus* da pesquisa, cujos textos foram editados em estudo⁸ filológico mais abrangente.

Ao descrever a materialidade dos códices e dos manuscritos, além de recuperar os aspectos físicos que não puderam ser capturados apenas pela observação à imagem fac-similar⁹, a Codicologia também explica o significado de marcas investigadas para se atribuir a existência, a trajetória, a autenticidade e a datação dos documentos enquanto artefatos históricos escritos.

Entender a materialidade de um documento permite conjecturar suas origens, modos de transmissão, circulação, lugares de pouso, razões de produção e, a partir disso, exceder o limite de uma descrição física documental para oferecer possibilidades de conjecturações oferecidas pela Filologia, desde a utilização de um tipo específico de instrumento para a composição do texto até conseguir percorrer o caminho que o documento fez ao chegar nas mãos do leitor. (ACKEL; MADEIRA, 2021, p. 7-8).

Desta maneira, na terceira parte, é apresentado, em ficha codicológica específica, o resumo das propriedades materiais do códice que se tornou objeto deste estudo, com a finalidade de se fazerem retratar suas principais características físicas, elementos imprescindíveis para a validação da autenticidade dos documentos em relação ao tempo e lugar em que foram produzidos. De todas as características apresentadas do códice e dos manuscritos, este estudo coloca os reclusos em evidência.

Na quarta parte, apresenta-se: a contextualização histórica dos reclusos como recursos de ordenação de cadernos em códice e de paginação em documentos manuscritos; a explicação etimológica para a preferência pela forma “reclamo”; e um breve esclarecimento sobre a constituição do reclamo (reclamo e repetição).

Os reclusos identificados nos manuscritos da Vila Real de Sabará são apresentados na quinta parte deste trabalho. Dias (2018) propõe uma classificação tipológica para os reclusos, baseada justamente na variedade de artifícios paleográficos (palavra, segmento de palavra, sílaba, falta de

⁶ Neste trabalho, não será feita a distinção entre palavra e vocábulo. Como “palavra”, entenda-se: “unidade que transmite um significado elementar”. (GONÇALVES, 2019, p. 17).

⁷ Fólio: cada uma das duas metades de um bifólio. Bifólio: unidade básica do caderno, constituída por uma peça retangular de pergaminho ou de papel, dobrada ao meio para formar dois fólhos (cf. CODICOLOGIA, apud TOLEDO NETO, 2020).

⁸ O texto completo desses documentos, inclusive a imagem fac-similar de cada fólio, poderá ser consultado em Madeira (2023).

⁹ Normalmente, as edições filológicas trazem o texto editado e a imagem fac-similar dos documentos, considerando-se que o leitor da pesquisa não tenha acesso direto aos manuscritos.

fronteira entre palavras, abreviatura etc.) com que se afiguram. Os reclamos presentes nos manuscritos setecentistas estão elencados a partir desse subsídio. Como resultado dessa descrição, pretende-se deixar registradas as práticas utilizadas pelo escrivão da câmara da Vila Real de Sabará, em 1777, e a frequência dos tipos de reclamos nesse conjunto de manuscritos. A apuração quantitativa desses usos no *corpus* desta pesquisa e a comparação com os dados obtidos por Dias¹⁰ (2018) contribuem para demonstrar a importância da compilação desse tipo de informação codicológica para se traçar a trajetória e as formas dos reclamos ao longo dos séculos.

1. Codicologia e Paleografia: perspectivas tangíveis do manuscrito

A Codicologia e a Paleografia se entrelaçam, desde a sua origem, nos estudos sobre a materialidade do códice manuscrito, visto como um produto artesanal escrito, para se interpretar as condições da sua produção original, como o suporte material e o tipo de escrita.

A identificação dos reclamos nos textos manuscritos, reconhecendo-os como artifícios de paginação em que a última palavra ou sílaba de um fólio se repete no início do fólio seguinte, tem sido adotada como elemento de estudo tanto pela Codicologia quanto pela Paleografia, naturalmente, por incorporar ao mesmo tempo uma técnica de organização de páginas, atribuída aos estudos do códice e dos manuscritos, e uma representação gráfica e ortográfica, assumida regularmente pela Paleografia. Tanto em um campo quanto no outro, o reclamo vem sendo estudado apenas como recurso gráfico de ordenamento dos cadernos que formam o códice e como estratégia para a recuperação da leitura de um fólio a outro. Dessa forma, unicamente como técnica de paginação, a presença dos reclamos tem sido interpretada pela Codicologia e pela Paleografia como prática escrita de determinados séculos e locais de produção, como vestígios físicos para verificar a autenticidade dos manuscritos. Neste estudo, as propriedades paleográficas verificadas na composição dos reclamos também serão destacadas com a finalidade de se circunscrever os manuscritos em seu tempo e lugar de produção.

Utilizando o enfoque dado por Dias (2018), a fim de se particularizar esses elementos visuais do códice, os reclamos são analisados pela Codicologia, disciplina à qual se tem atribuído a responsabilidade pelo estudo de aspectos da composição e organização dos cadernos, com a finalidade de se reconstruir essa fase da elaboração de códices ou de fundos de manuscritos, ou seja, pela sua aplicabilidade. Porém, ao se proceder à classificação do reclamo por categorias (letras, sílabas, palavras, segmentos de palavra, falta de fronteira entre palavras, abreviaturas etc.), a análise se volta para os métodos e objetivos da Paleografia, já que os indicadores dessas classes de reclamos são justamente as suas formas gráficas de representação. Essa interdisciplinaridade acaba por contribuir para uma abordagem dos reclamos não somente do ponto de vista de sua funcionalidade na escrita e na leitura de manuscritos, mas também de sua configuração gráfica, com base na sua escrita e na interpretação desses aspectos gráficos para a história da escrita.

¹⁰ Embora o *corpus* utilizado pela autora seja mais volumoso em número de páginas, o conjunto de documentos analisado neste estudo pode contribuir para dar visibilidade aos dados e características dos reclamos como indicadores do tempo e lugar de produção dos manuscritos.

2. Os manuscritos

Os manuscritos escolhidos para constituir o *corpus* desta pesquisa compõem o códice abrigado no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP), registrado como AL 014 - 001/002/003/004 e são veiculados por quatro espécies documentais: i) uma representação, assinada em 1777; ii) uma carta régia, de 1755; iii) um termo em junta da Capitania de Minas Gerais, de 1756; e iv) um auto de vereação da Vila Real de Sabará, de 1768. O primeiro diploma foi assinado pelos Oficiais da Vila Real de Sabará, endereçado à Rainha D. Maria I, e informava sobre a precária situação vivida pelo povo dessa e de outras Vilas da Capitania de Minas Gerais, devido principalmente à crise causada pela escassez do ouro nas minas, o que dificultava a continuidade de arrecadação do imposto intitulado “subsídio voluntário”, que vinha sendo coletado há mais de vinte anos.

A Câmara acusava o Governador da Capitania à época, o Conde de Valladares, de ter persuadido o Rei D. José I de que o povo conviera voluntariamente na reforma do subsídio. Os Oficiais expuseram as razões pelas quais essa contribuição havia ultrapassado a capacidade do povo de o manter. Justamente para comprovar a pronta boa vontade do povo, quando solicitado a contribuir com o imposto para a reconstrução de Lisboa, logo após o terremoto, em 1755, os outros três documentos foram recuperados dos arquivos da Câmara de Sabará, copiados pelo Escrivão, autenticados pelo Tabelião, e anexados à Representação, documento principal do códice, para dar ciência à Rainha de todas as providências tomadas pela Capitania e pela Vila, até então. Em ordem cronológica, foram anexadas: a Carta Régia, que solicitava, pela empatia dos vassallos, as maneiras mais próprias de ajuda para se reconstruir Lisboa; o Termo em Junta, que definiu os itens e os valores a serem taxados; e o Auto de Vereação, que prorrogou o prazo do imposto por mais dez anos, a partir de 1768, ainda que com valores inferiores aos contratados em 1756.

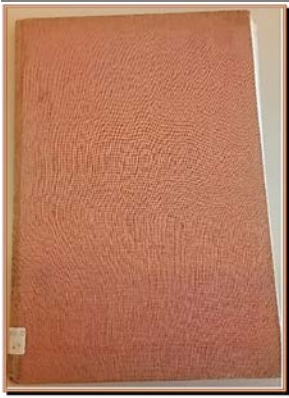

Estudos paleográficos prévios realizados sobre essa documentação indicam que o escrivão da câmara da Vila Real de Sabará, identificado, nos documentos anexados à representação, como Custódio dos Anjos Fremes, foi o responsável por produzir os quatro documentos. Os reclamos estão presentes em todos os fólios dos manuscritos. Assim, podemos olhar para os dados obtidos sobre os reclamos como uma prática individual do referido escriba, ou como uma convenção que identifica a sede administrativa da capitania de Minas Gerais nos anos setenta do século XVIII.

3. Descrição do códice manuscrito setecentista

Com o objetivo de reproduzir do códice e dos manuscritos diplomáticos, *corpus* desta pesquisa, as suas características físicas globais, para conhecimento do leitor, estão enumeradas, na ficha a seguir¹¹ (quadro 1), considerada adequada para sintetizar esse tipo de informações, as principais propriedades observadas pela análise codicológica no referido material.

¹¹ Adaptada do “guia básico de descrição codicológica”, elaborado por Cambraia (2005, p. 28).

Quadro 1: Propriedades codicológicas

Cota	São Paulo/ Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo/ Coleção Alberto Lamago / AL014 – 001/002/003/004
Encadernação do códice	<p>Tipo: inautêntica¹² Dimensão: 456 mm X 360 mm Material: papelão resistente coberto por juta, na cor rosada; folhas costuradas à encadernação.</p> <p style="text-align: center;">Figura 1: Encadernação - códice AL 014</p> <div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;">Fonte: Arquivo do IEB-USP (2022).</p>
Folha de rosto	Datiloscrito do colecionador, na contracapa da encadernação: “Representação da Câmara da Villa Real de Sabará, Capitania de Minas Geraes, dirigida à Rainha D. Maria I, no anno de 1777, sobre interessante assumpto administrativo. (In-fol de 14 folhas. É o próprio original com copias autenticadas de vários documentos)”.
Suporte material, instrumento e material de escrita	<p>Cartáceo, sem pauta, marca H C Wend & Zoonen (Holanda) Vergaturas (1 em 1mm) e pontusais (26 mm – 8 por fólio) Marca d’água: escudo (brasão) de formato regular ladeado por volutas de motivos fitomórficos. Na parte interna, mostram-se o sautor e as letras “HCWEND & Zoonen”, que indicam o fabricante.</p> <p style="text-align: center;">Figura 2: Marca d’água</p> <div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;">Fonte: catálogo¹³ “<i>Bernstein – memory of paper</i>” (2022).</p> <p>Tinta ferrogálica e pena de ave.</p>

¹² O códice não foi constituído, nem autenticado em Notário, Chancelaria ou Secretaria, nem possui Termo de Abertura e de Encerramento. A encadernação foi encomendada pelo próprio colecionador.

¹³ *Website* sobre o papel e sobre a sua história, com amostras de marcas d’água. Acesso: https://www.memoryofpaper.eu/BernsteinPortal/appl_start_disp#. Consultado em: 27 fev. 2023.

Composição	9 infólios ¹⁴ (dimensão: 355 mm X 440 mm); 11 fólhos opistografados ¹⁵ – total: 22 fólhos manuscritos (dimensão fólho: 355 mm X 220 mm) e 14 fólhos em branco.
Organização da página	Uma coluna por fólho Dimensão da mancha escrita: Representação: 110 mm X 180 mm. Carta Régia: 210 mm X 94 mm. Termo em Junta e Auto de vereação: 200 a 280 mm X 88 mm. Nr linhas (sem pauta): Representação (3 fólhos – recto e verso): média = 19 linhas por fólho Carta régia (1 fólho – recto e verso), Termo em Junta (5 fólhos – recto e verso) e Auto de vereação (2 fólhos – recto e verso): média = 25 linhas por fólho Presença de reclamos ¹⁶ como recurso de paginação dos manuscritos. Presença de carimbos da Biblioteca Central da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras.
Tradição documental:	REPRESENTAÇÃO da Câmara da Vila Real de Sabará: Original. CARTA RÉGIA: Cópia autenticada TERMO EM JUNTA: Cópia autenticada AUTO DE VEREAÇÃO: Cópia autenticada Assinaturas ¹⁷ na Representação: Oficiais da Câmara de Sabará. Nos documentos anexos, por se tratar de cópias, as assinaturas são representadas pela aposição de barras inclinadas duplas (//) antes e após os nomes dos responsáveis pela emissão dos documentos.

Fonte: elaboração dos autores (2022).

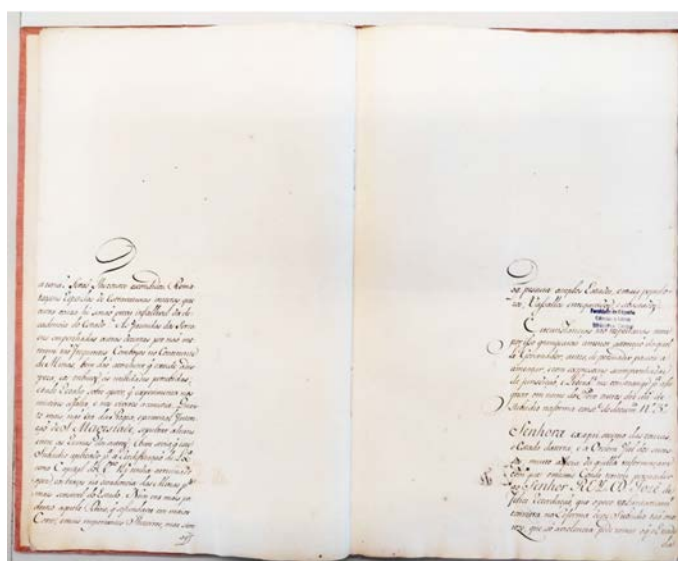
A partir dessa descrição, é possível construir uma imagem do conjunto de fólhos manuscritos, encadernados com capa rosada, o texto registrado em papel de boa qualidade, certificada pela marca d'água, em tinta na cor castanho médio, aplicada com pena de ave. A imagem fac-similar permite uma percepção um pouco mais palpável do códice, como se observa na figura 3, adiante. Mas, como consenso, nada substitui o contato direto com o material, para uma análise codicológica conclusiva. A observação direta ao códice manuscrito, nas instalações do IEB-USP, propiciou aos autores deste trabalho a descrição rigorosa das suas características materiais e o registro fotográfico do artefato escrito, tarefas imprescindíveis para se inferir a datação tópica e cronológica dos documentos. As características apresentadas, sobre o suporte material do códice, somadas a estudos paleográficos e diplomáticos, constituem-se vestígios que confirmam as datas tópica e cronológica registradas nos manuscritos: Vila Real de Sabará, agosto de 1777, como método para certificar a autenticidade dos documentos.

¹⁴ Formato cujos cadernos são obtidos dobrando-se ao meio a folha de impressão, que comporta, portanto, quatro páginas, duas de cada lado (HOLANDA, 1986, p. 944).

¹⁵ Escrito na frente e no verso do fólho.

¹⁶ Sobre a história e a classificação dos reclamos, cf. Dias (2018).

¹⁷ As assinaturas inseridas no documento, no momento de sua criação, são caracteres que distinguem um original de uma cópia ou minuta.

Figura 3: imagem fac-similar do códice aberto nos fólhos 2v e 3r

Fonte: IEB-USP

Dentre todos os aspectos codicológicos descritos, destaca-se, neste estudo, as letras/ palavra(s) que se fazem notar ao final de cada fólho, conhecidas como “reclamos”, e que antecipam as primeiras letras/palavra(s) do fólho que se inicia.

4. Os reclamos ao longo dos séculos

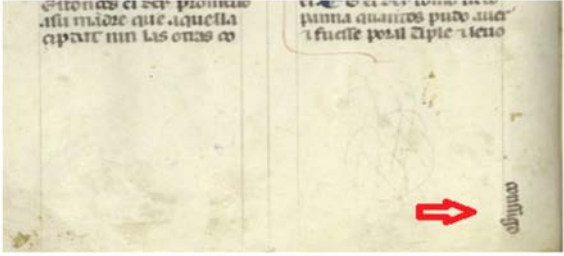
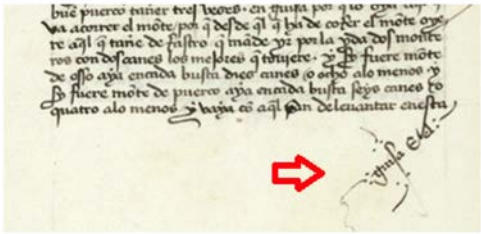
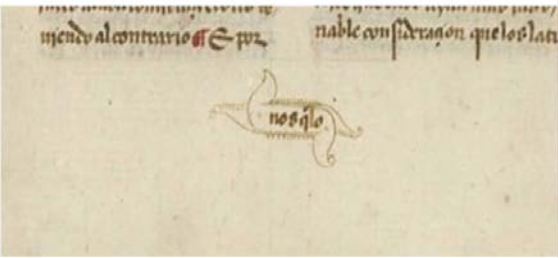

Os reclamos foram o sistema mais utilizado, até o século XVIII, para assegurar a correta colocação dos cadernos num códice.

Segundo Jean Vezin (1978, p. 35) o testemunho mais antigo de reclamo é o manuscrito 50 da Biblioteca Municipal de Laon. E.K. Rand (1939) cita um testemunho do século IX da Abadia de Marmoutiers (Londres, Biblioteca Britânica, ms. Egerton 604). Ao mesmo período pertencem os reclamos traçados em um manuscrito preservado na catedral de Lion, mas oriundo de Córdoba. A partir do século X, há muitos exemplares hispânicos portadores de reclamo, como na França e na Itália. Como os primeiros reclamos franceses se encontram em livros copiados nas regiões meridionais, considera-se provável a influência ibérica na aplicação deste sistema de ordenação. No século XIII, o uso do reclamo se generaliza por toda a Europa¹⁸. (Codicologia.atSPACE/organizacion).

¹⁸ Tradução, pelos autores, de: *Según Jean Vezin (1978, p. 35) el testimonio más antiguo de reclamo es el manuscrito 50 de la Biblioteca Municipal de Laón. E.K. Rand (1939) cita un testimonio del siglo IX procedente de la abadía de Marmoutiers (Londres, British Library, ms. Egerton 604). A la misma época pertenecen los reclamos trazados en un manuscrito conservado en la catedral de León, pero oriundo de Córdoba. A partir del siglo X abundan los ejemplares hispanos portadores de reclamo, lo mismo que en Francia e Italia. Como los primeros reclamos franceses se encuentran en libros copiados en las regiones meridionales, se considera probable la influencia ibérica en la aplicación de este sistema de ordenación. En el siglo XIII el uso del reclamo se generaliza por toda Europa.* (<http://codicologia.atSPACE.cc/contenidos/04Organizacion/04-00-Organizacion.html>).

Nessa trajetória de séculos de uso, ganharam versões curiosas, como o registro na vertical e na diagonal e as decorações variadas, conforme imagens¹⁹ reproduzidas nas figuras 4, 5, 6 e 7, agrupadas no quadro 2, a seguir:

Quadro 2: formatos visuais dos reclusos

<p>Figura 4: reclamo na vertical</p>  <p>Fonte: <i>ecdótica.hypotheses/reclusos/BNE, ms 1187, fol. 56v (detalhe)</i></p>	<p>Figura 5: reclamo na diagonal</p>  <p>Fonte: <i>ecdótica.hypotheses/reclusos/BnF, ms. Esp. 218, fol. 10v (detalhe)</i></p>
<p>Figura 6: reclamo em figura geométrica</p>  <p>Fonte: <i>ecdótica.hypotheses/reclusos/BNE, ms. 9219, fol. 12v (detalhe)</i></p>	<p>Figura 7: reclamo em decoração elaborada</p>  <p>Fonte: <i>ecdótica.hypotheses/reclusos/Biblioteca Bodleian, Canon. Misc.110, c.1400.</i></p>

Fonte: elaboração dos autores (2023).

O emprego dos reclusos se tornou uma marca cultural, a ponto de ter sido transferido para os livros impressos, como lembra Houaiss (1983, p. 106), ao explicar que “uma das fases da numeração de páginas do livro impresso foi a sua completa ausência, de tal modo que o enlace das manchas da página se fazia pelo reclamo”, procedimento que foi mantido mesmo quando os livros impressos já tinham começado a receber os números para organizar as páginas. Exemplos dessa cultura escrita são as gramáticas e ortografias setecentistas, como as de Bluteau (1712), Argote (1725), Feijó (1734) e Carmelo (1767).

¹⁹ Disponíveis em: <https://ecdótica.hypotheses.org/tag/reclusos>. Acesso em: 18 fev. 2023.

4.1. Reclamo ou reclame

A palavra “reclamo”, do francês “réclame²⁰”, substantivo originariamente feminino, chegou ao português, segundo o dicionário eletrônico Houaiss, em 1543, como nome masculino. Em Bluteau (1720, pp. 152-3), o seu primeiro significado descreve um instrumento de caçador utilizado para chamar aves, como perdizes, codornizes etc. Em seguida, o autor relaciona, como sentido figurado, “o mesmo que coisa que chama, que convida, que atrai.” Somente a terceira acepção descreve o reclamo como “palavra, ou meia palavra, que se deixa perto da margem, ou debaixo da última regra de uma página, ou coluna, e com a qual se dá princípio à primeira regra da página, ou coluna seguinte.” Desde a primeira acepção, pode-se estabelecer uma semântica de algo em paralelo, algo igual que se reproduz.

Mesmo essa definição mais técnica recupera para a palavra “reclamo” o significado de “atrair”, neste caso, com a finalidade de atrair a atenção para a última palavra do fôlio, que será repetida no fôlio seguinte, daí a utilização, por autores como Acioli (2003, p. 9), do nome “chamadeira” para o reclamo.

Ao longo dos anos, a esses três significados se juntaram outros, descritos nos dicionários eletrônicos Houaiss e Caldas Aulete, que têm levado em conta a etimologia da palavra francesa “réclame”, significando “chamada”, como algo que “chama” a atenção: i) anúncio, propaganda; ii) palavra indicativa de que um ator acabou de falar e o outro deve começar; deixa; iii) peça fixada em uma embarcação para mudar a direção dos cabos.

Com o significado de propaganda, a palavra “reclamo” é registrada pelos dicionários eletrônicos Houaiss e Caldas Aulete como diacronismo obsoleto, que caiu em desuso já no século XX. E “reclame”, forma muito utilizada no Brasil, é dada, pelos dicionários, inclusive pelo Aurélio (1986) impresso, como galicismo, tanto que os significados da palavra vêm explicados somente no verbete “reclamo”.

Com o objetivo de seguir o critério registrado pelos dicionários referidos, e para evitar a imprecisão da terminologia codicológica entre pesquisadores no Brasil e em Portugal²¹, inclusive porque tem sido frequente o emprego da forma “reclamo” também por autores brasileiros, em publicações de estudos filológicos, essa foi a forma escolhida neste trabalho para o termo, quando se refere especificamente à técnica de paginação dos manuscritos para recuperação da leitura.

4.2. Reclamo: a(s) última(s) letra(s)/palavra(s) de um fôlio, ou a(s) primeira(s) do fôlio seguinte?

As definições constantes nos manuais de codicologia e nos dicionários não costumam especificar como se compõe, exatamente, o reclamo: se das letras/palavras registradas ao final do caderno ou do

²⁰ *réclame - nom féminin TYPOGRAPHIE, ANCIEN Mot imprimé au bas d'une page, reproduisant le premier mot de la page suivante (destiné à faciliter la reliure).* (Disponível em: <https://dictionnaire.lerobert.com/definition/reclame>. Acesso em: 21 fev. 2023).

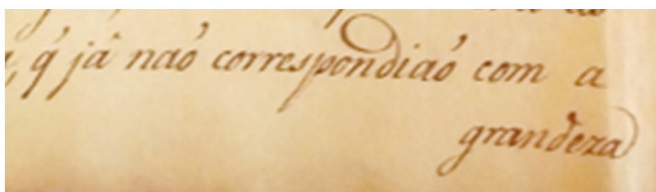
²¹ Na Espanha, também se adotou a terminologia “reclamo”.

fólio, se das letras/palavras copiadas no início do fólio seguinte, ou se da associação entre os dois conjuntos de letras/palavras, já que a existência de umas está subordinada à das outras.

Para entender a função dos reclusos, é preciso ter em vista que o recurso associa escrita e leitura. Pensando no étimo francês de “réclame”, do qual se originou a palavra em português, e que transmite o significado de “chamadeira” à palavra “reclamo”, então, compreende-se que são as letras/palavras registradas no fim do fólio que têm a incumbência de chamar a atenção: i) do próprio escrivão, que deve definir a(s) palavra(s) que compõe(m) o reclamo, escrevê-la(s) uma vez, ditá-la(s) para si mesmo e reescrevê-la(s) na página seguinte, mesmo que de forma diferente (desenvolvendo abreviaturas, por exemplo); e ii) do leitor, que pronuncia essa(s) palavra(s) do final do fólio, e, demonstrando fluência, não a(s) repetirá no fólio seguinte, mesmo em leitura silenciosa. Ao contrário, com tranquilidade, recuperará o texto a partir da palavra que vem após a repetição do reclamo, já que essa é uma das suas funções, ou seja, a recuperação, com naturalidade, da leitura.

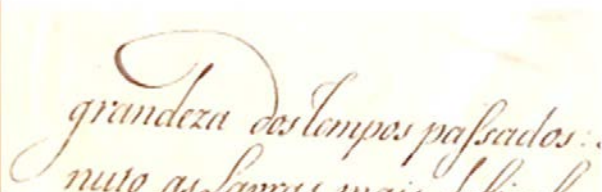
Como exercício para se compreender o funcionamento dessa técnica, podemos utilizar o exemplo a seguir, das figuras 8 e 9, e fazer a leitura do excerto, em voz alta, conforme proposto no quadro 3, adiante:

Figura 8: fólio 1v - reclamo



Fonte: IEB-USP

Figura 9: fólio 2r - repetição



Fonte: IEB-USP

Quadro 3: leitura do reclamo

<i>que já não correspondiam com a grandeza</i>	<i>grandeza dos tempos passados.</i>
--	--------------------------------------

Fonte: elaboração dos autores (2023)

A sinalização de invisibilidade para a palavra “grandeza”, na transcrição da primeira linha do fólio 2r, tem por objetivo indicar que ela não seria lida novamente, posto que já tinha sido pronunciada na última linha do fólio 1v. A repetição da palavra se manifesta nesse início do fólio como uma marca gráfica para assegurar ao leitor que os fólios estavam corretamente sequenciados, que a leitura poderia prosseguir com adequada desenvoltura, mas não para ser lida.

Essa experiência traz à luz a constatação de que, assim como na leitura das abreviaturas²², que

²² Para exemplificar a necessidade de uma convenção entre o escriba e o leitor no que se refere à prática da escrita em determinado gênero textual, Marcotulio, Lopes, Bastos e Oliveira (2018) assinalam que, mesmo um indivíduo contemporâneo a aparelhos celulares e a textos enviados por mensagens de aplicativos, precisa compartilhar da prática escrita de determinados grupos para decodificar e compreender abreviaturas como “vc”, “tb”, “td”, “n” (respectivamente: “você”, “também”, “tudo” e “não”).

exigem do leitor o conhecimento das suas formas de composição, para serem decifradas, também no uso dos reclusos verifica-se a necessidade de uma convenção compartilhada entre escribas e leitores para o funcionamento satisfatório dessa técnica. Criar um reclamo não era tarefa tão simples, já que o escrivão precisava administrar o espaço da mancha de escrita, delimitada por linhas e margens imaginárias, reservar o local para escrever o reclamo, e usar suas habilidades para decidir como o escreveria (se por extenso ou de forma abreviada; a palavra inteira ou dividida em sílabas, por exemplo), levando em conta principalmente a organização do texto no espaço disponível no papel. Em contrapartida, ao leitor caberia conhecer o funcionamento do reclamo, e decodificá-lo (diante de estratégias como a separação de sílabas e o uso de abreviaturas, por exemplo), para fazer a leitura de forma adequada, fluente, mas sem repeti-lo oralmente na página seguinte.

Se a última letra/palavra pronunciada no final do fólio é a que funciona como um chamariz para anunciar as primeiras palavras que virão escritas no próximo fólio, como se observa nas figuras 4, 5, 6 e 7, anteriormente apresentadas, então é a essa partícula que se denominará “reclamo”, nesta pesquisa.

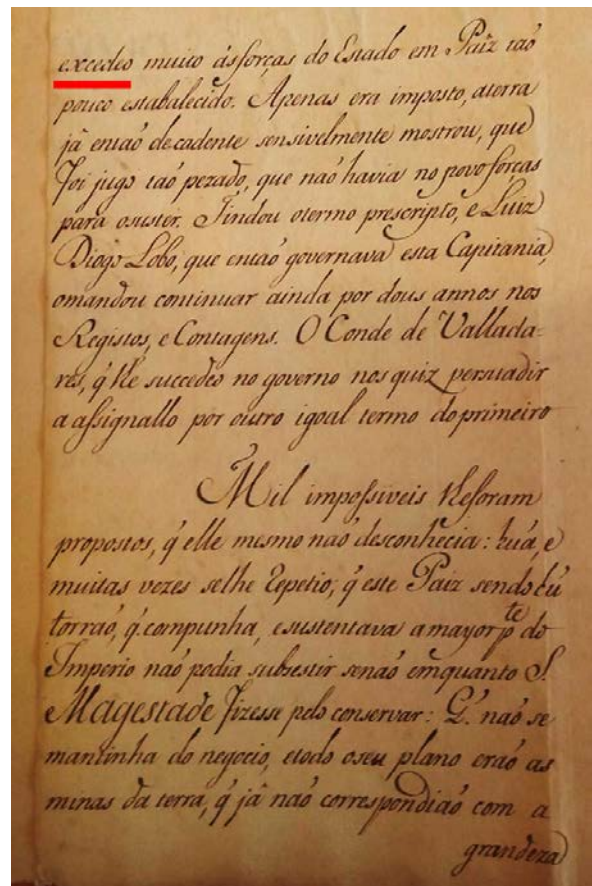
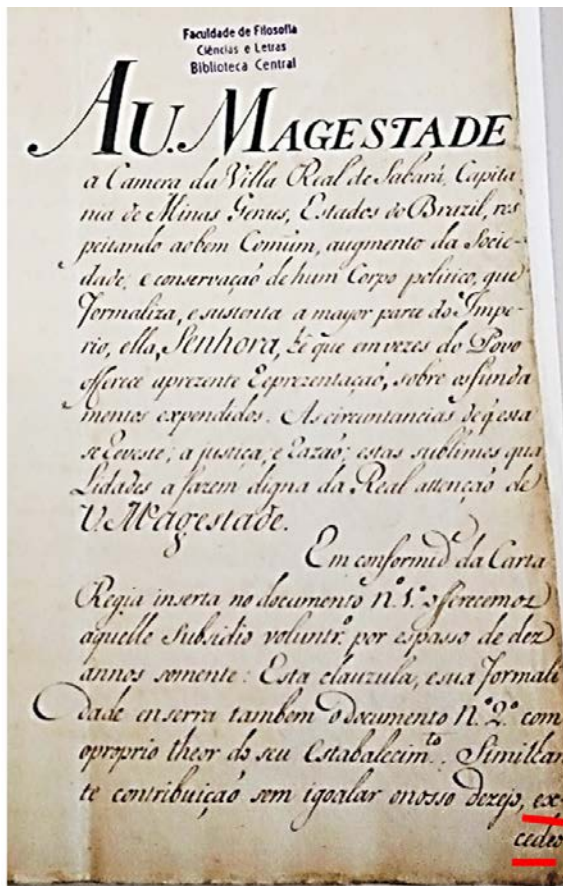
Ainda como argumento para esse pressuposto, constata-se que uma característica estável do reclamo é a sua localização à direita, na última linha do texto, ou em destaque, isolado em linha separada, ao final do fólio. Como sói ocorrer, na edição de textos, a partir das normas semidiplomáticas de transcrição de manuscritos propostas por Toledo Neto (2020, p. 199), recomenda-se demarcar a(s) letra(s) ou palavra(s) repetida(s) com linhas verticais, para sinalizar a referida [repetição]. Em caso de presença de reclusos, no texto, as palavras sinalizadas como repetidas são as que aparecem no cimo do fólio, na primeira linha. Tal solução fortalece o entendimento do “reclamo” como o fragmento que aparece ao final do fólio, já que no fólio seguinte, logo na primeira linha, o que se mostra é a [repetição] do reclamo.

A forma proposta por Dias (2018) para a análise dos reclusos também sublinha a(s) última(s) letra(s) ou palavra(s) do fólio como as “chamadeiras”. Afinal, para nomear as categorias relacionadas à apresentação dessas palavras no texto, a autora se vale da(s) letra(s) ou palavra(s) que desponta(m) no final do fólio, e não as que vêm repetidas na primeira linha do próximo fólio.

5. Os reclusos nos manuscritos setecentistas da Vila Real de Sabará

Dados do final do século XVIII, os reclusos presentes nos documentos oficiais e burocráticos do dia a dia da administração colonial da Vila Real de Sabará já não admitem decorações espaçosas como as dos documentos do período medieval, mostradas anteriormente nas figuras 4, 5, 6 e 7. Despojados do rebuscamento empregado no medieval, os reclusos dos manuscritos produzidos na câmara da Vila Real de Sabará, como se observa nas figuras 10 e 11, a seguir, demonstram sobriedade e praticidade, traços distintivos do discurso diplomático compatível com a espécie documental que veicula cada um dos documentos administrativos setecentistas.

Figuras 10 e 11: fólhos 1r e 1v - reclamo (sinalizado em vermelho)



Fonte: IEB-USP

A maneira como os reclamos são definidos acaba suscitando, no leitor, a falsa ideia de uma forma fixa tanto para a estrutura quanto para a análise do reclamo: uma palavra ou pedaço de palavra colocada no fim da página, que se repetia de forma idêntica, no início da página seguinte. Tanto que os trabalhos filológicos que se voltam para os reclamos resumem-se a identificá-los no texto e listá-los, sem a preocupação de observar e analisar a sua aparência.

Não é bem assim. O escrivão, ao fazer uso dessa forma de foliação, tem autonomia para aplicar habilidades gráficas e até estéticas, a fim de ajustar os reclamos às condições de espaço no suporte, sinalizando, como resultado dessa técnica, a multiplicidade de formatos que eles podem assumir.

Dessa versatilidade funcional parece valer-se a reivindicação dos estudos sobre os reclamos tanto pela Codicologia como pela Paleografia. Afinal, se definido como uma técnica de paginação, o reclamo se torna objeto de estudo codicológico; mas quando é analisado como sinal que pode conferir autenticidade a um documento pela caracterização de elementos da escrita, como o modo de separação de sílabas, as abreviaturas, e a falta de fronteira entre palavras, por exemplo, então, a análise se volta para a metodologia paleográfica.

Não é possível dissociar dos reclamos a sua função original de manter e de possibilitar reconstituir o ordenamento dos fólhos, de grande valia, quanto mais distantes no tempo estiverem os manuscritos, que podem, no seu processo de transmissão, chegar à atualidade misturados. Porém, quando Dias (2018), com olhar filológico sobre os reclamos presentes em *corpus* constituído por manuscritos representativos dos séculos XVI ao XIX, se propõe a classificar esses pormenores gráficos, a partir de categorias estabelecidas de acordo com as formas como eles se mostram no texto, cria-se novo método de estudo que observa os seus padrões de estrutura e de ocorrência no texto, aliando as metodologias da Codicologia e da Paleografia para se compreender melhor a tradição dessa marca cultural.

Dessa maneira, aceitando a proposta da autora, são utilizados, nesta pesquisa, cujo *corpus* é constituído por vinte e dois fólhos manuscritos da segunda metade do século XVIII, os subsídios oferecidos para descrever a estrutura dos reclamos. No quadro 4, a seguir, os reclamos e as repetições estão relacionados e numerados. Na primeira coluna, indica-se a ordem em que aparecem nos documentos²³; na quarta coluna, estão classificados por tipos, de acordo com a forma como se apresentam nos fólhos (representada nas colunas 2 e 3), a fim de destacar tanto a técnica de foliação²⁴ como as habilidades requeridas pelo escrivão e pelo leitor para a confecção e a compreensão, respectivamente, desse procedimento.

Espera-se que os resultados desta descrição se juntem a outros tantos referentes a manuscritos brasileiros de várias centúrias, para serem utilizados pela Codicologia e pela Paleografia, com o objetivo de compor um quadro que vá delineando a cultura do emprego de reclamos, mais um dos vestígios a que o filólogo recorre para circunscrever os documentos analisados em seu tempo e lugar.

Quadro 4: reclamos - identificação²⁵ e classificação

nr referência/ Documento	reclamo Última linha ²⁶	repetição Primeira linha	Tipos relacionados: reclamo > repetição
01 Representação	Cedeo	excedeo	segmento de palavra > palavra
02 Representação	grandeza	grandeza	palavra > palavra

²³ Os documentos estão relacionados na ordem em que aparecem no códice.

²⁴ Numeração de folhas em um manuscrito (CODICOLOGIA, s.v. réclame/garde).

²⁵ As letras em itálico revelam a parte das palavras que foram suprimidas nas abreviaturas.

²⁶ Linha exclusiva para o reclamo.

03 Representação	terra	a terra?	palavra > mais de uma palavra
04 Representação	oque	oque	sem fronteira + abreviatura > sem fronteira + abreviatura
05 Representação	da	da	palavra > palavra
06 Carta régia	a Capital	a Capital	mais de uma palavra > mais de uma palavra
07 Termo em junta	de que	de que	mais de uma palavra > mais de uma palavra
08 Termo em junta	o	o	palavra > palavra
09 Termo em junta	ou	ou	palavra > palavra
10 Termo em junta	os	os	palavra > palavra
11 Termo em junta	de	de erro de	palavra > mais de uma palavra
12 Termo em junta	res	Ouvidores	sílaba > palavra
13 Termo em junta	zoireiros	Thezoireiros	abreviatura de segmento de palavra > palavra
14 Termo em junta	Real	Real	palavra > palavra

15 Termo em junta	Villa	Villa	abreviatura > palavra
16 Auto de vereação	luntario	luntario	segmento de palavra > segmento de palavra
17 Auto de vereação	em pó	em pó	mais de uma palavra > mais de uma palavra
18 Auto de vereação	Sabará	Sabará	palavra > palavra

Fonte: elaboração dos autores (2023)

A visualização dos reclamos e das repetições, recortados dos textos dos manuscritos e isolados nas colunas 2 e 3, do quadro 4, permite identificar o seu modo de composição e diferenciar as formas gráficas registradas no reclamo e na repetição. É possível ainda constatar que os reclamos enlaçam as manchas escritas de cada documento para indicar a continuação do texto. Só não recebeu o registro de reclamo, obviamente, o fólho final de cada documento.

5.1. Comentários paleográficos sobre os reclamos nos manuscritos setecentistas da Vila Real de Sabará

Na maioria das vezes, Custódio dos Anjos Fremes, escrivão da câmara da Vila Real de Sabará, repete no fólho seguinte formas idênticas às utilizadas no reclamo, como se observa no quadro 5, a seguir:

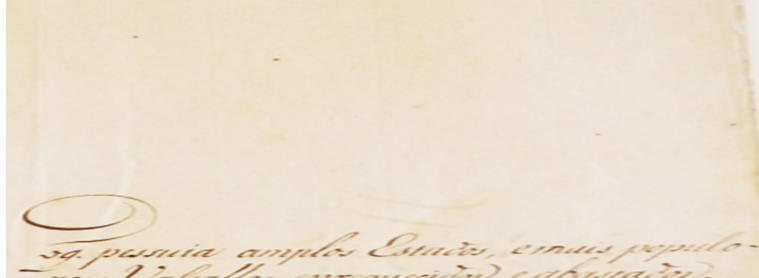
Quadro 5: reclamos idênticos à repetição

Documento	Reclamo/fólho	Fólho/repetição
Representação	grandeza – 1v	2r – grandeza
Representação	oque – 2v	3r - oque
Representação	da – 3r	3v – da
Carta Régia	a Capital – 4r	4v – a Capital
Termo em Junta	de que – 5r	5v – de que
Termo em Junta	o – 5v	6r – o
Termo em Junta	ou – 6r	6v – ou
Termo em Junta	os – 6v	7r – os
Termo em Junta	Real – 8v	9r – Real
Auto de Vereação	luntario – 10r	10v – luntario
Auto de Vereação	em pó – 10v	11r – em pó
Auto de Vereação	Sabará – 11r	11v – Sabará

Fonte: elaboração dos autores (2023)

A abreviatura “*que*”, acompanhada do artigo, sem fronteira entre as palavras, é a única que se manteve reduzida quando repetida no fólho seguinte. Ainda que abreviada, a palavra salienta o sinal de abreviatura (o til), que avança na margem superior, como se observa na figura 12, a seguir:

Figura 12: sinal abreviativo – fólho 3r.



Fonte: IEB-USP

As demais abreviaturas utilizadas nos reclamos aparecem desenvolvidas na repetição, no início do fólho seguinte, como se observa no quadro 6:

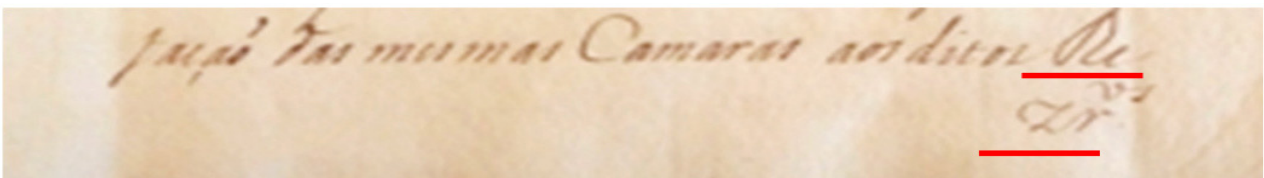
Quadro 6: Reclamos abreviados

Documento	Reclamo/fólho	Fólho/repetição
Termo em Junta	zr. ^{os} – 8r	8v – Thezoireiros
Termo em Junta	V ^a . – 9r	9v – Villa

Fonte: elaboração os autores (2023)

No fólho 8r, destacado na figura 13, a seguir, nota-se que, para se ajustar à coluna da mancha escrita, o escrivão manteve a sílaba “The”, da palavra “Thezoireiros”, na mesma linha do texto. E para seguir o padrão de estrutura monossilábica dos reclamos, fixados na maioria dos fólhos do termo em junta, abreviou o segmento de palavra “zoireiros” como “zr.^{os}”, partícula que vem desacompanhada e acanhada, na última linha do fólho.

Figura 13: Separação de sílabas e abreviatura – fólho 8r

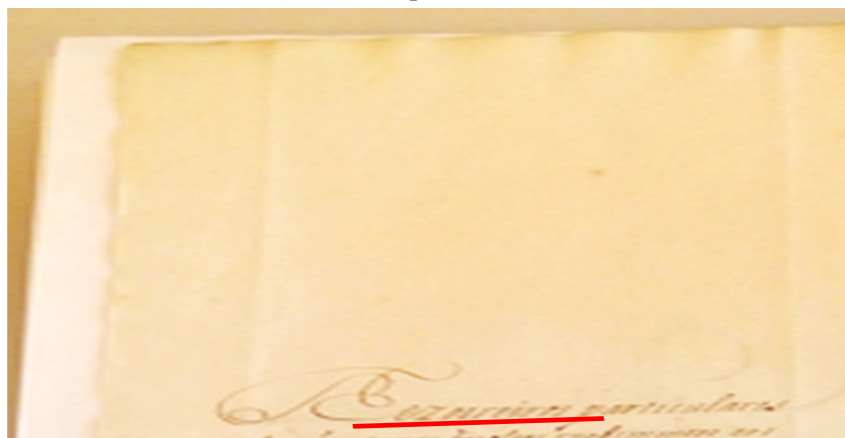


Fonte: IEB-USP

Enquanto o reclamo é adaptado para se ajustar ao espaço delineado pela mancha escrita, já ao final do fólho, e aos padrões criados pelo próprio escrivão, a repetição, no fólho seguinte, pode ser

traçada com folga e com requinte paleográfico favorecidos pelo espaço disponível entre a margem superior e a primeira linha do fôlio, como se observa na figura 14:

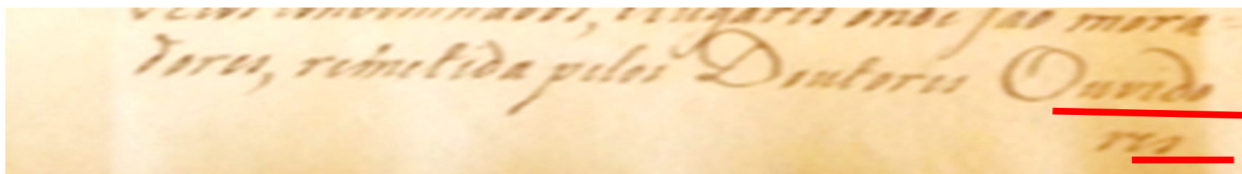
Figura 14: repetição - fôlio 8v



Fonte: IEB-USP

Em outro trecho, conforme figura 15, o escrivão também precisou utilizar do recurso da separação de sílabas para manter o texto justificado dentro da linha imaginária que delimita a mancha escrita – “Ouvido” – e registrar, como reclamo, a sílaba final da palavra – “res”.

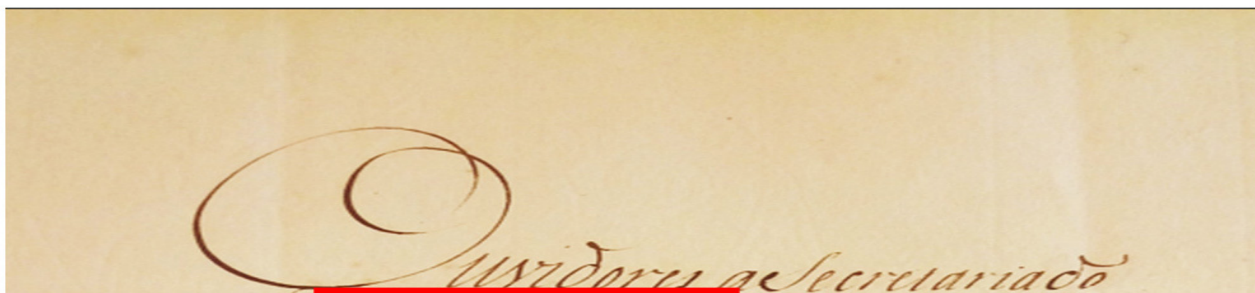
Figura 15: separação de sílabas - fôlio 7v



Fonte: IEB-USP

No fôlio seguinte, novamente, a repetição surge com elegância, em módulo maior, na primeira linha do fôlio, como se nota na figura 16.

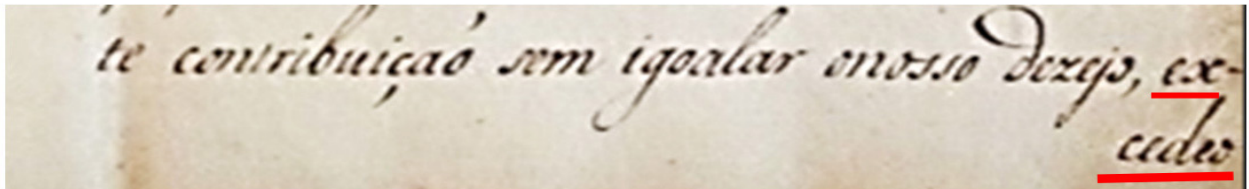
Figura 16: repetição – fôlio 8r



Fonte: IEB-USP

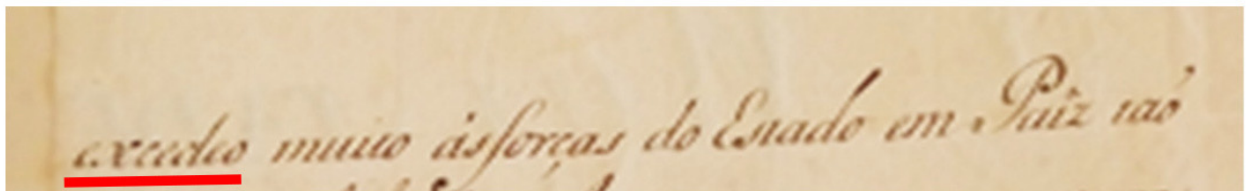
No primeiro fólio da representação, o escrivão precisou separar a sílaba “ex-” e o reclamo foi formado pelo segmento das duas sílabas finais da palavra – “cedeo”, mas no fólio seguinte, a palavra foi repetida por inteiro, como demonstrado nas figuras 17 e 18, a seguir, neste início de fólio, sem muitos contornos:

Figura 17: separação de sílabas – fólio 1r



Fonte: IEB-USP

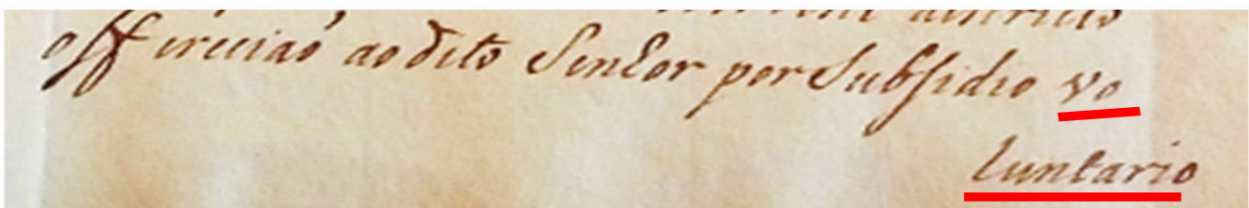
Figura 18: palavra inteira – fólio 1v



Fonte: IEB-USP

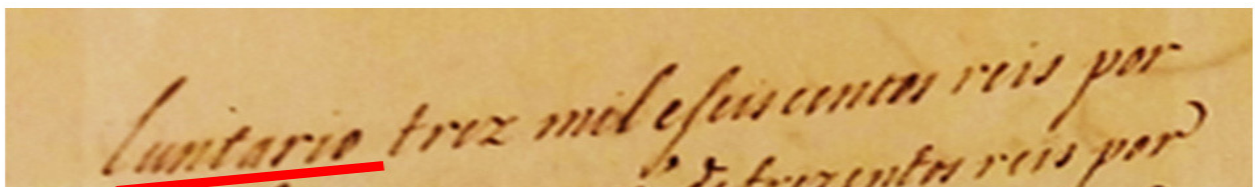
Somente uma vez, como registrado nas figuras 19 e 20, a seguir, o escrivão repete, no início do fólio, o segmento de palavra “luntario”, no lugar da palavra inteira “voluntário”, como o fez nas demais ocorrências:

Figura 19: segmento de palavra (reclamo) – fólio 10r



Fonte: IEB-USP

Figura 20: segmento de palavra (repetição) – fólio 10v

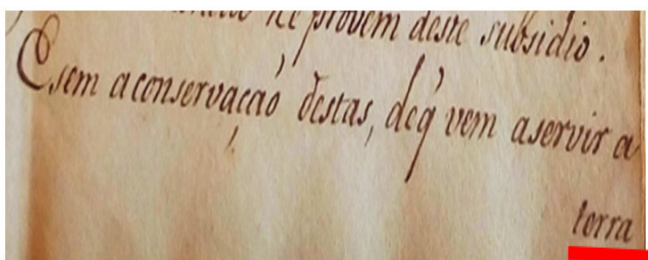


Fonte: IEB-USP

Na representação, na carta régia e no auto de vereação, os reclamos apresentam mais de uma sílaba, e até mais de uma palavra. Nos dez fólhos do termo em junta, entretanto, a maior parte dos reclamos se constitui de monossílabos. Somente duas ocorrências de mais de uma palavra e palavra de mais de uma sílaba apareceram como reclamos nesse documento: “de que” (dois monossílabos) e “Real”.

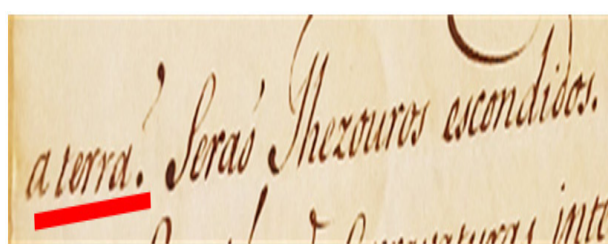
Um detalhe do ponto de vista da leitura do reclamo chama a atenção no fólho 2r, como se observa nas figuras 21 e 22, a seguir. Para manter uma boa fluência, já que o ponto de interrogação, que exige entonação apropriada, não veio registrado na “chamadeira”, na última linha do fólho 2r, da representação, mas somente após a repetição da palavra “terra”, no fólho seguinte, o leitor precisaria ter olhado antes para o início do fólho 2v.

Figura 21: fólho 2r - reclamo



Fonte: IEB-USP

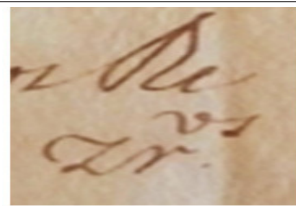
Figura 22: fólho 2v - repetição



Fonte: IEB-USP

Dentre as características paleográficas registradas nos reclamos, pode-se distinguir: i) a baixa frequência de abreviaturas, em relação a manuscritos de séculos anteriores; e ii) as formas utilizadas para se abreviar²⁷ as palavras, conforme demonstra-se no quadro 7, a seguir. Ambas são indicativas para se circunscrever no século XVIII os manuscritos analisados neste trabalho.

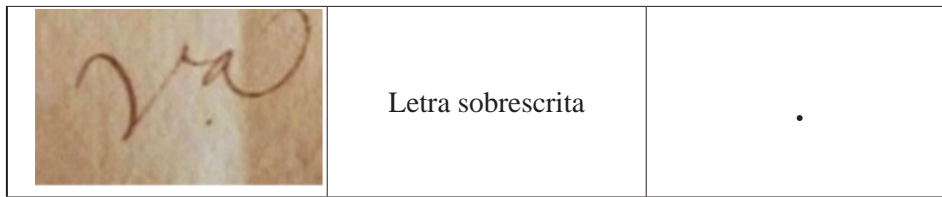
Quadro 7: classificação das abreviaturas

Abreviatura	Tipo	Sinal abreviativo
	Suspensão ²⁸	, e ∴
	Letra sobrescrita ²⁹	.

²⁷ As abreviaturas são formadas por uma parte alfabética, um significante linguístico portador de conteúdo semântico, e por um significante que assinala a condição de palavra abreviada, um sinal abreviativo em forma de “ponto”, “til”, ou “apóstrofo”, que ora funciona como indicador do início da abreviatura, ora como substituto da letra suprimida.

²⁸ Escreve-se somente a primeira letra da palavra, suprimindo-se o seu final.

²⁹ Algumas letras do meio da palavra são suprimidas e as últimas letras são registradas em tamanho um pouco menor do que as demais, e ligeiramente acima da linha, após ou sobre a última letra representada na palavra.



Fonte: elaboração dos autores (2023)

A forma como o texto escrito está disposto no papel, ressaltando as manchas escritas, onde se localizam os reclamos dos manuscritos setecentistas escolhidos para este estudo, mostra uma prática comum nas sedes administrativas brasileiras no século XVIII. As colunas formadas pelos espaços em branco eram reservadas para que a sede administrativa à qual se destinavam os documentos registrassem o devido despacho, deferindo ou indeferindo o pedido ou solicitação. Esse hábito de escrita também pode ser analisado como uma evidência de autenticidade da localização registrada no manuscrito, ou seja, na câmara da Vila Real de Sabará, capitania de Minas Gerais.

Assim, esta nova forma de se investigar os reclamos contribui para esmiuçar a análise dos elementos codicológicos e paleográficos com os quais se compreende de maneira mais clara a própria escrita e a sua variação temporal, espacial e social.

5.2. Análise da frequência dos reclamos nos manuscritos setecentistas da Vila Real de Sabará

A interpretação da análise feita sobre os reclamos dos manuscritos de Sabará revela que o tipo mais utilizado nos vinte e dois fólios que compõem o referido códice é o constituído por palavras inteiras, ainda que monossilábicas, como demonstrado na tabela 1, a seguir.

Tabela 1: frequência de reclamos por tipo

Ordem	Tipo	Número ocorrências
1º.	Palavra	9
2º.	Mais de uma palavra	3
3º.	Segmento de palavra	2
	Abreviatura	1
4º.	Abrev. de segmento de palavra	1
	Sem fronteira entre palavras	1
	Sílaba	1
TOTAL		18

Fonte: elaboração dos autores (2023)

Embora a amostra deste estudo seja insignificante perto dos *corpora* disponíveis para pesquisas, e mesmo do *corpus* utilizado por Dias (2018), apenas a título de comparação com o estudo realizado pela autora, observamos que o tipo de reclamo mais utilizado pelo escrivão de Sabará, no ano de 1777, foi a palavra inteira; em segundo lugar, o conjunto de duas ou mais palavras; em terceiro, o

segmento de palavra; e em quarto, as categorias “abreviatura” (de palavra e de segmento de palavra), “sílaba” e “palavras sem fronteira entre si”. A necessidade de inclusão da categoria “abreviatura de segmento de palavra”, na descrição dos manuscritos deste estudo, evidencia a variedade de arranjos possíveis para a formação dos reclamos.

No cômputo geral, levando em conta os sete documentos analisados no livro *De uma página a outra*, tanto os manuscritos como os impressos, Dias (2018) também se depara com a categoria “palavra” como o tipo mais frequente de reclamo encontrado, conforme tabela 2, a seguir, cuja lista, neste estudo, conservou até o 6º. critério de classificação:

Tabela 2: ordem de frequência dos tipos de reclamos nos sete documentos analisados por Dias (2018)

Ordem	Tipo
1º.	PALAVRA
2º.	SÍLABA
3º.	SEGMENTO DE PALAVRA
4º.	ABREVIATURA
5º.	SEM FRONTEIRA
6º.	MAIS DE UMA PALAVRA

Fonte: Dias (2018, p. 119)

Portanto, podemos agregar, a esse total, o predomínio da categoria “palavra” nas ocorrências de reclamos destacadas nos manuscritos setecentistas da Vila Real de Sabará, como uma contribuição parcial para a referida estimativa. A regularidade, nessas duas amostras de análise, do emprego da categoria “palavra” para a formação dos reclamos, pode ser utilizada como conjectura inicial, a ser confirmada quando os dados forem juntados a resultados de pesquisas mais volumosas e consistentes, para hipóteses como, por exemplo, a preferência dos escribas pela unidade linguística, que aparece completa no reclamo, como forma de contribuir para uma maior fluidez da leitura.

Considerações finais

Para a análise dos reclamos identificados no códice setecentista da Vila Real de Sabará, escolhido para este estudo, aplicam-se os preceitos da Codicologia, enquanto disciplina que se volta para os aspectos da composição e organização dos cadernos, para a reconstituição da fase de produção de códices manuscritos. Além disso, com o objetivo de se agrupar os reclamos por tipos, recorre-se aos procedimentos da análise paleográfica, para se estabelecer padrões de estrutura identificáveis nesses registros escritos e para se identificar esses padrões nas escritas do século XVIII.

No estudo de Dias (2018), a categoria “palavra” foi a mais utilizada em um *corpus* que reuniu documentos impressos e manuscritos³⁰ datados dos séculos XVI ao XIX. Nos documentos

³⁰ Aproximadamente 762 páginas impressas e 156 fólios manuscritos.

diplomáticos setecentistas da Vila Real de Sabará, preservados no IEB-USP, o escrivão também priorizou a categoria “palavra” para formar os reclamos nos vinte e dois fólhos manuscritos.

O que essa frequência nos tipos de reclamos identificado nos manuscritos setecentistas da capitania de Minas Gerais pode evidenciar sobre a cultura do emprego de reclamos, além de sua função primordial de organizar os cadernos e fólhos? Em primeiro lugar, nota-se o empenho do escrivão para ajustar a última palavra do fólho ao final da coluna demarcada pela mancha escrita. Para lidar com a ocupação gráfica no espaço delimitado para o reclamo, o escrivão utiliza habilidades que demonstram grau de instrução compatível com o exigido para o cargo que ocupa na câmara da Vila Real de Sabará, práticas verificadas em manuscritos coetâneos.

Entretanto, como a preferência pela categoria “palavra” foi igualmente constatada nos estudos de Dias (2018), que selecionou um *corpus* mais volumoso e representativo de vários séculos, pode-se conjecturar sobre a prioridade dada pelos escribas à fluidez da leitura, para o perfeito enlace do texto entre um fólho e outro. Neste caso, a análise do reclamo recai sobre o desvelo do escrivão com o leitor.

Essa tendência para o emprego de unidades linguísticas nos reclamos, analisada como manifestação cultural de escribas, *scriptoria*, ou sedes administrativas, além de contextualizar os documentos no tempo e no espaço, abre janelas para a investigação sobre a sua função de descomplicar a leitura dos manuscritos, ainda pouco ou quase nada explorada.

Contudo, para se fortalecer essa argumentação, é necessário juntar resultados de estudos de *corpora* expressivos. Para tanto, valoriza-se a introdução de diferentes formas de se investigar a materialidade dos manuscritos, encadernados ou avulsos, pelas metodologias da Codicologia e da Paleografia.

Enfim, pode-se concluir que a necessidade de associação de dados abarcados por análises codicológicas e paleográficas, para uma interpretação mais precisa dos resultados parciais obtidos, justifica a demanda e as vantagens da formação de banco de dados específico³¹ que torne possível aos pesquisadores inserir, quantificar e comparar as informações já tratadas em trabalhos filológicos, para complementar o conhecimento sobre a tradição manuscrita brasileira.

Referências

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. Recife: UFPE: Massangana, 1994.

ACKEL, Antonio; MADEIRA, Maria de Fátima Nunes. Os caminhos da codicologia. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v. 23, n. 1, pp. 1-15, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1980-6914/eLETD02114359>.

ALMADA, M. *Cultura escrita e materialidade: possibilidades interdisciplinares de pesquisa*. PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, pp. 134-47, 2014.

³¹ Representativo de manuscritos em língua portuguesa, produzidos no Brasil.

ARGOTE, Jeronymo Contador de. *Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina*. Lisboa: Oficina da Musica, 1725. Disponível em: <http://purl.pt/10>. Acesso em: 22 fev. 2023

AULETE, Francisco Júlio de Caldas. *Dicionário digital*. Disponível em: https://www.aulete.com.br/site.php?mdl=aulete_digital. Acesso em: 11 jan. 23.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. João V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus: Lisboa, Oficina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. 8 v., 2 Suplementos.*

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CARMELO, Luis do Monte. *Compendio de orthografia, com sufficientes catalogos, e novas regras*. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1767. Disponível em: <http://purl.pt/9>. Acesso em: 22 fev. 2023.

DAIN, Alphonse. *Les manuscripts*. Paris: Les Belle Lettres, 1949.

DIAS, Elizangela. *De uma página a outra – o reclame em livros manuscritos e impressos dos séculos XVI a XIX*. São Paulo: Miró Editorial, 2018.

GARCIA, Elisa Ruiz. *Introducion à la Codicologia*. Madrid: Biblioteca del Libro, Germán Sánchez Ruipérez, 2002.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. *Morfologia*. 1. ed. – São Paulo: Parábola, 2019 (Linguística para o ensino superior Livro 1).

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HOUAISS, Antonio. 1915 - *Elementos de Bibliologia*. São Paulo: Editora Hucitec. Reimpressão fac-similar. 1983.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 3.0, 2009.

FEIJÓ, João de Moraes Madureyra. *Orthographia, ou arte de escrever; e pronunciar com acerto a língua portugueza*. Lisboa: Na Oficina de Miguel Rodrigues, 1734. Disponível em: <http://purl.pt/13>. Acesso em: 22 fev. 2023.

MADEIRA, Maria de Fátima Nunes. *Subsídio voluntário: Diplomática contemporânea e a contextualização de documentos setecentistas de Minas Gerais*. 2023. 309 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

MARCOTULIO, Leonardo Lennertz... *et al. Filologia, história e língua: olhares sobre o português medieval*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018.

MARIANA, Manuel Sanchez. *Introducción al libro manuscrito*. Madrid: Arco Libros, 1995.

TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida. Um caminho de retorno como base: proposta de normas de transcrição para textos manuscritos do passado. *Travessias Interativas / São Cristóvão (SE)*, v. 10, n. 20, pp. 192-208, jan-jun/2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/Travessias/article/view/13959/10679>. Acesso em: 22 fev. 2023.

ORAÇÃO DAS CHAGAS (CÓDS. ALCS. 89 E 221): EDIÇÃO PALEOGRÁFICA E CRÍTICA
PRAYER OF THE WOUNDS (CODS. ALCS. 89 AND 221): PALEOGRAPHIC AND CRITICAL EDITION

Marcos Alexandre dos Santos¹

RESUMO

Este artigo apresenta edição paleográfica e crítica de um texto medieval curto, identificado como *oração das chagas* nos códices alcobacenses 89 e 221 da Biblioteca Nacional de Portugal. Trata-se de uma parábola que propõe aos fiéis rezarem Pais Nossos e Aves Marias para cada uma das mais de cinco mil chagas infligidas ao corpo de Cristo, já que, uma vez completada tal tarefa, a alma estaria automaticamente salva de qualquer pecado, por pior que fosse ele para a doutrina Cristã. O presente estudo compõe-se de breve descrição do conteúdo da oração, discussão sobre suas possíveis fontes, breve descrição codicológica dos dois testemunhos que contêm o texto e apresentação da edição paleográfica e crítica do texto, precedida de descrição das respectivas normas de edição.

PALAVRAS-CHAVE: Crítica textual. Religião. Idade Média. Alcobaça. Oração das chagas.

ABSTRACT

This article presents a paleographic and a critical edition of a short medieval text, identified as the *prayer of the wounds* in the alcobacenses codices 89 and 221 of the National Library of Portugal. It is a parable that proposes that the believers pray Our Fathers and Hail Marys for each of more than five thousand wounds inflicted on the body of Christ, and, once completed this task, the soul would be automatically saved from any sin, no matter how worse it was deemed by the Christian doctrine. The present study consists of a brief description of the contents of the prayer, a discussion of its possible sources, a brief codicological description of the two testimonies that contain the text and the presentation of the paleographic and critical edition of the text, preceded by a description of the respective edition norms.

KEYWORDS: Textual criticism. Religion. Middle Ages. Alcobaça. Prayer of the wounds.

Introdução

Encontra-se registrado nos códices alcobacenses 89 e 221 da Biblioteca Nacional de Portugal um texto curto que é designado no seu próprio interior como uma *oração das chagas*. Não se trata de uma oração propriamente dita, isto é, não é como as que circulam atualmente, como o Pai Nosso, a Salve Rainha ou o Credo. Esse texto curto em prosa se assemelha mais a uma parábola, que veicula uma mensagem ligando o suposto número de chagas no corpo de Cristo após a crucificação a uma quantia de Aves Marias e Pais Nossos a serem rezados para trazer a salvação e outros benefícios aos fiéis, daí a ideia de oração.

A priori, seu teor, ainda que em consonância com a temática religiosa, poderia sugerir tratar-se de uma composição totalmente original. No entanto, a história contada na oração evidencia uma origem

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), m.alexandre.s@outlook.com, <https://orcid.org/0000-0002-1645-3608>.

antiga e complexa. Dessa forma, para lançar luz sobre esse texto e contribuir para sua preservação e difusão, apresenta-se, no presente estudo, edição paleográfica e crítica da referida oração, levando em conta as versões que aparecem nos dois testemunhos já mencionados: os códcs. alcs. 89 e 221.

1. Oração das chagas

1.1. Síntese do conteúdo

A oração das chagas dos códcs. alcs. 89 e 221, em forma de parábola, tem por mote central a ideia de que o fiel que rezar um Pai Nosso e uma Ave Maria para cada uma das 5195 chagas presentes no corpo de Cristo (após ter passado pelo calvário) alcançará salvação e outros benefícios.

Segundo a narrativa, essa revelação teria sido feita a um homem, que rezava de joelhos diante de um altar, por meio de uma visão que teve de Cristo, com quem trocou algumas palavras, tendo sido não só informado do número das chagas (algo que desejava muito saber) mas também dos benefícios que obteria, caso se compromettesse a rezar 50 vezes por dia, para cada uma delas, durante um período de tempo. Os benefícios envolveriam salvar-se de morte ruim e súbita, mesmo estando em pecado mortal. Eles se estenderiam ainda para amigos e parentes na mesma situação, que também seriam salvos. Até os já falecidos se favoreceriam: estando no purgatório, dele sairiam, indo direto ao paraíso.

Após tal encontro com o Filho de Deus, o homem se dirigiu a um mosteiro feminino e repassou a suas residentes o que havia acabado de lhe ocorrer. Tendo explicado no que consistiria a oração a ser feita, observou que nem todas as mulheres se sentiram impelidas a iniciar a oração. Após ele próprio ter completado o ciclo de orações, retornou ao mosteiro pedindo que lhe fosse revelado quais das mulheres também a completaram. Ao ver todas no altar, pôde notar que aquelas que o perfizeram reluziam, enquanto as que não o completaram tinham o corpo brilhante, mas a cabeça escura, e as que não rezaram eram escuras por inteiro.

Na última porção do texto é detalhada a quantia de Pais Nossos e Ave Marias a serem rezadas para se completar a oração. No entanto, o número não é o mesmo das 5195 chagas, mas 5200 (50 Pais Nossos e Ave Marias por 104 dias: $50 \times 104 = 5200$) e 5475 (15 Pais Nossos e Ave Marias por um ano: $15 \times 365 = 5475$). Aparentemente, a ideia principal não envolvia um número exato, mas a intenção e a disciplina de se fazer as orações por um longo período de tempo.

1.2. Possíveis fontes: o homem recluso do texto holandês e a mulher emparedada de Roma

O recebimento da revelação do número de chagas no corpo de Cristo é amplamente creditado a Santa Brígida da Suécia. No entanto, supõe-se que o nome dessa santa da Igreja Católica tenha sido colocado nessa história como forma de trazer visibilidade à ordem criada por ela, tendo o texto sofrido ajustes para se encaixar na biografia da religiosa. A narrativa que recorrentemente traz uma pessoa reclusa, a revelação do número das chagas e os benefícios de se rezar por elas aparece em diversos outros textos sem ligação alguma com Santa Brígida, com sua essência tendo começado a

circular amplamente em forma de texto a partir de meados da Baixa Idade Média, muito antes do próprio nascimento da santa, no séc. XIV. González (2005) revela que, desde o séc. XII, já havia circulação de escritos sobre uma figura *emparedada* em Portugal com essas mesmas particularidades.

É exatamente no prólogo ou “comentário introdutório” (ASKINS, 2007, p. 236) da chamada *Oração da Emparedada*, um dos dez livros ironicamente encontrados eles próprios emparedados em uma casa na vila de Barcarrota (Espanha) em 1992, escondidos da perseguição pela Inquisição, que se pode entrever características narrativas muito similares às da oração aqui editada. Alguns dados variam, sendo menos genéricos, como a localidade onde teria ocorrido a revelação, uma montanha em Roma, a uma anacoreta (a tal *emparedada*),² que também tinha o desejo fervoroso de saber a quantidade de chagas de Cristo. A ela, então, é revelado o número (6676), junto das graças a serem concedidas a quem rezar as orações mais quinze Pais Nossos e Aves Marias por um ano: quinze parentes deixariam de sofrer no purgatório e a alma daquele que tiver feito a oração, que não sofrerá morte repentina, seria acompanhada pelo próprio Jesus Cristo e pela Virgem Maria ao paraíso. Após isso, são apresentadas as quinze orações a serem feitas.

Segue-se, então, um novo comentário, relacionado a um eremita, amigo da anacoreta e também cristão devoto, que teve uma visão que comprovou a validade do poder da oração àqueles que dela duvidavam. Ele vai então a um convento e conta às freiras o que vivenciou. Em meio a outros detalhes narrativos, descobre-se que a oração seria efetiva até mesmo contra tempestades e raios.

A obra que inspirou as versões surgidas a partir do séc. XV sobre a *emparedada* teria sido escrita originalmente em latim no final do séc. XIV (ASKINS, 2007), baseada em outros textos do início deste mesmo século, sofrendo alterações pontuais a cada cópia. Askins (2007) especula que a origem teria se dado no norte da Inglaterra, local com um grande número de pessoas vivendo em reclusão religiosa.

O caráter “mágico” do texto, especialmente com a promessa de salvação automática da danação infernal uma vez completadas as orações, teria gerado ressalvas dentro da Igreja, que passou a desaconselhar sua leitura e disseminação, classificando-o como herético já a partir do séc. XVI (GONZÁLEZ, 2005), havendo intercorrências a ele ligadas até a metade do século passado, quando ainda era considerado uma piedade popular heterodoxa. Tido como uma espécie de amuleto, era carregado pelo dono como forma de proteção e, portanto, um objeto espúrio frente a doutrina da Igreja. Sua popularidade, no entanto, fez com que resistisse até os dias atuais, angariando fiéis que se sentem inclinados a considerar sua mensagem uma poderosa forma de meditação à parte do cânone católico.

² Os chamados *emparedados* ou *anacoretas*, sendo a maioria mulheres, eram aqueles que escolhiam viver trancados em uma cela com pequenas aberturas sem possibilidade de saída, até a morte, rezando, contemplando as divindades máximas da Igreja Católica e escrevendo livros sobre fé. Tal prática era muito comum durante a Idade Média, tendo sido registrada pelo menos a partir do século XII, e pode ser vista como uma exacerbação das práticas monásticas criadas ainda no primeiro milênio. Diferiam dos eremitas por estarem sempre atrelados a uma igreja e não viverem em isolamento absoluto, fazendo parte da vida comunitária, ainda que de maneira limitada, por vezes oferecendo conselhos a visitantes (WELLESLEY, 2018).

É importante assinalar também que Askins (2007) registra já se ter identificado relação entre a história em questão e o cap. 58 do *Vita Christi* de Ludolfo da Saxônia. Tal obra foi traduzida para o português e teria feito circular o tema já em língua portuguesa, como se vê no seguinte excerto, transcrito por Askins, da tradução portuguesa do *Vita Christi*, publicada em 1495, em Lisboa, por Valentim Fernandes e Nicolau da Saxônia:

A hũa bõa molher ã viuia ençarrada ou empardeada: ã desejava muyto saber o cõto das chaguas de xpõ e quãtas erã. Diselhe hũa voz ã foy enuiada do ceo stando ella fazêdo cõ choro oraçom a deos por aq̃llo. Cinco mil. q̃trocetos e e (*sic*) nouêta foram as chaguas ou feridas do meu corpo. E se tu q̃sieres seer chagado diras cada dia quinze vezes o pater noster cõ a aue maria: em memoria da m̃jha paixõ. E assy acabado o año teeras saudada ou dicta a cada hũa das dictas chaguas sua oraçõ ou saudaçõ. E aq̃sta oraçõ he muyto plazête a d̃s segũdo depois foy reuellado a huũ homẽ ã viuia aq̃tado (ASKINS, 2007, p. 242).

Dadas as similaridades, abre-se a possibilidade de a narrativa da oração dos códices alcobacenses ter surgido de um texto originalmente fragmentado da história da emparedada. Assim como nele não há as orações propriamente ditas, que aparecem no códice de Barcarrota, seria possível questionar se a figura feminina da emparedada, também ausente, teria sido suprimida dele acidentalmente, em virtude da transmissão do texto, ou propositalmente, como forma de incumbir a um homem o dom de receber uma revelação tão extraordinária do próprio nazareno.

Em contraponto, Askins (2007, p. 243) revela a existência de uma versão em que não é uma mulher quem tem a visão de Cristo, mas um homem, o que se aproxima muito mais da oração dos testemunhos alcobacenses. Ela seria parte de um livro de horas em holandês médio do séc. XIV. A tal homem, vivendo também em reclusão, teria sido revelado que seriam 5565³ as chagas de Cristo, para as quais ele deveria rezar quinze Pais Nossos e Ave Marias diariamente para ter sua alma salva, bem como a de uma única outra pessoa. Teria esse texto alguma relação, mesmo que longínqua, com a oração presente nos códices alcobacenses?

Trata-se de uma discussão instigante, não apenas pelo seu valor para a história da religião, já que a Igreja tratou de eliminar objetos que hoje poderiam servir como peças-chave no entendimento da origem deste texto, mas sobretudo pelo valor cultural para a sociedade. Uma tarefa essencial, mas que ultrapassa os limites da proposta do presente estudo, é a de investigar a relação da oração dos testemunhos alcobacenses com os demais testemunhos medievais que contêm texto vinculado à oração em análise.

³ Merece menção um traço curioso do texto em questão: nota-se que o número de chagas em toda a tradição é bastante variável, ainda que sempre estando na casa dos milhares: 5195, 5200, 5475, 5490, 5565, 6666, 6676. Trata-se de uma característica que aponta provavelmente para os problemas ligados à transmissão de textos, especialmente durante o período pré-imprensa.

2. Breve descrição codicológica dos cód. alcs. 89 e 221⁴

Apresentam-se, a seguir, breves descrições codicológicas dos cód. alcs. 89 e 221, baseadas nas informações reunidas em dois trabalhos recentes que se ocuparam desses manuscritos: Bico (2021), para o cód. alc. 89⁵ e Santos (2022), para o cód. alc. 221.⁶

O cód. alc. 89 tem 178 fólhos em papel de dimensões médias de 22 cm por 14,5 cm, organizados em 12 cadernos. O texto é escrito em uma única coluna, com número variável de linhas por fólho (entre 19 e 33). Em tinta acinzentada, que aparenta esmaecimento, a letra é gótica, sem rubricas e com capitulares ausentes. A autoria, pela folha de rosto (que não é da mesma época de criação do manuscrito), é creditada a Melchior do Reys, não havendo informações biográficas adicionais sobre tal figura para confirmação. É datado do fim do séc. XV, sem um ano exato escrito em qualquer parte do códice, que não possui colofão. A oração das chagas ocupa os três fólhos finais (ff. 177r, 177v e 178r)⁷ do décimo segundo caderno. O último fólho teve duas de suas partes cortadas em tiras retangulares, de modo que nele resta apenas a parte final da oração em seu terço inicial. Por inspeção visual da letra usada pelo único copista verifica-se que ele não é o mesmo do texto precedente, o *Espelho da Cruz*.

O cód. alc. 221 possui 146 fólhos em pergaminho, com exceção de três deles (uma folha de rosto e duas de guarda), em papel. A dimensão média de cada fólho é 25,9 cm por 17,6 cm, distribuídos em 18 cadernos. O texto em tinta preta, em uma só coluna, com média de 30 linhas por fólho e em letra gótica, conta com rubricas e capitulares (em parte filigranadas) nas cores azul e vermelho. Não há maiores informações sobre a autoria, com a folha de rosto atribuindo-a ao mesmo Melchior do Reys do cód. alc. 89. Não há colofão. A datação presente na folha de rosto (1510), provavelmente criada para catalogação muito depois da escrita do manuscrito, não é confiável, mas considera-se (INDEX, 1775; ANSELMO, 1925; AMOS, 1989) que a cópia se deu no início do séc. XVI. A oração está no décimo oitavo caderno, escrita em quatro fólhos (ff. 142v, 143r, 143v e 144r).⁸ O último deles tem uma dimensão menor, sendo uma tira de cerca de um terço de um fólho inteiro. Os dois fólhos do meio têm exatamente 30 linhas, indício de que a oração do cód. alc. 221 foi escrita pelo mesmo copista do *Espelho da Cruz*, já que segue a regularidade do número de linhas deste texto, além de visualmente ser possível confirmar que o punho é o mesmo.

Para evidenciar a diferença de punhos no cód. alc. 89 e a identidade de punhos no cód. alc. 221 em relação à oração das chagas, vejam-se as seguintes figuras:

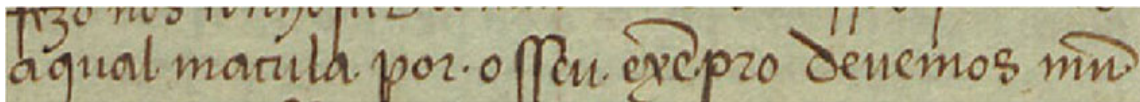
⁴ O presente trabalho não se deterá em descrever paleograficamente os códices estudados. Tais características não são relevantes para o enfoque do artigo e não contribuem de maneira significativa para a contextualização dos manuscritos.

⁵ *Fac-símiles* disponíveis em: <https://purl.pt/24261>.

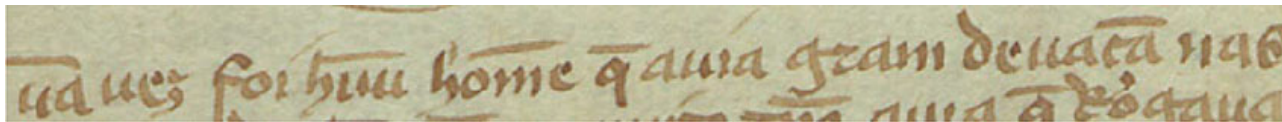
⁶ *Fac-símiles* disponíveis em: <https://purl.pt/24307>.

⁷ Nas versões em PDF e *on-line* do cód. alc. 89, disponíveis no *site* da BNP, tais fólhos estão nas páginas 359 a 361.

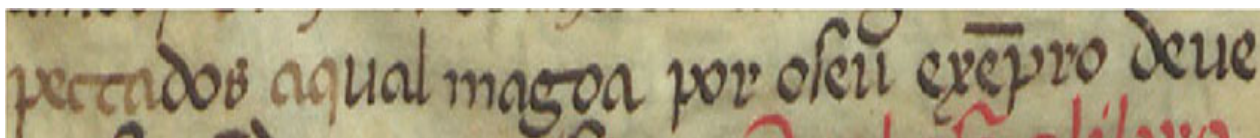
⁸ Nas versões em PDF e *on-line* do cód. alc. 221, disponíveis no *site* da BNP, tais fólhos estão nas páginas 290 a 292 e 255, nessa ordem.

Figura 1: Penúltima linha do *Espelho da Cruz* no cód. alc. 89 (f. 177r7)

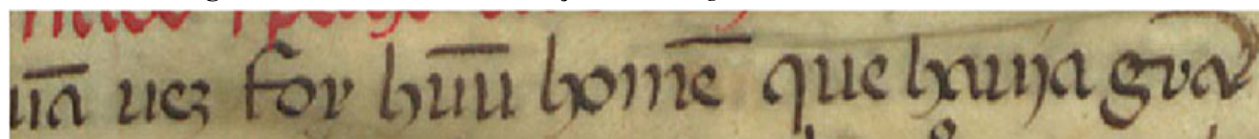
Fonte: Recorte feito pelo autor de fôlio da edição fac-similar do testemunho em questão.

Figura 2: Primeira linha da *Oração das Chagas* no cód. alc. 89 (f. 177r11)

Fonte: Recorte feito pelo autor de fôlio da edição fac-similar do testemunho em questão.

Figura 3: Penúltima linha do *Espelho da Cruz* no cód. alc. 221 (f. 142v15)

Fonte: Recorte feito pelo autor de fôlio da edição fac-similar do testemunho em questão.

Figura 4: Primeira linha da *Oração das Chagas* no cód. alc. 221 (f. 142v18)

Fonte: Recorte feito pelo autor de fôlio da edição fac-similar do testemunho em questão.

Pelos exemplos apresentados, percebe-se diferenças na morfologia e no peso dos caracteres da figura 1 para a figura 2. Entre si, as ocorrências de *a* na figura 2 seguem um padrão, havendo um ângulo agudo na porção superior do caractere (como em *auia*), o que provavelmente indica duas fases na grafia do caractere, com o copista tirando o instrumento de escrita da matéria subjetiva antes de finalizar o traçado. Na figura 1, a mesma vogal também é uniformemente escrita entre as ocorrências, mas possui um traçado arredondado no mesmo ponto mencionado para a figura 2, marcando que o *a* foi escrito de uma só vez pelo copista, sem paradas (como em *macula*). Pela análise do *e* também se entrevê discrepâncias da mesma natureza entre os punhos.

Em contrapartida, entre todas as ocorrências nas figuras 3 e 4, *a* e *e* são escritos de maneira idêntica, com um só traço arredondado, semelhantes aos presentes na figura 1, mas diferentes o suficiente a ponto de ser possível atestar que se tratam de punhos diferentes. Assim, há três punhos diferentes nas quatro figuras apresentadas.

3. Edições

3.1. Edição paleográfica

3.1.1. Normas de edição

As normas utilizadas foram as mesmas usadas para a edição paleográfica da obra *Espelho da Cruz* (que antecede a oração em questão) do cód. alc. 221 (SANTOS, 2022). Essas normas abarcam aquelas preconizadas por Cambraia (2005), às quais foram acrescentadas maiores especificações tendo em vista as particularidades dos testemunhos. Em síntese, as normas são as seguintes:

- a) Na transliteração do texto das orações não se buscou representar cada símbolo gráfico distintamente, como estão no original, optando-se pela uniformização das variações alográficas, como no caso do <s>, que tem mais de uma forma, mas foi somente representado por <s>. As exceções foram <v> e <u>; e <j> e <i>, que assinalam diferenças fonéticas;
- b) A distinção entre o uso de maiúsculas e minúsculas foi mantida como aparece no original, baseando-se na forma dos grafemas. A única capitular foi transcrita como maiúscula, negritada e a ela foi vinculada uma nota de rodapé;
- c) A separação vocabular – com base na proximidade entre os termos, não sendo feita a inserção de hifens – e a translineação também foram mantidas;
- d) Todas as abreviaturas foram desenvolvidas, usando-se itálico para as letras acrescentadas. Para aquelas com letra sobrescrita ou sinal gráfico especial, usou-se a forma mais adequada dentro da tradição da área. Em caso de dúvida, o trecho desenvolvido foi italicizado e deixado entre parênteses simples;
- e) A nota tironiana, que indica a conjunção aditiva, foi transcrita como <e> e italicizada;
- f) A pontuação (ponto, barra vertical e barra oblíqua) foi mantida, com os sinais estando espaçados dos vocábulos (à esquerda e à direita), mesmo quando visualmente unidos a eles;
- g) Os cancelamentos foram assinalados entre chaves duplas e as inserções na entrelinha com parênteses angulares duplos;
- h) Inserções conjecturais pelo contexto aparecem entre colchetes simples. As supressões homeotelêuticas, isto é, repetições de vocábulos ou trechos por erro do copista, aparecem entre colchetes duplos. No caso de dúvida, os caracteres foram colocados entre parênteses simples. Para os de identificação impossível, usou-se um asterisco para cada caractere;
- i) Os fólhos foram numerados com números arábicos dentro de colchetes simples no começo da primeira linha de cada fólho, com a indicação da face (recto: r; ou verso: v);
- j) Não se transcreveu o sinal diacrítico sobre o <i> que lembra o acento agudo do sistema de escrita atual;
- k) Notas marginais sem relação com o texto não foram transcritas, mas aparecem em nota de rodapé quando pertinente.

3.1.2. Textos

3.1.2.1. Versão do cód. alc. 89 (ff. 177r-178r)⁹

[f. 177r] <H>ũã¹⁰ uez foi hũ homẽ *que* auia gram deuaçã nas | chagas de ihesu *christo* e muito tempo auia *que* Rogaua | anoso *Senhor* ihesu *christo* *que* lhe ouese de Reuelar quantas ch|agas Recebera eno seu beento corpo no dia da sua san|ta paixom eueo hũ dia *que* stando elle em Joelhos ante | oaltar mui deuota mête fazendo oraçom em segredo | apareço lhe ihesu *christo* cruçificado cõ todas aquelas chagas | *que* auia Reçebidas em todoo seu corpo na sua santa paixõ | e diselhe *deus* tesalue amigo meu muitos dias me as Ro|gado *que* eu te Reuelase todas as minhas chagas e Eu o|uui atua oraçõ Eute quis uijnr appareçer ati asy como | estaua na santa sesta feira de emdoenças na crux e em | aqesta maneira me ueeram os Justos e os pecadores n|o dia do Juizo uijnrei aJulgar os boos e os maaos e aque|le santo homẽ Respondeo *Senhor* peçote *que* me qeiras perdoar e | Responde ao *que* te demãdarei e diselhe ihesu *christo* *que* muito de | grado ofaria Eaquele santo homẽ dise Rogote *Senhor* *que* me digas | se daqestas chagas *que* me mostras asi frescas se sofres algũã | pena *que* lhe parecia *que* aquele dia foram feitas e Respondeo | [f. 177v] lhe ihesu *christo* çertas no dia santo demdoenças eu | as sofri mas como Resurgi ao dia da pascoa o meuc|orpo foi glorificado [[o corpo]] e o corpo glorificado nõ | pode auer pena nẽ hũã Eporem eu nõ as soffro m|ais as minhas chagas { {som}} stom sempre taaes e | tam tam frescas seerom ao dia do Juizo como odia | santo da sesta feira *por* tal *que* os pecadores *que* nõ qui|serom soffrer algũũ trabalho *por* mỹ nẽ quiserom ho|rar aminha paixom aueram gram temor eReçeo | e aqueles *que* soportarom tribulações *por* mỹ aueram grã|de prazer e galardam Edise aquele santo homẽ peçote | *Senhor* *que* me leixes cõtar quantas chagas ha eno teu corpo | beento Eihsu *christo* Respondeo fazeo asy pois queres Eo sa|nto homẽ *contouas* e achou *que* eram *per* todas cinco mil e | çento e nouẽta e çinco e dise aquele santo homẽ peçote | *Senhor* *que* me digas *que* merito auera aquel *que* diser *por* cada hũã | chaga hũũ pater nostro hũã aue *Maria* *por* oteu louuor e | Reuerençia e ihesu *christo* Respondeo faço te saber *que* quem d|iser *por* cada hũã chaga ao meu louuor hũũ pater noster | e hũã aue *Maria* se esteuer em pecado mortal logo saira d|ele e nõ podera morrer maa morte nẽ subitania mente | Ese algũũ amigo seu ou parente em pecado mortal es|teuer pelo qual el faça esta oraçõ logo saira dele Ese p|adre ou madre ou parente ou amigo seu enas penas do | purgatorio esteuer pelo qualel faça esta oraçõ logo saira | daquelas penas e hira agloria do paraiso Editas estas cou|sas . / ihesu *christo* desapareçoelhe e osanto homẽ ficou muito cõ|solado desto *que* auia uisto e ouuido e foise a hũũ *Moesteiro* de molh|eres e cõtoulhes todo aqesto *que* auia uisto e ouuido e Rog|oulhes *que* fezesem esta oraçõ de suso dita e ouue hi algu[a]s | *quea* começaram e acabaram e outras *quea* começaram e nõ acaba|rom e outras *quea* nõ cõmeçarõ nẽ acabaram Eacabo d[e] | hũũ ano osanto homẽ se lançou em oraçõ aihsu *christo* *que* lhe Re-[f. 178r]¹¹-uelase aquelas *que* auiam cõprida

⁹ O texto da oração inicia-se na l. 11 do f. 177r e termina na l. 11 do f. 178r.

¹⁰ <h> de espera na margem, sem capitular.

¹¹ Deste fólio foram cortadas duas tiras retangulares da matéria subjetiva após o fim do texto da oração.

aoraçõ euio totalas do|nas do *Moesteiro* ante oaltar *eaqelas que* acabaram aoraçom | eram sete uezes mais claras *queo sol eaquelas que* comecarõ | e nõ acabaram tijnhom ocorpo mui claro e acabeça es|cura *Eaquelas quea* nõ quiserom comecar nõ acabar eram | todas escuras muito Equẽ quiser dizer esta oraçõ das | chagas de suso ditas se *diser* cadadia . l . uezes opater n|oster e aue *Maria* Em çento e quatro dias auera acabada | E quẽ *diser* todos os dias de hũũ ano *{e}* quijnze uezes o | pater noster<r> e aue *Maria* auera aoraçã acabada Eqem poder | *dizer* esta oraçõ noso *Senhor deus* lhe dara boo galardom deo *graças*

3.1.2.2. Versão do cód. alc. 221 (ff. 142v-143v e 144r)¹²

[f. 142v] **Hũũ**¹³ uez foy hũũ homẽ que hauja grã | deuaçõ nas chagas de *ihesu christo* e muj|to tempo auja *que* rogaua anosso senhor *ihesu christo* *quelhe* ouuesse de reuelar quãtas chagas re|cebera enoseu bẽ<<e>>to corpo nodia da sua *sancta* | paixõ . e ueo hũũ dia *que* estãdo ele em jeolhos | ante o altar muj deuotamẽte fazẽdo oraçõ | em segredo apareceolhe *ihesu christo* crucificado | cõ todas *aquelas* chagas *que* hauja recebidas ã | todo osseu corpo nasua *sancta* paixõ . E diselhe | *deus* te salue amjgo meu . mujtos dias meas | Rogado *que* eu te reuellasse todas as mjnhas | [f. 143r] chagas . e eu ouuj atua oraçõ . Eute *quis* vjir | aparecer aty assy como estaua na santa sesta | feira de endoẽças na cruz he em *aquesta* man|eira me verã os justos e os peccadores no | dia do jujzo ujirey ajulgar os boos e os | maaos . / E *aquele* santo homẽ . Respondeo | Senhor peçote *queme* queiras perdoar e res|pondeme ao que te demandarey . E disselhe | *ihesu christo* *que* mujto de grado ofaria . / E *aquele* | santo homẽ disse . Rogote senhor *quemedi*lgas se daquestas chagas que me mostras | assy frescas se sofres alguũã pena . *quelhe* | parecia *que* *aquele* dia forã feitas . E Respon|deolhe *ihesu christo* Certas no dia *sancto* de endoenças | eu as sofry mais como Resurgi ao dia da | pascua . omeu corpo foi glorificado e ocor|po glorificado nõ pode hauer pena njnhũã | E porem eu nõ as soffro mais as mjas chagas | estã sempre taaes e tã frescas seerom ao | dia do jujzo como odia santo da sesta fei|ra por tal *que* os peccadores *que* nõ qujserom | sofrer algum trebalho por mÿ nõ qujserõ | horar amjnha paixõ auerã gran temor e | Reçeo . / E *aqueles* que soportarõ tribulações | por mÿ auerã grande prazer e galardom | E disse *aquele* *sancto* homẽ . peçote senhor *que* me | leixes cõtar quantas chagas ha eno teu cor|po bẽto / E *ihesu christo* Respondeo fazeo assy pois | *queres* . / E o *sancto* homẽ *contouas* e achou *que* eran | *per* todas çjnquo mjl e cẽto e nouẽta e cinco | [f. 143v] e disse *aquele* *sancto* homẽ . peçote senhor *que* me di|gas que merito hauera *aquele* *que* *diser* por cada | hũã chaga hũũ pater noster e hũã aue maria | por oteu louuor e Reuerẽcia . / E *ihesu christo* res|pondeu . façote saber *que* quẽ *diser* por cada | hũã chaga ao meu louuor hũũ pater noster | e hũũa aue maria se esteuer ã peccado m|ortal logo sayra dele e nõ podera morrer | maa morte nõ subitamẽte . / E se algũ am|igo seu ou parẽte ã peccado mortal este|uer pelo qual ele faça esta oraçõ logo sa|yra dele e se padre ou madre ou parẽte ou | amjgo seu enas penas do purgato[rio] este|uer pelo qual ele faça esta oraçõ logo sayra | *daquelas* penas e yra

¹² O texto da oração inicia-se na l. 19 do f. 142v e termina na l. 8 do f. 144r.

¹³ <H> capitular em rubrica com <h> de espera na margem esquerda.

a agloria do parayso | E ditas estas cousas ihesu christo desapareceulle | e osanto homẽ ficou mujto consolado desto | que auja visto e ouujdo . E foise ahũũ mo|esteiro de molheres e cõtoulhes todo esto | que hauja visto e ouujdo e Rogoulhes que fe|zesem esta o[r]açõ de suso dita e ouue hy | algũã<s> quea começarõ e acabarõ e outras | quea começarõ e nõ acabarõ e outras quea | nõ começarõ nõ acabarõ . / E acabo de hũ | ano o sancto homẽ se pos em oraçõ a ihesu christo | quelhe Reuelase aquelas que haujã comprida aoraçõ | e vio todas as molheres do moesteiro ante | o altar e aquelas que acabarõ aoraçõ erã se|te vezes mais claras queo sol . e aquelas que come|carõ e nõ acabarõ tjnham ocorpo muj | [f. 144r]¹⁴ claro e acabeça escura . / E aquelas que nõ qujserõ¹⁵ co|meçar nõ acabar erã todas escuras mujto . / E quẽ | quiser dizer esta oraçõ das chagas de suso ditas sedi|ser cada dia . l . uezes o pater noster e a aue marja ã | cẽto e . iiij^o . dias auera acabada . E quẽ diser todos | os dias de hũũ ano . qujnze uezes o pater noster e aue | marja auera aoraçõ acabada . / E quẽ poder di|zer esta oraçõ nosso senhor deus lhe dara bõ galardo

3.2. Edição crítica

3.2.1. Escolha do texto-base e normas de edição

Como no caso do texto que precede, em ambos os códices, a oração aqui em estudo – o *Espelho da Cruz* (cód. alc. 89, ff. 1r-177r; cód. alc. 221, ff. 2r-142v) –, há evidências de que a oração seja um caso em que a versão do cód. alc. 89 foi modelo para a versão do cód. alc. 221: essas evidências são (a) a presença da tendência à lusitanização do texto no cód. alc. 221 (cf. *subitania mente* e *donas* no cód. alc. 89, mas *subitamẽte* e *molheres* no cód. alc. 221) e (b) a incorporação de correções do cód. alc. 89 na versão do cód. alc. 221 (cf. *stom* no cód. alc. 89, mas apenas *estã* no cód. alc. 221).

Ainda que o punho responsável pela oração no cód. alc. 89 seja diferente do relativo ao *Espelho da Cruz* no mesmo códice, as evidências acima citadas sugerem se tratar de um caso de transmissão vertical. Em vista disso, uma edição crítica pode ser realizada (a) tomando a versão do cód. alc. 89 como texto-base e a do cód. alc. 221 como possuidora de variantes a serem registradas, caso em que o objetivo é fixar a versão original da oração; ou (b) tomando a versão do cód. alc. 221 como texto-base e a do cód. alc. 89 como possuidora de variantes a serem registradas, caso em que o objetivo é fixar a versão final da oração. Levando em conta a interpretação de que a versão do *Espelho da Cruz* do cód. alc. 89 seria “um documento preparatório” (BICO, 2021, p. 39) e admitindo que a versão da oração em estudo do cód. alc. 89 seria caso semelhante, parece adequado optar pela segunda proposta de edição, ou seja, tomar a versão do cód. alc. 221 como texto-base. Nesse caso, não se justifica uma seleção de variantes, porque a versão final (acabada, e não preparatória) é a desse testemunho. No

¹⁴ Este fólio tem uma dimensão menor do que os demais, como é possível perceber pela quantidade reduzida de linhas. Ele é numerado como 125 e 144A na margem superior mais à esquerda, e 142, mais à direita, explicitando que sua menor dimensão pode ter feito com que ficasse perdido em meio aos outros fólhos.

¹⁵ Na margem superior, no canto direito, está escrito em punho diferente: <Este pedaço he o que falta no fin Deste Liuro>.

entanto, nos casos em que a versão do cód. alc. 221 (designado por *A* no aparato) apresenta falhas materiais, adota-se a variante do cód. alc. 89 (designado por *B* no aparato) como forma de suprir a lacuna dessas falhas.

Buscou-se produzir uma edição crítica com regularização gráfica, para que se pudesse disponibilizar o texto para um público mais amplo. As normas adotadas seguem as preconizadas por Cambraia (2005) e aplicadas por Cambraia (2017), com as adaptações que se fizeram necessárias. As normas adotadas foram as seguintes:

- a) Caracteres alfabéticos:
 - Transcritos com caracteres romanos redondos;
 - Regularização do módulo segundo o que se usa atualmente;
 - Regularização de alógrafos contextuais segundo o que é usado atualmente;
 - Regularização gráfica segundo o que rege o sistema atual nos casos abaixo:
 - i) Simplificação de caracteres vocálicos duplos, a não ser em casos ligados à etimologia;
 - ii) Simplificação de caracteres consonantais duplos, a não ser em casos ligados à etimologia, como *rr* e *ss*, os quais são restituídos se forem simples;
 - iii) Regularização da indicação de nasalidade: *n* ou *m* para nasalidade medial, a depender do contexto;
 - iv) Regularização do uso de *i* e *v* no lugar de *j/y* e *u*, nos contextos pertinentes; de *c*, *ç* e *sc* para as consoantes sibilantes e africadas; do *c* e do *qu* para as velares (a não ser que o *qu* seja etimológico); e do *h* a partir da etimologia.
- b) Desenvolvimento de abreviaturas sem realce aos caracteres acrescidos;
- c) Aplicação de diacríticos e sinais de pontuação conforme uso atual, respeitando a sintaxe textual;
- d) Caracteres na entrelinha foram transcritos no ponto conveniente;
- e) Separação/junção de vocábulos/caracteres conforme uso atual, seguindo a lógica do vocabulário morfológico, usando-se hífen para os casos de ênclise;
- f) As linhas foram numeradas de 5 em 5, junto da margem esquerda, reiniciando em cada nova página;
- g) No aparato crítico, apresentam-se as variantes do cód. alc. 89 que não sejam apenas gráficas.

3.2.2. Texto crítico

Ûa vez foi ùum homem que havia gram devaçom¹⁶ nas chagas de Jesu Cristo, e
 muito tempo havia que rogava a Nosso Senhor Jesu Cristo que lhe houvesse de revelar
 quantas chagas recebera eno Seu bẽento¹⁷ corpo no dia da Sua sancta¹⁸ paixom; e veo
 ùum dia que, estando ele em jeolhos¹⁹ ante o altar, mui devotamente fazendo oraçom
 5 em segredo, apareceo-lhe Jesu Cristo crucificado com todas aquelas chagas que havia
 recebidas em todo o Seu corpo na Sua sancta²⁰ paixom. E disse-lhe: “Deus te salve,
 amigo meu. Muitos dias Me has rogado que Eu te revelasse todas as Minhas chagas e
 Eu ouvi a tua oraçom. Eu te quis viir²¹ aparecer a ti assi como estava na santa sesta-feira
 de endoenças na cruz²², e em aquesta maneira Me veram²³ os justos, e os pecadores
 10 no dia do júízo viirei²⁴ a julgar os boos e os maos”. E aquele santo homem respondeo:
 “Senhor, peço-Te que me queiras perdoar e responde ao que Te demandarei”. E disse-lhe
 Jesu Cristo que muito de grado o faria. E aquele santo homem disse: “Rogo-Te, Senhor,
 que me digas se, daquestas chagas que me mostras assi frescas, se sofres algũa pena que
 Lhe parecia que aquele dia foram feitas”. E respondeo-lhe Jesu Cristo: “Certas, no dia
 15 sancto²⁵ d’endoenças, Eu as sofri, mas, como ressurgi ao dia da Páscoa²⁶, o Meu corpo
 foi glorificado e o corpo²⁷ glorificado nom pode haver pena ninhũa²⁸. E, por ém, Eu nom
 as soffro mais. As Mias²⁹ chagas estam³⁰ sempre taes e tam³¹ frescas seerom ao dia do
 júízo como o dia santo da sesta-feira, por tal que os pecadores que nom quiserom sofrer

¹⁶ A: deuaçã.

¹⁷ A: beento; B: bẽ<<e>>to.

¹⁸ A: santa.

¹⁹ A: joelhos.

²⁰ A: santa.

²¹ A: uijnr.

²² A: crux.

²³ A: ueeram.

²⁴ A: uijnrei.

²⁵ A: santo.

²⁶ A: pascoa.

²⁷ A: [[o corpo]] e o corpo.

²⁸ A: nẽ hũa.

²⁹ A: minhas.

³⁰ A: {{som}} stom.

³¹ A: tam tam.

algum³² trebalho³³ por Mim nem quiserom orar a Minha paixom haveram gram temor
 20 e receo. E aqueles que soportarom tribulações por Mim haveram grande prazer e
 galardom³⁴. E disse aquele sancto³⁵ homem: “Peço-te, Senhor, que Me leixes contar
 quantas chagas há eno Teu corpo bẽento³⁶”. E Jesu Cristo respondeo: “Faze-o assi pois
 queres”. E o sancto³⁷ homem contou-as e achou que eram per todas cinco³⁸ mil e cento
 e noventa e cinco, e disse aquele sancto³⁹ homem: “Peço-Te, Senhor, que Me digas que
 25 mérito haverá aquele que disser por cada ãa chaga ãum Pater Noster⁴⁰ e⁴¹ ãa Ave Maria
 por o Teu louvor e reverência”. E Jesu Cristo respondeu⁴²: “Faço-te saber que, quem
 disser por cada ãa chaga ao Meu louvor ãum Pater Noster e ãa Ave Maria, se estiver em
 pecado mortal, logo sairá dele e nom poderá morrer máa morte nem subitamente⁴³. E, se
 algum⁴⁴ amigo seu ou parente em pecado mortal estiver pelo qual ele⁴⁵ faça esta oraçom,
 30 logo sairá dele. E, se padre ou madre ou parente ou amigo seu enas penas do purgatório⁴⁶
 estiver pelo qual ele⁴⁷ faça esta oraçom, logo sairá daquelas penas e irá aa⁴⁸ glória do
 paraíso.” E, ditas estas cousas, Jesu Cristo desapareceu⁴⁹-lhe, e o santo homem ficou
 muito consolado desto que havia visto e ouvido.

³² A: algũũ.

³³ A: trabalho.

³⁴ A: galardam.

³⁵ A: santo.

³⁶ A: beento.

³⁷ A: santo.

³⁸ A: cinco.

³⁹ A: santo.

⁴⁰ A: nostro.

⁴¹ A: om.

⁴² A: Respondeo.

⁴³ A: subitania mente.

⁴⁴ A: algũũ.

⁴⁵ A: el.

⁴⁶ B: purgato[rio].

⁴⁷ A: el.

⁴⁸ A: a.

⁴⁹ A: desapareço.

E foi-se a ãum moesteiro de molheres, e contou-lhes todo esto⁵⁰ que havia visto e ouvido, e rogou-lhes que fizessem esta oraçom⁵¹ de suso dita. E houve i algũas⁵² que
 35 a começaram e acabaram; e outras que a começaram e nom acabaram; e outras que a
 nom começaram nem acabaram. E, a cabo de⁵³ um⁵⁴ ano, o sancto⁵⁵ homem se pôs⁵⁶
 em oraçom a Jesu Cristo que lhe revelasse aquelas que haviam comprida a oraçom, e vio
 todas as molheres⁵⁷ do moesteiro ante o altar. E aquelas que acabaram a oraçom eram sete
 vezes mais claras que o sol; e aquelas que começaram e nom acabaram tinham⁵⁸ o corpo
 40 mui claro e a cabeça escura; e aquelas que nom⁵⁹ quiserom começar nem acabar eram todas
 escuras muito.

E quem quiser dizer esta oraçom das chagas de suso ditas, se disser cada dia L
 vezes o Pater Noster e Ave Maria, em cento e IIII⁶⁰ dias haverá acabada. E quem disser
 todos os dias de ãum ano quinze vezes o Pater Noster⁶¹ e Ave Maria haverá a oraçom⁶²
 45 acabada. E quem poder dizer esta oraçom, Nosso Senhor Deus lhe dará bom⁶³ galardom⁶⁴.

Considerações finais

Edições paleográficas e críticas têm o papel importante de resgate cultural e de disseminação de conhecimento sobre práticas sociais de outras épocas. O esforço individual aqui empreendido de dar a conhecer um testemunho do passado certamente contribui para que se possa ampliar, ainda que com pequenos passos, os conhecimentos sobre as tradições e os costumes humanos. A ideia de uma pessoa

⁵⁰ A: aquesto.

⁵¹ B: o[r]açõ.

⁵² A: algu[a]s, B: algũã<s>.

⁵³ A: d[e].

⁵⁴ A: hũũ.

⁵⁵ A: santo.

⁵⁶ A: lançou.

⁵⁷ A: donas.

⁵⁸ A: tijnhom.

⁵⁹ A: a nom.

⁶⁰ A: quatro.

⁶¹ A: noste<r>.

⁶² A: oraçã.

⁶³ A: boo.

⁶⁴ A: galardom deo graças; B: galardom.

emparedada, como no códice de Barcarrota, presa em um cômodo escuro e vivendo em solitude quase completa para servir a Deus, improvável nos dias atuais, chegou a ser uma forma aceita de se viver no passado, o que seguramente poderia por vezes criar condições para experiências como a retratada na narrativa analisada neste estudo, ainda que no texto da oração não haja menção à reclusão religiosa do homem a quem foi feita a revelação.

Referências

AMOS, T. L. *The Fundo Alcobaça of the Biblioteca Nacional, Lisbon*. Collegeville: Hill Monastic Manuscript Library, 1988-1990. 3 v.

ANSELMO, A. J. Os antigos códices portugueses do Mosteiro de Alcobaça. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, Lisboa, v. 6, n. 22-23, pp. 102-25, 1925. Disponível em: https://purl.pt/258/1/bad-1510-v/index-06-HTML/M_index.html. Acesso em: 31 mar. 2023.

ASKINS, A. L.-F. Notes on three prayers in late 15th. Century Portuguese (the *Oração da Empardeada*, the *Oração de S. Leão, Papa*, and the *Justo Juiz*). *Revista de Estudos Ibéricos*, Porto, n. 4, pp. 235-66, 2007. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/pen/article/view/11873>. Acesso em: 31 mar. 2023.

BICO, M. I. M. *Espelho da Cruz: tradição, transmissão e tradução*. 2021. 3 v. Dissertação (Mestrado em Crítica Textual) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/48933>. Acesso em: 31 mar. 2023.

CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CAMBRAIA, C. N. *Livro de Isaac: edição crítica da tradução medieval portuguesa da obra de Isaac de Nínive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

GONZÁLEZ, J. M. C. Portugal en la Biblioteca de Barcarrota: la Oración de la Emparedada. *Anuario de Estudios Filológicos*, Cáceres, v. 28, pp. 21-34, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10662/1142>. Acesso em: 31 mar. 2023.

INDEX Codicum Bibliothecae Alcobatiae. Lisboa: Typographia Regia, 1775. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=5OF0Fk1cTAKC>. Acesso em: 31 mar. 2023.

SANTOS, M. A. dos. *Espelho da Cruz (cód. alc. 221): edição e estudo*. 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/44679>. Acesso em: 27 mar. 2023.

WELLESLEY, M. The life of the anchoress. 2018. Disponível em: <https://www.bl.uk/medieval-literature/articles/the-life-of-the-anchoress>. Acesso em: 31 mar. 2023.

TRATADO DA ACÍDIA: UMA ADAPTAÇÃO MEDIEVAL PORTUGUESA DO *SUMMA DE VITIIS* DE GUILIELMUS PERALDUS *TREATISE ON ACEDIA: A MEDIEVAL PORTUGUESE ADAPTATION OF GUILIELMUS PERALDUS' SUMMA DE VITIIS*

César Nardelli Cambraia¹

RESUMO

Neste trabalho, argumenta-se em favor da hipótese de que o tratado da acídia presente no cód. alc. 461 da Biblioteca Nacional de Portugal é uma adaptação para o português medieval da obra *Summa de Vitiis* de Guilelmus Peraldus, baseada em alto grau de recomposição textual. Para sustentar essa hipótese, discute-se brevemente a prática de tradução na Idade Média, apresenta-se uma edição interpretativa desse texto português e faz-se uma análise detalhada dele, tendo em vista sua relação com a versão latina presente no cód. alc. 196 da Biblioteca Nacional de Portugal, ambos os códices pertencentes ao fundo da Biblioteca do Mosteiro de Alcobaça.

Palavras-chave: Crítica Textual. Tradução. Idade Média. *Summa de Vitiis*. Guilelmus Peraldus.

ABSTRACT

In this work, it is argued in favor of the hypothesis that the treatise on acedia in the codex alc. 461 of the National Library of Portugal is an adaptation into medieval Portuguese of *Summa de Vitiis* by Guilelmus Peraldus, based on a high degree of textual recomposition. To support this hypothesis, the practice of translation in the Middle Ages is briefly discussed, an interpretative edition of this Portuguese text is presented and a detailed analysis is made of it, bearing in mind its relationship with the Latin version present in the codex alc. 196 of the National Library of Portugal, both codices belonging to the collection of the Library of the Monastery of Alcobaça.

Keywords: Textual Criticism. Translation. Middle Ages. *Summa de Vitiis*. Guilelmus Peraldus.

Introdução

Uma das atividades essenciais na prática da crítica textual é reconstrução da história dos textos: no curso do desenvolvimento desse campo do conhecimento, houve reiteradas ênfases nesse ponto, tal como o fez Richard Simon no séc. XVIII e Lachmann no séc. XIX (CAMBRAIA, 2005). Tal aspecto também é considerado de grande importância em outras áreas do saber, como no campo da bibliografia sob a perspectiva da sociologia dos textos, defendida por McKenzie (1986 [1999, p. 12]), para quem essa área deve se ocupar do estudo da produção, transmissão e recepção dos textos.

Especificamente para a crítica textual, a reconstrução da história dos textos tem como a importante função de permitir uma avaliação da relação que um testemunho apresenta com seu modelo ou, indo ainda mais longe, da relação que o próprio texto tem com suas fontes. No presente estudo, discute-se a relação entre um tratado sobre a acídia em português medieval presente no cód. alc. 461 da Biblioteca Nacional de Portugal e sua fonte: o *Summa de Vitiis* de Guilelmus Peraldus.

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). nardelli@ufmg.br. Professor Titular de Filologia Românica e pesquisador PQ-2 do CNPq. <https://orcid.org/0000-0002-2403-3021>.

1. Enquadrando a questão

Para dar suporte à análise que constitui o cerne deste trabalho, é necessário fazer três contextualizações prévias: (a) apresentar brevemente Guilelmus Peraldus, contemplando sua biografia e sua obra; (b) descrever os cód. alcs. 196 e 461, que contêm registro da obra de Peraldus em latim e, segundo se defende aqui, em português; e (c) apresentar o texto que será objeto de análise.

1.1. Guilelmus Peraldus: autor e obra

Pouco se sabe embasadamente sobre a vida de Guilelmus Peraldus (fr. *Guillaume Perault*). Terá nascido na cidade de Peyraud no atual Departamento de Ardèche na França. Em função de sua erudição, é possível que tenha estudado em Paris. Pertenceu ao Priorado Dominicano de Lyon ao longo de sua vida, tendo sido Prior da Casa de Lyon em 1261. Faleceu por volta de 1275.

Segundo Kaeppeli (1975, v. II, pp. 133-52), são obras de Peraldus: *Summa de Vitiis et Virtutibus* (antes de 1249/50); *Sermones de Dominicis et Festis* (*Sermones de Epistolis*, *Sermones de Evangeliiis* e *Sermones de Festis*); *De Professione Monachorum*; *De Eruditione Religiosorum Libri VI* (c. 1260-1265); *De Eruditione Principum* (c. 1265); *Super Matthaem*.

A obra *Summa de Vitiis et Virtutibus* é seguramente a mais difundida desse autor, contando com mais de 700 manuscritos, além de mais de 30 edições publicadas entre os sécs. XV a XVII, segundo Kaeppeli (1975, v. II, pp. 133-42), que também registra traduções medievais para o francês e para o italiano. Essa obra foi redigida em duas partes: *Summa de Vitiis*, terminada talvez por volta de 1230, e, em seguida, *Summa de Virtutibus*, concluída em torno de 1240. Como o tempo, essas duas partes passaram a circular juntas. As primeiras edições foram publicadas sem a imprensa, mas sabe-se hoje algo mais sobre elas: a *Summa de Vitiis* terá sido publicada na Basileia por Berthold Ruppel antes de 1475² e a *Summa de Virtutibus*, também na Basileia, mas por Michael Wennssler, igualmente em data anterior a 1475³. A primeira edição conjunta foi realizada em 1494⁴, na Brescia, por Angelus Britannicus e Jacobus Britannicus.

1.2. Os códices alcobacenses 196 e 461

O cód. alc. 196 (*olim* CCXLVI)⁵, conservado atualmente no Fundo de Alcobaça da Biblioteca Nacional de Portugal, pertenceu ao acervo da antiga Biblioteca do Mosteiro de Alcobaça. Esse códice apresenta as seguintes características básicas: pergaminho; 314 × 226 mm; 166 ff.; 2 coll.; 43 e 41 ll.; r⁸, II-XV¹⁰, XVI⁹; rubricas; iniciais filigranadas em azul e em vermelho; letra de transição; fins do séc.

² Disponível em: <https://www.digitale-sammlungen.de/en/view/bsb00082010>.

³ Disponível em: <https://www.digitale-sammlungen.de/en/view/bsb00081799>.

⁴ Disponível em: <https://bvpb.mcu.es/es/consulta/registro.do?id=487911>.

⁵ Além dessa obra de Peraldus, também pertencem ao mesmo fundo uma cópia do *Sermones de Epistolis* (cód. alc. 60) e uma do *Sermones de Evangeliiis* (cód. alcs. 15 e 19).

XIII ou princípios do séc. XIV; em latim; copiado por Gil Eanes [Egidius Johannis] (INDEX, 1775, pp. 110-1; ATAÍDE E MELO, 1930, t. II, pp. 159-60; AMOS, 1989, v. II, p. 86). Compõe-se apenas do texto da *Summa de Vitiis* de Peraldus⁶. Na tradicional folha de rosto, datável do séc. XVIII, consta como título (regularizado aqui) *Summa de vitiis seu tractatus moralis: de septem vitiis capitalibus et de peccato linguæ*

O cód. alc. 461 (*olim* CCLXX)⁷, conservado na mesma instituição e proveniente da mesma origem, apresenta as seguintes características básicas: pergaminho e papel; 210 × 140 mm; 148 ff; 1 col.; I¹⁰, II¹⁴, III-VII¹⁰, IX⁴, XI-XII⁶, XIII-XV¹⁰ (6 fólhos nessa estrutura são apenas rebarbas); rubricas; iniciais em vermelho, algumas filigranadas; letra cursiva miúda; fins do séc. XV, em português. (INDEX, 1775, p. 119; ANSELMO, 1926, p. 78; CAMBRAIA, 2000, pp. 62-79). Compõe-se atualmente dos seguintes textos (com título regularizado aqui)⁸: *Livro de Isaac* (ff. 14r-101v [2r-98v e 106r-106v]); *Da acídia* (ff. 102r-103v [99r-100v]); *Tratado de Santo Isidro: ajuntamento de bons ditos e palavras* (ff. 103v-108r [100v-105r]); *Vida do Duque Antioco* (ff. 110r-116v [107r-113v]); *Vida de um monge que foi grande no paço do imperador* (ff. 117r-119r [114r-116r]); *Vida de Santa Maria Egipciaca* (ff. 119r-135v [116r-133v]); *Vida de Santa Pelágia* (ff. 135v-146r [133v-144r]); *Da consciência* (ff. 146v-147r [144v-145r]); *Da oração* (ff. 147r-148r [145r-146r]); *Da contemplação* (ff. 148r-148v [146r-146v]); *Quanto é má coisa conversar com as mulheres* (ff. 148v-140ar [146v-148r]). O códice está mutilado, faltando os *Doze mandamentos que o bispo Atanásio deu ao divino Antioco* (ff. 1r-11v) e o início do *Livro de Isaac* (ff. 12r-13v)⁹.

1.3. Edição interpretativa do tratado da acídia

O tratado da acídia do cód. alc. 461 (ff. 102r-103v [99r-100v]) foi previamente editado por Cambraia, Oliveira, Silva, Lima e Bittencourt (2001, pp. 13-7), seguindo normas de edição paleográfica, tendo em conta um público-alvo mais especializado, razão pela qual foram adotadas normas mais conservadoras. Aqui se apresenta novamente o texto, mas com normas de edição interpretativa, visando à sua divulgação para um público mais amplo. As normas de transcrição adotadas são as mesmas preconizadas por Cambraia (2005, pp. 131-2) e adaptadas por Cambraia (2017), razão pela qual se dispensa rerepresentá-las aqui.

⁶ Disponível em: <http://purl.pt/29239>.

⁷ Disponível em: <http://purl.pt/26234>.

⁸ Fora de colchetes, informa-se a foliação original do códice, à tinta e em algarismos romanos, que contém com diversos erros de sequenciação. Dentro de colchetes, apresenta-se a foliação a lápis e em números arábicos em sequência regular, que considera a folha de rosto como primeiro elemento da sequência.

⁹ Nestes dois casos, considerando a numeração original em algarismos romanos.

Capítulo que fala em quantas maneiras peca o homem eno pecado da acídia e som XIII¹⁰

Acídia é nojo e pegriça de fazer bem, e som XIII¹¹ maneiras de pecar em ela e som estas:
 tepiditas¹², molities, sonolentia, otiositas, tarditas, negligentia, imperseverantia, remissio,
 5 dissolutio, incuria, ignavia, indevotio, tedium vite, desperatio.

Tepiditas¹³ é quando o homem é tibo em começar bem e em continuá-lo e em lhe dar boa
 cima e em seer tibo em no amor de Deus e em Seu serviço. E, em este tal, gram fiúza e gram
 carreira acha o enmiigo, pera lhe trager temptações e acabar em el o que quiser.

Molities é quando é mole e brando em nas temptações e, em lugar de lhes contrariar e
 10 contradizer, dá-lhe lugar.

Sonolentia é¹⁴ pegriça que traz somno e faz o homem dormir mais de quanto¹⁵ faz mester
 e estar prigrçoso e boto pera fazer bem e enmenda de seus pecados e nom velar nem chorar
 quando nem quanto devera nem pelas cousas que convém.

Otiositas é o homem star baldio em todolos membros e sem fructo e nom usar do ofício
 15 do qual deve usar cada ãum membro, e estar homem longo tempo de se tornar a Deus, pois que
 vêe que lhe faz mester de se enmendar de seus costumes e nom o quer fazer. Este pecado faz a
 muitos despender a flor da sua mancibia em serviço do diaboo e querem guardar o tempo da sua
 velhice pera servir a Deus.

Tarditas é quando o homem começa algũa boa obra e, des que a há começada com boa
 20 devoçom, vai-se esfriando, segue-a tibamente e nom para mentes como tem longo caminho de
 andar e pouco tempo.

Negligentia é quando o homem nom há cuidado da cousa que há começada em como se
 faça em aquela maneira que deve, mais faz-la nom lealmente e como nom deve.

Imperseverantia é quando o homem, por escusar-se de trabalho, nom põe¹⁶ cuidado
 25 nem se esforça por levar a acabamento o que começou.

Remissio é quando o homem cada dia se vai desemparando do bem que devia seguir e
 cada dia é menos boo.

Dissolutio é quando o homem acha gram graveza em enmendar os seus costumes e solta
 a rédea ao seu coração e aos outros membros que façam o que quiserem.

30 Incuria é quando o homem nom há cuidado de si meesmo; e, quando sente em si graça,

¹⁰ Ms.: XII.

¹¹ Ms.: XII.

¹² Ms.: tepidas.

¹³ Ms.: Tepidas.

¹⁴ Ms.: é quando, com quando riscado de rubrica.

¹⁵ Ms.: quanta.

¹⁶ Ms.: poen.

nom há cuidado de a guardar; e, quando a perde, nom faz força nem cura nem há cuidado de a cobrar.

Ignavia é quando o homem toma pegriça de fazer bem e nom quer tomar trabalho nem ùm pera fazer bem aa sua alma e a serviço de Deus.

35 *Indevotio* é quando o homem stá roubado de devoçom e desto nace tresteza; e¹⁷ é quando a alma está seca e sem fructo e sem çumo de devoçom, e esto nace aas vezes da soberva e aas vezes por míngua de palavra de Deus, que é manjar da alma. Todas as outras cousas, folgando, engordecem, mais a alma é per o contrario. Outrossi a tresteza em no serviço de Deus dá pena ao
40 homem em no spírito e cega a alma e faz ao homem aginha cair em pecado de sanha e doutros pecados.

Tedium vite é quando o homem toma ennojo do serviço de Deus e da vida que em este mundo vive, porque nom queria já em el mais viver. Outrossi *tedium vite* nasce aas vezes de grande amor de Deus e do desejo do paraíso. Algũas vezes nasce dos muitos maes que homem vê em este mundo. Algũas vezes da tresteza grande que é em serviço de Deus. E estas duas
45 postumeiras som máas.

Desperaçom bem se entende que é e nace de la gram tresteza e este é ùm pecado de que mais pesa a Deus. Ca, segundo diz Sam Jerônimo, *maior ofensa fez Judas a Deus, porque se enforcou que porque o vendeo*¹⁸. Outrossi plaz muito ao diaboo sobre totalas cousas, porque
50 aquel que diz palavra de desperaçom diz palavra de vendiçom. Outrossi este é o pecado que mais empeece ao homem, ca tolhe a vida e toda força da alma e assinadamente é forte sem mensura. Aa ora da morte, este pecado é estonce chamado *finalis impenitentia*, do¹⁹ qual diz nosso Senhor Jesu Cristo, no Evangelho²⁰, que nom seerá perdoado em este mundo nem em no outro. O maior remédio contra este pecado é a morte e a paxom de Jesu Cristo e das mercêes
55 que fez aos pecadores.

Sabede que muitos som os maes que os religiosos têm consigo em no pecado da acídia. O primeiro é²¹ que, pero tenham em a boca nocte e dia o comer d'el-rei, que é a palavra de Deus, empero ficam famintos por preguiça de a mascar. O II é que falam nocte e dia com Deus e nom
60 abrem com prigiça os olhos pera veer com quem falam. O III é que nom crecem em aquelo que é de religiom e perdem o tempo. O IIII é que,²² quanto mais achegados som ao sol de justiça, tanto mais frios som. O quinto é que, quanto mais estam em lugar onde devem as suas almas engordecem, tanto mais magros som em elas. O VI é que, quando estam em lugar de maior batalha

¹⁷ Ms.: e nace outro pecado a que dizem e, com e nace outro pecado a que dizem *riscado e com* ua e cat *sobrescritos respectivamente no início e no final da sequência riscada, todas as correções em rubrica.*

¹⁸ *Breviarium*, Psalmus CVIII (MIGNE, 1845, col. 1157).

¹⁹ Ms.: dos.

²⁰ Romanos, 2:5.

²¹ Ms.: om.

²² Ms.: om. é que.

65 e deviam star melhor percebidos, estam mais preguiçosos²³ e negligentes.

Outrossi, sabede que há i outro pecado que é contrairo à acídia, que é chamado *indiscretus fervor*, e é quando o homem nom põe²⁴ medida em no que faz; e sabede que o que é mais que bem nom²⁵ é bem. Ca algũuns tanto querem seer de justos que som torticeiros, ca o dereito aficado torna-se em crueldade: tal é este pecado, como a acídia, como a prodigalidade, como²⁶ a

70 avareza. Porende, se esforce cada ùum a teer mentes em si. Ca ligeiramente se poderia homem por este pecado da acídia perder. *Explicit.*

2. A tradução na Idade Média

A concepção de tradução passou por diversas transformações ao longo dos tempos. Furlan (2001, 2003, 2004) apresenta uma rica síntese dessas transformações em uma série de artigos sobre a história da teoria da tradução no Ocidente.

Segundo Furlan (2001), a primeira época na história da tradução literária ocidental compreendia traduções do grego para o latim: o marco de início desse período seria a tradução da *Odisseia* de Homero feita por Lívio Andronico em torno de 250 a.C. Tratava-se de uma tradução exata e com estilo simples e preciso, mas eventualmente com expressões desnecessárias. A tradução para o latim nesse contexto era importante, já que a gênese da literatura latina se ancorava na tradução e na imitação de modelos gregos. A maior diferença dos romanos em relação aos gregos nas escolas de ensino era o fato de que “na romana a tradução era uma prática comum tanto no aprendizado de gramática como de retórica”, pois “nos estudos gramaticais, era considerada uma forma de comentário textual, e nos de retórica, uma forma de imitação” (FURLAN, 2001, p. 15). Dentre desse contexto, a tradução era concebida de uma forma peculiar:

A tarefa da tradução é concebida como a produção de uma réplica através da diferença, do deslocamento, da substituição e da apropriação cultural ou canônica. E a retórica oferece um modelo de hermenêutica para a realização desta tarefa. (FURLAN, 2001, p. 16)

Passados mais de 200 anos da tradução de Andronico, é possível encontrar em Cícero, na obra *De optimo genere oratorum* (um tratado sobre a eloquência), de 46 a.C., uma reflexão mais sistemática sobre o processo tradutório, que, segundo ele, poderia ser realizado sobre a perspectiva do orador e do intérprete:

Para Cícero, ‘traduzir como orador’ é conservar os mesmos pensamentos e suas formas e figuras, com palavras adequadas ao costume romano, sem necessidade de traduzir palavra por palavra mas mantendo o mesmo gênero (qualidade, condição, caráter). O ‘intérprete’, por sua vez – se deduz –, também deveria manter o conteúdo lógico do original e reproduzir com

²³ Ms.: preguiços.

²⁴ Ms.: poen.

²⁵ Ms.: no.

²⁶ Ms.: com.

a maior exatidão possível as idéias, as figuras e a ordem expositiva. A diferença entre ambas atitudes se referiria às palavras. O intérprete traduziria palavra por palavra (*uerbum pro uerbo*), reproduzindo-as inclusive no mesmo número (*adnumerare*) em que se encontravam no original. (FURLAN, 2001, p. 17)

Furlan (2001) chama a atenção para o fato de que as poucas obras que tratam de temas afeitos à questão da tradução não a tinham como objeto principal, aparecendo o tema quase sempre de forma casual. No entanto, elas permitiram saber da existência de duas formas de tradução: “a tradução de palavra por palavra ou ‘técnica’ [...] e a tradução parafrástica, criativa ou retórica; ou, em outros termos, a tradução gramatical e a retórica” (FURLAN, 2001, p. 25).

As diversas mudanças ocorridas entre os sécs. II. e IV d.C. tiveram impacto sobre a concepção e a prática da tradução na Europa Ocidental, segundo Furlan (2003): um aumento real de traduções com a perda da língua grega como meio de comunicação dentro do Império Romano, o fim deste e a expansão do Cristianismo, com tendência ao utilitarismo na tradução; o desenvolvimento do literalismo nas traduções em função da necessidade de tradução de textos religiosos, uma vez que a fé exigia uma “reprodução fiel” dos originais; e a diferenciação entre tradução sacra e profana, de forma que se exigia maior literalidade para a primeira.

Para Furlan (2003), uma inovação nesse contexto foi a substituição da visão da tradução como *aemulatio* (imitação) para a de *enarratio* (comentário): na Idade Média, a tradução passa a apresentar um certo poder criativo, deixando de ser apenas reprodução. Um aspecto importante é o fato que o texto não era considerado como imutável, pressupondo-se que seria objeto de interpretação reiterada de acordo com a percepção de cada nova geração de intérpretes e valorizando-se a prática de enriquecimento, correção e modificação dele. Durante a Idade Média, a maleabilidade do texto dava origem a tradições próprias de traduções:

desenvolve[-se] uma tradição manuscrita de traduções, isto é, a tradução cria sua própria tradição textual quando ao se copiar uma tradução se revisava de novo o texto à luz de algum comentário ou outra tradução, substituindo a fonte da tradução. (FURLAN, 2003, p. 12)

Na Idade Média, uma figura de destaque em relação à questão da tradução é São Jerônimo, com sua obra *Ad Pammachium de optimo genere interpretandi*, de ca. de 395 d.C. Para esse religioso,

Os diferentes tipos de texto devem ser traduzidos de modos distintos. A tradução que privilegia o sentido, *sensum exprimere de sensu*, é mais indicada para os textos profanos, e a que se fixa mais na palavra, *uerbum e uerbo*, para os textos sagrados, pois nestes inclusive a ordem das palavras pode conter um mistério divino [...]. (FURLAN, 2003, p. 13)

Na interpretação de Furlan (2003), a principal diferença entre a visão dos romanos e a de São Jerônimo era a perspectiva, uma vez que aqueles focavam no texto de chegada, enquanto este se voltava para o texto de partida, preocupado com a *veritas*, ou seja, a fidelidade ao texto de partida. Segundo essa interpretação, a língua é um “possibilitador de diferenças” para Cícero, mas “um impedimento à fidelidade” para São Jerônimos, ou seja, a dificuldade para o primeiro é a de “conseguir diferenças”

e, para o segundo, é a de “manter as igualdades” (FURLAN, 2003, p. 15). Ao longo de toda a Idade Média, mantiveram-se as discussões sobre as formas de traduzir, tendo em vista um posicionamento binário: *tradução literal* × *tradução de sentido*.

Um aspecto importante para o presente estudo é o fato de que havia na Idade Média uma grande preocupação com a transmissão dos textos e essa preocupação resultou em dois grandes tipos de tradução:

(1) o intento de transmitir os conteúdos, despreocupando-se da forma, faz com que as traduções sejam verdadeiras reelaborações dos originais, e (2) o cuidado com respeito à fidelidade ao texto original, sobretudo em obras de tipo religioso e filosófico, provoca um literalismo que obscurece a tradução. (FURLAN, 2003, p. 19)

Especificamente em relação às traduções do latim para as línguas vernáculas, havia uma circunstância particular, uma vez que se tratava de uma relação hierarquizada:

O latim tinha um valor transcendente em relação a qualquer língua vernácula; havia uma reverência pelos antepassados no sentido de romanidade e prestígio da língua de ensino e da liturgia, além dos fatores lingüísticos e culturais: a formação complexa dos períodos, a riqueza das formas gramaticais, o vocabulário diferenciado, concepções e instituições estrangeiras muito distintas. Um dos lugares comuns nos comentários dos vulgarizadores era a deficiência das línguas vernáculas frente à latina, a pobreza léxica daquelas diante da abundância desta. Tudo isso exigia dos vulgarizadores uma formação cultural maior e um sério trabalho lingüístico-estilístico. A tradução como vulgarização se mescla com outras formas literárias como a paráfrase, o compêndio, o comentário, a compilação, etc. [...]. (FURLAN, 2003, p. 24)

De acordo com Furlan (2004), nos primeiros vulgarizamentos (traduções para línguas vernáculas) medievais eram fortemente predominantes a finalidade divulgativo-didática, o interesse no conteúdo e na utilidade. Nesse contexto, o texto de partida (o original) era tratado de forma muito livre, sem preocupações estilísticas, havendo o desejo de escrever de forma clara e modesta, com o abandono de adornos lingüísticos e literários do original para adaptar o texto ao gosto dominante e para aperfeiçoar o conteúdo. Esses vulgarizamentos contemplavam um público que não dominava a língua de partida (o latim) e que seria composto de “dirigentes da comunidade, os patrões, comerciantes, artesãos e suas mulheres”, enquanto os vulgarizadores seriam pessoas que tinham frequentado universidades e escola de direito (FURLAN, 2004, p. 11).

Na Itália trecentista emergiram inovações na história da cultura europeia: o cuidado do texto antigo na tradução literária, com o aumento do respeito em relação ao original, o empenho na manutenção de sua integridade estilística e a aspiração à elevação do vernáculo, como assinala Furlan (2004).

No séc. XVI, ocorre uma importante mudança: os tradutores afirmam sua personalidade, com uma saída paulatina do anonimato. Para Furlan (2004), uma figura de destaque no Renascimento foi Leonardo Bruni, com sua obra *De interpretatione recta*, de 1420:

O importante tratado de Bruni é testemunho da consideração dispensada ao texto fonte, desde o vocabulário ao estudo de sua contextualização histórica, até sua reprodução na língua de chegada com semelhantes nível artístico e valores retóricos, além do reconhecimento do tradutor como ‘re-textualizador’ [...]. (FURLAN, 2004, p. 18)

Considerando ainda outros autores da época, Furlan (2004) defende que a linha básica das reflexões sobre a tarefa do tradutor no Renascimento era a da busca de uma tradução com preservação dos valores do original que oferecesse também um texto retórico na língua de chegada. A análise de diversos textos produzidos sobre o tema naquela época revela, em síntese, que

a tradução, por um lado, prossegue em seu velho trabalho de transmissão do conteúdo do original, mas, por outro, começa seu moderno querer competir com o original, cuidando sobremaneira da estética do texto traduzido na língua de chegada, da aplicação da retórica na escritura, da produção de obra de arte. (FURLAN, 2004, p. 22)

Da Idade Média portuguesa chegaram até o presente algumas poucas manifestações sobre a prática tradutória: foram coligidas na antologia de Pais (1997), que contempla textos do séc. XV ao XX. Para Pais (1997), houve uma “azáfama tradutória” em Portugal, em fins do séc. XIII, em função da redação de diplomas reais em português em substituição à língua latina, situando-se mais precisamente no reinado de D. Dinis, que se estendeu de 1279 a 1325. Tal atividade nos séculos seguintes deixou como registro as traduções presentes em códices de mosteiros espalhados por todo o país.

Dentre os textos que testemunham a concepção tradutória da época, é de especial interesse o capítulo XCIX do *Leal Conselheiro* de D. Duarte, de 1437-1438, em que apresenta recomendações (“avisamentos”) para uma tradução:

Primeiro, conhecer bem a sentença do que hão de tornar, e pô-la inteiramente, não mudando, acrescentando, nem mingando alguma cousa do que está escrito.

O segundo, que não ponha palavras latinadas, nem doutra linguagem, mas tudo seja [em] nosso linguagem escrito, mais achegadamente ao geral bom costume de nosso falar que se puder fazer.

O terceiro, que sempre se ponham palavras que sejam direita linguagem, respondentes ao latim, não mudando umas por outras [...]; porque grande diferença faz, para se bem entender, serem estas palavras propriamente escritas.

O quarto, que não ponha palavras que segundo o nosso costume de falar sejam havidas por desonestas.

O quinto, que guarde aquela ordem que igualmente deve guardar em qualquer outra cousa que se escrever deva, *scilicet* que escreva cousas de boa sustância, claramente, para se bem poder entender, e fremoso o mais que ele puder, e curtamente quanto for necessário. E para isto

aproveita muito paragrafar e apontar bem. Se um razoar, tornando de latim em linguagem, e outro escrever, achará melhoria de tudo juntamente por um ser feito. (PAIS, 1997, p. 50).

Tendo em vista as diferentes concepções tradutórias no breve recorrido histórico antes apresentado, parece claro que a concepção de D. Duarte está em uma situação intermediária entre dois extremos: por um lado, insiste no respeito ao texto de partida (cf. “não mudando, acrescentando, nem mingando alguma cousa do que está escrito”), mas, por outro lado, exige uma adequada elaboração na língua de chegada, tendo em vista o destinatário (cf. “tudo seja [em] nosso linguagem escrito, mais achegadamente ao geral bom costume de nosso falar que se puder fazer”). É interessante assinalar, no entanto, que, no estudo que Reis (2015) fez da tradução de João Cassiano realizada por D. Duarte, “[n]o embate entre o que se diz [e] como se diz, vence o primeiro”, ou seja, a finalidade da vulgarização de D. Duarte é “primordialmente salvaguardar a mensagem do texto de Cassiano”.

3. *Tratado da acídia: desvelando a fonte*

3.1. Análise dos dados

A obra *Summa de Vitiis* de Guilelmus Peraldus divide-se em nove tratados, sendo cada um destes eventualmente subdividido em partes e cada parte em capítulos.

No cód. alc. 196, falta o primeiro fólio original (de que há fragmento comprovando ter existido): nesse fólio, provavelmente constaria o primeiro tratado²⁷, já que, no fólio seguinte (o atual primeiro), se inicia o segundo tratado, referente à gula. A distribuição dos tratados seguintes no cód. alc. 196 é: *De vitio gule* (ff. 1ra3-4vb5); *De vitio luxurie* (ff. 4vb5-17ra10); *De vitio avaritie* (ff. 17ra10-57ra36); *De accidia* (ff. 57ra37-75vb42); *De superbia* (ff. 75vb43-133rb23); *De invidia* (ff. 133rb24-135vb27); *De ira* (ff. 135vb27-145va9); e *De peccato lingue* (ff. 145va9-167rb7).

O tratado *De accidia* nesse códice divide-se em quatro partes descritas, em seu início, na *tabula* (ff. 57ra37-57vb15), as quais se seguem a um introito (ff. 57vb15-60va5): *Prima pars continet ea que possunt valere ad detestationem*²⁸ *accidie* (ff. 60va5-61va17); *Secunda continet de diversis generibus peccatorum que ad hoc vitium pertinent* (ff. 61va17-73ra7); *Tertia continet de remediis contra hoc vitium* (ff. 73ra7-74rb23); e *Quarta continet de indiscreto fervore qui accidie videtur esse contrarius* (ff. 74rb23-75vb42)²⁹.

O tratado da acídia em português contempla essencialmente as três últimas partes desse tratado no texto latino. A análise a seguir discute a relação entre o texto português do tratado da acídia no cód. alc. 461 e o texto latino do *Summa de Vitiis* de Peraldus, tomando-se aqui como referência para

²⁷ Na edição *princeps*, de antes de 1475, este primeiro tratado é intitulado *De vitio in communi* (f. 1r9).

²⁸ Ms.: detest.

²⁹ Tradução nossa: A primeira parte contém as coisas que podem valer para rechaçar a acídia. / A segunda contém os diversos tipos de pecado que pertencem a este vício. / A terceira contém os remédios contra este vício. / A quarta contém o fervor indiscreto que é considerado contrário à acídia.

a versão deste último a presente no cód. alc. 196. Faz-se a análise em blocos, levando em conta unidades temáticas.

a) Título

O título do texto português (cf. l. 1 da edição) tem afinidade com a descrição da 2ª parte na tabula (“Secunda continet de diversis generibus peccatorum que ad hoc vitium pertinent”, f. 57ra37) e também com o título que aparece logo antes deste trecho (“De XVI^{cim} vitiis que pertinent ad accidiam”, f. 61va17-19)³⁰. Vê-se afinidade em *diversis generibus peccatorum/quantas maneiras peca* e também na quantificação XVI^{cim}/XIII. O descompasso na quantificação é curioso: no texto português, acha-se XII (que foi retificado para XIII na edição interpretativa em função do número de maneiras efetivamente apresentadas), mas o copista não apenas errou, como errou duas vezes em seguida (ll. 1 e 3), não se dando conta da falta de correspondência entre o número apresentado duas vezes e as categorias que são listadas em seguida (ll. 4-5), que são quatorze.

b) Acídia

No texto latino, não há definição formalizada da acídia e, por isso, não existe correspondência para a definição do texto português (“Acídia é nojo e pegriça de fazer bem”, l. 3). Constata-se, no entanto, frequência relevante dos cognatos da forma latina *pigrítia* na 2ª parte (aprox. 60 ocorrências), razão pela qual o item português correspondente (*pegriça*) deve ter sido recrutado para a definição no texto português.

A lista que se segue à definição (ll. 3-4) é bastante semelhante à do texto latino: “tepiditas, mollities, sompnolentia, otiositas, dilatio, tarditas, negligentia, imperfectio sive imperseverantia, remissio, dissolutio, incuria, innavia, indevotio, tristitia, tedium vite, desperatio” (f. 61va21-27)³¹. Diferem ambas pela ausência, no cód. alc. 461, de *dilatio* e *tristitia* e também pela ausência do primeiro sinônimo para *imperseverantia* (cf. *imperfectio sive imperseverantia* no texto latino).

c) Tepiditas

A descrição desta maneira de pecar (ll. 6-8), cujo nome apresenta erro novamente duas vezes no texto português (aparecendo como *tepidas*, o que foi retificado na edição), tem afinidade com as seguintes passagens do texto latino: “Tepiditas est parvus amor boni” (f. 61va28); “Primo Deo vomitum provocat (...). Tunc tepidus a Deo evomitur, cum in deteriora labi permittitur vel impenitens moritur.” (f. 61va32-35); “Secundo fiduciam temptandi et accedendi diabolo prestat.” (f. 61va35-36); e “De³² multis enim vitiis temptat diabolus hominem tepidum, de quibus non audet temptare hominem

³⁰ Tradução nossa: Dos 16 vícios que pertencem à acídia.

³¹ Tradução nossa: tibieza, moleza, sonolência, ociosidade, demora, lentidão, negligência, imperfeição ou falta de perseverança, abatimento, frouxidão, descuido, apatia, desprezo, tristeza, tédio da vida, desespero.

³² Ms.: O.

ferventem” (f. 61va28-38)³³. Para a primeira passagem, vê-se compatibilidade em *parvus/tibo* e *boni/bem* (subst.). Para a segunda, a compatibilidade diz respeito apenas à temática referente a Deus. Para a terceira, nota-se associação entre *fiduciam/fuíza*, *diabolo/enmiigo* e *temptandi/temptações*. Para a quarta, tem-se *diabolus/enmiigo* e *temptat-temptare/temptações*. Como se verifica, são correspondências muito tênues.

d) *Molities*

A descrição desta maneira (ll. 9-10) tem afinidade com a seguinte passagem latina: “Mollis est ille qui cedit duris, idest, tribulationibus subcumbit. Unde quando in opere inchoato aliquod durum occurrit, ipse ab opere desistit (...).” (f. 61vb24-29)³⁴. Vê-se afinidade em *mollis/mole-brando* e *desistit/dá-lhe lugar*. Uma divergência interessante é a presença de *tribulationibus* no latim mas *temptações* no português: considerando que, no item anterior, havia claro vínculo entre *temptações* no português e cognatos com *tempt-* no latim, seria de esperar que aqui também houvesse e se encontrasse no texto latino *temptationibus* e não *tribulationibus*. Uma hipótese para essa divergência é a de que a fonte para o texto português tenha sido diferente da versão presente no cód. alc. 196, possuindo a variante *temptationibus* no ponto em questão³⁵.

e) *Sonolentia*

A descrição desta maneira (ll. 11-13) tem afinidade com as seguintes passagens: “De somno vero corporis satis planum est quod pigredo inmittit et multi enim ex pigredine conantur ad dormiendum, cum tamen dormire non possint.” (f. 62ra42-62va1); e “Tria vero necessaria sunt homini ad hoc quod debito modo dormiat. Primo necessarium est ei ad hoc ut vigilando laboret (...).” (f. 62va39-41)³⁶. Enquanto no primeiro trecho se vê afinidade em *pigredo-pigredine/pegriça-prigriçoso*, *somno/somno* e *ad dormiendum/dormir*, já no segundo há afinidade em *debito modo/quanto devera* e *vigilando/velar*. Novamente se salienta como são tênues as correspondências.

f) *Otiositas*

No trecho relativo a esta maneira de pecar (ll. 14-18), a questão da correspondência textual é bastante problemática. Em primeiro lugar, o tema da função dos membros (ll. 14-15) não se encontra

³³ Tradução nossa: Tibieza é pouco amor ao bom. / Primeiramente provoca vômito em Deus (...). Então o túbio é vomitado por Deus, uma vez que se permite cair em desgraças ou morre impenitente. / Segundamente, concede confiança ao diabo para tentar e aproximar. / De muitos vícios então o diabo tenta o homem túbio, dos quais não ousa tentar o homem fervoroso.

³⁴ Tradução nossa: O mole é aquele que cede ao duro, ou seja, sucumbe às tribulações. Donde, quando se depara com algo duro em uma obra iniciada, ele desiste da obra (...).

³⁵ Na edição *princeps*, de antes de 1475, tem-se igualmente *tribulationibus* neste ponto do texto (f. 141r14).

³⁶ Tradução nossa: Do sono do corpo, na verdade, está bastante satisfeito que a preguiça se faça presente, e muitos de fato tentam dormir por causa da preguiça, quando, entretanto, não podem dormir. / Três coisas são necessárias, na verdade, ao homem, para que durma do devido modo. Primeiramente, é-lhe necessário, para isso, que trabalhe fazendo vigília (...).

na parte do texto latino relativa à *Otiositas* e nem mesmo na 2ª parte do tratado da acídia, mas sim na 1ª parte desse tratado, nos caps. 2 e 3, respectivamente: “Ideo dedit Dominus diversa membra homini, ut ex omnibus Ei serviret. Unde quandoque debet homo servire Deo³⁷ ore cantando, quandoque manu scribendo, et sic de ceteris membris.” (f. 58vb34-36) e “Qui habet summitates manuum³⁸ ac pedum amputatas³⁹ inutilis est quoad usum⁴⁰ membrorum istorum, etsi in parte membra ista habeat. Sic ergo multi ad utilia opera sunt impotentes, sed ad inutilia vel noxia potentiam habent⁴¹.” (f. 59rb24-28)⁴². Em segundo lugar, o tema da ação sem proveito, manifesto no texto português pela simples expressão *sem fruto* (l. 14), tem afinidade com um trecho mais longo da seção de *otiositas*, iniciado com citação de Judas, 1:12, seção que se escusa reproduzir aqui em função de sua extensão (encontra-se no f. 63ra14-40), na qual consta inclusive a expressão *homines infructuosi* (f. 63ra26), que tem afinidade com *o homem star [...] sem fructo* (l. 14). Em terceiro lugar, embora a *dilatio* tenha sido suprimida da lista inicial das maneiras de pecar no texto português (ll. 3-4), o conteúdo que lhe diz respeito é o que se encontra na segunda metade do trecho relacionado a *otiositas* (de *homem star longo tempo até servir a Deus*, ll. 15-18). Assim, o tema da demora em se converter a Deus (l. 15) tem afinidade com a seguinte citação de Eclesiástico, 5:8: “Non tardes converti ad Dominum” (f. 64rb40-41)⁴³; o tema da necessidade de correção dos maus costumes tem afinidade com o trecho “Tertium quod deberet homines movere ad accelerationem⁴⁴ conversionis est magnum periculum male consuetudinis” (f. 65va17-19)⁴⁵, apesar de esse tema ser tratado longamente nessa seção; e o tema da oposição entre tempo da juventude e da velhice (ll. 16-18) tem afinidade com uma citação de Eclesiástico 25:5: “Que in juventute tua non congregasti, quomodo⁴⁶ invenies in senectute tua?” (f. 68rb30-32)⁴⁷, embora o conteúdo apresente grandes diferenças. Por fim, o tema do serviço do diabo (l. 17) tem expressão equivalente apenas no cap. 3 da 1ª parte: “Fatuus est qui rem ita pretiosam

³⁷ Ms.: De.

³⁸ Ms.: manum.

³⁹ Ms.: amputates.

⁴⁰ Ms.: usus.

⁴¹ Ms.: habet.

⁴² Tradução nossa: Por isso, o Senhor deu diversos membros ao homem, para que O servisse com todos. Onde, às vezes o homem deve servir a Deus cantando com a boca, às vezes escrevendo com a mão, e assim com os outros membros. / Aquele que tem as extremidades das mãos e dos pés amputadas é inútil quanto ao uso desses membros, mesmo que os tenha em parte. Assim, então, muitos são impotentes para obras úteis, mas têm potencial para coisas inúteis ou prejudiciais.

⁴³ Tradução nossa: Não demores em converter-te ao Senhor.

⁴⁴ Ms.: acceleratio est.

⁴⁵ Tradução nossa: O terceiro que deva mover os homens a apressar a conversão é o grande perigo dos maus costumes.

⁴⁶ Ms.: quando.

⁴⁷ Tradução nossa: Aquilo que não acumulaste na tua juventude, como disporás na velhice?

sicut est tempus dat hosti suo crudeli, expendendo illud in servitium demonum” (f. 60va11-13)⁴⁸. Novamente se constata correspondências muito sutis, com retomada de temas e imagens, mas com quase completa recomposição do conteúdo.

g) *Tarditas*

A descrição desta maneira (ll. 19-21) tem afinidade com os seguintes trechos: “Sicut enim acidiosus differt inchoare⁴⁹ opus quod⁵⁰ facturus est, sic tarde procedit in opere iam inchoato.” (f. 70rb26-28) e “Primum est ipsa angustia sive brevitatis presentis temporis” (f. 70rb29-30)⁵¹. Vê-se associação entre *inchoare-inchoato/começa-começado*, *opus-opere/obra* e *brevitatis presentis temporis/pouco tempo*.

h) *Negligentia*

A descrição desta maneira (ll. 22-23) tem afinidade com o seguinte trecho: “Et attenditur in hoc negligentia quod homo non curat qualiter opus inchoatum faciat, bene vel⁵² male. Sed hoc solum curat⁵³ ut ab onere⁵⁴ laboris inchoati a se expediat” (f. 70va26-29)⁵⁵. Vê-se afinidade entre *curat/há cuidado*, *opus inchoatum/cousa que há começada*, *faciat/faça* e *qualiter/em aquela maneira*. No caso de *nom lealmente*, trata-se de uma interpretação sobre a afirmação de que se faz o trabalho apenas para ficar livre do ônus dele.

i) *Imperseverantia*

A descrição desta maneira (ll. 24-25) tem afinidade com o seguinte trecho: “Hoc vitio laborant illi qui raro ad perfectionem ducunt aliquod opus quod inchoant” (f. 71rb5-6)⁵⁶. Nota-se afinidade entre *opus/trabalho*, *ad perfectionem ducunt/levar a acabamento* e *quod inchoant/o que começou*.

⁴⁸ Tradução nossa: É tolo quem dá uma coisa tão preciosa, como é o tempo, ao seu inimigo cruel, gastando-o em serviço dos demônios.

⁴⁹ Ms.: inchoare.

⁵⁰ Ms.: quam.

⁵¹ Tradução nossa: Assim como o acidioso retarda em iniciar a obra que deve ser feita, igualmente procede com atraso em relação à obra já iniciada. / O primeiro é a própria estreiteza ou brevidade do tempo presente.

⁵² Ms.: om.

⁵³ Ms.: curant.

⁵⁴ Ms.: huonere.

⁵⁵ Tradução nossa: E é considerado nisso negligência que o homem não se importe de que modo faça uma obra iniciada, bem ou mal. Mas apenas se importe com isso, a fim de que afaste de si a obrigação da obra iniciada.

⁵⁶ Tradução nossa: Segundo este vício agem aqueles que raramente levam à conclusão qualquer obra que iniciem.

j) *Remissio*

A descrição desta maneira (ll. 26-27) tem afinidade com o seguinte trecho: “Hoc vitio laborat ille qui cotidie deterior efficitur, si inchoat aliquod opus. Primo die, aliquantulum strenue operatur. Secundo die, minus. Tertio die, minus. Et ad ultimum, nihil.” (f. 71va6-10)⁵⁷. Verifica-se afinidade entre *cotidie/cada dia, deterior efficitur/vai desemparrando* e *minus/menos*.

k) *Dissolutio*

A descrição desta maneira (ll. 28-29) tem afinidade com o seguinte trecho: “Hoc vitio laborat ille qui inveniens difficultatem in sui regimine se dimittit omnino absque gubernatione” (f. 71va28-29)⁵⁸. Vê-se afinidade entre *difficultatem/gram graveza, sui regimine/os seus costumes* e *dimittit/solta a rédea*. A ideia de *gubernatione* é expressa de forma mais específica através de *solta a rédea (...)* aos outros membros que façam o que quiserem.

l) *Incuria*

A descrição desta maneira (ll. 30-32) tem afinidade com o seguinte trecho: “Hoc vitio laborat ille qui suorum curam debitam non habet. Talis sua non excolit, culta non colligit, collecta non custodit” (f. 71vb6-9)⁵⁹. Nota-se afinidade em *curam (...) non habet/nom há cuidado* e *suorum/de si meesmo*. Há também a repetição de estrutura com cadeia lógica de circunstância e atitude no latim, com *culta > non colligit* e *collecta > non custodit*, e no português, com *quando sente em si graça > nom há cuidado de a guardar* e *quando a perde > nom faz força nem cura nem há cuidado de a cobrar*.

m) *Ignavia*

A descrição desta maneira (ll. 33-34) tem afinidade com o seguinte trecho: “Hoc vitio laborat ille qui potius eligit in miseria magna permanere quam aliquantulum laboris subire.” (f. 71vb29-31)⁶⁰. Nota-se afinidade em *aliquantulum laboris subire/nom quer tomar trabalho nem ãum*. O tema de serviço de Deus, embora não apareça na seção relativa esta maneira de pecar, é bastante recorrente em todo o tratado da acídia, tanto na forma *in servitio Dei* (f. 70vb33) quanto sobretudo na forma *in divino servitio* (f. 70vb27)

⁵⁷ Tradução nossa: Segundo este vício age aquele que a cada dia executa de forma pior, se inicia alguma obra. No primeiro dia, trabalha de forma um pouco menos diligente. No segundo dia, menos. No terceiro dia, menos. E, no último, nada.

⁵⁸ Tradução nossa: Segundo este vício age aquele que, encontrando dificuldade na condução de sua vida, abandona tudo, até mesmo governança.

⁵⁹ Tradução nossa: Segundo este vício age aquele que não tem o devido cuidado do seu. Este tal não cultiva o seu; se cultiva, não colhe; se colhe, não vigia.

⁶⁰ Tradução nossa: Segundo este vício age aquele que prefere permanecer em grande miséria a submeter-se a um pouco de trabalho.

n) *Indevotio*

A descrição desta maneira (ll. 35-40) tem afinidade com os seguintes trechos: “Anima nostra est arida” (f. 72rb9, citação de Números, 11:6); “Provenit autem ista ariditas multis de causis. Quandoque ex superbia (...)” (f. 72rb11-12); “Quandoque autem provenit ariditas ista ex defectu cibi spiritualis” (f. 72rb26-27); e “(...) cum cetere creature ex otio impinguntur et ex labore attenuentur, anima humana e contrario ex labore impinguntur et ex otio et deliciis attenuatur.” (f. 72rb28-31)⁶¹. Vê-se afinidade em *anima-arida/alma-seca, provenit/nace, quandoque ex superbia/aas vezes da soberva e quandoque (...) ex defectu cibi spiritualis/aas vezes por múnqua (...) manjar da alma*. Tal como no caso da *dilatatio*, que, excluída da lista inicial, teve parte de seu conteúdo integrado na seção que lhe precedia, a da *otiositas*, também aqui a *tristitia*, igualmente excluída da referida lista, tem parte de seu conteúdo integrado na seção que lhe precedia, a da *indevotio*: trata-se do trecho de *Outrossi a tresteza a e doutros pecados* (ll. 38-40). Esse trecho tem afinidade com: “Et notandum quod tristitia est vitium valde detestabile in servitio divino. Valde enim displicet Deo et diabolo valde placet. Et homini valde nocet.” (f. 72va5-7). e “Nocet etiam tristitia spiritualiter occidendo. Frequenter enim est occasio alterius peccati.” (f. 72va35-37)⁶². Nota-se afinidade em *tristitia/tresteza, in servitio divino/em no serviço de Deus, nocet (...) spiritualiter/dá pena (...) em no espírito, frequenter/aginha e occasio alterius peccati/cair em pecado*.

o) *Tedium vite*

A descrição desta maneira (ll. 41-45) tem afinidade com os seguintes trechos: “(...) et provenit ex longa tristitia in divino servitio” (f. 72va40-41); “(...) ut non solum displiceat ei Deo servire, sed etiam vivere” (f. 72va42-43); “tedium hujus vite potest provenire ex diversis causis” (f. 72va43-72vb1); “Quandoque provenit ex Dei amore et desiderio celestis patrie” (f. 72vb1-3); “Quandoque etiam provenit ex consideratione malorum quibus mundus plenus est” (f. 72vb4-5); e “Postquam enim aliquis tristitiam patitur” (f. 72va41-42)⁶³. Percebe-se afinidade em *divino servitio/serviço de Deus, displiceat ei Deo servire/toma ennojo do serviço de Deus, vivere/viver, huius vite/da vida, quandoque provenit ex Dei amore/nasce aas vezes de grande amor de Deus, desiderio celestis patrie/desejo do paraíso, quandoque (...) provenit ex consideratione malorum quibus mundus plenus est/algũas vezes*

⁶¹ Tradução nossa: A nossa alma está seca. / Esta segura provém de muitas causas. Às vezes da soberba (...). / Às vezes, esta segura provém da falta de alimento espiritual. / (...) enquanto outras criaturas engordam por causa do ócio e emagrecem por causa do trabalho, a alma humana, ao contrário, engorda por causa do trabalho e emagrece por causa do ócio e de delícias.

⁶² Tradução nossa: E deve-se assinalar que a tristeza é vício muito detestável no serviço divino. De fato, muito desagrade a Deus e muito agrada ao diabo. E causa muito dano ao homem. / A tristeza também causa dano espiritual matando. Frequentemente, de fato, é ocasião para pecado do outro.

⁶³ Tradução nossa: (...) e provém da longa tristeza no serviço divino / (...) a fim de que não somente lhe desagrade servir a Deus, como também viver / o tédio desta vida pode provir de diversas causas / Às vezes, provém do amor de Deus e do desejo da pátria celestial / Às vezes, também provém da consideração dos males de que o mundo está cheio / Após então alguém sofrer de tristeza.

nasce dos muitos maes que (...) vêe em este mundo e postquam (...) aliquis tristitiam patitur/algũas vezes da tresteza grande.

p) *Desperaçom*

A descrição desta maneira (ll. 46-55), que curiosamente é a única a ser citada em português no desenvolvimento do texto (embora tivesse aparecido no início em latim) tem afinidade com os seguintes trechos: “Solet etiam provenire desperatio ex nimia tristitia” (f. 72vb22-23); “(...) peccatum desperationis valde displicet Deo. Unde dicit Jeronymus, super Psalmum CVIII, quod *magis offendit Judas Deum in hoc quod se suspendit quam in hoc quod Eum tradidit*. Valde etiam placet diabolo, quia ille qui dicit verbum desperationis dicit malum verbum (...)” (f. 72vb29-33); “Dei enim fortitudo quodammodo eorum efficitur, quia de ipsa eis subvenitur” (f. 72vb40-42); e “Primum⁶⁴ remedium est contra peccatum desperationis memoria Dominice passionis.” (f. 73ra8-9)⁶⁵. Nota-se afinidade em *provenire desperatio ex nimia tristitia/nace de la gram tresteza; peccatum (...) valde displicet Deo/ũum pecado de que mais pesa a Deus, a citação de São Jerônimo; valde etiam placet diabolo/plaz muito ao diaboo, quia ille qui dicit verbum desperationis dicit malum verbum/porque aquel que diz palavra de desesperaçom diz palavra de vendiçom; fortitudo/força; primum remedium est contra peccatum desperationis/o maior remédio contra este pecado; e Dominice passionis/paxom de Jesu Cristo.*

q) *Maes que os religiosos tẽem consigo*

A descrição dos males dos religiosos (ll. 56-65) tem afinidade com os seguintes trechos: “(...) XII^m mala que in claustralibus solent inveniri ex peccato accidie” (f. 73rb7-8); “Primum est quod licet die et nocte in ore habeant cibum regium qui de ore Dei procedit, scilicet, verbum Dei, tamen ex pigritia tenendi illum famelici remanent nec reficiuntur de cibo illo.” (f. 73rb9-13); “Secundum est quod, cum ipsi sint de nocte et de die in colloquio cum Deo, permittunt tamen multos dies transire quod non aperiunt oculos cordis, ut videant quis loquatur cum eis vel quid loquatur.” (f. 73rb18-21); “Tertium est quod ipsi non proficiunt in hiis que religionis sunt.” (f. 73rb26-27); “Sextum est quod, quanto diutius soli justitie approximaverunt, tanto frigidiores existunt.” (f. 73va16-17); “Septimum est quod, quanto diutius existunt in loco impingnationis⁶⁶ et saginationis spiritualis, tanto magis macilenti inveniuntur.” (f. 73va26-29); e “Nonum est quod, in loco ubi maior est conflictus, securi

⁶⁴ Na edição *princeps*, de antes de 1475, consta *Summum* (f. 176r27), em vez de *Primum*, forma aquela com maior afinidade com o português *maior* do que esta.

⁶⁵ Tradução nossa: Costuma também provir o desespero da excessiva tristeza / (...) o pecado do desespero desagrada muito a Deus. Donde diz Jerônimo, sobre o Salmo 118, *que mais ofendeu Judas a Deus pelo fato de ter-se enforcado do que pelo fato de tê-Lo traído*. Também muito agrada ao diabo, porque aquele que diz palavra de desespero diz palavra má (...). / De fato, a força de Deus de qualquer maneira decorre deles, porque dela lhes vem em socorro. / O primeiro remédio contra o pecado do desespero é a lembrança da paixão do Senhor.

⁶⁶ Ms.: *impingnationis*.

et somnolenti efficiuntur.” (f. 73va39-40)⁶⁷. Um primeiro aspecto a salientar é que, no *Summa de Vitiis*, constam doze males, mas, no texto português, apenas são mencionados seis. Para esta unidade temática, dispensa-se demonstrar a afinidade específica em cada item, uma vez que o texto português segue muito de perto o texto latino, assemelhando-se ao que seria efetivamente uma tradução livre, e não uma adaptação: basta conferir como exemplo o trecho latino *die et nocte in ore habeant cibum regium qui de ore Dei procedit, scilicet, verbum Dei* e seu correspondente português *tenham em a boca nocte e dia o comer d’el-rei, que é a palavra de Deus*, em que se nota como diferença relevante apenas a supressão de *de ore Dei procedit*. Há, no entanto, acréscimos sem correspondência no texto latino, como o trecho *perdem o tempo* no terceiro remédio. Como houve supressão de seis males, fez-se adaptação dos números ordinais: assim, o quarto, quinto e sexto do texto português correspondem, respectivamente, ao sexto, sétimo e nono do texto latino.

r) *Indiscretus fervor*

A última unidade temática do texto português (ll. 66-71), que, no texto latino, está presente na 4ª parte do tratado da acídia (diferentemente dos anteriores, que estão presentes na 3ª parte de forma geral), tem afinidade com os seguintes trechos: “*Accidia enim et indiscretus fervor quodammodo videntur esse vitia opposita (...)*.” (f. 74rb27-28); “*Noli esse justus multum*⁶⁸, *ibi dicit*⁶⁹ *quod summum jus suma injustitia est*⁷⁰.” (f. 74va13-14); e “*Sicut in vitio avaritie tractavimus de vitio prodigalitis, vitia sunt opposita*⁷¹, *sic cum accidia tractabimus de indiscreto fervore*.” (f. 74rb24-27)⁷². Vê-se afinidade em *vitia opposita/outro pecado que é contrairo, indiscretus fervor/indiscretus fervor, Noli esse justus/querem seer de justos, suma injustitia est/som torticeiros e vitio avaritie-vitio prodigalitis/como a prodigalidade como a avareza*. A noção de excesso como algo negativo (cf. *o que é mais que bem*

⁶⁷ Tradução nossa: (...) os 12 males que costumam vir do pecado da acídia aos religiosos / O primeiro é que convém de dia e de noite terem na boca comida dos reis que provém da boca de Deus, a saber, a palavra de Deus, embora permaneçam famintos por preguiça de tê-la e não se recomponham com aquela comida. / O segundo é que, quando eles estão de noite e de dia em conversa com Deus, permitem, no entanto, passarem muitos dias em que não abrem os olhos do coração, a fim de verem quem fala e o que fala. / O terceiro é que eles não progredem no que é da religião. / O sexto é que, quanto mais a cada dia se aproximam do sol da justiça, tanto mais frios ficam. / O sétimo é que, quanto mais a cada dia se encontram no lugar de engordamento e crescimento espiritual, tanto mais magros ficam. / O nono é que, no lugar em que maior é o conflito, se fazem seguros e sonolentos.

⁶⁸ *Eclesiastes*, 7:17.

⁶⁹ Na edição *princeps*, de antes de 1475, consta “*interlinearis dicit*” (f. 180r12), o que significa tratar-se de citação das glosas interlineares.

⁷⁰ Ms.: *ijustitia*.

⁷¹ Na edição *princeps*, de antes de 1475, consta “*eo quod avaritie et prodigalitis vitia sunt opposita*” (f. 179v15-16) para “*vitia sunt opposita*”. Parece se tratar de uma omissão por salto-bordão no cód. alc. 196, motivada pela repetição de *prodigalitas*.

⁷² Tradução nossa: De fato, a acídia e o fervor indiscreto são considerados de qualquer maneira vícios opostos. / *Não queiras ser muito justo*, ao que diz [a glosa interlinear] que *o direito máximo é a máxima injustiça*. / Assim como tratamos do vício da prodigalidade no vício da avareza, [no qual dissemos que a avareza e prodigalidade] são vícios opostos, igualmente trataremos do fervor indiscreto na acídia.

nom é bem) não apresenta correspondente claro no texto latino, mas essa noção pode ser percebida, p. ex, em trechos da parte do *indiscretus fervor* como “*Ita est in opere Dei. Si supra mensuram tendimus, deficiunt fratres*”⁷³ (f. 75va30-31). Diferentemente da unidade temática anterior, esta última unidade apresenta o padrão de adaptação, com correspondências muito tênues com o texto latino.

3.2. Interpretação do conjunto

Na seção anterior, apresentou-se uma análise considerando cada unidade temática do tratado da acídia presente no cód. alc. 461 em relação do texto do *Summa de Vitiis* de Guilelmus Peraldus presente no cód. alc. 196.

Em praticamente todas as unidades temáticas consideradas, houve a constatação da existência de correspondências muito tênues entre o texto português e o texto latino. Tendo em vista as diferentes concepções tradutórias mencionadas na seção 2, poder-se-ia pensar em uma tradução voltada para o sentido, mais do que para a forma. O caso considerado tem grande afinidade com um dos tipos medievais de tradução assinalados por Furlan (2003, p. 19): “o intento de transmitir os conteúdos, despreocupando-se da forma, faz com que as traduções sejam *verdadeiras reelaborações dos originais*” (itálicos nossos). Na falta de termo mais preciso, adota-se aqui o termo *adaptação* para designar esse tipo de reelaboração, que segue estratégias mais livres de tradução, implicando em mudanças consideráveis, tendo em vista uma finalidade particular (SHUTTLEWORTH; COWIE, 1997, p. 3).

Uma possibilidade para explicar um grau tão alto de recomposição textual seria a de se tratar de uma adaptação feita de memória: como era comum, na Idade Média, a leitura em voz alta para grupos de indivíduos (como no caso de mosteiros), então o caso seria o de um monge que teria ouvido o texto em latim e teria elaborado, com base na memória do que ouviu, uma síntese, mas em língua portuguesa. Naturalmente, pode-se pensar também na hipótese da existência de uma tradução portuguesa mais fiel à fonte que teria tido parte de seu texto memorizado: nesse caso, a fonte dessa adaptação já seria uma versão em português, mas, como não há registro de uma tal versão mais fiel, parece mais razoável pensar na adaptação direta do latim e reforça essa hipótese o fato de que as formas de pecar na acídia se apresentam em latim mesmo no texto (cf. ll. 4 e 5 do texto na seção 1.3).

Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo argumentar em favor da hipótese de que o tratado da acídia presente no cód. alc. 461 da Biblioteca Nacional de Portugal é uma adaptação para o português medieval da obra *Summa de Vitiis* de Guilelmus Peraldus, baseada em alto grau de recomposição textual. Os dados apurados forneceram evidência recorrente para confirmar ter sido esta obra a fonte para o referido tratado.

⁷³ *Vitae Patrum*, Liv. 10, § 2 (MIGNE, 1849, col. 911). Tradução nossa: Assim é a obra de Deus. Se tendemos para além da medida, nossos irmãos nos abandonam.

No mesmo cód. alc. 461, em que está a adaptação portuguesa do tratado da acídia, ocorrem também quatro outros breves tratados já citados, mas separados do da acídia, já que aparecem no final do códice: *Da consciência* (ff. 146v-147r), *Da oração* (ff. 147r-148r), *Da contemplação* (ff. 148r-148v) e *Quanto é má coisa conversar com as mulheres* (ff. 148v-140ar)⁷⁴. É bem provável que também se trate de adaptações feitas a partir seja do *Summa de Vitiis* seja do *Summa de Virtutibus* do mesmo Peraldus, embora não haja registro da existência de exemplar desta última obra no Fundo de Alcobaça. Diferentemente da adaptação do tratado da acídia, em que quase todas as citações foram suprimidas ou integradas ao texto, esses quatro tratados apresentam abundantes citações⁷⁵, explicitamente identificadas, e de autores recorrentes na obra de Peraldus, como Jerônimo, Beda, Ambrósio, Agostinho, Bernardo, dentre outros. Assim, por exemplo, a citação atribuída a São Jerônimo⁷⁶ “Porque tu nom és mais forte que Sansom, nem és mais sancto que David, nem és mais sabedor que Salamom” (cód. alc. 461, f. 149v4-6), presente no tratado *Quanto é má coisa conversar com as mulheres*, encontra correspondência no cap. III da 4ª parte do tratado sobre a luxúria no *Summa de Vitiis*: “Ne David sanctior ne Samsone fortior nec Salomone potes esse sapientior” (cód. alc. 196, f. 12ra22-23). Dado o alto grau de recomposição textual dessas adaptações, as citações são certamente a melhor âncora para localizar as seções mais prováveis do texto de Peraldus usadas como fonte.

Referências

AMOS, T. L. *The Fundo Alcobaça of the Biblioteca Nacional, Lisbon*. Collegeville (Minnesota): Hill Monastic Manuscript Library, 1988-1990. Volumes I a III.

ANSELMO, A. J. *Os códices alcobacenses da Biblioteca Nacional*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1926.

ATAÍDE E MELO, F. A. de *Inventário dos códices alcobacenses*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1930-1932. Tomos I a V.

CAMBRAIA, C. N. *Livro de Isaac*: edição e glossário (cód. alc. 461). 753 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CAMBRAIA, C. N. *Livro de Isaac*: edição crítica da tradução medieval portuguesa da obra de Isaac de Nínive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

⁷⁴ Também já editados paleograficamente por Cambraia, Oliveira, Silva, Lima e Bittencourt (2001)

⁷⁵ As citações são tão características da obra de Peraldus que se publicou um livro com a listagem das citações bíblicas por capítulo de sua obra: não foi possível identificar quando esta listagem originalmente foi composta, mas há edição dela já em 1574 intitulada *Virtutum Vitiorumque Exempla* (Disponível em: <https://www.digitale-sammlungen.de/en/view/bsb11297242>).

⁷⁶ *Regula Monachorum*, cap. III (MIGNE, 1846, col. 327). Tradução nossa: Não podes ser mais santo que Davi, nem mais forte que Sansão, nem mais sábio que Salomão.

- CAMBRAIA, C. N.; OLIVEIRA, C. M. F.; SILVA, J. S. R.; LIMA, M. C. R.; BITTENCOURT, M. T. R. Cinco breves tratados religiosos alcobacenses: edição semidiplomática (cód. alc. 461). *Caligrama: Revista de Estudos Românicos*, Belo Horizonte, v. 6, pp. 7-28, 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17851/2238-3824.6.0.7-28>. Acesso em: 23 mar. 2023.
- FURLAN, M. Brevíssima história da teoria da tradução no Ocidente: I. Os romanos. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 2, n. 8, pp. 11-28, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/5881>. Acesso em: 23 mar. 2023.
- FURLAN, M. Brevíssima história da teoria da tradução no Ocidente: II. A Idade Média. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 2, n. 12, pp. 9-28, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/6195>. Acesso em: 23 mar. 2023.
- FURLAN, M. Brevíssima história da teoria da tradução no Ocidente: III. Final da Idade Média e Renascimento. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 1, n. 13, pp. 9-25, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/6229>. Acesso em: 23 mar. 2023.
- INDEX codicum bibliothecae alcobatae. Lisboa: Typographia Regia, 1775. Disponível em: <https://books.google.com/books?id=5OF0Fk1cTAKC>. Acesso em: 23 mar. 2023.
- KAEPPELI, T. *Scriptores ordinis praedicatorum medii aevi*. Roma: S. Sabina, 1975. V. II: G-I.
- McKENZIE, D. F. *Bibliography an the sociology of texts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. [1. ed., 1986]
- MIGNE, J-P. *Patrologiae cursus completus*. Paris: Apud Editorem, 1845. T. XXVI. Disponível em: <http://books.google.com/books?id=UfkUAAAAQAAJ>. Acesso em: 23 mar. 2023.
- MIGNE, J-P. *Patrologiae cursus completus*. Paris: Apud Editorem, 1846. T. XXX. Disponível em: <http://books.google.com/books?id=v5NBAAAACAAJ>. Acesso em: 23 mar. 2023.
- MIGNE, J-P. *Patrologiae cursus completus*. Paris: Apud Editorem, 1849. T. LXXIII. Disponível em: <http://books.google.com/books?id=GBMRAAAAYAAJ>. Acesso em: 23 mar. 2023.
- PAIS, C. C. (org.). *Teoria diacrônica da tradução portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1997.
- REIS, F. A. F. No *Leal Conselheiro* de D. Duarte: conselhos sobre a maneira de “tirar em linguagem” textos latinos em língua vulgar portuguesa quatrocentista. *Aletria: Revista de Estudos de Literatura*, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, pp. 225-42, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.17851/2317-2096.25.3.225-242>. Acesso em: 23 mar. 2023.
- SHUTTLEWORTH, M.; COWIE, M. *Dictionary of translation studies*. London/New York: Routledge, 1997.

UM INDÍGENA A SERVIÇO DE PORTUGAL: ANÁLISE FILOLÓGICA DE REQUERIMENTOS DE LÁZARO COELHO DE SÁ

AN INDIGENOUS MAN AT THE SERVICE OF PORTUGAL: PHILOLOGICAL ANALYSIS OF LÁZARO COELHO DE SÁ'S REQUIREMENTS

Phablo Roberto Marchis Fachin¹

Ana Paula Negrão Ferreira²

RESUMO

Este artigo apresenta resultados da análise filológica de requerimentos de mercê levados a cabo por Lázaro Coelho de Sá, indígena da Aldeia do Urucu, em Pernambuco. O requerente, que já ocupava o posto de Capitão de Campo, almejava o cargo de Governador Geral dos Índios de todas as missões. O *corpus* é composto majoritariamente por petições e certidões produzidas entre 1728 e 1756 as quais atestam a lealdade e o trabalho de Lázaro Coelho e de seu pai, Manoel Cubas Frazão, Capitão de sua aldeia e ex-combatente das guerras de restauração. Os documentos selecionados pertencem ao Arquivo Histórico Ultramarino e situam-se no contexto dos conflitos palmaristas. A complexidade do conjunto documental relacionado ao circuito de mercês propicia o diálogo entre a Filologia e diferentes áreas, como a Diplomática, a Paleografia e a História, de modo a caracterizar as espécies documentais em questão e situá-las no tempo-espaço, assim ampliando também o mapeamento das práticas de escrita no eixo Brasil-Portugal durante o período colonial.

PALAVRAS-CHAVE: Filologia. Governador dos Índios. Lázaro Coelho de Sá. Circuito de Mercês.

ABSTRACT

This paper presents the results of the philological analysis of requests for mercê (favor) made by Lázaro Coelho de Sá, an indigenous man from the village of Urucu, in Pernambuco. The claimant, who already held the position of Captain, aspired to the position of Governor General of the Indians of all missions. The *corpus* is mostly composed of petitions and certificates written between 1728 and 1756, which attest to the loyalty and hard work of Lázaro Coelho and his father, Manoel Cubas Frazão, Captain of his village and ex-combatant in the wars of restoration. The selected documents belong to the Arquivo Histórico Ultramarino and are situated in the context of the Palmarist conflicts. The complexity of the set of documents related to the circuit of mercês provides a dialogue between Philology and different areas, such as Diplomats, Paleography and History, in order to characterize the documentary species in question and situate them in time and space, thus also broadening the mapping of writing practices on the Brazil-Portugal route during the colonial period.

KEYWORDS: Philology. Governor of the Indians. Lázaro Coelho de Sá. Mercês Circuit.

¹ Universidade de São Paulo (USP), phablo@usp.br, <https://orcid.org/0000-0002-2283-3906>.

² Universidade de São Paulo (USP), ana.negrao.ferreira@usp.br, <https://orcid.org/0009-0008-9731-3025>.

Introdução

Firmada em Portugal por volta do século XVI, a prática de requerimento de mercês ao monarca era um processo longo, complexo e testemunha à contemporaneidade como se davam as relações entre os vassallos e a coroa (OLIVAL, 2006, p. 60). Historicamente, as mercês são entendidas como graças ou recompensas àqueles que comprovavam devidamente seu merecimento, em rogo de sesmarias, cargos, hábitos religiosos, tensas ou perdões (MENDES, 2013, p. 114). Os processos que se enquadram nesse contexto sublinham como as práticas de escrita exercitavam um papel fundamental para cunhar os feitos dos suplicantes, cujo fruto era, em muitos casos, a ascensão social. Desse modo, o estudo filológico dos documentos produzidos no circuito das mercês propicia reflexões sobre as esferas de poder vigentes à época, a rede de circulação de textos e a sua própria instrumentalização política.

Um estudo como este não pode ser cindido da História, que emoldura a conjuntura de produção de textos em situações particulares e mune o olhar de mecanismos importantes para a compreensão das relações reveladas entre agentes da administração colonial e a coroa. Conforme destacam Marcotulio *et al* (2018), as manifestações documentais e os testemunhos são expressões de determinado momento histórico, e não apenas reflexos, permitindo aos estudiosos reconstruí-lo. Assim, encaramos a recuperação das fontes como uma maneira de interrogar os textos, de forma que, nas palavras de Silvia Lara (2008, p. 18), “sejam capazes de fornecer informações sobre as ações humanas do passado.” A complexidade do conjunto documental relacionado a tal prática permeia também o diálogo entre Filologia e diferentes áreas, como a Diplomática e a Paleografia, de modo a caracterizar as espécies documentais em questão e situá-las no tempo-espaço, assim ampliando também o mapeamento das práticas de escrita no eixo Brasil-Portugal durante o período colonial.

Tendo essas considerações em vista, o presente artigo apresenta resultados da análise filológica de requerimentos de mercê levados a cabo por Lázaro Coelho de Sá³, indígena da Aldeia do Urucu, em Pernambuco. O requerente, que já ocupava o posto de Capitão de Campo, almejava o cargo de Governador Geral dos Índios de todas as missões, mais precisamente da “Gente vulgarmente chamada do Cabello corridio”⁴, distrito pertencente à capitania de Pernambuco. Manuel Cubas Frazão, Capitão da Aldeia do Urucu, pai de Lázaro Coelho, com serviços prestados à coroa, cedeu a seus filhos o direito de requererem em seu nome, por conta de sua idade já avançada⁵. Assim, Lázaro Coelho junta requerimentos, compostos por petições e outros documentos, para atestar os notáveis feitos seus e do

³ Os documentos referentes ao processo estudado apresentam oscilação no registro do sobrenome em questão: “dessa”, “de Essa”, “de Sá”. Inicialmente, contávamos apenas com uma série documental, porém, durante a leitura dos textos, questionamos a grafia do sobrenome de Lázaro, “de Essa”, assumindo a possibilidade de haver registros como “de Sá”, uma vez que esta forma já aparece registrada em alguns documentos do primeiro dossiê. Assim, encontramos mais uma gama de requerimentos de certidões referentes à mesma pessoa e processo. Tal oscilação gráfica justificaria o fato de haver conjuntos diferentes, o que provavelmente, pela catalogação do acervo no Arquivo Histórico Ultramarino, gerou duas reuniões de certidões e demais escritos. Nesse sentido, a forma “de Sá” consta na descrição do Arquivo Histórico, mas no conjunto é possível encontrar a grafia “de Essa”.

⁴ *Arquivo Histórico Ultramarino*. Alagoas Avulsos. Cx 02. Documento 145, fl. 01.

⁵ *Arquivo Histórico Ultramarino*. Alagoas Avulsos. Cx 02. Documento 145, fl. 02.

seu pai, o qual participou das entradas a Palmares e das lutas contra os “Gentios bravos”⁶, indígenas não dominados. Apesar de suas boas recomendações e de ter cumprido o rito burocrático para o requerimento de mercê, a primeira tentativa não obteve sucesso, tendo sido considerado “escozado”, como se verifica no despacho do Conselho Ultramarino de 09 de outubro de 1755⁷. Isso leva o suplicante a novas tentativas, permitindo a este estudo acompanhar em detalhes todo o processo e dar a conhecer todas as suas etapas a pesquisadores que também têm se voltado a essas questões, em diferentes áreas.

Ressalta-se de antemão que o ponto de maior destaque e que singulariza o processo é Lázaro ser um indígena negro. Sua cor foi um dos motivos considerados pelo parecer de João Bernardo Gonzaga, Ouvidor Geral da capitania Pernambuco, que aconselhou o indeferimento do pedido, pois o requerente poderia não ser respeitado pelos demais aldeados⁸. A outra razão diz respeito aos domínios territoriais do cargo de Governador dos Índios de todas as missões, considerado pelo Ouvidor muito além do que seria possível para uma única pessoa controlar, resultando em uma gerência ineficiente⁹.

Para o tratamento do *corpus*, partimos da mesma proposição de labor filológico salientada por Gonçalves (2020, p. 77), a qual afirma que

o filólogo assume um papel ímpar, pois sua atividade irá reivindicar a necessidade de uma análise teórico-metodológica, interpretativa, dialógica, comparativa e contrastiva dos textos históricos, mas também a observação atenta dos usos linguísticos e sociais da escrita, com o fim de ampliar a compreensão crítica dos contextos de produção e circulação dos documentos. (GONÇALVES, 2020, p. 77)

Nesse sentido, nos debruçamos sobre as pesquisas acerca do circuito de mercês, como as de Olival (2001; 2006), e também o escopo mais específico das mercês concedidas após os conflitos entre os colonizadores e os palmaristas, conforme estudado por Peraza (2013) e Marques (2014). A partir disso, entendemos o processo de Lázaro Coelho não dissociado da lógica de requerer, ainda que sua colocação não fosse central no contexto social e político da época. O presente estudo conta com manuscritos inéditos e que lançam luz às investigações de processos em um âmbito ainda pouco trabalhado na área da Filologia. Para tanto, analisamos o quão encaixado está o pedido do requerente às práticas de escrita desse âmbito e como o conhecimento da história dos textos dos dossiês contribui para o conhecimento das práticas de escrita setecentistas que tiveram como eixo indígenas não alfabetizados, mas que faziam da escrita uma instrumentalização política, mesmo que terceirizada, para a obtenção de ascensão social.

O artigo está estruturado em cinco partes. Na primeira, apresentamos uma descrição dos principais aspectos do *corpus* estudado e a transcrição de fólios escolhidos, para melhor compreensão

⁶ *Arquivo Histórico Ultramarino*. Alagoas Avulsos. Cx 02. Documento 145, fl. 01.

⁷ *Arquivo Histórico Ultramarino*. Alagoas Avulsos. Cx 02. Documento 145, fl. 01.

⁸ *Arquivo Histórico Ultramarino*. Alagoas Avulsos. Cx 02. Documento 145, fl. 17.

⁹ *Ibidem*

de como os requerimentos se constituíam; na segunda parte, focada na contextualização histórica, a caracterização do que representava o circuito das mercês para a administração portuguesa no Brasil; na terceira, a edição de um dos manuscritos que compõe o *corpus*; na quarta, uma breve explicação a respeito do cargo de Governador dos Índios e seu alcance político na época; na quinta, uma análise dos documentos tendo como foco o de Lázaro Coelho como um indígena negro agindo por meio das práticas de escrita vigentes no período.

1. O *corpus* do estudo: o conjunto documental dos requerimentos de Lázaro Coelho de Sá¹⁰

Localizado por meio da plataforma do Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”/ Biblioteca Luso Brasileira¹¹, o conjunto documental estudado é composto por quatro requerimentos, entendidos aqui como uma espécie de dossiê, cuja abertura se dá com uma petição, na qual se apresentam o tipo de pedido e as suas justificativas. Pelo que observamos, comparando esse material com outros manuscritos de mesma natureza, não há uma lista padronizada da documentação a ser enviada como requerimento, podendo ser constituída complementarmente por certidões, alvarás, despachos, provisões, entre outros. Ainda, é de se salientar que dispomos de fotografias em ótima definição do primeiro conjunto, o que facilitou o processo de transcrição e análise do suporte¹². Por outro lado, os demais conjuntos foram consultados diretamente na plataforma do Projeto Resgate, que, infelizmente, possui recursos limitados de reprodução, dificultando ou até impossibilitando que certos documentos sejam transcritos pela qualidade da digitalização da imagem.

O primeiro conjunto localizado referente ao pedido de mercê enviado à coroa portuguesa por Lázaro Coelho, tendo em vista o cargo de Governador dos Índios de todas as missões, é composto por 20 fólios, constituído pela petição inicial, escrita anteriormente a outubro de 1755¹³; os demais documentos que compõem o conjunto são certidões, uma provisão, um alvará, uma carta patente e um despacho. O dossiê é o mais longo dos aqui estudados e encontra-se em excelente estado de conservação, não apresentando grandes comprometimentos quanto ao suporte.

O segundo conjunto localizado, produzido em 27 de setembro de 1753, é composto por apenas dois fólios, referente a um requerimento de Lázaro Coelho para retornar ao Brasil. Nesse documento, é dito que Lázaro Coelho foi à corte no ano anterior, onde teve uma audiência com o rei, por meio do qual se mandou que fossem passadas atestações do merecimento e diligência de Lázaro Coelho,

¹⁰ Considerando a oscilação no registro do sobrenome do Lázaro Coelho, neste trabalho, padronizamos a referência como “de Sá”, porém é preciso frisar que diferentes registros ocorrem de forma intercalada ao longo dos processos. A nomeação que adotamos é apenas um referencial, baseada nas descrições feitas pelo arquivo de guarda, o Arquivo Histórico Ultramarino. Ambos os conjuntos estão disponibilizados na plataforma do Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”.

¹¹ Os dossiês podem ser consultados por meio da plataforma, pelo endereço <http://resgate.bn.br/>.

¹² As fotografias foram tiradas por Marcos Vinícius Pereira das Dores, doutorando em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo e em Linguística pela Universidade de Évora.

¹³ Por não estar datado, a datação é estipulada pelo despacho presente no documento. Daí ter sido escrita anteriormente a outubro de 1755.

reunião que presumimos ser o terceiro conjunto. Como o pedido ainda não havia sido indeferido, o suplicante solicitou que as certidões fossem apresentadas para que sua mercê fosse atendida, pois sofria de muitas mazelas em Lisboa¹⁴.

O terceiro conjunto é a reunião das certidões realizadas ao longo de 1755 pelas figuras eclesiásticas e autoridades locais, citadas acima. Nele também há o requerimento de Lázaro solicitando que esses papéis fossem juntados aos demais¹⁵. Compõe-se, ao todo, por 5 fólios. Por fim, o quarto conjunto, composto por 1 fólio, aparenta ser o mesmo requerimento do segundo conjunto, agora realizado em 14 de abril de 1756. Lázaro requereu que seus papéis, em posse do Conselho Ultramarino, fossem devolvidos para que ele pudesse retornar ao Brasil na próxima monção. A petição menciona ainda que o suplicante pretendia realizar um novo requerimento, mais uma razão para a retomada dos escritos¹⁶.

Cabe ressaltar que as petições que compõem os processos, além de serem enviadas como correspondência para Portugal, seguindo o itinerário documental à época, também foram apresentadas por Lázaro em audiências com o rei em 1754 e também em 25 de setembro de 1755¹⁷. Os quadros a seguir apresentam informações sobre a constituição dos conjuntos, por meio da indicação da espécie documental em questão, o número do fólio, datação, referência temática e assinatura.

Quadro 1: Documentos - conjunto 01 (Doc. 145)¹⁸

Documento	Fólio	Data	Referente a	Assinatura
Petição	1	26/10/1754	Lazaro Coelho de Essa	-
Doação de direitos	2	01/10/1753	Lazaro Coelho e Bernardo Gomes Ferrão ¹⁹	Manoel Cubas Frazão
Petição	3	-	Lazaro Coelho de Essa	-
Petição	3	28/01/1754	Lazaro Coelho de Essa	Doutor Antonio José Ferrejra Barrozo, Ouvidor Geral da comarca das Alagoas do Norte; Francisco de Arahujo Lima, escrivão da Correição
Certidão	3	22/01/1758	Lázaro Coelho de Sa	Manoel Pires do S[*], tabelião
Certidão	3	2[*]/01/1754	Lázaro Coelho de Sa	Antonio Maciel de Lima, tabelião
Certidão	3	25/01/1754	Lázaro Coelho de Sa	Francizco de Arahujo Lima, escrivão da correição

¹⁴ Arquivo Histórico Ultramarino. Pernambuco. Cx 80. Documento 6632, fl. 01-02.

¹⁵ Arquivo Histórico Ultramarino. Pernambuco. Cx. 79, D. 6608.

¹⁶ Não conseguimos localizar esse novo requerimento, nem informações a respeito de um outro processo. Com isso, continuamos a busca para verificar se a mercê foi concedida.

¹⁷ Arquivo Histórico Ultramarino. Pernambuco. Cx 80. Documento 6632, fl. 02.

¹⁸ Arquivo Histórico Ultramarino. Alagoas Avulsos. Cx 02. Documento 145. Não estão indicadas no quadro as certidões que atestam a autenticidade das letras e sinais pelos tabeliães. Os sinais [*] indicam uma impossibilidade de leitura causada pela ilegibilidade caligráfica.

¹⁹ Irmão de Lázaro Coelho.

Certidão	4	14/01/1754	Lázaro Coelho (o nome não consta explicitamente)	Francisco Roiz da Costa
Certidão	4	14/01/1754	Lázaro Coelho de Sá	Cosme Damião de Barros
Certidão	5	02/03/1728	Manoel Cubas Frazão	Luis Mendes da Silva, Alferes de Infantaria
Certidão	6	24/12/1737	Manoel Cubas Frazão	Domingos João de Carvalho; Alexandre Jorge Valery; Antonio da Cruz de Oliveira; Mathias da Costa; Luis Mendes da Silva; Domingos Ferreira de Oliveira, Pedro * Castello Branco; João Batista Cardozo, oficiais e soldados reformados
Certidão	7	25/11/1757	Manoel Cubas Frazão	Domingos Fernandez de Oliveira, ex-capitão e soldado reformado do terço de Palmares
Certidão	8	03/03/1728	Manoel Cubas Frazão	Luis Mendes da Silva, Alferes de Infantaria
Certidão	9	24/11/1737	Manoel Cubas Frazão	Luis Mendes da Silva, Alferes de Infantaria
Certidão	11	08/01/1737	Manoel Cubas Frazão	Luis Mendes da Silva, Alferes de Infantaria
Certidão	12	11/1728	Manoel Cubas Frazão	Agostinho de Britto, Capitão e Sargento-mor dos Índios
Certidão	13	26/11/1737	Manoel Cubas Frazão	Duarte Ramos Furtado, Sargento reformado e cabo de esquadra
Certidão	14	22/12/1753	Manoel Cubas Frazão	Joseph de Souza Rebello, capitão-mor reformado
Provisão	15	07/08/1728	Manoel Cubas Frazão	Duarte Sodré Pereira Tibão, Donatário da Vila de Alagoas, Governador e Capitão General de Pernambuco e demais capitánias
Carta Patente	16	31/05/1733	Manoel Cubas Frazão	Duarte Sodré Pereira Tibão, Donatário da Vila de Alagoas, Governador e Capitão General de Pernambuco e demais capitánias
Parecer	17	11/05/1755	Lázaro Coelho	João Bernardo Gonzaga, Ouvidor Geral da comarca de Pernambuco
Provisão	18	02/12/1754	Lázaro Coelho	Rei Dom José (assinado Josef Miguel [*], secretário; Diogo Rangel de Almeida Castelos; Francisco Lopes de Carvalho)
Petição	19	28/10/1754	Lázaro Coelho	-
Despacho	20	25/10/1754	Lázaro Coelho	Diogo M[*] Corte Real, Marquês de Penalva

Fonte: elaboração dos autores

Quadro 2: Documentos - conjunto 02 (Doc. 6632)²⁰

Documento	Fólio	Data	Referente a	Assinatura
Petição	1	27/09/1753	Lázaro Coelho de Sá	-

Fonte: elaboração dos autores

Quadro 3: Documentos - conjunto 03 (Doc. 6608)²¹

Documento	Fólio	Data	Referente a	Assinatura
Petição	1	12/08/1755	Lázaro Coelho de Sá	-
Petição	2	18/04/1755	Lázaro Coelho de Sá	Reverendo Senhor Doutor Vigário Geral da Comarca
Certidão	2	23/04/1755	Lázaro Coelho (sem indicação do último sobrenome)	Antonio da Rocha Barboza, sacerdote do hábito de São Pedro, missionário da Aldeia de Nossa Senhora da Conceição do Urucu
Certidão	2	24/10/1755	Lázaro Coelho (sem indicação do último sobrenome)	Dominguez Leytão Figueira, sacerdote do hábito de São Pedro da freguesia de Santa Luzia da Alagoa do Norte
Certidão	3	24/04/1755	Lázaro Coelho de Sá	Padre Bartholomeo Lins de [*], sacerdote do hábito de São Pedro
Certidão	3	25/04/1755	Lázaro Coelho de Sá	Pedro Gonsalves de Faria, sacerdote do hábito de São Pedro
Petição	4	-	Lázaro Coelho de Essa	-
Certidão	4	25/04/1755	Lázaro Coelho de Sá	Cosme Damião de Barros Pimentel, capitão comandante da freguesia de Santa Luzia da Vila das Alagoas do Norte
Certidão	4-5	[*]/03/1755	Lázaro Coelho de Sá	Joseph de Souza Rebello, capitão-mor reformado da freguesia de Santa Luzia da Vila das Alagoas do Norte
Certidão	5	23/04/1755	Lázaro Coelho de Sá	João Gomes Calheiros, capitão-mor da freguesia de Santa Luzia da Vila das Alagoas do Norte

Fonte: elaboração dos autores

²⁰ *Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco. Cx 80. Documento 6632.

²¹ *Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco. Cx. 79, D. 6608. Não estão indicadas no quadro as certidões que atestam a autenticidade das letras e sinais pelos tabeliães. Há, nesse conjunto, duas certidões dessa natureza que ainda não foram transcritas, assinadas por Antonio Jozé Pereyra Barrozo e Antonio Maciel, no fólio 05.

Quadro 4: Documentos - conjunto 04 (Doc. 6697)²²

Documento	Fólio	Data	Referente a	Assinatura
Petição	1	14/04/1756	Lázaro Coelho de Esa	-

Fonte: elaboração dos autores

2. Transcrição de fólios escolhidos

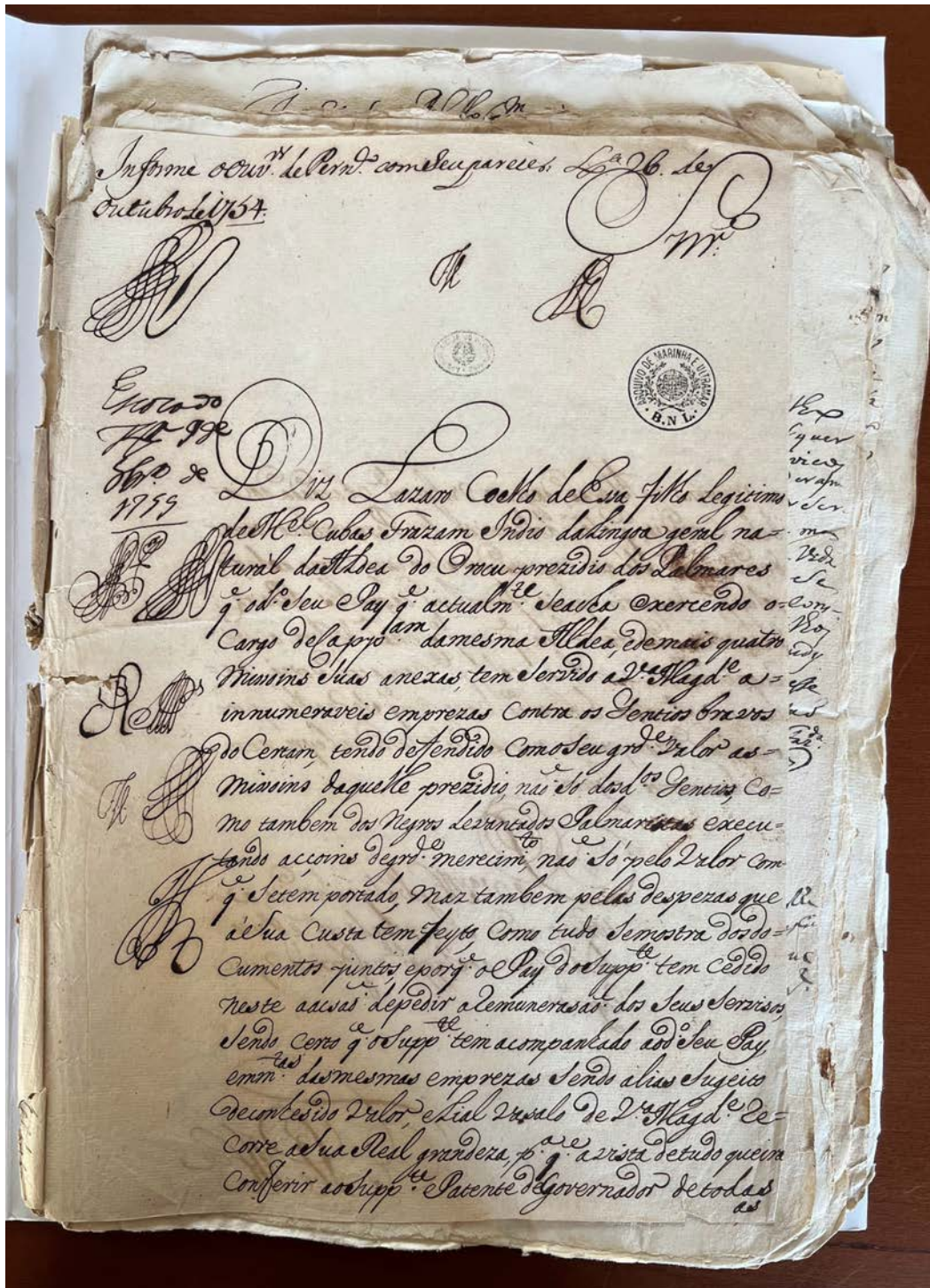
Ao editar um texto, os critérios de leitura e transcrição são fundamentais para se manter lições fidedignas, visando à construção de fontes confiáveis para a História da Língua e à Linguística Histórica (FACHIN, 2009). Neste caso, optamos por uma transcrição conservadora, respeitando o estado de língua do documento, em busca também de facilitar o processo de leitura. Utilizamos, para isso, os seguintes tópicos das Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos (CAMBRAIA; CUNHA; MEGALE, 1999, pp. 23-6): foram desenvolvidas as abreviaturas, indicando em itálico o que foi nossa inferência²³; escritas posteriores ao documento foram indicadas por meio de <>; acentuação e fronteiras de palavras foram conservadas de acordo com o manuscrito; o fólio do documento, reto e verso, está indicado na margem superior da edição; o reclame, assinalado por [[]]; respeitou-se o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original.

Para facilitar a compreensão do *corpus* e sua visualização, seguem o *fac-símile* do documento que abre o primeiro requerimento produzido em 1754, e sua transcrição.

²² Arquivo Histórico Ultramarino. Pernambuco. Cx. 81, D. 6697.

²³ As abreviaturas foram desenvolvidas de acordo com o dicionário de abreviaturas de Maria Helena Flexor (2008).

Imagem 1: Fólio 1 reto



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino. Alagoas Avulsos. Cx 02. Documento 145, fl. 01 /

Marcos Vinicius Pereira das Dores

||1 v.||²⁴

<Informe ouvidor de Pernambuco com seu parecer Lisboa 26 de²⁵
outubro de 1754>

Senhor

<Escozado
Lisboa 9 de
outubro de
1755²⁶>

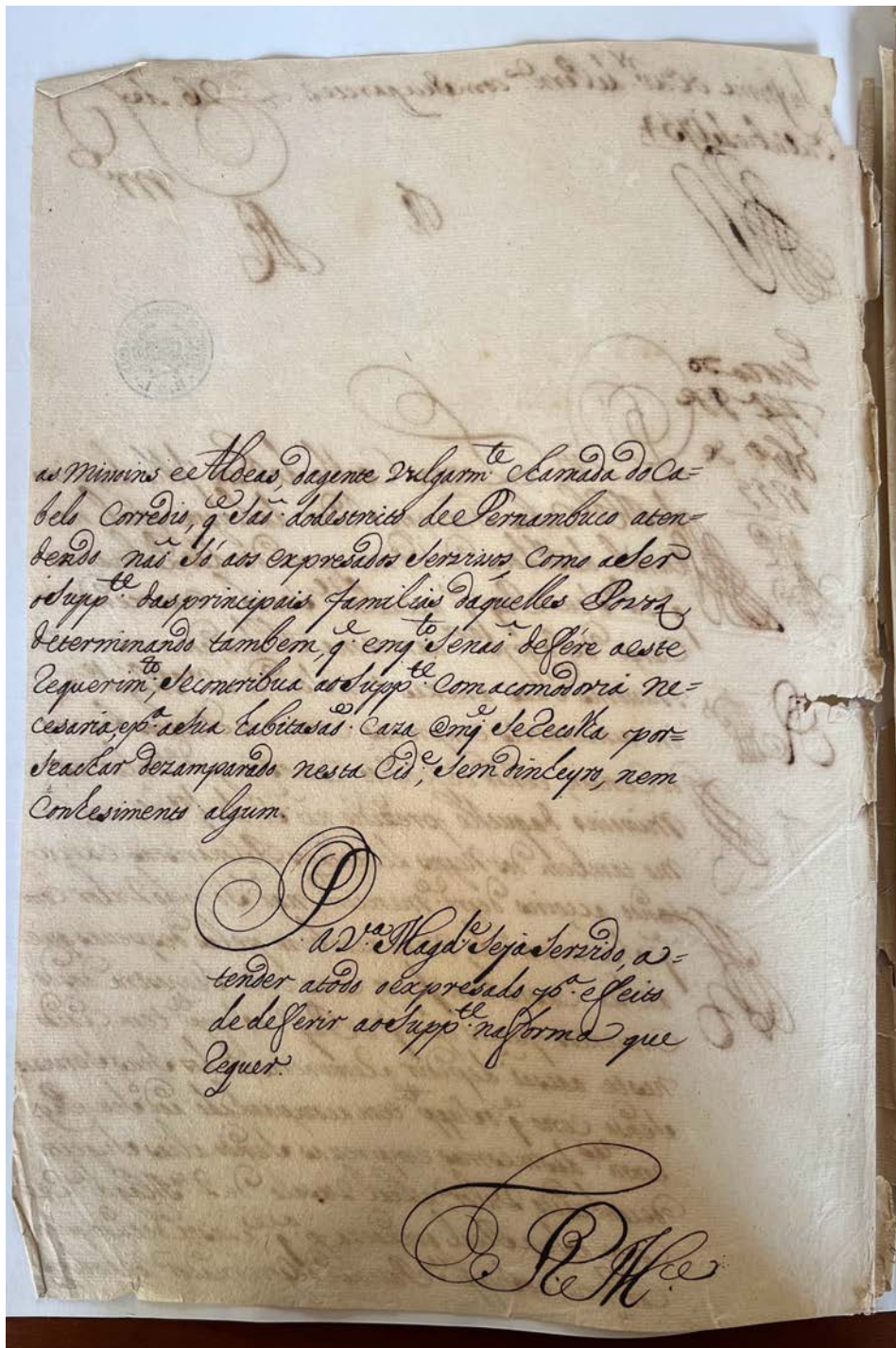
Diz Lázaro Coelho de Essa filho Legítimo
de Manoel Cubas Frazam Índio da Língua geral na =
tural da Aldeia do Orocu presidio dos Palmares
que o dito Seu Pay que actualmente se acha exercendo o
Cargo de Capitão da mesma Aldeia, e demais quatro
missoes suas anexas, tem servido a Vossa Magestade a =
inumeráveis empresas contra os Gentios bravos
do Certam, tendo defendido com o seu grande valor as =
missoes daquela presidio, não só dos ditos Gentios, co =
mo também dos negros Levantados Palmaristas execu =
tando ações de grande merecimento, não só pelo valor com =
que setem portado, mas também pelas despesas que
a sua custa tem feyto, como tudo se mostra dos do =
cumentos juntos, e porque o Pay do Supplicante tem cedido
neste acação de pedir a remuneração dos seus serviços,
sendo certo que o Supplicante tem acompanhado a dito Seu Pay,
em muitas das mesmas empresas sendo alias sujeito
de conhecido valor, e lial vasallo de Vossa Magestade re =
corre a sua Real grandeza, para que avista de tudo queira
conferir ao Supplicante Patente de Governador de todas
as

²⁴ Arquivo Histórico Ultramarino. Alagoas Avulsos. Cx 02. Documento 145, fl. 01.

²⁵ O documento possui 10 rubricas distribuídas nas partes superior e lateral esquerda e um carimbo do Arquivo Ultramarino na parte superior esquerda.

²⁶ Existe possibilidade de o ano de recusa ser 1759, dado o tipo caligráfico. Na transcrição, optamos por 1755, pois o número 9 da mesma escrita difere do número 5 quanto à forma; para isso também levamos em conta a lógica das datas do processo.

Imagem 2: Fólio 1 verso



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino. Alagoas Avulsos. Cx 02. Documento 145, fl. 01) /

Marcos Vinícius Pereira das Dores

||1 v.||²⁷

[[as]] missoins eAldeas, dagente vulgarmente chamada do ca =
 belo corredio, que Saõ dodistricto dePernambuco aten =
 dendo não Só aos expresados Servissos, como aSer
 oSupplicante das principais famílias daquelles Povo
 determinando tambem, que emquanto Senaõ defére aeste
 requerimento; secontribua aoSupplicante com acomodoria ne =
 cesaria, epara asua habitasaõ caza emque Serecolha por =
 Seachar dezamparado nesta cidade; Sem dinheyro, nem
 conhesimento algum.

Pede a Vossa Magestade Seja Servido, a =
 tender atodo o expressado para efeito
 de deferir aoSupplicante naforma que
 requer.

Espera Receber Merce

Devido à heterogeneidade do conjunto documental, o *corpus* é constituído por diversos punhos, que não necessariamente são dos autores intelectuais dos escritos. Lázaro Coelho, por exemplo, ao que tudo indica, não era alfabetizado, e não encontramos nenhuma assinatura sua. Seu pai, Manoel Cubas, também não dominava a escrita, fato explicitado em sua doação de direitos, em que afirma que assina em cruz, como costuma²⁸. A diversidade de punhos e instâncias de escrita, testemunhada ao longo do processo, vai desde o contexto notarial a secretários e religiosos, e podem contribuir a estudos futuros que visem à sistematização das práticas de escrita setecentista e à compreensão do papel da escrita naqueles contextos de produção.

O desempenho caligráfico atrela-se ao cargo ou nível de instrução que os indivíduos ocupavam. Nesse sentido, nota-se que os secretários, os quais redigem as petições de Lázaro Coelho e demais pareceres régios, apresentam cursividade e regularidade em suas escritas. É notável que aqueles que apresentaram menos traquejo, no que se refere ao manejo da pena, foram os eclesiásticos, cuja caligrafia demonstra menos padrão e cursividade se comparados com os tabeliães e secretários. Quanto à forma, muitas certidões e demais documentos seguem padrões, uma vez que foram produzidos no contexto jurídico, configurando-se como documentos diplomáticos (BELLOTTO, 2002, p. 36).

²⁷ Arquivo Histórico Ultramarino. Alagoas Avulsos. Cx 02. Documento 145, fl. 01.

²⁸ Arquivo Histórico Ultramarino. Alagoas Avulsos. Cx 02. Documento 145, fl. 03.

3. O circuito de mercês: do Urucu a Lisboa

O trajeto burocrático que Lázaro Coelho percorreu em busca de sua patente realizou-se, ao que tudo indica, dentro das exigências do Conselho Ultramarino. Conforme ilustra Silva, havia um padrão às consultas de mercês:

Em primeiro lugar se declarava o nome do requerente, filiação, naturalidade, tempo de serviço e qualidade do mesmo; em seguida constava um relato dos serviços extraído das certidões; logo após vinha a relação das mercês pedidas e referência à apresentação da folha corrida e da certidão do registro de mercês, além da menção à declaração fiscal de que os papéis estavam correntes (ALBUQUERQUE, 1968, p. 20). Após essa maratona burocrática o Conselho dava o parecer e, posteriormente, a consulta era encaminhada ao rei. (SILVA, 2007, p. 193)

Segundo Olival (2001, p. 22), as mercês poderiam ser conseguidas por via de graça ou justiça. Esta última, que rege o caso de Lázaro, caracteriza-se, conforme o nome já indica, pelo rogo baseado na ideia de recompensa pelos serviços prestados. Assim, era basilar que o requerente anexasse, à sua petição, comprovações de seus leais serviços à coroa, na forma de “certidões, fés de ofício e folhas de serviço que deviam ser apresentadas ao Conselho Ultramarino para dar início ao processo.” (MENDES, 2013, p. 119). É importante também frisar que o Conselho exercia “função reguladora do valor monetário e social das mercês concedidas aos habitantes da América Portuguesa”, sugerindo “ao monarca qual seria a mercê que melhor satisfaria os serviços prestados no ultramar.” (BARDWELL, 1974 apud MENDES, 2013, p. 115).

No contexto dos conflitos contra os palmaristas, Mendes (2013, p. 118) observa que, sobre os suplicantes das mercês por ela estudadas, não é possível afirmar que os serviços foram prestados considerando pedidos futuros, mas é plausível que muitos tivessem tal perspectiva. No caso do nosso *corpus*, tal lógica pode ser observada pelas diversas certidões recolhidas por Manoel Cubas cerca de trinta anos antes do pedido do filho. A pesquisadora também nota que, em relação aos postos militares, destacava-se sempre “o serviço de armas. O documento traz o nome do requerente, sua filiação e local de nascimento, informações que são seguidas pela quantidade de anos de serviço e de uma lista dos postos que o militar ocupou até o momento.” (MENDES, 2013, p. 133).

De acordo com Marques (2014, p. 98), após as guerras contra os palmaristas, foram poucas as mercês concedidas a negros e indígenas, dentre ele “Manuel Cubas Frazão, que não temos registro de mercê, mas cedeu seus serviços a seu filho, Lazaro Coelho de Eça, que conseguiu o posto de capitão das aldeias dos índios do Cabelo corredio” (MARQUES, 2014, p. 98). Assumimos que o pesquisador se refere ao posto já ocupado por Lázaro antes de solicitar a nova patente, uma vez que esse processo não demonstra que ao suplicante foi dado outro cargo. Marques também situa Lázaro Coelho no âmbito dos descendentes de participantes das guerras contra Palmares que requereram mercês em nome de seus antecessores, ressaltando que “foi na virada do XVII para o XVIII o período de maior movimento das cartas e requerimentos de prêmios por parte dos descendentes” (MARQUES, 2014, p. 100).

As etapas do circuito das mercês, com seus respectivos pedidos, vindos do Brasil a partir de 1690, podem ser resumidas da seguinte forma (OLIVAL, 2006, p. 69): 1) Originais das fês de ofícios, que eram julgadas pelo Governador e um examinador; 2) Se verdadeiros, os documentos originais seguiam para o Conselho Ultramarino e eram lidos pelo fiscal de mercês. Quando os serviços e papéis eram decretáveis, seguiam para a consulta do Conselho Ultramarino e para a Secretaria de mercês; 3) Em caso de fês de ofício não verdadeiras ou serviços e papéis não decretáveis, os documentos retornavam às partes.

O conjunto de documentos que compõem o requerimento de Lázaro mostra que o circuito de seu pedido de mercê, até mesmo seu indeferimento, foi cumprido em suas etapas. Ao reunir uma quantidade significativa de certificados que atestam sua bravura, por outro lado, fica evidente que Lázaro Coelho não foi desacreditado, chegando até a última etapa de julgamento do conselho. O suplicante, conforme testemunhamos, vai até a corte, diante da dificuldade enfrentada em alcançar o que almejava²⁹. Assim, requerer nessas perspectivas, tanto das guerras palmaristas, como em nome de seu pai, já demonstra ser conhecimento dominado por Lázaro, confirmando a hipótese de que o capitão, de fato, sabia fazer uso da escrita naquele contexto. Mais do que isso, a busca por um título militar demonstra como esse homem indígena e negro expressa a nova lógica colonial entre nativos e a coroa no século XVIII, após a restauração.

4. Lázaro Coelho: um indígena a serviço da administração portuguesa no Brasil

Manoel Cubas Frazão, pai de Lázaro Coelho, foi um combatente ativo nos conflitos do sertão pernambucano, atuando também na companhia de seu irmão, o capitão-mor Lourenço da Silva, tendo ambos servido nas bandeiras comandadas por Domingos Jorge Velho³⁰. É por meio dessas relações que compreendemos o casamento entre um indígena e uma mulher negra: no fólio nono do dossiê “de Essa”, Luis Mendes da Silva, identificado como alferes de infantaria, cabo regente e administrador dos índios do Arraial de Nossa Senhora das Brotas, certifica que Domingos Jorge Velho, “por tomada de huma bandera que nese tenpo Se fes aos negros filhos do palmar”, captura Paula da Silva ainda da infância, escraviza-a e a entrega a Lourenço da Silva³¹. Este e sua esposa, Maria Antiga, criaram a menina, que posteriormente, com a benção de ambos, casou-se forra com seu tio Manoel Cubas, com quem teve “nove filios emtre maxos e femias”³².

Sobre o conjunto 1 deste estudo, há uma publicação, na área da História, por Campos Mendonça (2017), cujo foco é a análise de Lázaro Coelho como um homem subalternizado, a partir da noção de haver indivíduos que ocupavam posições inferiores na hierarquia do Antigo Regime, conforme era o caso do requerente. De acordo com a autora, Lázaro configurava-se como alguém desprivilegiado,

²⁹ *Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco. Cx 80. Documento 6632, fl. 01.

³⁰ *Arquivo Histórico Ultramarino*. Alagoas Avulsos. Cx 02. Documento 145, fl. 09.

³¹ *Ibidem*

³² *Ibidem*

portanto o artigo traz reflexões sobre o processo burocrático de um requerimento envolto por essas condições. Consideramos que o artigo é de muita relevância para nosso estudo, pois fornece uma visão sócio-histórica sobre a trajetória da busca pela ascensão social de um homem indígena e negro. Por outro lado, por estarmos no contexto da Filologia, nosso olhar volta-se ao percurso de mercês e do cargo requerido, apesar de considerarmos a relevância da reflexão sobre as condições raciais envolvidas no processo de Lázaro Coelho.

Ademais, percebemos que o estudo acima não teve acesso às documentações referentes ao sobrenome “de Sá”, que, de certa maneira, poderiam ter contribuído e até redefinido parte da análise. Ao versarem sobre as circunstâncias de nascimento de Lázaro Coelho, os eclesiásticos que assinam as certidões desse conjunto reconhecem o casamento de seu pai, Manoel Cubas Frazão, com Paula da Silva, “criola forra”³³. Essa informação é recorrente em muitos documentos, diferentemente do conjunto “de Essa”, que, pela ordem disposta, apenas menciona o fato nos últimos escritos, em que só então se descobre a problemática étnico-racial envolvida. Em resumo, os documentos referentes a Lázaro Coelho de Sá impossibilitam ao leitor a mesma espécie de “surpresa” do outro conjunto. Isso justifica a conclusão de Campos Mendonça (2017, p. 144) em considerar que as condições do nascimento da mãe de Lázaro foram escamoteadas pelo processo, afirmando que “a presença de Paula da Silva certamente foi projetada de forma permanecer coadjuvante, no silêncio das veias.” (CAMPOS MENDONÇA, 2017. p. 114). Vale salientar que o próprio Lázaro requer certificações do trabalho e a fidelidade do pai e “como taõ bem Ser o supplicante filho Legitimo do dito Manoel Cubas Frazão, e de Sua mulher Paula da Sylva crioula forra.”³⁴ Portanto, a reflexão citada é válida e coerente, mas apenas no caso da inexistência do outro conjunto, o que reflete a problemática de fontes limitadas. Além disso, evidencia-se que a questão paleográfica, em se questionar o texto, é fundamental para o pesquisador não restringir o alcance de suas investigações.

Ademais, pela extensão do processo, de acordo com a documentação, presume-se que Lázaro estabeleceu-se em Portugal por, no mínimo, quatro anos, de 1752 a 1756, data em que consta seu último pedido de retorno ao Brasil, e que seu pedido pode ter sido feito na corte. Nesse período, sabe-se que Lázaro teve pelo menos duas audiências com o rei, em 1752 e 1755, em que foram deferidos os pedidos de mais atestações a eclesiásticos e autoridades. Na seção de transcrição, indicamos, por meio de uma nota de rodapé, que há possibilidade de a data do indeferimento ser 1759, e não 1755. Assumimos que existe maior coerência neste último ano, dado que o suplicante pede amparo para retornar a seu país em 1756; porém, ao nos voltarmos para a segunda opção, uma série de questionamentos podem ser levantados, como o fato de a recusa real ter se dado quatro anos depois do parecer do ouvidor-geral. De qualquer modo, não há como se ter a certeza de que esse parecer foi o responsável pelo malogro, pois o próprio monarca ou sua rede julgadora testemunharam a etnia de Lázaro.

³³ *Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco. Cx 79. Documento 6608, fl. 02.

³⁴ *Arquivo Histórico Ultramarino*. Pernambuco. Cx 79. Documento 6608, fl. 04.

5. Os requerimentos de mercê e o cargo de Governador dos Índios: entre tratativas e práticas de escrita

Ao nos defrontarmos com um processo de requerimento de mercês, além de entender seu longo percurso, é essencial investigar as peculiaridades do cargo ou recompensa visados pelo suplicante. No caso de Lázaro Coelho, o que está em jogo é uma posição militar prestigiada, o cargo de Governador dos Índios, que, segundo Silva (2022, p. 96), era a patente militar indígena mais elevada. No contexto da restauração da capitania de Pernambuco, em meados do século XVII, formaram-se alianças entre a coroa portuguesa e lideranças nativas, principalmente os grupos Potiguar e Tabajara (CAVALCANTI; ABRIL, 2020, p. 02). Assim, o posto de Governador dos Índios surge como forma de consolidação e manutenção dos domínios lusos em detrimento da invasão holandesa (RAMINELLI, 2015, p. 168). De acordo com Medeiros (2011, p. 177), a jurisdição dos Governadores e Capitães-mores dos índios poderia compreender “todo o território que se estende da margem esquerda do rio de São Francisco à capitania do Ceará.”

Os indígenas aliados à coroa mais proeminentes pertenciam às famílias Arcoverde e Camarão, que administravam terços de índios e aldeias de Pernambuco a partir do posto de Governador dos Índios e outras patentes militares, como “capitão, tenente e sargento”, ambos oriundos de mercês régias (SILVA, 2007, pp. 191-2). Segundo Elias (2007, p. 156), o próprio sobrenome “Camarão” tornou-se um título concedido pela nobreza administradora da colônia aos capitães-mores e governadores dos índios da região do Rio São Francisco. Como exemplo de governadores potiguaras tem-se: Diogo Pinheiro Camarão, “governador dos índios do Rio Grande (1669), governador e capitão dos índios da capitania de Pernambuco (1672-1683)”; Sebastião Pinheiro Camarão, “governador e capitão dos índios (1694-1721) e Antônio Domingos Camarão, “último governador dos índios (1721-1732)”³⁵. Já do lado Tabajara, o único governador foi Antônio Pessoa Arcoverde, entre cerca de 1675 a 1683³⁶. De acordo com Silva, ambas as famílias tornaram-se dependentes “desta instituição colonial”, uma vez que fora do sistema em questão, ficariam “mais à margem do que já se encontravam”; nesse sentido, uma saída adotada pelos Camarão e Arcoverde foi o casamento, que unia as etnias, firmava as alianças e reforçava “o reconhecimento de uma elite indígena na colônia” (SILVA, 2007, p. 194).

Raminelli (2015, p. 166) afirma que a patente de Antônio Domingues Camarão amparou-se “não apenas na sua ascendência ilustre, mas nos feitos realizados como sargento-mor do terço, no zelo de seu mui leal serviço e na imitação do exemplo de seu pai”³⁷. Por conseguinte, o que difere Lázaro Coelho dos ocupantes conhecidos era justamente o nascimento: homem “quazi preto”³⁸, o suplicante

³⁵ SILVA, Geyza Kelly Alves da. Teia de alianças, lealdade e dependência: Tabajaras e Potiguaras aliados/aldeados na capitania de Pernambuco. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 25-2, pp. 187-214, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24729>. Acesso em: 20 mar. 2023, pp. 191-2.

³⁶ *Ibidem*

³⁷ *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Chancelaria de D. João V, livro 56, fl. 151v apud Raminelli (2015, p. 166).

³⁸ *Arquivo Histórico Ultramarino*. Alagoas Avulsos. Cx 02. Documento 145, fl. 17.

também não pertencia a uma família da mesma posição dos Arcoverde e Camarão, ainda que fosse capitão de campo, assim como seu pai, e pertencente a uma “das principais famílias daquelles Povoz”³⁹. Não foi possível traçar a linhagem de Manoel Cubas Frazão a fim de situá-lo entre seus pares, mas sabe-se que esses indígenas não gozavam do mesmo prestígio na ascendência. Ainda, é evidente que, ao unir-se em matrimônio com uma mulher negra, trazida de Palmares, Manoel Cubas não tinha a disposição ou possibilidade de estabelecer laços nobiliárquicos, criando certa “desvantagem” social perante o sistema.

Apesar dos poucos dados sobre nossos protagonistas, Silva Júnior (2015, p. 34) expõe que a Aldeia do Urucu foi formada por indígenas Kairiri e Xukuru, oriundos de São Paulo e Pernambuco, que compunham as expedições de Domingos Jorge Velho contra Palmares. A partir de um relatório de 1862, do Bacharel Manoel Lourenço da Silveira⁴⁰, crê-se que as terras do Urucu e demais localidades foram doações aos restauradores, que incluíam esses indígenas (SILVA JÚNIOR, 2015, p. 34). De acordo com uma relação de 1760 sobre as aldeias de Pernambuco e capitanias anexas, Urucu localizava-se na “freguesia da Alagoas do Norte, invocação a Nossa Senhora da Conceição, índios de língua geral”⁴¹, próximo ao Rio Mundaú, em Alagoas (SILVA, 2022, p. 123; SILVA JÚNIOR, 2015, p. 43). Então, mesmo que os laços familiares de Lázaro dessem a ele um lugar como principal em termos militares, sua linhagem não remonta àqueles originários da terra. Ainda que isso não tenha sido indicado pelo ouvidor-geral da capitania como justificativa para indeferir o requerimento, nota-se aí mais um contraste com os Camarão e Arcoverde.

É de se salientar que o cargo de Governador dos Índios de Pernambuco já havia sido extinto quando Lázaro realizou seu requerimento para ocupá-lo. Em 12 de janeiro 1733, por carta régia, cada aldeia ficou sob responsabilidade de um missionário e de um capitão-mor dos índios (MEDEIROS, 2011, p. 179). Isso se deu em decorrência do mau comportamento de Dom Antônio Domingos Camarão, acusado de sublevação e preso por ordem do governador de Pernambuco Duarte Sodré Pereira Tibão⁴² (MEDEIROS, 2011, p. 179; SILVA, 2007, p. 209). Segundo Silva (2007, p. 209), a anulação do posto excluiu ou reduziu a autonomia e domínio dos líderes nativos, além de refletir a política de corte de gastos e desmantelamento de “um dos veículos que ainda reconhecia dentro da sociedade colonial uma liderança indígena” (SILVA, 2007, p. 209). Nesse sentido, Lázaro já ocupava a maior posição possível para o seu nascimento, que inclusive foi a indicação de patente sugerida pelo

³⁹ *Arquivo Histórico Ultramarino*. Alagoas Avulsos. Cx 02. Documento 145, fl. 01.

⁴⁰ Relatório do Bacharel Manoel Lourenço da Silveira apenso ao relatório do Presidente da Província Antônio Alves de Souza Carvalho. Anexo à Falla à Assembléia Legislativa das Alagoas, pelo Presidente da Província Antônio Alves de Souza Carvalho, na abertura da 1ª Sessão ordinária da 14ª legislatura, a 15 de junho de 1862. Maceió, Typografia do Diário Commercial. Rua de Maceió, Sobrado. 1862 apud Silva Júnior (2015, p. 34).

⁴¹ Relação das aldeias que há no distrito do Governo de Pernambuco e capitanias anexas, de diversas nações de índios (1760). *Arquivo Histórico Ultramarino*. Avulsos (adenda). Missões em Pernambuco. Cota antiga do Rio de Janeiro. Cx. 76, Documento 26 apud Silva Júnior (2015, p. 43).

⁴² Como pode ser notado pelos dados da tabela do primeiro conjunto, o próprio governador Duarte Tibão, possível algoz da exclusão do cargo, certifica os feitos de Manoel Cubas Frazão, pai de Lázaro Coelho.

ouvidor-geral em seu parecer. Neste, curiosamente, é mencionado que, se Lázaro ocupasse um posto cuja jurisdição era de “em mais de quatro Centas Legoas de destrito”, além da gerência ineficiente, o rei acabaria criando dois governadores na mesma capitania⁴³. Então, paira a dúvida sobre quais cargos de fato existiam na região. Estaria o cargo de Governador dos Índios realmente findado, na prática e realidade daquela localidade? Se ele continuou existindo, seria apenas em uma jurisdição reduzida?

Portanto, para além da distância nobiliárquica entre Lázaro Coelho e as potências militares indígenas a ele antecedentes, cabe a reflexão sobre as razões que o levaram a almejar um cargo extinto e envolto em problemáticas, uma vez que terminado em meio a turbulências políticas entre a coroa e o líder Camarão. O que torna o processo ainda mais inusitado é que essa não foi uma das razões que barraram a súplica de Lázaro, conforme já exposto. Por outro lado, também não há notícias de que outro indígena tenha obtido a posição. Conforme nota Raminelli (2015, p. 173), findaram-se primeiro os hábitos religiosos e depois as concessões de patentes militares a indígenas, impedindo a renovação da nobreza nativa. O que de fato deu margem ao percurso de Lázaro em busca de ascensão social possivelmente foi a realidade de sua dinâmica de relações, tanto na vivência local, como no contato com as autoridades que atestam sua capacidade em ocupar uma posição de poder, ainda que gozasse de um duplo desprestígio: ser indígena e negro.

Considerações finais

Neste artigo, apresentamos resultados da análise filológica de requerimentos de mercê levados a cabo por Lázaro Coelho de Sá, indígena da Aldeia do Urucu, em Pernambuco. A partir da retomada dessas solicitações, da edição dos documentos que compõem os dossiês documentais, interpretação e conhecimento da sua história, assim como do apontamento das principais políticas envolvidas no cargo de Governador dos Índios é possível compreender como se articulavam o serviço pela coroa e o processo de instrumentalização política da escrita em vista de se alcançar a ascensão social, lançando luz, ainda, à abrangência que o retorno às fontes pode proporcionar. Ao longo das investigações, observou-se como o achamento de um conjunto documental escancara as lacunas de nossa história.

Filologicamente, a contribuição do artigo se reverbera para além do conhecimento das práticas de escrita setecentista, abrangendo também a produção documental presente na administração portuguesa no Brasil, tendo em vista os diferentes tipos de texto produzidos na gerência colonial. Historicamente, as certidões e alvarás que procuram atestar, jurada e na forma do estilo, as aptidões e os serviços que o requerente possuía para o exercício do cargo em questão, possibilitam aprofundar o conhecimento sobre as relações de poder no período e as implicações de sentido constantes de diferentes atividades humanas. Linguisticamente, é possível, por meio de um estudo futuro, demonstrar como a heterogeneidade de punhos e de instâncias de escrita potencializa o conhecimento que temos a respeito de características do português nos contextos notarial, religioso, jurídico e administrativo ao longo do século XVIII.

⁴³ *Arquivo Histórico Ultramarino*. Alagoas Avulsos. Cx 02. Documento 145, fl. 17.

Ainda há um longo percurso pela frente. É preciso verificar a continuidade desse processo de requerimento de mercê, localizar os documentos enviados, por correspondência ou audiência, como já observado em dois momentos da vida de Lázaro Coelho de Sá. Não se trata de um processo simples, que pode abranger outros institutos de guarda, além do Arquivo Histórico Ultramarino.

Referências

BARDWELL, Ross Little. *The governors of Portugal's South Atlantic Empire in the seventeenth century: social background, qualifications, selection and reward*. Tese (Doutorado). University of California, Santa Barbara, 1974 apud MENDES, 2013.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

CAMBRAIA, César Nardelli; CUNHA, Antônio Geraldo da; MEGALE, Heitor. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. São Paulo: Humanitas, 1999.

CAMPOS MENDONÇA, Anne Karolline. As facetas jurídicas de um homem subalternizado. Alagoas Colonial, 1755. *Revista Crítica Histórica*, Alagoas, v. 8, n. 16, pp. 102-26, 2017. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/3745>. Acesso em: 10 mar. 2023.

CAVALCANTI, Taylor Uchôa; ABRIL, Victor Hugo. A serviço de el-rei e seus povos: um estudo sobre o cargo de governador dos índios em Pernambuco (C. 1650 - C. 1700). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E MÍDIAS: NARRATIVAS EM DISPUTA, 13, online, 2020. Disponível em: https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1602006089_ARQUIVO_80bb19b6fa852245f43ed25ee0248950.pdf. Acesso em: 14 mar. 2023

ELIAS, Juliana Lopes. Militarização indígena na capitania de Pernambuco no século XVII: Camarão, a história de um título. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica. Série História do Nordeste*, Recife, v. 25, n. 2, pp. 150-66, 2007.

FACHIN, Phablo Roberto Marchis. Critérios de leitura de manuscritos: em busca de lições fidedignas. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, n. 10-11, pp. 237-62, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59824>. Acesso em: 10 mar. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v0i10-11p237-262>.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. A Filologia e o estudo de Requerimentos do Arquivo Histórico Ultramarino. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 22, n. Especial, pp. 75-92, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/166321>. Acesso em: 12 mar. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v22iEspecialp75-92>.

LARA, Sílvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, pp. 17-39, dez. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/7953>. Acesso em: 20 mar. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.7953>.

MARCOTULIO, Leonardo Lennertz *et al.* (orgs.) *Filologia, história e língua: olhares sobre o português medieval*. São Paulo: Parábola, 2018.

MARQUES, Dimas Bezerra. *Pelo bem de meus serviços, rogo-lhe esta mercê: A influência da guerra de Palmares na distribuição de mercês (Capitania de Pernambuco, 1660-1778)*. 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado)- Instituto de Ciências humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, 2014.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Concessão de títulos nobiliárquicos a lideranças indígenas na América Portuguesa. *Revista Mosaico*, Goiânia, v. 4, n. 2, pp. 175-81, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/2380/1466>. Acesso em: 20 mar. 2023.

MENDES, Laura Peraza. *O Serviço das Armas nas Guerras Contra Palmares: expedições, soldados e mercês (Pernambuco, segunda metade do século XVII)*. 201 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

OLIVAL, Fernanda. Mercês, serviços e circuitos documentais no império português. In: SANTOS, Maria Emília Madeira; LOBATO, Manuel (orgs.). *O domínio da distância: comunicação e cartografia*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2006.

RAMINELLI, Ronald José. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SILVA, Geyza Kelly Alves da. Teia de alianças, lealdade e dependência: Tabajaras e Potiguaras aliados/aldeados na capitania de Pernambuco. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 25-2, pp. 187-214, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24729>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SILVA, Wesley de Oliveira. Índios de guerra: aldeamentos e tropas indígenas na capitania de Pernambuco entre 1660 e 1695. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2022.

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. *A província dos trabalhadores tutelados: trabalhadores indígenas diante do poder político e econômico da Província das Alagoas (1845-1872)*. 186 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

Fontes documentais:

Arquivo Histórico Ultramarino. Alagoas Avulsos. Cx 02. Documento 145.

Arquivo Histórico Ultramarino. Pernambuco. Cx 79. Documento 6608.

Arquivo Histórico Ultramarino. Pernambuco. Cx 80. Documento 6632.

Arquivo Histórico Ultramarino. Pernambuco. Cx 81. Documento 6697.

A TERCEIRA EDIÇÃO DE *MEMÓRIAS PÓSTUMAS DE BRÁS CUBAS*: O PRÓLOGO DE MACHADO DE ASSIS

THE THIRD EDITION OF *MEMÓRIAS PÓSTUMAS DE BRÁS CUBAS*: THE PROLOGUE OF MACHADO DE ASSIS

Gracinéa Imaculada Oliveira¹

José Américo Miranda²

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de divulgar uma descoberta recente – a de que a terceira edição das *Memórias póstumas de Brás Cubas* tem dois estados – e as possíveis implicações dessa descoberta para futuras edições do romance, especialmente se críticas ou fiéis ou fidedignas. Um desses estados (o mais conhecido) não traz o prólogo escrito para ela (“Prólogo da terceira edição”) por Machado de Assis, o outro o traz. Também é discutida a questão da disposição dos pré-textos da narrativa nas edições feitas em vida do autor e na edição crítica preparada pela Comissão Machado de Assis. A metodologia empregada consistiu na pesquisa de fontes primárias e na revisão bibliográfica dos tópicos abordados ao longo do artigo. O resultado que se alcançou foi a constatação já indicada (no início deste resumo).

PALAVRAS-CHAVE: Crítica textual. Edições críticas. Machado de Assis. *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

ABSTRACT

This paper aims to publicize the recent discovery that the third edition of *Memórias Póstumas de Brás Cubas* has two states and discusses the possible implications of this discovery for future editions of the novel, especially if critical or faithful or reliable. One of these states (the best known) doesn't bring the prologue written for it (“Prólogo da terceira edição”) by Machado de Assis; the other one does. The issue of the disposition of the pre-texts of the narrative is also discussed in the editions made during the author's lifetime and in the critical edition prepared by the Comissão Machado de Assis (Machado de Assis Commission). The methodology employed consisted of researching primary sources and reviewing the literature on topics addressed throughout the article. The result that was reached was the observation already indicated (at the beginning of this abstract).

KEYWORDS: Textual criticism. Critical editions. Machado de Assis. *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

Introdução

Desde a invenção da imprensa, que foi uma revolução sem precedentes na história da transmissão de textos, ficou para trás a tarefa penosa de copiar manuscritos e tornou-se possível a multiplicação, por meios mecânicos, de cópias idênticas de obras escritas. A mecanização do processo de reprodução viabilizou a rapidez da difusão, assim como aumentou significativamente o número de exemplares de uma mesma obra, já que possibilitou a produção de livros em grande escala.

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFRJ), gracineaooliveira@hotmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-6841-8273>.

² Professor aposentado da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bmaj@uol.com.br, <https://orcid.org/0000-0003-1447-7785>.

Esse avanço tecnológico, entretanto, não eliminou os erros no processo de transmissão textual; apenas os modos de sua produção foram alterados. Assim, aos tipos de erros que ocorriam nos manuscritos – cujo papel é muito mais limitado na época dos livros impressos – somaram-se outros, próprios da impressão tipográfica.

Na era da imprensa, as questões relacionadas a manuscritos (ou mesmo a datiloscritos) limitam-se, em geral, à etapa anterior à impressão; a partir daí, não há mais manuscritos no processo de transmissão do texto – exceto anotações marginais em exemplares de trabalho do autor. Muito frequentemente, pelo menos no Brasil, textos manuscritos tornados impressos têm os originais descartados – é o que podemos inferir, porque os originais quase invariavelmente desaparecem.

Das *Memórias póstumas de Brás Cubas* não há notícia da sobrevivência de originais – nem mesmo de um exemplar de trabalho que tenha pertencido ao autor. A exceção é o capítulo CLII, cujo *fac-símile* foi estampado na edição crítica do romance, entre as páginas 56 e 57. Daí só podermos confiar no que existe impresso. Um ou outro detalhe sobre o grau de satisfação do escritor com a obra publicada transparece em outros textos seus, como cartas, por exemplo.

Publicadas pela primeira vez nas páginas da *Revista Brasileira*, ao longo do ano de 1880, esta é, desde sempre (pelo menos desde que o próprio autor delas as considerou assim), a primeira edição das *Memórias póstumas de Brás Cubas*. A primeira publicação em livro, em 1881, portanto, é a segunda edição.

Apesar do prestígio do autor e da qualidade da obra, a terceira edição das *Memórias* só aconteceu em 1896, 15 anos depois da segunda. Machado de Assis escreveu um “Prólogo da terceira edição” – que é objeto de questões ainda hoje não completamente esclarecidas. Este é o ponto central deste artigo: a situação do “Prólogo” na terceira e na quarta edições – principalmente na terceira. A quarta edição foi publicada em 1899, e foi a última feita em vida do autor.

1. As edições de MPBC em vida do autor

A primeira edição, na *Revista Brasileira*, teve início na página 353 do terceiro tomo, publicado em 15 de março de 1880. Logo abaixo do título, vem uma epígrafe de Shakespeare – epígrafe que não consta na edição em livro, publicada no ano seguinte – e nunca mais foi retomada. Logo abaixo dela começa o “CAPITULO I. / OBITO DO AUTOR.” Não há, portanto, no folhetim, nem o texto prologal “Ao leitor”, de Brás Cubas, nem “Ao verme que primeiro roeu as frias carnes [do cadáver do autor]”, dedicatória ficcional; essas duas peças passaram a fazer parte da obra a partir de sua segunda edição.

A segunda edição, já em livro, apareceu em janeiro de 1881, com numerosas interferências do autor no texto, e algumas alterações na divisão em capítulos – a maioria absoluta dos quais traz o mesmo título e o mesmo conteúdo da primeira edição; três tiveram seus títulos alterados (um deles para adaptá-lo à nova numeração dos capítulos no livro, necessária pela supressão de capítulos); dois foram fundidos num só (LX e LXI na *Revista Brasileira* se tornaram LIX no livro); e dois (XVI e CXLII) foram suprimidos. O quadro 1, a seguir, traz a equivalência dos capítulos nessas duas edições.

Quadro 1: Equivalência dos capítulos na primeira (1880) e segunda edições (1881)

REVISTA BRASILEIRA – RB (1880)		LIVRO (1881)	OBSERVAÇÕES
Capítulos na RB		Capítulos no livro	
15 mar. t. III, p. 353-372	Epígrafe I-IX (Continua)	Ao leitor Ao verme I-IX	<i>I will chide no breather in the world but myself; against whom I know mos faults. / Não é meu intento criticar nenhum fôlego vivo, mas a mim somente, em que descubro muitos senões. / SHAKSPEARE, As you like it, act. III, sc. II.</i>
1º abr. t. IV, p. 5-20	X-XIV (Continua)	X-XIV	
15 abr. t. IV, p. 95-114	XV- XVI-Comoção XVII-XXIII (Continua)	XV- XVI-XXII	Capítulo suprimido.
1º maio t. IV, p. 165-176	XXIV-XXIX (Continua)	XXIII-XXVIII	
15 maio t. IV, p. 233-242	XXX-XXXV (Continua)	XXIX-XXXIV	
1º jun. t. IV, p. 295-305	XXXVI-XLIII (Continua)	XXXV-XLII	
15 jun.	---	---	Sem capítulos.
1º jul. t. V, p. 5-20	XLIV-LIII (Continua)	XLIII-LII	
15 jul. t. V, p. 125-138	LIV-LVII LVIII-De como o autor, não achando denominação para este capítulo, limita-se a escrevê-lo. LIX-Confidências LX-Um encontro LXI-Cinco mil réis LXII- LXIII-Um projeto (Continua)	LIII-LVI LVII-Destino LVIII-Confidência LIX-Um encontro LX- LXI-Um projeto	Título alterado Título alterado Dois caps. fundidos: cap. LXI incorporado ao LX.
1º ago. t. V, p. 195-210	LXIII – O travesseiro LXIV-LXXI (Continua)	LXII-O travesseiro LXIII-LXX	Erro de numeração na <i>Rev. Bras.</i>

15 ago. t. V, p. 253-272-	LXXII-LXXXIV (Continua)	LXXI-LXXXIII	
1º set. t. V, p. 391-401	LXXXV-XCI (Continua)	LXXXIV-XC	
15 set. t. V, p. 451-462	XCII-C (Continua)	XCI-XCIX	
1º out. t. VI, p. 5-17	CI-CX (Continua)	C-CIX	
15 out. t. VI, p. 89-107	CXI-CXXIV (Continua)	CX-CXXIII	
1º nov. t. VI, p. 193-207	CXXV-CXXX CXXXI-Para intercalar no cap. CXXX CXXXII-CXXXIX (Continua)	CXXIV-CXXIX CXXX-Para intercalar no cap. CXXIX CXXXI-CXXXVIII	Título alterado.
15 nov.	---	---	Sem capítulos.
1º dez. t. VI, p. 357-370	CXL-CXLI CXLII-Se alguma vez... CXLIII-CLI (Continua)	CXXXIX-CXL CXLI-CXLIX	Capítulo suprimido.
15 dez. t. VI, p. 429-439	CLII-CLXII FIM	CL-CLX FIM	

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das edições de 1880 e 1881.

Nessa edição (1881), a disposição dos textos iniciais do livro está conforme a indicação do índice, que vem no final do volume, com as páginas numeradas de I a V, assim (p. I):

AO LEITOR	V
DEDICATORIA.....	VII
CAPITULO I. Obito do autor	9

Para a edição de 1896, Machado de Assis escreveu o “Prólogo da terceira edição”, que não apareceu em todos os exemplares. Nesse prólogo, o autor da obra afirma logo no início:

A primeira edição destas *Memorias posthumas de Braz Cubas* foi feita aos pedaços na *Revista Brasileira*, pelos annos de 1880. Postas mais tarde em livro, corriji o texto em varios logares. Agora que tive de o rever para a terceira edição, emendei ainda alguma cousa e supprimi duas ou tres duzias de linhas. (ASSIS, 1896, p. VII)

A ordem dos pré-textos, em 1896, complicou-se (A dedicatória “Ao verme” vem antes do “Prólogo da terceira edição” – nos exemplares em que ele está presente –, e o prólogo de Brás Cubas,

“Ao leitor”, vem por último), embora o índice do final do volume seja muito claro quanto à disposição deles no livro (p. 383):

PROLOGO DA TERCEIRA EDIÇÃO	VII
AO LEITOR	IX
DEDICATORIA	XI
CAPITULO I OBITO DO AUTOR	1

No livro de 1896, dois capítulos mudaram de título: o capítulo LXXIV na primeira edição (1880) e LXXIII na segunda (1881), que se intitulava “O lunch”, passou a “O luncheon” na terceira, onde leva, como na segunda edição, o número LXXIII; e o capítulo LXXX na primeira edição e LXXIX na segunda, que se intitulava “Compromisso de gato”, passou a “Compromisso” na terceira, onde leva, como na segunda, o número LXXIX.

A quarta edição dessas *Memórias* saiu do prelo em 1899 – ano em que saía também, quentinho ainda, e que por isso mesmo deve ter demandado muito mais a atenção de todos (autor, críticos, leitores), o *Dom Casmurro*. Nela, consta o “Prólogo da quarta edição”.

Esse prólogo, entretanto, foi escrito para a terceira e, como não saiu em todos os exemplares dela, foi posto na quarta com o título alterado (para ajustá-lo à edição em que saía). Como já havia percebido Houaiss (1960, p. 49), no corpo do texto não foi corrigida a informação referente a que edição ele se destinava: “Postas mais tarde em livro [as *Memórias Póstumas de Brás Cubas*] corriji o texto em varios logares. Agora que tive de o rever para a terceira edição, emendei alguma cousa e supprimi duas ou tres duzias de linhas.” (ASSIS, 1899, p. VII). Além disso, no índice da quarta edição (p. 383), o título desse pré-texto não foi alterado:

“PROLOGO DA TERCEIRA EDIÇÃO	VII”.
-----------------------------------	-------

A ordem dos pré-textos na quarta edição ficou como estava na terceira, alterado apenas o título do “Prólogo” de Machado de Assis: dedicatória “Ao verme” (ficcional), “Prólogo da quarta edição” e “Ao leitor”. Porém, no índice, a ordem não é a mesma:

PROLOGO DA TERCEIRA EDIÇÃO	VII
AO LEITOR	IX
DEDICATORIA	XI

Tentamos adiante uma explicação para essa discrepância (entre a ordem dos textos no livro e a ordem deles no índice), que já vinha da terceira edição.

2. Considerações sobre as edições que trazem o “Prólogo da terceira (quarta) edição”

Os exemplares da terceira edição consultados por José Galante de Sousa, para sua *Bibliografia de Machado de Assis*, e por Antônio Houaiss, para sua edição crítica do romance, simplesmente não

trazem o “Prólogo da terceira edição” (embora ele conste no índice, ao final do volume, p. 383). Tal fato levou o editor crítico a tecer as seguintes considerações, na “Introdução crítico-filológica” da edição:

C [edição de 1896] intitula-se terceira edição, considerando, pois, como primeira edição a da *Revista Brasileira*. É que o próprio autor define a situação desta edição no prólogo a ela destinado e que, por circunstâncias ainda não esclarecidas, nela não figurou, mas sim na quarta, com uma contradição ostensiva, lá. (HOUAISS, 1960, p. 48)

A afirmativa de que o prólogo não figurou no livro de 1896 parte do pressuposto de que todos os exemplares de uma mesma edição são iguais – o que não é necessariamente verdade. Esse pressuposto nos lembra a recomendação de Alberto Blecua (2001, p. 174), que, embora se refira a outro contexto, aplica-se aqui à perfeição: “... el editor de textos impresos debe colacionar todos los ejemplares conocidos de una misma edición.” – tarefa improvável! A contradição a que Houaiss se refere consiste no fato de o prólogo ter saído, na quarta edição, com o título “Prólogo da quarta edição”, porém com o texto redigido para a terceira (inalterado), em que Machado de Assis dizia com todas as letras: “Agora que tive de o rever para a terceira edição, etc.”

Mais adiante, na mesma “Introdução crítico-filológica”, Houaiss (1960, pp. 49-50) avança uma hipótese para explicar seu achado:

Enviada, quiçá, com a última prova, a recomendação de inseri-lo na edição que se revia terá escapado, ou a urgência comercial terá determinado deixá-lo para depois, visto como já então deveria estar no ânimo dos editores guardar a composição dessa edição para as futuras – o que efetivamente aconteceu.

Em acordo com as informações então disponíveis, o editor crítico adotou o título do prólogo que vem na quarta edição, mantendo, na edição crítica, a “contradição ostensiva”.

Senão quando, nos afazeres acadêmicos que adotamos por profissão, no afã de conhecer “pessoalmente” essa terceira edição de livro tão importante para as letras brasileiras, deparamo-nos com um exemplar da terceira edição... e havia nele o famigerado prólogo! Nós o encontramos na Biblioteca Digital (BBM Digital) da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (<https://digital.bbm.usp/handle/bbm/7815br>). Concluímos, então, a partir desse achado, que a terceira edição possui pelo menos dois estados: um deles (estado 1) sem o “Prólogo da terceira edição”, o outro (estado 2) com o prólogo.

Essa informação vem apenas confirmar a crítica feita à qualidade do livro brasileiro por “um bibliófilo” em 1895:

Acho eu que uma das razões porque o livro brasileiro se lê pouco e, portanto, se vende pouco é que ele é feio. Sim é feio, mal feito, mal impresso, mal brochado, mal encadernado (quando o é) mal conformado, um monstro emfim no ponto de vista da arte typographica e da esthetica em geral (UM BIBLIOPHILO, 1895, p. 182).

Embora o ponto central dessa crítica tenha sido o suporte material do livro, a encadernação e a matéria aparente, condiz com esse estado de coisas um outro descuido – no tratamento dado ao

conteúdo do livro. Machado de Assis deixou pistas, em cartas a Carlos Magalhães de Azeredo, sobre certos aspectos da história desse livro e sobre a qualidade dessa terceira edição.

Em 26 de maio de 1895, Machado diz ao amigo que não possuía a coleção completa de suas obras e, logo na sequência, afirma que conversará “com o sucessor do Garnier” (B.-L., que morrera em outubro de 1893) para ver se havia possibilidade de publicação da terceira edição do romance. O encadeamento das frases, o dizer que não tem todos os seus livros e daí passar ao desejo de uma terceira edição das *Memórias póstumas* – tudo faz crer que um de seus livros que ele não mais possuía (“alguns há que não sei onde os ache”) era justamente esse romance (que já estava com a segunda edição esgotada há tempos).

Possivelmente, na preparação da terceira edição das *Memórias*, Machado de Assis enviara seu exemplar corrigido (da segunda) ao editor parisiense. Essa nossa hipótese baseia-se (por analogia) no fato de haver o romancista enviado a Paris o seu exemplar da terceira edição para a preparação da quarta – conforme se verá adiante.

Em 29 de maio de 1897, já dava notícia da terceira edição:

A casa Garnier fez uma nova edição das minhas *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. É a terceira, contando por primeira a publicação na antiga *Revista Brasileira*. Vai também sair uma edição nova do *Quincas Borba*, cuja primeira edição data de 1891, e estava esgotada. O primeiro livro há muito que o estava, mas os últimos tempos da doença do finado Garnier (B.-L.) eram de apatia; faltava-lhe a antiga atividade. (ASSIS, 2011, t. III, p. 232)

Houve cartas de Machado a Magalhães de Azeredo datadas de 25 de abril e 17 de novembro de 1896, e só no final de maio de 1897 lembrou-se ele de dar notícia da nova edição ao amigo – terá o livro chegado ao Rio de Janeiro com tanto atraso? Como veremos, o exemplar dessa publicação pertencente à Biblioteca Guita e José Mindlin deve ter sido comprado no Rio de Janeiro em abril de 1897.

Por fim, em 9 de setembro de 1898, ele deixou clara a sua insatisfação com a terceira edição: “Estou com uma 2ª edição de *Iaiá Garcia* a ser posta à venda. Traz algumas incorreções, mas em pequeno número e de menor monta que as das novas edições das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, e de *Quincas Borba*, a primeira principalmente.” (ASSIS, 2011, t. III, p. 322) O mais provável é que Machado tenha recebido do livro um exemplar que não trazia o prólogo que escrevera expressamente para ele.

Não parecia ser de muita conversa o sr. Hippolyte Garnier, editor de Machado, irmão mais velho do falecido Baptiste-Louis Garnier, que residiu no Rio de Janeiro, e com quem Machado de Assis, enquanto [o editor] viveu, lidou diretamente.

Em verbete dedicado a Hippolyte Garnier, ao final do terceiro volume da Correspondência de Machado de Assis (MOUTINHO; ELEUTÉRIO, 2011, t. III, pp. 558-9), o comportamento e os interesses desse editor são assim expostos (em conformidade com o que afirmamos no parágrafo anterior): “Age de maneira pragmática, com maior interesse na literatura hispano-americana, além de

manter vigoroso catálogo de autores franceses e de outros europeus.” (MOUTINHO; ELEUTÉRIO, 2011, t. III, p. 559; grifo nosso) Não espanta, pois, a má qualidade da terceira (e da quarta) edição das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, assim como os descuidos relacionados com o “Prólogo da terceira edição” – de que vimos tratando aqui.

Outras informações importantes sobre o estado de espírito de Hippolyte Garnier frente a Machado de Assis e sua obra emergiram recentemente como resultado das pesquisas da profa. Lúcia Granja (2018), em especial no que diz respeito a possíveis conflitos entre os interesses comerciais da editora e o espírito puramente artístico de nosso escritor.

Talvez seja esse um dos motivos que levou Machado de Assis, em outra carta, datada de 30 de outubro de 1899, a se dirigir a H. Garnier, que residia em Paris, da seguinte maneira: “Je vous prie, quand vous aurez à réimprimer *Memórias Póstumas de Brás Cubas* et *Quincas Borba*, de me le faire dire, car j’aurai une petite déclaration à mettre dans ces deux volumes.” (ASSIS, 2011, t. III, p. 421) Mal sabia o autor do livro que a quarta edição, àquela altura, já estava impressa ou com a impressão em andamento, pois seu colofão traz a data “7.99” (julho de 1899). Evidentemente, essa edição não trouxe “declaração” alguma do autor – com toda certeza foi feita à revelia dele (exceto pelas correções feitas no exemplar de trabalho enviado à editora – ver abaixo).

Desde a terceira edição, em que foi introduzido um texto novo no livro, não temos informações sobre a disposição das páginas preliminares pretendida pelo autor. Sabemos apenas que ele não ficou nada satisfeito com o resultado (carta a Magalhães de Azeredo já citada). Ao comunicar-se com a casa editora a propósito da quarta edição, diz em carta (de que só conhecemos um rascunho) dirigida ao Snr. Lansac: “J’ai l’honneur de vous remettre l’exemplaire *corrigé* des “Memorias Posthumas de Braz Cubas” pour la nouvelle édition, à demande de M. Garnier et d’accord avec nos conventions.” (ASSIS, 1939, p. 205; grifo nosso) O exemplar enviado foi, evidentemente, o da terceira edição (corrigido).

A julgar pelos documentos que conhecemos, Machado não parecia preocupado com a posição do “Prólogo ao leitor” entre os pré-textos – isso lhe devia parecer óbvio. Preocupou-se apenas com denominar a edição de “quarta”, e não de “nova”. Talvez não o tenha feito pela ordenação do índice, que seria a correta e, portanto, deveria ser cumprida na tipografia. Desconhecemos qualquer manifestação do romancista contrária a essa ordem, que não é a que se consagrou nas páginas iniciais do livro, e aparece até mesmo na edição crítica.

A situação geral dos exemplares da terceira e da quarta edições, que sobreviveram até a atualidade e aos quais tivemos acesso, confirma o que afirmamos anteriormente – que não é só a qualidade do suporte (papel) e da encadernação que é ruim; a própria edição foi descuidada: a quarta, aparentemente, foi feita à revelia do autor; a terceira, com toda certeza, deixou o prelo com grande parte dos exemplares sem o “Prólogo da terceira edição” (escrito pelo autor especialmente para ela). Com relação à terceira, Machado deixou clara a sua insatisfação.

Para esta pesquisa, foram consultados cinco exemplares impressos da terceira e quatro da quarta edição. Os exemplares impressos da terceira (1896) consultados pertencem aos acervos da Biblioteca Rodolfo Garcia da Academia Brasileira de Letras (2), da Fundação Biblioteca Nacional (1) e do

Real Gabinete Português de Leitura (2). Esses cinco exemplares não trazem o “Prólogo da terceira edição”. Um dos exemplares da Academia Brasileira de Letras está razoavelmente conservado, com alguns furos feitos por insetos e páginas amareladas; já o outro encontra-se em péssimo estado de conservação: acomodado em uma caixa, porque não tem capa nem lombada, está com os cadernos soltos. O exemplar pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional apresenta problemas: oxidação do suporte e folhas quebradiças nas pontas. No anterrosto há carimbo da Livraria Fonseca, de Maceió. Os do Real Gabinete Português de Leitura foram encadernados na instituição; um dos exemplares não tem a última folha do índice e está com as folhas muito escuras.

Quanto à quarta edição (1899), os exemplares por nós examinados pertencem, 2 deles, à Fundação Biblioteca Nacional, 1 ao Real Gabinete Português de Leitura e 1 à Fundação Casa de Rui Barbosa. Um dos exemplares da Biblioteca Nacional está com as folhas dos pré-textos soltas. O exemplar pertencente ao acervo do Real Gabinete Português de Leitura está em estado delicado de conservação; a encadernação não é a original – foi feita na instituição. Neste exemplar, não há o pré-texto “Ao leitor”. O exemplar da Fundação Casa de Rui Barbosa é o melhor conservado de todos os consultados. Este livro, que tem encadernação mais recente, ainda possui, embora bastante danificada, a capa original, logo após a primeira folha de guarda.

De todos os exemplares examinados nessas instituições, apenas um não apresenta o paratexto “Ao leitor” – o da quarta edição, do Real Gabinete Português de Leitura. Muito provavelmente essa folha se soltou do volume e se perdeu.

3. Os dois estados da terceira edição

A localização de um exemplar da terceira edição das *Memórias póstumas de Brás Cubas* com o prólogo, paratexto este inexistente nos exemplares que examinamos no Rio de Janeiro, obrigou-nos a admitir que essa edição possui pelo menos os dois estados mencionados: um deles sem o prólogo redigido para a terceira edição por Machado de Assis (estado 1), outro com o prólogo (estado 2).

José Galante de Sousa e Antônio Houaiss examinaram os exemplares disponíveis a eles para consulta e não encontraram o prólogo. Muito provavelmente, os livros que examinaram estavam todos no Rio de Janeiro. E, curiosamente, os exemplares da Biblioteca Nacional (1), do Real Gabinete Português de Leitura (2) e da Biblioteca Rodolfo Garcia, da Academia Brasileira de Letras (2), não trazem o prólogo. Teriam os exemplares enviados de Paris (onde o livro foi impresso) ao Rio de Janeiro sido todos do primeiro lote de impressão? Provavelmente, a julgar pelos exemplares encontrados, pelo menos a maioria o foi. Esse “primeiro lote de impressão” compõe-se de exemplares impressos antes da inclusão do prólogo na edição, ou seja, os do estado 1.

O exemplar da Biblioteca Guita e José Mindlin, que tem o prólogo, é de procedência desconhecida por nós. Entretanto, há uma evidência indireta de que ele proceda do Rio de Janeiro, pois traz a assinatura do proprietário e a provável data da aquisição na primeira folha de guarda, assim: “Alvaro de Souza Macedo / Rio, 14/4/97”.

A possível explicação para a existência dos dois estados (1 e 2) é a mesma que Antônio Houaiss propôs para a ausência do prólogo nos exemplares consultados por ele – proposta que citamos anteriormente: o prólogo teria chegado à gráfica com o processo de impressão do livro já em andamento, de modo que a inserção do novo texto teria sido feita em meio do caminho; e o resultado foram os dois estados que hoje sabemos existirem desta edição.

Sabe-se que o hábito de não descartar folhas já impressas depois de alguma correção era prática corrente: “La corrección tenía lugar sobre una prueba del pliego. Ocurría con frecuencia que, una vez impresos varios ejemplares de un mismo pliego, se advertía un error y se subsanaba en el molde, pero los pliegos ya impresos, dado el valor del papel, no se destruían.” – explica Alberto Blecu (2001, pp. 172-3).

Não é difícil imaginar, nas circunstâncias em que a edição foi impressa, que a inserção do “Prólogo da terceira edição” entre os pré-textos do livro tenha sido feita às pressas, e, por isso, pouca atenção foi dada ao índice do volume, que vem nas páginas 383-387 da obra – onde estava claramente indicada a posição que ele deveria ocupar no livro.

No índice, conforme já vimos, a ordem dos textos nas páginas preliminares é a seguinte: “Prólogo da terceira edição”, “Ao leitor”, “Dedicatória”. Esta sequência parece fazer sentido, dada a excepcionalidade da obra, que foi escrita por um “defunto autor”. Essa informação, de que o livro é “obra de finado”, é útil ao leitor, para a compreensão plena da dedicatória “Ao verme”, que vem em seguida. O paratexto “Ao leitor”, assinado por Brás Cubas, é, portanto, um texto ficcional. O mesmo raciocínio se aplica à suposta “dedicatória” – também ela uma peça ficcional, parte integrante da obra. O “Prólogo” assinado pelo autor – Machado de Assis – não poderia, sem ruptura do pacto ficcional, ser metido entre os textos de Brás Cubas.

Nas páginas iniciais do livro, entretanto, a ordem dos textos é outra: “Dedicatória”, “Prólogo da terceira edição”, “Ao leitor”. Segundo a tradição, a dedicatória é algo que se põe na folha que segue imediatamente à de rosto, antes de todos os demais textos, conforme explica Emanuel Araújo (1986, p. 442):

A dedicatória, quando existe, é normalmente consignada na página ímpar fronteira ao verso da folha de rosto. Até o século XVIII essa homenagem do autor incorporava-se à sequência do título na página de rosto [...]. Sua forma, mesmo quando ganhou autonomia, variou no tempo, desde as de estilo epistolar, via de regra derramadas e altissonantes, até as contemporâneas, quase sempre concisas.

Gérard Genette (2009) também aborda a questão da dedicatória. Em relação ao lugar desse paratexto no livro, ele afirma, como Emanuel Araújo (1986), que o lugar canônico, a partir do século XVI, é o começo do livro, sendo que atualmente figura “na primeira página ímpar depois da página de rosto.” (GENETTE, 2009, p. 116) Entretanto, ele cita exemplos de dedicatórias em outros lugares: dentro do livro, no alto de divisão, como em coletâneas de poemas ou de novelas em que cada elemento tem sua própria dedicatória, ou no final do livro.

Uma coisa é uma “homenagem do autor” (como vem em Emanuel Araújo), outra uma exorbitância do narrador, que se diz defunto. Pôr a dedicatória “Ao verme” antes de todos os demais textos é acreditar indevidamente nas palavras, ou obedecer cegamente às regras da composição de um livro. A dedicatória de que aqui se trata é uma peça ficcional, obra do “defunto autor” – pertence a um universo distinto do universo do autor – este, sim, um homem na época vivo, de nome Machado de Assis.

A dedicatória “Ao verme” aparece pela primeira vez, como já afirmamos, na segunda edição (1881). No volume, ela vem depois do prólogo de Brás Cubas, intitulado “Ao leitor” – em nossa opinião esse é o lugar adequado e verossímil para ela. Pode ser, também, entretanto, que pretendesse o autor “fingir” mais seriamente (imitar os livros dedicados a alguém), ou seja, que quisesse pôr a dedicatória antes de “Ao leitor”. Se o narrador é um defunto autor, a publicação dessas memórias tem de aparentar uma normalidade editorial suficiente para se fazer crível, ou seja, tem de obedecer à ordem que impera entre os vivos – dedicatória do defunto, prólogo do defunto. O prefácio autoral, por sua vez, tem de vir antes; caso contrário ficaria metido no interior da ficção, pois tanto a dedicatória como “Ao leitor” são peças ficcionais juntadas ao romance, sob a forma de pré-textos, um tanto humorísticos, ao modo dos hábitos tipográficos dos vivos.

4. A edição crítica

O romance *Memórias póstumas de Brás Cubas* foi a primeira das obras de Machado de Assis a ter sua edição crítica preparada pela Comissão Machado de Assis, nomeada em 1958 com o fim de estabelecer os textos machadianos. O romance, com o texto estabelecido, foi publicado pelo Instituto Nacional do Livro em 1960.

Antônio Houaiss (1960, p. 50), na descrição da edição de 1896 das *Memórias...*, constatou a ausência do “Prólogo da terceira edição” na página VII, conforme constava no índice do volume, à página 383 – repetimos aqui as informações, pela suma importância delas. Sobre essa ausência, afirmou ele: “E a página VII – melhor, a folha VII/VIII – das partes preliminares da edição em causa até hoje não foi vista ou localizada em nenhum exemplar de C [edição de 1896]”. Já o reconheceu José Galante de Sousa, na *Bibliografia de Machado de Assis* (1955). Há, de fato, em alguns exemplares do livro uma falha, uma lacuna – falta-lhes a folha correspondente às páginas VII/VIII, onde deveria estar o “Prólogo da terceira edição”. Conforme também vimos, o índice, que vem às páginas 383-387, indica a presença desse texto (p. VII), antes de “Ao leitor” (p. IX) e da “Dedicatória” (intitulada “Ao verme”, p. XI). Nas páginas preliminares, entretanto, “Ao leitor” vem às páginas IX/X, não há a folha correspondente às páginas VII/VIII (páginas que existem no exemplar encontrado por nós, e que contêm o “Prólogo da terceira edição”), a “Dedicatória” vem em página não numerada, com o verso em branco (p. V/VI), a página de rosto, com o verso em branco (corresponde às páginas III/IV), e o anterrosto, com as “obras do mesmo autor” no verso (corresponde às páginas I/II). Por fim, a folha de guarda, não levada em conta na numeração.

Sendo assim, mesmo nos exemplares em que não há a folha VII/VIII, a existência do “Prólogo da terceira edição” está como que hipostasiada. Tinham os impressores, portanto, a informação de que haveria um “Prólogo” do autor, a ser incluído na edição. E fica óbvio que a gráfica impressora levou isso em consideração, na composição e numeração das demais páginas preliminares – e ainda assim as imprimiu sem que o “Prólogo da terceira edição” lhe estivesse à mão, para que o incluísse no livro. Urgência comercial? Pragmatismo do editor? Tudo indica (a correspondência entre o autor e a casa editora, principalmente) que o prelo andava à frente das instruções de Machado de Assis para o acabamento da nova edição – especialmente no caso da quarta, em que isso ficou documentado.

No processo de preparação da edição crítica, foi realizado o levantamento das edições do romance, desde a primeira (1880), publicada em folhetim na *Revista Brasileira*, até a de 1959, na *Obra completa* da editora José Aguilar. As que entraram no cotejo, entretanto, foram as de 1880 (A), 1881 (B), 1896 (C), 1899 (D), 1921 (F) e 1955 (O). O estema linear englobou a primeira tradição (A → B) e a segunda (C → D), sendo que D serviu de texto-base para a edição crítica. (HOUAISS, 1960)

Consequência direta dessa escolha foi a manutenção, na edição crítica, dos pré-textos na ordem em que eles estavam na edição de 1899 (D). Foi mantida até mesmo a contradição entre o texto e o título do “Prólogo da quarta edição”. Em nota aposta à “Dedicatória”, primeiro dos textos, afirmou Houaiss (1960, p. 105): “B (segunda edição, de 1881, primeira em livro) traz a dedicatória depois de ‘Ao leitor’, podendo ser por malbarato da ordem de impressão ao ser encadernado o exemplar da colação.” Tal registro torna clara a concepção de Houaiss de que a dedicatória deveria vir mesmo logo depois da folha de rosto (e é possível que Machado tivesse também essa intenção, para que o livro do “defunto autor” tivesse o mesmo aspecto dos livros escritos por autores vivos – embora não haja qualquer manifestação do autor a respeito disso).

Já assinalamos ser este o lugar – tecnicamente falando – da dedicatória. Porém, essa não é uma “dedicatória” comum, ela pertence ao universo ficcional de Brás Cubas e, conseqüentemente, ao universo da narrativa.

A mesma tecnicidade parece ter acometido os impressores parisienses do livro, na terceira edição, em que a dedicatória “Ao verme” vem à frente de todos os outros textos, inclusive do “Prólogo da terceira edição”. Em consequência disso, ficou no mesmo lugar o “Prólogo da quarta edição” (título que ganhou o mesmo “prólogo” da terceira em 1899).

Embora Houaiss pudesse considerar, também, a ordem em que o título desses pré-textos aparece no índice de D, ele não levou em conta essa possibilidade. Ele podia ter acatado a ordem que consta no índice e, assim, alterado os pré-textos sem propor uma edição crítica com contaminações, um dos cuidados que ele tomou ao propor o texto crítico, como se depreende da seguinte afirmativa: “Para, entretanto, ficar definido o caráter incontaminado do texto crítico estabelecido, melhor seria figurar seu estema simplesmente assim: A → B ↔ C → D ↔ P [esta é a edição crítica]” (HOUAISS, 1960, p. 59).

Depois da edição crítica das *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1960), o romance teve ainda uma edição preparada por José Galante de Sousa, para a editora Garnier (1988), em que ele diz reproduzir o texto da edição de 1899, com correção apenas dos erros óbvios (não anotados, portanto).

A editora Melhoramentos, que encomendou o texto de *Dom Casmurro* a Maximiano de Carvalho e Silva (edição de 1966, republicada em 1975 e em 2014), publicou também as *Memórias póstumas de Brás Cubas*, com “Introdução geral” de Augusto Meyer (o exemplar que consultamos é de 1963). No caso dessa edição, fica mais evidente o inconveniente de se colocar a dedicatória “Ao verme” logo em seguida à página de rosto, pois depois dela vem a longa (23 páginas) “Introdução geral” de Augusto Meyer, o “Prólogo da quarta edição” e, por fim, “Ao leitor”. Com essa disposição, a dedicatória “Ao verme” praticamente perde a conexão com o universo ficcional de Brás Cubas (tantos são os textos interpostos entre eles).

Conclusão

O principal foco deste artigo foi a terceira edição do romance *Memórias póstumas de Brás Cubas*, da qual descobrimos recentemente um segundo estado, em que aparece o “Prólogo da terceira edição” (desconhecido, nessa edição, pelo editor crítico de 1960). O que se sabia até hoje é que ela não trazia esse prólogo (redigido pelo autor do romance).

O confronto dos exemplares dessa obra, que localizamos em acervos de instituições no Rio de Janeiro, confirmou as afirmativas de José Galante de Sousa e de Antônio Houaiss, de que essa edição não trazia o prólogo. O que descobrimos recentemente altera essa situação: encontramos um exemplar desse texto de 1896 com o prólogo. Este exemplar existe no acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo. Com isso, chegamos à conclusão que essa edição tem, no mínimo, dois estados – um sem (estado 1), outro (estado 2) com esse pré-texto.

O novo pré-texto, assinado por Machado de Assis, aparece entre a “Dedicatória” e o prólogo “Ao leitor” – ambas obras do narrador do romance. Essa localização não nos parece a ideal, nem a correta; tentamos explicá-la pelas circunstâncias em que a terceira edição foi feita.

Essa descoberta altera de modo importante a perspectiva crítica que se deve adotar na abordagem da relação entre a terceira e a quarta edições. A ordem dos pré-textos numa edição crítica necessita reavaliação; e o título do “Prólogo” não pode ser o que saiu na edição crítica realizada pela Comissão Machado de Assis.

Esta é a ordem que propomos (divergindo nisso da edição crítica) – “Prólogo da terceira edição”, “Ao leitor” e “Dedicatória”. No nosso entendimento, essa disposição não interfere no jogo ficcional do romance e ainda obedece à ordem que aparece na segunda edição (única em livro impressa no Rio de Janeiro sob as vistas do autor) e nos índices das demais edições feitas em vida do escritor. Além disso, “Ao leitor” é um texto voltado para o mundo dos vivos, ao passo que a dedicatória “Ao verme” já é um mergulho no mundo dos mortos.

Diante do exposto, conclui-se que uma possível nova edição do romance *Memórias póstumas de Brás Cubas*, que venha a ser feita no futuro, deverá levar em consideração o achado que comunicamos neste artigo, assim como deverá pôr em pauta a questão da disposição dos paratextos iniciais na estrutura da obra.

Referências

ASSIS, Machado de. Memórias posthumas de Braz Cubas. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, 15 mar., 1 e 15 abr., 1 e 15 maio, 1 jun., 1 e 15 jul., 1 e 15 ago., 1 e 15 set., 1 e 15 out., 1 nov., 1 e 15 dez. 1880.

ASSIS, Machado de. *Memorias posthumas de Braz Cubas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881.

ASSIS, Machado de. *Memorias posthumas de Braz Cubas*. 3. ed. Rio de Janeiro; Paris: H. Garnier, livreiro-editor, 1896.

ASSIS, Machado de. *Memorias posthumas de Braz Cubas*. 4. ed. Rio de Janeiro; Paris: H. Garnier, livreiro-editor, 1899.

ASSIS, Machado de. Rascunho de carta ao Snr. Lansac... In: *Exposição Machado de Assis*. Centenário do nascimento de Machado de Assis. 1839-1939. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1939. p. 205.

ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Instituto Nacional do Livro, 1960. [Edição crítica pela Comissão Machado de Assis.]

ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Introdução geral de Augusto Meyer. São Paulo: Melhoramentos, 1963.

ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. Apuração do texto, revisão, introdução e notas por Maximiano de Carvalho e Silva. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Texto estabelecido por J. Galante de Sousa. Rio de Janeiro: Garnier, 1988.

ASSIS, Machado de. *Correspondência de Machado de Assis*. Tomo III – 1890-1900. Coordenação e Orientação de Sergio Paulo Rouanet. Reunida, organizada e comentada por Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2011.

ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. Ver SILVA, 2014.

BLECUA, Alberto. *Manual de crítica textual*. Madrid: Castalia, 1983.

GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. Tradução de Álvaro Faleiros. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2009.

GRANJA, Lúcia. Três é demais! (ou por que Garnier não traduziu Machado de Assis). *Machado de Assis em Linha*, São Paulo, v. 11, n. 25, pp. 18-32, dez. 2018.

HOUAISS, Antônio. Introdução crítico-filológica. In: ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Instituto Nacional do Livro, 1960, pp. 45-102. [Edição crítica pela Comissão Machado de Assis.]

MACHADO, Ubiratan. *Dicionário de Machado de Assis*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Lisboa: Imprensa Nacional, 2021.

SILVA, Maximiano de Carvalho e. *O romance Dom Casmurro de Machado de Assis*. Edição crítica e comentada. Estudos biobibliográficos. Niterói: UFF, 2014.

UM bibliophilo. O “livro” brasileiro. *Revista brasileira*, Rio de Janeiro, São Paulo, ano 1, t. 3, pp. 179-85, Laemmert & C. Editores, 1895. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=139955&pasta=ano%20189&pesq=%22livro%20brasileiro%22&pagfis=7907>. Acesso em: 23 jan. 2023.

UMA LEITURA FILOLÓGICA E HISTORIOGRÁFICA DO CONCEITO DE GRAMÁTICA NA OBRA DE JOÃO DE BARROS (1540)

A PHILOLOGICAL AND HISTORIOGRAPHIC READING OF THE CONCEPT OF GRAMMAR IN THE WORKS OF JOÃO DE BARROS (1540)

Leonardo Ferreira Kaltner¹

RESUMO

Consiste o artigo em um estudo filológico e historiográfico do conceito de gramática derivado da *Gramática da língua portuguesa* (BARROS, 1540), cujo autor foi o humanista português João de Barros (1496-1570). O excerto do texto em questão, sobre o conceito de gramática, que é o primeiro capítulo da obra, é analisado sob os critérios da Crítica Textual, como *corpus*. A análise tem como objetivo investigar como o gramático quinhentista definiu o conceito de gramática e fazer uma exegese de seu pensamento linguístico pela descrição quinhentista. A importância histórica da gramática de João de Barros é notável, conforme analisou Buescu (1984), tendo em vista o fato de ser a primeira gramática da língua portuguesa, para gramatizar o vernáculo. O modelo de gramatização renascentista, analisado e descrito por Sylvain Auroux (1992), aplica-se à interpretação da obra de Barros. Em nossas considerações, nos valem do modelo teórico-metodológico e do aparato conceitual da Historiografia da Linguística (SWIGGERS, 2019), campo teórico interdisciplinar que nos auxilia a compreender a história dos conceitos gramaticais no processo histórico. Nossa análise da fonte primária é desenvolvida por edição digitalizada oriunda da Biblioteca Nacional de Portugal e pela transcrição disponível no portal CTLF (*Corpus de Textes Linguistiques Fondamentaux*), da Université de Lyon, na França. **PALAVRAS-CHAVE:** Gramaticografia. Crítica textual. João de Barros.

ABSTRACT

The article consists of a philological and historiographical study of the concept of grammar derived from the Grammar of the Portuguese language (BARROS, 1540), whose author was the Portuguese humanist João de Barros (1496-1570). The excerpt from the text in question, on the concept of grammar, which is the first chapter of the work, is analyzed under the criteria of Textual Criticism, as a *corpus*. The analysis aims to investigate how the sixteenth-century grammarian defined the concept of grammar and to make an exegesis of his linguistic thought through the sixteenth-century description. The historical importance of João de Barros' grammar is notable, as analyzed by Buescu (1984), considering the fact that it was the first grammar of the Portuguese language to grammatize the vernacular. The Renaissance grammatization model, analyzed and described by Sylvain Auroux (1992), applies to the interpretation of Barros' work. In our considerations, we make use of the theoretical-methodological model and the conceptual apparatus of the Historiography of Linguistics (SWIGGERS, 2019), an interdisciplinary theoretical field that helps us to understand the history of grammatical concepts in the historical process. Our analysis of the primary source is developed by a digitized edition from the National Library of Portugal and by the transcript available on the CTLF portal (*Corpus de Textes Linguistiques Fondamentaux*), from the Université de Lyon, France.

KEYWORDS: Grammaticography. Textual criticism. João de Barros.

¹ Universidade Federal Fluminense (UFF), leonardokaltner@id.uff.br, <https://orcid.org/0000-0003-3690-3132>.

Introdução

A história do conceito de gramática é um dos objetos de estudo da Gramaticografia (CAVALIERE, 2012, BORGES NETO, 2012), que se constitui como uma das linhas de pesquisa da disciplina de Historiografia da Linguística (HL), idealizada e teorizada pelo filólogo alemão Konrad Koerner (1996) e pelo historiógrafo Pierre Swiggers (2013, 2019). No cenário brasileiro, essa disciplina foi implantada pelos esforços empreendidos por pesquisadores como Cristina Altman, Marli Quadros Leite, Neusa Bastos, José Borges Neto, Ricardo Cavaliere, dentre tantos outros, que fundaram e participaram de núcleos de estudos ainda ativos, como o Centro de Documentação Historiográfica, da Universidade de São Paulo (CEDOCH/USP), desde 1994, e o GT da Anpoll de Historiografia da Linguística Brasileira, em 1996, por exemplo (ALTMAN, 2019).

A disciplina de HL, em seu modelo teórico, utiliza-se instrumentalmente de diversos processos metodológicos, tendo sido a Crítica Textual, conforme a define Bassetto (2013, p. 44-50), empregada para a análise de fontes documentais, como as gramáticas antigas, o que vincula a disciplina de HL à Filologia moderna. No artigo, buscamos demonstrar o exemplo de trabalho crítico-filológico com uma dessas fontes, pela *Gramática de Língua Portuguesa* (BARROS, 1540), escrita pelo humanista português João de Barros (1496-1570). Nosso objetivo geral de investigação é interpretar a história do “pensamento linguístico e das práticas gramaticais” (*linguistic thought and grammar praxis*) (SWIGGERS, 2013, 2019), tendo como objeto de estudos específico o excerto da obra de Barros que descreve o conceito de gramática, em seu primeiro capítulo.

A gramaticografia renascentista, em que se insere o pensamento linguístico e gramatical de João de Barros, é um tema interdisciplinar, passível de interpretação filológica, tendo em vista que a obra do humanista refletiu o seu contexto, uma sociedade com instituições muito diversas de nossa realidade contemporânea. No “clima intelectual” (KOERNER, 1996) da corrente de pensamento do humanismo renascentista, em que se insere a obra de Barros, ainda temos a vida da corte absolutista, em que a gramática foi publicada, durante o reinado de D. João III (1502-1557), cuja política cultural resultou na reforma das instituições absolutistas portuguesas, que receberam as inovações humanísticas, vindas de contexto itálico e francês. Nesse período histórico, a comparação e a analogia entre línguas das cortes europeias fizeram parte do processo de recepção do pensamento linguístico. Note-se que Petrarca foi o humanista que inovou no contexto europeu ao se valer de uma língua vernácula para produzir suas obras, o que foi prontamente difundido em Castela, na França quinhentista, também em Portugal (LEITE, 2007, AUROUX, 1992).

A principal analogia entre o latim e as línguas vernáculas caracterizou o pensamento linguístico da época em que João de Barros redigiu a sua gramática quinhentista, conforme notam Neusa Bastos e Ronaldo Batista, historiógrafos da Linguística:

O que houve de comum nas descrições gramaticais foi também o que a gramaticografia renascentista utilizou com mais extensão: o método que privilegiava a busca de equivalências entre a língua que estava sendo descrita com línguas clássicas ou vernaculares. Além disso,

houve utilização e manutenção de uma metalinguagem que caracterizaria a produção gramatical do Ocidente. Encontra-se também nas gramáticas dos jesuítas a indicação de que uma redução da língua a regras deveria ser breve e econômica. O que de fato contribuía para a classificação das obras como artes de gramática, expressão que indicava descrição breve de aspectos gramaticais essenciais. (BATISTA; BASTOS, 2020, p. 59)

A fonte textual humanística nos permite conhecer o pensamento linguístico do autor e apreender seu “clima intelectual” (KOERNER, 1996) em comparação com nossa época. De certo modo, a reflexão historiográfica é devedora do “método histórico-comparativo”, que marcou a Filologia moderna. Com efeito, a interpretação historiográfica depende de uma comparação com nosso estado atual de coisas, o que Koerner definiu como “adequação teórica” (KOERNER, 1996), um dos princípios da HL. Logo, a obra de João de Barros é passível de análise por comparação com as gramáticas contemporâneas, por exemplo, e nesse sentido, fazemos uma comparação do conceito de gramática do humanista do século XVI com os conceitos de gramática descritiva e normativa, pela prestigiada *Moderna Gramática da Língua Portuguesa* (BECHARA, 2009), do filólogo Evanildo Bechara, acadêmico da Academia Brasileira de Filologia (ABRAFIL). Ao fazer essa comparação de conceitos entre as gramáticas, buscamos pelo contraste compreender como o humanista do século XVI concebeu seu “ideário linguístico” (SWIGGERS, 2013, 2019).

1. João de Barros, o primeiro gramático da língua portuguesa

Para Buescu (1984), a obra gramatical de João de Barros inaugurou a tradição gramatical de língua portuguesa, ainda que tenha sido posterior à obra do frade Fernão de Oliveira (1507-1581), autor da *Grammatica da lingoagem portuguesa* (OLIVEIRA, 1536). A obra do frade é considerada por Buescu como um comentário à língua portuguesa, não tendo apresentado o conhecimento sistematizado como a descrição linguística da língua vernácula por Barros. Nesse aspecto, Fernão de Oliveira estava mais voltado para as discussões da gramática especulativa do que para o modelo gramatical humanístico, como desenvolveu João de Barros, que escreveu sua gramática de forma didática para o ensino da língua portuguesa. Os humanistas eram antes de tudo pedagogos, enquanto os teólogos formados pela escolástica estavam mais próximos do perfil intelectual de filósofos. A concepção de educação humanística estava vinculada à percepção do ensino adaptado para crianças, conforme os ideais latinos de Quintiliano (AUROUX, 1992; PEREIRA, 2006; BUESCU, 1984).

A biografia de João de Barros já demonstra como a vida na corte e o comércio ultramarino estavam relacionados ao desenvolvimento da gramática humanística, que propunha uma língua para o comércio, para a diplomacia e para a defesa dos interesses do reino de Portugal (BUESCU, 1984). Era também uma língua vernácula funcional para a expansão colonial, tendo em vista que estava sistematizada conforme as necessidades das feitorias e das “escolas de ler e escrever” que teriam sido fundadas nas colônias. João de Barros participou desse processo expansionista como “alto funcionário” da corte, além de gramático:

Nascido em Viseu, em 1496, foi educado esmeradamente no paço, em estreita amizade com D. Manuel e também com D. João III, de quem recebeu o governo do Castelo de São Jorge da Mina. Por essa influência, exerceu sempre bons cargos: tesoureiro da Casa da Índia, da Casa da Mina e da Casa de Ceuta e feitor da casa da Guiné e da Casa da Índia. Quando da colonização do Brasil, ganhou uma capitania de cinquenta léguas ao norte, mas a expedição que foi enviada, naufragou e ele não prosseguiu no seu empreendimento mercantil. Homem de letras, foi novelista, poeta, filósofo, historiador e gramático-pedagógico com a publicação da Gramática da Língua Portuguesa, donde reiteramos a origem nobre de nosso primeiro gramático (BASTOS; PALMA, 2004, p. 51).

A obra de Barros está situada no despontar da educação humanística no reino de Portugal no século XVI, que era o clima intelectual da Renascença nos reinos europeus, tendo sido uma época vinculada ao uso da escrita na língua vernácula tanto para a educação quanto para a administração dos reinos absolutistas. A sociedade que passava a incorporar o comércio como uma de suas práticas, tendo saído da estagnação da sociedade feudal estritamente rural, teve a necessidade de amplificar os seus conhecimentos linguísticos em um sistema de escrita mais simples, que não era mais em latim, mas no uso do vernáculo, conhecido por todos.

A língua portuguesa tornou-se prestigiada na primeira modernidade do século XVI, com a reforma das universidades e a fundação de colégios humanísticos quinhentistas, o que acarretou uma renovada produção literária, sobretudo poética, com Camões assim como no registro das mais diversas obras escritas. João de Barros foi o principal gramático desse período histórico em Portugal, tendo sistematizado a língua para a sua desterritorialização, isto é, a sua expansão nas conquistas territoriais advindas das navegações. O latim ainda era influente a essa época, em sua modalidade humanística.

O humanista João de Barros produziu como autor três textos com reflexões metalinguísticas e gramaticais no contexto da Portugal quinhentista, escreveu uma obra para o ensino de “rudimentos” (*rudimenta*) de língua latina, inacabada, de que temos cópia manuscrita, os *Rudimenta Grammatices* (Rudimentos de gramática latina), escreveu uma cartilha para letramento de meninos e para a catequese, a *Cartinha com os preceitos e mandamentos da Santa Igreja*, e, por fim, sua gramática humanística, uma espécie de livro para os professores quinhentistas, que atuavam nas “escolas de ler e escrever”, a *Gramática da língua portuguesa*, de 1540 (BUESCU, 1984). Suas obras de língua portuguesa, tanto a cartilha quanto a gramática, eram utilizadas na desterritorialização da língua, tendo sido planejada já no contexto das navegações, e tendo como possíveis modelos anteriores tanto a obra de Lorenzo Valla (1407-1457) quanto de António de Nebrija (1441-1522), este último que desenvolveu semelhante tarefa com a língua de Castela, o castelhano. Nebrija chegou a ser referenciado por Fernão de Oliveira, em período anterior à publicação da gramática de João de Barros (BUESCU, 1984).

Esse “embate teórico” (SWIGGERS, 2019) entre os reinos levou Portugal a “gramatizar” (AUROUX, 1992) sua língua, segundo Ronaldo Batista (2020):

Perseguindo o ideal de elevação da nação portuguesa e de seu povo, Oliveira e Barros colocaram-se como combatentes ao enfrentar a língua castelhana, vista como a língua

do outro que deveria ser enfrentada e combatida. Não se pode esquecer aqui das causas e consequências de um momento histórico que acabaria por levar Portugal ao domínio espanhol de 1580 a 1640, além do bilinguismo português/castelhano presente. Fatos que autorizaram, para os gramáticos, a necessidade da insistência na afirmação da diversidade e superioridade do português em relação ao castelhano. Como cada um combate com as armas que tem, Oliveira e Barros utilizaram o ofício de gramático para impor o que eles julgavam ser próprios da nação portuguesa (BATISTA, 2020, p. 49).

Devido ao prestígio da gramática latina, à época de João de Barros, seu conceito de gramática é herdeiro da tradição greco-latina, tendo sido adaptado para um conceito gramatical desenvolvido no vernáculo português, o que caracterizou o seu pensamento. Uma outra questão que se deve notar quanto à influência greco-latina é que, no clima intelectual dos humanistas do século XVI, ainda não havia sido desenvolvido o conceito de latim “clássico”, termo cujo emprego é posterior, já no século XVIII, mas o latim estava vinculado às “*humanitates*” pelos humanistas, e estava se afastando do conceito de uma língua litúrgica, do latim utilizado pela Igreja, desde a Idade Média. Nesse aspecto, o latim (humanístico) a que se referia João de Barros era também o latim de Cícero, dos poetas e dos gramáticos latinos, buscando conciliar as humanidades com a teologia, conforme nota Buescu (1984), em comentário ao *Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem*, texto que foi editado em conjunto com a gramática de 1540:

Um dos traços mais característicos deste *Diálogo* é a conciliação da sabedoria antiga com a doutrina do Evangelho e dos doutores da Igreja. Assim, Barros cita numerosos autores latinos e gregos: Cícero, Aristóteles, Menandro, Terêncio, Plutarco, Juvenal, Séneca, Ovídio, Alexandre, Afrodísio, Platão, Sócrates, Epiménides, Arato etc., a par de S. Tomás, S. Jerónimo, S. Paulo e outros (BUESCU, 1984, p. 55).

A gramática de João de Barros não substituía o ensino de latim renascentista, mas se apresentava como um texto introdutório da teoria gramatical, para a alfabetização no vernáculo, para que o latim fosse ensinado na sequência. Assim, a língua latina passaria a ser uma disciplina superior, ou posterior ao aprendizado da leitura e da escrita na língua vernácula, o que já teria ocorrido em outras comunidades linguísticas ocidentais antes de Portugal, no século XVI:

No texto de João Barros pode-se lobrigar, outrossim, a função de facilitação de aprendizagem das línguas clássicas que teria a iniciação na gramática portuguesa. A gramática vernácula teria, além dos papéis que já assinalamos anteriormente, a função de propedêutica para as línguas clássicas. Sendo herdeiras do latim, as línguas vernáculas facilitariam sua aprendizagem (NAVARRO, 2022, p. 62).

2. O conceito de gramática na obra de João de Barros: leituras da fonte

O primeiro capítulo da gramática do humanista contém a sua definição do metatermo gramática, tendo se intitulado “*Difinçám da Grãmatica e as pártes della*” (BARROS, 1540, pp. 3-4). Podemos notar que é um capítulo bem sucinto com dois temas, a “definição de gramática” e a sua divisão em

quatro partes, conforme o modelo latino que o autor seguia, por sua tradição humanística, referente à gramática latina. Vejamos a fonte textual em dois tratamentos críticos, inicialmente por edição semidiplomática e nas notas de rodapé uma “edição interpretativa” conforme os pressupostos da Crítica Textual (BASSETTO, 2013), desenvolvida por Kaltner (2020, p. 2196) a qual será comentada, em seção posterior, em comparação aos conceitos modernos de gramática de língua portuguesa, do filólogo Evanildo Bechara (2009) e da historiógrafa Buescu (1984), mais adiante. A transcrição semidiplomática é retirada de leitura do portal *Corpus de textes linguistiques fondamentaux* (CTLF), mantido pela Université de Lyon.

Na primeira parte do texto transcrito em edição semidiplomática, temos o título do capítulo, com três períodos, que apresentam os argumentos do gramático humanístico, no primeiro período há a definição do que é gramática, pelo critério etimológico do termo grego, no segundo o argumento da tradição latina, em que o humanista cita a definição de gramáticos latinos, como *Donatus*, e no terceiro período, uma definição de cunho filosófico, embasada pela tradição platônica e aristotélica, de que a língua expressa significados, ou “conteúdos de consciência” (BECHARA, 2009):

Grammatica da lingva portvgvesa.

Difinçám da Grãmatica e as pártes della.

Grammatica, e uocabulo Grægo: quér dizer, çiência de letras. E segundo a difinçám que lhe os Grãmáticos dérã: é hũ módo çérto e iusto de falar & escreuer, colheito do uso, e autoridade dos barões doutos. Nós podemos lhe chamar artefício de paláuras, póstas ã seus naturáes lugáres: pera que mediãte ellas, assy na fãla como na escritura, uenhamos em conhiçimento das tenções alheas (BARROS, 1540, fol. 3f)².

A segunda parte da definição aprofunda a dualidade (simbólica) da língua, que possui uma existência material, seja pelo som das palavras que “entram pelos ouvidos”, seja pelo signo gráfico da escrita, que transmitem as “coisas” para nosso entendimento. Esse processo natural ocorre na comunicação humana. João de Barros apresenta a divisão em partes da oração da língua portuguesa, cuja primeira divisão é centrada em “nome” e “verbo”, conforme a tradição latina:

Por que bem assy entram as letras pela uista, como as paláuras pelos ouuidos: instrumento comque o nõsso intendimẽto reçebe as mais das cousas. E como pera o .iogo do enxedrez se requêrẽ dous reyes, hũ de hũa cor e outro de outra, e que cada hũ delles tenha suas peças póstas em cásas próprias e ordenádas, com leyes do que cada hũa deue fazer (segundo o officio que lhe foy dádo:) assy todalas linguágẽes tem dous reis, diferentes em género, & concordes ã officio: a hũ chamã. Nome, e ao outro, Vérbo (BARROS, 1540, fol. 3f)³.

² Vejamos uma leitura interpretativa desse excerto: “Gramática é vocábulo grego, quer dizer, ciência das letras. E, segundo a definição que os gramáticos lhe deram, é um modo certo e justo de falar, e escrever, colhido do uso e autoridade dos homens eruditos. Nós a podemos chamar de artifício de palavras, postas em seus lugares naturais, para que mediante elas, assim na fala como na escrita, venhamos a ter conhecimento das intenções alheias” (KALTNER, 2020, p. 2196).

³ “Pelo fato de que bem assim entram as letras pela visão, como as palavras pelos ouvidos, é um instrumento com que o nosso entendimento percebe grande parte das coisas. E como para o jogo de xadrez se requerem dois reis, um de uma cor e outro de outra, e que cada um deles tenha suas peças postas em casas próprias e ordenadas, com as leis do que cada uma deve fazer, segundo o ofício que lhe foi dado, assim todas as linguagens têm dois reis, diferentes em gênero, e concordes em ofício, a um chamam Nome e, ao outro, Verbo” (KALTNER, 2020, p. 2196).

O sistema gramatical é o tema da terceira parte da definição

Cada hũ destes reyes tẽ sua dama, à do nome chamam Pronome, & à do uérbo, Auérbio. Participio, Artigo, Coniunçam, Interieçã, sam péças e capitães prinçipães que debaixo de sua iurdiçam tẽ muita pionágem de diçõs, com que comũmẽte séruem a estes dous poderósos reyes, Nome, & Vérbo. Assy que podemos daquy entẽder, ser a nõssa linguágem cõpõsta destas noue pártes: Artigo, que é próprio dos Grægos e Hebreus, Nome, Pronome, Vérbo, Aduérbio, Partiçipio, Cõiunçam, Preposiçam, Interieçam, que tem os latinos. Os quães pártem a sua Grammatica em quáto pártes, ã Ortografia, que tráta de letera, em Prosodia, que tráta de syllaba, em Ethimologia, que tráta da diçam e em Syntaxis, a que respõde a cõstruçã, á mitaçã dos quães, (por termos as suas pártes,) diuídimos a nõssa Grãmatica (BARROS, 1540, fol. 4f).

Por fim, há as considerações sobre o conceito humanístico de gramática, que se diferenciava do modelo anterior, a “gramática especulativa”:

E por *que* a mais pequena destas pártes é a letera, dõde se totalas dicções cõpõem: ueiamos primeiro della, e desy das outras tres. Nam segũdo conuẽ a órdẽ da Grãmatica especulatiua, mas como requêre a preçeiuiua: usando dos termos da Grãmatica latina cuios filhos nós somos, por nam degenerar della. E tãbem, por que as çiências requêrẽ seus próprios termos per onde se am de aprẽder, como as óbras mecanicas instrumentos com que se fãzem, sem os quães, nenhũa destas cousas se pôde entender nem acabar (BARROS, 1540, fol. 4f)⁴.

Para o leitor contemporâneo, a leitura da fonte primária, em transcrição semidiplomática é uma tarefa não muito comum. Uma das estratégias didáticas da Crítica Textual consiste na “leitura interpretativa”, em que as nuances históricas da fonte primária são perdidas, mas por outro lado, permitem um maior acesso a leitores não especializados, o que faculta a popularização científica. Nesse sentido, encontramos no trabalho filológico também outras leituras interpretativas da gramática de Barros, como ocorreu em edições anteriores (BUESCU, 1978).

3. Comentários e exegese

A definição axiomática que João de Barros apresentou para a gramática a elevou à categoria de uma “ciência” quinhentista. Note-se que o critério etimológico vinculou o vocábulo gramática em língua portuguesa ao vocábulo grego correspondente, tendo sido a definição inicial do conceito do gramático quinhentista uma adaptação vernácula do metatermo grego: “Gramática é vocábulo grego, quer dizer, ciência das letras”. Com o conceito quinhentista de ciência podemos compreender o “conhecimento sistematizado”, ordenado por categorias, e por “letras”, interpretado culturalmente como a tradição escrita, ou a cultura letrada institucional humanística (BUESCU, 1984), base da

⁴ “E porque a menor destas partes é a letra, de onde todas as dicções, ou palavras, se compõem, vejamos primeiro sobre ela, a partir disso, vejamos sobre as outras três, não segundo convém a ordem da gramática especulativa, mas como requer a preceptiva, usando os termos da gramática latina, cujos filhos somos nós, por não degenerar dela. E também, pelo fato de que as ciências requerem seus próprios termos, por onde se hão de aprender, como as obras mecânicas requerem instrumentos com que se façam as coisas, sem os quais, nenhuma destas coisas se pode entender, nem acabar” (KALTNER, 2020, p. 2196).

gramatização quinhentista (AUROUX, 1992). Logo, a “gramática”, para Barros, é a sistematização da tradição escrita de uma determinada língua, tendo sido um conceito universal oriundo do pensamento linguístico grego antigo, em sua recepção humanística portuguesa.

O conceito de ciência gramatical desenvolvido por Barros tem origem na recepção do pensamento aristotélico, de *episteme*, isto é de um conhecimento sistematizado por demonstrações, sobretudo pela técnica da dialética (ARISTÓTELES, 2010). Esse tipo específico de conhecimento é sistematizado em um texto, ou *lógos*, assim, a “gramática” do humanista se constitui de forma dedutiva, isto é, por deduções, que são comprovadas por uma sucessão de premissas necessárias ao desenvolvimento do pensamento, mais do que por exemplos indutivos. Logo, a gramática humanística tem um crescente, de sua unidade mínima, a letra, até a sua maior unidade, a oração, que constitui o texto, o seu objeto de investigação, ou de fracionamento do pensamento, do “lógos”. O processo dialético é demonstrado, por Barros, no texto registrado ao final da gramática: o *Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem* (BARROS, 1540), ápice de produção textual desse processo humanístico, que tem na gramática o primeiro passo de aprendizado da dialética e da retórica, que se remetem à organização das antigas disciplinas do pensamento pela escolástica, no sistema medieval do *trivium* (BECCARI, 2019).

O caráter sucinto da definição do conceito é algo didático e típico da tradição de pensamento dos humanistas do século XVI, que eram também pedagogos (BUESCU, 1984; 1978). As definições sucintas não permitiam grandes especulações, o que era o objetivo de diferenciá-los dos gramáticos modistas, de tradição anterior. O primeiro comentário ao conceito demonstra o método de constituição da gramática, isto é, da sistematização do conhecimento gramatical, pelos gramáticos greco-latinos: “E, segundo a definição que os gramáticos lhe deram, é um modo certo e justo de falar, e escrever, colhido do uso e autoridade dos homens eruditos”. A gramática humanística é (re)colhida do uso, em primeiro lugar, e em segundo lugar da “autoridade dos homens eruditos”, isto é, daqueles que cultivam a língua, cuja referência inicial foram os poetas, na tradição cultural da antiga Grécia. Podemos notar no pensamento de João de Barros a influência do que Quintiliano conceituou como “*consensus eruditorum*” (consenso dos eruditos) (PEREIRA, 2006).

Em essência, a gramática é descrita como uma técnica, um “modo certo e justo de falar, e escrever”. Há duas modalizações descritas na gramática quinhentista de Barros, primeiro um modo certo, que se opõe a um modo errado, em seguida um modo justo que se opõe a um modo injusto. Se interpretarmos o sentido de certo e justo, conforme o clima intelectual do humanista, teremos como referência o pensamento filosófico grego antigo. E afinal, para os gregos, o que teria sido o modo certo de pensar, falar e escrever? Se retomarmos o pensamento aristotélico, a dialética teria permitido ao filósofo separar o certo do errado, e a retórica teria permitido separar o justo do injusto (ARISTÓTELES, 2010). Nesse sentido, o que Barros parece afirmar é que a gramática é uma técnica, retirada dos poetas, que permitia o uso da dialética e da retórica. A gramática de língua grega permitia o uso dessas “ciências” em língua grega, assim como a gramática em língua portuguesa permitiu esses usos específicos em língua portuguesa.

Para os humanistas do século XVI, o “modo certo de falar” era aquele que é construído pelo uso da dialética aristotélica, como instrumento de especulação racional, já o modo justo, aquele que é desenvolvido pela retórica, também de base aristotélica. Logo, com a gramática de língua portuguesa é possível produzir a dialética em língua portuguesa, assim como uma retórica vernácula, renascida da filosofia da Grécia e da oratória de Roma, fundamentos para a criação de uma administração e um Direito modernos em língua vernácula. Na perspectiva humanística, o “falar e escrever correto e justo” não estava apenas vinculado à especulação em língua latina, ou mesmo grega, passaria a ser possível na língua também “colhida do uso”, mas sob a “autoridade” dos humanistas, os doutores em gramática e conhecedores do pensamento humanístico. Os humanistas também eram poetas e tradutores de poesia, além de preceptores de gramática, isto é, pedagogos.

João de Barros também rotula a gramática como “artifício de palavras, postas em seus lugares naturais, para que mediante elas, assim na fala como na escrita, venhamos a ter conhecimento das intenções alheias”. O artifício pode ser interpretado como o ofício do artífice, isto é, a técnica do uso e da compreensão das palavras, cuja disposição é estarem postas em “seus naturais lugares”, para o conhecimento da intencionalidade de quem fala ou escreve. Nesse sentido, o metatermo “palavra” é a unidade mínima que comporta o significado, para o gramático quinhentista, equivalente ao *signum/symbolon* aristotélico, a intencionalidade, conceito da especulação filosófica, representa a forma do pensamento, que se materializa na “palavra”, que comunica na fala e na escrita as intenções, segundo o gramático. A gramática humanística é o artifício de compreender a dinâmica do uso das palavras, o seu significado, nessa percepção quinhentista.

Por fim, João de Barros aponta que as letras são significantes visuais, enquanto as palavras são significantes auditivos, com um valor instrumental para a compreensão das “coisas”: “pelo fato de que bem assim entram as letras pela visão, como as palavras pelos ouvidos, é um instrumento com que o nosso entendimento percebe grande parte das coisas”. Essa é uma visão teórica neoplatônica, derivada das reflexões do diálogo Crátilo (AUROUX, 1992), que estava no clima intelectual do debate humanístico, à época de João de Barros. A língua era um objeto de estudos inicialmente filosófico, com base na dialética e na gramática especulativa medieval (BECCARI, 2019), cujas reflexões foram simplificadas na gramática humanística.

A reflexão sobre a “natureza das coisas” torna-se para o humanista, do século XVI, uma reflexão gramatical, pois o conhecimento das coisas está vinculado ao conhecimento das palavras, tanto na leitura quanto na fala, pela visão e pela audição, os dois principais sentidos, conforme a filosofia grega. A língua é um instrumento para a compreensão da realidade, enquanto a gramática é um instrumento para a compreensão da língua, conforme o modelo gramatical de João de Barros. Para que o “entendimento” perceba as “coisas”, é necessário o conhecimento gramatical, assim a gramática humanística é considerada como o texto inicial para a formação humanística, é a primeira das “artes” para o conhecimento das ciências.

João de Barros traça uma analogia entre a língua portuguesa e o jogo de xadrez, para apresentar uma ordem natural nas línguas. Ainda influenciado por Platão e Aristóteles, o gramático citou o fato de as línguas possuírem dois reis: o “Nome” e o “Verbo”, isto é, um sujeito e um predicado. São categorias fundamentais, de que derivam as outras categorias gramaticais, como advérbios, pronomes, participípios, artigos, conjunções e interjeições, que são as partes da oração em língua portuguesa, de forma sistêmica. As palavras diversas são como os peões, nessa alegoria, que expressa um nível hierárquico na análise linguística do século XVI. As partes da oração indicam a separação de palavras na escrita.

Assim, João de Barros divide a gramática humanística em quatro partes: “Ortografia, que trata da letra, em Prosódia, que trata da sílaba, em Etimologia, que trata da dicção, ou palavra, e em Sintaxe, a que responde a construção”, tendo seguido a tradição latina, incorporada à Idade Média, contínua no Renascimento. À cada uma dessas partes corresponde uma unidade mínima da língua: letra, sílaba, palavra e oração. Atualmente, as gramáticas possuem uma divisão em três partes, derivada da gramática racionalista. Note-se a influência dos “gregos e hebreus”, na categoria de artigo na língua portuguesa.

Por fim, o humanista cita a diferença de sua gramática humanística, chamada de “preceitiva”, com a gramática especulativa, talvez tendo feito uma alusão à gramática de Fernão de Oliveira, para diferenciar a especulação filosófica da descrição simplificada e didática dos humanistas. A “gramática latina” é citada como fonte geral, sem uma identificação de qual gramática latina teria sido a referência para o humanista. Por fim, João de Barros cita a “metalinguagem” (AUROUX, 1992) como o instrumento da gramática: “também, pelo fato de que as ciências requerem seus próprios termos, por onde se não aprendem, como as obras mecânicas requerem instrumentos com que se façam as coisas, sem os quais, nenhuma destas coisas se pode entender, nem acabar”.

A gramática de João de Barros pode ser considerada como a gramática que fundou a tradição normativa na língua portuguesa, se atentarmos para a diferenciação de gramática descritiva e normativa, desenvolvida por Bechara:

Daí é fácil concluir que não devemos confundir dois tipos de gramática: a descritiva e a normativa. A gramática descritiva é uma disciplina científica que registra e descreve (daí o ser descritiva, por isso não lhe cabe definir) um sistema linguístico em todos os seus aspectos (fonético-fonológico, morfossintático e léxico). Cabe tão somente à gramática descritiva registrar como se diz numa língua funcional. Por ser de natureza científica, não está preocupada em estabelecer o que é certo ou errado no nível do saber elocutivo, do saber idiomático e do saber expressivo. A gramática descritiva se reveste de várias formas segundo o que examina mediante uma metodologia empregada, formas que não cabe aqui explicitar, mas tão somente enumerar: estrutural, funcional, estrutural e funcional, contrastiva, distribucional, gerativa, transformacional, estratificacional, de dependências, de valências, de usos, etc. A gramática estrutural funcional concebida por E. Coseriu aplica-se à apreensão e descrição dos paradigmas do significado gramatical, das estruturas gramaticais de uma língua particular. Cabe à gramática normativa, que não é uma disciplina com finalidade científica e sim

pedagógica, elencar os fatos recomendados como modelares da exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais do convívio social. A gramática normativa recomenda como se deve falar e escrever segundo o uso e a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos (BECHARA, 2009, p. 52).

A gramática de João de Barros possui uma descrição da língua, todavia, sua tendência de pensamento é a normatização, pois é uma gramática “preceptiva”, ou prescritiva, aquela que tem por função servir de instrumento de trabalho ao preceptor. A busca pela aproximação da língua portuguesa à gramática latina é patente na obra, o que caracterizou o processo de gramatização quinhentista, com a adaptação da gramática latina ao vernáculo. Há na gramática de Barros, por exemplo, uma tentativa de equivalência entre o sistema de declinações do latim com a língua portuguesa (BARROS, 1540, fol. 13f), enquanto o afastamento da língua latina era considerado uma “degeneração” da língua. Assim, compreende-se que o humanista deveria colher a língua do uso, mas aprimorá-la em uma aproximação com o latim, o que se refletiria, por fim, no que deveria ser ensinado para as crianças atendidas pelos preceptores.

Considerações finais

O conceito humanístico de gramática de João de Barros é um marco histórico na gramaticografia de língua portuguesa no século XVI. Sua definição permitiu a sistematização do conhecimento gramatical na língua vernácula de Portugal, em um contexto histórico em que o latim era ainda uma língua de prestígio. A gramática humanística seria considerada atualmente como uma “gramática normativa”, com finalidade pedagógica, a que se opõe diversos tipos de gramáticas descritivas, posteriores à Linguística moderna.

Por outro lado, pudemos evidenciar como o conceito de gramática humanística esteve vinculado ao pensamento filosófico grego, notadamente, ao pensamento platônico e aristotélico, quando a gramática se vinculou a práticas linguísticas específicas, como a dialética e a retórica, além da poética clássica, de onde derivou a literatura moderna. Dessa forma, a gramática humanística é uma técnica de descrição para usos linguísticos mais específicos do que aqueles que são vinculados apenas ao cotidiano, tendo em vista que a dialética e a retórica tiveram finalidade administrativa e jurídica na formação das instituições do Ocidente.

Ao mesmo tempo, a gramática humanística apresenta uma língua colhida do “uso”, isto é, da ordem natural, do dia a dia, que é burilada pela poética, pela dialética e pela retórica, a fim de ser sistematizada nas construções gramaticais. João de Barros adaptou a gramática humanística de língua portuguesa de uma base gramatical latina, logo retirou do modelo latino quatro instrumentos, ou níveis de sistemas, para a “gramatização” da língua portuguesa: a letra, a sílaba, a palavra (dição) e a oração, que apresentam as formas mínimas para “colher” a língua em uso. Essa sistematização da gramática permitiu analisar a fala e organizar a escrita vernácula, de forma empírica, como ocorreu no século XVI. Após a gramatização da língua portuguesa, ela já teria estado preparada para a sua desterritorialização, no contexto das navegações e da “conquista” territorial subsequente.

Referências

ALTMAN, Cristina (org.) *et al. Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019.

ARISTÓTELES. *Órganon*. São Paulo: Edipro, 2010.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BARROS, J. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Lodovicum Rotorigium, 1540. Disponível em: http://ctlf.ens-lyon.fr/textes/3302_por_Barros_01_1540_T01.htm. Acesso em 01 mar. 2023.

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de Filologia Românica*. São Paulo: EdUsp, 2013.

BASTOS, Neusa; PALMA, Dieli. Elos Portugal e Brasil: João de Barros e Anchieta. *Revista de Letras*, Curitiba v. 26, n. 1/2, jan/dez, 2004, pp. 50-6.

BATISTA, Ronaldo; BASTOS, Neusa. Historiografia da linguística e o ensino de língua como objeto de análise: considerações metodológicas. In: BATISTA, Ronaldo; BASTOS, Neusa. *Questões em historiografia da linguística*. São Paulo: Pá de Palavra, 202, pp. 53-76.

BATISTA, Ronaldo. Formas da gramática renascentista: percepção e abordagem da diversidade linguística em Fernão de Oliveira. *D.E.L.T.A.*, v. 26, n. 2, 2010, pp. 345-64.

BECCARI, Alessandro Jocelito. *Tratado sobre os modos de significar ou Gramática especulativa, de Tomás de Erfurt*. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BORGES NETO, José. Gramática tradicional e linguística contemporânea: continuidade ou ruptura? *Revista Todas as letras*, São Paulo, v. 14, n. 1, 2012, pp. 87-98.

BUESCU, Maria Leonor C. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Amadora: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

BUESCU, Maria Leonor C. *Historiografia da Língua Portuguesa: Século XVI*. 1. ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1984.

CAVALIERE, Ricardo Stavola. Gramaticografia da língua portuguesa no Brasil: tradição e inovação. *Limite*, n. 6, pp. 217-36, 2012.

KALTNER, Leonardo. O conceito de gramática na obra de João de Barros (1540) à luz da Historiografia Linguística. *Revista Philologus*, v. 26, n. 78, 2020, pp. 2191-200.

KOERNER, E. F. Konrad. Questões que persistem em historiografia linguística. Tradução de Cristina Altman. *Revista da ANPOLL*, Florianópolis, n. 2, pp. 45-70, 1996.

LEITE, Marli Quadros. *O nascimento da gramática portuguesa. Uso & Norma*. São Paulo: Humanitas: Paulistana, 2007.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. *A era das gramáticas: a questão das línguas na época do renascimento e das grandes navegações*. Campinas: Pontes Editores, 2022;

OLIVEIRA, Fernão de. *Grammatica da lingoagem portuguesa, de 1536*. Disponível em: http://ctlf.ens-lyon.fr/textes/3301_por_Oliveira_01_1536_T01.htm. Acesso em: 01 mar. 2023.

PEREIRA, Marcos. *Quintiliano Gramático: o papel do mestre de gramática na Institutio oratoria*. São Paulo: Humanitas, 2006.

SWIGGERS, Pierre. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. Traduzido por Ricardo Cavaliere. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 44/45, pp. 39-59, 2013.

SWIGGERS, Pierre. Historiografia da linguística: princípios, perspectivas e problemas. In: ALTMAN, Cristina *et al.* (org.) *Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019, pp. 45-80.

PORTUGUÊS DO RIO GRANDE DO SUL DO SÉCULO XIX: CARACTERIZAÇÃO DE UMA SINCRONIA PASSADA*RIO GRANDE DO SUL PORTUGUESE OF THE 19TH CENTURY: CHARACTERIZATION OF A LATE SINCRONY**Evellyne Patrícia Figueiredo de Sousa Costa¹**Leici Landherr Moreira²***RESUMO**

Este artigo tem o objetivo de apresentar a caracterização do português do Rio Grande do Sul do século XIX a partir da descrição de fenômenos linguísticos de ordem grafo-fonética e variantes sócio-históricas em documentos manuscritos. O *corpus* compreende a edição filológica conservadora de documentos manuscritos oitocentistas não-literários do arquivo “Português Histórico do Rio Grande do Sul (PHRS)”. Sob o aporte teórico da Sociolinguística Histórica, descrevemos e analisamos os fenômenos fonológicos relacionados às variantes sócio-históricas de tipologia documental e profissão dos escreventes. Os resultados revelaram maior ocorrência de elisão, harmonia vocálica, abaixamento e alçamento em tipologias de caráter descrito-narrativo escritas por secretários, secretários militares e procurador da Câmara, geralmente, militares vinculados à formação das cidades em que registram os documentos. O estudo filológico dos textos, de suas características paleográficas mostram que os profissionais possuíam habilidade no ato de escrever, mesmo assim, não tinham um treinamento para exercer suas funções nem mesmo a prescrição de um manual de língua portuguesa, por isso, em textos descritos-narrativos, os fenômenos são mais evidentes. Desse modo, é correlação entre os fenômenos linguísticos, o perfil do escrevente associado à formação das cidades e sua prática de escrita bem como à tipologia documental que permite caracterizar o português do RS a partir do PHRS.

PALAVRAS-CHAVE: Variação linguística. Sociolinguística histórica. Português do Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

The goal of this article is to provide the characterization of Portuguese from Rio Grande do Sul in the 19th century. This study is based on the description of linguistic phenomena of graphophonetic order and sociohistorical variants in handwritten documents. The *corpus* is formed by conservative philological edition of non-literary 19th century handwritten documents from the “Portuguese Histórico do Rio Grande do Sul (PHRS)” archive. Based on Historical Sociolinguistics, we describe and analyze the phonological phenomena related to the socio-historical variants of document typology and the profession of the writers. The results revealed occurrence of elision, vowel harmony, lowering and raising in narrative-described typologies written by secretaries, military secretaries and the Chamber attorney. Usually the military are linked to the formation of the cities in which they register the documents. The philological study of the texts and their paleographic characteristics, show that the professionals had ability in writing. The socio historical support demonstrates they did not have training to perform their duties, not even the prescription of a Portuguese language manual. Because of that, in texts described- narratives, the phenomena are more evident. Thus, it is the correlation between linguistic phenomena, profile of the writer, associated with the formation of cities and their writing practice, as well as the document typology that allows characterizing the Portuguese of RS based on the PHRS.

¹ Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), evellyne.costa@ufsm.br, <https://orcid.org/0000-0002-2805-6095>.

² Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)/Antônio Meneghetti Faculdade (AMF), leicimoreira@hotmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-9519-3447>.

KEYWORDS: Linguistic variation. Historical Sociolinguistics. Portuguese from Rio Grande do Sul.

Introdução

Na história da língua portuguesa, no cenário nacional, o século XIX representa um marco importante no estabelecimento do português do Brasil, especialmente, após a Independência em 1822 com a valorização de características que o distinguem da metrópole europeia (TEYSSIER, 1997). No entanto, no âmbito do estado do Rio Grande do Sul, principalmente nas primeiras décadas do período oitocentista, caracterizar o português é uma tarefa laboriosa a contar do estabelecimento de fontes representativas do estado de língua, circunscritas, na maioria das vezes, ao campo da documentação oficial. Além disso, o contexto sócio-histórico não permite afirmar que a produção escrita no meio administrativo empregue somente a matriz europeia do português em detrimento da variante brasileira e vice-versa. Isso deve-se, de fato, à condição colonial conferida ao país, que não é diferente no território sul-rio-grandense, onde a estrutura administrativa aponta um quadro heterogêneo de escreventes decorrente da própria formação tardia do estado e suas peculiaridades locais. Desse modo, este trabalho fundamenta-se no seguinte questionamento: se nos distanciamos da matriz europeia do português em virtude da condição colonial e particularidades locais da formação do estado e se ainda não nos aproximamos de uma “brasilidade” no português, o que caracteriza o português escrito no Rio Grande do Sul no século XIX?

Caracterizar sincronias passadas, considerando o contexto sócio-histórico é uma tentativa de responder a essa pergunta, que ocorre no âmbito dos projetos institucionais sobre o português do Rio Grande do Sul³ na Graduação e Pós-Graduação em Letras, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A preocupação com a descrição da língua portuguesa empregada em sincronias pretéritas no Rio Grande do Sul inicia, oficialmente, em 2011, com o projeto intitulado “Banco de dados de textos escritos: Português histórico do Rio Grande do Sul (PHRS)”, cujo objetivo era implantar um banco de dados de registros escritos representativos do português do Rio Grande do Sul a partir da coleta, transcrição e edição de manuscritos sul-rio-grandenses, bem como análises de fenômenos linguísticos sob a ótica da Linguística Histórica⁴. Com o material do PHRS, a partir de 2014, inicia o projeto “Português Antigo do Rio Grande do Sul: Língua e História” no intuito de descrever e analisar documentos antigos produzidos no Rio Grande do Sul nos séculos XIX e XX, promovendo o resgate da história e memória cultural do estado, além de discutir questões linguísticas recorrentes no *corpus* a fim de contrastar com a caracterização do português antigo de outras regiões do Brasil⁵. Atualmente,

³ No âmbito dos projetos, compreendemos o português do Rio Grande do Sul como a língua em uso nos documentos escritos no estado do Rio Grande do Sul.

⁴ Os primeiros resultados desse projeto podem ser verificados no capítulo, intitulado “Banco de dados de textos escritos: português histórico do Rio Grande do Sul” (COSTA; LANDHERR; ARNEMANN; PEREIRA, MILANI, 2012), além dos trabalhos realizados com o *corpus* do projeto, a saber: Keller e Costa (2014), Keller e Costa (2015), Costa e Keller (2017), Costa e Moreira (2019).

⁵ Resultados do projeto podem ser conferidos em: Keller e Costa (2015); Costa e Pereira (2016); Keller e Costa (2019); Costa e Pereira (2020); Costa e Moreira (2020); Simioni e Costa (2020).

o projeto encontra-se na segunda etapa em busca de discutir a definição de variáveis sociais em documentos antigos, propor aportes metodológicos para análise em Sociolinguística Histórica nos *corpora* do Rio Grande do Sul, além de discutir a norma linguística (no sentido coseriano) que vigorava no estado nos períodos oitocentista e novecentista.

Neste artigo, a partir dos projetos mencionados, visamos à descrição dos fenômenos linguísticos de ordem grafo-fonética recorrentes no *corpus* do PHRS. Sabemos que o contexto sócio-histórico de ocupação tardia do estado, a organização administrativa e as peculiaridades locais geram uma série de variações que podem ser observadas no uso da língua nos manuscritos que compõem o *corpus* deste trabalho, no entanto, mesmo diante da variação, há heterogeneidade ordenada da língua (LABOV, 1972), por isso, pretendemos apresentar uma proposta de caracterização do português do Rio Grande do Sul, apoiada na recorrência de fenômenos de ordem grafo-fonética presentes em documentos escritos em diferentes locais do estado sob o aporte teórico da Sociolinguística Histórica.

Assim, no primeiro momento, apresentamos alguns apontamentos históricos sobre a formação do Rio Grande do Sul, bem como das cidades em que os manuscritos foram coletados. Em seguida, descrevemos o *corpus* do trabalho a partir do contributo da Filologia, seguido do referencial teórico da Sociolinguística Histórica, e da análise dos fenômenos linguísticos de ordem grafo-fonética relacionados à tipologia documental e à profissão dos escreventes. Por fim, tecemos alguns comentários conclusivos sobre a caracterização do português do Rio Grande do Sul.

1. Considerações históricas

A constituição sócio-histórica do Rio Grande do Sul é tardia em relação a outras regiões do continente. No início da colonização do Brasil, as atuais terras sulinas, conhecidas, em 1500, como “terras de ninguém”, não despertaram o interesse dos espanhóis nem dos portugueses, que em suas viagens de reconhecimento passaram ao largo da costa sul-rio-grandense. Somente no século XVIII, Portugal foi atraído pelas terras pertencentes à Espanha em razão do comércio estabelecido na região do rio da Prata e do gado existente nos campos do Rio Grande do Sul. Daí instauraram-se os litígios que culminaram na criação de acordos sobre as fronteiras territoriais: Tratado de Madrid (1750), Tratado de El Pardo (1761) e Tratado de Santo Ildefonso (1777). As novas fronteiras, porém, só foram definitivamente delimitadas após os confrontos da conquista das Missões (1801), das intervenções de D. João VI no Prata (1811-1812 e 1816-1820) e, finalmente, da Guerra da Independência do Uruguai (1826-1828) (LAZZAROTTO, 2001, p. 70). É nesse sentido que podemos dizer que a ocupação e, conseqüentemente, o povoamento do território se caracterizou pela constante demarcação das fronteiras e por confrontos militares que envolveram portugueses, espanhóis, indígenas e missionários.

Do ponto de vista administrativo, o nascimento social e político do Rio Grande do Sul ocorre pela Provisão de 6 de agosto de 1736, quando foi instituída a criação da Freguesia de São Pedro do Rio Grande, implantada em 1737, com sede inicial na Igreja de Jesus-Maria-José, subordinada ao Rio de Janeiro. Em 1747, a povoação de Rio Grande de São Pedro foi elevada à condição de vila,

sendo instalada a primeira Câmara Municipal em 1751, com autoridade sobre todos os domínios portugueses na região. Por esse motivo, as fontes escritas mais antigas localizadas em arquivos históricos no Rio Grande do Sul são posteriores à 1747. Monaretto (2005, p. 128), por exemplo, assinala que a documentação mais antiga disponível nos arquivos históricos de Porto Alegre, capital do estado, é de 1764.

Pelo contexto de ocupação tardia, ainda que a administração do Rio Grande de São Pedro tenha sido estabelecida em função do sistema colonial a partir das Ordenações Filipinas (1603), desde a instalação, sua estrutura difere do modelo lusitano em decorrência das especificidades econômicas, políticas e militares das regiões, mas também se diferencia da organização de outras capitanias do Brasil (MIRANDA, 2000). A criação de novas cidades ao longo do século XIX com novos órgãos administrativos, tal como as Câmaras locais, acentua ainda mais as particularidades, especialmente, quanto aos ocupantes dos cargos administrativos, nem sempre com a formação ou letramento para exercer determinada função⁶, brasileiros ou portugueses com passagem em várias regiões do país. De fato, não há como reconstruir a história da língua a partir da documentação oficial sem considerar as implicações desse contexto sócio-histórico na materialidade linguística e na constituição de variáveis sociais para o estudo da variação e mudança, por isso, os trabalhos desenvolvidos no âmbito do projeto “Português Antigo do Rio Grande do Sul” tem uma preocupação filológica com o tratamento e edição dos manuscritos para não perder de vista as questões sócio-históricas imbricadas na produção e circulação dos documentos⁷.

Como o objetivo deste trabalho é dar conta da caracterização do português do Rio Grande do Sul a partir da descrição dos fenômenos linguísticos recorrentes no *corpus*, apresentamos brevemente comentários sobre a fundação das cidades em que estão os documentos integrantes do *corpus* como indícios das especificidades de cada local. Apesar de o PHRS pretender dar conta da coleta, transcrição e edição de registros de todas as regiões do estado, até este momento é inviável determinar diferenças regionais devido à limitação do *corpus* e ao fato de os documentos serem escritos em datas próximas à criação das cidades, logo, não haveria fatores evidentemente significativos para tal divisão. Em contrapartida, com os comentários históricos, visamos pôr em evidência o distanciamento temporal, uma vez que são fundadas em décadas diferentes e, mesmo assim, veremos que seus documentos permitem a identificação da recorrência de determinadas variações.

A historiografia do Rio Grande do Sul explica por meio da provisão de 07 de outubro de 1809 a criação de quatro vilas do Rio Grande de São Pedro: Porto Alegre, Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha e Rio Pardo. No entanto, as raízes históricas de Rio Pardo remontam à criação estratégica de um povoado por causa do Tratado de Madri em 1750 (VOGT; ROMERO, 2010), que estabeleceu

⁶ Paulo José da Silva Gama, governador do estado no período de 1803 a 1809, por exemplo, em ofício escrito ao Visconde de Anadia, em 21 de março de 1803, sobre a Câmara do Rio Grande menciona que é “uma corporação composta de homens leigos” em favor de seus interesses particulares e recíprocos de amigos e familiares, e anseia pela vinda de magistrado literato para administrar a Justiça (MIRANDA, 2008).

⁷ Conferir Pereira (2017), Moreira (2019).

novos limites territoriais entre Portugal e Espanha. De acordo com os historiadores Vogt e Romero (2010), a demarcação da nova fronteira trouxe à Comandância Militar o Capitão-General da Capitania do Rio de Janeiro Gomes Freire de Andrade. Gomes Freire ordenou a construção do Forte de “Jesus, Maria José”, em Rio Pardo, pois era um local estratégico devido à sua localização na margem esquerda da confluência dos rios Pardo e Jacuí. Mais tarde, o Regimento de Dragões instalou-se em torno do Forte, onde teve origem um povoado. Em 1809, foi nomeada vila de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, instalou-se em 20 de maio de 1811 com uma Câmara ocupada predominantemente por militares e tornou-se cidade em 31 de março de 1846.

De outro modo, o atual município de Santana do Livramento foi inicialmente ocupado pelos índios minuanos e charruas. Entretanto, por volta do ano de 1810, as forças portuguesas derrotaram as forças espanholas em combate. Os oficiais que guarneciam as fronteiras aos poucos construíram casas, constituindo, assim, os primeiros núcleos de colonização no território (FERREIRA, 1959). Pereira (2017, p. 15) explica que Sant’Ana do Livramento surgiu em 30 de setembro de 1810 decorrente da chegada da 2ª divisão sob o comando do Marechal Joaquim Xavier Cuarado às margens do Ibirapuitã-Guaçu com 1900 soldados e da chegada de 15 carretas com famílias para povoar e resguardar a região conquistada. Em 7 de agosto de 1848, foi criado, então, o distrito denominado “Sant’Ana do Livramento”. Em 10 de fevereiro de 1857, foi elevado à categoria de vila, tornando-se cidade com a denominação de “Santana do Livramento” em 6 de abril de 1876 (FERREIRA, 1959).

A fundação da cidade de Santa Maria, por seu turno, está vinculada aos trabalhos da Comissão Mista de Demarcação de Limites da América do Sul. Segundo Belém (2000, p. 21), as Coroas de Portugal e Espanha, em 1º de outubro de 1717, estabeleceram um convênio, denominado Tratado Preliminar de Restituições Recíprocas, cujo objetivo consistia em demarcar, amigavelmente, os limites entre os domínios de Espanha e o Sul do Brasil. No entanto, por conta da discórdia entre os Comissários português e espanhol, a Comissão se dissolveu (BELÉM, 2000, p. 31). Por isso, conforme determinação do Governador Sebastião Xavier da Câmara, a partida da 2ª Subdivisão da Comissão, ao mando do coronel Francisco João Roscio, saiu de Santo Ângelo e foi para o Arroio dos Ferreiros, onde escolheu um local próximo para o seu acampamento. Essa expedição chegou a este local, em novembro de 1797, onde surgiu a povoação de Santa Maria (BELÉM, 2000, p. 31). Em 17 de novembro de 1837, foi criada a Freguesia de Santa Maria da Boca do Monte, elevada à categoria de vila, Santa Maria da Boca do Monte em 16 de dezembro de 1857 e (BELTRÃO, 1979, p. 171). E, finalmente, a vila é elevada à condição de cidade, em 6 de abril de 1876. (BELTRÃO, 1979, p. 295).

Já próximo ao final do século está a fundação de Dom Pedrito. De acordo com Ferreira (1959, p. 157), no fim do século XVIII, Pedro Ensategry, espanhol, nascido em Biscaia, apelidado de Dom Pedrito, contrabandeava com fumo da província de São Pedro para a Campanha Cisplatina. Dom Pedrito e seus ajudantes de contrabando abrigaram uma picada nos matos em volta do rio Santa Maria. Essa passagem foi usada por viajantes e moradores da região, tornando-se uma estrada geral, denominada passo de D. Pedrito. Em 18 de novembro de 1852, foi criada a capela de Nossa Senhora

do Patrocínio, junto ao Passo de Dom Pedrito, onde foram construídas casas, originando, assim, um povoado. Em 3 de dezembro de 1859, o povoado foi elevado à condição de freguesia. Em 30 de outubro de 1872, foi criada a vila e instalada sua Câmara em 2 de abril de 1873. Finalmente, foi elevada à categoria de cidade em 20 de dezembro de 1888 (FERREIRA, 1959, p. 158).

Por fim, vale destacar que, mesmo que cada localidade apresente suas idiossincrasias no tempo e espaço, podemos observar um fio condutor: a constituição de povoados e vilas a partir da demarcação de territórios e proteção de fronteiras pelos militares portugueses. A alguns desses militares são conferidos os cargos das primeiras Câmaras das localidades do Rio Grande de São Pedro, não pela sua condição de militar, mas porque ao longo da história tornaram-se parte das elites socioeconômicas locais e atenderam os critérios para ocupação de um cargo na Câmara. Segundo Comissoli (2006, p. 21), os *homens bons* (assim eram chamados os indivíduos ocupantes de cargo na Câmara), deveriam ter idade superior a 25 anos, casados ou emancipados, católicos, sem nenhuma “impureza de sangue” (mestiçagem racial) e proprietários de terra. Esse é, portanto, o perfil social que predomina nos escreventes dos documentos que compõem o *corpus* deste trabalho, acrescido de professor, oficial de justiça e delegado. Na próxima seção, discorreremos sobre o tratamento desses documentos, sob a perspectiva da Filologia, no âmbito da Crítica Textual, envolvendo a transcrição e tipo de edição para a descrição do *corpus*.

2. Descrição do *corpus*

No âmbito do estabelecimento de *corpora* diacrônicos para o estudo da variação e mudança linguística no passado, o contributo da Filologia é essencial. Mattos e Silva (2008, p. 40) assinalou “a importância da Filologia, no sentido estrito, de edições de textos confiáveis para os estudos linguísticos do passado”, fundamentais à constituição de *corpora* representativo de sincronias pretéritas, por isso a importância de edições conservadoras. Nesse sentido as linguistas Nevalainen e Raumolin-Brunberg (2012, p. 28), também acentuam a importância da experiência filológica na interpretação, edição e paleografia de textos para a Sociolinguística Histórica, dada a necessidade de edições confiáveis de textos manuscritos que forneçam dados acessíveis à comunidade acadêmica. Além disso, nos últimos anos, Lose e Souza (2020, p. 12) pontuaram que, nos estudos sobre variação e mudança linguística, a “Filologia não é apenas uma ciência ancilar, auxiliar, um suporte para o estudo linguístico, mas de modo costumaz, as condições de produção para a proposição de variáveis sociais e históricas para a pesquisa”.

Desse modo, diante da problemática do material linguístico histórico escasso, fragmentário e em condições de preservação aquém do exigido (CONDE-SILVESTRE, 2007) somado ao fato da ausência de informações sobre os escreventes, a edição de manuscritos como documentação direta ou indireta da pesquisa permite o estabelecimento de variáveis sócio-históricas desde o nível paleográfico até o exame meticuloso da ordem gráfica, indispensável à transcrição dos documentos. Por isso, nas edições dos documentos que compõem o *corpus*, há uma preocupação em apontar nas notas de modo

fidedigno as mudanças de punho e condições do suporte que intervêm na leitura do texto⁸. Do mesmo modo, entender a estrutura do texto para classificá-lo em tipologia documental é fundamental. À luz dessas considerações, apresentamos o *corpus* do trabalho.

O *corpus*

O nosso arquivo é constituído de 113 documentos oitocentistas públicos, não-literários, manuscritos de diferentes tipologias coletados em arquivos e museus das cidades de Santa Maria, Santana do Livramento, Rio Pardo e Dom Pedrito e escrito por fiscal, professor, professora, oficial de justiça, delegado, administrador, carregador, zelador, pedreiro, escrivão, subintendente, inspetor escolar, secretário, militares. O material foi fotografado, transcrito de acordo com as normas de edição de Cambraia (2005) e foi depositado no arquivo intitulado “Português Histórico do Rio Grande do Sul (PHRS)” no âmbito dos projetos de pesquisa “Português Antigo do Rio Grande do Sul: língua e história” e “Sócio-história Linguística do Rio Grande do Sul: manuscritos oitocentistas e novecentistas”, desenvolvidos na Universidade Federal de Santa Maria.

Os procedimentos metodológicos adotados para o tratamento do *corpus* são:

- (a) seleção e contato com as instituições detentoras de registros escritos do português: museus, arquivos históricos, dentre outros;
- (b) coleta dos documentos através de fotografia digital;
- (c) transcrição ortográfica dos documentos;
- (d) seleção e categorização dos textos obedecendo aos seguintes critérios: localidade, data e tipo de produção escrita (documento notarial, cartas oficiais, cartas pessoais, textos jornalísticos).

Todos os documentos do *corpus* foram transcritos em edições conservadoras, diplomática e semidiplomática que preservam as características do texto. Para Cambraia (2005), na edição diplomática, é realizada a transcrição rigorosamente conservadora de todos os elementos presentes no texto, enquanto na edição semidiplomática podem ser realizados a o desenvolvimento de sinais abreviativos, inserções ou supressões por conjectura, sempre explicitamente sinalizados. Nas edições diplomáticas dos documentos⁹, são transcritos como no original: diacríticos, acentuação, pontuação, maiúsculas e minúsculas, ortografia, separação vocabular indevida e abreviaturas. As linhas são numeradas de cinco em cinco; caracteres de leitura impossível são precedidos pela cruz, sendo número de caracteres ilegíveis indicado por pontos; já os caracteres de leitura duvidosa são transcritos entre parênteses; e caracteres apagados, entre colchetes uncinados. Por fim, a mudança de fôlio é informada

⁸ Para mais detalhes, conferir as edições realizadas por Keller e Costa (2019).

⁹ Os documentos de Santa Maria, Santana do Livramento e Dom Pedrito seguiram as normas para edição diplomática, ao passo que os documentos de Rio Pardo seguem as normas para a edição semidiplomática.

na margem direita superior; bem como qualquer outra particularidade é também informada em nota. Quanto à edição semidiplomática, aplicam-se as mesmas orientações, exceto aos sinais abreviativos que são desenvolvidos, transcrevendo em itálico os acréscimos à abreviação.

A categorização dos documentos, por sua vez, segue a proposta de Bellotto (2002) para tipologia documental. De acordo com a autora (2002, p. 28), o tipo documental “será sempre correspondente à espécie anexada à atividade concernente e vale como conjunto documental representativo da atividade que caracteriza”. Dessa forma, o tipo documental pode corresponder à atividade administrativa de uma instituição como é o caso dos documentos públicos que compõem o *corpus*. Localizamos os seguintes tipos documentais: ofício, recibo, mandado, termo de posse, provisão, carta patente, carta pessoal, atestado, ordem do dia, autuação, prestação de contas, mandado, proposta, boletim de ocorrência, requerimento, termo, lista, telegrama. Apesar de morosa, essa tarefa é imprescindível para a constituição de um *corpus* representativo do português do Rio Grande do Sul. É só a partir da análise das edições conservadoras que podemos fixar as variações linguísticas consoante aos procedimentos teóricos e metodológicos da Sociolinguística Histórica. Para trabalhar com a imbricada relação entre questões linguísticas e sociais e conseguir dar conta da caracterização da sincronia passada, foco deste artigo, encontramos nessa teoria aparato capaz de lidar com a variação inerente à língua e questões sociais que desempenham papel na variação e na mudança linguística.

3. Sociolinguística Histórica para a descrição das sincronias passadas

Partindo do pressuposto de que a língua é uma heterogeneidade ordenada (LABOV, 1972), a abordagem no âmbito da Sociolinguística Histórica é de que a língua é “inerentemente variável” tanto do ponto de vista sincrônico quanto diacrônico, além disso, essa variação está condicionada a fatores estruturais e sociais. Rompe-se, desse modo, a fronteira entre sincronia e diacronia quando se usa o presente para explicar o passado (Princípio do Uniformitarismo). A Sociolinguística Histórica engloba a variação e mudança, preocupação da Linguística Histórica, e aspectos da Sociolinguística, como a articulação entre fatores linguísticos e sociais.

Tanto a concepção de língua que embasa a Teoria da Variação Linguística desenvolvida por Labov, quanto a aplicação de seus métodos aos estudos diacrônicos e a construção de *corpora* desenharam a Sociolinguística Histórica. Pesquisadores como Suzane Romaine (1982) e Roger Lass (2000) vem contribuindo para desenvolver os estudos na área. No mundo hispânico, podemos citar Menéndez (1995), com “Sociolinguística Histórica”, Fernández (2005), com a obra “Historia Social de las Lenguas de Espana”, dentre outros.

Como a proposta de descrição e análise aqui desenvolvida acredita da correlação entre os processos linguísticos e fatores sociais, entendemos que essa abordagem consegue dar conta do *corpus* e dos fenômenos envolvidos. No entanto, lidar com as variáveis sociais, por vezes, não é tarefa fácil. Definir escolaridade e idade, por exemplo, nem sempre é possível de maneira direta, se compararmos com pesquisas sociolinguísticas que investigam a língua falada, ou seja, de cunho

sincrônico. É comum encontrarmos documentos antigos sem assinatura, sem data, sem menção à escolaridade ou idade do escrevente, por isso, muitas vezes, a definição das variáveis sociais, no nosso entender, se dá através de propostas metodológicas específicas para cada *corpus*.

Diante desse cenário, estudiosos como Marquilhas, Kajita, Barbosa propuseram alternativas para resolver as questões metodológicas no âmbito da Sociolinguística Histórica. Monaretto (2021), Borges e Keller (2020), Moreira e Costa (2020), Costa e Pereira (2020), dentre outros, desenvolveram trabalhos sobre o português do Rio Grande do Sul de sincronias pretéritas, apresentando algumas propostas metodológicas para variáveis linguísticas e variáveis sociais.

Em nosso trabalho, lançamos mão, especificamente, da correlação entre a descrição dos fenômenos linguísticos e a tipologia documental. Na próxima seção, portanto, descrevemos e analisamos os fenômenos linguísticos de ordem grafo-fonética para, em seguida, propormos uma caracterização do português oitocentista que entendemos ser possível considerando os projetos desenvolvidos e arquivos constituídos até o momento.

4. Descrição e análise de dados

Nos estudos sobre a variação e mudança linguísticas a partir de dados de textos de sincronias passadas, variantes gráficas podem ser interpretadas como reflexo da fala, indiciando fenômenos fonológicos, tal como é proposto em Lass (2000), Monaretto (2005), Telles e Lose (2010), Keller e Costa (2014), Nasi (2016), Ribeiro (2018) entre outros. Em nosso trabalho, consideramos os seguintes fenômenos acompanhados de exemplos retirados do *corpus*: harmonia vocálica (*recibido, istima, intiligencia*), abaixamento vocálico (*matricolado, circunstancia, vertude*), alçamento sem motivação aparente (*tizorero, duado, vereança*), elisão (*d'aquela, n'uma, d'outro, D'Araujo*), metátese (*persente, percalços*), monotongação (*tizorero, trose*), ditongação (*Conseilho*) e epêntese (*adeministrar*).

A partir da classificação dos documentos em tipologias documentais, organizadas de acordo com as cidades em que foram coletadas, dispomos o número de ocorrência dos fenômenos linguísticos sobreditos:

Quadro 1: Santana do Livramento (32 documentos)

	Carta pessoal	Carta patente	Atestado	Ordem do dia
Elisão		2	2	18
Harmonia vocálica				12
Alçamento			1	24
Abaixamento	1			137

Fonte: elaboração das autoras.

Quadro 2: Santa Maria e Dom Pedrito (53 documentos)

	Recibo	Carta	Autuação	Prestação de contas	Mandado
Elisão	2				
Harmonia vocálica	2			1	
Alçamento				1	
Abaixamento	1	3	1		1

Fonte: elaboração das autoras.

Quadro 3: Santa Maria e Dom Pedrito (53 documentos)

	Proposta	Boletim de ocorrência	Requerimento	Termo	Lista	Telegrama
Elisão	1		1	2	3	2
Harmonia vocálica						
Alçamento			1			1
Abaixamento	2		4	2	1	

Fonte: elaboração das autoras.

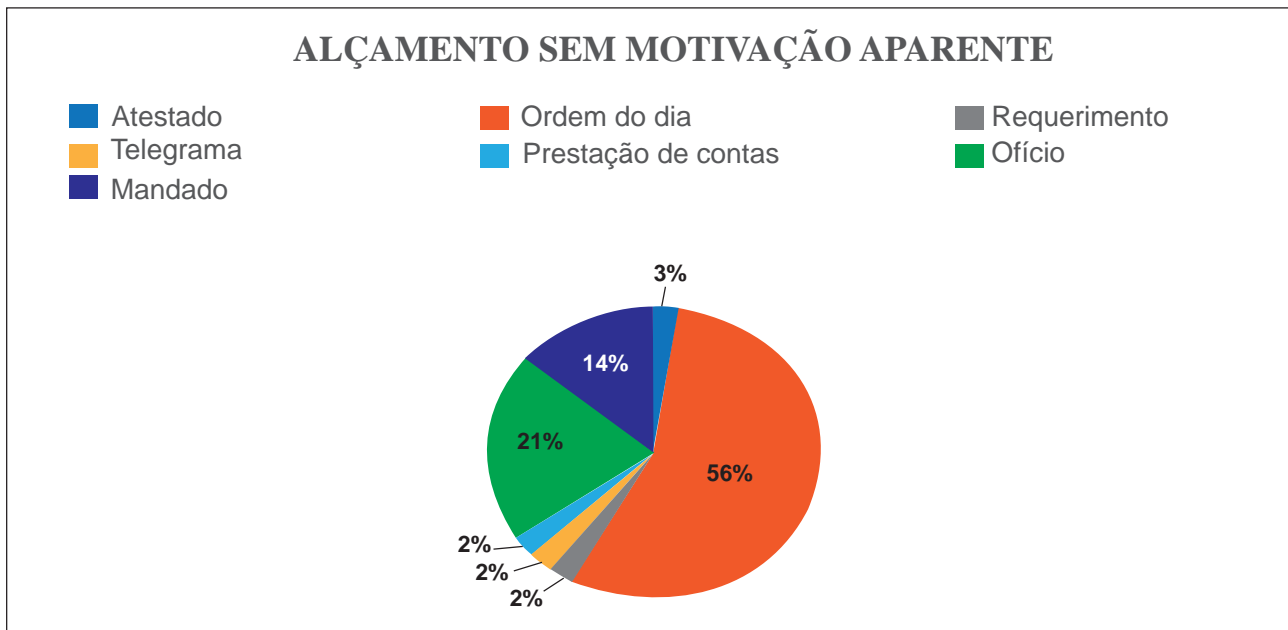
Quadro 4: Rio Pardo (28 documentos)

	Ofício	Recibo	Mandado	Termo de posse	Provisão
Alçamento	9		6		
Abaixamento	14	1	10	3	8
Metátese			1		1
Epêntese				1	
Monotongação	1				
Ditongação	6				

Fonte: elaboração das autoras.

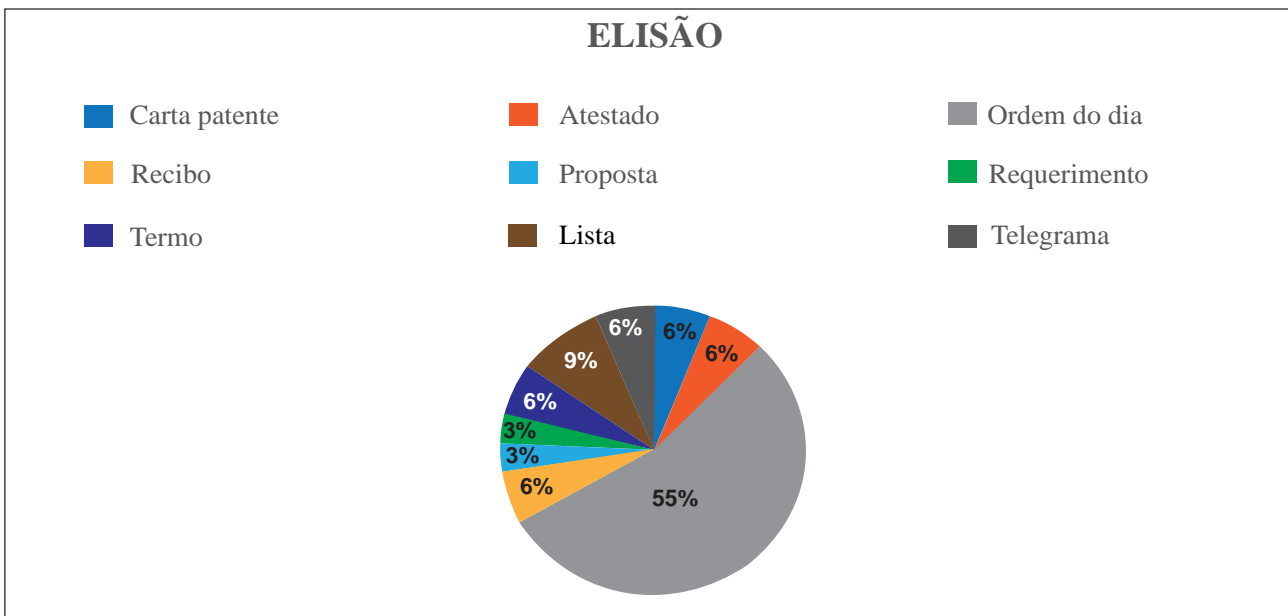
Os dados de epêntese, monotongação e ditongação só foram encontrados nos textos de Rio Pardo e em pequeno número. Por conta disso, não serão analisados. Os resultados da análise indicam que há maior número de ocorrências de alçamento sem motivação aparente, abaixamento vocálico, harmonia vocálica e elisão nas ordens do dia, conforme os gráficos a seguir:

Gráfico 1: Ocorrências de alçamento sem motivação aparente segundo a tipologia.



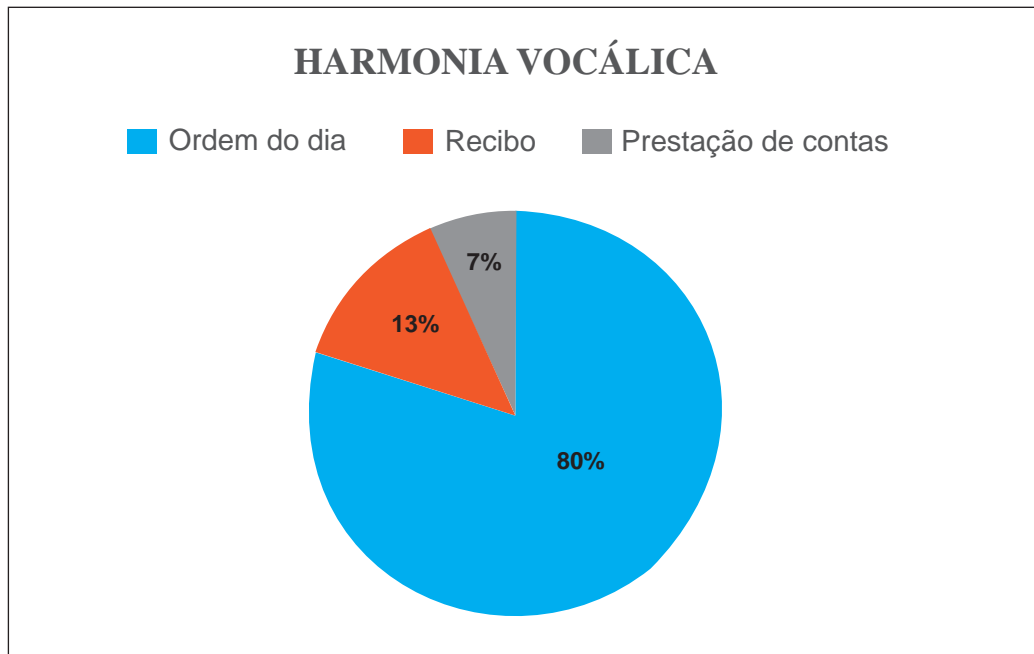
Fonte: elaboração das autoras.

Gráfico 2: Ocorrências de elisão segundo a tipologia.



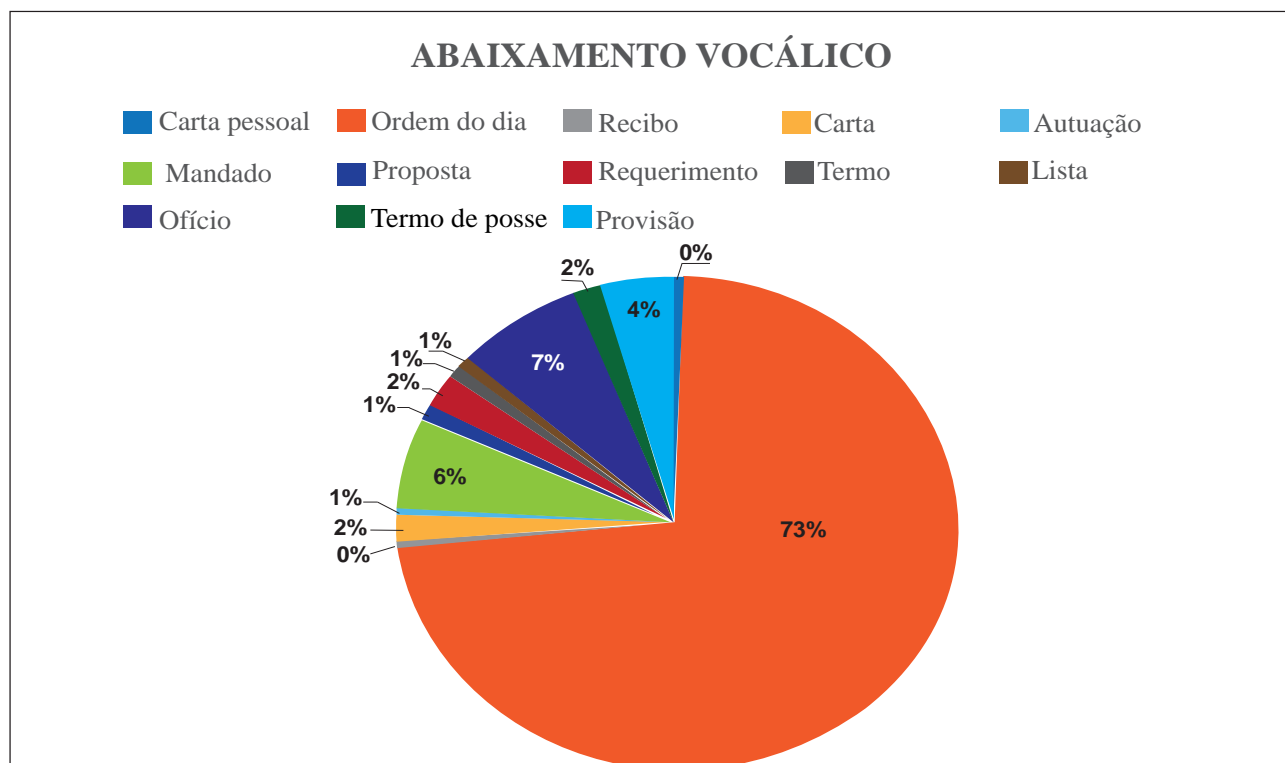
Fonte: elaboração das autoras.

Gráfico 3: Ocorrência de harmonia vocálica segundo a tipologia.



Fonte: elaboração das autoras.

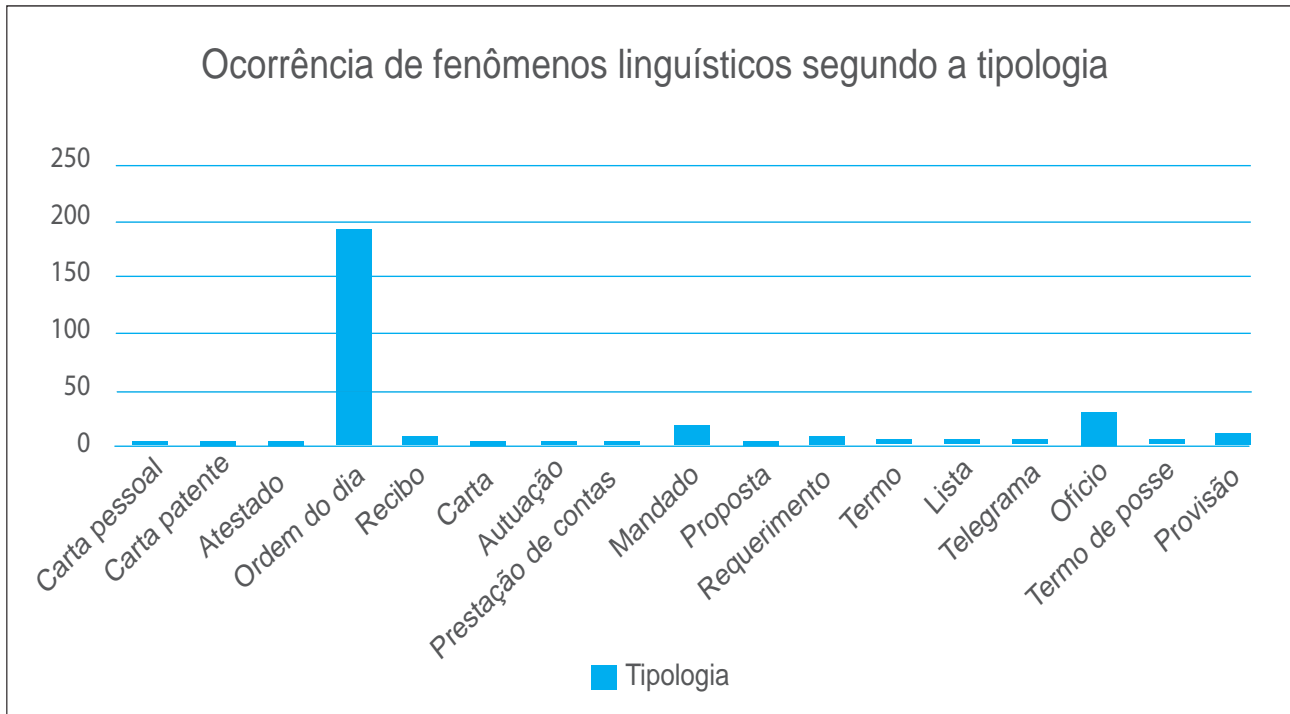
Gráfico 4: Ocorrências de abaixamento vocálico segundo a tipologia.



Fonte: elaboração das autoras.

Se considerarmos todos os fenômenos linguísticos de ordem grafo-fonética a partir das tipologias presente no *corpus*, a maior incidência é sobre a ordem do dia e o ofício:

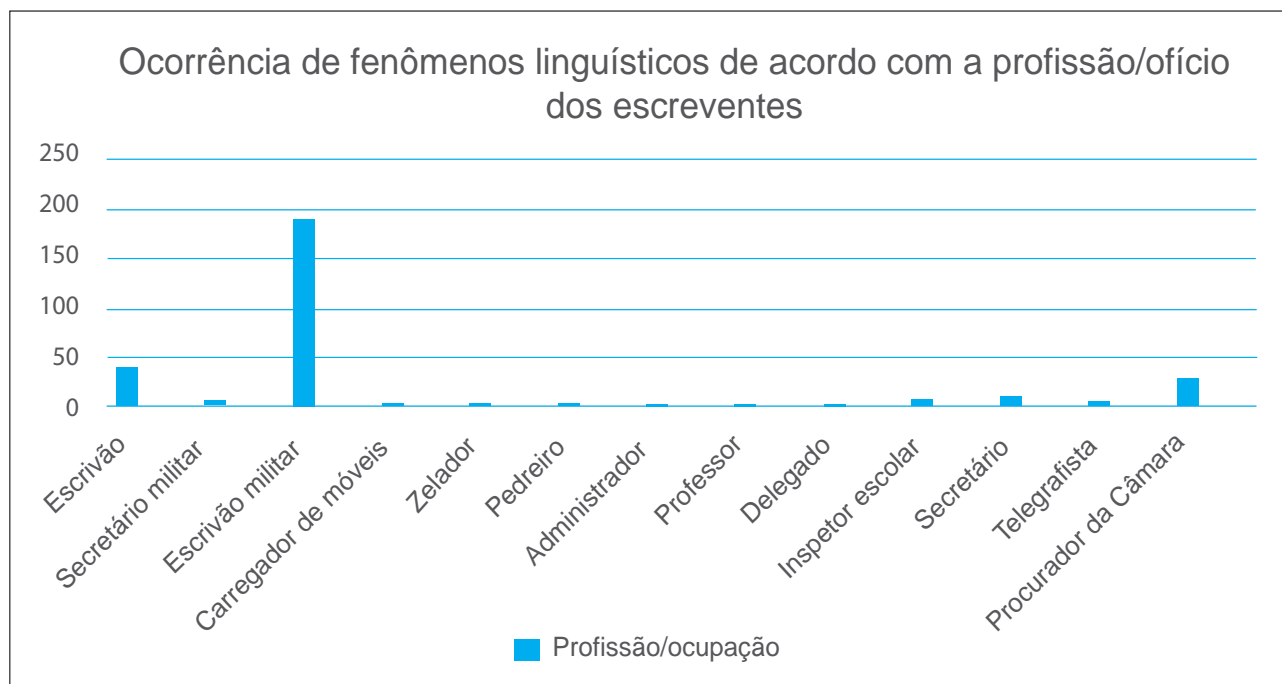
Gráfico 5: Quadro geral da ocorrência de fenômenos linguísticos segundo a tipologia.



Fonte: elaboração das autoras.

Pereira (2017), ao analisar os documentos de Santa do Livramento notou que as tipologias de caráter descritivo-narrativo apresentam maiores condições para a ocorrência de formas que podem representar fenômenos fonológicos. De acordo com a pesquisadora, as ordens do dia, apesar de sua estrutura fixa, permitem a exposição de diversos temas de forma descritivo-narrativa, enquanto a ausência de fenômenos fonológicos acontece em tipologias com fórmulas pré-prontas e textos modelares. (PEREIRA, 2017, p. 90). Ao ampliarmos a análise a um *corpus* maior, pudemos verificar a mesma relação de gradiência, inspirada em Romaine (1972), qual seja, documentos de caráter narrativo apresentam uma “permeabilidade” maior a fenômenos fonológicos.

Para verificarmos o papel da variável profissão, fizemos um cruzamento entre a ocorrência dos fenômenos presentes no *corpus* e a profissão/ofício dos escreventes.

Gráfico 6: Quadro geral da ocorrência de fenômenos linguísticos segundo a profissão.

Fonte: elaboração das autoras.

Os dados nos revelaram que há maior ocorrência de fenômenos linguísticos na escrita do escrivão militar, escrivão, Procurador da Câmara e secretário, precisamente, os responsáveis pela redação da ordem do dia, ofícios e mandados. Há uma correlação entre profissão e tipologia documental que se mostra muito importante quanto à ocorrência de elisão, harmonia vocálica, abaixamento e alçamento, os fenômenos variáveis mais recorrentes no nosso *corpus*. É fato que as ocupações fortemente ligadas ao ato de escrever diário produzem um número maior de textos que se mostraram mais suscetíveis à variação.

É interessante notar que, principalmente no período colonial, não há menção ao pré-requisito de possuir conhecimento de língua portuguesa para exercer os cargos sobreditos. Segundo Melo (2006), no período colonial para exercer o ofício de secretário, era obrigatório possuir boa letra, ser “homem de segredo” e “limpo de sangue”, entretanto, o conhecimento referente à organização dos papéis que passavam em suas mãos não constava como requisito básico. Se lançarmos mão dos aspectos filológicos dos textos, podemos dizer que todos são escritos em letra cursiva, traço e pauta em equilíbrio, módulo regular, sem quaisquer indicações de inabilidade de escrita. Quanto aos cargos de escrivão e procurador, como já foi mencionado no início deste trabalho, para exercer tais cargos na Câmara, por exemplo, bastava ter idade superior a 25 anos, ser casado ou emancipado, católico, sem nenhuma “impureza de sangue” (mestiçagem racial) e proprietários de terra, ou seja, não há nenhuma exigência para exercer as profissões vinculadas ao ato de escrever, tampouco determinações para usar normas específicas para a escrita de um determinado documento, obedecendo padrões de uso da

língua portuguesa. Nesse sentido, em textos de caráter descritivo-narrativo tendem a aparecer grafias que representem variações como um reflexo da fala.

Observamos, inclusive, a mesma variação em textos de escreventes cujas profissões não apresentam aproximação com a escrita, tais como zelador e pedreiro, ou que a escrita não ocupa espaço importante no seu fazer diário, como administrador e delegado.

Estamos, pois, diante do seguinte cenário: (a) os documentos que apresentam o maior número de ocorrências de fenômenos variáveis são as tipologias caracterizadas por serem mais narrativas; (b) os escreventes com maior aproximação com a escrita apresentam mais variação e são os que mais produzem as tipologias mais narrativas; (c) não há manuais que regulem a escrita da língua portuguesa no período; (d) não há exigências específicas para a formação dos profissionais responsáveis por redigir os documentos oficiais da época; (e) encontramos a mesma variação em textos produzidos por escreventes com menos experiência com o ato de escrever.

A reconstrução aqui apresentada foi condição necessária para caracterizarmos a sincronia pretérita proposta sob o arcabouço da Sociolinguística Histórica. Apenas com a construção de um *corpus* com edições conservadoras, com o levantamento dos fenômenos, com a observação das correlações entre esses fenômenos com a tipologia documental e a profissão dos escreventes foi possível empreender generalizações que dessem conta dos documentos pertencentes ao PHRS. Isto é, através dos pressupostos da teoria, pudemos entender as relações entre os fenômenos variáveis e os aspectos sociais. A reconstrução histórica que desenha a ocupação do território do Rio Grande do Sul foi muito importante para entendermos o perfil do escrevente que constitui o nosso *corpus*. As pessoas que preenchiam os critérios para ocupar cargos públicos, tais como procurador, escrivão e secretário, ocupações diretamente ligadas ao ofício de escrever, eram os militares. Esses detentores de cargos públicos não recebiam treinamento algum para exercerem suas funções e não havia manual ou regramento da língua portuguesa a ser seguido, por isso produziam os tipos textuais mais permeáveis aos fenômenos estudados aqui, textos descritivos-narrativos. Esse é o perfil do nosso escrevente, intimamente vinculado à formação das cidades que fazem parte do PHRS.

Conclusão

Este trabalho empreendeu descrição e análise de fenômenos linguísticos variáveis, quais sejam, harmonia vocálica, abaixamento, alçamento e elisão, presentes nos *corpora* que constituem o projeto PHRS que, desde 2011, coleta, transcreve, analisa e torna públicos documentos manuscritos produzidos no Rio Grande do Sul no séc. XIX e início do séc. XX. Decisões metodológicas de cunho filológico foram delineadas no sentido de produzir transcrições conservadoras dos textos, necessárias para dar conta do levantamento da variação estudada e de aspectos paleográficos importantes inclusive para observar características dos escreventes. Com a empreitada de aprofundar a análise, levando em conta o contexto sócio-histórico e a estreita relação que entendemos existir entre fenômenos variáveis e aspectos sociais, lançamos mão da Sociolinguística Histórica e de seu arcabouço teórico, que permite

averiguar as correlações entre variáveis linguísticas e sociais, questões muito importantes estudadas no projeto Português Antigo do Rio Grande do Sul: língua e história.

Pudemos demonstrar que o contexto histórico teve forte influência no perfil dos escreventes no período, determinando que pessoas poderiam ocupar os cargos públicos voltados para o ato de escrever como profissão. Verificamos que não havia exigências específicas voltadas para conhecimento gramatical, tampouco manuais ou qualquer regramento nesse sentido. Identificamos que a correlação entre as profissões escrivão, procurador e secretário e as tipologias textuais ordem do dia, ofício e mandado, tipos nos quais predomina a narração, tem um importante papel na ocorrência dos fenômenos variáveis em questão. Um olhar mais amplo sobre os documentos nos permitiu caracterizar a produção escrita do séc. XIX no estado do Rio Grande do Sul.

Referências

BARBOSA, Antonio. O controle de marcas de inabilidade na escrita alfabética e a identificação das mãos inábeis em corpora histórico-diacrônicos. *Revista da ABRALIN*, v.16, n. 2, pp. 19-43, 2017.

BELÉM, João. *História do Município de Santa Maria 1797-1933*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2000.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

BELTRÃO, Romeu. *Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho*. Canoas, RS: Ed. La Salle, 1979.

BORGES, Paulo Ricardo Silveira; KELLER, Tatiana. Proposta metodológica de descrição e análise de fenômenos variáveis em textos históricos na perspectiva da Sociolinguística Histórica. *Letras*, n. 60, pp. 51-76, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/42608>. Acesso em: 06 mar. 2023.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul. Período Colonial*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970.

COMISSOLI, Adriano. Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808). 2006. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

CONDE SILVESTRE, Juan Camilo. *Sociolinguística Histórica*. Madrid: Gredos, 2007.

COSTA, Evelyne Patricia F. de Sousa; LANDHERR, Leici; ARNEMANN, Aline; PEREIRA, Veridiana; MILANI, V. Banco de dados de textos escritos: português histórico do Rio Grande do Sul. In: SILVA, José Pereira da. (org.). *Crítica Textual e Edição de Textos Interagindo com Outras Ciências*. Curitiba: Appris, 2012.

COSTA, Evelyne Patricia F. de Sousa; PEREIRA, Veridiana. Documentos oficiais: desafios para a Sociolinguística Histórica. *Expressão*, Santa Maria, v. 2, 2016.

COSTA, Evellyne Patricia F. de Sousa; KELLER, Tatiana. Português Histórico do Rio Grande do Sul: fontes para pesquisa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, v. 153, pp. 37-51, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihgrgs/article/view/76447/45400>. Acesso em: 04 mar. 2023.

COSTA, Evellyne Patricia F. de Sousa; PEREIRA, Veridiana. Manuscritos do séc. XIX: processos fonológicos ontem e hoje. *Polifonia: estudos da linguagem*, v. 26, pp. 119-41, 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/7330>. Acesso em: 04 mar. 2023.

COSTA, Evellyne Patricia F. de Sousa; LANDHERR, Leici. Abreviaturas em Cartas do Século XIX: uma Proposta de Análise via Fonologia Métrica. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 17, pp. 95-111, 2019.

COSTA, Evellyne Patricia F. de Sousa; PEREIRA, Veridiana. Caracterização do português do séc. XIX em documentos de Santana do Livramento: indícios de fenômenos fonológicos e discussão de variáveis sociais. In: BRESCANCINI, Cláudia; MONARETO, Valéria. (org.). *Sociolinguística no Brasil: textos selecionados*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020, v. 1, pp. 1-11.

COSTA, Evellyne Patricia F. de Sousa; LANDHERR, Leici. A variação gráfica em manuscritos oitocentistas da câmara municipal de Rio Pardo. *Revista Letras*, Santa Maria, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/42769>. Acesso em: 04 mar. 2023.

FERNÁNDEZ, Francisco Moreno. *Historia Social de las Lenguas de Espana*. Barcelona: Ariel, 2005.

FERREIRA, Jurandy Pires. *Enciclopedia dos Municipios Brasileiros*. Vol. XXXIII. IBGE: Rio de Janeiro, 1959.

KAJITA, Angela Satomi. *A segmentação inábil: um estudo da segmentação ortográfica não canônica*. 2009. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

KELLER, Tatiana; COSTA, Evellyne Patricia F. de Sousa. A instabilidade das vogais médias pretônicas em cartas pessoais do Rio Grande do Sul do século XIX. *Web-revista Sociodiaeto*, v. 4, pp. 61-72, 2014.

KELLER, Tatiana; COSTA, Evellyne Patricia F. de Sousa. A realização variável das vogais médias pretônicas em documentos do Rio Grande do Sul do séc. XIX. In: SILVA, José Pereira da; NASCIMENTO, Luciana Marino do. (org.). *Textos da memória-a memória dos textos*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, v. 1, pp. 91-99.

KELLER, Tatiana; RIBEIRO, Tatiana Jimenes Silveira. A instabilidade do sistema vocálico e consonantal em documentos antigos do Rio Grande do Sul dos séculos XVIII, XIX e XX. *Revista Brasileira de Iniciação Científica*, v. 3, pp. 3-32, 2016.

KELLER, Tatiana; COSTA, Evellyne; COSTA, Evellyne Patricia F. de Sousa. *Rio Grande do Sul dos séculos XIX e XX: manuscritos*. Santa Maria: PPG EDITORES, 2019.

LABOV, William. On the mechanism of linguistic change. In: GUMPERZ, John; HYMES, Dell. *Directions in sociolinguistics: the ethnography of communication*. New York: Hold, Rinehart and Winstion, 1972.

LASS, Roger. *Historical Linguistics and language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

LAZZAROTTO, Danilo. *História do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora Unijuí, 2001.

LOSE, Alicia Duhá; SOUZA, Arivaldo Sacramento. de. Para uma filologia na pesquisa em linguística histórica. *Letras*, n. 60, pp. 11-32, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/42058>. Acesso em: 06 mar. 2023.

MAESTRI, Mario. *Breve História do Rio Grande do Sul: da Pré-História aos dias atuais*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2010.

MARQUILHAS, Rita. *A Faculdade das Letras: Leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: IN-CM, (Filologia Portuguesa), 2000.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Teoria(s) da mudança e a sua relação com a(s) história(s) da(s) língua(s). *Linguística. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, Porto, v. 3, n. 1, pp. 39-53, 2008.

MELO, Josemar Henrique. *A ideia de arquivo: a secretaria de governo da capitania de Pernambuco (1687-1809)*. Tese (Doutorado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2006.

MENÉNDEZ, Francisco Gimeno. *Sociolingüística Histórica*. Madrid: Visor, 1995.

MIRANDA, Marcia Eckert. *Continente de São Pedro: Administração Pública no Período Colonial*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS/ Ministério Público do Estado do RS/ CORAG, 2000.

MONARETTO, Valéria. O estudo da mudança de som no registro escrito: fonte para o estudo da fonologia diacrônica. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 40, n. 3, 2005.

MOREIRA, Leici Landherr. *Hiposegmentações em manuscritos oitocentistas da Câmara Municipal de Rio Pardo (RS)*. 2019. 199 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

NASI, Roberto Francisco. *Elevação das Vogais Médias Pretônicas no Português Sul-Riograndense: retrato oitocentista e alternativa de interpretação do grafema como índice fonético/fonológico*. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

NEVALAINEN, Terttu.; RAUMOLIN-BRUNBERG, Helena. Historical Sociolinguistics: Origins, Motivations, and Paradigms. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, Juan. Manuel; CONDE SILVESTRE, Juan Camilo. *The Handbook of Historical Sociolinguistics*. Oxford: Blackwell, 2012, pp. 22-40.

PEREIRA, Veridiana Veleza. *Caracterização da língua portuguesa da segunda metade do século XIX na região da fronteira (Santana do Livramento/Rivera)*. 2017. 98 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

RIBEIRO, Tatiana Jimenes Silveira. *Variação das vogais médias pretônicas em textos antigos: contribuições da teoria neogramática e da difusão lexical*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

ROMAINE, Suzanne. *Socio-Historical Linguistics*. Cambridge: Cambridge Press, 1982.

SANTIAGO, Huda da Silva. *Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de “mãos cândidas” do sertão baiano*. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

SIMIONI, Taíse; COSTA, Evellyne Patricia F. de Sousa. Processos morfossintáticos em manuscritos oitocentistas e novecentistas no Rio Grande do Sul. *Revista Philologus*, v. 26, pp. 181-200, 2020.

TELLES, Célia Marques; LOSE, Alícia Duhá. Escrita e fala: o que nos ensinam os textos não literários. *Línguas & Letras*, v. 11, pp. 1-19, 2010.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1997.

VOGT, Olgário Paulo; ROMERO, Maria Rosilane Zoch. (org.). *Uma luz para a história do Rio Grande: Rio Pardo 200 anos: cultura, arte e memória*. Santa Cruz: Editora Gazeta Santa Cruz, 2010.

“HÁ CRIANÇAS PORTUGUESAS QUE SÓ FALAM ‘BRASILEIRO’”: INDÚSTRIA CULTURAL, MEIOS MASSIVOS DE COMUNICAÇÃO E CONTATOS INTRALINGUÍSTICOS NO ESPAÇO VARIACIONAL LUSÓFONO A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

“THERE ARE PORTUGUESE CHILDREN WHO ONLY SPEAK ‘BRAZILIAN’”: CULTURAL INDUSTRY, MASS MEDIA, AND INTRALINGUISTIC CONTACTS IN THE VARIATIONAL SPACE OF LUSOPHONY FROM A HISTORICAL POINT OF VIEW

Virginia Sita Farias¹

RESUMO

A matéria intitulada “Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’”, publicada no *Diário de Notícias* em 10 de novembro de 2021, popularizou-se rapidamente, suscitando inúmeros debates sobre preconceito linguístico/discriminação linguística e, inclusive, xenofobia. Um tema crucial, no entanto, permaneceu pouco explorado: a questão de como a indústria cultural e os meios massivos de comunicação podem afetar as crenças e atitudes dos falantes – ou mesmo a própria língua, ao propiciar situações de contato que podem resultar em mudança linguística. Neste ensaio, partir-se-á do caso relatado pelo jornal português para discutir o papel dos meios massivos de comunicação como agentes facilitadores de contatos linguísticos. Para tanto, apresentar-se-á, inicialmente, uma breve análise do percurso histórico que levou à conformação do pluricentrismo do português, assim como ao atual sistema de interações entre variedades no espaço variacional lusófono. A seguir, serão propostas algumas reflexões sobre o impacto da indústria cultural e dos meios massivos de comunicação na difusão de determinadas variedades – tomando como exemplo o caso do português brasileiro em Portugal.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço variacional lusófono. Pluricentrismo. Contatos (intra)linguísticos. Meios de comunicação massiva.

ABSTRACT

The article published in *Diário de Notícias* on 10th November 2021, under the heading “There are Portuguese children who only speak ‘Brazilian’”, quickly became popular, and has been the subject of numerous debates on linguistic prejudice/discrimination, and even xenophobia. However, one crucial topic has received limited attention so far: The question of how the cultural industry and the mass media can affect the beliefs and attitudes of speakers – or even the language itself, by providing contact situations that can result in linguistic change. In this essay, we will start from the case which were reported by the Portuguese newspaper *Diário de Notícias* to discuss the role of mass media as facilitators of linguistic contacts. To this end, we will initially present a brief analysis of the historical path that led to the conformation of the pluricentric architecture of Portuguese, as well as the interactions between varieties in the variational space of Lusophony nowadays. Next, some reflections on the impact of the cultural industry and mass media on the spread of certain varieties will be proposed – taking into consideration the case of Brazilian Portuguese in Portugal.

KEYWORDS: Variational space of Lusophony. Pluricentrism. (Intra)linguistic contacts. Mass media.

1. Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’?

A matéria intitulada “Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’”, publicada na edição *on-line* do jornal *Diário de Notícias* em 10 de novembro de 2021², como muitos ainda devem

¹ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), virginiafarias@usp.br, <https://orcid.org/0000-0002-2991-3212>.

² Cf. LUZ, Paula Sofia. Há crianças portuguesas que só falam “brasileiro”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 10 nov. 2021. Disponível em: <https://www.dn.pt/sociedade/ha-criancas-portuguesas-que-so-falam-brasileiro-14292845.html>. Acesso em: 15 fev. 2023.

“Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’”: indústria cultural, meios massivos de comunicação e contatos intralinguísticos no espaço variacional lusófono a partir de uma perspectiva histórica

recordar, causou furor nos principais veículos de comunicação e redes sociais d’aquém e d’além mar. A reportagem do jornal português objetivava relatar a influência dos *youtubers* brasileiros sobre as crianças portuguesas – com especial ênfase no impacto que o consumo desse tipo de produto midiático tem sobre os hábitos linguísticos dos mais jovens. Porém, certas afirmações contidas no texto publicado foram consideradas, por alguns leitores, indícios de discriminação linguística ou mesmo étnica, como se observa nas seguintes passagens: “[a]o princípio, a família até achava alguma piada à forma como ele falava, às expressões brasileiras. Mas à medida que o tempo foi passando, a educadora de infância começou a preocupar-se [...], porque o menino não conseguia dizer os r’s nem os l’s”, ou “[t]odo o discurso dele é como se fosse brasileiro. [...] conta ao DN [*Diário de Notícias*] a mãe, [...], numa altura em que o pequeno seguidor de Luccas Neto já frequenta sessões de terapia da fala”³.

Entre várias outras manifestações a respeito, a matéria de 28 de fevereiro de 2022, publicada na edição eletrônica da revista *Piauí* sob o título “Na rua só oiço brasileiro”⁴, sustenta que os depoimentos de pais e mães portugueses reproduzidos na reportagem do *Diário de Notícias* – oscilantes entre a mera constatação do “problema” e a intolerância – refletiriam, ao menos em parte, discursos nacionalistas e anti-imigração – neste caso, especificamente em relação aos brasileiros –, difundidos sobretudo por grupos de ultradireita, cuja ascensão em Portugal nos últimos anos parece, lamentavelmente, acompanhar uma tendência mundial.

Os debates – por vezes acalorados – suscitados a partir da publicação da matéria do jornal português são um reflexo evidente da complexidade do tema. Porém, embora controverso, não é exatamente novo. Neves (2016, p. 114), ao discorrer acerca da percepção da variedade brasileira em terras lusitanas, admite que “[a]lguns de nós, mais inclinados para a *pureza*, reclamamos muito por causa da suposta *brasileirização* da cultura portuguesa [...]” (grifos do autor), e remata dizendo que “[...] os portugueses são, de facto, ultra-sensíveis a esta questão” (NEVES, 2016, p. 117). A constatação de Neves (2016) é reforçada, por exemplo, pelo fato de que a resistência mais ferrenha à implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (AOLP), firmado em 1990 pelos países membros da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP), tenha partido justamente de Portugal: “[p]assada a data-limite legal da obrigatoriedade definitiva do atual ‘código da escrita’

³ Ainda que muito pertinente, a análise da questão trazida à tona pela reportagem do *Diário de Notícias* tendo em vista o *discurso*, no sentido foucaultiano (BECKER, 2015, pp. 152-5), bem como o conjunto de ideias – ou *ideário* (CHAUÍ, 2012, p. 7) – por ele veiculados não será o foco deste trabalho. Para uma visão crítica das formações ideológicas que poderiam estar por trás de falas como as transcritas acima, recomenda-se recorrer, por exemplo, a Behling (2020) e Minga (2019). Em Behling (2020), apresentam-se interessantes reflexões acerca da construção dos discursos em torno aos imigrantes brasileiros em Portugal – e, principalmente, em torno à sua variedade linguística. Já Minga (2019) traça um panorama amplo e crítico da construção das representações contemporâneas do Brasil e dos brasileiros no imaginário dos portugueses, com base em textos jornalísticos publicados entre os anos de 2000 a 2005 e de 2010 a 2015. Chega à conclusão de que as representações sobre o Brasil e sua população que com mais intensidade circulam no interior da sociedade portuguesa ainda refletem uma visão colonialista, de “subalternização do outro”.

⁴ Cf. BERGAMASCHI, Mara. Na rua só oiço brasileiro. *Piauí*, São Paulo, 28 fev. 2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/na-rua-so-oico-brasileiro/>. Acesso em: 16 fev. 2023.

em Portugal há mais de ano e meio [...] persistem as vozes que se manifestam contra o AOLP (1990), pretendendo manter-se fieis às normas do regime ortográfico anterior de 1945/1973 [...]” (KEMMLER, 2016, p. 353).

A rejeição às variedades linguísticas – e, eventualmente, também às manifestações culturais – provenientes do Brasil, na medida em que estas poderiam significar algum tipo de ameaça à tradição linguística e cultural portuguesa, no entanto, parecem não encontrar respaldo nos fatos. Segundo Neves (2016, p. 123):

A pessoa tem a ideia de que, hoje em dia, quase tudo vem em português do Brasil. Ora, os programas de televisão infantis são praticamente todos dobrados em português de Portugal. Já é raro vermos produtos em português do Brasil. Nem as telenovelas são hoje brasileiras (pelo menos, na sua maioria). Quanto à língua em si, estamos cada vez mais afastados uns dos outros no que importa (com ou sem acordos). [...]

Mas, claro, quem acredita nisso vai olhar apenas para o que confirma a sua crença: se encontrar um produto que seja com embalagem em “brasileiro”, pronto, está o caldo entornado.

O breve introito acima apenas ratifica o que era já praticamente um consenso entre os leitores (ao menos entre aqueles d’aquém mar): a abordagem adotada na reportagem do *Diário de Notícias* foi pouco feliz, na medida em que se plasma, segundo o que se pôde observar, com base em uma ideologia purista, certo grau de preconceito linguístico (e/ou etnocultural) e uma boa dose de viés de confirmação. Mas, e quanto aos fatos puramente linguísticos? Seria adequado, em termos estritamente linguísticos, afirmar que as crianças portuguesas estão realmente falando “brasileiro”? Ou seriam os usos linguísticos reportados pelos pais entrevistados apenas uma consequência natural do contato entre duas variedades? E, sendo este o caso, seria possível fazer projeções a médio e longo prazo acerca do impacto que as situações de contato propiciadas pelos meios massivos de comunicação poderiam gerar em Portugal?

A fim de responder às indagações propostas, o foco, aqui, será analisar, dos pontos de vista linguístico e sócio-histórico, a questão posta da (aparente) prevalência do “brasileiro” (não só, mas principalmente) entre as crianças portuguesas – e de como isso, por várias razões, dista muito de ser um fato singular, fortuito, imprevisível ou inesperado. Buscar-se-á, em primeiro lugar, descrever brevemente o percurso histórico que levou à dinâmica de interações entre variedades percebida hoje no espaço variacional⁵ lusófono⁶ – que, no final das contas, está na origem das preocupações expostas

⁵ Ao empregar o termo *espaço variacional*, remontamo-nos ao arcabouço teórico da linguística variacional – ou linguística de variedades [*Variätenlinguistik*] – de tradição germânica (para uma definição desta corrente linguística em contraposição à sociolinguística variacionista, cf. KREFELD, 2017, pp. 14-6). Neste âmbito, o espaço variacional – ou diassistema – de uma língua histórica é entendido como o resultado das relações estabelecidas entre as dimensões de variação que conformam sua arquitetura – a dimensão diatópica, a diastrática (FLYDAL, 1952) e a diafásica (COSERIU, 1982). As variedades que conformam o espaço variacional de uma língua histórica, por sua vez, ordenam-se a partir da língua exemplar/do padrão que, neste caso, deve funcionar como uma espécie de ponto de referência para a identificação das demais variedades (KOCH; OESTERREICHER, 2011, p. 14 ss.).

⁶ O adjetivo *lusófono* – assim como, eventualmente, também o substantivo *lusofonia* – são empregados neste trabalho para designar, respectivamente: “que se utiliza do português como língua de cultura” (DUPB, 2002, s.v. *lusófono*) e “adoção do português como língua de cultura” (DUPB, 2002, s.v. *lusofonia*). Para uma discussão aprofundada das polêmicas em torno ao conceito de *lusofonia*, cf. Faraco (2012).

“Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’”: indústria cultural, meios massivos de comunicação e contatos intralinguísticos no espaço variacional lusófono a partir de uma perspectiva histórica

na matéria à qual se alude no título deste ensaio – e, a partir disso, fazer algumas reflexões acerca do papel da indústria cultural e dos meios massivos de comunicação na difusão de determinadas variedades – com especial atenção ao caso descrito.

2. Diversificação e pluricentrismo no espaço lusófono

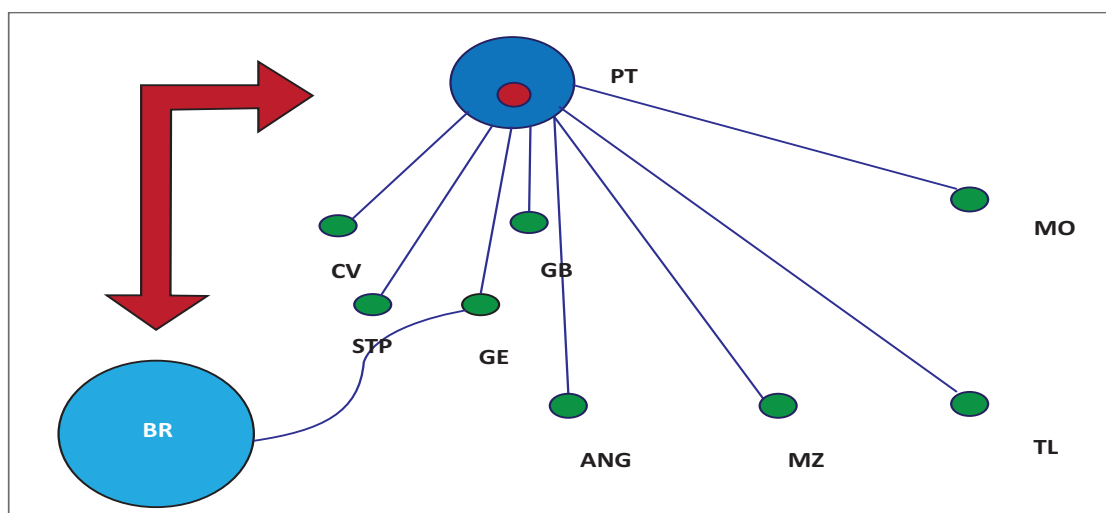
Antes de abordar propriamente a questão dos contatos (intra)linguísticos, faz-se necessária uma breve digressão sobre os processos sócio-históricos que concorreram para a emergência do pluricentrismo do português e a reordenação do espaço variacional lusófono.

A diversificação do português no Brasil – bem como na África e na Ásia – tem sido, ao longo dos anos, objeto de abundantes estudos e pesquisas⁷. Ora, essa diversificação/fragmentação do português também afetou, como não poderia deixar de ser, a língua exemplar (sobre este conceito, cf. COSERIU, 1990, 2006, 2019), acarretando, como consequência, a configuração de uma arquitetura pluricêntrica⁸. Com efeito, parece ser consensual a ideia de que o português poderia classificar-se como uma língua pluricêntrica (BAXTER, 1992; PÖLL, 2001, 2005, pp. 79-88; OLIVEIRA, 2016; SILVA, 2016, 2017, 2018), cujos principais centros de irradiação normativa seriam, respectivamente, Brasil, pela supremacia demográfica, e Portugal, por sua anterioridade histórica (SILVA, 2017, p. 321). O gráfico de Oliveira (2016), reproduzido abaixo, esquematiza, de forma muito didática, a situação do pluricentrismo do português – bem como as relações entre as variedades mais ou menos centrais constituídas no âmbito da lusofonia:

⁷ Sobre a história do português no Brasil, cf., por exemplo, Teyssier (2014, pp. 93-116) e Faraco (2019, pp. 95-175). Acerca das divergências entre o português no Brasil e em Portugal, cf. Tarallo (1993), Castilho (2008), Bagno (2001, 2011), Lucchesi (2012a), Galves e Kroch (2016). Para uma discussão acerca da diferenciação e formação do português no Brasil, cf. Baxter e Lucchesi (1997), Matos e Silva (2004), Lucchesi (2012b), Bonvini (2014), Callou e Brandão (2016), Bortoni-Ricardo (2021). Para uma visão geral acerca das lacunas e dos campos ainda por explorar no que concerne à diversificação e formação do português no Brasil, cf. Noll (2004), Lins (2009), Matos e Silva (2012), López Serena (2021).

⁸ A primeira menção escrita ao termo *pluricêntrico* costuma ser atribuída a Stewart (1968, p. 16), em um manuscrito que, muito provavelmente, já havia começado a circular no meio acadêmico alguns anos antes (AUER, 2013, p. 18). Sua difusão e popularização, no entanto, ficou a cargo, sobretudo, de Kloss (1967, 1978). Desde então, tem havido inúmeros debates em torno ao problema do pluricentrismo, a começar pelas clássicas contribuições reunidas em Clyne (1992a). Outros nomes importantes são Ammon (1995), Pöll (2005) e Muhr (2012, 2013a, 2016). Neste trabalho, para fins de simplificação – ainda que sem ignorar seus limites (para uma discussão a respeito, cf., por exemplo, PÖLL, 2012; MEISNITZER, 2019; FARIAS, 2024) –, remeter-se-á à definição de Clyne para falar de *línguas pluricêntricas*: “languages with several interacting centres, each providing a national variety with at least some of its own (codified) norms” (CLYNE, 1992b, p. 1). Ao utilizar a expressão “arquitetura pluricêntrica”, faz-se referência, portanto, a uma língua histórica em cujo âmbito convivem dois ou mais estândares (línguas exemplares), cada um(a) deles(as) com seu próprio espaço variacional/diassistema.

Figura 1: Sistema de estândares do português



Fonte: Oliveira (2016, p. 38)

De acordo com o esquema acima, a variedade brasileira seria, hoje, a de maior peso e alcance no espaço lusófono⁹. O fator demográfico, conforme o assinalado *ad supra*, é um dos principais responsáveis pelo status atribuído à variedade nacional. Nesse sentido, convém recordar que o Brasil concentra, atualmente, mais de 75% do total de falantes nativos da língua portuguesa no mundo. Contudo, é obvio que tanto a importância política e econômica de um país no cenário internacional quanto o chamado *soft power* também podem contar muitos pontos a favor de uma língua e/ou de uma variedade linguística. Tais fatores, ao lado do demográfico, despontam como fortes aliados da variedade brasileira na atual configuração do pluricentrismo do português (cf. seção 3).

A facilmente perceptível “vantagem” da variedade brasileira frente à portuguesa no âmbito de um “bicentrismo” relativamente simétrico¹⁰ tem, evidentemente, várias consequências tanto no

⁹ Não obstante, a variedade de Portugal continua sendo até os dias de hoje a que maior influência exerce entre os países africanos e asiáticos onde o português é língua oficial ou cooficial – nominalmente, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, Guiné Equatorial e China (Macao) (OLIVEIRA, 2016, pp. 36-9). Relativamente à preponderância da variedade europeia na África e na Ásia, deve-se fazer, porém, uma ressalva: há algumas variedades que, como consequência da implementação de políticas linguísticas, vêm ganhando cada vez mais força. São os casos, notoriamente, de Angola (BANZA, 2015; SANTOS, 2018), Moçambique (MAPASSE, 2017) e Timor-Leste (BATORÉO; CASADINHO, 2009; BATORÉO, 2016b). Em vista disso, Oliveira (2016) projeta, já para meados do século XXI, uma mudança importante na configuração do pluricentrismo do português, que, de língua eminentemente “bicêntrica”, passaria a ser, de fato, pluricêntrica, sobretudo a partir da consolidação dos estândares angolano e moçambicano.

¹⁰ Sobre o papel das relações estabelecidas entre língua-identidade-poder na configuração de situações pluricêntricas mais ou menos simétricas, cf. CLYNE (1992c). Um exemplo prototípico de pluricentrismo (“bicentrismo”) simétrico costuma ser o da língua inglesa (CLYNE; SHARIFIAN, 2008): sua apregoada simetria pode ser explicada, em parte, pela consolidação de uma tradição lexicográfica própria nos Estados Unidos ainda em meados do século XIX (LANDAU, 2001, pp. 43-97; LARA, 1996, pp. 47-66). O pluricentrismo do português, no entanto, embora seja, de fato, mais simétrico que o do espanhol ou o do francês (PÖLL, 2012), ainda não é equiparável ao do inglês. Algumas das razões para que isso ocorra serão comentadas nos próximos parágrafos.

“Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’”: indústria cultural, meios massivos de comunicação e contatos intralinguísticos no espaço variacional lusófono a partir de uma perspectiva histórica

Brasil como em Portugal. Concentremo-nos, nesta seção, na situação do lado de cá do Atlântico. É ponto pacífico, por exemplo, que a variedade europeia, há bastante tempo, vem encontrando escassa ressonância no Brasil (FARACO; ZILLES, 2017, p. 168; FARACO, 2019, p. 118). Além disso, as variedades brasileira e europeia do português parecem ficar – ao menos na percepção dos falantes deste lado do oceano – paulatinamente mais distantes, o que se comprova, por exemplo, mediante a prática recorrente de legendagem e dublagem de obras audiovisuais portuguesas veiculadas no Brasil (SILVA, 2017, pp. 328-9). Esse distanciamento entre as variedades brasileira e europeia do português, do ponto de vista sócio-histórico, pode ser explicado, entre outros, pelos seguintes fatores:

a) Organização de uma clássica colônia de exploração. Durante o primeiro período da colonização (séculos XVI e XVII), desenvolveu-se, na região Nordeste, uma economia basicamente agrícola e escravagista. Já o segundo período da colonização, iniciado no final do século XVII, foi marcado pelo chamado ciclo do ouro, que impulsionou o deslocamento populacional em direção ao centro-sul do país, e culminou com a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763 (sobre a história colonial do Brasil, cf. MESGRAVIS, 2018). O tipo de colonização empreendida pela Coroa Portuguesa – que, via de regra, não foi acompanhada de políticas linguísticas explícitas¹¹ – redundou na distribuição desigual do português – que até o século XVIII era predominante somente no Nordeste do território que hoje se conhece como Brasil – e na sua difusão diassistemática relativamente tardia, eventualmente “de baixo para cima”¹² (FARACO, 2019, pp. 144-9).

b) Escassez de produção literária/intelectual. Uma das principais diferenças entre a colonização espanhola (a esse respeito, cf. MUÑOZ MACHADO, 2019) e a portuguesa no chamado “Novo Mundo” concerne à vida cultural. A Coroa Portuguesa encarregou-se de obstaculizar tanto quanto fosse possível o desenvolvimento das Letras na sua então colônia¹³, proibindo, por exemplo, durante quase todo o período colonial, a publicação de livros e jornais. Foi preciso esperar até o século XIX para que a transferência compulsória da Corte para o Rio de Janeiro em 1808 começasse a ter efeitos na vida cultural do Brasil colônia, com a fundação de uma academia de arte e de um teatro de ópera, a chegada da imprensa, a fundação das primeiras faculdades de direito e medicina etc.

c) Ausência de uma instituição normativa centralizada. Na esteira das academias da Itália, da França e da Espanha, fundou-se, em 1779, a Academia Real das Ciências de Lisboa (atual Academia

¹¹ Uma rara exceção foi a decisão do primeiro-ministro português, Marquês de Pombal, de proibir, em 1757, o ensino das línguas gerais. A medida, contudo, não surtiu o efeito esperado, uma vez que, se, por um lado, o português, de fato, conseguiu suplantá-la ainda no final do século XVIII, por outro lado, a língua geral amazônica seguiu sendo hegemônica na região Norte do país até a segunda metade do século XIX (FARACO, 2019, pp. 136-44).

¹² Referimo-nos à tese segundo a qual o português brasileiro – mais especificamente, suas variedades populares – seriam resultado de um processo de (semi)crioulização (GUY, 1981; HOLM, 1992) – ou de transmissão irregular (BAXTER; LUCCHESI, 1997; LUCCHESI, 2012a, 2012b). A tese de (semi)crioulização, no entanto, é controversa e carece de comprovação (LINS, 2009; BONVINI, 2014; ROUGÉ, 2014).

¹³ Ainda que, de fato, tenha havido produção literária escrita no Brasil colônia, seus principais expoentes, entre os quais figuram, por exemplo, José de Anchieta, Antonio Vieira, Gregório de Matos Guerra, Tomás Antonio Gonzaga e Cláudio Manuel da Costa, eram todos, com exceção do canário José de Anchieta, portugueses/filhos de portugueses e tinham fortes laços intelectuais com a então metrópole.

das Ciências de Lisboa) (SCHMIDT-RADEFELDT, 2002, p. 214), que, no entanto, de acordo com Castro (2007), não pode ser considerada como uma academia da língua no mesmo sentido que as demais – como tampouco será o caso da Academia Brasileira de Letras, criada posteriormente, em 1897. Com efeito, nem mesmo a reforma ortográfica de 1911 – levada a cabo como iniciativa unilateral de Portugal e, por essa razão, sem maiores repercussões no Brasil – ficou a cargo da academia portuguesa (CASTRO, 2007, p. 12). A discussão acerca da unificação da ortografia prolongou-se durante todo o século XX (a esse respeito, cf. KEMMLER, 2016; FIORIN, 2020) e culminou com a assinatura do AOLP em 1990. A ortografia unificada, no entanto, não foi bem aceita no Brasil, ao menos em um primeiro momento (NEVES, 2010), e, conforme expôs-se já na introdução deste ensaio, continua encontrando bastante resistência em Portugal, devido ao seu caráter supostamente “abrasileirante” (CASTRO, 2007, p. 13; KEMMLER, 2016, p. 360).

Os fatores elencados acima – sem pretensão de exaustão – contribuíram não só para a diversificação linguística – que teria sido, de qualquer forma, inevitável –, como também para o concomitante desenvolvimento, no Brasil, do que aqui denominar-se-á “consciência etnolinguística”. Esta é, por sua vez, um dos elementos chave que permitem conceber o português brasileiro e o europeu como categorias dissociadas, intensificando a percepção das divergências entre ambas as variedades. Porém, em que pese a “construção ideológica”¹⁴ da ideia de pluricentrismo, ou a de um *português brasileiro* frente a um *europeu*¹⁵, sobre a base de uma “consciência etnolinguística”

¹⁴ A respeito da noção de “construção ideológica”, cabem duas considerações. Em primeiro lugar, embora não falem estudos (cf. nota 7) que indiquem a existência de diferenças entre as variedades brasileira e europeia do português – tanto no nível da *norma* como no nível do *sistema* (sobre ambos os conceitos, cf. COSERIU, 1967) –, deve-se ter em conta que o status atribuído a uma língua/um dialeto (ou mesmo a uma variedade no interior da língua histórica) não depende exclusivamente de suas características estruturais, mas costuma ser resultado de (longos) processos de planificação linguística (KABATEK, 2006) – algo que não parece ter-se dado de maneira completamente eficaz nem no Brasil nem em Portugal, dada a insuficiência (e a inconsistência) dos instrumentos de codificação linguística (morfemas, gramáticas e dicionários) em ambos os países (SCHMIDT-RADEFELDT, 2002; CASTRO, 2007). Em segundo lugar, o foco frequentemente posto nas divergências e a predileção pela descrição de variedades vernáculas frente ao escasso interesse pela norma culta escrita – âmbito no qual as diferenças tendem a atenuar-se (DUARTE; GOMES; PAIVA, 2016) – poderia mascarar um possível viés de confirmação nas pesquisas sociolinguísticas (FARIAS, 2019, 2021). Na prática, o que se tem é uma carência de dados sobre a norma culta escrita – normalmente, a base para a codificação do padrão. (Outra situação é a da norma culta *oral*, cf. nota 17). Posto o anterior, pode-se afirmar com relativa segurança que a defesa da ideia de uma fragmentação irreversível do português baseia-se, quase exclusivamente, em uma “construção ideológica” – a chamada “consciência etnolinguística” –; os avanços nos planos político-institucional e empírico – que, junto com o ideológico, conformam os três eixos complementares de análise das situações pluricêntricas (FARIAS, 2020b; LANGENBACHER-LIBGOTT; FARIAS, 2021) –, contudo, não foram tão expressivos.

¹⁵ A bem da verdade, a ideia de que o português brasileiro e o português europeu seriam já “línguas distintas”, como na análise de Bagno (2001, 2011), parece estar, no Brasil, bem mais difundida do que a ideia do português como uma língua pluricêntrica. Com efeito, a noção de pluricentrismo adquire, não rara vez, um cariz profundamente negativo em solo nacional (por exemplo, MONTEAGUDO; LAGARES, 2017; FARACO, 2019, pp. 172-3). Isso, entre outras razões, se deve a (e se explica por) uma interpretação parcialmente equivocada do conceito de pluricentrismo, que leva a vê-lo como uma espécie de solução de compromisso entre correntes unificadoras e separatistas no espaço da lusofonia – interpretação, aliás, amplamente disseminada em Portugal (por exemplo, CASTRO, 2007, 2009; SILVA, 2016, 2017, 2018), e que enseja propostas como a do projeto de planificação linguística em nível transnacional (cf., entre outros, BATORÉO, 2014, 2016a; JANSSEN *et al.*, 2018). Não obstante, ainda que, na literatura relativa ao tema, seja, de fato, possível encontrar vozes favoráveis à ideia de pluricentrismo como solução de compromisso, ou, até mesmo, em alguns casos, como elemento de coesão linguística (por exemplo, KREMNITZ, 2021), é preciso esclarecer que, na sua

“Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’”: indústria cultural, meios massivos de comunicação e contatos intralinguísticos no espaço variacional lusófono a partir de uma perspectiva histórica

forjada ao longo de aproximadamente dois séculos (mais especificamente, desde a primeira geração do Romantismo brasileiro), parece não haver uma contrapartida no plano normativo – caracterizado, em grande medida, pela letargia em relação à implementação de projetos próprios de standardização (FARIAS, 2021). Assim, por exemplo, a tradição gramatical brasileira, iniciada no século XIX, e que tem como alguns de seus mais ilustres herdeiros Bechara (2006) e Cunha e Cintra (2001), parece não ter conseguido desligar-se completamente da portuguesa, já que a norma descrita nas gramáticas normativas foi construída de forma mais ou menos artificial, a partir de uma exemplaridade europeia do século XIX, acrescida de algumas regras aparentemente inventadas (FARACO; ZILLES, 2017, pp. 110-6). Não deve surpreender, portanto, a rejeição que essa norma padrão – aliás, completamente carente de atualização – encontra por parte de uma boa parcela da população hoje (ZANATTA, 2009)¹⁶. A comunidade brasileira vê-se, portanto, relegada, em certo sentido, a uma condição de “orfandade normativa” (FARIAS, 2019, 2020a)¹⁷. Assim sendo, é interessante notar que fatos aparentemente contraditórios – rechaço a um padrão exógeno, por um lado, e escassez (ou sucesso

gênese, o conceito carrega (também e preponderantemente) a ideia de cisão: “Pluricentric languages are both unifiers and dividers of peoples. They unify people through the use of the language and separate them through the development of national norms and indices and linguistic variables with which speakers identify. They mark group boundaries [...] indicating who belongs and who does not.” (CLYNE, 1992b, p. 1). Amorós Negre (2014, p. 221) é ainda mais enfática a esse respeito, ao criticar a atual política linguística da Real Academia Española: “[...] la noción de español estándar implica una ejemplaridad que no es coincidente en las diversas áreas hispánicas y [...] la esencia del pluricentrismo no es la constitución de un español formado por los rasgos lingüísticos comunes a todos sus hablantes, sino el establecimiento de diferentes variedades paramétricas o estándares”. Assim, pois, o conceito de pluricentrismo – se bem entendido – e o ideal de uma “standardização transnacional” – portanto monocêntrica – seriam, por princípio, contraditórios.

¹⁶ Deve-se salientar que se trata, lamentavelmente, de uma apreciação puramente fenomenológica, uma vez que as considerações de Zanatta (2009) – assim como as nossas – baseiam-se, majoritariamente, na experiência pessoal – por exemplo: o fato de que, mesmo nas realizações linguísticas mais afins à concepção escrita (KOCH; OESTERREICHER, 2011) de falantes considerados cultos, é flagrante a desatenção (em alguns casos, talvez, deliberada) às regras descritas nas gramáticas tradicionais do português. Obviamente, a evidência anedótica não equivale ao dado científico, mas, em defesa do argumento de Zanatta – e, em certa medida, nosso –, carecemos, neste momento, de pesquisas sociolinguísticas que possam lançar alguma luz acerca das atitudes e crenças linguísticas dos brasileiros, a exemplo das que foram levadas a cabo no âmbito do projeto *Linguistic Identity and Attitudes in Spanish-speaking Latin America* (CHIQUITO; QUESADA PACHECO, 2014). Nesse sentido, ainda que se possa intuir uma “consciência etnolinguística” por parte da comunidade brasileira, é preciso reconhecer que as atitudes dos falantes não necessariamente estarão alinhadas com suas percepções ou crenças (AMORÓS NEGRE; QUESADA PACHECO, 2019, pp. 13-8), de modo que a “consciência etnolinguística” que se desprende do comportamento dos falantes brasileiros pode, eventualmente, não se evidenciar no seu discurso.

¹⁷ Nem mesmo o desenvolvimento relativamente precoce do que se poderia chamar de “lexicografia brasileira” contribuiu efetivamente para a resolução do problema, já que os dicionários nacionais, de modo geral, não cumprem o propósito de fixação do padrão de maneira satisfatória (FARIAS, 2020a, 2021, 2023). Contudo, para não faltar à verdade, deve-se destacar que houve, de fato, tentativas muito bem-sucedidas de descrição da norma culta brasileira contemporânea. Menciona-se, a título de ilustração, o projeto Norma Urbana Culta (NURC), implementado no final dos anos 1960, que permitiu recolher uma enorme quantidade de dados das variedades orais cultas de cinco capitais brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Porto Alegre). Os dados coletados serviram de base para os oito volumes da *Gramática do português falado*. Deve-se mencionar, ademais, a publicação, nas últimas décadas, de várias gramáticas descritivas do português brasileiro (por exemplo, NEVES, 2000; PERINI, 2010; CASTILHO, 2010; BAGNO, 2011). Em relação às gramáticas citadas, deve-se fazer, contudo, uma ressalva. É comum, nessas obras, que o registro – aliás, muito pertinente – da variação não se conjugue com a devida apreciação dianormativa dos fenômenos descritos. Dessa forma, ao abdicar da função de orientação normativa em relação aos usos linguísticos, tornam-se uma ferramenta muito mais voltada para o estudioso da língua – filólogos e linguistas – do que para o público em geral, que, por sua vez, segue carente de um instrumento normativo de referência devidamente atualizado.

limitado) de projetos “autóctones” de planificação linguística, por outro – possam ter, ambos, uma mesma origem, localizada no processo de conquista e colonização levado a cabo nas terras d’aquém mar (FARIAS, 2021).

3. Contatos intralinguísticos e meios de comunicação massiva no espaço lusófono

Se os fatores sócio-históricos, políticos, econômicos, culturais e demográficos aludidos acima redundaram, do lado de cá do oceano, em uma permeabilidade mínima da variedade europeia, do lado de lá, parecem ter tido um efeito contrário. De fato, o fluxo dos “empréstimos intralinguísticos” ou “entre variedades”, como se verá a seguir, inverteu-se em favor da antiga colônia, que, pouco a pouco, vem se tornando uma importante provedora de “empréstimos” no interior do espaço variacional lusófono. Essa transformação deve-se não só ao deslocamento físico dos indivíduos – turismo e, sobretudo, migração¹⁸ –, mas também aos meios massivos de comunicação, especialmente a partir das últimas décadas do século XX, graças ao êxito internacional de alguns dos produtos oriundos da indústria cultural nacional (música, cinema, telenovelas etc.). A mídia massiva, tal como se enuncia no título do presente ensaio, será nosso foco nesta e na próxima seção.

Pöll (2021, p. 194) esclarece que “[e]n el mundo globalizado de hoy, que permite o incluso favorece el consumo diario de productos culturales mediatizados procedentes de otros países o continentes, el ‘préstamo inter-variedades’ es todo menos excepcional”. Entre os principais aspectos a serem considerados na apreciação de situações de contato no interior de uma língua pluricêntrica, Pöll (2012) já mencionava o “equilíbrio de forças centrífugas e centrípetas”. Esse equilíbrio – ou seja, a relação centro-periferia – determina a dinâmica dos “empréstimos intralinguísticos”: “[I]as palabras transitan en función del peso económico y cultural de las sub-comunidades lingüísticas: cuanto mayor es el peso que una tiene, mayor es la probabilidad de que les dé palabras a otras variedades dentro de la misma comunidad lingüística” (PÖLL, 2021, p. 193).

Sentado o anterior, a análise de línguas como o alemão, o francês e – até certo ponto – o espanhol parece indicar que essas dinâmicas intralinguísticas, em geral, tendem a favorecer a variedade historicamente dominante; não obstante, o caso do português, muito provavelmente, constitui uma exceção à regra. Recorde-se, neste ponto, a preponderância da variedade brasileira no

¹⁸ As relações históricas entre ambos os países, naturalmente, favoreceram os fluxos migratórios, tanto de portugueses em direção ao Brasil, mais intensamente, ainda que não exclusivamente, durante o período colonial (MATOS; SILVA, 2004, pp. 73-6; FARACO, 2019, pp. 95-105), como de brasileiros em direção a Portugal. No que concerne à emigração rumo à antiga metrópole, Minga (2020, p. 8) aponta que o número de brasileiros em Portugal vem crescendo progressivamente desde a década de 1980, tendo apresentado apenas um pequeno declive entre o final da década de 2000 e o início da de 2010 – momento no qual, paradoxalmente, houve um aumento no contingente de estudantes brasileiros nas instituições de ensino superior do país, por efeito de programas de fomento como o *Ciência sem Fronteiras*. Segundo o mais recente relatório publicado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do governo português, os atuais 204 694 residentes brasileiros são responsáveis por constituir a principal comunidade estrangeira no país, representando 29,3% do total de imigrantes – o mais alto percentual desde 2012 (ESTRELA *et al.*, 2022, pp. 30-1). (Os dados referem-se, por certo, aos imigrantes com situação regular em Portugal. Ainda que não haja dados fidedignos acerca do número exato de imigrantes irregulares, calcula-se que a quantidade de brasileiros no país possa ser ainda mais elevada, tendo em vista que as comunidades estrangeiras costumam ser maiores do que as estatísticas oficiais fazem supor.)

“Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’”: indústria cultural, meios massivos de comunicação e contatos intralingüísticos no espaço variacional lusófono a partir de uma perspectiva histórica

espaço variacional lusófono, descrita de forma gráfica por Oliveira (2016, p. 38, cf. *ad supra*) e da qual faz eco também Pöll (2012, p. 35):

[...] la relación de fuerzas es dinámica, y una variedad que fue dominante hace cien años, puede ser que hoy día resulte ser la dominada a pesar de estar asociada al país donde se encuentra el tradicional centro normativo. Tal es el caso de la lengua portuguesa: su variedad culta brasileña se ha transformado en norma caracterizada por bastante peso irradiador. Prueba de eso es por ejemplo el hecho de que se establezca cada vez más como norma de la enseñanza del portugués la variedad brasileña, tanto en Europa como en Estados Unidos. Al lado de las variedades del no-estándar, esta variedad culta está muy presente en Portugal, por lo que hay muchísimos préstamos del portugués brasileño en el portugués de Portugal.

Além de fatores como o demográfico, o político e o socioeconômico – sobretudo se considerados em perspectiva histórica (cf. seção 2) –, desempenha um papel crucial no que se refere às dinâmicas centro-periferia a já aludida possibilidade de “exportação cultural”. No que tange à difusão da variedade brasileira em Portugal, Pöll (2012, p. 36) esclarece que:

Claro está que los productos de lo que se llama alta cultura circulan bastante libremente, de suerte que los intelectuales y la gente culta los conoce, independientemente de su ubicación u origen. [...]

Pero si enfocamos la cultura popular mediatizada y su difusión global, la imagen es muy diferente: hay un desequilibrio patente entre España y Portugal por un lado e Hispanoamérica y Brasil por otro. No son Portugal y España los que dominan, sino Latinoamérica, y esto en muchos de los sectores que tienen como objetivo el ofrecer diversión para las grandes masas.

Neste cenário, a televisão tem, certamente, um lugar de destaque, pois foi durante muito tempo – e, em alguns casos, continua sendo – o principal veículo de difusão de produtos da chamada “cultura popular”. Considere-se, primeiramente, o caso do Brasil: aqui, a população não tem acesso a canais de outros países na TV aberta, apenas nos serviços por assinatura, e, entre os canais internacionais disponíveis nos serviços por assinatura, raros são os de língua portuguesa, o que torna o Brasil um espaço especialmente impermeável a outras variedades do português. Essa falta de permeabilidade às variedades oriundas de outras regiões do espaço lusófono – e, conseqüentemente, à cultura que as acompanha –, entretanto, não é, na maior parte das vezes, sequer problematizada pela maioria da população. A ausência de problematização – passível de ser encarada tanto como causa quanto como consequência da configuração de um espaço variacional relativamente hermético – encontra uma explicação razoável no processo sócio-histórico descrito de maneira muito sucinta na seção anterior, que acarretou, como efeito colateral, a conformação do que convimos em chamar de “consciência etnolinguística” no Brasil. Esta, por sua vez, da mesma forma que une os brasileiros “ao redor” da sua variedade, contribui, de certa forma, para aliená-los das demais.

O restante dos países pertencentes à comunidade lusófona, por outro lado, costuma ter maior facilidade de acesso aos canais de televisão de outros países de língua portuguesa. Assim, os cidadãos de Angola, Cabo Verde ou Moçambique, por exemplo, recebem, em rede aberta, canais de televisão

do Brasil (TV Record) e de Portugal (RTP África), além dos nacionais. No que concerne a Portugal, embora os programas televisivos brasileiros (especialmente as telenovelas) tenham perdido muito espaço para a programação local nos últimos anos, ainda há novelas brasileiras em exibição em alguns dos principais canais abertos, mesmo que fora do horário nobre. Além disso, vários canais brasileiros (Globo, Globo Now, Record, PFC) estão inclusos em pacotes de TV a cabo – alguns deles, como a Globo, por exemplo, não fazem parte dos canais *premium*, o que contribui para que este seja, hoje, um dos cinco canais mais vistos da TV paga em Portugal¹⁹.

Sentado o anterior, poder-se-ia objetar que a televisão, tal como a conhecíamos, vem perdendo força nos últimos anos, frente ao avanço, por exemplo, de serviços de TV por *streaming* e de plataformas de áudio e vídeo *on-line*, como o próprio *YouTube*. A mudança paulatina nos hábitos de consumo das mídias televisivas (e de outras), à qual se refere De Ridder (2021), pode ser considerada, no entanto, como um potencial intensificador dos contatos intralinguísticos – ou mesmo interlinguísticos. Isso se deve a que serviços de *streaming* e plataformas de vídeos *on-line* possibilitam a transmissão de conteúdos pela internet, garantindo acesso a uma gama maior de produtos audiovisuais do mundo todo – o que, no plano linguístico, redundará em incremento da diversidade. No que concerne especificamente à variedade brasileira, sua difusão no espaço lusófono se vê claramente favorecida pelos novos hábitos de consumo, haja vista o peso da indústria cultural nacional e seu potencial de exportação²⁰ – afirmação que o próprio conteúdo da matéria aludida no título deste estudo ajuda a corroborar²¹.

A facilidade – e o interesse – em acessar produtos midiáticos produzidos em outros países de língua portuguesa – mormente no Brasil – pode ser uma razão para que os falantes dos demais países pertencentes à CPLP, em geral, mantenham-se mais abertos – ao menos em comparação com os brasileiros – à recepção de outras variedades do português, ficando, portanto, suas respectivas comunidades também mais permeáveis a elas. Esta abertura – voluntária ou não – dos países de língua portuguesa – especialmente de Portugal – à variedade brasileira, por sua vez, pode acarretar consequências no plano da norma e, em certos casos, também do sistema – tomados no sentido coseriano –, uma vez que o contato entre variedades tende a abrir caminho para processos de variação

¹⁹ Cf. DISCACCIATI, Julia. TV brasileira em Portugal: os principais canais e os programas disponíveis. *Euro Dicas*, São Paulo, 02 fev. 2019. Disponível em: <https://www.eurodicas.com.br/tv-brasileira-em-portugal/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

²⁰ É digno de nota, por exemplo, o fato de que duas emissoras brasileiras estão entre as dez maiores do mundo: a Globo, na segunda posição do *ranking*, e a Record, na quinta. Cf. ROCHA, Thomaz. No dia da televisão, quais as 10 maiores emissoras do mundo? *NaTelinha* (Grupo UOL), Ribeirão Preto, 21 nov. 2022. Disponível em: <https://natelinha.uol.com.br/televisao/2022/11/21/no-dia-da-televisao-quais-as-10-maiores-emissoras-do-mundo-190210.php>. Acesso em: 02 mar. 2023.

²¹ O caso do *youtuber* Luccas Neto, no entanto, está longe de ser um fato isolado. Para dar um só exemplo: na lista dos 25 vídeos de música *pop* internacional mais vistos em Portugal, divulgada no início de 2022, figuravam nada menos que oito brasileiros, com Luan Santana, Marília Mendonça e Anitta ocupando as honrosas primeira, segunda e quinta posições, respectivamente. Cf. NUNES, Caian. Brasileiros dominam lista de mais vistos no YouTube de Portugal. *Portal POPline*, São Paulo, 18 jan. 2022. Disponível em: <https://portalpopline.com.br/brasileiros-dominam-lista-de-mais-vistos-no-youtube-de-portugal/>. Acesso em: 02 mar. 2023.

“Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’”: indústria cultural, meios massivos de comunicação e contatos intralinguísticos no espaço variacional lusófono a partir de uma perspectiva histórica

e, eventualmente, também de mudança linguística no âmbito das respectivas comunidades. Asserções tais como “não diz que vê um polícia na rua mas sim um policial”, “a relva é grama” e “pediu à mãe uma bala no supermercado”, extraídas da matéria do jornal *Diário de Notícias*, dão mostras já de certo grau de interferência – neste caso, no nível do léxico – da variedade brasileira na linguagem juvenil dos centros urbanos em Portugal. É interessante notar, porém, que, muito antes de Luccas Neto ter-se tornado ídolo das crianças – e terror de alguns pais d’além mar –, já era possível constatar a influência da variedade brasileira, possivelmente como reflexo, em Portugal, do consumo de produtos midiáticos procedentes do Brasil. À modo de ilustração, pode-se mencionar a supressão do pronome reflexivo *se* em construções inacusativas (*a janela quebrou vs. a janela quebrou-se*), o emprego do gerúndio na perífrase progressiva (*estou estudando vs. estou a estudar*), bem como a admissão da construção do verbo *informar* com um objeto direto inanimado e um objeto indireto humano (*informar [algo] a [alguém]*), em princípio, própria da variedade brasileira, ao lado da construção com um objeto direto humano e um objeto indireto inanimado (*informar [alguém] de [algo]*), presente em ambas as variedades (PÖLL, 2021, pp. 194-5; a esse respeito, cf. também CAETANO, 2002).

4. Algumas considerações sobre contatos intralinguísticos e mídias massivas

Embora as mídias (convencionais ou não) possam desempenhar um papel importante no favorecimento de contatos intralinguísticos e, conseqüentemente, na difusão de (certas) variedades ao longo da cadeia variacional (ANDROUTSOPOULOS, 2014), ainda escasseiam estudos que permitam aferir seu real impacto no que diz respeito tanto à variação/mudança linguística em si como às crenças e atitudes dos falantes (SINNER, 2017). Há, no entanto, uma série de trabalhos que, apesar de não serem inteiramente conclusivos, apresentam dados interessantes e evidenciam a necessidade de investigar mais profundamente o tema. A título de ilustração, mencionam-se, aqui, Carvalho (2004), que discorre acerca do papel da televisão na popularização das variedades do centro do país (eixo Rio-São Paulo) entre os falantes de português no norte do Uruguai, assim como Engels e Kailuweit (2011) e Kailuweit (2016), que defendem a tese de que o teatro e a música teriam sido os principais responsáveis pela difusão dos *lunfardismos* na Argentina. Destacamos, ainda, Muhr (2003), que, ao analisar o contato dos falantes austríacos com as variedades da Alemanha por meio dos serviços de TV a cabo, chegou à conclusão de que, se, por um lado, as variedades mais informais (ou mais afins à concepção oral) são, de fato, consideravelmente afetadas pela exposição às variedades alóctones, por outro lado, a língua exemplar não se mostrava tão permeável à interferência do país vizinho²².

²² A propósito da língua exemplar (estândar) e sua relação com os meios massivos de comunicação, é notável a relevância do tema, por exemplo, no âmbito hispanófono. Os debates, neste caso, costumam girar em torno da possibilidade de construção de um “espanhol internacional” ou “neuro” (BRAVO GARCÍA, 2008, p. 28), com vistas a suprir uma presumida demanda do mercado audiovisual e editorial – sobretudo, o latino-americano – por produtos midiáticos com potencial de circulação internacional. O tema é, evidentemente, espinhoso (a esse respeito, cf. FARIAS, 2024), uma vez que a defesa da existência/necessidade de um “espanhol internacional/neuro”, via de regra, está baseada em argumentos que apelam às políticas mercadológicas (LÓPEZ GONZÁLEZ, 2019; STAUDINGER; KAILUWEIT, 2019) e/ou a um – em alguns casos, suposto – “anseio de internacionalização” dos produtos da indústria cultural (KAILUWEIT; SCHÜLTZ, 2018).

Em relação especificamente ao impacto dos meios massivos de comunicação no desenvolvimento linguístico das crianças, destacam-se os trabalhos de De Ridder (2020; 2021; 2022), cujo principal interesse reside em entender como as mídias locais e globais podem afetar o processo de aquisição linguística dos mais jovens, bem como suas crenças e atitudes frente à sua variedade e às outras. A autora analisa, com especial ênfase, as variedades utilizadas nas dublagens de programas televisivos infantis – ainda que não deixe de prestar atenção à linguagem de *youtubers* aspirantes à internacionalização²³ –, e constata, por fim, que, no âmbito de línguas pluricêntricas, é comum que crianças falantes de variedades não-dominantes estejam mais expostas à diversidade linguística do que o contrário (DE RIDDER, 2020, pp. 134-5). Isso, contudo, não nos deve surpreender, já que é justamente o esperado, haja vista a discussão levada a cabo nas seções anteriores: a explicação para o fenômeno, *mutatis mutandis*, é a mesma válida para a difusão da variedade brasileira (dominante) entre as crianças portuguesas (falantes de uma variedade “menos dominante” em relação à brasileira, ainda que continue sendo dominante frente a outras, cf. nota 9).

Acerca do processo de aquisição linguística de crianças falantes de variedades consideradas não-dominantes, De Ridder (2020; 2022) defende que a exposição à diversidade linguística – em especial, às variedades dominantes – propiciada pelas mídias massivas pode afetá-lo, mas admite que as reais consequências – sobretudo, a médio e longo prazo – dessa exposição ainda não foram devidamente investigadas. Por sua vez, no que concerne ao desenvolvimento de crenças e atitudes linguísticas no âmbito das comunidades mais expostas à diversidade, as conclusões da autora estão, novamente, alinhadas com as nossas expectativas:

In pluricentric language areas, parents complain about the overexposure to the dominant variety. Dutch-speaking parents in Belgium, for instance, have reported that their children copy the dominant Netherlandic Dutch variety they hear in dubbed animation, but also in YouTube videos because of the overexposure to this dominant variety [...]. (DE RIDDER, 2022, p. 111; a esse respeito, cf. também DE RIDDER, 2021).

Como se vê, a queixa dos pais portugueses entrevistados na matéria do jornal *Diário de Notícias* não é, de forma alguma, original. O comportamento linguístico das crianças portuguesas e belgas, não obstante, longe de ser um problema, apenas reflete e manifesta o “modo de ser” da língua, que, de acordo com a concepção humboldtiana, não é “produto” [*ergon*, *Werk*], mas sim “atividade” [*enérgeia*, *Tätigkeit*]: a língua “no *está hecha* sino que *se hace* continuamente por la actividad lingüística concreta” (COSERIU, 1978, p. 30; grifos do autor). Nesse sentido, a própria definição de *língua funcional* (equivalente aproximado de *variedade*) como entidade discreta, proposta por Coseriu (1967; 1982), deve ir acompanhada da ressalva de que se trata de uma abstração metodológica, e não de um conceito ontológico. As línguas funcionais/variedades no interior de uma língua histórica não constituem unidades isoladas – ainda que, para efeitos metodológicos, sejam

²³ De Ridder (2020, p. 134) chama a atenção acerca do chamado “‘YouTube language’ phenomenon”, definido como uma tendência a que “*YouTubers* from non-dominant parts of pluricentric language areas adapt their language to cater to speakers of the dominant variety”.

“Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’”: indústria cultural, meios massivos de comunicação e contatos intralingüísticos no espaço variacional lusófono a partir de uma perspectiva histórica

analisadas como tal (FARIAS, 2008): representam, mais propriamente, um contínuo, do qual dão testemunho, por exemplo, as interferências detectadas pelos preocupados pais portugueses e belgas.

Frente ao exposto, e antes de concluir esta seção, deve-se fazer três considerações. Em primeiro lugar, uma inovação linguística (no caso analisado, um empréstimo intralingüístico) precisa difundir-se diatópica e diastraticamente, mediante uma série de adoções sucessivas, para poder estabilizar-se no uso – ou seja, converter-se em um fato de norma (COSERIU, 1978, p. 78 ss.). *Inovação e adoção*, são, portanto, essencialmente distintas uma da outra, e uma não pressupõe a outra. Algumas vezes, uma dada inovação pode difundir-se somente em certas regiões e/ou entre indivíduos de certos grupos sociais. No caso relatado pelo jornal *Diário de Notícias*, parece ser que as inovações (os empréstimos intralingüísticos) estão presentes apenas nas produções dos mais jovens, não nas de seus pais; se trata, pois, muito provavelmente, de um fenômeno marcado diastrática e diafasicamente (ou, se se prefere, diageracionalmente), restrito à esfera da imediatez comunicativa/dos discursos de concepção oral (KOCH; OESTERREICHER, 2011, pp. 3-19). O fato de que essas inovações (ainda) não tenham se difundido socialmente – somado ao de sua adoção relativamente recente por parte do respectivo grupo – pode indicar, por sua vez, tanto uma estabilidade lábil como uma tendência à efemeridade. Com efeito, é dessa forma que De Ridder (2022, p. 111) tende a interpretar o influxo de variedades dominantes sobre as manifestações linguísticas de falantes de variedades não-dominantes – particularmente em se tratando de crianças: “[...], such phenomena are often downplayed as merely temporary phenomena that will not lead to children fully adopting this dominant variety”.

Em segundo lugar, deve-se levar em conta que determinadas inovações podem difundir-se socialmente – perdendo, por conseguinte, seu estatuto de neologismo²⁴. Nesse sentido, um indício da habitualização de uma dada inovação pode ser sua presença em diferentes tradições discursivas (para uma revisão crítica deste conceito, cf. LÓPEZ SERENA, 2021) – em especial, naquelas mais afeitas à concepção escrita. Neste ponto, convém recordar, por um lado, que a “migração de baixo para cima” na cadeia variacional favorece a perda progressiva das marcas diassistemáticas (GUGENBERGER, 2021) – e, ao lado destas, também da própria “consciência neológica” dos falantes. Por outro lado, a penetração de uma dada forma nas camadas “mais elevadas” da cadeia variacional – em especial, sua penetração na língua exemplar – tende a facilitar sua difusão “de cima para baixo” e, no mínimo, garantir uma vida menos efêmera. Esse, no entanto, ao que tudo indica, não parece ser o destino dos empréstimos detectados nas produções das crianças portuguesas – não só porque os pais aparentam não estar abertos à adoção dessas inovações (o que desfavorece sua disseminação no espaço variacional de Portugal), mas principalmente pela pressão de suas crenças e atitudes, que, pelo visto, segundo os relatos compilados pela reportagem do *Diário de Notícias*, têm redundado na aplicação de medidas coercitivas que visam a reprimir os usos linguísticos considerados inadequados.

²⁴ É o que parece ter ocorrido, por exemplo, com empréstimos da variedade brasileira à europeia como *bagunça*, *chuteira*, *cobrar* “exigir”, *curtir* “desfrutar” e *virar* “tornar-se”, que, conforme Pöll (2021, p. 194), dado seu uso generalizado em Portugal, sequer mereceriam o rótulo de neologismos/brasileirismos hoje.

Finalmente, em terceiro lugar, é preciso estabelecer uma separação estrita entre o “mundo de la voluntad y de la creación de los objetos” e o “mundo objetivo de la descripción” (KABATEK, 2007, p. 812). No primeiro caso, faz-se referência aos falantes, e, mais especificamente, aos poderes públicos, que têm todo o direito não só de opinar livremente, como de ter ingerência sobre suas políticas linguísticas. (A consecução de projetos de standardização, inclusive, depende, em certa medida, da intervenção dos poderes públicos.) Os sociólogos, linguistas e sociolinguistas, por outro lado, e ainda que, naturalmente, serão sempre, antes de mais nada, falantes, devem ater-se à descrição objetiva dos fatos, sendo sua tarefa “analizar la situación en el presente y el pasado y poner las informaciones de las que se dispone a disposición del público” (KABATEK, 2007, p. 812; a esse respeito, cf. também KABATEK, 2018). Dessa forma, tanto a projeção da própria volição (ou da nolição) na descrição dos fatos como o exercício especulativo de futurologia *per se* deveriam ser, tanto quanto fosse possível, evitados nos trabalhos científicos²⁵. Por essa razão, qualquer projeção que se faça não deve ser encarada como previsão, mas apenas como mero cálculo de probabilidade com base nos dados – e nos modelos linguísticos –, e que pode ou não se concretizar.

5. As crianças portuguesas apenas falam português: síntese e reflexões finais

Antes de pôr um ponto final a estas linhas, permitir-nos-emos retomar as perguntas formuladas na introdução e analisá-las à luz das considerações precedentes. Abstraindo do aspecto ideológico que permeia a questão (cf. nota 3), indagávamos acerca dos fatos “puramente linguísticos”: seria adequado, em termos estritamente linguísticos, afirmar que as crianças portuguesas estão realmente falando “brasileiro”? Ou seriam os usos linguísticos reportados pelos pais entrevistados apenas uma consequência natural do contato entre duas variedades? E, sendo este o caso, seria possível fazer

²⁵ Nesse sentido, poder-se-ia questionar, por exemplo, a defesa que De Ridder (2020, p. 135) faz da diversidade de normas na programação infantil: “[...] children would [...] benefit greatly from hearing more linguistic diversity in television programmes fostering openness towards other varieties. Children from the dominant part of pluricentric language areas, for instance, will come into contact with other varieties of their language and realise their language is not limited to their own country or region. Moreover, they will become acquainted with other varieties and may even gain a passive knowledge of those. Similarly, the language attitude of children from a non-dominant part, may improve when they hear their variety is also used by their heroes on television. In this way, it can help them to become confident language users, but most importantly, children’s media would also become more *linguistically* inclusive.” (DE RIDDER, 2020, p. 135). Deve-se ter em conta, primeiramente, que a exposição de falantes de variedades não-dominantes a variedades dominantes, ou *vice-versa*, não é, objetivamente, nem positiva nem negativa; trata-se simplesmente de um evento contingente. (E dever-se-ia continuar tratando o fenômeno como tal, mesmo no caso contrário, ou seja, de que fosse a comunidade brasileira a que estivesse mais exposta a outras variedades do português. Isso não é assim hoje simplesmente porque o espaço variacional lusófono está conformado de outra maneira.) Uma apreciação positiva ou negativa do fenômeno não tem base linguística, mas constitui um juízo de valor baseado nas experiências e ideologias do indivíduo – seja ele leigo ou especialista da área. Além disso, a carência de dados fidedignos a respeito do efeito da exposição à diversidade linguística – sobretudo aquela propiciada pelos meios massivos de comunicação – tanto em relação aos processos de variação/mudança como em relação às crenças e atitudes dos falantes, impossibilita dimensionar suas reais consequências. Sendo assim, ainda que haja uma expectativa de que os efeitos da exposição à diversidade sejam, em geral, mais positivos do que negativos, a verdade é que ainda não dispomos de subsídios que nos permitam fazer esse tipo de afirmação de maneira tão veemente. Em suma, motivo maior de preocupação deveria ser que as crianças recebessem uma educação linguística genuína desde cedo nas escolas, que lhes permitisse entender e respeitar a diversidade, ao mesmo tempo em que os instrumentalizasse para saber usar a língua com propriedade nas mais diversas situações (COSERIU, 2019, pp. 154-60).

“Há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’”: indústria cultural, meios massivos de comunicação e contatos intralinguísticos no espaço variacional lusófono a partir de uma perspectiva histórica

projeções a médio e longo prazo acerca do impacto que as situações de contato propiciadas pelos meios massivos de comunicação poderiam gerar em Portugal?

As duas primeiras perguntas são complementares. Começamos pela segunda delas: no âmbito de uma língua histórica, as variedades cultas – preponderantes nos meios (massivos) de comunicação²⁶ – tendem a exercer um poder maior de atração sobre as demais, o que faz com que o intercâmbio intralinguístico, mais frequentemente, as favoreça. (Isso, porém, não significa que o contrário não ocorra.) Em línguas pluricêntricas, a conformação de múltiplos espaços variacionais supõe uma reordenação das dinâmicas de intercâmbio intralinguístico: neste caso, os centros dominantes, obviamente, tendem a exercer maior poder de atração do que os não-dominantes; aqueles, uma vez mais, terminam favorecidos. Ressalte-se, neste ponto, que, conforme se discutiu na seção 2, o peso e o alcance dos centros normativos são definidos historicamente; e, como cada comunidade tem suas particularidades sociais, políticas, econômicas etc., a configuração das dinâmicas intralinguísticas será igualmente diferente em cada caso. Dessa forma, o comportamento linguístico das crianças portuguesas só pode ser interpretado como uma consequência natural do contato entre variedades. E que as crianças portuguesas estejam mais “vulneráveis” ao influxo da variedade brasileira do que o contrário, é uma consequência das dinâmicas intralinguísticas forjadas no espaço lusófono, como resultado dos processos sócio-históricos relatados anteriormente. Assim sendo – e já respondendo à primeira pergunta – as crianças portuguesas não falam “brasileiro”; elas apenas falam – e continuarão falando – a *sua* variedade do português que, por contingências sócio-históricas, é particularmente permeável à variedade brasileira, o que redundará em uma interferência maior desta sobre aquela.

Com relação à terceira pergunta, já deve ter ficado claro que não é possível – nem desejável – proferir vaticínios sobre o impacto dos meios massivos de comunicação nos hábitos linguísticos dos portugueses – em especial, das crianças portuguesas. Não obstante, a análise das dinâmicas de interação no interior do espaço variacional lusófono em perspectiva histórica, levada a cabo nas páginas precedentes, permite-nos afirmar com relativa margem de acerto que: (a) os meios (massivos) de comunicação parecem sim ter um papel importante na difusão de algumas variedades linguísticas – sobretudo as dominantes, pelas razões aventadas *ad supra*; (b) a comunidade lusitana tem se mostrado relativamente aberta à recepção de “inovações brasileiras”, como demonstram os exemplos, apresentados ao longo do texto, de unidades léxicas e construções morfossintáticas, hoje mais ou menos arraigadas em Portugal; (c) a taxa de adoção de inovações, contudo, não pode ser calculada com exatidão: a incorporação ou não de uma dada forma à língua depende de variáveis como necessidade expressiva, grau de exposição à diversidade linguística (seja através das mídias massivas ou não), crenças e atitudes dos falantes em relação às inovações etc., de tal forma que cada caso deve ser

²⁶ O espaço variacional brasileiro, por exemplo, caracteriza-se, entre outros fatores, pela concentração dos meios de comunicação no eixo Rio-São Paulo – região cujas variedades linguísticas costumam ser interpretadas, em razão de fatores sócio-históricos, como “menos marcadas” (LEITE; CALLOU, 2005, p. 30 ss.). Isso, certamente, favorece a difusão – e consolidação – das inovações surgidas no centro do país, ao mesmo tempo em que desfavorece as inovações de outras regiões, que tendem ou a desaparecer depois de algum tempo, ou, no caso de que seu uso se estabilize, a manter-se como formas marcadas diatópica e/ou diafásico-diastraticamente.

avaliado individualmente; (d) por último, é de se esperar que alguns dos empréstimos tomados da variedade brasileira encontrem acolhida do outro lado do Atlântico, mas, tendo em vista as condições de “migração” das inovações ao longo da cadeia variacional, os empréstimos incorporados por via da linguagem juvenil costumam ter pouca probabilidade de êxito. Qualquer coisa que se diga além disso será mera especulação.

Finalmente, ante o exposto, fica claro que o comportamento linguístico dos mais jovens, alvo de duras críticas por parte de alguns pais, não deveria ser, de forma alguma, motivo de preocupação, posto que é, simplesmente, resultado das dinâmicas de intercâmbio intralinguístico que se dão – ainda que de forma diversa – no âmbito de toda e qualquer língua histórica. A valoração positiva ou – mais frequentemente – negativa do fenômeno não responde a fatores linguísticos, mas a juízos de outra ordem, decorrentes de ideologias e crenças em torno às línguas e variedades – e aos seus falantes.

Referências

AMORÓS NEGRE, Carla. *Las lenguas en la sociedad*. Madrid: Editorial Síntesis, 2014.

AMORÓS NEGRE, Carla; QUESADA PACHECO, Miguel Ángel. Percepción lingüística y pluricentrismo: Análisis del binomio a la luz de los resultados del proyecto *Linguistic Identity and Attitudes in Spanish-speaking Latin America* (LIAS). *ELUA*, n. 33, pp. 9-26, 2019.

AMMON, Ulrich. *Die deutsche Sprache in Deutschland, Österreich und der Schweiz. Das Problem der nationalen Varietäten*. Berlin/New York: de Gruyter, 1995.

ANDROUTSOPOULOS, Jannis. Mediatization and sociolinguistic change. Key concepts, research traditions, open issues. In: ANDROUTSOPOULOS, Jannis (coord.). *Mediatization and Sociolinguistic Change*. Berlin/Boston: de Gruyter, 2014. pp. 3-47.

AUER, Peter. Enregistering pluricentric German. In: SILVA, Augusto Soares (org.). *Pluricentricity: Language Variation and Sociocognitive Dimensions*. Berlin/New York: de Gruyter, 2013. pp. 19-48.

BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico. O que é, como se faz?* 6. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

BANZA, Ana Paula. O português em Angola: Uma questão de política linguística. In: FIÉIS, Alexandra; LOBO, Maria; MADEIRA, Ana (orgs.). *O Universal e o Particular: uma vida a comparar*. Lisboa: Edições Colibri, 2015. pp. 29-38.

BATORÉO, Hanna. Que gramática(s) temos para estudar o Português língua pluricêntrica? *Diadorim*, v. 16, pp. 1-15, 2014.

BATORÉO, Hanna. Gramáticas de costas voltadas: que futuro para o ensino do português como língua pluricêntrica a falantes não-nativos (PLNM)? In: HLIBOWICKA-WEGLARZ, Barbara; WISNIEWSKA, Justyna; JABLONKA, Edyra (orgs.). *Língua Portuguesa: Unidade e Diversidade*. Lublin: Editora da Universidade Marie Curie-Sklodowska, 2016a. pp. 93-108.

"Há crianças portuguesas que só falam 'brasileiro'": indústria cultural, meios massivos de comunicação e contatos intralinguísticos no espaço variacional lusófono a partir de uma perspectiva histórica

BATORÉO, Hanna. The contact induced partial restructuring of the non-dominant variety of Portuguese in East Timor. In: MUHR, Rudolf (coord.). *Pluricentric Languages and Non-Dominant Varieties Worldwide*. Vol 1: Pluricentric Languages across continents – Features and usage. Wien et al.: Peter Lang, 2016b. pp. 145-59.

BATORÉO, Hanna; CASADINHO, Margarida. O português – uma língua pluricêntrica: O caso de Timor-Leste. *Revista Portuguesa de Humanidades, Estudos Linguísticos*, v. 13, n. 1, pp. 63-79, 2009.

BAXTER, Allan. Portuguese as a Pluricentric Language. In: CLYNE, Michael (org.). *Pluricentric languages: Differing Norms in Different Nations*. Berlin/New York: de Gruyter, 1992. pp. 11-44.

BAXTER, Allan; LUCCHESI, Dante. A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos Linguísticos e Literários*, v. 19, pp. 65-83, 1997.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna, 2009.

BECKER, Martin. Zum Diskursbegriff – seinen Dimensionen und Anwendungen. In: LEBSANFT, Franz; SCHROTT, Angela (orgs.). *Diskurse, Texte, Traditionen. Modelle und Fachkulturen in der Diskussion*. Bonn: Bonn University Press, 2015. pp. 149-72.

BEHLING, Janaína. O "brasileiro" como língua de afirmação em Portugal. *Prolíngua*, v. 15, n. 1, pp. 67-81, 2020.

BONVINI, Emilio. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (orgs.). *África no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014. pp. 15-62.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Português brasileiro, a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2021.

BRAVO GARCÍA, Eva. *El español internacional*. Madrid: Arcos/Libros, 2008.

CAETANO, José Palma. Algumas tendências actuais da evolução da língua portuguesa em Portugal. In: PÖLL, Bernhard; RAINER, Franz (orgs.). *Vocabula et vocabularia. Études de lexicologie et de (méta-)lexicographie romanes en l'honneur du 60e anniversaire de Dieter Messner*. Frankfurt am Main et al.: Peter Lang, 2002. pp. 53-65.

CALLOU, Dinah; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. Caracterização de áreas dialetais no português do Brasil: análise de duas variáveis. In: SÁ JÚNIOR, Lucrecio; MARTINS, Marco Antonio (orgs.). *Reflexões linguísticas: questões de historiografia, gramática e ensino na linguística brasileira*. Natal: EDUFRN, 2016. pp. 81-108.

CARVALHO, Ana Maria. I speak like the guys on TV: Palatalization and the urbanization of Uruguayan Portuguese. *Language variation and change*, v. 16, n. 2, pp. 127-51, 2004.

CASTILHO, Ataliba de. O português do Brasil. In: ILARI, Rodolfo (org.). *Linguística Românica*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2008. pp. 237-85.

CASTILHO, Ataliba de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTRO, Ivo. Forças de união e separação no espaço da língua portuguesa. 2007. Disponível em: http://www.clul.ulisboa.pt/files/ivo_castro/2007_Unio_e_Separao.pdf. Acesso em: 10 abr. 2019.

- CASTRO, Ivo. A internacionalização da língua portuguesa (comunicação). 2009. Disponível em: http://www.clul.ulisboa.pt/files/ivo_castro/2009_Internacionalizao_do_Portugus.pdf. Acesso em: 18 ago. 2020.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- CHIQUITO, Ana Beatriz; QUESADA PACHECO, Miguel Ángel (orgs.). *Actitudes lingüísticas de los hispanohablantes hacia el idioma español y sus variantes*. Bergen: Bergen Language and Linguistic Studies (BeLLS), 2014.
- CLYNE, Michael (org.). *Pluricentric languages: Differing Norms in Different Nations*. Berlin/New York: de Gruyter, 1992a.
- CLYNE, Michael. Pluricentric Languages – Introduction. In: CLYNE, Michael (org.). *Pluricentric languages: Differing Norms in Different Nations*. Berlin/New York: de Gruyter, 1992b. pp. 1-9.
- CLYNE, Michael. Epilogue. In: CLYNE, Michael (org.). *Pluricentric languages: Differing Norms in Different Nations*. Berlin/New York: de Gruyter, 1992c. pp. 455-66.
- CLYNE, Michael; SHARIFIAN, Farzad. English as an international language: Challenges and possibilities. *Australian Review of Applied Linguistics*, v. 31, n. 3, pp. 28.1-28.16, 2008.
- COSERIU, Eugenio. Sistema, norma y habla. In: COSERIU, Eugenio (org.). *Teoría del lenguaje y lingüística general. Cinco estudios*. 2.ªed. Madrid: Gredos, 1967. pp. 11-113.
- COSERIU, Eugenio. *Sincronía, diacronía e historia. El problema del cambio lingüístico*. 3. ed. Madrid: Gredos, 1978.
- COSERIU, Eugenio. *Sentido y tareas de la dialectología*. 6. ed. México, D.F.: Instituto de Investigaciones Filológicas/Centro de Lingüística Hispánica, 1982.
- COSERIU, Eugenio. El español de América y la unidad del idioma. In: SIMPOSIO DE FILOLOGÍA IBEROAMERICANA, 1. Sevilla. *Actas [...]*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1990. pp. 43-75.
- COSERIU, Eugenio. Lenguaje y política. In: LOUREDA LAMAS, Óscar (org.). *Lenguaje y discurso*. Barañáin: Ediciones Universidad de Navarra, 2006. pp. 35-56.
- COSERIU, Eugenio. *Competencia lingüística y criterios de corrección*. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DE RIDDER, Reglindis. Linguistic diversity in audiovisual media for children in Belgium and Austria. In: MUHR, Rudolf; THOMAS, Juan (orgs.). *Pluricentric Theory beyond Dominance and Non-dominance*. Graz/Berlin: PCL-PRESS, 2020. pp. 121-36.
- DE RIDDER, Reglindis. Taaldiversiteit in kindertelevisie: Wat denken de ouders? *Over Taal*, v. 59, n. 1, pp. 1-8, 2020.
- DE RIDDER, Reglindis. Audiovisual translation matters. On the sociolinguistic importance of audiovisual translation. *Lletres Asturianes*, n. 126, pp. 99-116, 2022.

"Há crianças portuguesas que só falam 'brasileiro'": indústria cultural, meios massivos de comunicação e contatos intralinguísticos no espaço variacional lusófono a partir de uma perspectiva histórica

DUARTE, Maria Eugênia; GOMES, Christina Abreu; PAIVA, Maria da Conceição. Codification and Standardisation in Brazilian Portuguese. In: MUHR, Rudolf (org.). *Pluricentric Languages and Non-Dominant Varieties Worldwide*. Vol 1: Pluricentric Languages across continents – Features and usage. Wien et al.: Peter Lang, 2016. pp. 51-65.

DUPB. BORBA, Francisco. *Dicionário de usos do Português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.

ENGELS, Kathrin; KAILUWEIT, Rolf. Los italo-lunfardismos en el sainete criollo. Consideraciones léxico-semánticas. In: DI TULLIO, Ángela; KAILUWEIT, Rolf (coords.). *El español rioplatense: lengua, literatura, expresiones culturales*. Madrid/Frankfurt am Main: Iberoamericana/Vervuert, 2011. pp. 227-47.

ESTRELA, Joaquim et al. *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2021*. Oeiras: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras/Gabinete de Estudos, Planeamento e Formação, 2022.

FARACO, Carlos Alberto. Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política. In: LOBO, Tania et al. (orgs.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012. pp. 31-50.

FARACO, Carlos Alberto. *História do português*. São Paulo: Parábola, 2019.

FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria. *Norma linguística*. São Paulo: Contexto, 2017.

FARIAS, Virginia Sita. A concepção sincrônica de língua e sua limitação em relação ao tratamento da neologia. *Cadernos do IL*, n. 36, pp. 46-58, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/cadernosdoil/article/view/18912>. Acesso em: 06 mar. 2023.

FARIAS, Virginia Sita. O problema da norma padrão no Brasil. Uma reflexão sobre pluricentrismo, constituição de variedades nacionais e codificação linguística. In: GRAZIOLI, Fabiano Tadeu (org.). *A senda nos estudos da língua portuguesa*. Ponta Grossa: Atena, 2019. pp. 25-37.

FARIAS, Virginia Sita. O estândar no Brasil. Uma discussão sobre pluricentrismo, codificação normativa e o papel da lexicografia. *Acta Semiótica et Linguística*, v. 25, n. 2, pp. 22-45, 2020a. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/actas/article/view/54678>. Acesso em: 25 fev. 2023.

FARIAS, Virginia Sita. Pluricentrismo versus panhispanismo en la cultura lingüística hispánica. *Tinkuy. Boletín de Investigación y Debate*, n. 25, pp. 75-93, 2020b. Disponível em: https://llm.umontreal.ca/public/FAS/llm/Documents/2-Recherche/Tinkuy_No_25__1_.pdf. Acesso em: 11 jan. 2024.

FARIAS, Virginia Sita. El portugués y su pluricentrismo: el problema de la codificación normativa en diccionarios generales brasileños y portugueses. *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana*, n. 37, pp. 113-23, 2021.

FARIAS, Virginia Sita. Lexicografía integral en Hispanoamérica y Brasil (y diseño de un modelo de análisis y evaluación de diccionarios integrales). In: CORBELLA, Dolores; DORTA, Josefa; PADRÓN, Rafael (orgs.). *Perspectives de recherche en linguistique et philologie romanes*. Vol.1 (= BiLiRo 18,1). Strasbourg: Société de Linguistique Romane/Éditions de linguistique et de philologie. pp. 703-14.

FARIAS, Virginia Sita. Pluricentrismo, políticas académicas y los discursos sobre la lengua en la cultura lingüística hispánica. *Nueva Revista De Filología Hispánica (NRFH)*, v. 72, n. 1, pp. 3-44, 2024. Disponível em: <https://nrfh.colmex.mx/index.php/nrfh/article/view/3925/4305>. Acesso em: 11 jan. 2024.

FIORIN, José Luiz. A dimensão política do acordo de unificação ortográfica: a CPLP. In: BASTOS, Neusa (org.). *Língua portuguesa: lusofonia(s), língua(s) e cultura(s)*. São Paulo: EDUC/IP-PUC-SP, 2020. pp. 5-15.

FLYDAL, Leiv. Remarques sur certains rapports entre le style et l'état de langue. *Norsk Tidsskrift for Sprogvidenskap*, v. 16, pp. 240-57, 1951.

GALVES, Charlotte; KROCH, Anthony. Main syntactic changes from a principle-and-parameters view. In: WETZELS, Leo; MENUZZI, Sérgio; COSTA, João (orgs.). *The Handbook of Portuguese Linguistics*. New York: John Wiley & Sons, 2016. pp. 487-503.

GUGENBERGER, Eva. Die Dynamik im lusophonen Varietätengefüge aus der Perspektive des Sprachkontakts am Beispiel von Brasilien und Angola. In: LADILOVA, Anna et al. (orgs.). *Bornistik. Sprach- und kulturwissenschaftliche Perspektiven auf die Romania und die Welt*. Giessen: Giessen University Library Publications, 2021. pp. 316-42.

GUY, Gregory. *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of the phonology, syntax and language history*. 1981. 391p. Ph.D (Dissertation on Linguistics) – University of Pennsylvania, Philadelphia, 1981.

HOLM, John. Popular Brazilian Portuguese: a semi creole. In: D'ANDRADE, Ernesto; KIHM, Alain (orgs.). *Actas do Colóquio sobre Crioulos de Base Lexical Portuguesa*. Lisboa: Colibri, 1992. pp. 37-66.

JANSSEN, Maarten et al. The CPLP Corpus: A Pluricentric Corpus for the Common Portuguese Spelling Dictionary (VOC). In: EURALEX INTERNATIONAL CONGRESS, 18. Ljubljana. *Proceedings [...]*. Ljubljana: EURALEX, 2018. pp. 835-40.

KABATEK, Johannes. Requisitos para ser lengua: el caso del asturiano y de otras modalidades lingüísticas de España. In: CASTILLO LLUCH, Mónica; KABATEK, Johannes (orgs.). *Las Lenguas de España. Política lingüística, sociología del lenguaje e ideología desde la Transición hasta la actualidad*. Madrid/Frankfurt am Main: Iberoamericana/Vervuert, 2006. pp. 141-58.

KABATEK, Johannes. Dos Españas, dos normalidades: visiones bipolares sobre la situación lingüística en la España actual. In: ARNSCHEIDT, Gero; TOUS, Pere Joan (orgs.). *“Una de las dos Españas...”*. *Representaciones de un conflicto identitario en la historia y en las literaturas hispánicas*. Madrid/Frankfurt am Main: Iberoamericana/Vervuert, 2007. pp. 803-16.

KABATEK, Johannes. Algunos apuntes acerca de la cuestión de la ‘hibridez’ y de la ‘dignidad’ de las lenguas iberorrománicas. In: BLEORȚU, Cristina; GERARDS, David Paul (orgs.). *Lingüística coseriana, lingüística histórica, tradiciones discursivas*. Madrid/Frankfurt am Main: Iberoamericana/Vervuert, 2018. pp. 107-21.

KAILUWEIT, Rolf. La spirale de la médiatisation – L’oralité primaire, secondaire et tertiaire du *lunfardo* (argot du tango). In: CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET DE PHILOLOGIE ROMANES, 27. Nancy. *Actes [...]*. Strasbourg: Éditions de linguistique et de philologie, 2016. pp. 1059-70.

KAILUWEIT, Rolf; SCHÜLTZ, Anja. Medios populares y normas lingüísticas en la Argentina – El desarrollo de una lengua literaria moderna a través del rock argentino. *Revue de Linguistique Romane*, n. 327-328, pp. 335-52, 2018.

KEMMLER, Rolf. Quem tem direitos proprietários sobre a ortografia em Portugal? Uma breve abordagem histórica. In: LUÍS, Carla Sofia; LUÍS, Alexandre António; OSÓRIO, Paulo (orgs.). *A Língua Portuguesa no Mundo: passado, presente e futuro*. Lisboa: Edições Colibri/Universidade da Beira Interior, 2016. pp. 351-64.

"Há crianças portuguesas que só falam 'brasileiro'": indústria cultural, meios massivos de comunicação e contatos intralingüísticos no espaço variacional lusófono a partir de uma perspectiva histórica

KLOSS, Heinz. Abstand Languages and Ausbau Languages. *Anthropological Linguistics*, v. 9, n. 7, pp. 29-41, 1967.

KLOSS, Heinz. *Die Entwicklung neuer germanischer Kultursprachen seit 1800*. 2. ed. Düsseldorf: Schwann, 1978.

KOCH, Peter; OESTERREICHER, Wulf. *Gesprochene Sprache in der Romania: Französisch, Italienisch, Spanisch*. 2. ed. Berlin/New York: de Gruyter, 2011.

KREFELD, Thomas. Migration-induced Variation in the Communicative Space. *Gragoatá*, n. 42, pp. 13-26, 2017.

KREMnitz, Georg. „Polyzentrische Sprachen“ und „interner Kolonialismus“, mögliche Beziehungen. Einige sprachpolitische Überlegungen. In: LADILOVA, Anna *et al.* (orgs). *Bornistik. Sprach- und kulturwissenschaftliche Perspektiven auf die Romania und die Welt*. Giessen: Giessen University Library Publications, 2021. pp. 140-51.

LANDAU, Sidney. *Dictionaries. The art and craft of lexicography*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

LANGENBACHER-LIEBGOTT, Jutta; FARIAS, Virginia Sita. Introducción. Pluricentrismo y codificación lexicográfica. *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana*, n. 37, pp. 9-16, 2021.

LARA, Luis Fernando. *Teoría del diccionario monolingüe*. México, D.F.: El Colegio de México, 1997.

LEITE, Yonne; CALLOU, Dinah. *Como falam os brasileiros*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LINS, Alex Batista. Três hipóteses e alguns caminhos para melhor compreender o processo constitutivo do português brasileiro. In: OLIVEIRA, Klebson; CUNHA E SOUZA, Hirão; SOLEDADE, Juliana (orgs.). *Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2009. pp. 271-96.

LÓPEZ GONZÁLEZ, Antonio María. Español neutro – español latino: hacia una norma hispanoamericana en los medios de comunicación. *Rockzniki Humanistyczne*, v. 67, n. 5, pp. 7-27, 2019.

LÓPEZ SERENA, Araceli. Tradiciones discursivas, historia de la lengua española e historia del portugués brasileño. Fundamentos teóricos, principios metodológicos y aproximaciones descriptivas. *Lexis*, v. 45, n. 2, pp. 483-553, 2021.

LUCCHESI, Dante. A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre línguas. *Estudos de Lingüística Galega*, v. 4, pp. 45-65, 2012a.

LUCCHESI, Dante. A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica. In: LOBO, Tania *et al.* (orgs.). *Rosae: lingüística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012b. pp. 249-74.

MAPASSE, Ermelinda. Usos e avaliação social do português em Moçambique. *Calidoscópico*, v. 15, n. 2, pp. 240-53, 2017.

MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

- MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. Variação, mudança e norma: movimentos no interior do português brasileiro. In: BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da norma*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. pp. 261-83.
- MEISNITZER, Benjamin. O português como língua pluricêntrica. Um desafio para a didática do Português Língua Estrangeira. In: KOCH, Christian; REIMANN, Daniel (orgs.). *As variedades do português no ensino de português língua não materna*. Tübingen: Narr, 2019. pp. 19-46.
- MESGRAVIS, Laima. *História do Brasil colônia*. São Paulo: Contexto, 2018.
- MINGA, Ester Amaral de Paula. *A Construção do Outro na Opinião Pública: representações contemporâneas do Brasil e dos brasileiros na sociedade portuguesa*. 2020. 410 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2020.
- MONTEAGUDO, Henrique; LAGARES, Xoán. Norma e autoridade linguística no galego e no português brasileiro. *LaborHistórico*, v. 3, n. 2, pp. 12-27, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/17123>. Acesso em: 26 fev. 2023.
- MUHR, Rudolf. Language change via satellite. The influence of German television broadcasting on Austrian German. *Journal of Historical Pragmatics*, v. 4, n. 1, pp. 103-27, 2003.
- MUHR, Rudolf. Linguistic dominance and non-dominance in pluricentric languages: A typology. In: MUHR, Rudolf et al. (orgs.). *Non-dominant Varieties of pluricentric Languages. Getting the Picture. In Memory of Michael Clyne*. Wien et al.: Peter Lang, 2012. pp. 23-48.
- MUHR, Rudolf. Codifying linguistic standards in non-dominant varieties of pluricentric languages – adopting dominant or native norms? In: MUHR, Rudolf et al. (orgs.). *Exploring Linguistic Standards in Non-Dominant Varieties of Pluricentric Languages/Explorando estándares lingüísticos en variedades no dominantes de lenguas pluricéntricas*. Wien et al.: Peter Lang, 2013. pp. 11-44.
- MUHR, Rudolf. The state of the art of research on pluricentric languages: Where we were and where we are now. In: MUHR, Rudolf (org.). *Pluricentric Languages and Non-Dominant Varieties Worldwide*. Vol 1: Pluricentric Languages across continents – Features and usage. Wien et al.: Peter Lang, 2016. pp. 13-37.
- MUÑOZ MACHADO, Santiago. *Hablamos la misma lengua. Historia política del español en América, desde la Conquista hasta las Independencias*. Crítica: Buenos Aires, 2019.
- NEVES, Marco. *Doze segredos da língua portuguesa*. Lisboa: Guerra e Paz, 2016.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.
- NEVES, Maria Helena de Moura. O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e a meta da simplificação e unificação. *D.E.L.T.A.*, v. 26, n. 1, pp. 87-113, 2010.
- NOLL, Volker Rudolf. A formação do português do Brasil. In: DIETRICH, Wolf; NOLL, Volker Rudolf (orgs.). *O português do Brasil. Perspectivas da pesquisa atual*. Madri/Frankfurt am Main: Iberoamericana/Vervuert, 2004. pp. 11-26.

"Há crianças portuguesas que só falam 'brasileiro'": indústria cultural, meios massivos de comunicação e contatos intralinguísticos no espaço variacional lusófono a partir de uma perspectiva histórica

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. The system of national standards and the demolingistic evolution of Portuguese. In: MUHR, Rudolf (org.). *Pluricentric Languages and Non-Dominant Varieties Worldwide*. Vol 1: Pluricentric Languages across continents – Features and usage. Wien et al.: Peter Lang, 2016. pp. 35-48.

PERINI, Mário Alberto. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010.

PÖLL, Bernhard. Essai de standardologie comparée: quelques éléments pour une comparaison de l'espagnol et du portugais européens et américains. *Revue belge de philologie et d'histoire*, v. 79, n. 3, pp. 907-30, 2001.

PÖLL, Bernhard. *Le français langue pluricentrique? Études sur la variation diatopique d'une langue standard*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2005.

PÖLL, Bernhard. Situaciones pluricéntricas en comparación: El español frente a otras lenguas pluricéntricas. In: LEBSANFT, Franz; MIHATSCH, Wiltrud; POLZIN-HAUMANN, Claudia (orgs.). *El español, ¿desde las variedades a la lengua pluricéntrica?* Madrid/Frankfurt am Main: Iberoamericana/Vervuert, 2012. pp. 29-45.

PÖLL, Bernhard. El papel de los medios de comunicación en los procesos de normativización lingüística: Ejemplos de lenguas pluricéntricas. *Anuari de Filologia. Estudis de Lingüística*, v. 11, pp. 185-201, 2021. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/AFEL/article/view/37928/36489>. Acesso em: 14 abr. 2022.

ROUGÉ, Jean-Louis. A inexistência de crioulo no Brasil. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (orgs.). *África no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014. pp. 63-73.

SANTOS, Eduardo Ferreira dos. Aspectos da língua portuguesa em Angola. *PAPIA*, v. 28, n. 1, pp. 25-49, 2018.

SCHMIDT-RADEFELDT, Jürgen. Portugiesisch. In: JANICH, Nina; GREULE, Albrecht (orgs.). *Sprachkulturen in Europa. Ein internationales Handbuch*. Tübingen: Narr, 2002. pp. 211-19.

SILVA, Augusto Soares da. The cognitive approach to pluricentric languages and the pluricentricity of Portuguese: What's really new? In: MUHR, Rudolf (org.). *Pluricentric Languages and Non-Dominant Varieties Worldwide*. Vol 1: Pluricentric Languages across continents – Features and usage. Wien et al.: Peter Lang, 2016. pp. 13-34.

SILVA, Augusto Soares da. Modelos cognitivos da lusofonia. Romantismo e racionalismo nas políticas de língua e comunicação de unidade/diversidade do português europeu e brasileiro. In: MATINS, Moisés de Lemos (org.). *A Internacionalização das Comunidades Lusófonas e Ibero-Americanas de Ciências Sociais e Humanas – O Caso das Ciências da Comunicação*. Famalicão: Edições Húmus, 2017. pp. 319-35.

SILVA, Augusto Soares da. O português no mundo e sua standardização: entre a realidade de uma língua pluricêntrica e o desejo de uma língua internacional. In: BARROSO, Henrique (org.). *O Português na Casa do Mundo, Hoje*. Braga: Edições Húmus, 2018. pp. 111-32.

SINNER, Carsten. Language Change through Medial Communication. In: BEDIJS, Kristina; MAASS, Christiane (coords.). *Manual of Romance Languages in the Media*. Berlin/Boston: de Gruyter, 2017. pp. 381-410.

STAUDINGER, Eva; KAILUWEIT, Rolf. Norma(s) pluricêntrica(s) y medios de comunicación. El caso del «argentino neutro». In: STROSETZKI, Christoph (coord.). *Aspectos actuales del hispanismo mundial: Literatura — Cultura — Lengua*. Berlin/Boston: de Gruyter, 2019. pp. 588-99.

STEWART, William. Sociolinguistic typology of multilingualism. In: FISHMAN, Joshua (org.). *Readings in the sociology of language*. The Hague: Mouton, 1968. pp. 530-45.

TARALLO, Fernando. Diagnosticando uma gramática brasileira: O português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. São Paulo: UNESP, 1993. pp. 69-105.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Tradução: Celso Cunha. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ZANATTA, Flávia. Breve panorama da situação da norma lingüística no Brasil. *Lusorama*, n. 77/78, pp. 79-102, 2009.

ASPECTOS LINGÜÍSTICOS DA COMÉDIA ITALIANA NO RENASCIMENTO: A RELEVÂNCIA DA LÍNGUA FLORENTINA NA CONSTRUÇÃO DE *MANDRAGOLA* DE MAQUIAVEL

LINGUISTIC ASPECTS OF ITALIAN COMEDY IN THE RENAISSANCE: THE RELEVANCE OF THE FLORENTINE LANGUAGE IN THE CONSTRUCTION OF MACHIAVELLI'S *MANDRAGOLA*

Priscila Nogueira da Rocha¹

Sonia Cristina Reis²

RESUMO

Este artigo se propõe a fazer uma análise linguística da comédia teatral mais importante do Renascimento italiano, escrita por Nicolau Maquiavel (1469-1527), *Mandragola* (1513-1518), que apesar de muito estudada por um viés político, deve ser também abordada em seu caráter literário e filológico. A partir da perspectiva dos estudos sobre a *Questione della lingua* e considerando ainda as questões apresentadas em outra obra do autor – *Discorso o dialogo intorno alla nostra lingua* – busca-se refletir sobre a importância da língua usada em suas comédias, não só para dar indícios da língua falada, mas principalmente para verificar as nuances que o autor dá para cada personagem, permitindo sua melhor interpretação. Não por acaso Maquiavel é considerado o primeiro teórico da comédia, e demonstra que seu interesse pelo gênero não era casual ou superficial, mas pela forma literária em si. Apesar de muitos críticos não considerarem suas outras peças por acreditarem se tratar de meras versões e traduções, é preciso ter em mente que o autor as escreve na língua florentina falada em seu tempo, o que aproxima o público e os leitores de seus textos teatrais. Muito do seu sucesso não provém somente dos temas que escolhe apresentar, mas da língua em que escreve suas peças. Por isso, ainda que seja impossível analisar todos os casos neste artigo, serão mostrados aqueles considerados mais relevantes dentro da *Mandragola*, que poderão ser utilizados para complementar a análise dos personagens presentes e das mudanças apresentadas na própria língua italiana.

PALAVRAS-CHAVE: Maquiavel. Língua italiana. Comédia do Renascimento. *Mandragola*. Filologia.

ABSTRACT

This article aims to conduct a linguistic analysis of the most significant theatrical comedy of the Italian Renaissance: *Mandragola* (1513-1518), written by Niccolò Machiavelli (1469-1527). Despite being extensively studied from a political point of view, it should also be approached in its literary and philological character. From the perspective of studies on the *Questione della lingua* and considering the issues presented in another work by the author – *Discorso o dialogo intorno alla nostra lingua* – we seek to reflect upon the importance of the language used in his comedies, not only to provide clues about the spoken language but especially to examine the nuances that the author gives to each character, allowing for a better interpretation. Not by chance, Machiavelli is considered the first theorist of comedy, demonstrating that his interest in the genre was not casual or superficial but rather rooted in the literary form itself. Despite many critics not considering his other plays to be of similar value, believing them to be mere versions and translations, it is crucial to keep in mind that the author wrote them in the Florentine language spoken in his time, bringing the audience and readers

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), priscila.nogueira.da.rocha@letras.ufrj.br, <https://orcid.org/0000-0003-2200-8698>.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sonia.kapps.reis@letras.ufrj.br, <https://orcid.org/0000-0002-3679-5824>.

closer to his theatrical texts. Much of his success does not solely come from the themes he chooses to present but from the language in which he writes his plays. Therefore, even though it is impossible to analyze all cases in this article, we will highlight those considered most relevant within *Mandragola*, which can be used to complement the analysis of characters in his works and the changes presented in the Italian language itself.

KEYWORDS: Machiavelli. Italian language. Renaissance comedy. *Mandragola*. Philology.

Introdução

Nos últimos anos, tem havido um aumento significativo no interesse pelos estudos relacionados a Maquiavel. Suas obras continuam a ser altamente influentes, e debates contínuos surgem, especialmente no contexto político e social. Esses estudos têm ampliado o escopo tradicionalmente explorado, aprofundando a análise de sua produção. Notavelmente, suas comédias também começaram a receber atenção acadêmica, embora haja ainda poucos estudos literários dedicados a essas obras. Rocha (2021), em sua tese de doutorado, se aprofunda neste tema e faz uma análise das comédias do autor dando o devido destaque e aprofundamento que essas obras merecem. Entretanto, até a presente data não havia sido verificado nenhum estudo filológico sobre o vocabulário utilizado por Maquiavel em suas comédias, nem sobre a importância da língua florentina no contexto em que foram escritas. Pretende-se neste artigo verificar como a questão da língua era vista no início do século XVI, quais eram as ideias propostas por Maquiavel, e como inovações propostas e introduzidas pelo autor são usadas até os dias atuais. Apesar de suas outras comédias - *Andria*, *Clizia* e *Commedia in versi* - também trazerem vocábulos originais, o foco deste artigo será a análise da obra *Mandragola*, não só por ser até hoje a sua comédia mais reconhecida, mas também por superar de longe suas antecessoras em originalidade, atrevimento e espírito. Mais ainda, Berthold (2006, p. 278) relata que os críticos modernos da literatura italiana a consideram não somente a obra prima dramática do *Cinquecento*³, mas de todo o teatro italiano. Como o objetivo é, portanto, abordar a variante linguística utilizada, será utilizado o texto literário dramático como fonte documental primária, e para tanto usaremos a versão de Stoppelli (2017), por trazer integralmente o texto catalogado no Ms. Redi 129 da Biblioteca Medicea Laurenziana. Importante ressaltar que não existem mais os manuscritos originais de *Mandragola*; após uma pesquisa detalhada, ficou constatado que a versão de Stoppelli é a que mais se aproxima do manuscrito original, e ainda traz alguns comentários e considerações sobre a língua utilizada por Maquiavel e as mudanças empregadas por ele. Fazer um estudo filológico da obra é importante para que se possa verificar as determinantes que modelam os estudos históricos e culturais, como um testemunho, que se evidencia na articulação entre histórico e literário e como documento e monumento que atualiza, enquanto memória, a história de um povo em uma determinada época.

Para iniciar a análise a que este artigo se propõe, é importante que se tenha ao menos breve conhecimento sobre a trama da comédia, que gira em torno dos temas da zombaria, amor e engano. O enredo começa com Callimaco, um jovem florentino, apaixonado por Lucrezia, a mulher mais bela e

³ Entende-se *Cinquecento* o período que compreende o século XVI, auge da Renascença Italiana.

virtuosa de Florença, mesmo sem nunca a ter visto. Ele planeja conquistá-la por uma noite, apesar de ela ser casada com Nicia, um homem bobo e ignorante, muito mais velho que ela. Nicia e Lucrezia têm problemas para conceber um filho. Callimaco retorna a Florença e, com a ajuda de Ligurio, o grande artífice da história, elabora um plano enganoso para conquistar Lucrezia. Eles convencem Nicia de que Lucrezia deve consumir uma poção feita com raiz de mandrágora para engravidar, mas que a primeira pessoa a se deitar com ela após o consumo morrerá. O plano, entretanto, era que o próprio Callimaco, agora disfarçado de vagabundo, seria o “infeliz” a encontrar a morte por um bem maior. Apesar de assustado com as explicações do falso médico, Nicia quer tanto ter filhos que, por fim, aceita o estratagema proposto e Callimaco se disfarçará como um jovem para ser essa pessoa. Resta então apenas uma dificuldade a ser superada: convencer a jovem esposa a se deitar com outro homem, tendo em vista que, até este momento, Lucrezia era apresentada como uma dama muito virtuosa. A solução para esse dilema é trazida pela entrada em cena de seu confessor, Fra Timoteo, que aceita vender seu aconselhamento religioso para que o ardil tenha êxito, sendo auxiliado ainda pela própria mãe de Lucrezia, Sostrata. Por fim, o religioso e a mãe convencem a jovem senhora a obedecer ao desejo do esposo. O plano segue como previsto, o amante é colocado na cama de Lucrezia pelo próprio marido, e esta, que inicialmente não aceitara muito bem o plano que julgava ser de Nicia, após ter ouvido a declaração de amor de Callimaco, se entrega ao adultério, sem que seu marido suspeite ter sido enganado. No dia seguinte à farsa proposta na obra, é apresentado um suposto “final feliz”, no qual todos alcançam seus objetivos, porém todos enganam e são enganados, e fica evidente que cada personagem tem uma segunda face, ou véu. Na cena final, todos se encontram na igreja para serem abençoados.

Rocha (2021, p. 117) observa que é um final “feliz” ao primeiro olhar, porém mais trágico que alegre, gerando uma sensação nova e desconhecida nas comédias, culminando com um encerramento diferente de suas antecessoras, não apresentando no final da peça a tradicional festa, com todos os impasses resolvidos, os enganos desfeitos, os personagens bons triunfando e os maus pagando caro por seus atos. Pelo contrário, em *Mandragola* o que se vê é uma ruptura desses padrões: os personagens, embora simples e quase “caricatos” (mais arquétipos de seu papel social do que propriamente indivíduos), são dúbios, não podendo ser facilmente identificados como bons ou maus, e todas as ações que a princípio seriam entendidas como negativas, tais como mentiras, corrupção e adultério, são justificadas para um “bem” maior, onde o engano acaba sendo responsável pelo status final, no qual todos estão felizes: Fra Timoteo com sua recompensa, Messer Nicia com a cura da infertilidade de sua esposa, Lucrezia por ter encontrado um amante que a satisfaz mais do que o marido, Callimaco pela satisfação de seu desejo pessoal, e pela perspectiva do futuro com a amante, e Ligurio pelo prazer intelectual de ter sido bem sucedido em sua manipulação. O senso é de que o egoísmo extremado prevaleça: cada personagem só enxerga os próprios objetivos, sem nenhum senso de coletividade ou empatia. Tudo se resolve através da manipulação, e o próprio fato de que este estado de coisas positivas tenha sido gerado por um engano já evidencia a conhecida visão da ideologia maquiavélica – se o fim é positivo, qualquer meio para obtê-lo é aceitável, mesmo o engano.

1. Maquiavel e a questão da língua

É fato conhecido que a língua italiana no século XVI ainda não havia se consolidado. Havia, na época, diversos estudiosos que discordavam acerca da melhor linguagem a utilizar para se produzir um texto. Um destes era justamente Maquiavel, que defendia, entre outras coisas, que a língua da comédia fosse o mais próxima possível da falada, o que se pode rapidamente perceber no contato com suas obras teatrais.

Paul Larivaille (1988, p. 9) destaca a dificuldade de se falar em Itália naqueles tempos, e a dificuldade maior ainda de falarmos em país. A Itália em 1469, momento em que nasce Maquiavel, seria o que o autor francês chama de “um mosaico de estados de dimensões territoriais, regimes políticos, estágios de desenvolvimento econômico e até culturas muito variáveis”. Ao pensar na questão da língua, a norma era a prática de dialetos locais nas comunicações cotidianas, e os estudiosos começaram a se preocupar em formalizar uma língua italiana unitária, apesar das divisões políticas. Existiam, porém, posições divergentes sobre qual deveria ser esta língua comum. Importante destacar que no final do século XV e início do XVI as novas estruturas da língua florentina não se caracterizam pela variação diastrática, ao contrário, envolve todos os níveis sociais dos falantes. Também não serão isolados pela variação diafásica, mas dizem respeito e permeiam todos os níveis da produção escrita e falada (FROSINI, 2021, p. 23).

Para entender a história da língua italiana faz-se necessário entender o latim vulgar⁴, que, na teoria trazida por Marazzini (2015, p. 42) é definido como latim falado, uma língua diferente daquela ensinada nas escolas, de uso corrente em âmbitos familiares e populares. O autor acrescenta ainda que o latim teria sido exposto a muitas tensões e influências, principalmente em territórios fronteiriços, e que à noção de latim vulgar se deve acrescentar a variedade social que também pertencia ao idioma. Os primeiros registros deste latim vulgar viriam com Plauto e Terêncio. Já nessa época, e por vários séculos, notava-se a disputa entre o latim vulgar e o latim usado nos documentos políticos, principalmente no aspecto de haver uma língua “certa” contra uma língua “errada”. Ainda na esteira de Marazzini, é importante dar atenção principalmente às palavras consideradas “erradas”, para entender possíveis tendências inovadoras quando ocorre a generalização do erro.

Pode-se, portanto, definir a questão da língua como um conjunto de discussões e polêmicas que, desde o século XIV até os dias atuais, envolveram e continuam a envolver, sob perspectivas diferentes ao longo do tempo e por centenas de intelectuais, o mérito das questões relativas à língua a ser adotada na Itália nas diferentes formas de comunicação (PATOTA, 2019, p. 310). A questão da língua se tornou então uma interminável série de discussões sobre a natureza do vulgar e qual nome lhe deveria ser atribuído.

A primeira corrente de pensamento foi encabeçada por Pietro Bembo (1470-1547), veneziano, defensor da língua literária florentina em seu *Prose della volgar lingua*, obra publicada em Veneza em

⁴ Importante notar que o termo ‘vulgar’ aqui não carrega consigo nenhum julgamento de valor, significando apenas comum, corriqueiro, em oposição à sua variante literária.

1525, dividida em três livros. A obra dá voz a Carlo Bembo, Giuliano de' Medici, Federico Fregoso e Ercole Strozzi, que em uma conversa entre os dias 10 a 12 de dezembro de 1502, em Veneza, conversam sobre a língua e opinaram sobre qual seria a forma correta.

Bembo partia do princípio de que a língua escrita era mais importante do que a língua falada, porque não era temporária nem sujeita a variações às quais são sujeitas as variantes faladas, e que de todos os vulgares usados na Itália, a partir do *Duecento*, o melhor seria o de Florença e de seus escritores. Explica ainda que até aquele momento ninguém havia feito nada considerável a respeito das regras e por isso criou o seu tratado, dividido em 3 volumes (PATOTA, 2019, p. 31). Parte então, em sua obra, da constatação de que não existem dúvidas caso alguém queira escrever um texto literário em latim, por existir somente um modelo de referência, mas, por outro lado, questiona: caso quisesse escrever em vulgar, qual deveria ser o modelo adotado, o de Florença, de Roma, Nápoles ou Milão?

Para responder a essa pergunta, realiza em *Prose*, pela primeira vez, uma ampla análise histórico-linguística⁵, seguindo a premissa de que o vulgar teria nascido da contaminação do latim pelos invasores bárbaros, e o resgate desse vulgar contaminado por suas origens bárbaras só seria possível graças aos escritores e à literatura. Segundo Marazzini (2015, p. 196), Bembo, ao falar de língua vulgar, refere-se especificamente ao toscano, porém não o contemporâneo, por trazer expressões que ofendem e mancham as escrituras, mas que deveriam usar o florentino literário do *Trecento*, dos grandes autores, das *Tre Corone*, Francesco Petrarca (1304-1374), Giovanni Boccaccio (1313-1375) e, em parte, Dante Alighieri (1265-1321).

Sempre de acordo com Bembo, o modelo seguiria Petrarca pela poesia e Boccaccio pela prosa. Dante seria tomado com sérias ressalvas, por ter feito uso, em sua *Commedia*, de uma língua muito “bárbara”, por trazer o plurilinguismo como marca de sua poética, ou seja, articula termos e construções frasais inspiradas na literatura latina, palavras toscanas, bem como termos do norte da península, da língua popular, estrangeirismos e neologismos, ou seja, Dante não manteve uma estabilidade linguística, como os demais escritores. A corrente encabeçada por Bembo teve sua importância não só por tratar de aspectos literários, mas também das questões políticas, pois era a proposta que identificava a burguesia que surgia naquele momento.

A segunda teoria, apresentada como cortesã ou italiana, era defendida por Ludovico Castelvetro (1505-1571), Vincenzo Colli, vulgo *Calmeta* (1460-1508), Mario Equicola (1460-1525), Baldassare Castiglione (1478-1529), e Giovan Giorgio Trissino (1478-1550). Para eles, o melhor vulgar seria aquele utilizado nas cortes, principalmente as de Roma. Equicola defendia que o italiano deveria ser uma língua capaz de acolher léxicos de todas as regiões do país, ideia compartilhada também por Castiglione em seu *Cortegiano* de 1528; Trissino, poeta e escritor da primeira tragédia em vulgar, *Sofonisba* (1514-15) e reconhecido por redescobrir e traduzir para o vulgar *De Vulgari Eloquentia*, de Dante, e defendia que a língua utilizada por Petrarca era uma mistura de vários vulgares e, por isso, não poderia ser considerada uma língua florentina, mas italiana (MARAZZINI, 2010, p. 199).

⁵ É nessa análise, por exemplo, que aparece pela primeira vez o uso de apóstrofo (como sinal de elisão fonética), inspirado na grafia grega.

Deve-se a Trissino também a criação do termo *italianidade*, que se refere à essência da língua. Ao repropor a obra de Dante, em um primeiro momento relacionando o vulgar ilustre com a língua italiana, e depois usando a *Commedia* como suporte para comprovar que Dante utilizou vários modos de dizer italianos, acabou descontentando os florentinos, dentre eles Maquiavel, que reagiu escrevendo *Discorso o dialogo intorno alla nostra lingua* (1515)⁶, doravante *Dialogo*, em que não contesta a autenticidade do tratado dantesco, como muitos outros fizeram, mas apresenta um diálogo entre ele mesmo e Dante, em que o segundo pede desculpas pelos erros cometidos em *De vulgari eloquentia*. Dante é enganado, corrigido por seus erros e levado a admitir ter escrito em florentino, não em língua cortesã ou curial (MARAZZINI, 2010, p. 199).

Esta foi a forma encontrada por Maquiavel para defender o florentino vivo. E embora o autor em nenhum momento nomeie Trissino, lhe faz alusão ao mencionar sobre certos literários não toscanos, sobretudo os vicentinos (não por acaso Trissino era de Vicenza), que queriam ser mestres da língua. Critica também a pretensão dos setentrionais que achavam que poderiam usar suas línguas ao lado da toscana. Entretanto, sua obra não chegou a influenciar diretamente os debates sobre a língua no *Cinquecento*, pois se manteve inédita até 1730, tendo sido encontrada por Giovanni Bottari, adaptada e provavelmente anepígrafa, em um apógrafo de Giuliano d'Ricci. Bottari, inicialmente, a publicou como um apêndice a *L'Ercolano*, de Benedetto Varchi.

Embora houvesse controvérsias sobre a autoria do texto, a suspeita geral é de que fosse de fato do próprio Maquiavel, devido não só à sua origem, mas principalmente ao tipo de argumentação, originalidade, força conceitual do raciocínio e, talvez ainda mais esclarecedor, presença da terminologia, sintaxe e fraseologia típicas do autor. Ainda sobre *Dialogo*, Maquiavel tece na obra críticas muito severas a Dante e o acusa de ter traído sua pátria, pois que, embora ambos tivessem sido obrigados a se exilar, o autor, diferente de Dante, não teria deixado de ser fiel a sua pátria, porque o “dever de um cidadão virtuoso era amá-la, sempre e de qualquer forma, mais que a alma” (PATOTA, 2019, p. 313). Porém, ambos concordam na defesa de uma língua por via da naturalidade, divergindo da proposta de Bembo que defendia a língua pela arte, ou seja, por uma via artificial. Há ainda outras semelhanças entre os dois escritores: Dante catalogou os vulgares da Itália com suas regiões e Maquiavel divide a Itália em suas províncias (Lombardia, Romanha, Toscana, Roma e Reino de Nápoles), para que se torne mais fácil observar a diferença entre os falares de cada lugar. Maquiavel conclui:

[...] de que não existe uma língua que se possa chamar de comum da Itália ou de curial, isto é, língua falada pelos homens da corte do papa ou do duque; pois todas que assim poderiam ser chamadas têm seus alicerces nos escritores de língua florentina, a qual precisam recorrer como a verdadeira fonte e fundamento todas as vezes que sua própria língua se demonstre insuficiente; e não querendo ser realmente teimosos, tem de se admitir ser esta língua a florentina. (2012, p. 205)

⁶ Pequeno tratado sob forma de diálogo que mostra a visão de Maquiavel dentro do debate acirrado entre especialistas e literatos, no início do *Cinquecento*, denominado *questione della lingua*.

Deste modo, a corrente cortesã, seguindo o pensamento de Castiglione, defende o bem falar que não se restringe a um ou outro modelo regional de língua, nem a modelos de língua literários, mas a um bem falar que circula, é maleável e se adapta aos diferentes contextos, isto é, aos diferentes sistemas que compõem o polissistema da Renascença. Mostra ainda sua preferência por, sendo lombardo, falar como um, usando sua língua materna de forma natural, espontânea, em oposição a ser não toscano falando um toscano artificial, apreendido dos modelos literários (CASTIGLIONE, 2012, p. 113). É importante notar nessa discussão que a maior parte dos intelectuais que defendiam a corrente cortesã era proveniente de áreas não toscanas, tanto setentrionais (Bembo e Trissino), quanto meridionais (Equicola). Foi fora da Toscana que a necessidade de gramáticas surgiu, o que é explicado pelas dificuldades que escritores e intelectuais enfrentavam diante de sua *koiné*, por vezes bastante diferente da prestigiosa língua toscana de Dante, Petrarca e Boccaccio.

A terceira corrente viria com Maquiavel, que acreditava na superioridade da língua de Florença com relação aos outros vulgares italianos, a partir da demonstração da origem florentina da língua literária italiana, razão pela qual a língua deveria ser chamada de florentina, ideia defendida também por Sperone Speroni (1500-1588).

Se em um primeiro momento, a proposta bembiana pode parecer semelhante à teoria maquiaveliana, é fundamental observar um detalhe: para Bembo, o critério decisivo para a admissão de um modelo linguístico válido para toda Itália era o da literariedade, ou seja, da arte e não da naturalidade (CASINI, 2012, p. 164). A proposta de Bembo privilegiava a língua florentina, mas a literária de dois séculos antes, indo na contramão da tese florentinista, que dava continuidade ao projeto de hegemonia política de Florença sonhado por Lorenzo, o Magnífico, que almejava a expansão do florentino contemporâneo à língua comum italiana.

Maquiavel, apesar de educado com base no latim clássico, opta por escrever suas obras dramáticas em prosa vulgar florentina⁷, e também por privilegiar o uso da língua popular, a mesma utilizada pelo público, visando dele se aproximar, gerando identificação. O pensamento do autor subentende que a vida do texto teatral não acaba no momento individual da leitura, mas se complementa no momento em que está na coletividade, do ouvir dizer, o qual está ligado ao falar dos atores e o ouvir do público. Para ele, a comédia pede uma comunicação e uma cumplicidade na linguagem que, em outros gêneros literários, não é igualmente necessária, e que pode ser realizada exclusivamente na dimensão social da língua falada. Giovanardi e Trifone (2015, p. 26) acreditam que, mesmo que não fosse florentino, Maquiavel provavelmente teria sido fiel à sua concepção de motes e termos *proprii et patrii*.

O *Dialogo* de Maquiavel deve, portanto, ser visto como uma tomada de posição, um ato de engajamento em favor e em defesa de Florença. O autor se utiliza da obra para responder, de forma bastante polêmica, a Trissino e aos outros partidários da teoria cortesã. Embora não tivesse sido publicada na época, é possível que tenha circulado clandestinamente nos ambientes literários, deixando sua contribuição no debate sobre a questão da língua na Itália.

⁷ Cabe ressaltar que em suas obras políticas, diplomáticas e seu epistolário são usadas variações da língua culta, coloquial e popular.

2. O Discurso o dialogo intorno alla nostra lingua

Considera-se que com *Dialogo*, Maquiavel, a partir de um conceito de unidade linguística específica, a florentina, estaria inserido na mesma linha de raciocínio em favor da regularidade da língua. Assim, no âmbito do século XVI, teria sido em *Dialogo*, e não em *Regole* (1516), de Giovanni Francesco Fortunio, que se encontraria pela primeira vez um esboço de estudo gramatical da língua italiana. Maquiavel é considerado por Manzoni o precursor na defesa da língua viva e contemporânea em detrimento da preferência bembiana pelo florentino arcaico. Os principais pontos debatidos em *Dialogo* e destacados por Casini (2012, p. 167) são:

- a) Noção da distinção entre língua falada e língua literária, com preferência pelo naturalismo linguístico (superioridade do florentino língua “natural”, criação comum e espontânea do povo de Florença e da Toscana, contra a artificialidade da língua cortesã);
- b) Afirmção que graças às três coroas de Florença, a língua teria passado ao resto da Itália, “educando” linguisticamente e refinando os escritores não florentinos;
- c) Crítica ao excesso de abstração da língua cortesã e à heterogeneidade da corte romana;
- d) Princípio da expansibilidade do tosco-florentino a toda a Itália (em consonância com o projeto dos Medici no século XV, que visava impor a hegemonia de Florença a partir da língua e da cultura);
- e) Interessantes observações sobre a capacidade assimiladora das línguas (como a afirmação de que a introdução em uma determinada língua de vocábulos estrangeiros não prejudica a persistência do caráter indígena e autêntico daquela língua, a qual, ao contrário, tem força para torná-los semelhantes a si, integrando-os estavelmente no seu patrimônio linguístico);
- f) Importância atribuída à fonética (atenção à pronúncia e aos acentos);
- g) Reconhecimento do caráter estruturante e identificador, para uma língua, da sintaxe;
- h) Firme rejeição do antiflorentismo linguístico de Dante;
- i) Censura de certos termos usados por Dante;
- j) Demonstração da fundamental “florentinidade” linguística da *Commedia*, apesar da hostilidade de seu autor contra Florença.

A visão de Maquiavel não estava alinhada, portanto, à opinião expressa por Baldassarre Castiglione⁸, nem tampouco à proposta de Pietro Bembo, no debate sobre a língua literária típica naqueles anos, pois preferia a adoção de uma única linguagem dialetal corrente (o florentino, no caso), a uma *koiné* virtual. Ridolfi (2003, p. 200) defende a opinião de Maquiavel, segundo a qual as comédias, mais do que outras peças literárias, só surtiriam efeito se estivessem em plena consonância

⁸ Que como visto acima, idealizou a corrente cortesã que se inspirava em um ideal de língua eclética, como a língua usada nas cortes italianas da época, com uma base toscana, mas que mesclava palavras e construções de outros dialetos e de outras línguas (principalmente o provençal), visto que eram refinados e possuíam graciosidade na pronúncia, como afirmava o próprio Castiglione.

com o universo linguístico dos espectadores. Isso não significa que não se pudesse apreciar as peças do passado, mas que estas deveriam ser adaptadas às línguas que eram ouvidas, caso contrário seu sentido seria perdido.

Maquiavel pratica essa teoria adaptando autores clássicos, mas só quando escreve *Mandragola* consegue reunir todas as funções do teatro cômico. Um dos primeiros críticos a afirmar que Maquiavel teria sido o teórico primevo da comédia foi Baratto (1977, p. 69), acreditando que o próprio autor começara a refletir em modo sistemático e pessoal sobre a linguagem e os personagens da comédia. Isso demonstra que o interesse pela comédia não era casual ou superficial, mas um interesse pela forma literária em si.

Seria o próprio Maquiavel, em *Discorso*, que viria a definir o conceito de comédia como um espelho da vida privada, buscando o ridículo com termos e temas que produzam o riso e o cômico como amálgama entre a linguagem da tradição e a língua pertencente à esfera familiar. Sua finalidade com essa obra era fazer um chamado patriótico para o uso do dialeto toscano, pois este seria um idioma superior aos demais utilizados na Itália do século XVI, bem como esperava que os homens, desejando se deleitar, acabassem retendo ao menos alguns dos exemplos escondidos na peça, que certamente lhes seriam úteis, devendo ser entendida como uma representação do cotidiano, com aspectos frequentes e comuns da vida, através de acontecimentos de instintos e paixões típicas da natureza humana. Seria, ainda, nesta obra, que apareceria sua primeira explicação sobre sua teoria do gênero cômico:

E digo ainda que se escrevem muitas coisas que não são bonitas, se não se utilizam os termos e as expressões idiomáticas locais. Como no caso das comédias; pois, ainda que a finalidade das comédias seja apresentar um espelho de uma vida privada, mesmo assim sua forma de fazê-lo é com uma certa graciosa comicidade e com palavras que promovam o riso, de maneira que os homens, voltando-se para este prazer, possam saborear o exemplo útil que está nelas. E por isso as pessoas com quem dificilmente possam ser pessoas sérias a tratam; pois não pode haver gravidade em um serviçal fraudulento, em um velho ludibriado, em um jovem fora de si por amor, em uma puta lisonjeadora, em um parasita guloso; mas dessa composição de homens resultam efeitos sérios e úteis para a nossa vida. Mas, como as coisas são tratadas de forma ridícula, é justo usar termos e expressões que produzam esses efeitos; os quais termos, se não são idiomáticos, e pertencentes a uma língua, na qual somente podem ser homogêneos e verdadeiramente integrados, não funcionam, nem podem funcionar⁹ (MAQUIAVEL, 2012, pp. 199-200).

⁹ *Dico ancora come si scrivano molte cose che, senza scrivere i motti e i termini proprii patrii, non sono belle. Di questa sorte sono le comedie; perché, ancora che il fine d'una comedia sia proporre uno specchio d'una vita privata, nondimeno il suo modo del farlo è con certa urbanità e termini che muovino riso, acciò che gli uomini, correndo a quella delectazione, gustino poi l'exemplo utile che vi è sotto. E perciò le persone con chi difficilmente possano essere persone gravi la trattano: perché non può esser gravità in un servo fraudolente, in un vecchio deriso, in un giovane impazzato d'amore, in una puttana lusinghiera, in un parasito goloso; ma ben ne risulta di questa compositione di uomini effetti gravi et utili a la vita nostra. Ma perché le cose sono trattate ridicolamente, conviene usare termini et motti che faccino questi effetti; i quali termini, se non sono proprii e patrii, dove sieno soli interi et noti, non muovono né possono muovere. Donde nasce che uno che non sia toscano non farà mai questa parte bene, perché se vorrà dire i motti della patria sua farà una veste rattoppata, facendo una compositione mezza toscana et mezza forestiera; et qui si conoscerebbe che lingua*

A comédia se revelaria então como gênero para um multilinguismo vivaz, ou ainda pela pesquisa de efeitos particulares da língua falada. Entretanto, a característica mais evidente da língua da comédia é a presença de vários códigos para os diferentes personagens, seguindo tendências que com o tempo cristalizaram.

Umberto Eco, em *La ricerca della lingua perfetta nella cultura europea* (2008) cita o livro *De vulgari eloquentia*, escrito entre 1303 e 1305, como o “primeiro texto no qual o mundo medieval cristão confronta organicamente um projeto de língua (italiana) perfeita”¹⁰ (2008, p. 41). Acrescenta que, ao tratar da obra de Dante, é retomada a questão da língua natural e da língua artificial: “O *De vulgari eloquentia* se abre para uma constatação óbvia, mas fundamental para o nosso assunto: existe a pluralidade das línguas vulgares, e o vulgar se opõe, enquanto língua natural ao latim, modelo de gramática universal, mas artificial.”¹¹. (2008, p. 41)

De vulgari eloquentia se abriria então para uma constatação óbvia, mas fundamental para o assunto: existia uma pluralidade nas línguas vulgares, e o vulgar se opõe, enquanto língua natural, ao latim, modelo de gramática universal, embora artificial (ECO, 2008, p. 41). Essa afirmação, sob um ponto de vista diacrônico, retoma a discussão ocorrida durante o Renascimento Italiano, especialmente no confronto das ideias de Maquiavel e Bembo, pois para Maquiavel a língua florentina que deveria ser usada era aquela de uso, a língua natural, enquanto que, para Bembo, a língua que merecia ser considerada a língua nacional era aquela utilizada pelos escritores do século XIV, que deveria ser aprendida de forma artificial através da *imitatio*.

Muitos críticos questionam o interesse de Maquiavel pelo gênero literário e as respostas encontradas até o momento não indicam qual teria sido o verdadeiro motivo, mas o mais provável é que tenha sido uma reunião de três fatores: necessidade econômica, uma vez que estava exilado; motivação obtida nas reuniões nos *Orti Oricellari*; e a possibilidade de representar em suas comédias a observação empírica de seu tempo, ou em outras palavras, realidade e no conceito da verdade efetiva das coisas.

O conceito de comédia como espelho da realidade já era conhecido desde a Antiguidade. A noção de vida privada foi apresentada anteriormente por Maquiavel como se verifica a partir da estrofe de *Commedia in versi*: “Agora quanto à comédia / Não sei se o riso vos comoverá, / Porque foi feito não só para o prazer, / Mas para ajudar de novo a nossa mente: / O que mais é comédia do que um espelho / Da vida, em que todos os defeitos humanos / se distinguem.”¹² (RAIMONDI, 1972, p. 749).

egli havessi imparata, s'ella fussi comune o propria. Ma s'e' non gli vorrà usare, non sappiendo quelli di Toscana, farà una cosa manca et che non harà la perfetione sua.

¹⁰ *primo testo in cui il mondo medievale cristiano affronta organicamente un progetto di lingua perfetta.*

¹¹ *Il de vulgari eloquentia si apre su una constatazione ovvia, ma fondamentale per il nostro assunto: esiste la pluralità delle lingue volgari, e il volgare si oppone in quanto língua naturale al latino come modello di grammatica universale ma artificiale.*

¹² *Or quanto alla commedia / Non so se a riso vi commoverà, / Perché non sol per diletto fu fatta, / Ma per giovare a nostre menti ancora: / Ch'altro non è commedia ch'uno specchio / Di vita, in cui tutti e defetti umani / Si scorgono*

Maquiavel elucida ainda que a língua das comédias do *Cinquecento* foi influenciada por Boccaccio, conquanto a língua toscana se sobressaía no vulgar, e deste modo acreditava que para escritores não toscanos, como Ariosto e Bibbiena, as dificuldades linguísticas seriam um pouco maiores, pois o vulgar estava distante da língua falada por eles.

3. Língua de Maquiavel

Após entendermos como era vista e dividida a língua italiana na Renascença, e também as diferentes teorias acerca da língua a ser utilizada na literatura, já é possível antever que as primeiras comédias do período, notadamente *La Cassaria*, *La Calandria*, *I Suppositi* e *Mandragola*, ainda que seguissem os modelos estruturais clássicos, tomariam partido de alguma das teorias linguísticas na escolha da variante utilizada, ainda que de forma inconsciente, e acabariam por se tornar referência para as obras sucessivas, assim constituindo o organismo da comédia. Segundo Patota (2019, p. 323), a língua de Bembo e Ariosto é a de Petrarca e Boccaccio (e de Dante, no caso de Ariosto), ainda que os autores não fossem florentinos. Eles interiorizam perfeitamente níveis e finalidades diferentes de uma língua que não é a deles, mas o florentino literário do *Trecento*. Sendo Maquiavel o formulador e defensor de uma das teorias na questão da língua, naturalmente o autor adota uma língua que é plenamente sua – o florentino falado no início do *Cinquecento* – como a língua de suas comédias, para “escrever algo útil a quem a entende”¹³.

Pode-se perceber que a linguagem utilizada em *Mandragola* e *Clizia* é, portanto, aquela cotidiana, compreensível a um público contemporâneo médio-alto, sendo, porém, modificada de acordo com cada personagem, ajudando a definir sua condição social e o seu caráter. O latim do Renascimento, o vernáculo e os provérbios são atribuídos a cada um dos personagens conforme sua personalidade e características, tendo cada um seu estilo de linguagem próprio. Ainda segundo Patota (2019, p. 271), Maquiavel sabe escrever como Bembo (ou conforme a teoria por ele defendida), mas escolhe não o fazer. Neste sentido, como informado por Marazzini (2015, p. 227), a língua utilizada por Maquiavel na comédia não é a mesma utilizada em *Il Principe*, por exemplo, que dava preferência a uma língua do tipo *cancelleresco*, a mesma que usava em seu trabalho como secretário da chancelaria, com elementos latinos ao lado de formas do florentino de seu tempo.

Com estas escolhas, Maquiavel revela seu propósito de colorir a língua da comédia de tons vibrantes e vernáculos, atribuindo à sua escrita um realismo mais robusto. Então, pode-se encontrar em *Mandragola* e *Clizia* uma série de citações, expressões idiomáticas e provérbios em nada literários, mas de baixo calão e usuais, que aumentam o senso de humor e a verossimilhança na atmosfera da comédia; esta preferência para o dialeto não deixa de existir nem mesmo quando prevalece a teoria de Bembo para a questão linguística italiana, até o século XIX. Outro elemento que determinada a verossimilhança está no fato de que a ação de *Mandragola* se desenvolve em uma Florença descrita com realismo topográfico, toponomástico (nome de lugares) e onomástico (relativo aos nomes de

¹³ *scrivere cosa utile a chi la intende*

lugares): “*ci sono mercato nuovo, mercato vecchio, pancone degli Spini, la loggia dei Tornaquinci, la panca del Proconsolo, a Via dell’Amore*”¹⁴¹⁵.

Para ilustrar essas características dentro do texto dramático, deve-se pensar na base da filologia textual, que estuda a língua através de textos escritos, literários e não literários. Para isso, o filólogo deve resgatá-lo e recuperá-lo, por meio da edição de textos, a fim de contribuir para a compreensão do período em que o texto foi escrito e evidenciar alguns aspectos da história sócio-política, cultural, literária e linguística de uma sociedade. Portanto, é importante lembrar que, por mais que o texto escrito tenha a função de ser lido, a peça se complementa por meio da representação, através de sua linguagem dramática. Para a filologia, no entanto, a preocupação se dará em preservar e reconstituir os textos em si, para que, sob a forma impressa ou digital, possam ser lidos, consultados e até eventualmente encenados.

Ao aprofundarmos a questão filológica, percebe-se que, diferente da norma defendida pelos gramáticos à época, Maquiavel se apropria dos pronomes *lui*, *lei* e *loro* como sujeitos, em oposição à norma que favorecia o uso das formas *egli*, *ella*, *essi*, *esse*, como na passagem: “*lui m’ha promesso d’aiutarmi con le mani e co’pie*”¹⁶ (*Mandragola*, ato I, cena 1). D’Achille (apud GIOVANARDI; TRIFONE, 2015, p. 34) assinala que esses usos foram significativos ao anteciparem o emprego moderno dos pronomes (ainda que provavelmente este uso já ocorresse no florentino da época, tem-se na obra um registro desse fenômeno). Patota (2019, p.297) defende que os diálogos queriam reproduzir o falar espontâneo, e afirma que isso se comprova através do deslocamento que se verifica quando, no interno de uma frase, o argumento que está no centro é colocado em destaque (ou no início da frase ou no final, ou seja, à direita ou à esquerda do verbo) e é retomado ou antecipado por um pronome. No exemplo “*e ti pare ad te una favola*”, o objeto indireto é repetido duas vezes: antes do verbo como pronome átono (*ti*), e depois do verbo como pronome tônico (*a te*). Esta capacidade de reproduzir e simular a oralidade é o primeiro elemento novo e significativo desta comédia (e de Maquiavel enquanto dramaturgo). Ainda mais relevante é o falar específico para cada personagem. Trifone (2000, p. 33) diz que Maquiavel é o primeiro comediógrafo que intui a importância que a língua assume na escrita dramática, na ausência da palavra externa do narrador.

Passando à análise mais específica aplicada à *Mandragola*, talvez o ponto de maior destaque seja a utilização das variantes linguísticas para melhor definir a voz e, em consequência, a personalidade dos personagens. É possível verificar que os personagens que usam o dialeto florentino são aqueles mentalmente ou socialmente inferiores: *Messer Nicia* usa o florentino destinado à zombaria (“*uso a perdere la Cupola di veduta*”, o qual acredita ter feito uma grande viagem porque foi não somente à “*fiera a Prato*” (*Mandragola*, ato I, cena 2), bem como à Pisa e à Livorno; o servo *Siro*; a viúva

¹⁴ A *Via dell’Amore*, que hoje já não mais existe, efetivamente se encontra no mapa da Florença do Cinquecento, começando na velha praça de *Santa Maria Novella* (cf. STOPPELLI, 2014, p. 122)

¹⁵ *ci sono mercato nuovo, mercato vecchio, pancone degli Spini, la loggia dei Tornaquinci, la panca del Proconsolo, a Via dell’Amore*.

¹⁶ ele prometeu ajudar-me de todas as formas

que conversa diante da igreja com *Fra Timoteo*, em uma cena (*Mandragola*, ato III, cena 3), que constitui um rápido intermédio da ação. *Timoteo*, por sua vez, usa a linguagem da Igreja como simples argumentação. O dialeto serve para caracterizar e satirizar a angústia mental, o horizonte provincial de uma certa burguesia florentina, em um momento em que seria necessária uma perspectiva italiana e até mesmo europeia. Se descobre então na comédia uma série de aspectos significativos, como se Maquiavel abrisse um tipo de hierarquia sócio-linguística em *Mandragola*: *Callimaco* e *Ligurio* não usam o dialeto florentino se não por zombaria, mas utilizam o toscano tornado língua italiana, instrumento na comédia de consciência e de segurança. A variação da língua tem tal importância em *Mandragola* que cada personagem apresenta a si mesmo através do seu próprio modo de falar, como já explicitado.

Aprofundando a análise por personagem, é possível perceber as especificidades de cada um. *Nicia* talvez seja aquele que mais chame a atenção, devido a ser dele a variante linguística mais característica e diferente dos outros. Apresenta uma língua concentrada em estupidez e grosseria que o fazem um autêntico dicionário ambulante de palavras e expressões típicas do florentino popular de sua época, de lugares comuns e de fórmulas latinas de segunda ordem (TRIFONE, 2000, p. 33). O personagem usa expressões vernaculares como: *io non ci vo di buone gambe (non ci vado volentieri)*, *mogliama (moglie mia)*¹⁷. Utiliza-se de muitas frases em latim, não se esquecendo de que era um doutor de leis, conhecedor de um latim básico: *bona dies, domine magister, ma torniamo ad rem mostram*¹⁸. *Nicia* abusa de expressões vernaculares obscenas e de baixo calão: *potta di San Puccio*¹⁹! e *Cacasangue!*²⁰. Uma das primeiras troças do autor, antecipando o tom de escárnio que permearia a obra, aparece quando, no prólogo, informa que *Nicia* aprendeu muito das leis lendo o filósofo *Boezio*, se utilizando, porém de uma corruptela de seu nome (*Buezio*), para inserir a palavra *bue* (boi), animal chifrudo, em referência à traição que *Lucrezia* lhe infligiria mais adiante no texto: “la casa è d’un dottore che ’mparò in sul *Buezio* legge assai” – “A casa é de um doutor que aprendeu em *Buezio* sobre muitas leis”.

Ligurio usa uma linguagem astuta e de duplo sentido, jogando com as palavras em modo enganoso, como por exemplo, no emprego do nome *San Cuco* (São Chifriano, em tradução livre, buscando obter efeito próximo) cujo significado popularesco em francês seria “corno, chifrudo”. Seu linguajar enfatiza a estupidez de *Nicia*, usando frases típicas do florentino: *perdere la cupola di veduta* – perder de vista a cúpula (de Brunelleschi, na igreja de *Santa Maria del Fiore*), ou seja, distanciar-se de Florença; *avendo voi isciato in tante neve* – tendo vós urinado em tanta neve. Porém nada é gratuito, existe uma intenção paródica e grotesca com o objetivo de ridicularizar seu interlocutor. Isso pode ser observado na frase: *Voi dovete avere veduto la carrucola di Pisa*, frase

¹⁷ Vou a contragosto (não vou de boa vontade), mulherzinha (mulher minha)

¹⁸ Bom dia, senhor mestre, mas voltemos à apresentação.

¹⁹ Xoxota de São Puccio

²⁰ Expressão usada como imprecação popular, significando literalmente disenteria, mas que tinha um significado de “*accidenti*”.

que dá a oportunidade de *Nicia* exercitar a sua (pretensa) superioridade e corrigi-lo: *Tu vòì dire la Verucola*, ou seja, o monte Verruca, situado em Pisa, porém, não passa na sua cabeça que o termo *carrucola* possa ter uma intenção satírica, uma vez que *curruca* é palavra latina que tinha o sentido de “corno”, e *carrucolare* significava algo como “tirar sarro” de alguém (PATOTA, 2019, p. 306). A língua de *Ligurio* é caracterizada pela rapidez e pela síntese, com uso de frases contraídas e nominais que dão o sentido de rapidez do seu pensamento, em oposição ao que se vê em *Nicia*, ideia esta que se encontra em consonância com os conceitos observados em *Il Principe*.

Callimaco usa a linguagem solene e vazia do literato, que exprime os próprios sentimentos usando frases latinas, visando impressionar e confundir *Nicia*. Exemplo disso é quando usa em uma frase em linha com o florentino falado: *Io ho paura che costei non sia la nocte mal coperta* – “Receio que ela durma mal coberta, à noite”, atribui o duplo sentido do verbo “cobrir”, que aqui alude à impotência de *Nicia*. A distância que passa entre a estupidez de um e a malícia de outro é a mesma entre o latim dos dois personagens. Stoppelli (2005, p.138) afirma que o latim de *Callimaco* não é básico como o de *Nicia*, e que para emulá-lo Maquiavel usa como referência os manuais de medicina de seu tempo, para fazer o seu falso médico falar como um doutor de elevado conhecimento, e será o seu charlatanismo a alcançar a comicidade. A língua de *Callimaco* é caracterizada por uma sintaxe complexa, mas bem organizada, como verificado por Giovanardi.

Stoppelli (apud GIOVANARDI; TRIFONE, 2015, p. 121) aponta algumas notas linguísticas que mostram um pouco a linguagem da época:

- a) Campo do consonantismo: conservação da *j* latina: *iacerà, iudicare* (mas *giudicando*). Presença de betacismo – passagem da fricativa labiodental *v* a oclusiva bilabial *b*: *boce, voce; boto, voto*; dobrada nas palavras *doppo, troverremo, oppinione*;
- b) Campo da morfologia: formas tardo-florentinas do artigo definido *el -e*, uma alternância *el/il* existe em *el piu ferrigno* e *il piu rubizzo*, para artigo plural diante de vogal: *li*; possessivo em posição enclítica: *farne contenta mogliama – mia moglie*;
- c) Dêiticos situacionais, principalmente espaciais com a função de mostrar o lugar da cena ou de indicar os protagonistas da ação. Frequente uso de *ecco* com valor de apresentação: *eccomi, Eccogli che vengon fuori, Ecco Ligurio che torna in qua*.
- d) Formas dêiticas com pronomes e adjetivos demonstrativos: *quest'è Firenze vostra, quella via, là in quella sinistra porta, in su questa piazza, in quello uscio*.
- e) Formas dêiticas com advérbios de lugar: *qui in sulla man ritta, di qui, qui, di qua, quivi, costì, Dallo qua, di costà, Piglialo di costa e io di qua*. Ainda sobre os dêiticos, a atenção do leitor/espectador é catapultada para frente, como no uso de estruturas catafóricas como as que seguem: na primeira estrutura o elemento que antecipa é um constituído por um sintagma nominal, enquanto nos outros casos por um dêitico textual *questo* (GIOVANARDI, 2019, p. 34): *Ma della pazzia di costui se ne cava questo bene, che Callimaco ha che sperare; Voi avete ad intender questo: che non è cosa più certa ad ingravidare una donna che dargli bere una pozione fatta di mandragola; È bisogno ora pensare a questo: che quello uomo che ha prima a fare seco [...], muore infra otto giorni; questo mi pare la più strana: di avere a sottomettere el corpo mio a questo vituperio*.

- f) Verbos: indicativo presente representado pela desinência (*i*)ano na primeira pessoa do plural: *aspettiam/aspettiamo*; *entràno/entriamo*; populariza o uso da segunda pessoa do singular no lugar do plural *avevi/avevate*, *fia -sarà, fieno – saranno – la difficolta fia la donna; che feno circa a 4 ore di notte*.
- g) Repetição redundante do pronome sujeito – *ma della scienza io ti dico bene io, come io gli parlo*;
- h) Provérbios e expressões idiomáticas: *io mi parto malvolentier da bomba – mi allontano malvolentieri da casa; perché voi non sète uso a perdere la Cupola di veduta – ad allontanarsi de Firenze*;
- i) Subtexto erótico com algumas menções a práticas de sodomia: *che io arei di fatto qualche balzello o qualche porro di drieto che mi fare' sudare*;
- j) Exclamações, onomatopeias e interjeições em momentos de intensidade emotiva: *eimé!, deh! Ca!, pu! Spu!*
- k) Epítetos depreciativos: *nasaccio – naso grande; giovanaccio – giovinaastro; omaccio – uomo rozzo*.

A estes fenômenos, somam-se também outros, típicos do florentino falado no *Cinquecento*, apontados por Scavuzzo (2003, p. 77) e Patota (2019, p. 295):

- a) Artigo masculino *el* no singular por *il* – *el Desiderio, el rimedio, el tempo*. Patota (2019, p. 296) informa que existem 26 ocorrências de *el* e apenas uma de *il*.
- b) Uso de *e* no plural, com duas ocorrências, e nenhuma com *i*;
- c) Antes de uma palavra iniciada por vogal é normal o uso de *gli*.
- d) Forma *è stuto* por *è stato*
- e) Uso dos possessivos (os invariáveis *mie, tuo, suo* para o singular *mia, tua, sua* para plural: *e tua consigli*). No singular é normal o uso das tradicionais formas variáveis: *la donna mia, al mio confessoro, ad mio modo, per mio decto*, etc.
- f) Condicional e futuro com desaparecimento de –v intersonorica (se encontra entre uma vogal e uma vibrante /r/: *harebbe- avrebbe; harete – avrete* (H como grafia etimológica)
- g) 3ª pessoa do singular do Imperfeito do subjuntivo em –i ao invés de –e: *metessi/lasciassi – metesse/lasciasse*
- h) Para a segunda pessoa do plural do verso ser no presente do indicativo é documentada a forma *sète*;
- i) no lugar do numeral *due*, é usada as formas modernas *dua* e *duo*;
- j) Uso de *confessoro* por *confessore*, forma usada somente nas comédias, como plebeísmo de metaplasma de declinação, isto é, com a passagem de uma categoria morfológica a outra;
- k) Reporta ao ambiente toscano a forma *maravigliare* e o demonstrativo *cotesto*;
- l) Uso na língua antiga na forma dos pronomes *egli/é* em frases impessoais;

- m) Grafias latinas, além do h etimológico: *experientie, scientia, doctrina, doctore, conducto, infectione*;
- n) Uso de interjeições: *cacasangue!*; *Cervello di gatta*; *che le venga la contina*²¹;
- o) Uso de léxico popular na forma dos verbos *uccellare* e *beffare*, e dos substantivos *suzachera*²², *pappatori*²³, *cacastecchi*²⁴, *gagno*²⁵;
- p) Vocalismo átono, típico de Florença e de toda Toscana o –i em *gittare, gittava, gitterò, gittata* – alinhados com as escolhas de Boccaccio em *Decameron*;
- q) Forma análoga do presente do subjuntivo – *vadia* – não é rara em Maquiavel nem no florentino do *Cinquecento*;
- r) Nas interrogativas diretas o pronome pessoal é posposto, como era usual na língua antiga: *che dite voi, doctore?*; *Quando l'harebbe ella ad pigliare?*; *Chi volete voi che io truovi*; *che facci cotesta pazzia?*; *Che volete voi da mme?*; *O Callimaco, dove sei tu stato?*
- s) A duplicação fono-sintática é frequentemente assinalada pela grafia: *a pParigi, a ddirti el vero, a pPrato, da mme, a tte, da nnoi, a llecto*, etc.;
- t) Plurais analógicos em –e no feminino: *alle pace, certe potione, delle immagine fresche*;
- u) Utilização de um grande número de diminutivos e aumentativos com fim expressionista, geralmente imprimindo um caráter depreciativo: *canzoncino, capperuccia, garzonaccio, giovanaccio, infermiccio, naccherino, mocciconna, nasaccio, ribaldone, pitocchino, uccellacci*, etc.
- v) O complemento de causa por + infinitivo é uma constante no estilo maquiaveliano: *io non ti ho detto questo per volere tua consigli, ma per sfogarmi in parte*; *n'è suto cagione, prima, per essere ricco*;
- w) *Lui* usado como sujeito, mesmo diante do verbo: *lui m'ha promesso d'aiutarmi colle mani e co'piè*; *lui è per crederlo facilmente*²⁶;
- x) Uso de pronome demonstrativo + forma depreciativa, já indicada por Trifone como estereótipo da língua teatral: *questo tristo di Ligurio et questo impazzato di questo mio padrone, chi non riderebbe di questo uccellaccio*; *questo diavol di Ligurio, io giunsi su con questo garzonaccio*;
- y) Pausas e interrupções, características de conversação, são verificadas pelas reticências em frases não concluídas e braquilogias (reduzidas no tamanho de uma palavra ou frase sem prejuízo de entendimento) e provocam no texto, uma fragmentação do discurso:

²¹ Febre perpétua.

²² Bebida repugnante.

²³ Aproveitadores.

²⁴ Gente que vale pouco.

²⁵ Situação ruim, casino.

²⁶ D'Achille (apud SCAVUZZO, 2003, p. 82) faz referência, em *Mandragola*, de nove ocorrências de *lui*, cinco de *lei* e uma de *loro* como pronome sujeito, antecipando o uso moderno.

Che Arno? Egli è per quattro volte...per più di sei...per più di sete, mi farai dire, Togliete questa parte de'danari. El munistero è ...Ma aspectate.

Frosini (2021, pp. 177-9) observa ainda outros fenômenos:

- a) Ocorrência de *accumulatio* usado com diferentes intenções expressivas;
- b) Em *Callimaco* se percebe um excesso de exibição culta: *talché mi pareva esser grato a' borghesi, a' gentiluomini, al forestiero, al terrazzano, al poveiro e al ricco*;
- c) *Ligurio* usa de imperativo para emitir ordens bem secas para *Siro*: *Considera, esamina, torna presto, riferisci*;
- d) *Nicia* – repetição de uma mesma palavra - *È non si vede se non acqua, acqua, acqua, acqua*²⁷;
- e) Uso de poliptoto²⁸ por *Callimaco*: *Io credo che tu ti meravigliassi assai della mia subita partita da Parigi, e ora ti meravigliarai sendo io stato qui già un mese senza fare alcuna cosa; Se io non ti ho detto infino a qui quello che io ti dirò ora*; até no servo *Siro* encontra-se esse tipo de figura: *E così ho fatto e sono per fare io*;
- f) A movimentação sintática quebra da ordem normal dos elementos na frase. Nas frases interrogativas diretas, a posposição do sujeito para o verbo é constante: *Avete voi, per questo, tentato per altra via cosa alcuna?; Che ha egli promesso insino a qui di fare?; Che vai tu appostando, Callimaco?; Ma dove sta egli?*
- g) Aposposição do pronome em relação ao verbo não ocorre somente nas frases interrogativas: *Pertanto, pensando io di poter avere bisogno, e sono per fare io*;
- h) Antecipação do verbo modal com conseqüente hipérbato: *Potrebbe quel luogo farla diventare d'un'altra natura*.
- i) *Callimaco* em um momento de desespero enumera uma série de opções realizadas com uso da conjunção alternativa 'ou': *perché o io mi gitterò in Arno, o io m'impiccherò, o io mi gitterò da quelle finestre, o io mi darò d'un coltello in sull'uscio suo*;
- j) Encontram-se na linguagem de *Callimaco* muitas figuras de linguagem e de retórica, mostrando seu modo por vezes pomposo de falar, como por exemplo, o uso de assíndetos, polissíndeto intercalado com estruturas temporais e de gerúndio, bem como exemplos de hipotaxe²⁹ e de seqüências paratáticas³⁰, que servem para acelerar o ritmo da história, e ainda se verifica uso de completivas.

²⁷ Provavelmente a pronúncia reiterada da palavra água imitasse o som de gansos gerando um efeito cômico no público.

²⁸ Figura de retórica, próxima da paronomásia, que consiste na utilização de uma palavra em diferentes flexões (uso de formas verbais em diferentes pessoas, tempos e modos; variações de gênero ou número de caso dos substantivos, mantendo sempre o mesmo radical). Cfr. Dicionário Houaiss

²⁹ Relação sintática em que existe dependência ou subordinação de uma palavra ou de uma oração a outra palavra da frase ou a outra oração do período; subordinação.

³⁰ Em Gramática, parataxe, em oposição a hipotaxe, significa uma seqüência de frases justapostas, sem conjunção coordenativa. Em Literatura, corresponde ao uso preferencial, em linguagem falada ou escrita, de frases curtas e simples, normalmente sem conjunções coordenativas ou subordinativas.

- k) Predileção pela conjunção *acciò* (que): *vi mando io a lui acciò li parliate; e narrerégli el caso, acciò che non abbiate a dirlo voi; a ciò che non si paia che noi abbiam questa notte vegghiato.*
- l) Variedade de conjunções com as orações concessivas: *e benché la fussi debole e vana, la voglia e 'l desiderio che l'uomo ha di condurre la cosa non la fa parer così; benché sia dottore, egli è el più semplice e el più sciocco uomo di Firenze; E ancora che fussi un omaccio, pure le carni tirono;*
- m) Grande ocorrência também de orações consecutivas: *e in modo mi travagliavo in ciascuna di queste cose che l'una non impedia la via dell'altra; alla quale e' dette tanta laude e di bellezza e di costumi, che fece restare stupidi qualunque di noi; e sommi acceso in tanto desiderio d'esser seco che io non trovo loco.*

Para além da análise linguística, faz-se relevante também tratar do uso da onomástica na peça. Era comum nas comédias latinas que os nomes dos personagens trouxessem indícios na relação entre o significante (nome) e significado (psicológico, ideológico, etc.) como se fossem motivados intrinsecamente. Em Plauto, os nomes dos personagens têm origem grega, com um significado representativo dentro do enredo, são nomes falantes, cujo significado aponta para a natureza ou para a característica do indivíduo a que se referem, como em: *Carino* – encantador; *Eutico* – afortunado; *Pasicompsa* – bonita, formosa; *Lisimaco* – o que põe fim à guerra. A este recurso se dá o nome de *notatio* e trata-se de uma descrição breve e estática, que aponta notações físicas e que incidem indiretamente nas ações do sujeito, sugerindo inclusive ações virtuosas ou viciosas do personagem. Procedimento semelhante, mas em emprego antifrástico, pode ser verificado, por exemplo, no nome de *Nicia*, que significa “o vencedor”, quando na verdade ele é justamente o personagem ludibriado na história, mostrando que Maquiavel usa o recurso da antítese para nomear seus personagens: um modo irônico de dizer uma coisa, visando expor justamente o contrário. Do mesmo modo *Callimaco*, cujo nome significa “uma bela batalha” e que, no entanto, não trava batalha alguma e só alcança seus objetivos graças aos ardis de *Ligurio*. A ironia está também presente no nome de *Timoteo*, “aquele que honra a Deus”, quando o frei, a cada atitude, faz o oposto do que se espera de um representante da fé católica, uma vez que só pensa em obter vantagem financeira: seu deus, portanto, é o dinheiro, e por essa divindade usa sua própria interpretação da religião como instrumento. De Terêncio, encontra-se o mesmo nome de dois de seus personagens, que em Maquiavel são considerados menores: *Siro* e *Sostrata*, respectivamente servo de *Callimaco* e mãe de *Lucrezia*. *Sostrata* é o nome da matrona de *Heautontimorumenos*, *Hecyra* e *Adelphoe*, que em Maquiavel além de mãe de família, exerce também o papel de alcoviteira. *Siro* está presente em *Heautontimorumenos*, e *Adelphoe*, e aqui aparecem como uma homenagem aos personagens terencianos.

Giovanardi e Trifone (2015, p. 10) se preocupam também com a confiabilidade e veracidade das edições disponíveis, principalmente ao pensarmos em textos antigos. Citam ainda que na impossibilidade de uma averiguação filológica sistemática, era necessário confiar na que existia previamente, e que por sorte hoje podemos encontrar edições conduzidas com métodos filologicamente

detalhados e confiáveis, principalmente no que tange a comédia do *Cinquecento*. Ainda a este respeito, Patota (2019, p. 292) elucida que qualquer análise feita sobre a língua de Maquiavel, tomando como referência as comédias, não é necessariamente a língua de Maquiavel, por hoje não mais existir a versão manuscrita original, apenas a de quem transcreveu a comédia, que se encontra hoje na Biblioteca *Medicea Laurenziana* de Florença. Afirmo também que apesar disso, percebem-se similaridades em comparação aos seus manuscritos originais. Ainda segundo Patota, também não seria possível reportar em um livro o que aparece de concreto em uma apresentação cênica: pausas, ênfases, silêncios, rumores, olhares, movimentos, posturas, etc. Giovanardi e Trifone (2015, p. 153) acrescentam que o falado em *Mandragola* é escrito para a execução oral na ficção cênica, e perceber a ficção e a execução é indispensável para colher as características deste falado.

Muitos são os textos maquiavelianos que mereciam não só uma leitura mais detida como uma análise linguística e estilística pormenorizada. Poderíamos partir, por exemplo, de suas demais obras teatrais - notadamente *Clizia*, muito pouco estudada na academia - sua novela Belfagor, bem como obras consideradas de cunho literário menor, como seus *canti carnascialeschi* e suas cartas, em que podem ser observadas suas escolhas de variantes linguísticas e suas opções entre o uso da língua erudita e a coloquial usada em cada contexto. Neste artigo foi possível observar que a linguagem utilizada por Maquiavel em *Mandragola* é o florentino falado em sua época, sobre o qual se incorporam palavras e fórmulas latinas não como elementos próprios de uma língua nobre e elevada, mas como características do linguajar político do chanceler florentino, semelhante a uma validação, ou mesmo uma assinatura que o distinguiu dos demais personagens. Se compararmos a linguagem de Maquiavel com a de seus contemporâneos, como Bembo e Castiglione, percebemos que estes não são florentinos, e estão mais próximos do idioma de Petrarca, Boccaccio e Dante. Eles internalizam perfeitamente uma língua que não é a deles - o florentino literário do século XIV - para criar beleza, enquanto Maquiavel utiliza uma linguagem que é plenamente sua - o florentino falado no início do século XVI, visando que seus contemporâneos pudessem refletir sobre a situação em que estavam inseridos, e a partir desse conhecimento pudessem alterar o status quo de sua terra. Maquiavel poderia escrever como Bembo, empregando as variantes mais cultas e conceituadas à época, mas é imprescindível compreender que o autor florentino escreve antes de tudo para os seus, e sempre com o objetivo de transmitir alguma mensagem, mais ou menos velada conforme o caso, e que melhor forma de falar aos seus que usando o próprio linguajar comum que os une? Espera-se com esse artigo poder contribuir para o estudo da filologia italiana na produção teatral de Maquiavel, não só sobre *Mandragola*, sua peça mais famosa, mas visando também expandir esse estudo às suas demais obras, como *Clizia*, *Andria* e *Commedia in Versi*, peças tão pouco estudadas no Brasil e que nem mesmo possuem tradução em português até o momento. Pretende-se incentivar e prover subsídios para que outros textos literários possam ser analisados em um viés filológico e linguístico, visando sempre uma compreensão cada vez mais aprofundada da trajetória linguística percorrida por Maquiavel em seus mais diversos campos de produção literária.

Referências

BARATTO, Mario. *La commedia del cinquecento*. Vicenza: Neri Pozza, 1977.

BERTHOLD, Margot. *História mundial do teatro*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

CASINI, Maria Cecília. Introdução ao Diálogo sobre nossa língua. In: ROMANELLI, Sergio (org.). *Antologia bilíngue*. Clássicos da língua italiana. Volume I, Florianópolis: Tubarão Copiart, 2012. Disponível em https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/178908/Sergio_Romanelli_-_Antologia_Bilingue_-_Classicos_da_Lingua_Italiana.pdf. Acesso em: 10 nov. 2018.

CASTIGLIONE, Baldassare. *Il libro del cortigiano*. Milão: Garzanti, 2012.

ECO, Umberto. *La ricerca della língua perfetta nella cultura europea*. Bari: Laterza, 2008.

FROSINI, Giovanna. *La língua di Machiavelli*. Bolonha: Il Mulino, 2021.

GIOVANARDI, Claudio & TRIFONE, Pietro. *La língua del teatro*. Bologna: Il Mulino, 2015.

MACHIAVELLI, Niccolò. *Teatro: Andria-Mandragola-Clizia: (STOPPELLI, Pasquale. a cura di)*. Roma: Salerno Editrice, 2017.

MARAZZINI, Claudio. *La língua italiana: Storia, testi, strumenti*. Bolonha: Il Mulino, 2015.

PATOTA, Giuseppe. *La grande bellezza dell'italiano*. Il Rinascimento. Bari: Ed. Laterza, 2019.

RAIMONDI, Ezio. Il segretario a teatro. In: *Politica e commedia. Dal Beroaldo al Machiavelli*. Bolonha: Il Mulino, 1972. pp.71-2.

RIDOLFI, Roberto. *Biografia de Nicolau Maquiavel*. Tradução de Nelson Canabarro. São Paulo: Musa, 2003.

ROCHA, P. N. *A comédia como espelho da vida privada: reflexões sobre o teatro de Maquiavel*. Tese de doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós Graduação em Letras Neolatinas, 2021

SCAVUZZO, Carmelo. *Machiavelli*. Storia linguística italiana. Roma: Carocci Editore, 2003.

STOPPELLI, Pasquale. *La Mandragola*. storia e filologia. Roma: Bulzoni, 2005.

LÍNGUA GERAL DE MINA: UMA FOTOGRAFIA DA HISTÓRIA LINGUÍSTICA DOS AFRICANOS ESCRAVIZADOS NO BRASIL

LÍNGUA GERAL DE MINA: A PICTURE OF THE LINGUISTIC HISTORY OF ENSLAVED AFRICANS IN BRAZIL

Wellington Santos da Silva¹

RESUMO

Este artigo aborda a história linguística dos africanos escravizados no Brasil, tomando como exemplo a Língua Geral de Mina (LGM), uma língua africana de origem Gbe documentada no Brasil no século XVIII, durante o Ciclo do Ouro. O argumento central consiste em mostrar que a variedade Gbe oriunda da Costa da Mina continuou sendo falada no contexto colonial, preservando traços morfossintáticos característicos das línguas do grupo, como adjetivos atributivos reduplicados e verbos de complementação inerente, fenômenos analisados neste trabalho. Após a exposição dos aspectos teóricos que embasam a pesquisa, explicitamos os fatores ecológicos (MUFWENE, 2001; 2008) que garantiram a vitalidade da LGM no Brasil, sendo eles a homogeneidade etnolinguística dos povos Gbe, a estrutura socioeconômica da zona mineradora e as redes sociais estabelecidas pelos africanos escravizados em Minas Gerais. A discussão é acompanhada de dados linguísticos que reforçam a inserção da LGM nas interações sociais dos africanos mina naquela região. Com isso, temos o intuito de mostrar que as línguas são ferramentas mobilizadas pelos falantes a fim de atingir seus objetivos.

PALAVRAS-CHAVE: História Linguística. Ecologia Linguística. Línguas Gbe.

ABSTRACT

This paper deals with the linguistic history of enslaved Africans in Brazil. One analyses Língua Geral de Mina (LGM), a Gbe language documented in Brazil during the mining economy (18th-century). The main argument is that even in the colonial context that Gbe variety brought from Mina Coast retained its characteristic morphosyntactic features, such as reduplicated attributive adjectives and inherent complement verbs, that were analyzed in this paper. After exposing the theoretical framework, one shows the ecological factors (MUFWENE, 2001; 2008) that contributed to the vitality of LGM in Brazil, e.g., the ethnolinguistic homogeneity of Gbe people, the socioeconomic structure of the mining area, and the social networks that were created by the enslaved Africans in Minas Gerais. One includes some linguistic data in the discussion in order to emphasize that LGM was a language used in the social interactions in that region. In this sense, one argues that languages are devices that are used by the speakers in order to achieve their objectives.

KEYWORDS: Linguistic History. Linguistic Ecology. Gbe languages.

Introdução

Se fizermos um breve retrospecto histórico dos trabalhos que, de alguma maneira, se ocuparam da trajetória linguística dos africanos escravizados no Brasil, veremos que pouco foi dito a respeito das

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), santosdasilvawellington@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-8502-8429>

línguas africanas por eles trazidas². Conforme pontua Mufwene (2001, p. 154), não obstante haja uma literatura considerável sobre a sobrevivência das culturas africanas nas Américas – por exemplo, no campo das manifestações religiosas, da culinária, da música etc. –, pouco há sobre a sobrevivência das línguas faladas por aqueles que, ao longo de séculos, foram cativos nesse vasto território. De acordo com o autor, a razão para essa lacuna epistemológica seria a carência de evidências da sobrevivência das línguas em questão, uma vez que, em sua perspectiva, os diferentes contextos coloniais americanos não teriam sido ecologias³ hospitaleiras de modo a garantir a sobrevivência de vernáculos africanos, situação oposta àquela vivida pelas línguas europeias transplantadas pelos agentes coloniais.

Com efeito, ao voltarmos o olhar para a produção linguística brasileira de fins do século XIX até meados do século XX, é possível notar a ausência de discussões sobre as línguas africanas faladas no país. O que há é um considerável volume de trabalhos voltados a compreender a participação dos falantes africanos na formação do português brasileiro (doravante, PB), considerados os diferentes níveis de análise, tradição esta que perdura até os dias contemporâneos (para mais informações, cf. BONVINI, 2008). Porém, mesmo neste campo de investigação, alguns problemas têm sido levantados, como a predominância de um discurso de perda⁴ (SANTOS DA SILVA, 2020) ou mesmo uma espécie de “subnotificação” da influência africana.

Uma exceção na tendência observada na produção brasileira do período aqui considerado é a obra *Os Africanos no Brasil*, de Raymundo Nina Rodrigues, cuja primeira publicação – a saber, uma publicação póstuma – data de 1933, embora o trabalho tenha sido elaborado entre 1890-1905. De acordo com Pires (2004[1933], p. 2), o título original da obra do médico Nina Rodrigues (morto em 1906) seria *O Problema da Raça Negra na América Portuguesa*, mas teria sido deixada inacabada, depois de quinze anos de preparação. Ainda de acordo com Pires (2004[1933], p. 3), entre os manuscritos por ele encontrados na Faculdade de Medicina da Bahia – instituição na qual Nina Rodrigues atuou como catedrático de Medicina Legal –, havia o vocabulário de cinco línguas africanas, as quais, segundo Nina Rodrigues, eram faladas em Salvador em fins do século XIX.

² Conforme aponta um dos pareceristas deste artigo, é importante ressaltar que os estudos no campo da Linguística Missionária indicam a existência de uma série de trabalhos sobre línguas africanas faladas nos territórios colonizados. Um bom exemplo dessa tradição é o trabalho de Fernandes (2015), que faz um mapeamento de um conjunto de documentos sobre línguas africanas faladas nos reinos de Congo e Angola, produzidos por missionários ligados ao padroado português desde o século XVII, obras também estudadas por Rosa (2019). Porém, no que diz respeito ao cenário brasileiro, até onde se saiba, os documentos mais antigos de que dispomos e que atestam as línguas africanas aqui faladas são a gramática *Arte da lingoa de Angola* (1697), escrita pelo jesuíta Pedro Dias, e os documentos ligados à Língua Geral de Mina, respectivamente, *Alguns apontamentos da lingoa Minna com as palavras portuguesas correspondentes* (1731) e *Obra Nova de Lingoa Geral de Mina* (1741), ambos de autoria de Antônio da Costa Peixoto (cf. BONVINI, 2008). Como também observa o parecerista, tal estado de coisas deve ser atribuído ao apagamento da história linguística africana ocorrido nos séculos XIX e XX, de modo que pesquisas contemporâneas podem lograr êxito na busca de documentos ainda desconhecidos.

³ O conceito de ecologia linguística será trabalhado na primeira seção do artigo.

⁴ A noção de “discurso de perda” foi formulada por Paixão de Sousa (2010) para caracterizar a visão sobre a perda da morfologia de flexão no PB, presente em trabalhos seminais da Filologia brasileira do século XX. Santos da Silva (2020) faz uma adaptação da referida noção ao mapear a maneira como a produção linguística representativa dos séculos XIX e XX brasileira abordou os impactos do contato linguístico sobre o PB.

Logo no primeiro capítulo do livro, Nina Rodrigues elenca a Bahia como um local privilegiado para o estudo das línguas africanas, dada a existência de grupos falantes em Salvador. No entanto, ele também alerta para a urgência daquela tarefa de documentação, visto que aqueles falantes, remanescentes da história escravista, estavam em idade avançada e já próximos da morte. Em uma outra passagem, após fazer uma série de considerações acerca de uma suposta inferioridade da raça negra – segundo ele, inferioridade natural associada à desigualdade no desenvolvimento filogenético da humanidade (RODRIGUES, 2004[1933], p. 12) –, Nina Rodrigues (2004[1933], pp. 131-2) elenca três pontos de interesse para o estudo das línguas africanas faladas no Brasil: (1) o conhecimento dos povos falantes; (2) o conhecimento científico das línguas africanas; e (3) o conhecimento da influência das línguas africanas sobre o português. Em seguida, sob a justificativa de que os filólogos não se interessavam pela referida temática, o autor argumenta a favor da contribuição de estudiosos da etnografia e da história, dado que, em sua visão, a influência das línguas africanas seria a origem “de numerosos desvios populares brasileiros do genuíno português da velha metrópole” (RODRIGUES, 2004[1933], p. 135).

Não obstante uma simples leitura panorâmica da obra de Nina Rodrigues (1933) revele sua postura discriminatória em relação aos falantes africanos e uma perspectiva excepcionalista sobre as línguas africanas e sobre o contato linguístico, também é inegável que os relatos apresentados pelo estudioso baiano sugerem que os africanos escravizados no Brasil não necessariamente abandonaram suas línguas para a adoção imediata do português, mas mantiveram seu uso, ainda que em situações restritas. Em outras palavras, o trabalho de Nina Rodrigues indica que, apesar da lacuna sobre o tema observada no trabalho de muitos filólogos e linguistas representativos da primeira metade do século XX, as línguas africanas tiveram algum nível de sobrevivência no território brasileiro.

Deste modo, neste artigo, procuraremos mostrar que a investigação de outros documentos, bem como o desenvolvimento de outras perspectivas de análise têm possibilitado a ampliação dos capítulos de nossa história linguística. A fim de acompanhar essa tradição emergente, trabalharemos com o caso da Língua Geral de Mina (doravante, LGM), uma língua africana falada no Brasil ao longo do século XVIII e documentada no manuscrito *Obra Nova de Lingoa Geral de Mina* (1741). Nosso objetivo será mostrar que a variedade linguística registrada na *Obra Nova* exibe traços morfossintáticos equiparáveis àqueles que são exibidos pelas línguas Gbe faladas no Golfo do Benim e, com isso, fortalecer a hipótese de que gramáticas africanas tiveram um período de vitalidade em nosso território. Para a concretização deste objetivo, nos valem da edição do documento preparada por Silveira (1945)⁵, a qual tem sido amplamente utilizada por outros estudiosos da língua (cf. CASTRO, 2002; YAI, 1997; BONVINI, 2008). Isso posto, após a introdução do artigo, expomos nosso referencial teórico. Em seguida, relatamos alguns aspectos fundamentais sobre a trajetória de António da Costa Peixoto – autor da *Obra Nova* –, bem como dos africanos escravizados em Minas Gerais que falavam a Língua Geral de Mina (doravante, LGM). Nessa mesma seção, apresentamos

⁵ O manuscrito original da *Obra Nova* constitui o acervo da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora.

dois tópicos gramaticais característicos das línguas Gbe encontrados na LGM: os adjetivos atributivos reduplicados e os verbos de complementação inerente. Na seção seguinte, argumentamos que o Ciclo do Ouro foi uma ecologia linguística hospitaleira para a LGM. E, por fim, apresentamos nossas derradeiras considerações.

1. Estabelecendo as bases de nossa História Linguística

Neste trabalho, tomamos como referência o conceito de História Linguística, formulado por Negrão e Viotti (2012), texto no qual as autoras reúnem uma série de diretrizes teórico-metodológicas para a análise da participação das línguas africanas e indígenas na formação do PB⁶. Grosso modo, Negrão e Viotti (2012) propõem um campo de investigação da mudança linguística que se diferencie da área que elas entendem por Linguística Histórica, tradicionalmente ancorada na divisão polar entre história interna e história externa da língua, pois, segundo elas, na grande maioria dos casos, os aspectos externos são abordados de maneira atomística e esparsa, sem que sejam efetivamente integrados às explicações mais gerais sobre a mudança (NEGRÃO; VIOTTI, 2012, pp. 311-2). Para além desse problema, as autoras argumentam que tal divisão não reflete a realidade empírica dos processos de variação e mudança linguística, uma vez que a língua seria um sistema complexo, dinâmico e adaptativo integrado a outros sistemas sociais – como a história, a economia, a política etc. –, e essa relação complexa determinaria todos os caminhos tomados pela língua. Em outras palavras, o projeto de investigação assumido pelas autoras entende que, ao contrário das perspectivas esposadas por diferentes tradições de investigação linguística – como o Estruturalismo e a Gramática Gerativa, por exemplo –, a língua não poderia ser entendida como um sistema abstrato isolado, mas sim como um sistema inserido num determinado ecossistema e perpassado por diferentes interações, interações estas estabelecidas com os falantes, mas também com seu mundo natural, social, cultural etc., (VIOTTI, 2013, p. 157)⁷.

⁶ Embora o trabalho aqui apresentado não tenha como objeto a origem do PB, entendemos que as observações de Negrão e Viotti (2012) – ancoradas sobretudo nos trabalhos de Salikoko Mufwene – oferecem um programa adequado para o estudo das várias línguas que compuseram a multifacetada história linguística brasileira, culminando no estado de coisas que vemos contemporaneamente. Dentre as referidas línguas, estavam vernáculos africanos como a LGM. Entendemos que o estudo minucioso das dinâmicas interacionais de seus falantes e das propriedades de sua gramática tem auxiliado na explicação de construções sintáticas inovadoras do PB. Vemos um exemplo disso no trabalho de Negrão e Viotti (2020), em que algumas propriedades da posição de sujeito do PB são explicadas à luz da sintaxe da periferia esquerda das línguas Gbe, subgrupo linguístico ao qual a LGM pertence (SANTOS DA SILVA, 2020). Assim, argumentamos que as conclusões a que Negrão e Viotti (2020) chegam a respeito da sintaxe do PB são subsidiadas por um trabalho histórico de base que, à luz da análise de diferentes aspectos, contextualiza a existência de uma determinada gramática Gbe no Brasil, com propriedades morfossintáticas determinadas – como aquelas relacionadas à periferia esquerda da sentença –, as quais, por hipótese, parecem ter influenciado a emergência de propriedades do PB, uma língua resultante das dinâmicas de contato linguístico no período colonial. Neste sentido, há uma relação direta entre a descrição dos aspectos sintáticos da LGM e a compreensão da emergência de propriedades do PB. Na mesma linha, vemos o trabalho de Teixeira de Sousa (2018), que atribui à influência das línguas Gbe a emergência de alguns traços da sintaxe da dupla negação no PB.

⁷ A esse respeito, vale a pena mencionar a crítica feita por Mufwene (2008, p. 211), segundo o qual, o foco que os linguistas têm dado à tarefa de descrever as línguas como sistemas faz com que eles se esqueçam de pensá-las como ferramentas criadas e modificadas pelos seres humanos, a fim de atender às suas necessidades comunicativas.

Diante das razões apresentadas, diferentemente de outras tradições da Linguística Histórica⁸ que fazem uma distinção frontal entre o linguístico e o extralinguístico, focalizando o primeiro polo – leia-se, o polo das mudanças gramaticais propriamente ditas –, Negrão e Viotti (2012, p. 311) propõem uma abordagem multidisciplinar que possa trazer uma interpretação mais abrangente e orgânica sobre a constituição do PB. Em termos metodológicos, entende-se que o estudo da mudança não deve partir da escolha de um fenômeno linguístico determinado, seguida da incorporação de fatores de natureza externa que possam explicá-lo, mas sim de um movimento oposto, ou seja, do questionamento prévio a respeito de como os fatores sociais, históricos, políticos, econômicos, geográficos etc., que afetam a vida dos falantes e que determinam suas ações e reações – como suas relações de trabalho, seus movimentos populacionais, suas interações sociais imediatas etc. – podem impactar os fenômenos de natureza linguística, como o nascimento, a morte, a variação, a mudança. Pensando especificamente no tema de nosso artigo, a pesquisa em torno da História Linguística consiste em levantar hipóteses sobre como a ordem socioeconômica estabelecida no período colonial concorreu para a sobrevivência ou para a morte das línguas africanas, com seus respectivos impactos na formação do PB.

O modelo de História Linguística proposto por Negrão e Viotti (2012) tem como sua fundamentação teórica básica as investigações conduzidas pelo linguista congolês Salikoko Mufwene em torno daquilo que ele chama de evolução linguística. Elas optam por esse modelo com a justificativa de que a crítica aos moldes tradicionais da Linguística Histórica deve tomar como diretriz uma nova teoria de mudança, a qual entende o contato linguístico como a força motriz de todos os eventos atinentes à evolução linguística (NEGRÃO; VIOTTI, 2012, pp. 314-5). De maneira bastante geral, pode-se dizer que o trabalho desenvolvido por Mufwene representa uma vertente das recentes aproximações estabelecidas entre a Linguística e as Ciências Biológicas. Porém, diferentemente da tradição mais proeminente no século XIX, calcada na comparação entre as línguas e os organismos vivos, Mufwene (2008) parte da concepção de que as línguas são comparáveis às espécies biológicas, que são afetadas por pressões ecológicas e passam pelas diferentes fases da evolução linguística, a saber, o nascimento, o desenvolvimento, a especiação e a morte. Conforme já dissemos anteriormente, o elemento comum a todas as fases de evolução é o contato linguístico, que ocorre entre idioletos, dialetos e línguas.

Um conceito bastante caro à teoria desenvolvida por Mufwene é a noção de ecologia linguística, conceito antigo e multifacetado no campo da Linguística de Contato. Grosso modo, dentro da perspectiva de Mufwene, a ecologia linguística corresponde ao ambiente onde se desenrolam os processos de evolução linguística, de modo que à ecologia linguística correspondem fatores de natureza social, histórica, política, cultural, linguístico-gramatical etc., que fazem com que uma língua (leia-se,

⁸ Mesmo cientes da multiplicidade das correntes da Linguística Histórica brasileira, nesta seção, como resenhamos a perspectiva de História Linguística assumida por Negrão e Viotti (2012) – a qual serve de base teórica para nosso trabalho –, optamos por seguir as reflexões das referidas autoras, que não especificam com exatidão a qual corrente da Linguística Histórica elas fazem menção. Não obstante, tal qual pontuado pelo parecerista, é necessário ter em mente que as diferentes correntes da Linguística Histórica praticadas no Brasil podem ter posicionamentos distintos no que diz respeito à oposição linguístico x extralinguístico, fator este, como dissemos, não abordado por Negrão e Viotti (2012).

uma espécie) seja uma competidora mais apta que as outras línguas/espécies que sofrem as mesmas pressões ecológicas que ela. Conforme mencionamos anteriormente, diferentemente da Linguística Histórica tradicional, para Mufwene – e também para Negrão e Viotti (2012) – não há uma distinção polar entre fatores intra e extralinguísticos, uma vez que as pressões ecológicas são entendidas no todo e em toda a sua complexidade, tendo em vista o papel que elas exercem no nascimento, no desenvolvimento ou mesmo na morte linguística. Em outras palavras, são as condições ecológicas que favorecem ou desfavorecem a vitalidade das línguas (MUFWENE, 2001, 2008).

Para uma melhor compreensão do conceito de ecologia linguística dentro do recorte epistemológico assumido neste artigo, vale a pena fazer um breve panorama sobre a perspectiva de Mufwene acerca da origem das línguas pidgins e crioulas, uma vez que o autor argumenta que as diferenças entre elas são derivadas das diferentes relações socioeconômicas estabelecidas nas localidades geográficas onde elas emergiram, engendrando, assim, diferentes ecologias de contato linguístico. Em outras palavras, embora haja uma longa tradição no campo da Linguística de Contato que reconheça a existência de uma espécie de *continuum* pidgin-crioulo, Mufwene defende a hipótese de que não há uma relação histórica entre esses dois tipos de língua, pois elas emergem a partir de condições ecológicas distintas. Segundo destaca o autor, a emergência das línguas tradicionalmente conhecidas como pidgins se deu nas colônias de *trade*, isto é, em entrepostos comerciais da África e do Pacífico nos quais os agentes coloniais não se estabeleceram de maneira definitiva, mas apenas mantiveram trocas comerciais esporádicas e igualitárias (leia-se, sem estratificação social) com os nativos da região (MUFWENE, 2008, p. 76). Nessas circunstâncias, a exposição aos vernáculos europeus falados pelos agentes coloniais era limitado. Assim, nesse contexto de interação socioeconômica em que não havia, por parte dos diferentes grupos étnicos, a necessidade ou mesmo a oportunidade de aquisição de uma outra língua, com a consequente manutenção de diferentes línguas, o pidgin surge como uma variedade de comunicação interétnica voltada a solucionar problemas de comunicação bastante localizados. Na visão de Mufwene (2008, p. 76), isso explicaria os traços gramaticais das línguas pidgins – vocabulário reduzido, ordem de palavras livre, diversidade de estruturas morfológicas etc. –, tanto é que, à medida que as funções comunicativas de alguns pidgins aumentaram, com o consequente aumento de sua relevância para a ecologia de contato, a estrutura gramatical dessas variedades também foi modificada, fazendo com que algumas delas fossem consideradas pidgins expandidos, como tok pisin (língua falada na Papua-Nova Guiné), por exemplo.

Se os pidgins são línguas que emergiram nas antigas colônias de *trade*, na perspectiva de Mufwene (2008), os crioulos seriam línguas oriundas das antigas colônias de habitação. Diferentemente do que ocorrera nas colônias de *trade*, os agentes coloniais europeus estabeleceram uma sólida estrutura econômica, social e política nas colônias de habitação, estrutura esta fundamentada no trabalho de africanos escravizados. Em outras palavras, nas colônias de habitação, os europeus procuraram criar “novas Europas”, processo que impactou as condições de vitalidade de línguas indígenas e das demais línguas transplantadas, pois o próprio sistema colonial forçava uma espécie de unificação linguística (MUFWENE, 2008, p. 214). De acordo com Mufwene (2008), o principal motor econômico

das colônias de habitação foi o modelo de *plantation*, grosso modo, um modelo de produção agroexportador baseado na monocultura, praticado sobretudo no Novo Mundo e na região do Índico. Segundo nos explica o autor, a estrutura de *plantation* foi precedida por uma outra estrutura colonial, qual seja, as *homesteads*, que eram pequenas propriedades rurais habitadas por agentes coloniais europeus e por africanos escravizados etnolinguisticamente distintos, o que, na prática, inviabilizava a continuidade de uso das línguas africanas e fazia do vernáculo europeu a língua-alvo dos cativos. Com o passar do tempo e com o fortalecimento daquele sistema econômico, as *homesteads* foram se transformando nas grandes *plantations*, demandando o aumento da mão de obra escravizada. Nesse contexto, o aumento no contingente de escravizados se dava através de uma taxa cada vez maior de importação de africanos adultos – em detrimento do crescimento geracional daquela população –, os quais adquiriam a língua-alvo europeia através de seus pares cativos, uma vez que o crescimento do modelo de *plantation* também ocasionou uma espécie de especialização do trabalho e a segregação da população escravizada. Na perspectiva de Mufwene (2001, 2008), a resultante linguística desse tipo de ecologia da *plantation* seria o que a literatura convencionou chamar de línguas crioulas.

Ao fazermos esse breve panorama da interpretação de Mufwene (2001, 2008) sobre a emergência das línguas crioulas e dos pidgins, nosso intuito é ilustrar a perspectiva ecológica que orienta tanto o trabalho do autor quanto o modelo de História Linguística proposto por Negrão e Viotti (2012), pois é possível dizer que os pidgins e crioulos, dada a sua formação histórica recente, são um retrato fiel do fato de que as línguas refletem as contingências ecológicas de sua formação, sendo estas contingências fatores diversos, como as condições históricas, políticas e, sobretudo, as condições econômicas. É com base nesse tipo de reflexão que Negrão e Viotti (2012, p. 314) propõem uma História Linguística focada no exame detalhado das relações socioeconômicas que, ao longo do tempo, estiveram subjacentes às interações linguísticas no Brasil, pois foram estas relações que determinaram os tipos de contato estabelecidos, os períodos de interação, as línguas e povos que entraram em contato etc. Em outras palavras, não é o sistema linguístico que preexiste às relações socioeconômicas, mas, na verdade, ocorre uma espécie de relação simbiótica em que os próprios padrões de interação linguística – marcados pelos processos de evolução linguística (MUFWENE, 2008) – são formados à medida que se estabelecem as relações socioeconômicas.

A fim de rastrear em que medida as relações socioeconômicas construíram a história linguística brasileira, Negrão e Viotti (2012) propõem a elaboração de uma história regionalizada, uma vez que a ocupação do território brasileiro não se deu de maneira uniforme, mas sim em diferentes períodos, com a participação de diferentes povos em situações de contato – povos originários, europeus, africanos, asiáticos etc. – e calcada em diferentes atividades econômicas. Com efeito, os diferentes ciclos econômicos pelos quais passou o Brasil colonial nos permitem analisar as diferentes ecologias linguísticas que aqui se formaram, direcionando de maneira complexa e multifacetada os processos de evolução linguística, dentre eles, a sobrevivência e/ou a morte de línguas. Em outras palavras, o que estamos querendo dizer é que o modelo de História Linguística assumido neste trabalho nos permite colocar em perspectiva a generalização de Mufwene (2001, p. 154) que trouxemos nas primeiras linhas

deste artigo, qual seja, a de que os contextos coloniais americanos não foram ecologias hospitaleiras para a sobrevivência dos vernáculos africanos. A questão que se coloca é pensar se esta generalização pode ser aplicada peremptoriamente em relação à complexa e multifacetada história linguística brasileira. Perseguindo este questionamento, na introdução deste trabalho, fizemos menção às pesquisas de Nina Rodrigues (2004[1933]), que documentou a sobrevivência de línguas africanas na Bahia do século XIX. A partir de agora, argumentaremos que as relações socioeconômicas engendradas no chamado Ciclo do Ouro da história brasileira (séculos XVII-XVIII) concorreram para a vitalidade da Língua Geral de Mina, uma língua africana de origem Gbe falada em Minas Gerais.

2. A Língua Geral de Mina na ecologia linguística do Ciclo do Ouro

Nesta seção, à luz do referencial teórico exposto, argumentamos que a Língua Geral de Mina pode ser entendida como uma espécie de fotografia da história linguística dos africanos escravizados no Brasil, na medida em que os falantes desta variedade linguística foram inseridos numa estrutura socioeconômica que, ao favorecer a manutenção de suas redes sociais de comunicação, deu condições de vitalidade ao vernáculo africano. Assim, na primeira parte da seção, levantamos alguns aspectos da origem do documento, bem como do documentador que registrou a existência da LGM no contexto socioeconômico mineiro. Em seguida, levantamos alguns aspectos relativos à origem histórica dos africanos escravizados em Minas Gerais e apresentamos dois traços gramaticais característicos das línguas Gbe que podem ser encontrados na LGM, a fim de argumentar a favor da sobrevivência da língua africana naquela ecologia linguística.

2.1. António da Costa Peixoto: um desclassificado do ouro em meio aos africanos escravizados

Chamamos de Ciclo do Ouro o período da história econômica brasileira centrado na exploração das atividades de mineração de pedras preciosas, ocorrido sobretudo nas Minas Gerais durante os séculos XVII e XVIII (SOUZA, 2004). Embora o conceito de ciclo econômico seja problematizado pelos estudos historiográficos contemporâneos – uma vez que um determinado período histórico não é caracterizado por apenas uma atividade econômica ou um tipo de organização social –, argumentamos que a noção de Ciclo do Ouro é bastante significativa para a compreensão dos aspectos da história linguística brasileira que destacamos neste trabalho, dado que a economia mineradora promoveu uma mudança bastante acentuada nas relações socioeconômicas processadas no Brasil colonial, devido ao aumento dos movimentos populacionais, à diversificação das atividades econômicas, à intensificação do tráfico de escravizados e à multiplicação dos contatos interétnicos, sobretudo com falantes de línguas africanas. Uma medida da relevância da estrutura socioeconômica aqui evocada pode ser vista em Andreazza e Nadalin (2011, pp. 64-5), que classificam o Ciclo do Ouro como um importante ponto de inflexão da história colonial brasileira, pois é nesse momento que a Coroa Portuguesa busca uma ocupação mais sistemática do território, implementando até mesmo uma política imigratória voltada para as camadas mais populares do Reino.

Um aspecto bastante destacado pela literatura historiográfica consiste no tipo de sociedade colonial que se estabeleceu em função do Ciclo do Ouro, cuja configuração era muito distinta daquela observada na economia açucareira, até então, o principal braço econômico do Brasil colonial. De acordo com Souza (2004), enquanto na sociedade açucareira havia uma divisão mais estanque entre senhores e escravizados⁹, a sociedade mineradora abre espaço para a emergência de uma camada intermediária bastante complexa e diversa, da qual faziam parte aqueles que ela chama de “desclassificados do ouro”, composta por europeus de origem humilde, brasileiros oriundos de outras regiões da colônia, negros forros etc., os quais viviam em situação de pobreza e em constante interação com os cativos. Fazia parte desse grupo o português António da Costa Peixoto (1703-1763), homem oriundo da região do Minho (Portugal), responsável pelo documento *Obra Nova de Lingoa Geral de Mina* (1741).

De acordo com Araújo (2013), Costa Peixoto chegou ao Brasil em 1715, aos treze anos de idade, seguindo uma rota imigratória muito comum entre seus conterrâneos – aliás, caminho igualmente trilhado por seu pai e seu irmão –, que se movimentavam em direção à Colônia devido ao grande sucesso da economia mineradora. Já na idade adulta, Costa Peixoto tornou-se escrivão de vintena em São Bartolomeu, um distrito de Vila Rica de Ouro Preto, principal centro econômico daquela época. No entanto, com base em um documento colhido no Arquivo Público Mineiro, Araújo (2013, p. 3) relata que os moradores de São Bartolomeu – certamente, agentes coloniais europeus – solicitaram a destituição de Costa Peixoto do cargo de escrivão de vintena, sob o argumento de que ele vivia nas tavernas se embebedando com negras e negros. Com efeito, à luz de outros documentos, Araújo (2013) demonstra que Costa Peixoto tinha muita proximidade com a população de origem africana que vivia naquela zona mineradora, tendo sido testemunha a favor de negros em alguns processos e tendo inclusive deixado quatro filhos mestiços.

Partindo desse histórico, Santos da Silva (2020) argumenta que Costa Peixoto poderia ser considerado um desclassificado do ouro, no sentido defendido por Souza (2004), e que sua proximidade com os africanos escravizados teria feito dele um falante da variedade linguística africana utilizada por aqueles indivíduos. Tanto é que, além do documento de 1741, o mesmo autor já havia trazido à lume o documento *Alguns apontamentos da lingoa Minna com as palavras portuguesas correspondentes* (1731). Corroborando esta interpretação, vemos que, na abertura da *Obra Nova* (1741), Costa Peixoto é descrito como um exímio tradutor da LGM, sendo tal proficiência reconhecida por outros estudos que, do ponto de vista linguístico-gramatical, examinaram a variedade por ele documentada (cf. YAI, 1997; CASTRO, 2002; SANTOS DA SILVA, 2020, 2021).

Para além do caráter misterioso que envolve a figura de Costa Peixoto¹⁰, a principal incógnita para os estudiosos que lidaram com o tema sempre foi a variedade linguística que estava por

⁹ Cumpre ressaltar que, conforme aponta um dos pareceristas anônimos deste artigo – a quem agradecemos –, pesquisas contemporâneas apresentam problematizações à generalização de que, na sociedade açucareira, havia uma sociedade fortemente polarizada entre senhores e escravizados. Porém, dado o escopo deste artigo, não aprofundaremos o debate sobre esta controvérsia, centrando-nos nas especificidades da sociedade mineradora.

¹⁰ Devido ao escopo deste artigo, não discutiremos em mais detalhes a figura de Costa Peixoto. Para uma visão mais aprofundada dessa personagem, remetemos o leitor ao trabalho de Araújo (2013).

detrás daquilo que o documentador minhoto chamou de Língua Geral de Mina. Dentre as questões levantadas, perguntava-se se aquela era, de fato, uma língua africana falada no Brasil ou se, por outro lado, consistia numa espécie de criação/adaptação colonial para o domínio da escravaria. Não obstante alguns estudos tenham considerado a LGM uma variedade em fase de crioulização (YAI, 1997) ou em fase de pidginização (BONVINI, 2008), juntamente com os trabalhos de Santos da Silva (2020, 2021), argumentamos que Costa Peixoto documentou uma variedade Gbe oriental que, por condicionamentos ecológicos que agora explicitamos, sobreviveu no Brasil no século XVIII.

2.2. A Língua Geral de Mina: seus falantes e a preservação de traços sintáticos Gbe¹¹

Para que possamos entender a vitalidade da LGM no contexto socioeconômico do Ciclo do Ouro – período de grande pujança do controle metropolitano –, é necessário voltar o olhar para a situação do tráfico negreiro naquele momento, sendo este um dos elementos mais relevantes para a elaboração desse capítulo de nossa história linguística. No período aqui considerado, o tráfico de africanos escravizados era concentrado sobretudo na chamada Costa da Mina – grosso modo, uma região que corresponde aos atuais territórios de Gana, Togo e Benim –, num comércio controlado por traficantes baianos, os quais direcionavam os cativos principalmente para as atividades agrícolas do Recôncavo Baiano e para as zonas mineradoras (SILVA JR., 2020). De acordo com Castro (2002), os africanos oriundos da Costa da Mina teriam sido empregados no Ciclo do Ouro justamente pelo fato de que, em sua região de origem, já era realizado o trabalho de mineração, sobretudo na Costa do Ouro.

O tráfico da Costa da Mina atingiu os povos de origem Gbe, caracterizados por muitas similaridades culturais e etnolinguísticas (LAW, 2002; ABOH, 2015a). Conforme demonstra o trabalho de Aboh e Smith (2015), as similaridades dos povos Gbe é resultante de sua origem comum, pois os ancestrais daqueles que, no futuro, seriam forçadamente enviados ao Brasil, tinham como seu ponto inicial na região de Oyo (atual Nigéria) e, posteriormente, teriam passado por diferentes fluxos migratórios em direção à costa, culminando na fundação de diferentes reinos politicamente autônomos e antagônicos, como, por exemplo, os reinos de Aladá e Daomé (cf. ABOH, 2015a). Abstendo-nos de tratar das relações sociopolíticas internas à Costa da Mina¹², neste trabalho, argumentamos que essa relação histórica e ancestral dos povos Gbe foi materializada na diáspora, concorrendo para a vitalidade da LGM, documentada na *Obra Nova* (1741).

¹¹ A partir desta subseção, incluiremos alguns exemplos linguísticos, nos quais utilizamos as seguintes glosas: DEM=Demonstrativo; FUT=Futuro; HAB=Aspecto Habitual; DET=Determinante; RED=Reduplicação; 1SG=Primeira Pessoa do Singular; 2SG=Segunda Pessoa do Singular; 3SG=Terceira Pessoa do Singular; V=Verbo; MOOD=Modo; 1SG.POSS=Pronome Possessivo de Primeira Pessoa do Singular; NEG=Negação.

¹² Por razões de escopo, neste artigo, não aprofundaremos as discussões sobre os aspectos históricos dos povos Gbe na Costa da Mina, limitando-nos a tratar de sua história linguística no Brasil. Para uma visão mais detalhada do tema, remetemos o leitor aos seguintes trabalhos: Aboh e Smith (2015); Aboh (2015a); Law (2002).

No que diz respeito especificamente aos aspectos linguísticos, Aboh (2015a, pp. 51-2) argumenta que, pelo menos desde o século XVII, as línguas Gbe apresentam uma relativa estabilidade em seus traços gramaticais e lexicais. O autor faz tal generalização tomando como base a análise de dois documentos diacrônicos das línguas Gbe, a saber: o catecismo *La Doctrina Christiana* (1654), um documento bilíngue ardra/espanhol; e o documento *La Grammaire Abrégée* (1730), o qual registrava, com tradução para o francês, uma língua supostamente falada em Uidá (Costa da Mina). Ao comparar os referidos registros diacrônicos às línguas Gbe modernamente faladas no Golfo do Benim, Aboh (2015a) chega à conclusão de que elas compartilham não só lexemas, mas também traços morfossintáticos, como estruturas de serialização verbal, sintaxe de interrogativas-WH, marcação aberta de foco e tópico na periferia esquerda da sentença etc.

Não obstante tenha sido um documento produzido em contexto diaspórico, o exame da *Obra Nova* mostra que a LGM também apresenta traços morfossintáticos característicos das línguas Gbe, como verbos de complementação inerente, construções de serialização verbal, processos de reduplicação etc. (SANTOS DA SILVA, 2020). Dado o escopo deste artigo, destacaremos apenas dois desses traços, começando pelos adjetivos atributivos reduplicados.

De acordo com Aboh (2010, p. 14), as línguas Gbe dispõem de um número bastante reduzido de adjetivos atributivos, os quais expressam noções específicas, como cores, tamanhos e formas. No que diz respeito aos adjetivos predicativos, as línguas Gbe dispõem de diversas raízes que, não obstante tenham uma semântica adjetival, exibem um comportamento verbal, como a anteposição de marcadores de tempo, modo e aspecto, de sorte que, em alguns trabalhos, tais formas sejam chamadas de adjetivos verbais. Como exemplo, podemos verificar os seguintes dados do gungbe, uma língua Gbe falada no Benim:

- (1) gungbe (ABOH, 2010, p. 15 – adaptado)
- | | | | | |
|----|--|-----|-----|------------|
| a. | Àvún | éhè | ná | kló |
| | cachorro | DEM | FUT | ser.grande |
| | ‘Este cachorro será grande’ | | | |
| | | | | |
| b. | Àvún | éhè | nò | kló |
| | cachorro | DEM | HAB | ser.grande |
| | ‘Este (tipo de) cachorro geralmente se torna grande’ | | | |

Os exemplos (1a-b) mostram que, no gungbe, a raiz *kló*, embora apresente uma semântica adjetival, se comporta sintaticamente como um verbo, pois é anteposto, respectivamente, pelo marcador de futuro *ná* e pelo marcador de aspecto habitual *nò*. Deste modo, entendemos que *kló* ocupa o núcleo do sintagma verbal, sendo, portanto, um adjetivo verbal predicativo. Entretanto, de acordo com Aboh (2007, pp. 1-2), os adjetivos verbais predicativos das línguas Gbe – como vemos nos exemplos em (1) – podem ser utilizados atributivamente, isto é, ao invés de figurarem como núcleos do sintagma verbal, entram como modificadores do nome no âmbito do sintagma nominal.

Quando isso ocorre, a raiz originalmente predicativa é reduplicada, conforme ilustram os seguintes dados do gungbe, em que se percebe o contraste entre as formas predicativas (2a,c) e as formas atributivas (2b, d), as quais são reduplicadas:

(02) gungbe (ABOH, 2007, p. 6 – adaptado)

- | | | | | |
|----|------------------------|-------------|-------------|------------|
| a. | Àzón | ló | síén | |
| | trabalho | DET | ser.difícil | |
| | ‘O trabalho é difícil’ | | | |
| b. | Àzón | síénsíén | | ló |
| | trabalho | difícil-RED | | DET |
| | ‘O trabalho difícil’ | | | |
| c. | Àgbàn | ló | | kpèn |
| | carga | DET | | ser.pesado |
| | ‘A carga é pesada’ | | | |
| d. | Àgbàn | kpènkpèn | | ló |
| | carga | pesado-RED | | DET |
| | ‘A carga pesada’ | | | |

Os seguintes pares de exemplos encontrados na *Obra Nova* (1741) mostram que a LGM também apresenta os chamados adjetivos verbais reduplicados, pois também vemos o contraste entre os adjetivos verbais predicativos (3a-c) e os adjetivos atributivos reduplicados (3b-d):

(3) LGM¹³

- | | | | |
|----|---------------------|-----------|--|
| a. | hénhõ | | |
| | hé | nhõ | |
| | 3SG | ser.podre | |
| | ‘Isto é/está podre’ | | |
| | CP: ‘Está podre’ | | |
| b. | lam nhinhoi | | |
| | lam | nhinhoi | |
| | carne | podre-RED | |
| | ‘Carne podre’ | | |
| | CP: ‘carne podre’ | | |

¹³ Os dados retirados da *Obra Nova* (1741) são apresentados da seguinte maneira: na primeira linha, transcrevemos o dado tal qual ele foi registrado na edição de 1945, preparada por Luís Silveira. Na segunda linha, realizamos a segmentação morfológica. Na terceira linha, apresentamos nossa glosa. Na quarta linha, apresentamos uma proposta de tradução e, por fim, na quinta linha, apresentamos a tradução oferecida por Costa Peixoto. Deste modo, repetimos aqui a metodologia que empregamos em Santos da Silva (2020).

- c. èclou
 è clou
 3SG ser.gordo
 ‘Isso é/está gordo’
 CP: ‘É grosso’
- d. abàdecum clouclou
 milho gordo-RED
 ‘Milho gordo’
 CP: ‘canjica grossa’

Outro traço morfossintático bastante característico das línguas Gbe são os chamados verbos de complementação inerente, assim chamados por serem verbos que, obrigatoriamente, vêm acompanhados de um complemento. Porém, diferentemente dos verbos lexicais plenos, que selecionam semanticamente os seus argumentos, os verbos de complementação inerente se comportam como verbos funcionais, ou seja, não atribuem papel temático de argumento interno, fazendo com que uma ampla gama de sintagmas possa figurar nessa posição (ABOH, 2015b), conforme ilustram os seguintes exemplos hauridos do gungbe¹⁴:

(4) gungbe (ABOH, 2015b, p. 23 – adaptado)

Verbo+	Nome complemento	Significado ICV ¹⁵
dù	àxó ‘dívida’	ter dívidas ou ir à falência
	gbè ‘vida’	aproveitar
	xwè ‘ano’	celebrar/festejar
	àdì ‘veneno’	irritar-se
	wìnyán ‘vergonha’	estar envergonhado
	gán ‘chefe’	tornar-se chefe
	yà ‘dor’	sofrer

O que os dados em (4) mostram é que, não obstante a forma *dù* possa funcionar como um verbo lexical pleno nas línguas Gbe – por exemplo, em “*Kòku ó, é dù m̀l̀k̀ún*” (“Koku, ele comeu arroz”) –, quando ela se comporta como um verbo de complementação inerente, não ocorre a seleção semântica do argumento interno e a forma verbal perde o seu sentido, por assim dizer, original. A análise da *Obra Nova* (1741), por sua vez, mostra que os verbos de complementação inerente das línguas Gbe também podem ser encontrados na LGM. E, interessantemente, Costa Peixoto traduz o significado ICV das construções, evidenciando sua proficiência naquela língua africana.

¹⁴ Para uma discussão aprofundada sobre a sintaxe dos verbos de complementação inerente, remetemos o leitor ao trabalho de Aboh (2015b).

¹⁵ Na literatura, os verbos de complementação inerente costumam ser chamados de V_{ICV} , sigla para *inherent complement verbs*.

(5) LGM¹⁶

a. avòhècudiu

avò	hè	cu	diu
roupa	3SG	V _{morrer}	sujeira

Lit.: “Roupa ela morreu sujeira”
CP: “A roupa está suja”

b. humduachösusũ

hum	du	achö	susũ
1SG	V _{comer}	dívida	muito

Lit.: ‘Eu comi muita dívida’
CP: ‘Eu devo muito’

c. hum jazom

hum	je	azom
1SG	V _{cair}	doença

Lit.: ‘Eu caí doença’
CP: ‘Estou doente’

Ora, os dados de adjetivos atributivos reduplicados e de verbos de complementação inerente, bem como outros traços gramaticais da LGM (cf. SANTOS DA SILVA, 2020, 2021) indicam que, nas Minas Gerais do século XVIII, esta variedade se manteve como uma língua de gramática Gbe. Sendo assim, a questão que se coloca diante desse cenário é levantar os possíveis condicionamentos ecológicos que permitiram a vitalidade de uma língua africana na diáspora brasileira, ou, em outras palavras, é necessário mapear os aspectos sociais, econômicos, políticos, interacionais etc., que fizeram daquela língua africana uma variedade competitiva ao lado do português, língua empregada pelo poder colonial, o qual, àquela época, ficava cada vez mais sólido na zona mineradora (cf. SOUZA, 2004).

3. Teria sido o Ciclo do Ouro uma ecologia hospitaleira para a Língua Geral de Mina?

Uma primeira resposta para a questão enunciada na seção anterior vem da Costa da Mina, pois diferentemente do que os estudos historiográficos afirmam para outras rotas do tráfico negreiro, o comércio de escravizados praticado na referida região foi marcado por uma notável homogeneidade etnolinguística. Além daquilo que já mencionamos anteriormente sobre a origem comum dos povos Gbe, outra razão de natureza político-econômica que ocasionou a concentração linguística de povos Gbe orientais na zona mineradora foi o fato de o controle do tráfico ter sido concentrado pelo reino do Daomé, sobretudo a partir de 1724, ano em que o chamado “reino fon” suplanta o poderio do

¹⁶ Nos dados em (5), optamos por realizar uma tradução literal, a fim de ilustrar a sintaxe dos verbos de complementação inerente.

reino de Alada (cf. LAW, 2002). Uma vez que o Daomé ficava ao norte do reino de Alada, o controle do primeiro sobre o tráfico fez com que a apreensão de cativos ficasse mais circunscrita às regiões costeiras, principalmente nos portos localizados na área oriental da Costa da Mina, como Jeken e Uidá (ABOH; SMITH, 2015, p. 45). Além disso, de acordo com Aboh e Smith (2015, pp. 49-50), em seu projeto expansionista, o Daomé impunha o uso do fongbe aos povos vencidos, fato que teria ocorrido nas regiões de Alada e Uidá, por exemplo. Neste sentido, a própria dimensão político-econômica do tráfico de escravizados na Costa da Mina parece ter sido o primeiro elemento a condicionar, por assim dizer, o transplante de uma variedade Gbe oriental para a zona mineradora.

Não obstante o transplante de uma variedade Gbe oriental para as Minas, a princípio, não haveria garantia de sua vitalidade no contexto colonial, uma vez que, novamente ecoando Mufwene (2001, p. 154), os contextos coloniais americanos não parecem ter sido ecologias hospitaleiras para as línguas africanas. Entretanto, as redes sociais de comunicação estabelecidas pelos falantes Gbe no Brasil, sobretudo em Minas Gerais, sugerem que a LGM foi uma língua competitiva naquela ecologia de contato, conforme veremos a seguir.

3.1. Os falantes da Língua Geral de Mina e suas redes sociais de comunicação

O modelo de redes sociais, bastante utilizado em estudos sociolinguísticos, toma como ponto de partida as interações mais imediatas que se estabelecem entre os indivíduos, a fim de mapear como esses padrões interacionais ou as relações interpessoais – mediadas por interesses econômicos, políticos, institucionais etc. – afetam os processos de variação, conservação e mudança linguística. De acordo com Milroy (2004, p. 558), embora o modelo de redes tenha sido muito aplicado no estudo de comunidades monolíngues, alguns pesquisadores que se ocuparam dos mecanismos sociais condicionadores da manutenção ou da mudança (*shift*) de língua em comunidades bilíngues fizeram uso do conceito, chegando à seguinte conclusão: as redes compostas de laços fortes funcionam como sustento para as minorias linguísticas, fazendo com que elas resistam às pressões culturais, políticas, econômicas etc., para a mudança de língua. No entanto, ainda segundo a autora, quando as redes perdem força, a mudança de língua ocorre com mais facilidade.

Na medida em que, de acordo com Milroy (2004, pp. 558-9), muitas vezes, as redes sociais são estabelecidas por comunidades marginalizadas para se sustentar em um ambiente hostil, cremos que pesquisas que investigam a história linguística dos africanos no Brasil devam realizar o mapeamento das redes sociais estabelecidas pelos escravizados, entendendo-os como sujeitos históricos que, para além da relação de trabalho forçado, constituíram grupos de solidariedade ancorados em diferentes atividades. No que diz respeito à zona mineradora, as pesquisas historiográficas mostram que os africanos escravizados estabeleceram redes sociais bastante sólidas, fato que, aparentemente, possibilitou a sobrevivência da LGM como uma língua de interação entre os cativos e até mesmo entre os demais desclassificados do ouro – conforme exemplifica Costa Peixoto.

Um dos principais contextos de organização de redes sociais de comunicação entre os africanos escravizados no Brasil, e especificamente em Minas Gerais, foram as irmandades religiosas católicas. Uma vez que, no mundo colonial, os cativos eram proibidos de frequentar as mesmas igrejas frequentadas pelos brancos, as diferentes nações africanas – como elas eram conhecidas naquele contexto – se organizavam em irmandades ou confrarias, nas quais elas prestavam culto a determinados santos – principalmente santos negros – e atendiam os filiados nos momentos de adversidade, sobretudo no momento da morte, dando-lhes sepultamento digno (BOSCHI, 1986). De acordo com Cruz (2007, pp. 5-6), embora as irmandades católicas representassem uma espécie de adaptação dos africanos a uma tradição religiosa europeia, nesses espaços, eles buscavam preservar aspectos de sua cultura pré-colonial, através de canções, danças, instrumentos musicais, e até mesmo através da incorporação de seus mitos. Um exemplo dessa relação dialética entre culturas no contexto das irmandades pode ser visto na Irmandade de Santo Elesbão, uma irmandade que funcionava no Rio de Janeiro do século XIX, composta por africanos escravizados oriundos da Costa dos Escravos, de Cabo Verde, de Moçambique e de São Tomé. Ao estudar um documento produzido no âmbito da referida irmandade, Soares (2019) retrata um conflito existente os africanos mina e os africanos angola, justamente porque estes últimos, ao invés de se adaptarem integralmente aos costumes católicos, buscavam incorporar seus ritos fúnebres autóctones à irmandade, razão pela qual Francisco de Souza, um africano de origem Gbe, defendia a sua eleição para o comando da confraria:

E suposto que os pretos Mina nesta capital são tão briosos e tementes a Deus que não usem disso. Contudo, como os de Angola têm por costume tomarem da tumba da Santa Casa de Misericórdia os cadáveres de seus parentes, para os poreem nas portas das igrejas, com cantigas gentílicas e supersticiosas, tirando esmolas dos fiéis para os enterrarem, o que é constante nesta cidade, e por esta razão os senhores brancos entenderam que todos os pretos usaram do mesmo, que seja Mina ou de Angola, e é essa razão por que me eximo de reger e proteger meus parentes. (SOUZA, 1786 apud SOARES, 2019, p. 20)

É necessário observar que a integração entre os africanos escravizados proporcionada pelas irmandades não ficava circunscrita a elas, mas era transposta para outras áreas da vida daqueles indivíduos. Soares (2019, p. 141) relata que os africanos mina do Rio de Janeiro, organizados em torno das irmandades de Santo Elesbão e de Santa Ifigênia, eram marcados por uma forte rede de sociabilidade, de modo que, em suas redes de contato, exerciam atividades remuneradas que possibilitavam a compra de alforrias para seus parentes, através de trabalhos como os de barbeiro, carregador, quitandeira etc. A documentação estudada por Soares (2019) também sugere que as redes sociais estabelecidas em torno das irmandades constituíram um fator ecológico que favoreceu a vitalidade da LGM:

Em 1748, que cheguei a esta capital vindo da cidade da Bahia, achei já esta Congregação ou corporação de pretos Mina de várias nações daquela costa, a saber, Dagomé, Makii, Zano, Agolin, Sabaru (todos de língua geral), com muita união, tendo por rei da tal congregação um Pedro da Costa Mimoso, também da mesma nação. [...] (SOUZA, 1786 apud SOARES, 2019, p. 41, grifos nossos)

O excerto acima mostra que, ao chegar no Rio de Janeiro, Francisco de Souza encontra uma irmandade católica composta por diferentes povos oriundos da Costa da Mina, os quais usavam a língua geral naquele contexto religioso. Assim, além de comprovar a proximidade etnolinguística dos povos Gbe, o documento estudado por Soares (2019) sugere que as irmandades eram redes sociais nas quais as dinâmicas interacionais eram permeadas pelo uso da LGM, garantindo a sua vitalidade. Não obstante a citação de Francisco de Souza esteja relacionada a uma irmandade do Rio de Janeiro do século XVIII, o trabalho de Boschi (1986) mostra que as irmandades católicas foram muito fortes na zona mineradora, pois elas se configuravam como espaço de solidariedade entre os negros, no qual eles podiam tratar de temas do seu cotidiano. Ecoando a relevância das irmandades na vida social dos africanos escravizados em Minas Gerais, na *Obra Nova* (1741), é possível encontrar uma série de exemplos relacionados ao universo católico, levando à postulação de que a LGM era uma língua empregada para fazer referência ao contexto religioso:

(6) LGM¹⁷

a. máhipomvódum

má	hi	pom	vodum
1SG.MOOD	ir	procurar	divindade

Lit.: ‘Deixe-me ir procurar divindade’
CP: ‘Vou a missa’

b. máhidõ vodum

má	hi	dõ	vodum
1SG.MOOD	ir	falar	divindade

Lit.: ‘Deixe-me ir falar divindade’
CP: ‘Vou confessar-me’

c. máhivódumchuhě

má	hi	vódum	chuhě
1SG.MOOD	ir	divindade	casa

Lit.: ‘Deixe-me ir casa divindade’
CP: ‘Vou para a igreja’

Os dados em (6) ilustram como a LGM parece ter sido empregada no contexto religioso católico. Além disso, estes e outros exemplos encontrados na *Obra Nova* (1741) sugerem que, ao contrário da simples adoção de palavras do português, a língua Gbe e seus traços gramaticais eram utilizados pelos falantes para interpretar novas realidades daquela cultura Gbe diaspórica, marcada, entre outras coisas, pelo sincretismo religioso.

Embora as confrarias católicas tenham sido um dos mais importantes centros de agremiação dos africanos escravizados no Brasil, outro espaço fundamental para a manutenção das redes sociais de

¹⁷ Nos dados em (6), optamos pela apresentação de traduções literais.

comunicação desses indivíduos foram as vendas. As vendas eram essenciais para o estabelecimento das relações socioeconômicas da sociedade mineradora, pois nelas eram comercializados alimentos, instrumentos de trabalho, roupas etc., insumos importantes numa região de urbanização recente (SOUZA, 2004). Porém, para além dessa função prática, as vendas constituíam o espaço de lazer dos desclassificados do ouro e, por esta razão, eram espaços de sociabilidade dos africanos escravizados (FIGUEIREDO; MAGALDI, 1985).

De acordo com Araújo (2013), ao contrário das irmandades negras, que eram toleradas pelos agentes coloniais, as vendas eram espaços perseguidos e combatidos, porque reuniam as principais ameaças à manutenção da ordem socioeconômica vigente: quilombolas em busca de armas e munição; garimpeiros contrabandistas que fugiam dos altos impostos cobrados pela Coroa; prostitutas escravizadas ou forras que cooperavam para o aumento dos concubinatos, duramente condenados pela Igreja naquela época (cf. SOUZA, 2004). O ambiente de perseguição às vendas é confirmado por um documento intitulado *Solicitação de determinação de horário de funcionamento das tavernas* (1746), localizado por Lima (2018) no Arquivo Público Mineiro, no qual moradores reclamavam da presença de negros naqueles espaços. Vale lembrar que o próprio António da Costa Peixoto fora destituído de seu cargo de escrivão de vintena sob a acusação de frequentar tavernas e embebedar-se com negros (cf. ARAÚJO, 2013). O seguinte trecho, retirado de Figueiredo e Magaldi (1985), reforça a análise de que as vendas eram espaços em que os africanos escravizados estabeleciam seus laços de sociabilidade, despertando, por isso, a fúria dos agentes coloniais:

Se no interior das fazendas agrícolas, a organização do sistema produtivo e a distribuição do espaço tradicionalmente impedia com eficácia que o escravo escapasse ao controle de seus agentes repressivos mais diretos, nas regiões mineradoras, a racionalidade do sistema produtivo, organizada sobre uma produção mineral essencialmente aluvionar e especializada, condicionava uma certa margem de autonomia da força-de-trabalho. O desdobramento mais imediato desta realidade foi a constituição do sistema de jornal – comum também em outras regiões urbanizadas da Colônia – que mediava (mas nem por isso amenizava) as relações de produção escravistas. Em tais condições, apesar do escravo circular durante o dia em busca do ouro para cumprimento do seu jornal semanal ou diário, o anoitecer concluía seu ciclo de tarefas e abria perspectiva de uma libertação temporária de sua condição. Assim, na medida que, pelo sistema de jornal, o tempo noturno registra o esgotamento diário do trabalhador e sua substituição por um escravo indivíduo (mesmo que corporificado na mesma pessoa), fazia-se imprescindível a extensão da subordinação e controle do trabalhador direto para além da sua fase produtiva. Um nítido obstáculo para o cumprimento deste mecanismo situa-se na existência de locais receptores de escravos que, perigosamente, os legitimava como indivíduos, capazes de consumir, beber e amar, seja nas vendas, tavernas, casas de alcouce, ou em torno de tabuleiros das negras ambulantes. Justamente a possibilidade concreta do escravo nestes espaços organizar, junto com outros trabalhadores pobres, o rompimento da sujeição mais extrema a que estavam submetidos, debilitar seu jornal, ou mesmo mutilar fisicamente seu corpo (através de brigas, ferimentos, etc), motiva medidas reguladoras para superação desta contradição. (FIGUEIREDO; MAGALDI, 1985, p. 60)

Creemos que é possível afirmar que a citação de Figueiredo e Magaldi (1985, p. 60) sintetiza aquilo que buscamos argumentar a respeito da História Linguística, isto é, que o tipo de relação socioeconômica estabelecida num determinado contexto social determina as dinâmicas interacionais dos indivíduos, o que, no nosso entender, atua como um fator ecológico com efeitos sobre os processos de evolução linguística. Neste sentido, é fundamental o contraste que os autores estabelecem entre a trajetória dos africanos escravizados no mundo rural e daqueles do mundo urbano, justamente porque é o tipo de atividade econômica que eles exercem que vai permitir ou não o estabelecimento de suas redes de sociabilidade. Pensando especificamente na sociedade mineradora, vemos que a estruturação da atividade econômica possibilitou o estreitamento de laços de solidariedade entre os africanos escravizados, sobretudo no espaço das vendas, onde eles se mostravam como sujeitos, estabelecendo relações afetivas, comerciais, de conflito etc. E, certamente, tais redes sociais de interação se configuraram como um fator ecológico essencial para a vitalidade da LGM, uma vez que, conforme atestam os dados historiográficos, os africanos escravizados em Minas Gerais eram majoritariamente de origem Gbe, marcados pela notável homogeneidade etnolinguística.

Não por acaso, a LGM apresenta uma série de exemplos de interações que, certamente, ocorriam nas vendas, dos quais destacamos alguns:

(7) LGM

a. aniguisã

ani	gui	sã
o que	2SG	vender

‘O que tu vendes?’
CP: ‘Que é o que vendes?’

b. nhimásácouculouch achóhã

nhi	má	sá	couculou	ch(e)	achó	hã
1SG	NEG	vender	galinha	1SG.POSS	dívida	NEG

Lit.: ‘Eu não vendo galinha minha dívida não’
CP: ‘Eu não vendo as minhas galinhas fiadas’

Os dados linguísticos e os aspectos historiográficos levantados até aqui indicam que enquanto a organização do tráfico negreiro realizado na Costa da Mina fez com que os africanos escravizados em Minas Gerais tivessem um *background* linguístico bastante similar, as características socioeconômicas daquele contexto colonial deram uma série de condições para que uma língua africana Gbe oriental continuasse sendo utilizada pelo contingente dos cativos e, muito provavelmente, por outros desclassificados do ouro. Isso ocorreu porque, além da “seleção etnolinguística” realizada pelo tráfico, em Minas Gerais, os africanos escravizados conseguiram estabelecer redes sociais de comunicação nas quais o uso da LGM era fundamental, como se deu no ambiente das irmandades, das vendas, mas também nas práticas profissionais, uma vez que eles eram a maioria no exercício da mineração.

Assim, colocando mais uma vez em perspectiva a generalização de Mufwene (2001, p. 154), cremos que seja possível argumentar que a organização socioeconômica da sociedade mineradora, pelo menos durante um tempo, deu as condições ecológicas para a continuidade da história linguística de africanos no Brasil, garantindo a vitalidade de seu vernáculo, configurando-se, assim, como uma ecologia linguística hospitaleira para a existência da LGM.

Considerações finais

Conforme pontua Mufwene (2008, p. 211), as línguas não são entidades abstratas, mas sim ferramentas criadas e modificadas pelos seres humanos, no intuito de atender às suas diferentes necessidades. Neste sentido, defendemos que o estudo da vitalidade das línguas africanas no Brasil implica na análise de como essas variedades atuaram como ferramentas para que os falantes atingissem seus diferentes objetivos na sociedade colonial, tão hostil aos africanos escravizados.

Partindo do modelo de História Linguística proposto por Negrão e Viotti (2012) e da teoria da evolução linguística (MUFWENE, 2001; 2008), este trabalho mostrou que, ao longo do século XVIII, a Língua Geral de Mina foi uma língua Gbe falada em Minas Gerais e documentada por António da Costa Peixoto na *Obra Nova de Lingoa Geral de Mina* (1741), sugerindo que, de alguma maneira, naquele cenário hostil, povos africanos diaspóricos conseguiram manter um traço tão essencial de sua cultura. Dentre as diferentes condições ecológicas que garantiram tal vitalidade ao vernáculo Gbe, vimos que a razão principal foi o estabelecimento de redes sociais de comunicação em que o uso da LGM era primordial, sugerindo que a língua era um dos instrumentos de resistência daqueles povos subjugados, fosse no ambiente religioso das irmandades ou no ambiente “mundano” das vendas.

Não obstante a sobrevivência da LGM no período colonial, contemporaneamente, as línguas africanas parecem sobreviver no Brasil apenas nos cantos religiosos afro-brasileiros (CASTRO, 2002), levantando perguntas sobre quais fatores levaram à sua morte definitiva. Cremos que questões dessa natureza são desafios ainda colocados aos estudiosos da evolução linguística e, para superá-los, são cada vez mais necessários estudos interdisciplinares que iluminem esta e outras histórias dos africanos no Brasil.

Referências

ABOH, Enoch Oladé. *The Emergence of Hybrid Grammars: Language Contact and Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015a.

ABOH, Enoch Oladé. Functional verbs in Gungbe: The case of inherent complement verbs. *Linguística: revista de estudos linguísticos da Universidade do Porto*, Porto, 10, pp. 9-29, 2015b.

ABOH, Enoch Oladé. The morphosyntax of the noun phrase. In: ABOH, E.O.; ESSEGBEY, J. (eds.). *Topics in Kwa Syntax*. London: Springer, 2010, pp. 11-37.

ABOH, Enoch Oladé. A ‘mini’ relative clause analysis for reduplicated attributive adjectives. *Linguistics in the Netherlands*, 24, pp. 1-13, 2007.

- ABOH, Enoch Oladé; SMITH, Norval. Migrations, ethnodynamics and geolinguistics in the Eastern Aja-Tado cultural area. In: MUYSKEN, Pieter; SMITH, Norval (ed.). *Surviving the Middle Passage: The West Africa-Surinam Sprachbund*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2015, pp. 43-66.
- ANDREAZZA, Maria Luiza; NADALIN, Sergio Odilon. História da ocupação do Brasil. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo Vilson; RASO, Tommaso. (orgs. 2011). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, pp. 57-72.
- ARAÚJO, Fernando. *Fome do ouro e fama da obra*. Antonio da Costa Peixoto e a “Obra Nova de Lingoa Geral de Mina” – alianças, proximidades e distâncias de um escritor português no Brasil colonial do século XVIII, 2013.
- BONVINI, Emilio. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, José Luiz.; PETTER, Margarida. (org.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 15-62.
- BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder: irmandades negras e a política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. *A Língua Mina-Jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto no século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Secretaria de Estado da Cultura, 2002.
- CRUZ, Teresa Cristina de Carvalho. As Irmandades Religiosas de Africanos e Afrodescendentes. *PerCursos*, Florianópolis, v. 8, n. 1, pp. 3-17, 2007.
- FERNANDES, Gonçalo. Primeiras Descrições das Línguas Africanas em Língua Portuguesa. *Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, n. 49, pp. 43-67, 2015.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Quitandas e quitutes: um estudo sobre rebeldia e transgressão femininas numa sociedade colonial. *Caderno de Pesquisa*, n. 54, pp. 50-61, 1985.
- LAW, Robin. *The Slave Coast of West Africa, 1550-1750: the impact of the Atlantic slave trade on an African society*. Oxford: Clarendon, 2002.
- LIMA, Ivana Stolze. A Voz e a Cruz de Rita: africanas e comunicação na ordem escravista. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 79, pp. 41-63, 2018.
- MILROY, Lesley. Social Networks. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter; SCHILLING-ESTES, Natalie. (ed.). *The Handbook of Language Variation and Change*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004, pp. 549-72.
- MUFWENE, Salikoko. *The ecology of Language Evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- MUFWENE, Salikoko. *Language Evolution: contact, competition and change*. London: Continuum, 2008.
- NEGRÃO, Esmeralda; VIOTTI, Evani. Em busca de uma História Linguística. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, pp. 309-42, 2012.
- NEGRÃO, Esmeralda; VIOTTI, Evani. Abordando a emergência das peculiaridades do sujeito do português brasileiro a partir das margens da Ciência Linguística. *Cuadernos de La Alfal*, n. 12(2) noviembre, pp. 174-98, 2020.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Morfologia de Flexão no Português do Brasil: Ensaio sobre um discurso de perda. *Estudos da Língua(gem)*, v. 8, pp. 55-82, 2010.

PIRES, Homero. Prefácio. In: RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os africanos no Brasil*. 8. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004 [1933], pp. 2-6.

RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os africanos no Brasil*. 8. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004[1933].

ROSA, Maria Carlota. ROSA, M. C. O quimbundo em cinco testemunhos gramaticais. *Confluência*, n. 56, v. 1, pp. 55-113, 2019.

SANTOS DA SILVA, Wellington. A sintaxe da Língua Geral de Mina no contexto da sintaxe das línguas Gbe: problematizando hipóteses de reestruturação. *Revista do GEL*, v. 18, n. 3, pp. 169-90, 2021.

SANTOS DA SILVA, Wellington. *A Língua Geral de Mina e o Ciclo do Ouro: um capítulo da história dos contatos no Brasil*. 2020. 310 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

SILVA JÚNIOR, Carlos da. A Diáspora Mina-Gbe no Mundo Atlântico. In: RODRIGUES, Aldair; LIMA, Ivana Stolze; FARIAS, Juliana Barreto. *A Diáspora Mina: africanos entre o Golfo do Benim e o Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: FAPERJ/Nau Editora, 2020, pp. 21-52.

SILVEIRA, Luis. *Obra Nova de Língua Geral de Mina*, de António da Costa Peixoto. Agência Geral das Colônias: Lisboa, 1945.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Diálogos Makii de Francisco Alves de Souza*: manuscrito de uma congregação católica de africanos Mina, 1786. São Paulo: Editora Chão, 2019.

SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

TEIXEIRA DE SOUSA, LÍlian. Sobre as origens da distinção entre negação de proposição e negação de evento no português brasileiro. *Estudos de linguística galega*, Volume Especial I, pp. 123-38, 2018.

VIOTTI, Evani. Mudança linguística. In: FIORIN, José Luiz (org.). *Linguística? Que é isso?* São Paulo: Contexto, 2013, pp. 137-79.

YAI, O. B. Identifying Enslaved Africans in Fon and Yoruba Vocabularies in Brazil (18th-19th centuries). In: *Identifying enslaved Africans in the nigerian hinterland*. Toronto: Unesco Conference, 1997, pp. 543-53.

A CULTURA DO ÁLCOOL NO BRASIL: ASPECTOS LINGÜÍSTICOS E IDENTITÁRIOS NOS SÉCULOS XVIII E XIX

THE CULTURE OF ALCOHOL IN BRAZIL: LINGUISTIC AND IDENTITY ASPECTS IN THE 18TH AND 19TH CENTURIES

Liviane Gomes Ataíde Santana¹

RESUMO

Por meio do presente artigo, buscamos apresentar aspectos inerentes à cultura do álcool no Brasil, bem como suas particularidades linguísticas e as questões identitárias que estão relacionadas ao país, durante os séculos XVIII e XIX. Objetivamos, com isso, trazer à baila o conhecimento de parte da história do nosso país que envolve o cultivo de um produto de uso secular, o álcool, e em torno dele, usos linguísticos e atributos que identificam o Brasil nos períodos citados. Um documento memorial setecentista e um manual oitocentista de destilação e preparo de licores foram utilizados para resgatar as informações sobre o álcool enquanto bebida, os aspectos linguísticos de ordem lexical em torno do álcool e os traços de identidade que tal cultura provia e também caracterizava o Brasil nas épocas relacionadas. Para tanto, a base teórica deste trabalho está fundamentada em alguns autores, tais como Cuche (1999) e Wagner (2010), que tratam de conhecimentos que envolvem a cultura, Silva (2012), que versa sobre questões identitárias, Mattos e Silva (2008), abordando aspectos da Linguística Histórica, Biderman (2001), com estudos de ordem lexical, dentre outros pesquisadores.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística Histórica. Léxico. Identidade. Cultura do álcool.

ABSTRACT

Through this article, aspects inherent to the culture of alcohol in Brazil are presented, as well as its linguistic particularities and the identity issues that are related to the country, during the 18th and 19th centuries. Our objective is to bring to light knowledge of part of the history of our country that involves the cultivation of a product of secular use, the alcohol, and around it, linguistic uses and attributes that identify Brazil in the mentioned periods. An 18th century memorial document and a 19th century manual for the distillation and preparation of liqueurs were used to retrieve information about alcohol as a beverage, the linguistic aspects of a lexical order around alcohol and the identity traits that such a culture provided and also characterized Brazil at related times. Therefore, the theoretical basis of this work is based on some authors, such as Cuche (1999) and Wagner (2010), which deal with knowledge involving the culture, Silva (2012) who deals with identity issues, Mattos e Silva (2008), addressing aspects of Historical Linguistics, Biderman (2001), with lexical studies, among other researchers.

KEYWORDS: Historical Linguistics. Lexicon. Identity. Alcohol culture.

Primeiras palavras

O álcool, preparado para ser ingerido, é utilizado no Brasil há muitos séculos. Cascudo (2011, p. 769) afirma que “Os indígenas e africanos no século XVI usavam bebidas fermentadas.” Logo, a cultura do álcool remonta aos tempos da colonização, quiçá antes. E de lá para cá, se considerarmos o caráter diacrônico da língua (SAUSSURE, 2021), palavras correspondentes ao álcool como bebida,

¹ Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), livianne_ataide@yahoo.com.br, <https://orcid.org/0000-0003-0580-1862>.

se sucederam e/ou se substituíram umas às outras no tempo. Porém, o que se observa aqui a nível linguístico, são palavras relacionadas ao álcool em um determinado período de tempo, ou, podemos dizer, em um estado da língua. Para isto, Saussure (2021, p. 155) nos esclarece que “Na prática, um estado de língua não é um ponto, mas um espaço de tempo mais ou menos longo durante o qual o total das modificações ocorridas é o mínimo. Podem ser dez anos, uma geração, um século, mais até.”

Tratando da palavra “cultura”, esta é usada em realidades muito diversas. No meio dessa diversidade, o foco será exatamente a cultura do álcool, e este enquanto substância utilizada no preparo de bebidas. O seu consumo é comumente associado a ambientes de festas, de jogos, de encontros familiares e entre amigos, etc., em qualquer meio que pressuponha uma interação social. Para reafirmar o uso da palavra “cultura” em variados contextos, Cuche (1999, p. 20) nos informa que

O termo “cultura” no sentido figurado começa a se impor no século XVIII. Ele faz sua entrada com este sentido no *Dicionário da Academia Francesa* (edição de 1718) e é então quase sempre seguido de um complemento: fala-se da “cultura das artes”, da “cultura das letras”, da “cultura das ciências”, como se fosse preciso que a coisa cultivada estivesse explicitada. (CUCHE, 1999, p. 20, grifos do autor)

Então, a cultura do álcool, em seu sentido figurado, pode ser compreendida como uma ação para fins de desenvolver o próprio álcool, e neste contexto aqui, enquanto bebida. Acrescenta-se, porém, que não se tem a presunção de definir cultura, mas de meramente trazer uma compreensão da ideia do autor. E assim, foi possível observar que tal cultura foi se inserindo nos mais variados espaços e, inclusive, ultrapassando fronteiras brasileiras. Um dos *corpora* utilizados prova isso, e, corresponde, exatamente, ao século XVIII, quando a palavra “cultura” começou a se impor no sentido figurado.

Abordar aspectos linguísticos correspondentes à cultura do álcool no Brasil é importante porque também “[...] a língua é um fator de identificação cultural [...].” (MATEUS, 2003, p. 1, grifo da autora). Além disso, a língua se constitui como um dos elementos do caráter identitário de um povo. Na verdade, a língua, a cultura e a identidade possuem uma relação intrínseca, coexistem e se interrelacionam, pois, como afirmam Coelho e Mesquita (2013, p. 32), “[...] a cultura só se constrói por meio da língua e, ao produzir sentidos sobre algo, constrói identidades. Essas identidades só adquirem significado com base em um conjunto de atributos culturais que se relacionam mutuamente e que se sobressaem com relação a outros atributos.”

O nosso percurso metodológico foi firmado a partir do estudo de teóricos que versam sobre o tema deste trabalho, e da realização da leitura dos materiais constituintes dos *corpora* da pesquisa e a seleção das palavras e expressões que, a nosso ver, integram o universo linguístico do álcool. Buscamos as definições na própria obra quando a mesma as apresentava, ou em dicionários físicos ou *sites* correspondentes, tudo conforme relacionado na seção das referências.

O presente artigo está estruturado da seguinte forma: a primeira parte tratando de considerações acerca de língua, cultura e identidade, e com uma subseção que procura abordar generalizações linguísticas, culturais e identitárias do Brasil nos séculos XVIII e XIX; a segunda com três subseções

para apresentação dos *corpora* e uma análise das informações neles coletadas; a seguir, as considerações finais do trabalho seguidas das referências.

1. Considerações sobre Língua, Cultura e Identidade

É um tanto difícil, às vezes, definir língua quando pensamos em linguagem. Ela se apresenta como um sistema de signos que exprimem pensamentos, ideias, é uma parte fundamental da linguagem, é um fenômeno social inerente a um grupo. Saussure (2021, p. 52) explica que a língua

[...] não se confunde com a linguagem; é somente uma determinada parte dela, essencial, é verdade. É ao mesmo tempo um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade pelos indivíduos. (SAUSSURE, 2021, p. 52)

Então, é a língua que permite a comunicação entre os indivíduos, porém, a convenção social do uso da língua é o que favorece a comunicação.

A língua se constitui como um objeto de identificação em várias vertentes. Identificação da região, do grupo social, e até do falante individual. Sobre isto, Ilari (2013, p. 29) acrescenta que “[...] a inserção de qualquer falante na língua é sempre altamente pessoal, circunstancial, é isso que faz da língua um fator de identificação muito eficaz.” Importante também citar a cultura como um objeto que identifica uma origem, um lugar, um povo, uma língua.

A sociedade entra em cena ao se pensar nela como um conjunto de grupos identificados linguística e culturalmente. E neste sentido, Santana (2016, p. 21) afirma que “As relações existentes entre a língua, a cultura e a sociedade geram um diálogo que favorece a compreensão das ações dos indivíduos que se constituem identitariamente [...]”. Logo, ousamos concluir que língua, cultura e identidade estão entrelaçadas e, juntas, compõem uma sociedade.

A partir de seus estudos, Wagner (2010, pp. 53-4, grifos do autor) nos informa que

Nossa palavra “cultura” [*culture*] deriva de uma maneira muito tortuosa do particípio passado do verbo latino *colere*, “cultivar”, e extrai alguns de seus significados dessa associação com o cultivo do solo. Esta também parece ter sido a principal acepção das formas do francês e do inglês medievais das quais deriva nosso uso presente (por exemplo, em inglês médio [séculos XII-XV] *cultura* significava um “campo arado”). Em tempos posteriores “cultura” adquiriu um sentido mais específico, indicando um processo de procriação e refinamento progressivo na domesticação de um determinado cultivo, ou mesmo o resultado ou incremento de tal processo. (WAGNER, 2010, pp. 53-4, grifos do autor)

E seguindo esta linha explicitada pelo autor, da cultura em tempos posteriores, é que nos firmamos na cultura do álcool, no seu cultivo, no desenvolvimento de todo o seu processo enquanto bebida.

A identidade, por sua vez, é o que se constitui como ser, definindo as origens, a cultura e a língua, delineando o indivíduo em sua condição de sujeito. E para complementar esta ideia, Silva (2012, p. 82, grifos do autor) nos brinda dizendo que “Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”.” O autor ainda afirma que esta demarcação de fronteiras implica em relações de poder, pois, culmina na identificação de que se pode ou não em relação ao outro, levando-se em conta a demarcação estabelecida.

1.1. O Brasil nos séculos XVIII e XIX: generalizações linguísticas, culturais e identitárias

O Brasil, durante o século XVIII, foi marcado por revoluções, várias guerras e revoltas, pela Inconfidência Mineira e pela execução de Tiradentes. Com isto, Pimenta e Fanni (2019, p. 5) afirmam que “Desde pelo menos o século XVIII, o conceito de *revolução* é e continua a ser polissêmico e polêmico, emergindo de realidades históricas concretas que, de diversas formas, puderam também ser criadas e recriadas por ele.”

Sobre a cultura do álcool no século XVIII no Brasil, vários tipos de bebidas alcólicas eram cultivados nos mais variados meios, tipos que tinham suas denominações, ao que Cascudo (2011, p. 774) nos informa sobre a cachaça neste século, que esta era “[...] a borra do caldo, sem tratamento útil e destinada aos animais.” E durante este período, as bases para bebidas alcoólicas ultrapassaram as fronteiras brasileiras, pois, “O mel do engenho, pelo século XVIII, foi amplamente exportado para os EUA como matéria-prima para o *rum*.”, conforme Cascudo (2011, p. 775, grifo do autor). Ele comenta ainda que

O domínio da cachaça determinou no Brasil a fabricação intensa pelo século XIX e mesmo nos sertões plantavam pequenos canaviais e construíam as “engenhocas” e os modestos “torcedores” manuais para fazer mel e obter com ele os dois produtos valorizados pela incessante procura: a rapadura e a aguardente. (CASCUDO, 2011, p. 777, grifos do autor)

Então, podemos observar que a cultura do álcool se alargou intensamente em nosso país, sobretudo durante o século XIX, o período em que a corte portuguesa chega em terras brasileiras, a independência do país é declarada, dentre outros importantes acontecimentos, constituindo assim uma época de grandes transformações sociais, políticas e econômicas.

Em suma, no quesito identidade, o século XVIII no Brasil é identificado pelas grandes revoluções ocorridas, guerras, batalhas, etc. E o século XIX tem sua identidade revelada através de vários acontecimentos históricos relevantes como a instalação da Família Real Portuguesa no país entre 1807 e 1808, a Proclamação da Independência em 1822 e a Promulgação da 1ª Constituição do Brasil em 1824.

Estritamente falando, a língua portuguesa do Brasil, dos séculos XVIII e XIX até a atualidade, passou por várias mudanças de ordem lexical, fonológica, sintática, morfológica, etc. Em relação ao estudo dessas mudanças, Mattos e Silva (2008, p. 10, grifo da autora) nos afirma que

A linguística histórica no sentido estrito depende, diretamente, da filologia, uma vez que tem como base de análise inscrições, manuscritos e textos impressos no passado, que, recuperados pelo trabalho filológico, tornam-se os *corpora* indispensáveis às análises das mudanças linguísticas de longa duração. (MATTOS E SILVA, 2008, p. 10, grifo da autora)

Os *corpora* aqui utilizados correspondem, exatamente, a textos impressos no passado, o que determinou o caráter histórico da pesquisa e propiciou o conhecimento de um léxico que diz respeito ao álcool enquanto bebida e a aspectos de identificação cultural do Brasil em relação às épocas sobreditas.

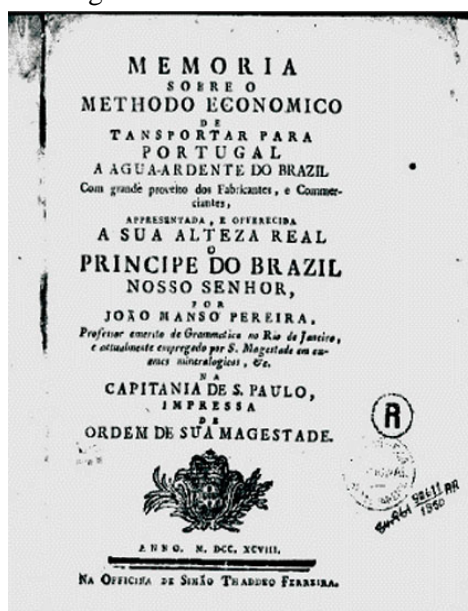
2. O álcool em memória e manual de receita: os *corpora*

Dois *corpora* foram selecionados para estudo da cultura do álcool no Brasil com vistas aos seus aspectos linguísticos de ordem lexical e identitários, durante os séculos XVIII e XIX. São eles a *Memoria sobre o methodo economico de transportar para Portugal a agua-ardente do Brazil*, escrita por João Manso Pereira, no ano de 1798, e o *Manual do Distillador e Licorista*, confeccionado por C.J. (constando apenas as iniciais do autor), no ano de 1883.

2.1. *Memoria sobre o methodo economico de transportar para Portugal a agua-ardente do Brazil*

A *Memoria sobre o methodo economico de transportar para Portugal a agua-ardente do Brazil* é uma das cinco obras publicadas por João Manso Pereira. Esta que foi escolhida para compor os *corpora* desta pesquisa possui 29 páginas e é datada do ano de 1798. Mais tarde, já no século XXI, esta mesma obra foi republicada.

Figura 1: Contracapa da obra *Memoria sobre o methodo economico de transportal para Portugal a agua-ardente do Brazil*



Fonte: MANSO PEREIRA, João. *Memoria sobre o methodo economico de transportal para Portugal a agua-ardente do Brazil*. Capitania de São Paulo: Officina Simão Thaddro Ferreira, 1798.

Sobre a vida de João Manso Pereira, de acordo com Sacramento Blake (1895, pp. 478-9) em seu *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, ele nasceu em Minas Gerais, tendo falecido com mais de 70 anos de idade, em 1820, no Rio de Janeiro. Foi professor de gramática latina, grande estudioso (grego, hebraico e ciências naturais) e tornou-se uma pessoa notável quando era possível ser, de acordo com as circunstâncias da colônia na época. O dicionarista afirma que João Manso Pereira “Fabricou varios productos, como vinho, assucar, aguardente distillada da raiz de sapé, camafeus de barro do paiz, etc.” Podemos afirmar que Manso Pereira contribuiu para a difusão da cultura do álcool em nosso país e fora dele, pois, a memória pesquisada é um exemplo disso, quando ele propõe ao imperador do Brasil um método econômico de transportar para Portugal a aguardente brasileira.

Filgueiras (1993, p. 155) também realizou estudos sobre João Manso Pereira e revelou que

João Manso publicou cinco obras de pequeno formato em que revela a inventividade de um amador estudioso que, mesmo sem curso superior ou passagem pelo reino, vivendo sempre no Brasil, procurava inteirar-se o melhor possível do desenvolvimento da ciência e das técnicas químicas contemporâneas, adaptando-as e buscando aperfeiçoá-las numa série variada de empreendimentos. (FILGUEIRAS, 1993, p. 155)

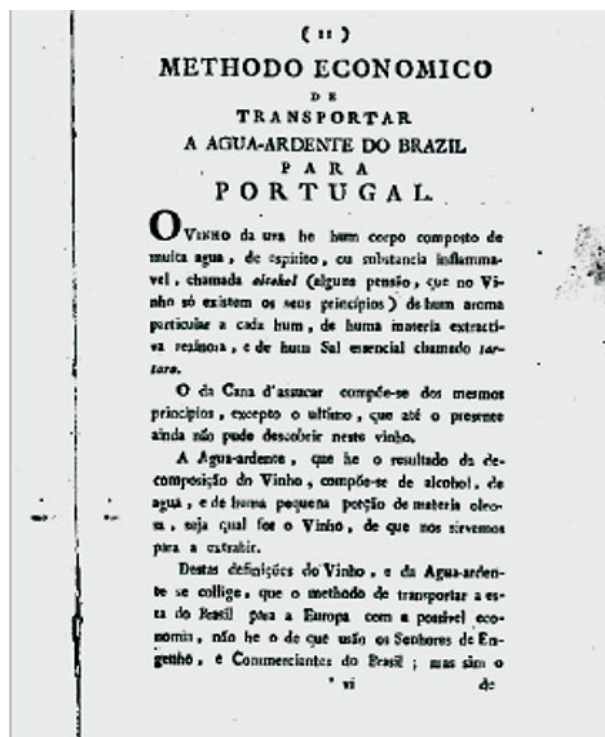
Suas obras publicadas foram:

- 1) *Memoria sobre a reforma dos alambiques ou de um proprio para distillação das aguas ardentes;*
- 2) *Memoria sobre o methodo economico de transportar para Portugal a agua-ardente do Brazil;*
- 3) *Memoria sobre uma nova construcção de alambique para se fazer toda a sorte de distillações com economia e proveito;*
- 4) *Copia de huma carta sobre a nitreira artificial, estabelecida na villa de Santos, da capitania de S. Paulo, dirigida a esta corte;*
- 5) *Considerações sobre as cinzas do cambará, do Imbé, etc.*

Tratando especificamente da obra dada à luz e eleita como um *corpus* da pesquisa, *Memória sobre o methodo economico de transportar para Portugal a agua-ardente do Brazil*, Manso Pereira (1798, p. 11) a inicia registrando que “O vinho da uva he hum corpo composto de muita agua, de espirito, ou substancia inflamável, chamada alcohol [...]”. Ele traz a lexia *espírito* como correspondente a álcool como bebida destilada. Em seguida, ele trata de informar que “A Agua-ardente, que he o resultado da decomposição do Vinho, compõe-se de alcohol, de agua, e de uma pequena porção de materia oleosa, seja qual for o Vinho, de que nos sirvamos para a extrahir.” Na sequência, Manso Pereira faz uma crítica aos senhores de engenho e aos comerciantes do Brasil por não fazerem uso de um método econômico para transportar a aguardente do Brasil para a Europa, já que estes faziam a mistura necessária (o álcool ou o espírito, e a água) para depois transportá-la, gerando mais custos

por precisar de mais barris e quiçá mais viagens. Então, a ideia era que se transportasse para Portugal apenas o espírito ou álcool, e que a água fosse acrescida apenas no país de destino, pois, como ele mesmo exclamou, “Acaso não ha agua em Portugal!”. A fim de ilustrar, observemos a seguir o fôlio em que estão registradas as informações mencionadas aqui:

Figura 2: Fôlio 11 da obra *Memoria sobre o methodo economico de transportal para Portugal a agua-ardente do Brazil*



Fonte: MANSO PEREIRA, João. *Memoria sobre o methodo economico de transportal para Portugal a agua-ardente do Brazil*. Capitania de São Paulo: Officina Simão Thaddro Ferreira, 1798.

Manso Pereira (1798) propõe novas destilações da aguardente e aponta o tipo mais interessante para ser exportado, apresenta outras fontes a partir das quais pode-se produzir a aguardente, que não a cana-de-açúcar, dentre outras informações.

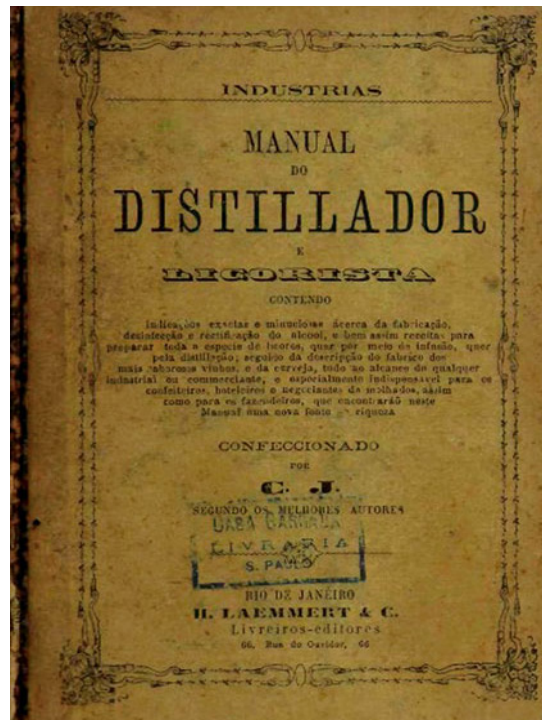
João Manso Pereira, por meio de suas obras, mesmo em poucas páginas, com seu espírito de criatividade, promoveu a cultura do álcool em nosso Brasil difundindo-a ainda mais em nosso território, além de contribuir para que essa cultura ultrapassasse as fronteiras do país adentrando a Europa.

2.2. *Manual do distillador e licorista*

O *Manual do distillador e licorista* é um livro de receitas para preparação de várias espécies de bebidas alcoólicas, seja por infusão ou destilação. O manual foi escrito por C. J. (apenas as iniciais do autor é que aparecem na capa do livro), é datado do ano de 1883 e possui 173 páginas. A obra é iniciada

com uma introdução falando sobre o álcool, depois os ingredientes auxiliares para a fabricação de licores, a manipulação que exige a fabricação destes, como são tingidos e conservados os licores, e, na sequência, um total de 238 receitas que envolvem licores, águas, arques, conhaques, ponches, cervejas, cremes, essências, ratafias, tinturas e vinhos.

Figura 3: Capa do Manual do Distillador e Licorista



Fonte: C. J. *Manual do distillador e licorista*. Rio de Janeiro: Livreiros-editores, 1883.

C. J. (1883, pp. 1-2) aponta que o álcool é o produto mais importante para a fabricação de licores e que ele

[...] não é um producto natural; provém da fermentação vinosa de substancias saccharinas, durante a qual estas são decompostas em acido carbonico, alcohol e alguns productos secundarios. Submettendo este liquido fermentado á distillação, obtem-se uma solução aquosa do alcohol.

A solução obtida se chama *aguardente* quando contém 50% de alcohol; *espírito* quando tem mais de 50% de alcohol; e *espírito rectificado*, quando nella se achão até 96% de alcohol. (C. J., 1883, pp. 1-2, grifos do autor)

Livros de receitas específicas para a preparação de bebidas que envolvem o álcool só denotam a importância que é dada pela sociedade a esta substância. Importância que se reflete na indústria e no comércio, e uma substância que envolve produtos cultivados da terra. Em relação isso, destacamos um trecho do texto inicial de apresentação do manual que diz que

[...] o desejo vehemente de emancipar-nos o mais possível do jugo industrial do mundo velho, nos levirão a offerecer ao publico este *Manual*, que reúne meios faceis e seguros de produzir, com os recursos peculiares do nosso paiz, tudo quanto ha de delicioso em bebidas, garantindo que todos os elementos de fabricação que apresentamos, longe de prejudicar a saude, podem ser considerados como perfeitos tonicos e confortativos valiosos e agradaveis, ao passo que darão grande impulso á nossa industria nascente, e servirão de poderoso auxiliar á nossa horticultura, augmentando assim o bem estar de muitas familias laboriosas, e dando ao mesmo tempo extracção aos numerosos thesouros de hervas medicinaes das nossas selvas. (C.J., 1883, p. 5, grifo do autor)

Então, a cultura do álcool, de acordo com o *Manual do distillador e licorista*, contribui para o desenvolvimento industrial e comercial, e as receitas apresentadas no livro não prejudicam a saúde, pelo contrário, são bebidas tônicas agradáveis e valiosas, ao que destacamos o trecho que diz que “[...] nenhuma das receitas dadas nesta obrinha pôde ser prejudicial á saúde [...]” (C. J., 1883, p. 6). O receituário de bebidas é um verdadeiro incentivo para a propagação dessa cultura durante o período oitocentista.

2.3. Sobre a cultura do álcool no Brasil setecentista e oitocentista: aspectos linguístico-lexicais e identitários a partir dos *corpora*

Sobre os aspectos linguístico-lexicais observados a partir da obra *Memória sobre o methodo economico de transportar para Portugal a agua-ardente do Brazil*, representativa do século XVIII, João Manso Pereira faz uso de algumas lexias relacionadas ao álcool, listadas a seguir tais quais com suas grafias da época e tentativas de definições advindas da própria obra:

Agua-ardente – resultado da decomposição do vinho, compondose de álcool, de água e de uma pequena porção de matéria oleosa;

Agua-ardente segunda – porção de aguardente original agitada em um vidrinho, mudada de recipiente assim que aparecem as bolhas, o que denota que a aguardente tem abundância de espírito;

Agua-ardente de próva – aguardente original;

Agua-ardente tres cinco – Aguardente de prova destilada outra vez, liberando uma grande quantidade de fleuma e formando uma aguardente mais forte – três partes dela são misturadas em duas partes de água;

Agua-ardente tres seis – Aguardente três cinco destilada outra vez, ainda liberando fleuma, porém em menor quantidade – três partes dela são misturadas em três partes de água.

Agua fraca – aguardente segunda;

Alcohol – espírito ou substância inflamável;

Espirito – álcool;

No que diz respeito ao século XIX com o *Manual do distillador e licorista*, esta obra registra muitos estrangeirismos em seus títulos de receitas, correspondentes a bebidas originárias de outros

países, como é o caso de *Alkermes* – licor típico italiano, *Charthreuse* – licor francês, *Kümmel* – licor originário da Holanda, *Parfait d'Amour* – licor de origem também holandesa, dentre outros. A palavra *espírito* também é usada ao longo das receitas de licores preparados por processo a frio ou destilação, e de outras bebidas alcoólicas, porém, o autor estabelece uma pequena diferença entre aguardente e espírito em relação a porcentagem de álcool adquirida, conforme já apresentado. Vale também trazer à baila a informação de que este manual também apresenta várias preparações por diversos outros processos. E assim, é possível encontrar receitas de preparações de Águas, *Araks*, *Cognacs*, Ponches, Cervejas, Cremes, Essências, Ratafias, Tinturas (muito usadas para tingir licores) e Vinhos, todas elas contendo espírito em suas listas de ingredientes.

Observa-se que a palavra *espírito* foi usada no século XIX, assim como no século XVIII, referindo-se ao álcool. De acordo com o dicionário eletrônico <http://traduction.sensagent.com/>, há as palavras: em inglês, *spirit*, em francês, *spiritueux*, em espanhol, *espíritu de vino*, em italiano, *spirito*, todos para designar o álcool. Já em nossa língua portuguesa, a lexia *espírito* não é usada, atualmente, na linguagem oral corrente, e nem na escrita. Vemos, porém, o uso adjetivado da palavra ao se referir ao líquido que possua um certo teor alcoólico, como bebida espirituosa. E o dicionarista Ferreira (2010, p. 856) define o verbete como “Líquido obtido pela destilação; álcool.”

Este léxico observado e destacado constitui-se como inovações linguísticas que possam abarcar as novas misturas e como um reflexo de outras culturas presentes na nossa, e se configura como um patrimônio vocabular do povo que o utiliza ao longo de sua realidade histórica vivida, conforme nos esclarece Biderman (2001, p. 14):

[...] o léxico de uma língua natural pode ser identificado com o patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística ao longo de sua história. Assim, para as línguas de civilização, esse patrimônio constitui um tesouro cultural abstrato, ou seja, uma herança de signos lexicais herdados e de uma série de modelos categoriais para gerar novas palavras. Os modelos formais dos signos linguísticos preexistem, portanto, ao indivíduo. No seu processo individual de cognição da realidade, o falante incorpora o vocabulário nomeador das realidades cognoscentes, juntamente com os modelos formais que configuram o sistema lexical. (BIDERMAN, 2001, p. 14)

A partir da pré-existência de modelos formais dos signos linguísticos, o indivíduo vai formando novos modelos que possam nomear a realidade à sua volta, como também se apropria de modelos advindos de empréstimos de outras línguas. É a língua como um fator de identidade cultural, e, também, de identidade de uma época.

3. Últimas palavras

Depreendemos, a partir da leitura feita da obra *Memória sobre o methodo economico de transportar para Portugal a agua-ardente do Brazil*, que a cultura do álcool, no período setecentista, foi ampliada com as sugestões de uso de outras fontes para a destilação de bebidas, por João Manso Pereira, como é o caso do milho. No trecho a seguir, é possível constatar tal depreensão:

O milho, por exemplo, dá maravilhosamente n'alguns paizes, como neste de S. Paulo, em que presentemente me acho. Fora da criação dos porcos, cujas carnes, e toucinhos vão vender ao Rio de Janeiro, não sei, que utilidade tirão os habitantes desta Capitania das sobras daquele grão.

Com tudo, he certo, e elles o não ignorão, que com elle se pôde fazer excellente Agua-ardente. Mas cuidão que isto não pôde vir a ser hum grande ramo de Commercio. E a razão talvez he, porque ainda não appareceo quem levantasse huma Engenhoca, para fazer Agua-ardente de milho, e de outras cousas fora da cana. (MANSO PEREIRA, 1798, p. 16)

Além disso, Manso Pereira (1798) procurou estimular o avanço da cultura do álcool para fora dos muros brasileiros ao escrever a obra que propunha um método econômico de transporte da aguardente brasileira para o chão europeu.

No período oitocentista, com a publicação do livro de receitas de licores e outras bebidas destiladas ou fermentadas, *Manual do distillador e licorista*, a cultura do álcool foi valorizada e sua prática bem diversificada através das diversas receitas para preparar as bebidas alcóolicas.

Outra importante observação feita, foi em relação à palavra *espírito*, usada em outras línguas e, também, nas duas obras trabalhadas, como equivalente ao álcool enquanto bebida, tendo a sua especificidade de teor de álcool e de água na mistura, de acordo com o *Manual do distillador e licorista*. Tal palavra não é comum na atualidade, nem na linguagem oral corrente e nem em textos escritos sobre o assunto, mas é adjetivada ao se referir a bebidas com determinada porcentagem de álcool, mencionadas como bebidas espirituosas.

À guisa de conclusão deste trabalho, vale ressaltar que não se esgotam aqui as possibilidades de pesquisa com os *corpora* utilizados. Esses documentos podem ser explorados seguindo uma outra vertente da pesquisa acadêmica, por exemplo, para fins históricos, discursivos, etc. E as obras, inclusive as demais de João Manso Pereira, citadas anteriormente, podem ser mais bem exploradas a partir de um estudo de cunho filológico, já que mesmo sendo documentos impressos, sobretudo em séculos passados, o trabalho de edição é sempre importante para facilitar a consulta e a busca de informações, dado o ineditismo no ramo da filologia em relação a estes referidos documentos.

Referências

ALKERMES. *O licor das famílias italianas*. Mixology News. Disponível em: <http://mixologynews.com.br/11/2019/mixologia/alkermes-licor-das-familias-italianas/>. Acesso em: 11 set. 2021.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. (org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2001. pp. 13-22.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Global, 2011.

CHARTHEUSE. *Historia de la Chartreuse*. Disponível em: <https://www.chartreuse.fr/es/historia/>. Acesso em: 11 set. 2021.

- C. J. *Manual do distillador e licorista*. Rio de Janeiro: H. Laemmert & C. Livreiros-editores, 1883.
- COELHO, Lidiane P.; MESQUITA, Diana P. C. de. Língua, cultura e identidade: conceitos intrínsecos e interdependentes. *Entreletras*. v. 4. n. 1. pp. 24-34, Araguaína-TO, jan/jul 2013.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.
- FILGUEIRAS, Carlos A. L. *João Manso Pereira, químico empírico do Brasil colonial*. Belo Horizonte – MG, 1993. Disponível em: http://static.sites.s bq.org.br/quimicanova.s bq.org.br/pdf/Vol16No2_155_v16_n2_%2814%29.pdf. Acesso em: 09 set. 2021.
- ILARI, Rodolfo. Reflexões sobre língua e identidade. In: BORBA, Lilian do Rocio; LEITE, Cândida Mara Britto (org.) *Diálogos entre língua, cultura e sociedade*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013. pp. 17-50.
- KÜMMEL. Disponível em: <https://www.baraberto.com/bebidas-para-cocktails/kummel#:~:text=O%20Kummel%20%C3%A9%20um%20licor,utilizada%20na%20prepara%C3%A7%C3%A3o%20de%20cocktails>. Acesso em: 11 set. 2021.
- MANSO PEREIRA, João. *Memoria sobre o methodo economico de transportar para Portugal a agua-ardente do Brazil*. Capitania de São Paulo: Oficina de Simão Thaddro Ferreira, 1798.
- MATEUS, Maria Helena Mira. Se a língua é um factor de identificação cultural, como se compreende que a mesma língua identifique culturas diferentes?. *Rev. de Letras*. n. 25. v. 1/2, jan/dez 2003.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- PARFAIT AMOUR. Disponível em: <https://www.supertoinette.com/fiche-cuisine/1273/parfait-amour.html>. Acesso em: 11 set. 2021.
- PIMENTA, João Paulo; FANNI, Rafael. Revolução no Brasil, século XVIII a XIX: a história de um conceito, um conceito na história. *Revista de História*. n. 178. pp. 1-25. São Paulo, 2019.
- SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. 3. Vol. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. pp. 478-9.
- SANTANA, Liviane Gomes Ataíde. “Cozinheiro Imperial” e “Cozinheiro Nacional”: um estudo léxico-semântico da gastronomia brasileira do século XIX. 2016. 141 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Departamento de Letras e Artes – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2021.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. pp. 73-102.
- WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. Trad. Marcela Coelho de Souza e Alexandre Morales. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

CLÁUSULAS INSUBORDINADAS NO PORTUGUÊS ARCAICO: NOTAS PRELIMINARES

INSUBORDINATE CLAUSES IN OLD PORTUGUESE: PRELIMINARY NOTES

*Violeta Virginia Rodrigues*¹

*Thiago Laurentino de Oliveira*²

RESUMO

Desde Evans (2007), inúmeras investigações acerca das cláusulas com forma de subordinada, mas com funcionamento sintaticamente independente têm sido desenvolvidas em diferentes línguas (EVANS; WATANABE, 2016). Esse fenômeno tem sido rotulado como insubordinação, embora existam descrições semelhantes que adotam outras nomenclaturas. Surge também do estudo pioneiro de Evans (2007) uma das hipóteses mais difundidas entre os estudiosos sobre as origens dessas estruturas, segundo a qual as cláusulas insubordinadas seriam fruto de um processo diacrônico em que a cláusula principal é elipsada e a cláusula subordinada é reanalisada, preservando traços formais da dependência sintática. A despeito da plausibilidade dessa hipótese, verificamos que grande parte das pesquisas em insubordinação tem examinado apenas dados sincrônicos, sem explorar efetivamente uma trajetória diacrônica de mudança que evidenciasse a hipótese da elipse. Diante disso, neste artigo, investigamos a existência de cláusulas insubordinadas no português arcaico, examinando documentos datados do século XIV e extraídos do *Corpus Informatizado do Português Medieval* (CIPM). Nosso intuito é verificar a hipótese diacrônica sobre a origem das insubordinadas em português. Este texto tem caráter preliminar, uma vez que os dados reportados são parte de um projeto mais amplo, no qual pretendemos mapear diacronicamente as ocorrências de cláusulas insubordinadas na história do português, partindo do século XIII até o século XXI. Nossos primeiros resultados fornecem evidências contrárias à hipótese da elipse, visto que encontramos mais de um padrão de insubordinação no texto histórico analisado.

PALAVRAS-CHAVE: Insubordinação. Português Arcaico. Sintaxe Histórica. Funcionalismo.

ABSTRACT

Since Evans (2007), numerous investigations about clauses with subordinate form, but with syntactically independent functioning have been observed in different languages (EVANS; WATANABE, 2016). This phenomenon has been labeled as insubordination, although there are similar descriptions that adopt other nomenclatures. Evans' (2007) pioneering study also reveals one of the most widespread hypotheses among scholars about origins of these structures, according to which insubordinate clauses are the result of a diachronic process in which the main clause is ellipsed and the subordinate clause is reanalyzed, preserving formal traces of syntactic dependence. Despite plausibility of this hypothesis, we found that most research on insubordination has examined only synchronic data, without effectively exploring a diachronic trajectory of change that evidenced the ellipse hypothesis. Thus, in this article, we investigate the existence of insubordinate clauses in Old Portuguese, examining documents dating from 14th century and extracted from *Corpus Informatizado do Português Medieval* (CIPM). Our aim is to verify the diachronic hypothesis about the origin of insubordinates

¹ Professora titular do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro e professora do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da UFRJ, violeta.rodrigues@letras.ufrj.br; <https://orcid.org/0000-0003-1789-5675>.

² Professor adjunto do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFRJ e professor do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da UFRJ, thiagolaurentino@letras.ufrj.br, <https://orcid.org/0000-0002-9537-5264>.

in Portuguese. This text has a preliminary character, since reported data are part of a broader project, in which we intend to diachronically map occurrences of subordinate clauses in history of Portuguese, from 13th century to 21st century. Our first results provide evidence contrary to the ellipse hypothesis, since we found more than one pattern of subordination in the historical text analyzed.

KEYWORDS: Insubordination. Old Portuguese. Historical Syntax. Functionalism.

Considerações iniciais

Neste artigo, exploramos e discutimos o fenômeno da insubordinação de cláusulas³ em dados do português arcaico. Esse fenômeno tem chamado a atenção de alguns linguistas nas últimas décadas e, desde o trabalho seminal de Evans (2007), vem sendo descrito e analisado em línguas naturais distintas (cf. EVANS; WATANABE, 2016). Considera-se insubordinação o “uso convencionalizado como cláusula principal do que, à primeira vista, parecem ser formalmente cláusulas subordinadas”⁴ (EVANS, 2007, p. 367). Trata-se, portanto, de construções que exibem propriedades formais de cláusulas sintaticamente dependentes, porém com propriedades semântico-funcionais que correspondem a usos independentes, principalmente pela ausência da cláusula principal com a qual comumente está relacionada.

Entende-se por propriedades formais de dependência os traços morfossintáticos presentes nas cláusulas prototipicamente subordinadas. Essas propriedades variam translinguisticamente, podendo se materializar, por exemplo, na inserção de um conector subordinativo, na adoção de uma ordem de constituintes específica, na presença de uma flexão modo-temporal específica no verbo, dentre outras. Não se verifica, entretanto, a presença de uma cláusula principal nas imediações da cláusula dita insubordinada. Baroni e Rodrigues (2021, p. 286) mencionam, como casos emblemáticos de insubordinação no português, as cláusulas “Que seu dia seja lindo” e “Se você puder me ajudar...”. Embora essas cláusulas sejam introduzidas pelos conectores *que* e *se*, e seus verbos estejam flexionados em tempo e modo típicos das subordinadas, seu uso insubordinado é “perfeitamente aceito pelos falantes e não acarreta prejuízos ao entendimento da mensagem” (BARONI; RODRIGUES, 2021, p. 286).

Os resultados a serem expostos neste artigo, ainda de caráter preliminar, fundamentam-se nos pressupostos teóricos da Linguística Funcional. Desse modo, ancoramos as nossas descrições e análises em observações de usos linguísticos efetivos. Tendo em vista o nosso objetivo de explorar dados de sincronias passadas do português, examinamos um conjunto de textos que integram o documento identificado como *Dos Costumes de Santarém*, datado do século XIV e disponível *on-line* na página do *Corpus Informatizado do Português Medieval* (CIPM). As motivações para a escolha desse material bem como os procedimentos adotados para a análise serão explicitados em seção oportuna. Vejamos um exemplo de insubordinada retirado do *corpus*:

³ Neste trabalho, entendemos cláusula como a unidade tética que pode conter um núcleo verbal ou não. Assim, segundo esse entendimento, utilizaremos este termo como sinônimo de oração. Apresentaremos a conceituação de unidade tética em seção oportuna do artigo.

⁴ Do original, em inglês: “the conventionalized main clause use of what, on prima facie grounds, appear to be formally subordinate clauses.”

- (1) E sse pedir uogado q(ue) seia na vila pode au(er) plazo de #ij dias. *se o pedir*. [CS2-T.15-F.4r]

A subordinada *se o pedir*, cujo padrão estrutural é INTRODUTOR + SV, encerra a ideia antes expressa e chama atenção por estar entre pontos. Tal configuração formal mostra sua independência sintática e indica que ela constitui uma unidade comunicativa, como será mostrado em nossa análise de dados mais adiante.

Por que recuar até o século XIV para investigar a subordinação no português? A principal motivação da nossa pesquisa advém de uma das hipóteses mais defendidas entre os estudiosos do fenômeno: a de que cláusulas subordinadas se desenvolvem diacronicamente, como resultado da atuação do mecanismo de elipse da oração principal. Tal explicação já aparece em Evans (2007). O autor argumenta que, com a omissão da oração principal, o interlocutor é levado a reanalisar a antiga oração subordinada para interpretá-la, considerando, para isso, informações disponíveis no contexto comunicativo. Apesar de ser uma hipótese bastante plausível, verifica-se que, até então, ela tem sido insuficientemente testada, pois grande parte das investigações sobre subordinação analisa dados de fala e de sincronias mais atuais. No nosso entendimento, portanto, é necessário empreender uma análise diacrônica que possa evidenciar ou refutar a hipótese do desenvolvimento de cláusulas subordinadas via mecanismo de elipse.

Diante dessa questão, pretendemos, neste artigo, expandir as investigações acerca do fenômeno da subordinação, com foco específico para o português. Com isso, objetivamos, também, expor os resultados preliminares do projeto *Padrões de subordinação no Português*, segundo o qual buscamos rastrear os usos de cláusulas subordinadas na diacronia da língua portuguesa, desde os primeiros textos, datados do século XIII, até aqueles em circulação no século XXI. Dada a natureza diacrônica do projeto, nosso objetivo central é, pois, verificar o status da subordinação como um processo sintático na história da língua portuguesa. Como ponto de partida, iniciamos as análises no português arcaico, que compreende os séculos XIII a XV (cf. MATTOS; SILVA, 2006). Se a hipótese de Evans (2007) estiver na direção correta, a presença de cláusulas subordinadas nos textos antigos será raríssima (ou mesmo nula), e aumentará gradativamente até o século XXI, sincronia na qual diferentes pesquisas têm atestado e descrito o uso de subordinadas em textos de natureza variada (BARONI; RODRIGUES, 2021; RODRIGUES, 2021, 2022; BARONI, 2022; AFFONSO JUNIOR; RODRIGUES, 2022).

O presente artigo encontra-se organizado da seguinte forma: na próxima seção, apresentamos e caracterizamos o fenômeno da subordinação, destacando algumas referências teóricas do tema e a hipótese pioneira de Evans (2007) acerca do desenvolvimento diacrônico via elipse. Na sequência, descrevemos a metodologia de pesquisa e o *corpus* histórico do século XIV, pontuando os desafios de estudar a subordinação em sincronias passadas bem como os parâmetros analíticos estabelecidos. Na seção subsequente, expomos a análise descritiva e qualitativa dos dados obtidos. Finalmente,

confrontamos os primeiros achados com os objetivos e hipóteses delineados para a primeira etapa da pesquisa e tecemos as considerações finais deste trabalho.

1. Fundamentação teórica

1.1. Insubordinação: breve síntese

Beijering, Kaltenböck e Sansiñena (2019) afirmam que estudos do século XIX já mencionavam a existência de usos de cláusulas subordinadas, mas não de forma sistemática, algo que veio a ocorrer após a discussão proposta por Evans (2007). Os autores elucidam alguns trabalhos sobre as subordinadas em diversas línguas, ainda que sob nomenclaturas diferentes. No alemão, por exemplo, segundo eles, encontra-se menção ao fenômeno como orações subordinadas isoladas; em japonês, como cláusulas suspensas; em espanhol, como cláusulas independentes; em italiano, como hipotéticas suspensas e condicionais livres; em francês, como subordinadas sem orações principais; em inglês, como cláusulas isoladas, como sentenças irregulares e como orações menores; na língua australiana Kayardild, como cláusulas subordinadas; nas línguas norte-americanas Yu'pik e Navajo, também como cláusulas subordinadas.

Na esteira do que fizeram Beijering, Kaltenböck e Sansiñena (2019), Rodrigues (2022) também rastreou alguns trabalhos sobre o tema para o português, que aparece sob o rótulo de anomalias gramaticais (GÓIS, 1943, p. 23), orações fragmentárias (GARCIA, 1986; OLIVEIRA, 2007), segmentação de períodos compostos em orações absolutas (CUNHA; CINTRA, 1985) e de independência sintática (BECHARA, 1999). Tais rótulos geralmente aparecem nas seções destinadas a tratar da pontuação, aspecto que merecerá bastante atenção em nossa análise de dados. Além dessas menções indiretas ao fenômeno, merecem destaque, ainda, em português, os estudos sobre as estruturas desgarradas (DECAT *et al.*, 2021; RODRIGUES, 2011, 2019, 2021; SILVESTRE; RODRIGUES, 2014; RODRIGUES; FONTES, 2018; CAVALCANTE; RODRIGUES, 2018; RODRIGUES; SILVESTRE, 2019; RODRIGUES; MALLMANN, 2020; RODRIGUES; CIDADE, 2021), cláusulas sem núcleo (RODRIGUES, 2021) e, aqueles que já adotam o rótulo de construções subordinadas (HIRATA VALE; OLIVEIRA; SILVA, 2017; HIRATA VALE, 2020; RODRIGUES, 2021; BARONI; RODRIGUES, 2021; BARONI, 2022; AFFONSO JUNIOR; RODRIGUES, 2022; NEVES; RODRIGUES, 2022).

Ainda de acordo com Beijering, Kaltenböck e Sansiñena (2019), em suas formas prototípicas, as subordinadas são estruturas autônomas resultantes da reanálise sofrida ao longo do tempo; através desse mecanismo, portanto, antigas orações subordinadas passam a funcionar como construções independentes e convencionalizadas. Os autores afirmam, ainda, que várias são as funções pragmáticas identificadas para as subordinadas: expressão de pedidos; significados epistêmico, evidencial e deontico; exclamações e avaliações; foco contrastivo. Eles destacam também que o interesse pelo tema se relaciona ao aumento de trabalhos que se voltam para a natureza interacional da linguagem, o que justifica que a maioria deles investigue *corpora* de língua falada.

Além disso, de acordo com os referidos linguistas, a insubordinação adequa-se à visão da gramática baseada no uso, segundo a qual as estruturas gramaticais emergem dos usos reais da língua. Essa visão, que adotamos neste estudo, pressupõe a interação constante entre uso e estrutura. Nesse sentido, relaciona-se à necessidade de conceituar gramática não apenas como um inventário de unidades linguísticas armazenadas, mais ou menos convencionalizadas, mas também como uma atividade que projeta enunciados em uma dada situação comunicativa; isso evidencia a natureza dual da insubordinação, que pode ser vista tanto como processo quanto como produto. Assim, os estudos sobre insubordinação podem se inserir na perspectiva funcionalista, tendo em vista as considerações feitas pelos autores e com as quais concordamos.

Com base nas observações de Beijering, Kaltenböck e Sansiñena (2019), partimos, portanto, das seguintes hipóteses: há níveis de (in)dependência que devem ser distinguidos na insubordinação – sintático, semântico, pragmático, diádico; há características formais e funcionais que permitem descrever sincronicamente e diacronicamente as insubordinadas; há um gradiente entre os diferentes tipos de autonomia nas insubordinadas; a insubordinação é um domínio da combinação de cláusulas.

Então, por que há tão poucos estudos sobre o fenômeno na língua escrita? Algumas justificativas podem ser elucidadas para as insubordinadas terem sido desconsideradas nos estudos linguísticos durante um bom tempo. Em alguns trabalhos, tais construções são vistas como “erros” de pontuação, no que se refere a textos escritos, e não como uma estratégia linguística empregada pelo escrevente para destacar ou enfatizar o que ele pretende dizer, como defende Rodrigues (2021; 2022). Desse modo, podemos dizer que a análise da insubordinação na modalidade escrita da língua constitui um grande desafio descritivo, visto que as cláusulas insubordinadas apresentam estrutura similar à das subordinadas, mas apresentam um status de cláusula independente. Um exemplo do *corpus* pode ser visto a seguir:

(2) Que o móórdomo ño *ande* d(e) noite [CS2-T.32-F.5r]

No exemplo (2), identificamos o padrão QUE + SN + V_{subjuntivo}, que, conforme já comentamos, é bastante frequente em sincronias atuais e em diferentes gêneros textuais. Reiterando a questão estrutural, observamos a presença de um introdutor típico de orações subordinadas (a conjunção integrante *que*), além da flexão verbal no modo subjuntivo. Apesar da presença desses traços morfossintáticos, não é possível encontrar, nas adjacências dessa cláusula, qualquer material linguístico que possa ser analisado como sua oração principal. Vale destacar que a ocorrência desse tipo de construção em um texto do século XIV põe em discussão uma das hipóteses iniciais acerca do fenômeno, como veremos na próxima seção.

1.2. A hipótese diacrônica

Conforme já mencionamos anteriormente, Evans (2007) caracteriza a insubordinação valendo-se da elipse, que é, de acordo com ele, o principal mecanismo que leva à insubordinação: um pedaço da

construção complexa assumiria o significado originalmente associado à construção como um todo após o “apagamento” de uma das partes originais. Parte-se, portanto, da premissa de que a oração principal foi omitida, cabendo ao interlocutor a tarefa de inferi-la a partir do contexto e, conseqüentemente, de seu conhecimento de mundo. A insubordinação, como outras mudanças que acontecem na língua, ocorreria de maneira gradual. Para esse fenômeno, Evans (2007, p. 370) propôs um *continuum* que representa, em quatro etapas, a trajetória histórica de formação de cláusulas insubordinadas:

Quadro 1: Percurso diacrônico da insubordinação

Subordinação	Elipse	Elipse convencionalizada	Reanálise como cláusula principal
(1)	(2)	(3)	(4)
Construção subordinada	Elipse da oração principal	Restrição de interpretação do material elipsado	Uso convencionalizado como principal de oração formalmente subordinada (construcionalização)

Fonte: Evans (2007, p. 370)

Assumindo uma perspectiva alternativa, Mithun (2008) argumenta que a insubordinação é um processo discursivo por meio do qual uma oração antes ligada, pela sintaxe, a uma principal, passa a ter seu funcionamento avaliado em um nível textual-discursivo. Em outras palavras, segundo a linguista, a função subordinativa é estendida, ou seja, a dependência deixa de ser entre orações dentro de um período para ser entre orações dentro de um contexto discursivo mais amplo. No que se refere ao contexto por meio do qual a principal pode ser recuperada, a autora menciona que as insubordinadas podem estar relacionadas a comentários, perguntas, respostas e comandos numa dada situação de interação. Podem, ainda, ser usadas pelo falante para dar contribuições a falas anteriores à sua, mostrando-se, desse modo, associadas a turnos conversacionais. Mithun (2019) afirma que, normalmente, nas construções insubordinadas da língua escrita, há como recuperar uma principal no contexto anterior, o que não é o mais frequente na fala. Na análise dos nossos dados de escrita, evidenciaremos esse aspecto já observado por Mithun (2019).

Na opinião de Cristofaro (2016), as cláusulas insubordinadas se desenvolvem a partir de mecanismos de naturezas distintas e que não se aplicam exclusivamente à insubordinação, como a elipse, a reanálise e a extensão, esses dois últimos, por exemplo, presentes também nos processos de gramaticalização. Para a autora, os trabalhos de Evans (2007) e de Mithun (2008) não são suficientes para dar conta dos diferentes padrões de insubordinação e carecem de uma proposição mais abrangente no que diz respeito às possíveis construções de origem desses padrões. Ainda de acordo com Cristofaro (2016), por meio do desengajamento clausal, as cláusulas que apresentam algumas características de cláusulas independentes tornam-se desengajadas, desconectadas, de uma cláusula coocorrente, fazendo com que elas sejam usadas separadamente, de forma insubordinada. A linguista explica que o desengajamento clausal é usado, por exemplo, para introduzir um novo tópico no discurso ou para reelaborar um tópico introduzido anteriormente na conversa.

Embora a proposição de Cristofaro (2016) se assemelhe à de Mithun (2008), um aspecto as distingue: o desengajamento clausal origina-se de um desligamento orientado pelo contexto, que permite que uma cláusula estruturalmente semelhante a uma subordinada se separe de sua cláusula coocorrente e seja usada pelo falante para introduzir um novo tópico de discurso, relacionado ao conhecimento prévio compartilhado pelo ouvinte. Na extensão funcional, por sua vez, os falantes estabelecem uma semelhança entre as cláusulas subordinadas em geral e alguns tipos de cláusulas independentes. Nesse último caso, conforme explica Cristofaro (2016), a insubordinada está conectada ao discurso como um todo, e não especificamente a alguma oração principal ausente ou elíptica. A extensão funcional, portanto, é motivada pela similaridade entre o antigo e o novo contexto de ocorrência da subordinada, independentemente se esses contextos envolvem ou não a presença de uma oração principal, como ressalta a autora.

Cristofaro (2016) também destaca que a extensão funcional e o desengajamento clausal são mais baseados no que Bybee, Perkins e Pagluica (1994, pp. 289-93) denominam *generalização*, um processo por meio do qual propriedades específicas do contexto em que uma construção é originalmente usada tornam-se proeminentes com o passar do tempo e levam a uma expansão dos usos dessas construções para outros contextos que apresentem propriedades semelhantes. A autora afirma que as cláusulas insubordinadas se desenvolvem a partir dos contextos em que o material elipsado é mais facilmente inferível ou comunicativamente mais periférico e, por essa razão, mais propenso a ser deixado de fora. Contribui, ainda, para a elipse, segundo Cristofaro (2016), a frequência de uso da construção fonte, uma vez que a repetição é um dos fatores que levam à omissão do material linguístico, conforme preconiza, por exemplo, Bybee (2016). Geralmente considerada como o principal mecanismo que leva à insubordinação, a elipse, segundo Cristofaro (2016), também envolve um processo metonímico por meio do qual parte de uma oração complexa (a subordinada) assume o significado originalmente associado à construção como um todo, enquanto outra parte (a principal) é suprimida, abandonada.

Tendo em vista essa breve revisão teórica, algumas considerações podem ser feitas. O fenômeno da insubordinação permite englobar uma gama de construções com realizações formais diferentes e que podem ter surgido de variados mecanismos, cujas funções podem ser mapeadas interlinguisticamente, mas com diferentes conjuntos de funções em diferentes línguas (BEIJERING; KALTENBÖCK; SANSIÑENA, 2019). Além disso, a insubordinação parece contrariar as tendências unidirecionais observadas nos modelos clássicos de gramaticalização e de combinação de orações, pelas quais elementos pragmáticos mais soltos tornam-se mais integrados à estrutura sintática (BEIJERING; KALTENBÖCK; SANSIÑENA, 2019). A insubordinação, pelo contrário, relaciona-se ao desenvolvimento da oração subordinada à oração principal, ou seja, da morfossintaxe ao discurso e em seu estágio inicial, da gramática à pragmática (EVANS, 2007). Construções insubordinadas variam de escopo, que pode ser a sentença, pares de sentenças adjacentes ou trechos maiores de discurso (MITHUN, 2019). A dependência de relações discutidas originariamente em Evans (2007) centrava-se na sentença, incluindo a principal omitida (MITHUN, 2019), como visto antes. A distinção

entre (in)dependência sintática e pragmática no âmbito da insubordinação é importante e ainda não foi plenamente reconhecida na literatura sobre o tema (D'HERTEFELT; VERSTRAETE, 2014).

Assim, neste artigo, objetivamos analisar padrões de insubordinação no português arcaico. Esses padrões vêm sendo mapeados para o português brasileiro contemporâneo em pesquisas recentes, conforme mostraremos na próxima subseção. A partir dessas pesquisas, pretendemos rastreá-los diacronicamente nos textos históricos da língua portuguesa.

1.3. Padrões de insubordinação

Rodrigues (2022) apresenta como primeiro padrão o da **construção insubordinada QUE + V_{subjuntivo} + SN**, como ilustra a estrutura “*Que seja doce.*” (título de programa de TV), que configura na literatura uma insubordinada prototípica. Observa-se, neste exemplo, que a cláusula tem forma de uma subordinada substantiva, mas sem vínculo com outra estrutura materializada anteriormente, expressa no cotexto. Tal uso pode ser explicado à luz do conceito de *cooptação* (SANSIÑENA, 2019).

A cooptação é uma operação cognitivo-comunicativa pela qual fragmentos de discurso localizados em um domínio são transferidos para outro domínio linguístico. A unidade cooptada é uma *unidade de informação*, que é sintática, prosódica e semanticamente autônoma. Trata-se de uma operação sincrônica que nos permite abandonar a explicação da insubordinação via elipse. Sendo assim, estamos, neste estudo, preterindo a visão da Gramática da Sentença em favor da perspectiva da Gramática Tética, ambas componentes da Gramática do Discurso. Discurso aqui é tomado como processo ou atividade, que consiste numa rede de componentes interligados compreendendo a organização do texto, fonte de informação, atitudes do falante, interação falante-ouvinte, discurso ambiente e conhecimento de mundo. As orações téticas (KALTENBÖCK, 2019) relacionam-se à situação imediata do discurso, mais especificamente aos componentes da interação falante-ouvinte, atitude do falante, e, no caso de *corpus* de língua escrita, escrevente/leitor, atitude do leitor e organização do texto. Os téticos são, portanto, pedaços de discurso desconectados sintaticamente, porém ancorados pragmaticamente, na situação discursiva em que ocorrem.

O exemplo de Rodrigues (2022) também pode ser explicado como um caso de *insubordinação autônoma*, já que se relaciona ao critério de (in)dependência pragmática (KALTENBÖCK, 2019). Ainda há a possibilidade de termos, nesse mesmo padrão, uma pequena variação na **construção insubordinada QUE + SN + V_{subjuntivo}**, como em “Desejo que seja feliz. *Que a vida lhe sorria.*”, em que se observa, ao contrário do exemplo anterior, que antes da construção insubordinada há uma oração expressa e finalizada por um sinal de pontuação. A insubordinada reitera a informação anteriormente dada (no caso, a cláusula seguida de pontuação). Alguns autores (VERSTRAETE *et alii*, 2012; D'HERTEFELT; VERSTRAETE, 2014; SANSIÑENA, 2019) denominam casos como esses de *construções semi-insubordinadas*, que estariam sempre vinculadas a uma proposição precedente no discurso. Vale destacar que não adotamos a distinção entre insubordinada e semi-insubordinada, como o faz, por exemplo, para o português, Hirata Vale (2020).

O segundo padrão identificado por Rodrigues (2022) é o de **construção in subordinada SN + QUE + V**, como em “*Histórias que inspiram*” (subtítulo de programa televisivo). Pelo conceito de extensão funcional, depreende-se uma forma de oração subordinada adjetiva (*que inspiram*), porém, vinculada não a outra oração, mas a apenas um constituinte, no caso, um sintagma nominal. Van Linden e Van de Velde (2014), ao abordarem a in subordinada no holandês, chamam a atenção para orações precedidas por um único elemento da principal. Construções como essas com a oração principal incompleta são chamadas pelos autores de *semi-in subordinada*. O elemento da principal pode ser um substantivo, adjetivo ou advérbio. Outros autores denominam exemplos semelhantes a esses de *pseudo-in subordinada*, em que identificam orações formalmente subordinadas introduzidas por um único elemento da principal, ou seja, tem um elemento inicial, mas não é uma oração completa (SANSIÑENA, 2019). Apesar dessas possibilidades analíticas, não há, contudo, nenhum impedimento para que tais construções sejam chamadas de in subordinadas e é o que fazemos.

O terceiro padrão geral identificado por Rodrigues (2022) foi o de **construção in subordinada INTRODUTOR + SV + SN** em estruturas como “*Quando chama o coração*”, “*Enquanto houver sol*”, “*Como fazer um filme de amor*”, “*Para abrir os trabalhos*”, que também podem ser caracterizadas como in subordinadas prototípicas. Nesses casos, as cláusulas são estruturalmente semelhantes a subordinadas adverbiais, sem vínculo com outra estrutura anteriormente materializada, expressa no cotexto. Como se nota, existem orações que não são sintaticamente dependentes de nenhum elemento da oração principal, mas são pragmaticamente dependentes do discurso (VERSTRAETE *et alii*, 2012; D’HERTEFELT; VERSTRAETE, 2014; SANSIÑENA, 2019). Esse padrão, pode ser exemplificado também pelas **construções SE + V** indicativo/subjuntivo (“*Se você vem/vier...*”, “*Se você fosse meu amigo*”, “*Se eu tivesse uma voz bonita*”) e pelas **construções PORQUE + SN + V** indicativo (“*Porque você mudou*”, “*Porque só o amor constrói*”).

Todos esses padrões podem estabelecer diferentes funções pragmáticas. Rodrigues (2022) aborda algumas dessas funções de modo panorâmico. Há a *in subordinada diádica, colaborativa ou dialógica*, presente em estruturas do tipo pergunta-resposta; o escopo da in subordinada estende-se por duas cláusulas, sendo um mecanismo de coconstrução no discurso interativo. É chamada também de *in subordinada conectiva* (SANSIÑENA, 2015), em que há orações que se referem a um discurso anterior dentro do mesmo evento comunicativo ou em um evento comunicativo anterior, relacionando-se ao critério de (in)dependência pragmática (KALTENBÖCK, 2019). Tais estruturas elaboram sobre algo que foi dito anteriormente pelo mesmo falante ou por outro, pragmaticamente dependente do cotexto anterior (D’HERTEFELT; VERSTRAETE, 2014). Alguns autores apontam que esse caso pode ser visto, por isso, como um tipo diferente de in subordinada, já que ocorre fora da in subordinada, como mudança de dependência. Também pode ser associada ao desengajamento clausal, pois se trata de uma cláusula com forma de subordinada, mas relacionada a outra cláusula que não constitui um único ato de fala, principalmente em narrativas e no discurso direto. Nos exemplos

a seguir, do *corpus* Roteiro de Cinema⁵, utilizado por Rodrigues (2022), os padrões antes mostrados permitem ilustrar essa função pragmática das insubordinadas:

(3) CORONEL

É diferente do boi da Paraíba. O boi da Paraíba tem chifre assim, agressivo, pra frente.
Feito o Brasil.

(Roteiro de *O Homem Que Virou Suco*, de João Batista de Andrade – 1979/2005)

(4) BETO (F.Q.)

Tá, mas sozinha ela não ficou por lá.

TIJOLO

Achou um gringo...

BETO

... *que já convidou ela pra comer um galeto...*

TIJOLO

...tomar uma graspa.

CASCÃO

Filha da mãe!

(Roteiro de *Antes que o mundo acabe*, de Ana Luiza Azevedo, Giba Assis Brasil, Jorge Furtado e Paulo Halm – 2010)

Vemos em (3), no fragmento da fala do personagem “Coronel”, uma ocorrência do padrão **INTRODUTOR + SN**, “Feito o Brasil”. No próprio título do roteiro em questão, identificamos outro padrão de insubordinação, **SN + QUE + SV**: “O homem que virou suco”. Já em (4), na segunda fala do personagem “Beto”, encontramos um dado do padrão **QUE + SV + SN + SO**, “...*que já convidou ela pra comer um galeto...*”. Também no título desse roteiro, ocorre uma estrutura de insubordinação, materializada segundo o padrão **SN + QUE + SN + V**: “*Antes que o mundo acabe*”. Observamos nos dados que as cláusulas insubordinadas se relacionam ao cotexto anterior de um mesmo ato de fala ou de outro.

Outra função pragmática é a chamada *insubordinação discursiva* (VERSTRAETE; D’HERTEFELT; VAN LINDEN, 2012), em que há dependência pragmática do discurso. Nesse caso, as cláusulas não dependem de uma oração principal específica, no texto falado ou escrito, no cotexto anterior do mesmo turno ou de outro; seu contexto é a situação do discurso (MITHUN, 2019). São

⁵ O *Corpus* Roteiro de Cinema, disponível no *site* www.roteirodecinema.com.br, disponibiliza, desde 2003, mais de 380 roteiros de inúmeros filmes nacionais na íntegra, já produzidos ou inéditos.

orações que apontam para eventos que podem ser diretamente observados ou inferidos do contexto situacional (GRAS, 2016). A insubordinação discursiva codifica uma posição do falante em relação à proposição. É o que podemos observar no exemplo da figura 1, utilizada por Rodrigues (2022).

Figura 1: Exemplo de insubordinação discursiva em português

Quando a fofoca vem com print



Fonte: Rodrigues (2022)

Cristofaro (2016) afirma que cláusulas com *quando* podem exercer o papel discursivo de criar expectativa no ouvinte para a sequência de eventos posteriores. Segundo a autora, essas cláusulas são apontadas como produtivas no inglês e caracterizadas como unidades detentoras de informação e entoação independentes. O padrão, nesse caso, é **INTRODUTOR + SN + SV + SN**.

Temos, ainda, a função pragmática denominada *insubordinação modal* (GRAS, 2016), que, como o próprio nome sugere, expressa uma avaliação modal. Também pode ser identificada como *insubordinada expressiva*, já que têm escopo sobre a sentença como um todo (D'HERTEFELT; VERSTRAETE, 2014) ou, ainda, como extensão funcional (MITHUN, 2008), já que representa padrões de dependência gramatical que podem ser estendidos da sentença para o discurso mais amplo e para domínios pragmáticos. O exemplo (5), também retirado de Rodrigues (2022), ilustra o uso do padrão **INTRODUTOR + SN + V_{indicativo}** com função pragmática modal/expressiva:

- (5) “Aconchegante é o lugar onde o coração descansa. *Onde o afeto é certo. Onde os olhos sorriem. Onde somos nós mesmos. Onde o medo não entra. Onde a maldade não tem vez.*” Ana Jácomo.

Como se pode verificar consoante Rodrigues (2022), um mesmo padrão de insubordinação pode estabelecer diferentes funções pragmáticas. Com base na proposta da autora, analisaremos a presença desses padrões bem como as respectivas funções pragmáticas nos dados do *corpus* histórico

do português arcaico. Antes disso, na próxima seção, expomos as diretrizes metodológicas adotadas nesta investigação.

2. Metodologia

2.1. *Corpus* analisado

A fim de examinar textos portugueses representativos de sincronias passadas, recorreremos ao *Corpus Informatizado do Português Medieval* – CIPM (<https://cipm.fcsh.unl.pt/>). Trata-se de uma plataforma digital criada em 1993 e gerida por linguistas e estudantes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, atualmente dirigida por Maria Francisca Xavier. No momento, estão disponíveis no CIPM tanto textos latino-romances escritos entre os séculos IX e XII quanto textos portugueses produzidos entre os séculos XII e XVI. Quanto aos gêneros, os pesquisadores encontram textos em prosa, de caráter literário (narrativas hagiográficas, históricas e de viagem, prosa doutrinal de corte, tratados filosóficos, textos de caráter moralista e religioso), bem como textos não literários (documentos notariais de caráter particular, documentos régios, testamentos, foros etc.), essencialmente jurídicos.

Para a primeira etapa da pesquisa acerca das cláusulas insubordinadas na diacronia do português, optamos por analisar textos não literários. Essa escolha se justifica pelo fato de alguns autores (GARCIA, 1986; CUNHA e CINTRA, 1985; BECHARA, 1999) interpretarem a insubordinação como um fenômeno estilístico, motivado por fatores estéticos, típicos da escrita literária. Sendo assim, acreditamos que o eventual aparecimento de cláusulas insubordinadas em textos jurídicos – fortemente associados a uma concepção de escrita mais padronizada e pouco propensa a “usos estilísticos” – dificilmente poderá ser justificado por fatores estéticos. Nesse intuito, selecionamos para apreciação o documento intitulado *Dos Costumes de Santarém* (CS).

Segundo informações constantes do próprio CIPM, a amostra CS é composta por um total de quatro textos, sendo um deles datado do século XIII (1294) e os demais, do século XIV (1331?-1360?). No atual estágio da pesquisa, focalizamos os textos do século XIV, que, juntos, somam um total de 30.829 palavras. Em termos qualitativos, os textos da amostra CS são representativos dos *foros* – à época, também denominados de *costumes* –, documentos que, de acordo com Mattos e Silva (2006, p. 38), registravam “o direito consuetudinário dos diversos concelhos (= divisão administrativa de então) que constituíam o reino; tratam, portanto, das imunidades e dos encargos de uma comunidade”.

Antes de prosseguirmos para a descrição dos métodos e procedimentos adotados na análise dos dados, é preciso situar historicamente o *corpus* CS na periodização da língua portuguesa. Mattos e Silva (2006), utilizando a nomenclatura proposta por Leite de Vasconcelos, identifica como português arcaico toda a documentação remanescente produzida entre os séculos XIII e XVI. Esse recorte temporal tem como marcos convencionados a data do testamento do rei Afonso II (1214) e a publicação da *Gramática da linguagem portuguesa* (1536), de Fernão de Oliveira. Uma vez que a discussão sobre as diferentes propostas de periodização do português extrapola os objetivos deste trabalho,

limitamo-nos a seguir a nomenclatura proposta por Leite de Vasconcelos e defendida por Mattos e Silva (2006), a fim de identificar os textos do referido período histórico. A seguir, apresentamos os entraves que se impuseram e os procedimentos metodológicos adotados para a descrição e análise dos dados extraídos da amostra CS.

2.2. Métodos e procedimentos analíticos

Nesta primeira etapa de investigação, nossos esforços têm sido direcionados para o rastreamento de possíveis usos de construções compatíveis com a conceituação de insubordinação apresentada pelos estudiosos do tema. Por essa razão, os procedimentos analíticos assumem um caráter predominantemente qualitativo, uma vez que o exame das circunstâncias (cotextuais, contextuais e discursivo-pragmáticas) nas quais as cláusulas insubordinadas ocorrem é de grande relevância para o entendimento do próprio fenômeno da insubordinação em português. Portanto, considerações quantitativas acerca da frequência e da produtividade das construções insubordinadas não se colocam neste momento. Vale mencionar, no entanto, que, até o momento, foram encontrados 136 dados de cláusulas insubordinadas no texto analisado.

No que se refere aos desafios enfrentados, o principal deles tem sido a investigação do fenômeno da insubordinação em textos escritos de uma sincronia bastante recuada no tempo. Como a ampla tradição dos estudos em Linguística Histórica revela, analisar textos do passado implica lidar com um conjunto de variáveis específicas, que precisam ser consideradas pelo linguista, a fim de não comprometer a validade empírica do estudo. Sem adentrar em uma discussão mais profunda sobre essa questão, destacamos aqui o aspecto mais desafiador para o estudo das insubordinadas no português arcaico: o sistema de pontuação utilizado nos textos medievais portugueses.

Conforme expomos brevemente na seção de fundamentação teórica, um dos parâmetros para a detecção de cláusulas insubordinadas em dados de fala é a presença de uma “pausa longa” antecedendo a oração introduzida por conector (formalmente subordinada). Nos textos escritos contemporâneos, essa pausa corresponde a sinais de pontuação terminativa: ponto final, exclamação, interrogação e reticências. Assim, o estudo da insubordinação em dados de língua escrita depende consideravelmente da utilização dos sinais de pontuação (cf. SILVESTRE; RODRIGUES, 2014; RODRIGUES; SILVESTRE, 2019; RODRIGUES; GONÇALVES, 2020). Eis que se levantam os seguintes problemas: como se apresentam os sinais de pontuação nos textos arcaicos (séculos XIII-XV), quando ainda inexistiam os manuais normatizadores da escrita? Em quais circunstâncias a pontuação encontrada na documentação medieval portuguesa pode ser utilizada como parâmetro gráfico de fronteira entre cláusulas, correspondendo à “pausa longa” dos escritos atuais?

Mattos e Silva (2006) discute essa questão e frisa que é sempre complexa a relação que se estabelece entre a língua escrita e a realidade oral a ela correspondente. Apesar disso, a linguista nos lembra de que é

“(…) a documentação escrita que permanece, e sendo essa uma representação convencional da fala, desta teremos nos documentos um reflexo que permite tirar conclusões até certo ponto seguras, no nível fônico-mórfico, já que, não havendo então uma normatização ortográfica [nos textos arcaicos], a análise da variação da escrita oferece indícios para alguma percepção da voz.” (MATTOS E SILVA, 2006, p. 42)

Nesse sentido, a autora observa que a voz de sincronias passadas sempre estará ausente e que, se a escrita tenta refleti-la em alguma medida, é possível depreender, ainda que parcialmente, aspectos característicos da fala. Além disso, Mattos e Silva (2006) vê como positiva a ausência de normatização gramatical, visto que isso “faz com que no texto medieval a variação seja constante, fato que também é indicador de usos da fala.” (MATTOS; SILVA, 2006, p. 43).

Machado Filho (2004) apresenta uma postura semelhante à de Mattos e Silva (2006). O pesquisador põe à prova a recorrente afirmação de muitos filólogos de que a pontuação nos documentos medievais seria um “elemento pouco sistemático ou mesmo irregular (...) e normalmente associada à pausa respiratória da língua falada” (MACHADO FILHO, 2004, p. 55). Para tanto, o autor empreendeu um minucioso trabalho de base empírica, no qual analisou quantitativa e qualitativamente um *corpus* composto pelas três versões dos *Diálogos de São Gregório*, o *Livro das Aves* na íntegra, as duas versões do *Testamento de Afonso II* e mais dois textos do *flos sanctorum*. Dessa amostra, Machado Filho (2004) registrou um total de 3.737 ocorrências de sinais de pontuação, que lhe permitiram tecer importantes considerações acerca do tema.

Resumidamente, Machado Filho (2004, p. 113) conclui que os dados analisados são reveladores de que o sistema de pontuação presente nos textos medievais portugueses “exibia (...) uma sistemática bastante regular no uso do ponto seguido de maiúscula [.M] (...) e parecia transitar (...) entre uma utilização lógico-gramatical e um emprego provavelmente apoiado em características da língua falada.” Essa constatação é bastante cara para a presente pesquisa, uma vez que sugere haver motivações mais linguísticas do que fortuitas (tal como a mera pausa respiratória do escriba) para a presença de pontuações terminativas nos textos arcaicos. Dessa forma, não consiste em um equívoco de análise utilizar o ponto seguido de maiúscula como parâmetro gráfico para a identificação de cláusulas insubordinadas.

Além disso, no que tange ao estudo da insubordinação, o trabalho do referido autor nos oferece ainda mais uma valiosa observação: a possível correlação entre conectores e uso de pontuação. Segundo ele, a presença de certas conjunções, advérbios e preposições nos documentos parece favorecer a ocorrência de sinais de pontuação, ainda que “com frequência bem menos representativa, mas não desprezível” (MACHADO FILHO, 2004, p. 119). Dentro dessa linha de raciocínio, Machado Filho (2004) tece a seguinte reflexão:

Na condição de conectivos ou encadeadores de enunciados, esses elementos parecem, mesmo hoje, reclamar no texto uma delimitação formal de fronteira, *quicá por razões de ordem discursiva*, que na escrita seria representada pelos sinais de pontuação e sobre as quais *caberia uma abordagem científica com outro enfoque*. (MACHADO FILHO, 2004, p. 119, *grifos nossos*).

Estaria essa reflexão do autor ancorada no que hoje podemos denominar insubordinação de cláusulas? Diante das considerações e apontamentos feitos por ele, acreditamos que sim. De todo modo, independentemente de Machado Filho (2004) ter encontrado em seu *corpus* o que analisamos neste artigo como orações insubordinadas, sua contribuição principal é o respaldo que sua pesquisa nos oferece para adotarmos um parâmetro gráfico, isto é, um parâmetro que leve em consideração o uso de pontos e maiúsculas nos documentos medievais portugueses. Assim, compilamos como cláusulas insubordinadas as estruturas sintáticas similares às orações subordinadas, iniciadas por conectores, que ocorriam nos textos isoladas por espaços “em branco”, em linha única, ou antecidas pela sequência *sinhal terminativo+maiuscula*.

Reconhecemos, todavia, que apenas a adoção do parâmetro gráfico poderia comprometer, em muitos casos, a validade empírica dos dados identificados. Além disso, há ocorrências em que as delimitações gráficas claramente não correspondem ao que entendemos por cláusulas insubordinadas. Por essas razões, estabelecemos, durante a coleta dos dados, um segundo parâmetro, de cunho informacional. Entendendo que as cláusulas insubordinadas são construções linguísticas (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013) e, por isso, correspondem a pareamentos entre forma e significado, definimos que as estruturas introduzidas por conectores desvinculadas de uma oração principal deveriam também exibir as propriedades semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais típicas das cláusulas analisadas como insubordinadas. Para tanto, delimitamos como parâmetro informacional o levantamento de *unidades téticas*.

Conforme já dissemos, unidades téticas são “pedaços” de discurso que ocorrem sintaticamente desconectados nos enunciados, mas que possuem autonomia semântico-pragmática. Trata-se, pois, de unidades independentes do ponto de vista informacional: em vez de se encaixarem ou se combinarem à informação de outras cláusulas, elas adicionam uma nova unidade de informação no discurso, cumprindo funções pragmáticas diversas. As unidades téticas estão estreitamente relacionadas à noção de *Gramática do Discurso*. Os falantes de uma língua fazem uso da Gramática do Discurso (GD), na qual estariam todos os recursos linguísticos disponíveis para a elaboração de textos, sejam eles falados ou escritos. Essa GD, por sua vez, seria composta por dois domínios (além das convenções utilizadas para integrá-los, para projetar e organizar os textos): o domínio da *Gramática da Sentença* (GS) e o domínio da *Gramática Tética* (GT). A GS corresponde, em boa medida, ao que geralmente se entende por gramática na teoria linguística: um domínio organizado “em termos de tipos de constituintes, como orações, sintagmas, palavras e morfemas, além da maquinaria sintática e morfológica para relacionar esses constituintes uns com os outros.”⁶ (KALTENBÖCK; HEINE, 2014, p. 360). Essa GS permite aos falantes codificar qualquer informação conceitual de forma coerente e consistente, além de lhes possibilitar a criação de um mundo textual próprio, relativamente independente do contexto situacional imediato. Em contrapartida, a GD é o domínio das construções sintaticamente

⁶ Do original, em inglês: “(...) in terms of constituent types such as clauses, phrases, words, and morphemes plus the syntactic and morphological machinery to relate these constituents to one another.”

mais independentes, o que lhes permite que sejam inseridas em lugares variados de um enunciado. O “preço” dessa liberdade sintática é, de acordo com Kaltenböck e Heine (2014), a maior dependência do contexto e/ou da situação comunicativa. Nas palavras dos autores⁷,

Isso significa que, para sua interpretação adequada, os téticos precisam estar associados a uma situação específica de discurso. Conforme argumentado por Haegeman (1991) (...), um falante tem de estabelecer a relevância de um tético por um processo inferencial (...) que leva em conta o contexto imediato do enunciado. (KALTENBÖCK; HEINE, 2014, p. 360).

Seguindo a perspectiva dos referidos linguistas, reiterada em Heine, Kaltenböck e Kuteva (2016), consideramos, portanto, que as cláusulas insubordinadas constituem unidades téticas, diferentemente das cláusulas subordinadas (interpretadas, segundo a proposta da GS, como unidades sentenciais). Desse modo, ainda que sejam sintaticamente independentes – algo evidenciado pela ausência da oração principal –, as orações insubordinadas são contextual e/ou situacionalmente dependentes. A compreensão dessas unidades téticas está, pois, intimamente associada aos fatores discursivo-pragmáticos que as cercam. A título de ilustração, vejamos nos exemplos (6) e (7), extraídos do *corpus* analisado nesta pesquisa, como os parâmetros gráfico e informacional foram aplicados com o intuito de distinguir orações subordinadas das orações insubordinadas:

- (6) O Testemoço do sayom ou de porteiros nõ deue ualer sen testemoço de hom(e)s bóos *saluo se os nõ podem achar* [CS2-T.20-F.4v]
- (7) Custume he q(ue) se peleiar o c(ri)schãao cõ o mouro e se ferirẽ q(ue) nõ íure o c(ri)schãao nõ o mouro cõ a ferida. *Saluo se o poderẽ p(ro)uar p(er) homens bóos as feridas ou a tẽçom.* [CS3-T.24-F.10v]

Nos exemplos (6) e (7), podemos visualizar, destacadas em itálico, cláusulas que se assemelham formalmente às subordinadas. Em ambos os casos, inclusive, as cláusulas são introduzidas pelo mesmo conector: *saluo se*. Pelo parâmetro gráfico, percebemos que a cláusula em (6) dificilmente poderá ser interpretada como insubordinada, visto que não há nenhum sinal de pontuação lhe antecedendo e a letra inicial do conector foi grafada em minúscula. Passando ao parâmetro informacional, constatamos que a cláusula não é uma unidade tética, mas sim uma unidade sentencial: há clara dependência sintática e semântica desta estrutura com a que lhe precede; combinadas, ambas as orações constituem uma unidade informacional, na qual a oração introduzida por *saluo se* estabelece uma condição de excludência ao que é veiculado pela sua oração principal: o testemunho do sayom ou dos porteiros não tem valor sem o testemunho dos homens bons, e a exceção a essa determinação é se os referidos homens bons não puderem ser encontrados. Temos, então, uma oração subordinada adverbial condicional.

⁷ Do original, em inglês: “This means that for their appropriate interpretation, theticals need to be associated with a specific situation of discourse. As argued by Haegeman (1991) (...), a speaker has to establish the relevance of a thetical by an inferential process (...) which takes into account the immediate context of the utterance.”

Por outro lado, o que encontramos em (7) é diferente. O parâmetro gráfico já evidencia isso, visto que a cláusula formalmente introduzida por *saluo se* sucede um ponto terminativo, e a primeira letra do conector foi escrita em maiúscula. Essa marcação gráfica lembra-nos da observação de Machado Filho (2004, p. 119) acerca de os conectores sinalizarem uma delimitação de fronteira, “quixá por razões de ordem discursiva”. Aplicando o parâmetro informacional, verificamos que a cláusula em questão goza de certa autonomia sintática em relação ao material textual que lhe antecede; sua interpretação não está ancorada na gramática sentencial, mas no contexto comunicativo. Isto porque extrapolamos o período sintático graficamente marcado por orações pertencentes a uma mesma sequência linguística. Parece-nos, então, que a ocorrência em (7) constitui uma unidade tética, mais precisamente, uma cláusula insubordinada. Na cláusula anterior a ela, vemos que há, assim como em (6), uma determinação atrelada a uma condição, materializada por meio da oração principal nucleada pelo verbo *jurar* (“q(ue) ño íure”) e pelas orações subordinadas adverbiais condicionais nucleadas pelos verbos *pelejar* e *ferir-se*, coordenadas entre si. A cláusula insubordinada agrega ao enunciado como um todo a exceção à regra, vinculando-se, portanto, ao contexto comunicativo, e não a uma única oração.

Antes de avançarmos para a seção de resultados, finalizamos esta seção com a listagem dos parâmetros de análise das cláusulas insubordinadas. Nesta etapa preliminar, observamos essencialmente quatro parâmetros: o elemento introdutor, ou seja, o conector; o modo verbal; o padrão cotextual e o conteúdo veiculado pela cláusula. O rastreamento dessas informações objetiva descrever as propriedades morfossintáticas, semânticas e discursivo-pragmáticas que as cláusulas insubordinadas atestadas nos textos *Dos Costumes de Santarém* apresentam. Essas informações serão altamente relevantes para a continuidade do projeto, visto que, em etapas futuras, pretendemos compará-las diacronicamente com outros textos portugueses, verificando possíveis expansões, restrições e/ou manutenções das propriedades caracterizadoras da insubordinação nessa língua.

3. Primeiros resultados

A fim de melhor estruturar a exposição dos resultados, adotaremos o padrão cotextual como o parâmetro norteador desta seção. Dentre as 136 ocorrências de cláusulas insubordinadas atestadas até o momento no *corpus* em apreciação, pudemos identificar a existência de três padrões cotextuais: *insubordinada isolada*, *insubordinada após material linguístico não oracional* e *insubordinada após outra(s) cláusula(s)*. Descrevemos, com mais detalhes, cada um dos padrões nas próximas subseções, dentro das quais também exploraremos qualitativamente os demais parâmetros, sempre acompanhados de exemplos atestados no *corpus*.

3.1. Insubordinada isolada

Denominamos como padrão cotextual de insubordinada isolada aquele em que a estrutura formalmente similar a uma oração subordinada ocorre sozinha, sem a presença de material linguístico

antecedente e/ou subsequente. Esse isolamento é visualmente notável nos textos escritos, nos quais a subordinada costuma aparecer isolada, em uma linha independente, circundada de espaços graficamente “vazios”. Rodrigues (2022) exemplifica esse padrão com dados do português atual, extraídos de títulos de novelas e programas televisivos: “*Que seja doce*”, “*Quando chama o coração*”, “*Se nos deixam*”, conforme já mostramos na fundamentação teórica.

Na amostra de dados do português arcaico, encontramos ocorrências de cláusulas subordinadas isoladas. No que se refere aos conectores que encabeçavam esses dados, foram identificadas ocorrências com *que*, *quem*, *se*, *quando* e *como*, sendo este último o mais recorrente. Quanto aos modos verbais, verificamos que os verbos das cláusulas subordinadas apareciam principalmente no modo indicativo embora também tenhamos atestado usos no modo subjuntivo. Já em relação aos conteúdos semântico-pragmáticos veiculados, detectamos, predominantemente, cláusulas de preparação⁸. Analisemos algumas dessas ocorrências:

- (8) *Quẽ deue a dar as uaras áá molh(er) cassada.* [CS3-T.115-F.17v]
- (9) *Se meu Jrmãao se apodera do au(er) de meu padre & de mha madre.* [CS3-T.171-F.22r]
- (10) *Q(ua)ndo os aluazíjjs sahẽ & ent(ra)m out(ro)s.* [CS3-T.173-F.22r]

A primeira consideração a ser feita é que essas cláusulas aparecem em uma linha independente, destacadas graficamente do material linguístico anterior, sendo bastante evidente seu caráter isolado. No documento *Dos Costumes de Santarém*, tais cláusulas precedem o detalhamento das normas, de modo muito similar aos incisos presentes nos documentos jurídicos contemporâneos. Pelo fato de adiantarem sucintamente o conteúdo do “costume” que será descrito no material cotextual subsequente, analisamos essas construções como cláusulas de preparação. A figura 2 ilustra a ocorrência do exemplo (10) dentro do documento disponibilizado pelo CPIM:

Figura 2: Exemplo de cláusula subordinada isolada

Da p(ro)curaçõ q(ue) alguẽ aduz.	Título	Fólio
	172	22r
Custume h(e) q(ue) se alguẽ aduz p(ro)curaçõ ssobre sa demãda e a out(ra) p(ar)te contrayra sée p(re)sente e [mêtre a léer] nõ-na q(ue)r ouu(ir) p(er) an(te) a justiça e uẽ poys e diz q(ue) a nõ ouuyo q(ue) fique a p(ro)curaçõ por firme.		
Q(ua)ndo os aluazíjjs sahẽ & ent(ra)m out(ro)s.	Título	Fólio
	173	22r
Custume h(e) que q(ua)ndo sal o tempo dos aluazíjjs e os out(ro)s metẽ. que possam tolh(er) todos os degredos q(ue) os out(ro)s poss(er)om. Er poherẽ eles aq(ue)les q(ue) o Conçelho uír por bem.		

Fonte: elaboração dos autores, a partir do *site* do CIPM.

⁸ A classificação que distingue as subordinadas em cláusulas de preparação, de comando, de ressalva etc. foi estabelecida por nós com base na leitura do próprio texto, levando em consideração a função das subordinadas no contexto de uso.

Rodrigues (2022) identifica esse padrão do ponto de vista da função pragmática como insubordinação discursiva, devido ao fato de essas cláusulas estarem totalmente apoiadas no contexto discursivo em que ocorrem. Gras (2016) também identifica esse caso de insubordinação no espanhol, sobre o qual destaca que essas orações apontam para um evento que pode ser diretamente observado ou inferido do contexto situacional. Conforme apresentamos em 1.3, Cristofaro (2016) é outra linguista que detecta essas estruturas no inglês, identificando, para elas, a função de criar expectativa no interlocutor para eventos subsequentes. Além das cláusulas insubordinadas de preparação, atestamos também, no padrão cotextual isolado, uma ocorrência de *insubordinada de comando*, reproduzida em (11):

(11) *Que o móórdomo ño ande d(e) noite*

O Mayordomo ño deue andar de noyte ñe s(eus) hom(e)s. [CS2-T.32-F.5r]

Analizamos essa insubordinada como sendo de comando ao verificar que, diferentemente das ocorrências reproduzidas em (8-10), seu conteúdo veiculado vai além da criação de expectativa ou da síntese do que o leitor encontrará na sequência; ela já encerra em si mesma a determinação, isto é, a essência do “costume” descrito depois dela. Contribui significativamente para essa interpretação o modo do verbo *andar*, que aparece flexionado no subjuntivo: “ño *ande*”. A leitura injuntiva dessa cláusula isolada é corroborada pelo material linguístico subsequente, que, de modo bastante sucinto, reitera a norma de que o “Mayordomo” e seus homens não devem andar de noite.

O exemplo (11) se assemelha, de forma muito interessante, às estruturas insubordinadas que têm sido amplamente atestadas e descritas no português contemporâneo. O trabalho de Baroni e Rodrigues (2021) e, sobretudo, o de Baroni (2022), atestam diferentes usos de cláusulas introduzidas pelo conector *que* em contextos isolados. A principal diferença a pontuar é que, nos dados contemporâneos, essas cláusulas tendem a veicular conteúdo volitivo, como em “*Que seu dia seja muito bacana*” e “*Que a noite seja de descanso e paz*” (BARONI, 2022, pp. 30-31).

3.2. Insubordinada após material linguístico não oracional

O padrão de insubordinada após material linguístico não oracional reúne ocorrências nas quais a cláusula introduzida por conector é antecedida por algum material linguístico não oracional, ou seja, que não se estrutura em torno de um sintagma verbal. Rodrigues (2022) também identifica esse padrão em diferentes dados do português contemporâneo, como em “*gente que ama chá*” (postagem na internet), “*Brasil que faz*” (programa televisivo) e “*chuva que não para em Petrópolis*” (manchete de telejornal), também comentados em 1.3 deste artigo.

No *corpus* em análise, atestamos ocorrências desse padrão. O material linguístico antecedente era, geralmente, um sintagma nominal ou um sintagma preposicionado. As cláusulas insubordinadas eram introduzidas pelos conectores *que*, *quem*, *como*, *onde* e a forma arcaica *hu*, sendo o primeiro o mais recorrente nos dados examinados. Assim como no padrão cotextual de insubordinada isolada,

também neste a maioria dos verbos se apresentava no modo indicativo, com poucas ocorrências no modo subjuntivo. Quanto ao conteúdo semântico-pragmático, todas as ocorrências cotejadas consistiam em cláusulas de preparação. Os exemplos de (12) a (14) ilustram o referido padrão:

(12) Penhores *q(ue) o móórdomo tẽ açima de seu móórdomado*. [CS3-T.74-F.14r]

(13) Do vinho de fora *como se deue uẽd(er)*. [CS3-T.47-F.12r]

(14) Do móórdomo *hu deue a dar as enq(uí)sas*. [CS3-T.57-F.13r]

Percebemos que há uma nítida relação discursiva entre os materiais linguísticos que antecedem as cláusulas. Contudo, do ponto de vista das gramáticas normativas, tais cláusulas não estão sintaticamente subordinadas a orações principais. Esse tipo de estrutura tem gerado muitas reflexões entre os estudiosos da insubordinação. Cabe pontuarmos brevemente algumas dessas reflexões.

Van Linden e Van de Velde (2014) atestam, no holandês, orações precedidas pelo que é analisado como uma cláusula principal incompleta. Os autores referem-se a essas construções como semi-insubordinadas e afirmam que o elemento-matriz pode ser um substantivo, um adjetivo ou um advérbio. Sansiñena (2019) também faz menção à semi-insubordinação, em alusão à existência de um elemento anteposto às orações formalmente subordinadas que não configura uma cláusula completa. Os dados de insubordinadas após material linguístico não oracional identificados no documento *Dos Costumes de Santarém* também podem ser enquadrados como exemplos de insubordinação discursiva, nos termos de Rodrigues (2022), como já comentamos. Como explicitamos em 3.1, a função pragmática dessas estruturas ancora-se no contexto discursivo em que ocorrem, o que evidencia seu status de unidade tética. Seu conteúdo de preparação no texto histórico em análise pode ser verificado no exemplo (15):

(15) Do amo *q(ue) ferír seu mançoabo*.

Custume h(e) sse firír meu mãçoabo ou meu homẽ nõ sóo theudo de lho correger se lhy nõ tolho nõbro. [CS3-T.48-F.12v]

Tal como um inciso de um documento jurídico, a cláusula em itálico sintetiza, ao mesmo tempo em que adianta, o conteúdo discursivo que o leitor dos *Costumes* encontra logo a seguir. Na construção que contém a insubordinada, é anunciado que aquele tópico do documento prescreve o que o amo deveria fazer caso ferisse seu mancebo. Na porção textual subsequente, constituída por um período composto por cinco orações – nucleadas por *ser* (“h(e)”), *ferir*, *ser obrigado* (“sóo theudo”), *corrigir* (“correger”) e *tolher* (“tolho”) – o leitor toma conhecimento da norma: o amo não seria obrigado a indenizar (“correger”) seus funcionários se lhes ferisse, e se esse ferimento não ocasionasse a perda de um membro.

3.3. Insubordinada após outra(s) cláusula(s)

O terceiro e último padrão cotextual detectado na amostra do português arcaico em exame é o que rotulamos de insubordinada após outra(s) cláusula(s). Isso significa que a cláusula formalmente semelhante a uma subordinada é antecedida por outra(s). Para atestarmos essas estruturas em textos escritos, é fundamental observar a presença dos sinais de pontuação terminativa. Rodrigues (2022) destaca que, nesses casos, a construção insubordinada costuma reiterar a informação expressa na(s) cláusula(s) precedente(s).

Nesse padrão – de certo modo, mais do que nos anteriores –, a necessidade de aplicar os parâmetros gráfico e informacional, descritos em 2.2, se impôs. Isso porque nem sempre a identificação das estruturas insubordinadas é feita de maneira inequívoca. Desconsiderando casos dúbios, verificamos que as cláusulas insubordinadas desse padrão aparecem encabeçadas pelos conectores *que* (predominante) e *se*, além das formas arcaicas *ca*, *salvo se* e *salvo que*. Quanto ao modo, atestamos ocorrências com verbos flexionados tanto no indicativo quanto no subjuntivo; cabe destacar, contudo, que, distintamente dos outros padrões, neste prevaleceram os dados com verbos no subjuntivo. Além disso, foi neste padrão que encontramos a maior variedade de conteúdos semântico-pragmáticos, conforme descreveremos mais adiante. Vejamos alguns exemplos em (16)-(18):

- (16) E sse pedir uogado q(ue) seia na vila pode au(er) plazo de #iij dias. *se o pedir*. [CS2-T.15-F.4r]
- (17) E sse lhy aruor talhar ou arrãcar ou b(ri)tar deue-lhy dar out(ra) tal na sa h(er)dade come aq(ue)la. *q(ue) logre ata q(ue) seía come a sua era onde a leuou*. [CS3-T.52-F.12v]
- (18) Custume he q(ue) sse tirar cuytelo (contra) o móórdomo p(er) íra q(ue) lhy ñõ peyte cóómha ñêhũa p(or) e(nde). *Saluo q(ue) saya ao ã couto del Rey*. [CS3-T.137-F.19r]

Como ilustram os exemplos, pelo parâmetro gráfico, notamos que todas as estruturas analisadas como insubordinadas são antecedidas por outras cláusulas e separadas delas por um ponto final. Apenas em (18), no entanto, a cláusula insubordinada é iniciada por letra maiúscula, de modo que o parâmetro gráfico atende parcialmente a análise das cláusulas em (16) e (17). Por outro lado, ao aplicar o parâmetro informacional sobre esses exemplos, verificamos que as cláusulas em itálico constituem unidades téticas, uma vez que são sintaticamente independentes do material linguístico precedente e estão ancoradas no contexto discursivo dos enunciados.

Em (16), vemos que a insubordinada “*se o pedir*” atua como um realce de uma informação já veiculada por uma cláusula anterior, igualmente de valor condicional, também introduzida pelo conector *se* (“sse”). Essa cláusula anterior é sintaticamente dependente da outra cláusula, sua principal, “*pode au(er) plazo de #iij dias*”. A cláusula insubordinada enfatiza, portanto, a condição já aludida para que possa ser concedido o prazo de três dias para a situação em questão, atuando como uma unidade tética do texto.

Em (17), a situação é parecida. A estrutura analisada como insubordinada elabora a determinação prescrita nas cláusulas antecedentes: parafraseando o texto arcaico original, se alguém derrubar uma árvore de outra pessoa, deve-lhe dar outra tal e qual aquela que foi derrubada. Acrescenta-se, com a cláusula insubordinada, que quem derrubou a árvore poderá lograr (usufruir, desfrutar) da nova árvore até que esta atinja o porte semelhante da árvore derrubada. Assim, nesse exemplo, a cláusula insubordinada adiciona e detalha informações em relação à norma veiculada pelas cláusulas anteriores, constituindo, também uma unidade tética do ponto de vista da Gramática do Discurso.

O exemplo em (18) segue um padrão similar, com a diferença de que a cláusula insubordinada em questão não realça ou elabora o conteúdo veiculado pelas cláusulas precedentes. A função discursiva dessa unidade tética é apresentar uma ressalva, uma exceção: a norma é não pagar (“*peytar*”) nada a quem “*tira cuytelo (contra) o móórdomo*” por ira, exceto se quem o fizer sair “*ao ã couto del Rey*”. Essa ocorrência é bastante semelhante ao exemplo (7), que apresentamos na seção 2.2 deste artigo.

Dentro da nossa amostra atual, as insubordinadas que ocorrem após outra(s) cláusula(s) foram as que apresentaram conteúdos semântico-pragmáticos mais variados, havendo, em alguns casos, sobreposição de mais de um conteúdo na mesma cláusula. Considerando os limites desta exposição, comentaremos apenas três conteúdos identificados: o de *elaboração*, o de *reiteração* e o de *exclusão*. O trecho reproduzido em (19) exhibe duas insubordinadas de elaboração:

- (19) Hũu móórdomo demãdou a hũu homẽ en Conçelho q(ue) fez(er)a cóómha en seu tempo & q(ue)ria q(ue) lha desse. ssahydo ía o tempo desse móórdomo q(ue) o demãdaua e [o] q(ue) entõ era móórdomo dísse q(ue) nõ auya o móórdomo uelho p(or)que leuar aq(ue)la cóómha. *ca nõ era sua. mays q(ue) era sua.* [CS3-T.196-F.24v]

Notamos que este trecho está estruturado segundo o tipo narrativo, algo incomum para esse tipo de documento, cujo objetivo era prescrever normas. Intitulado “Do móórdomo a q(ue) sal o moordomado & demanda dízima”, o trecho relata que um antigo comandante, tempo depois de deixar o cargo, foi a Concelho reivindicar uma quantia que teria obtido quando ainda era “móórdomo”. As cláusulas insubordinadas aparecem na contra-argumentação de outro personagem, o “móórdomo” novo, elaborando a sua defesa.

Na primeira cláusula insubordinada, embora o conector arcaico *ca* apareça em minúscula, notamos que há a presença do ponto final. Recorrendo ao parâmetro informacional, podemos observar que a referida cláusula é sintaticamente independente das anteriores, vinculando-se a elas discursivamente: no material linguístico precedente, o “móórdomo” novo diz que não existem motivos para que o seu antecessor reivindique a “cóómha”; na cláusula insubordinada subsequente, essa afirmação é elaborada com a apresentação da causa: “*ca [aq(ue)la cóómha] nõ era sua [do móórdomo uelho]*”. A última cláusula também pode ser interpretada como insubordinada de elaboração, visto que ela prossegue com o desenvolvimento da contra-argumentação do “móórdomo” novo, que acrescenta que a “cóómha” era dele.

A partir de uma perspectiva pragmática, Rodrigues (2022) classifica esse tipo de dado como insubordinação diádica ou colaborativa (cf. 1.3). Nesses casos, o escopo da insubordinada se estende por duas cláusulas, funcionando como um mecanismo de (co)construção em discursos interativos. A análise da autora encontra respaldo em outros estudiosos: D’Hertefelt e Verstraete (2014) falam em insubordinação elaborativa quando a cláusula em questão elabora algo que foi dito anteriormente pelo mesmo falante ou por outro, pragmaticamente dependente do cotexto anterior. Sansiñena (2015) trata como insubordinação conectiva os referidos casos, nos quais as orações se referem a um discurso anterior dentro do mesmo evento comunicativo ou em um evento comunicativo anterior. As insubordinadas elaborativas têm sido recorrentemente identificadas em textos do português brasileiro atual de caráter dialógico, tais como os roteiros de obras cinematográficas e postagens do *Facebook* e *WhatsApp* (RODRIGUES, 2022).

No próximo exemplo, exposto em (20), temos um dado similar ao comentado em (19). Do ponto de vista discursivo, entretanto, optamos por analisá-lo como uma ocorrência de cláusula insubordinada de reiteração:

- (20) Custume he se me alguẽ demãdar ca lhy fiz ferida assínáada ã entençõ que ouue comígo. & eu dígo ca u(er)dade he. *ca tençey cũ ele* mays a tençõ p(ar)tyda dísse ca lhy nõ fez(er) a mal. [CS3-T.22-F.10v]

O trecho transcrito integra o costume “*De feridas asínáadas*”, no qual se prescreve o que deve acontecer a uma pessoa que acusa posteriormente alguém de tê-la ferido em uma briga, mas que, no momento da briga, havia dito que não tinha sido ferida. Aqui também há uma espécie de relato, porém menor e hipotético; no restante do trecho, o leitor encontra a orientação prescrita para o caso. A cláusula considerada insubordinada ocorre no trecho em que é simulada a resposta da pessoa acusada, que aparece representada em primeira pessoa do singular.

Nesse dado, assim como em (19), o parâmetro gráfico é parcialmente verificado: há um sinal terminativo antecedendo a estrutura formalmente subordinada, porém o conector *ca* que a introduz foi escrito em minúscula. Por outro lado, ao explorar o parâmetro informacional, vemos que a cláusula em questão não depende sintaticamente das estruturas precedentes. Mais uma vez, o vínculo é discursivo, o que nos permite tratar a cláusula em itálico como uma unidade tética.

No material linguístico que antecede a insubordinada, iniciado no “&”, temos duas orações sintaticamente relacionadas: a oração nucleada pelo verbo *dizer* (“digo”) seleciona a oração nucleada pelo verbo *ser* (“he”) como seu objeto direto (modernizando o trecho, teríamos: “e eu digo que é verdade”). O que é verdade? O fato de ter ocorrido uma “tençõ” entre os personagens. Essa informação, já mencionada previamente no cotexto, é reiterada por “*ca tençey cũ ele*”, a cláusula insubordinada. Embora também se possa argumentar em favor de uma leitura elaborativa (como a discutida em (19)), parece-nos mais coerente, em (20), falar em reiteração de conteúdos, visto que a informação contida na insubordinada já estava disponível no cotexto.

Em (21), temos mais um exemplo do nosso *corpus* em análise. Tratamos a estrutura em itálico como um dado de insubordinada de exclusão:

- (21) Custume h(e) se alguẽ my demãdar algũa deuida e eu quero diz(er) catẽ fiador de mÿ por ela e o leixo en sa uerdade nõ he tehudo de faz(er) tal u(er)dade. *saluo se lho p(ro)uo p(er) homẽs bóos.* [CS3-T.21-F.10r]

O referido excerto faz parte do costume “*De fãdoria*” e nele encontramos uma orientação de como proceder na cobrança de uma dívida envolvendo fiador. A estrutura do texto é similar à do exemplo (18), por trazer um breve e hipotético relato da situação, seguido da norma estabelecida. A cláusula insubordinada encerra o trecho, sendo introduzida pelo conector arcaico *saluo se*.

Tal qual vimos em (19) e (20), também em (21), o conector da cláusula formalmente subordinada aparece em minúscula – ainda que haja um sinal terminativo precedendo a estrutura –, o que compromete o parâmetro gráfico. Todavia, lançando mão novamente do parâmetro informacional, podemos nos certificar de que a cláusula em itálico se comporta como uma unidade sintaticamente independente: dada a brevidade do trecho, fica bastante evidente para o leitor que todo o material linguístico anterior à cláusula insubordinada constitui uma unidade informacional completa, que “faz sentido” por si só; a cláusula encabeçada por *saluo se* é uma unidade tética, que se combina discursivamente com toda a unidade informacional precedente, a fim de fazer um adendo, que, nesse exemplo, tem valor de exclusão.

O conteúdo semântico-pragmático de exclusão foi consideravelmente recorrente nos dados analisados nessa amostra referente ao século XIV. Nos exemplos (7) e (18), apresentados neste artigo, também reportamos ocorrências de cláusulas insubordinadas que veiculam a leitura de exceção, condizente com um texto jurídico em que há regras e, naturalmente, exceções. Conforme os três exemplos – (7), (18) e (21) – demonstraram, as insubordinadas de exclusão aparecem, no referido *corpus*, em posição final do texto, em caráter de fechamento da ideia.

Considerações finais

A análise de textos jurídicos do século XIV revela que, já nesse período histórico, é possível atestar a ocorrência de cláusulas insubordinadas similares àquelas que têm sido encontradas nas sincronias mais atuais da língua portuguesa. No entanto, ressaltamos que a análise de dados do português arcaico até agora empreendida não permite ainda comprovar ou refutar a hipótese de Evans (2007), já que os mesmos usos do português atual foram encontrados no português medieval.

Além disso, vimos que, não obstante a pontuação pouco sistemática dos textos arcaicos portugueses remanescentes, é possível analisar a insubordinação em documentos de sincronias passadas. Para tanto, foi necessário aliar ao parâmetro gráfico o parâmetro informacional, através do qual exploramos a noção de unidade tética. Desse modo, adotando a perspectiva da Gramática do Discurso, torna-se viável analisar construções linguísticas que não estão subordinadas às regras da Gramática da Sentença.

Até o momento, encontramos 136 ocorrências de cláusulas insubordinadas, fato que nos levou a realizar, nesta primeira etapa, uma análise qualitativa dos padrões cotextuais atestados. Juntem-se a isso os diferentes conectores e conteúdos semântico-pragmáticos que encontramos no texto jurídico *Dos Costumes de Santarém*. Esses achados sugerem que a insubordinação já era um fenômeno presente no português arcaico do século XIV, o que parece enfraquecer a hipótese de surgimento dessas estruturas via elipse da cláusula principal, abrindo margem para que sejam aventadas hipóteses alternativas acerca do fenômeno.

Por fim, é importante reforçar que este trabalho consistiu apenas na primeira etapa de uma extensa agenda de pesquisa no âmbito do projeto *Padrões de insubordinação no Português*. Decerto, outros textos representativos do século XIV – assim como dos demais séculos que caracterizam o português arcaico – terão de ser examinados com o intuito de ampliar a base de dados e viabilizar não só levantamentos quantitativos como também análises qualitativas mais completas. Há muito por fazer e investigar, sobretudo a partir de agora, quando as primeiras pistas já foram “escavadas” do passado.

Referências

- AFFONSO JUNIOR, Marcelo Rodrigues; RODRIGUES, Violeta Virginia. Insubordinação e desgarramento nos folhetins do *Jornal do Commercio* no século XIX. *Percursos Linguísticos* (UFES), v. 12, pp. 256-76, 2022.
- BARONI, Gabriela do Couto. *Insubordinação de cláusulas volitivas em português brasileiro: uma abordagem funcionalista*. 2022, 335 fl. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Programa Pós-graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- BARONI, Gabriela do Couto; RODRIGUES, Violeta Virginia. Insubordinação: uma proposta funcionalista para o estudo de (des)articulação de cláusulas. *Revista do GEL*, v. 18, n. 3, pp. 285-310, 2021.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BEIJERING, Karin; KALTENBÖCK, Gunther; SANSIÑENA, María Sol. Insubordination: Central issues and open questions. In: BEIJERING, Karin; KALTENBÖCK, Gunther; SANSIÑENA, María Sol. (eds.). *Insubordination: Theoretical and empirical issues*. De Gruyter Mouton: Berlin, 2019. pp. 7-28.
- BYBEE, Joan. *Língua, uso e cognição*. Tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha. Revisão técnica de Sebastião Carlos Leite Gonçalves. São Paulo: Cortez, 2016.
- BYBEE, Joan; PERKINS, Revere; PAGLIUCA, William. *The evolution of grammar*. Chicago/London: University of Chicago Press, 1994.
- CAVALCANTE, Sávio André de Souza; RODRIGUES, Violeta Virginia. A Estrutura Argumental Preferida de Cláusulas Hipotáticas Circunstanciais Temporais ‘desgarradas’ em ‘memes quando’. *Gragoatá* (UFF), v. 23, pp. 518-43, 2018.
- CRISTOFARO, Sonia. Routes to insubordination: a cross-linguistic perspective. In: EVANS, N. E; WATANABE, H. (eds.). *Insubordination*. Amsterdam and Philadelphia: J. Benjamins, 2016. pp. 393-422.

- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- D'HERTEFELT, Sarah; VERSTRAETE, Jean-Christophe. Independent complement constructions in Swedish and Danish: Insubordination or dependency shift? *Journal of Pragmatics*, 60, pp. 89-102, 2014.
- DECAT, Maria Beatriz Nascimento *et alii*. *Desgarramento, subordinação discursiva e insubordinação*. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2021.
- EVANS, Nicholas. Insubordination and its uses. In: NIKOLAEVA, Irina. (ed.), *Finiteness*. Theoretical and Empirical Foundations. Oxford: Oxford University Press, 2007. pp. 366-431.
- EVANS, Nicholas; WATANABE, Honoré. (orgs.). *Insubordination*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2016.
- GARCIA, Othon Moacir. *Comunicação em prosa moderna*. 26. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1986.
- GÓIS, Carlos. *Método de análise (léxica e lógica) ou sintaxe das relações*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo & Cia, 1943.
- GRAS, Pedro. Revisiting the functional typology of insubordination: Insubordinate queconstructions in Spanish. In: EVANS, Nicholas; WATANABE, Honoré. (orgs.). *Insubordination*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2016. pp. 113-44.
- HEINE, Bernd; KALTENBÖCK, Gunther; KUTEVA, Tania. On insubordination and cooptation. In: EVANS, Nicholas; WATANABE, Honoré (eds.). *Insubordination*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2016. pp. 36-55.
- HIRATA VALE, Flávia Bezerra de Menezes. Construções completivas insubordinadas subjetivas-modais no português brasileiro. *Estudos linguísticos*, São Paulo, v. 49, n. 1, pp. 297-311, 2020.
- HIRATA VALE, Flavia Bezerra de Menezes; OLIVEIRA, Taisa Peres de; SILVA, Camila Fernandes da. Construções insubordinadas no português do Brasil: completivas e condicionais em análise. *Revista Odisseia, [S. l.]*, v. 2, pp. 25-41, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1983-2435.2017v2n0ID12988>.
- KALTENBÖCK, Gunther. Delimiting the class: A typology of English insubordination. In: BEIJERING, Karin; KALTENBÖCK, Gunther; SANSIÑENA, María Sol (eds.). *Insubordination: Theoretical and empirical issues*. De Gruyter Mouton: Berlin, 2019. pp. 167-98.
- KALTENBÖCK, Gunther; HEINE, Bernd. Sentence grammar vs. thetical grammar: two competing domains? In: MACWHINNEY, Brian; MALCHUKOV, Andrej; MORAVCSIK, Edith (eds.). *Competing motivations in grammar and usage*. Oxford: Oxford University Press, 2014, pp. 348-63.
- MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. *A pontuação em manuscritos medievais portugueses*. Salvador: EDUFBA, 2004.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.

- MITHUN, Marianne. Sources and mechanisms. In: BEIJERING, Karin; KALTENBÖCK, Gunther; SANŠIÑENA, María Sol. (eds.). *Insubordination: Theoretical and empirical issues*. De Gruyter Mouton: Berlin, 2019. pp. 29-54.
- MITHUN, Marianne. The extension of dependency beyond the sentence. *Language*, v. 84, n. 1, pp. 69-119, 2008.
- NEVES, Emanuel Felix das; RODRIGUES, Violeta Virginia. Desgarramento e insubordinação em contos brasileiros do século XX. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 20, pp. 48-80, 2022.
- OLIVEIRA, Júlio César Souza de. *Fragmentação do período composto na escrita contemporânea do Português brasileiro*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ, 2007.
- RODRIGUES, Violeta Virginia. “Desgarramento” das comparativas introduzidas por *que nem*. *Guavira Letras*, Três Lagoas/MS, v. 12, n. 1, pp. 104-13, 2011.
- RODRIGUES, Violeta Virginia. *Cláusulas sem núcleo em português: desgarramento ou insubordinação?* 1. ed. São Paulo: Blucher, 2021.
- RODRIGUES, Violeta Virginia. *Desgarramento de cláusulas em Português: usos e descrição*. 1. ed. São Paulo: Blucher, 2019.
- RODRIGUES, Violeta Virginia. Padrões de insubordinação no PB. In: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 8, 2022. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2022.
- RODRIGUES, Violeta Virginia; BARONI, Gabriela do Couto. Cláusulas desgarradas e insubordinadas no português brasileiro. *Letras Escreve*, v. 11, pp. 141-54, 2021.
- RODRIGUES, Violeta Virginia; CIDADE, David Novaes. Desgarramento e pontuação em textos de vestibulandos. *Confluência*, v. 1, pp. 124-56, 2021.
- RODRIGUES, Violeta Virginia; FONTES, Andressa Matheus. O desgarramento de orações adverbiais nos roteiros de cinema. In: COELHO, Fábio André Cardoso; SILVA, Jefferson Evaristo do Nascimento; CONFORTE, André Nemi. (orgs.). *Descrição e ensino de Língua Portuguesa: temas contemporâneos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2018, v. 6, pp. 615-29.
- RODRIGUES, Violeta Virginia; MALLMANN, Adriana Cristina Lopes Gonçalves. Orações completivas e completivas desgarradas: comportamento prosódico. *Revista de Letras*, v. 2, pp. 44-55, 2020.
- RODRIGUES, Violeta Virginia; SILVESTRE, Aline Ponciano dos Santos. Desgarramento de cláusulas hipotáticas: interface sintaxe-prosódia. *Estudos linguísticos: perspectivas interdisciplinares*. 1. ed. Vitória - ES: EDUFES, 2019, v. 1, pp. 359-78.
- SANŠIÑENA, María Sol. Patterns of (in)dependence. In: BEIJERING, Karin; KALTENBÖCK, Gunther; SANŠIÑENA, María Sol. (eds.). *Insubordination: Theoretical and empirical issues*. De Gruyter Mouton: Berlin, 2019. pp. 199-239.
- SANŠIÑENA, María Sol; DE SMET, Hendrik; CORNILLIE, Bert. Between subordinate and insubordinate. Paths toward complementizer-initial main clauses. *Journal of Pragmatics*, v. 77, pp. 3-19, 2015.

SILVESTRE, Aline Ponciano dos Santos; RODRIGUES, Violeta Virginia. O ‘desgarramento’ de cláusulas comparativas e a interface sintaxe-prosódia. In: XXV Jornada Nacional do GELNE, 2014, Natal - RN. *Anais da XXV Jornada Nacional do GELNE*. Campus Lagoa Nova - Natal - RN: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - EDUFRN, 2014. v. 1. pp. 1-11.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; TROUSDALE, Graeme. *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

VAN LINDEN, An; VAN DE VELDE, Freek. (Semi-)autonomous subordination in Dutch: Structures and semantic-pragmatics values. *Journal of Pragmatics*, n. 60, pp. 226-50, 2014.

VERSTRAETE, Jean-Christophe; D’HERTEFELT, Sarah; VAN LINDEN, An. A typology of complement insubordination in Dutch. *Studies in Language*. n. 36 (1), pp. 123-53, 2012.

NAS VEREDAS DO LÉXICO HISTÓRICO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

ON THE PATHS OF THE HISTORICAL LEXICO OF BRAZILIAN PORTUGUESE

Vanderci de Andrade Aguilera¹

Celciane Alves Vasconcelos²

Fabiane Cristina Altino³

RESUMO

Este artigo tem como propósito apresentar o percurso do Léxico Histórico do Português Brasileiro (LHisPB) desde a sua gênese até a sua concretização. Trata-se de pesquisa desenvolvida no âmbito do Projeto *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB) e, ao contrário das demais obras que compõem a série *História do Português Brasileiro*, publicada sob a coordenação do Dr. Ataliba T. de Castilho no formato impresso, o LHisPB vem à luz no formato eletrônico e disponível para o público em geral na plataforma da Universidade Estadual de Londrina. O LHisPB compõe-se, atualmente, dos seguintes Léxicos Estaduais: Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Inspirado na obra de Company y Mellis (2002), *Léxico Histórico del Español de México*, os verbetes de cada uma das unidades estaduais foram construídos pelos itens lexicais de *corpora* históricos datados dos séculos XVII a XIX coletados pelas equipes estaduais do PHPB.

PALAVRAS-CHAVE: Léxico Histórico. Português Brasileiro. Metodologia. Resultados.

ABSTRACT

The purpose of this article is to present the trajectory of the Historical Lexicon of Brazilian Portuguese (LHisPB) from its genesis to its implementation. This is research developed within the scope of the Project for the History of Brazilian Portuguese (PHPB) and, unlike the other works that make up the History of Brazilian Portuguese series, published under the coordination of Dr. Ataliba T. de Castilho in printed format, the LHisPB comes to light in electronic format and available to the general public on the platform of the State University of Londrina. The LHisPB is currently composed of the following State Lexicons: Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Paraíba, Pernambuco and Rio Grande do Sul. Inspired by the work by Company y Mellis (2002), *Lexicon Histórico del Español de México*, the entries of each of the state units were constructed by lexical items from historical corpora dating from the 17th to the 19th centuries collected by the PHPB state teams.

KEYWORDS: Historical Lexicon. Brazilian Portuguese. Methodology. Results.

Introdução

A construção do Léxico Histórico do Português Brasileiro - LHisPB, coordenado por Vanderci Aguilera e Fabiane Altino, nasceu como sugestão do Dr. Ataliba de Castilho, idealizador do Projeto

¹ Universidade Estadual de Londrina (UEL), vanderci@uel.br, <https://orcid.org/0000-0003-3052-3710>.

² Universidade Estadual de Londrina (UEL), celciane@uel.br, <https://orcid.org/0000-0002-1600-1433>.

³ Universidade Estadual de Londrina (UEL), fabiane_altino@uol.com.br, <https://orcid.org/0000-0002-5987-2028>.

Para a História do Português Brasileiro, à equipe do Paraná. O LHisPB corresponde ao 12º volume da obra História do Português Brasileiro.

Com sede na Universidade Estadual de Londrina, o projeto teve início no ano de 2009 com a proposta de compor um banco de dados lexicográficos referentes aos períodos Colonial e Imperial do Brasil para fins de estudos diacrônicos e sincrônicos do léxico do Português Brasileiro, integrando, assim, a coletânea organizada e publicada sob a coordenação geral de Castilho (2019, 2020). O LHisPB vem na esteira de outras obras de cunho lexicográfico para complementar trabalhos já publicados, como os de Cunha (1978, 2006), Silva (2008) e Murakawa (2021).

O *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*, de 1978 e o *Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval* (2006), ambos de Antonio Geraldo Cunha, referências basilares para a composição de um Léxico, configuram-se em um levantamento exaustivo do léxico da língua portuguesa nos séculos XIII, XIV e XV (ALTINO; AGUILERA, 2010).

O *Dicionário da língua portuguesa medieval* (SILVA, 2008) contempla 17000 verbetes coletados junto a dezenas de fontes medievais já transcritas, como as *Cantigas de Santa Maria*, as *Décadas*, O *Cancioneiro da Ajuda*, As *Cantigas D'El rei Dom Dinis*, entre outras. Essas obras contribuem para o conhecimento do português falado no Brasil e abrem caminho para a contribuição de outros projetos que venham somar forças para a constituição da história do português brasileiro.

É esse o desejo do LHisPB: juntar-se a outros estudos dessa natureza, como o *Dicionário histórico do português do Brasil séculos XVI, XVII e XVIII*, coordenado por Murakawa e recentemente publicado, com a base de textos do português colonial, constituindo o *corpus* de referência para a elaboração do dicionário histórico do português colonial e os diversos trabalhos no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, concluídos ou em andamento, que buscam contribuir para o melhor conhecimento da língua portuguesa em território brasileiro. Soma-se a esses trabalhos a contribuição que certamente prestará o LHisPB para o estudo do Português do Brasil – PB.

1. História do LHisPB: Uma proposta para o volume XII

O Léxico Histórico do Português Brasileiro – LHisPB, cujo principal objetivo é apresentar, sob tratamento lexicográfico, todo o conteúdo lexical dos documentos manuscritos datados dos séculos XVII a XIX, que foram coletados, transcritos e editados pelas equipes, necessitou de tempo de maturação para que delineássemos o perfil do seu suporte – *on-line* e de alimentação de dados, o recorte no tempo e as normativas necessárias a esse labor.

Para a composição do LHisPB, como qualquer trabalho desse porte, o recorte do *corpus* foi inevitável devido à impossibilidade de abarcar tudo o que foi escrito entre os séculos XVII e XIX. Para tanto, seguimos o exemplo da obra de Company e Melis (2002) que, para o Léxico Histórico del Español de México, trabalharam com 320 documentos do período colonial mexicano, procedentes de duas fontes documentais: o Archivo General de Indias en Sevilla e o Archivo General de la Nación en la Ciudad de México.

Tendo essa obra por referência e analisando os documentos disponíveis para o LHisPB, a equipe do Paraná, responsável pela elaboração e manutenção do *site*, optou pela composição de *corpus* constituído por documentos diversos. É certo que Company e Melis (2002) afirmam terem dado preferência, quase absoluta, a documentos informais, cartas pessoais, denúncias e testemunhos em juízo, petições e informes de particulares, com o fim de buscar uma aproximação maior da língua falada do período colonial hispânico. A decisão de trabalhar apenas com cartas pessoais e documentos não oficiais no LHPB nos distanciaria, sobremaneira, da estrutura e concepção da obra na versão brasileira e reduziria, consideravelmente, o *corpus*.

Ao contrário do *Léxico histórico del español de México*, no LHisPB, não foi possível fazer a distinção entre texto de natureza oficial e texto de caráter coloquial (familiar, pessoal). Essa decisão se fundamenta na observação do *corpus* constituído para o projeto do Léxico Histórico do Paraná, pois, pela leitura mais acurada dos manuscritos paranaenses, concluímos que, apesar de oficiais (documentos notariais), a ortografia e a gramática ali aplicadas estão longe de ser consideradas a padrão. Esse fato foi atestado por Almeida-Baronas (2006, 2009), Toniolo (2008), Souza (2012), Assis (2008, 2013) e Bençal (2018) em seus estudos, confirmando que, pelo contrário, a forma expressa em muitos dos manuscritos está muito próxima de uma modalidade de língua provavelmente falada por boa parte dos brasileiros no tempo da Colônia e do Império.

A análise de correspondências oficiais dos séculos XVII, XVIII e XIX, emanadas das antigas vilas paranaenses, tem, pois, indicado que, na maioria dos casos, os escribas não parecem ter tanta habilidade gramatical e gráfica como se espera de documentos oficiais. Essa afirmação pode ser exemplificada com inúmeros casos de metáteses e hipéteses; oscilação ortográfica no mesmo documento e pelas mesmas mãos; liberdade gramatical na concordância verbal e nominal e na colocação pronominal.

Por outro lado, diante da diversidade de gêneros coletados pelas equipes, do grande volume de material já disponível e, tentando compor um *corpus* geral menos heterogêneo, optamos por selecionar dois tipos de documentos manuscritos: os oficiais (correspondências eclesiásticas, notariais, cartas ao governo, por exemplo); e os de caráter coloquial (familiar, pessoal, petições, entre outros). É importante observar, nesse particular, que nem todas as regionais editaram documentos dos mesmos gêneros de texto. Por exemplo: o Paraná trabalha atualmente com cerca de 1000 documentos oficiais e apenas uma dezena de cartas pessoais. Não cogitamos também, por ora, incluir peças de teatro, que foram objeto de estudos de sintaxe para a equipe do Rio de Janeiro. Assim sendo, foi necessário excluir: notícias de jornais, processos, peças de teatro, embora o indiscutível reconhecimento da importância de tais documentos para a história do PB.

Outro ponto crucial para o trabalho com os documentos foi o estabelecimento de um recorte temporal. Quase todas as regionais segmentaram os documentos com base no início e término de cada século. O estabelecimento de uma periodização justifica-se, pois é no período colonial (começo do século XVII) que se inicia a expansão do território brasileiro para além dos limites do Tratado de

Tordesilhas, em que bandeirantes paulistas saem do litoral, dirigem-se para o interior e atacam as reduções (também conhecidas como aldeamentos ou missões) estabelecidas pelos jesuítas espanhóis. Ainda no século XVII, entre invasões (holandesa e francesa) e a expansão canavieira no Nordeste, o Brasil é dividido em duas Colônias distintas: Estado do Brasil e Estado do Maranhão (posteriormente, Estado do Grão-Pará e Maranhão).

Durante o século XVIII, o cenário é o das guerras e revoltas por conquistas de território, a descoberta de diamantes em Minas Gerais, o Tratado de Madri anulando o Tratado de Tordesilhas, a expulsão dos jesuítas de Portugal e colônias, a laicização do ensino no Brasil, a extinção das últimas capitanias hereditárias, transformadas em capitanias reais, a transferência da capital do Brasil – de Salvador para o Rio de Janeiro - a reunificação dos Estados do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão, a morte de D. José I e a ascensão de D. Maria I ao trono português, a consequente proibição no Brasil do funcionamento de quaisquer indústrias ou manufaturas (excetuando a água-ardente e tecidos grosseiros) e a Inconfidência Mineira. Esses são alguns dos acontecimentos que marcaram o centenário setecentista.

Por fim, o século XIX é pontuado por acontecimentos importantes para a constituição da nação brasileira. Entre eles destacamos a chegada de D. João VI e a corte portuguesa ao Brasil, dando início ao período joanino (1808/21); a abertura dos portos brasileiros, o alvará de Liberdade Industrial, revogando as proibições impostas por D. Maria I; a instalação da Imprensa Régia e publicação do primeiro jornal brasileiro; a criação de escolas de Medicina em Salvador e Rio de Janeiro – primeiros cursos superiores; a abolição da escravidão; a vinda de fortes contingentes imigrantes europeus e, encerrando esse século de guerras e revoluções, a proclamação da República. Uma vez justificada a segmentação da fonte documental, feita a partir do início e término de cada século, o LHisPB previu o tratamento dado aos documentos para a constituição do *corpus* a ser submetido à ferramenta computacional para tratamento lexicométrico aos dados, o que permite balizar livremente o texto a ser analisado, determinando e distinguindo as partes do texto previamente digitalizado, além de determinar o tamanho do contexto de um segmento a ser pesquisado e fazer o levantamento das ocorrências do segmento, indicando a distribuição das palavras dentro do texto. A ferramenta computacional permite exibir, ainda, as concordâncias, apresentadas por meio de gráficos, com as frequências relativa e absoluta de uma palavra. O tratamento dos dados oferece, pois, um léxico lematizado que corresponde a um dicionário de construção e uso em que as definições semânticas dos lemas não serão incluídas, mas depreendidas pelos contextos das abonações.

Assim, o verbete constitui-se por: entrada com a norma ortográfica atual, significado(s) no documento, abonação com o local e número do documento, variantes e frequência global. No LHisPB estão contidos registros de alguns dos usos da língua portuguesa com exemplificação dos diversos contextos gramaticais e semânticos extraídos dos manuscritos, datados dos séculos XVII, XVIII e XIX, editados pelas equipes estaduais do PHPB (Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Paraíba e Pernambuco).

1.1. O suporte: apresentação do LHisPB

Ao contrário das demais obras que compõem a série *História do Português Brasileiro*, recentemente publicada no formato impresso, o LHisPB vem à luz no formato eletrônico e disponível para o público em geral na plataforma da Universidade Estadual de Londrina.

A elaboração do LHisPB visa atender, especificamente, aos objetivos de:

- (i) disponibilizar, sob a forma de banco de dados informatizado, um amplo material lexicográfico para fins de pesquisas e estudos sincrônicos e diacrônicos do léxico, com base em documentos manuscritos produzidos, no Brasil, durante os séculos XVII, XVIII e XIX;
- (ii) oferecer aos consulentes um instrumento eficaz de pesquisa lexicográfica quanto ao uso de vocábulos utilizados na escrita de documentos oficiais redigidos e enviados a diferentes destinatários à época do Brasil Colônia e Brasil Império;
- (iii) apresentar as lexias e suas variantes gráficas, juntamente com a frequência de uso e abonações, extraídas de cerca de 1500 documentos manuscritos provenientes de vilas e províncias localizadas nos atuais estados brasileiros.

O LHisPB constitui-se, atualmente, dos seguintes Léxicos estaduais: Léxico Histórico da Paraíba-LHisPAB, Léxico Histórico da Bahia-LHisBA, Léxico Histórico de Pernambuco – LHisPE, Léxico Histórico do Rio de Janeiro-LHisRJ, Léxico Histórico de São Paulo-LHisSP, Léxico Histórico do Paraná-LHisPAR e Léxico Histórico do Rio Grande do Sul-LHisRS. Cada um desses Léxicos foi elaborado com o *corpus* construído a partir dos manuscritos oficiais relativos aos anos 1698 a 1899, produzidos em diversas vilas e províncias do Brasil Pré-Republicano. Dessa forma, todo material que compõe cada um desses Léxicos foi coletado, transcrito e editado pelos pesquisadores das respectivas equipes estaduais e, posteriormente, enviados para a equipe paranaense que lhes deu o tratamento lexicográfico.

Devido ao grande volume e à ampla diversidade de gêneros textuais do material coletado pelas equipes regionais, optamos por trabalhar, majoritariamente, com manuscritos oficiais, na tentativa de compor um *corpus* geral mais homogêneo, cujas entradas e verbetes pudessem ser intercomparados. Dessa forma, o acervo desses documentos oficiais contempla requerimentos, atas, certidões, contratos, declarações, autos, pareceres, relatórios, denúncias, e algumas cartas pessoais no caso dos Léxicos de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, entre outros.

2. Por que a denominação *Léxico* para nosso trabalho?

A responsabilidade, que nos foi dada pelo colega Ataliba Teixeira de Castilho, de compor um Léxico Histórico do Português Brasileiro, implicou desde a sua gênese tomar inúmeras decisões *arriscadas* que expusemos no decorrer deste texto.

Por um lado, sentíamos a urgência e a necessidade de trazer à luz um Léxico dessa natureza, que pudesse auxiliar na complementação de trabalhos já publicados, como os de Cunha (1978, 2006) e Silva (2008).

Acreditamos que o projeto mais ousado na área de dicionários históricos publicados no Brasil seja o idealizado e coordenado inicialmente pela saudosa colega Maria Tereza Biderman. Na ausência de Biderman, Clotilde Muraka assumiu a coordenação e trouxe à luz o *Dicionário histórico do português do Brasil séculos XVI, XVII e XVIII*, em 2021. Sobre a construção do DHPB, Murakawa informa:

Coordenar um projeto de tal magnitude foi tarefa árdua e exigiu a construção de um *corpus* específico, teoria e metodologia lexicográficas adequadas para sua elaboração e busca de documentação referente ao Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII e o 1º decênio do XIX. E onde estavam os documentos e textos necessários para a montagem do *corpus*? Em bibliotecas públicas e particulares, no Brasil e em Portugal, em arquivos, museus e bibliotecas em mosteiros no país. Todo o material recolhido foi digitalizado e inserido no *corpus* que possui 11.133.739 itens e 249.372 formas, permitindo aos redatores elaborarem os 10 470 verbetes que compõem o DHPB, documentando a língua nos 3 séculos da colonização portuguesa no Brasil (MURAKAWA, 2021).

Por outro lado, o Projeto *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB) que, desde 1997, reúne pesquisadores de várias IES do Brasil e do exterior em torno da ideia de reconstruir *a história social linguística do Brasil, a partir de fontes históricas múltiplas e comparar o português brasileiro ao europeu, partindo do português de quinhentos em direção aos nossos dias* (MATTOS; SILVA, 1998, p. 10), não poderia prescindir de um trabalho lexicográfico, embora modesto, que marcasse seu 25º aniversário. Esse volume XII – o *Léxico Histórico do Português Brasileiro on-line* – irá se somar aos demais volumes impressos da coleção *História do Português Brasileiro*, publicados sob a direção de Castilho entre os anos 2019 e 2021. Essa coleção trouxe à luz a história de nossa língua em seus aspectos gramatical, lexical, semântico e textual, baseados em fontes organizadas em um amplo *corpus* diacrônico, editado com rigor filológico.

Mas, por que Léxico e não Dicionário ou Vocabulário? Essa é a pergunta que frequentemente nos fazem. A primeira resposta seria: recebemos das mãos do prof. Ataliba Castilho o exemplar do *Léxico Histórico del Español de México* (COMPANY; MELIS, 2002), com o convite-intimação: “Façam o Léxico Histórico do Português Brasileiro”. A leitura da obra mexicana nos seduziu e resolvemos colocá-la em prática, ignorando a amplitude e a exaustão da tarefa.

A segunda resposta, após a decisão de seguir o modelo de Company e Melis, veio da pesquisa em torno da definição de cada trabalho lexicográfico vigente: dicionário, vocabulário, glossário, léxico, entre outros. Cunha e Aguilera (2019) reconhecem que

A tarefa de definir os diferentes tipos de obras lexicográficas não é fácil. A diferença, por exemplo, entre dicionário, léxico, tesouro, vocabulário ou glossário não é consensual entre os estudiosos da matéria. Alguns metalexígrafos se baseiam em critérios linguísticos para estabelecer sua tipologia, outros na história da lexicografia, outros, ainda, em trabalhos lexicográficos já existentes. A convergência de seus métodos está no fato de que quase todos se valem de dicotomias para postular suas definições (CUNHA; AGUILERA, 2019, p. 99).

A tentativa de definir os vários trabalhos lexicográficos não tem sido consensual entre os especialistas. Basta verificar o que dizem alguns lexicógrafos em dicionários dos séculos XIX, XX e XXI.

Moraes Silva (1813), por exemplo, traz “DICCIONARIO, s.m. Vocabulário; livro, que se apontam as palavras de uma Língua e a explicação dos seus significados. LÉXICON, s. m. Diccionario, vocabulários, plur. Léxicos”.

Pinto (1832) registra: “Diccionario s. m. Vocabulário, que contem todas as palavras de huma língua com suas definições. Lexicon s. m. Palavra Grega. He o mesmo que Diccionario”.

Em Caldas Aulete (1958), temos: DICIONÁRIO, s. m. coleção de tôdas as palavras ou somente de certa classe de palavras de uma língua, por ordem alfabética com a sua significação na mesma língua ou com a tradução em outra. LÉXICO, s. m. dicionário de línguas clássicas antigas; dicionário; vocabulário. || Conjunto de vocábulos de uma língua. || Dicionário abreviado. || Vocabulário peculiar a um autor.

O Aulete digital traz quatro definições para DICIONÁRIO: 1. Obra que reúne, em ordem alfabética, as palavras de uma língua ou termos referentes a uma matéria específica, e descreve seu significado, uso, etimologia etc., na mesma língua ou em outra (dicionário de cinema / de inglês). 2. O conjunto das palavras ou termos reunidos nessa obra. 3. Livro ou outro suporte que contém tais informações (dicionário eletrônico). 4. Pessoa de extensos conhecimentos; dicionário ambulante.

Sob o lema LÉXICO, o Aulete digital registra: 1. Ling. Próprio das palavras ou referente a elas; LEXICAL. 2. Ling. O repertório de palavras de uma língua ou de um texto; VOCABULÁRIO. 3. P. ext. Obra de compilação de uma parte (reduzida ou extensa) dos vocábulos de uma língua e seus significados; DICIONÁRIO. 4. Dicionário de antigas línguas clássicas. 5. P. ext. Relação de palavras us. por um autor ou por uma escola ou movimento literário. 6. Ling. Conjunto dos lexemas da língua (proposto por Saussure), oposto ao conjunto de vocábulos. 7. P. ext. Gram. Componente da gramática internalizada de um falante que abarca todo o seu conhecimento das palavras (esp. sua pronúncia, significação e emprego numa sentença).

Cientes do dissenso entre os especialistas na definição de *dicionário* e *léxico* e diante do fato de: (i) termos selecionado textos da mesma natureza (manuscritos oficiais sincrônicos); (ii) não termos incluído a definição de cada lema, mas (iii) termos documentado exaustivamente o emprego de cada variante gráfica ou morfológica, consideramos legítima a nomenclatura LÉXICO atribuída ao *Léxico Histórico do Português Brasileiro*.

3. Procedimentos metodológicos: da obtenção dos dados à acessibilidade ao *site*

Nesta seção, considerando que cada um dos *corpora* estaduais foi composto de acordo com o interesse das respectivas equipes, atendendo também às orientações da coordenação geral, discorreremos sobre os procedimentos metodológicos levados a efeito na elaboração dos Léxicos estaduais, tratando: (i) da descrição dos documentos estaduais e da abrangência temporal; (ii) do tratamento lexicográfico dado pela equipe paranaense; (iii) da preparação e publicação do *site* e o acesso a ele.

3.1. Descrição dos documentos que compõem o *corpus* do LHisPB

Os documentos que compõem os vários Léxicos estaduais que integram o LHisPB procedem, normalmente, de arquivos públicos, no formato original, ou em *fac-símiles* e, no caso do Léxico do Rio Grande do Sul, de obra já editada por outrem.

O recorte temporal e o local de depósito, ou origem do material, são diversos conforme demonstramos no quadro 1.

Quadro 1: Fonte dos Léxicos Estaduais segundo a datação dos documentos e o respectivo local de depósito:

Estado	Tipologia dos Documentos	Datação	Origem/depósito
PR	Documentos oficiais	1731 - 1853	Arquivo Público de SP-UEL
SP	Documentos oficiais, Processos crimes e Cartas pessoais	1796 - 1890	Arquivo do Estado de São Paulo, Tribunal de Justiça e Museu Paulista-USP
RJ	Documentos oficiais e Cartas pessoais	1720 - 1896	www.lettras.ufrj.br/phpb-rj-UFRJ
BA	Documentos oficiais	1698 - 1828	PROHPOR-UEFS
PB	Documentos oficiais	1774 - 1874	Maria Cristina Fonseca (coord.) UFPB
PE	Documentos oficiais	1704 - 1874	Cleber Ataíde e Ana Paula Macena (coords.) UFPE
RS	Documentos oficiais e Cartas pessoais	1835 - 1845	Anais do Arquivo Histórico do RS-Arquivo Histórico do RS

Fonte: Elaborado pelas autoras com dados da pesquisa.

O *corpus* do Paraná consta de 728 fólhos referentes a 437 manuscritos oficiais redigidos entre os séculos XVIII e XIX, mais especificamente de novembro de 1721 a dezembro de 1853, no âmbito das antigas vilas, como as de Paranaguá, Curitiba, Guaratuba, Antonina, Morretes, Iapó (atualmente Castro), Vila Nova do Príncipe (hoje Lapa), São José, entre outras. As cópias digitalizadas desses manuscritos, disponíveis no *site* do Projeto do Léxico Histórico do Paraná (LHisPar), foram obtidas junto ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, uma vez que o território atual do Paraná pertenceu à Província de São Paulo até 20 de dezembro de 1853, quando se deu a sua emancipação. O *corpus* paranaense foi editado de acordo com as normas prescritas pelo PHPB (MEGALE, 2001, pp. 553-5), com adaptações pertinentes à proposta da equipe de autores da edição desses manuscritos.

Para compor o *corpus* de São Paulo, buscamos: (i) Edição semidiplomática de *Memória Histórica da Capitania de São Paulo e todos os seus Memoráveis Sucessos desde o anno de 1531 até o presente 1796*, (ii) sete processos-crime depositados no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e (ii) 28 cartas pessoais, do Museu Paulista, referentes às Correspondências particulares do Fundo Rafael Tobias de Aguiar, editadas por Alexandra de Souza Marques, sob a supervisão de Marcelo Módolo, da Universidade de São Paulo.

Sobre o *Memória Histórica*, Costa (2014, p.11), esclarece:

Pesquisando o livro de registros do Arquivo, o título de um documento chamou a atenção: *Memória Histórica da Capitania de São Paulo e todos os seus memoráveis sucessos desde o anno de 1531 até o presente de 1796*, por situar-se justamente em fins do século XVIII e compreender dados da história de São Paulo, cidade atualmente reconhecida como importante núcleo de atividades intelectuais, políticas e econômicas, mas que até o século XVIII ocupou uma posição quase insignificante na colônia portuguesa, situação acarretada pela distância do litoral, pelo isolamento comercial e pela carência de uma atividade econômica lucrativa.

Ao todo, o *corpus* do LHisSP consta de 27 316 palavras que elencaram 5357 formas para a elaboração dos verbetes.

O acervo manuscrito utilizado para a elaboração do Léxico Histórico do Rio de Janeiro⁴ compõe-se de 141 cartas de natureza pessoal e oficial, datadas dos séculos XVIII e XIX, a primeira das quais de 1720 e a última de 1896. O *corpus* do LHisRJ composto de documentos da Administração Pública, documentos da Administração Privada e documentos particulares enviados a Rui Barbosa contém 54 397 palavras e 9023 formas. Não dispomos dos *fac-símiles* uma vez que os documentos estão disponíveis no modelo de edição diplomático-interpretativa⁵ realizada por Barbosa (1999), conforme consta de sua tese. Trata-se de documentação oficial e de cartas de comércio do Brasil no final século XVIII.

Os documentos integram o acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e provêm de coleções como a de Morgado de Mateus, Marquês do Lavradio e cartas pessoais endereçadas ao então Conselheiro Rui Barbosa, entre outros.

Barbosa (1999, p. 308-310), em sua tese, ao expor as Normas para Transcrição dos Manuscritos do Século XVIII, inicia alertando que:

a transcrição da grafia dos textos reunidos em nosso *corpus* é de inspiração conservadora. Não se busca, em contrapartida, uma reprodução fac-similada, mas, na verdade, um ponto de equilíbrio entre o desejo de indicar hábitos gráficos da época e o de oferecer um texto de fácil leitura para o leitor contemporâneo não-especialista.

Da Bahia, para integrar o LHisPB, buscamos os documentos oficiais, inventários, testamentos e declarações que constam do projeto coordenado por Ilza Ribeiro, Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Norma Lucia Fernandes de Almeida, *Contribuição para a constituição de um banco de textos e de um banco de dados para o estudo da história do português no Brasil*, do século XVII ao XIX. Datados entre os anos de 1698 e 1828, os manuscritos foram editados por Novais e Carneiro

⁴ O LHisPB serviu-se dos documentos do Rio de Janeiro alocados no site www.lettras.ufrj.br/phpb-rj, que, atualmente está no <https://sites.google.com/site/corporaphpb/home/corpora-manuscritos/tabela-manuscritos-rio-de-janeiro>.

⁵ Os critérios aqui empregados resultam da combinação entre a orientação geral do Professor Doutor Ivo Castro e as — Normas para transcrição de documentos manuscritos definidas por comissão especial sob a presidência do Professor Doutor Heitor Megale do Projeto Para a História do Português Brasileiro (BARBOSA, 1999, p. 308, nota de rodapé 337).

e apresentados em CD-ROM. O *corpus* integra o PROHPOR - Programa para a História da Língua Portuguesa Instituto de Letras, UFBA, durante muitos anos coordenado pela saudosa Rosa Virgínia Mattos e Silva. Ao todo, são 17 877 palavras que deram origem a 3354 formas para a construção dos verbetes.

O *corpus* da Paraíba faz parte do acervo do Projeto História do Português da Paraíba (PHPPB), coordenado por Dermeval da Hora. Para o LHisPB utilizamos 203 cartas oficiais lavradas durante os séculos XVIII e XIX, que foram editadas e organizadas por Fonseca (2004). A primeira carta data de abril de 1774, a penúltima, de agosto de 1874 e da última não constam data nem local. Quanto ao local de origem das cartas, 44 delas partiram de Pernambuco, fato explicável pelo pertencimento da Paraíba àquele estado até o ano de 1799. O *corpus* do LHisPB compõe-se de 37 160 palavras que renderam 6337 formas.

Os documentos de Pernambuco integram o acervo do Conselho Histórico Ultramarino – Conselho Ultramarino Brasil-Pernambuco e o *corpus* do LHisPE contém 18 693 palavras que representam 3939 formas. Coletados pela equipe regional do PHPB-PE, foram editados por Iapechino, da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Athayde, da Universidade Federal de Pernambuco. São 21 cartas oficiais do Século XVIII, datadas de 1704 a 1784; 21 cartas oficiais do século XIX, escritas entre 1801-1827; as demais cartas foram escritas entre 1884-1891 pelo Deão Joaquim Francisco de Faria e pelo Cônego Antônio Arcoverde d’Albuquerque Cavalcanti, do Gymnasio Pernambucano, tratando de assuntos referentes a esse estabelecimento de ensino.

Para a elaboração do Léxico Histórico do Rio Grande do Sul, considerando que na época não havia uma equipe estadual integrada ao PHPB, recorreremos à obra *Uma República contra o Império: A Coleção Varela – Documentos sobre a Revolução Farroupilha – 1835/1845*, que consta dos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – volume 16), Coleção Alfredo Varela; correspondências de Bernardo Pires e outros. Por se tratar de obra resultante de transcrição de manuscritos⁶ feita por historiadores⁷ e graduandos do curso de História da PUC-RS, e o tema ser de interesse para a história do Português Brasileiro, seu conteúdo foi incluído no LHisRS. O *corpus* consta de 75 688 palavras e 8786 formas.

Os *corpora* de todos os estados, exceto o *corpus* do Paraná e o do Rio Grande do Sul, foram editados pelas equipes regionais integrantes do PHPB. Desse modo, a equipe do Paraná incumbiu-se exclusivamente da edição dos manuscritos paranaenses e de fazer alguns ajustes na edição dos documentos de Pernambuco.

⁶ Transcrição e pesquisa de Paulo Staudt Moreira, Historiógrafo do AHRS; Rejane Penna, Historiógrafa do AHRS, Aline Souza Alves, Estagiária / Graduanda História – FAPA); Diogo de Moraes Vieira, Estagiário / Graduando História – ULBRA (2008, p. 6).

⁷ Sobre as normas seguidas para a edição dos manuscritos, veja a Apresentação Técnica (2008, p.11).

3.2. Procedimentos metodológicos: do tratamento dos dados e da composição dos verbetes

Uma vez recebidos os documentos das equipes estaduais, procedemos aos seguintes passos para a composição do respectivo Léxico Histórico: (i) leitura dos documentos; (ii) limpeza e identificação de palavras homógrafas; (iii) gravação do *corpus* em caixa alta e preparação para submeter à ferramenta Léxico 3 no formato *.txt; (iv) elaboração de planilha com a sequência dos documentos de cada equipe (número, data, procedência, assunto, autor); (v) elaboração dos verbetes segundo a sequência apresentada no Léxico 3; (vi) revisão do Léxico; e (vi) inserção no *site*.

O quadro 2 mostra, em síntese, os dados atuais do Léxico Histórico do Português Brasileiro (LHisPB).

Quadro2: Descrição dos *corpora* estaduais que compõem o *corpus* do LHisPB:

Léxico/Estado	Nº Documentos	Nº de Palavras	Nº de Formas	Nº Verbetes
LHisPaR	37	132 380	14 254	3 263
LHisSP	35	27 316	5 357	2 610
LHisRJ	131	54 397	9 023	3 502
LHisBA	24	17 877	3 354	1 329
LHisPaB	03	37 160	6 337	2 887
LHisPE	64	18 693	3 939	1 797
LHisRS	332	75 688	8 786	3 515
Total	1 523	363 510	51 050	18 903

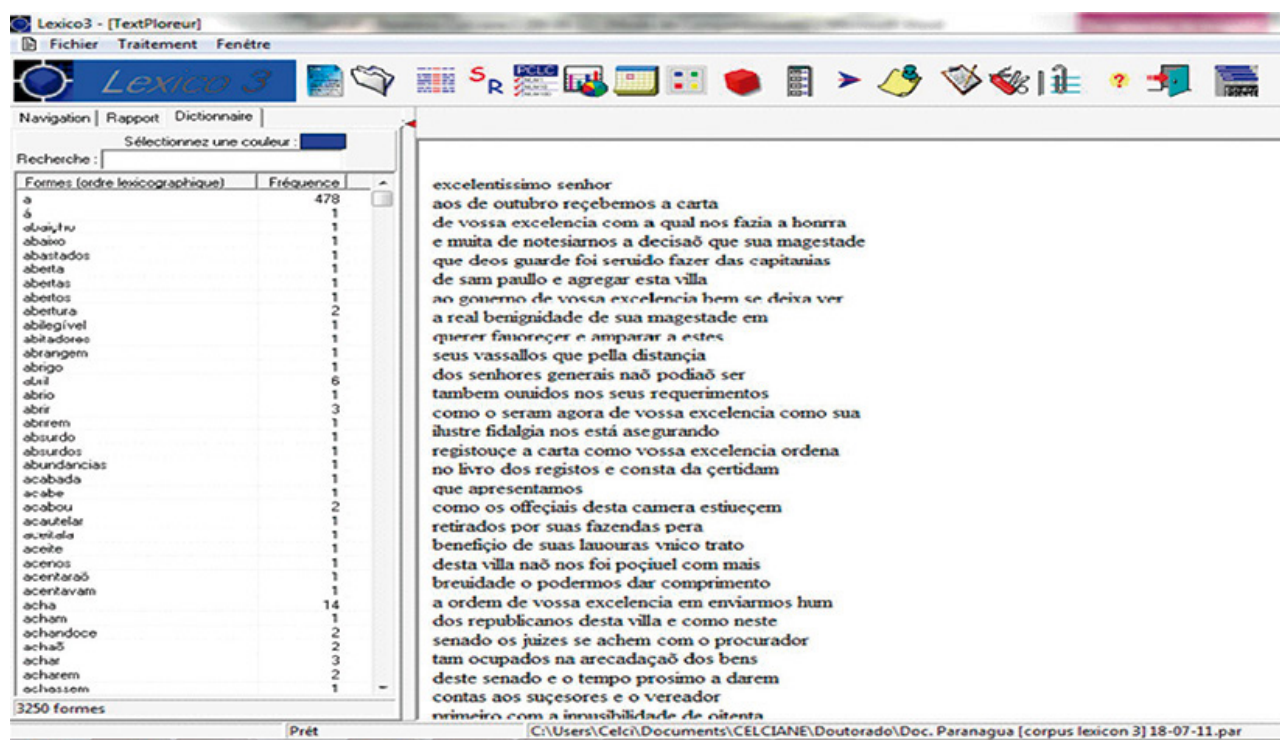
Fonte: Elaboração das autoras com base nos *corpora* estaduais.

O quadro 2 mostra que, dentre os *corpora* coletados pelas equipes de pesquisadores estaduais, as coordenadoras do LHisPB aproveitaram entre 24 e 437 documentos de cada projeto estadual para compor os verbetes do respectivo Léxico. Essa disparidade numérica pode ser explicada pelo seguinte: (i) por se tratar de documentos paranaenses, o LHisPaR é o mais extenso de todos eles e foi o primeiro *corpus* a ser trabalhado pela equipe. Os documentos se estendem de 1721 a 1828 e compreendem 734 fôlios, correspondendo a 437 documentos; (ii) o LHisRS é o segundo em número de documentos (332) referentes ao período de 1835 a 1845, escritos durante a Revolução Farroupilha; (iii) o número de *formas* corresponde ao levantamento apresentado pela ferramenta *Lexico3*, *software* que auxilia na análise da frequência, contagem, agrupamento dos vocábulos e localização das abonações usadas nos verbetes. Trata-se de programa desenvolvido pela equipe YLED-CLA2T, da Universidade de Sorbonne Nouvelle-Paris 3.

Para a construção do verbete, o conjunto dos documentos transcritos pelas equipes estaduais foi convertido em blocos de textos e aplicados à ferramenta *Léxico3*. A lista gerada por esse programa, além de facilitar a leitura e a compreensão dos termos registrados nos documentos manuscritos e apresentar, de modo geral de ‘A a Z’, todos os vocábulos e suas respectivas variantes lexicais, fornece também dados linguísticos que se constituem num significativo *corpus* diacrônico, acessível a pesquisadores interessados em estudar variantes lexicais de documentos setecentistas, oitocentistas e novecentistas produzidos em vilas e províncias sediadas nos estados do Brasil. Assim, cada um dos *corpora* no formato *.txt foi submetido à ferramenta *Léxico 3* que traz, no lado esquerdo, as formas em ordem lexicográfica (ordem alfabética crescente) ou em ordem lexicométrica (pelo número de ocorrências no texto); no lado direito, o texto do *Léxico* estadual em caixa alta.

A figura 1 traz uma amostra da ferramenta *Léxico3* que serviu de base para o tratamento do *corpus* escrito.

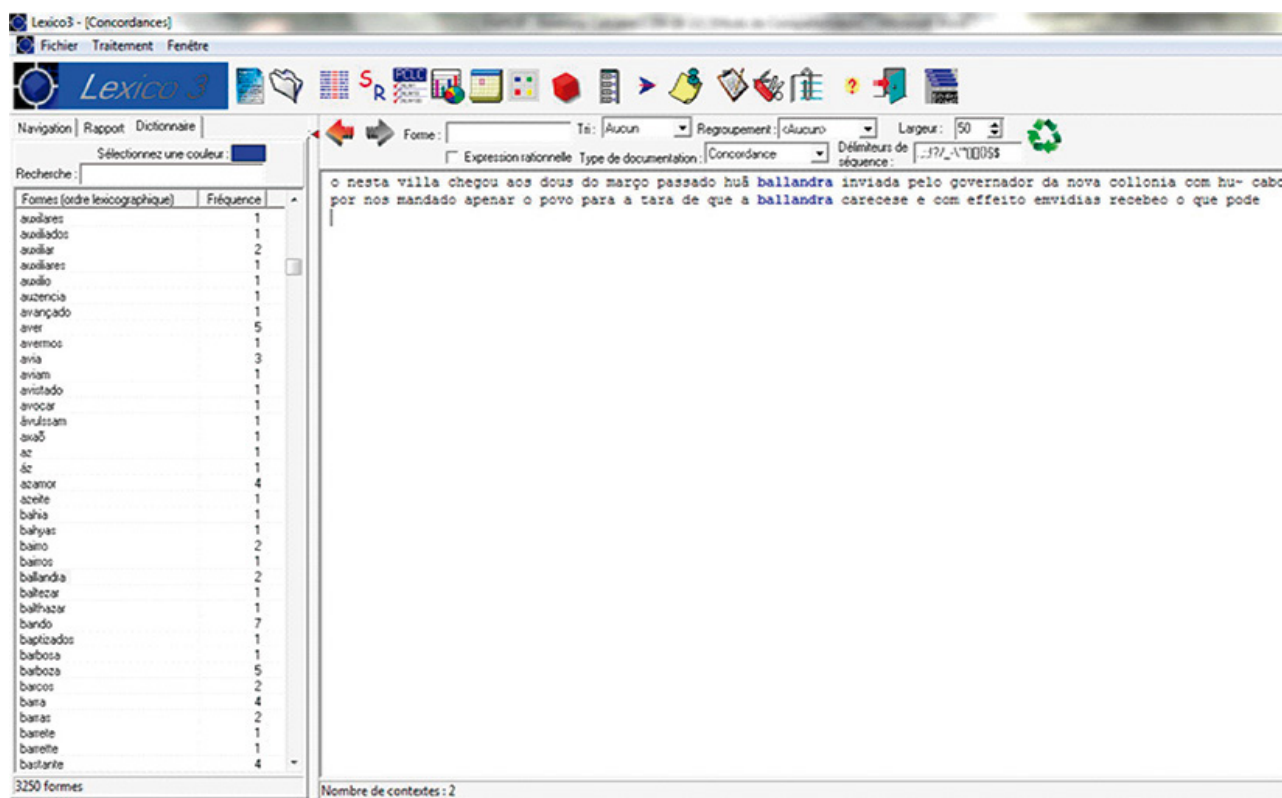
Figura 1: Exemplo de tratamento do *corpus* escrito: listagem dos vocábulos em ordem alfabética, número de frequência e texto transcrito para a submissão ao *Lexico3*



Fonte: Lexico3 (<http://www.tal.univ-paris3.fr/lexico/lex3-10pas/index.htm>)

Para verificar o contexto da palavra a ser inserida como entrada no *Léxico Histórico*, a ferramenta *Léxico 3* oferece a opção *Concordances et inventaires distributionels* (3º ícone, na parte superior), centralizando em azul o item buscado, conforme ilustramos com a figura 2.

Figura 2: Exemplo de tratamento do *corpus* escrito: frequência do vocábulo *ballandra* e suas ocorrências no documento manuscrito para busca das contextualizações no LHisPB.



Fonte: Lexico3 (<http://www.tal.univ-paris3.fr/lexico/lex3-10pas/index.htm>)

Para a construção dos verbetes, utilizamos a tabulação das entradas fornecida pela frequência dos dados extraídos do *Léxico3* e, em seguida, aplicamos os mesmos critérios metodológicos adotados por Company e Melis (2002).

4. O site do LHisPB: construção, descrição, publicação e acesso

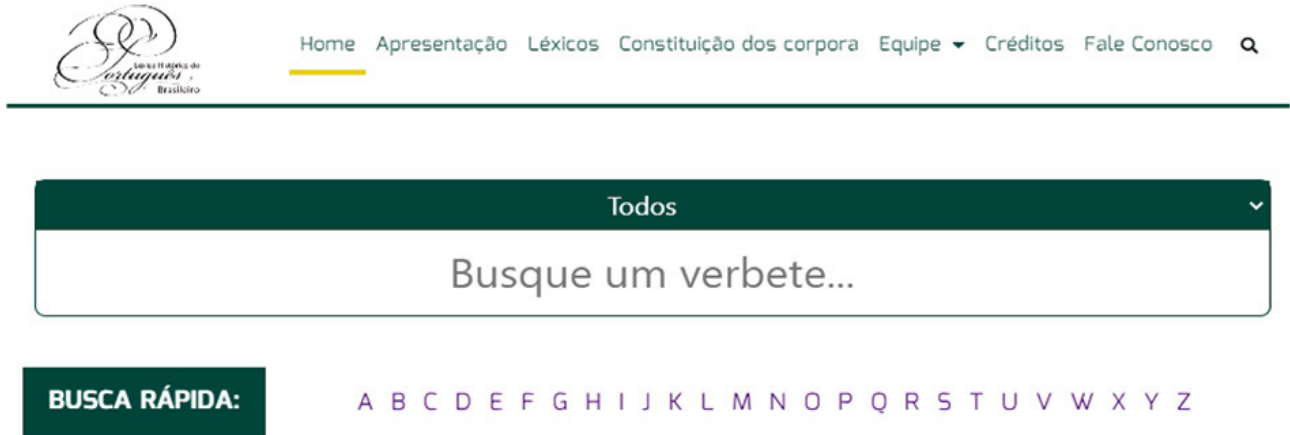
Concluídas algumas etapas de trabalho para a elaboração do Léxico Histórico do Português Brasileiro, procedemos à construção dos verbetes seguindo os moldes da obra de Company e Melis (2002): (i) entrada com a norma ortográfica atual, (ii) contextos que melhor exemplificam o emprego sintático de todas as formas gramaticais registradas no *corpus*-base, (iii) abonação com o local e datação e (iv) número do documento, variantes e frequência global.

Cumprida essa etapa, dedicamo-nos à criação do *site* do LHisPB⁸ com o intuito de oferecer um banco de dados informatizado mediante uma consulta rápida dos vocábulos extraídos de manuscritos datados dos séculos XVII, XVIII e XIX editados pelas equipes estaduais do PHPB.

⁸ O *site* encontra-se em revisão dos dados e ajustes internos e pode ser acessado pelo link <https://www.uel.br/lhispb/>.

A apresentação do *site* para o LHisPB estrutura-se conforme a ilustração (figura3).

Figura 3: Apresentação do *site* para o LHisPB



Fonte: (<http://www.tal.univ-paris3.fr/lexico/lex3-10pas/index.htm>)

Na página principal (*home*) constam as seguintes informações: (i) logomarca que dá acesso à página principal, (ii) texto de apresentação, (iii) léxicos, (iv) constituição dos *corpora*, (v) equipe, (vi) créditos, e (vii) fale conosco. Na aba *home* também é possível fazer uma busca rápida digitando o verbete desejado no campo de pesquisa, como também o consulente pode clicar em cima de qualquer letra alfabética e pesquisar o vocábulo que consta do banco de dados do *corpus* como um todo, ou filtrar para o Léxico Histórico do Português de uma das sete regionais catalogadas, a saber: Rio Grande do Sul (LHisRS), Rio de Janeiro (LHisRJ), Paraná (LHisPAR), São Paulo (LHisSP), Pernambuco (LHisPE), Paraíba (LHisPB) e Bahia (LHisBA). No campo para exibição dos resultados é possível encontrar: a abonação do verbete, número de variantes documentadas, frequência global, imagem do *fac-símile*, transcrição do manuscrito e o mapa com a localização da cidade no qual pertence o documento.

A título de ilustração, nas figuras 4 e 5, trazemos o resultado da busca do verbete *propina* no Léxico Histórico do Paraná (LHisPAR).

Figura 4: Exemplo de busca por verbete no do LHisPB.

propina

Proveu que se obcvasse, e executasse as provizois de vinte, e dous de março de mil oitocentos, e tres expedidas pelo Conselho ultramarino relativamente a *propina* que esta camera deve satisfazer anualmente ao secretario do mesmo tribunal (PGA, 1804, 498, 16): Attendido por nós a de Vossa Excelencia nos juntamos com o Doutor Antonio dos Santos Soares, ouvidor desta comarca; para effeito de se arbitrar o quanto poderia dar esta camera de *propinas* ao secretario achou o dito ouvidor (PGA, 1732, 623, 10).

Formas Documentadas

propina (5), propinas (6).

Frequência Global

11

Registros em:

Paranaguá

Transcrição

[[30-Dez-1] [[Paranaguá]] [[12-422]] Exceletissimo Senhor [[1732]]

Aas 17 de Outubro recebemos e veneramos as de vossa Excelencia de 12 de Setembro, e com ella o bando que vossa Excelencia foi servido mandar se publicou o que logo foi satisfeito como da inclusa certidã vossa Excelencia verá.

Attendido por nós a de Vossa Excelencia nos juntamos com o Doutor Antonio dos Santos Soares, Ouvidor desta comarca; para effeito de se arbitrar o quanto poderia dar esta Camera de propinas ao Secretario achou o dito Ouvidor; attendido por elle, e por nos as pocibilidades desta Camera; arbitrar 4 reis que consta da certidã junta, que vaj com o theor do termo do arbitramento a qual fica a esta a ordem de Vossa Excelencia detriminarã se se lhe hade Remeter ou entregar ca a quem o fasa.

Tambem vemos o Paternal afeto com que Vossa Excelencia se offerece attender aos particulares deste senado, e Representallos a Real grandeza; no que vive este Povo gratuita mente confiado, e assim nós ficamos Rogando a Deus prospere a vida e saude a Vossa Excelencia para amparo desta cappitania Deos guarde a Vossa Excelencia muitos annos Paranaguã de Dezembro de 1732

De Vossa Excelencia
dos Sarzedas
Os mais humildes subditos
Teixeira Marinho Joãõ Dãveiga Dasiqueira
Luiz Matozo Pedro Reis

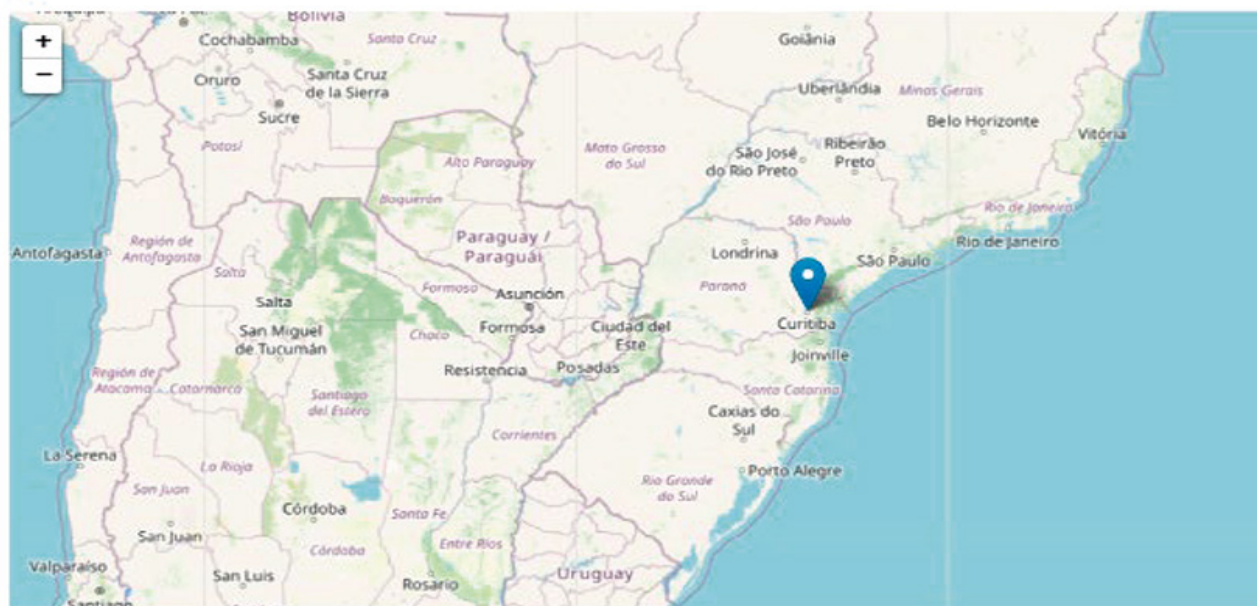
Manuscrito:



Fonte: Lexico3 (<http://www.tal.univ-paris3.fr/lexico/lex3-10pas/index.htm>)

Figura 5: Exemplo de busca pelo local de origem do verbete no do LHisPB

Mapa



Fonte: Lexico3 (<http://www.tal.univ-paris3.fr/lexico/lex3-10pas/index.htm>)

À guisa de uma conclusão

Ao longo desses anos, de sua ideia inicial ao momento de consolidação da apresentação dos dados das equipes do PHPB, o LHisPB tem movimentado esforços no sentido de propiciar a acessibilidade a todos aos dados coletados. Os procedimentos metodológicos para o tratamento dos verbetes vêm assegurar a preservação dos dados coletados, permitindo o acesso da comunidade científica por meio do léxico de frequência. Salientamos a importância da organização do Banco de Dados, disponibilizado pelo LHisPB, instrumento de pesquisa que permite a documentação linguística sistematizada, tornando-se objeto de estudo de diversas áreas da Linguística.

Destacamos, ainda, a importância do acesso ao acervo linguístico regional: o Léxico, importante veículo para a conservação e disseminação do acervo linguístico coletado, possibilitará a acessibilidade à síntese dos dados coletados. Muitos estudiosos poderão se servir dele para suas pesquisas, permitindo o entendimento dos usos linguísticos, dentro do contexto social da comunidade estudada.

Estão todos convidados para um passeio pelo *site*!

Referências

AGUILERA Vanderci de Andrade; ALTINO Fabiane Cristina. Léxico histórico do português brasileiro. In: HORA D, Silva CR. *Para a história do Português Brasileiro: abordagens e perspectivas*. João Pessoa: Ideia/ Editora Universitária, 2010, pp. 1-10.

ALMEIDA-BARONAS, Joyce Elaine. Manuscritos paranaenses: fontes para um estudo diacrônico. In: *Anais do V SELISIGNO e VI Simpósio de Leitura* da Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR, 2006.

ALMEIDA-BARONAS, Joyce Elaine; ALMEIDA, Polyana Lucena Camargo de. *A escrita dos séculos XVIII e XIX: em busca de dados diacrônicos*. In: *XIX Seminário do CELLIP – Centro de Estudos Linguísticos e Literários do Paraná*. UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel – PR, 2009.

ALTINO, Fabiane Cristina; AGUILERA, Vanderci de Andrade. Léxico Histórico do Português Brasileiro. In: HORA, Dermeval da; SILVA, Camilo Rosa (org.). *Para a História do Português Brasileiro: abordagens e perspectivas*. João Pessoa: Ideia/ Editora Universitária, 2010.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL Uma República contra o Império [recurso eletrônico]: (1835/1845): *Anais / Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. – Dados eletrônicos – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009 – (Coleção Varela, v. 16).

AULETE Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1958.

AULETE Digital. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa: Dicionário Caldas Aulete, on-line*. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/online>. Acesso em: 12 abr. 2023.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. *Para uma história do Português Colonial: aspectos linguísticos em Cartas de Comércio*. Tese (Doutorado em Letras). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

BENÇAL, Dayme Rosane. *Registros escritos paranaenses dos séculos XVIII e XIX: um estudo sobre o acento das médias pretônicas <e>*. 2018. 253f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018.

BIDERMAN, Maria Teresa Camargo (*in memoriam*); MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo (org.). *Dicionário Histórico do Português do Brasil: séculos XVI, XVII e XVIII*. 1. ed. Araraquara - SP, v. 1, 2021.

COMPANY, Concepción; MELIS, Chantal. *Léxico histórico del español de México*. México: Universidad Autónoma de México, 2002.

COSTA, Renata Ferreira. *Memória histórica da Capitania de São Paulo: edição e estudo*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2014.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. s/l: Lexikon, 2006.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. 5. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Brasília: Universidade de Brasília, 1978.

CUNHA, Cláudio de Assis da. *Edição semidiplomática de manuscritos de Antonina: traçando caminhos da filologia*. 216f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

CUNHA, Cláudio de Assis da. *O léxico em documentos produzidos no Paraná - Brasil (Séculos XVIII e XIX): Abordagem lexicográfica*. 239f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

CUNHA, Cláudio de Assis da; AGUILERA, Vanderci de Andrade. Tipologia das obras lexicográficas e o Léxico Histórico do Português Brasileiro. *Filologia Linguística Portuguesa*. São Paulo, v. 21, n. 1, pp. 99-114, 2019.

DHPB - *Dicionário Histórico do Português do Brasil* - <https://www.fclar.unesp.br/#!/noticia/1204/lancamento-do-dicionario-historico-do-portugues-do-brasil/>. 2021. Acesso em: 12 abr. 2023.

FONSECA, Maria Cristina de Assis Pinto (org.). *História do Português da Paraíba (PHPPB)*. João Pessoa: Idéia. 2004.

IAPECHINO, Mari Noeli Kiehl. *Cartas Oficiais* – Pernambuco. Recife: Projeto PHPB /PE, 2010, CD-rom. Cartas Oficiais - Carta 1.

MEGALE, Heitor. *et al.* Normas para transcrição de documentos manuscritos para a História do Português do Brasil. In: Mattos e Silva, Rosa Virgínia. *Para a História do Português Brasileiro*. VOL. II: Primeiros Estudos, Tomo II. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: FAPESPA, 2001, pp. 553-5.

MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario da lingua portugueza recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Moraes Silva A.* Lisboa: Typographia Lacérdina; 1823. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5413>.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva; 1832. [citado 20 out. 2010]. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5414>.

SILVA, Joaquim Carvalho da. *Dicionário da Língua Portuguesa Medieval*. Londrina – PR: EDUEL, 2008.

SOUZA, Adriana dos Santos. *Contribuições para o estudo da gramaticalização do item ONDE na história do Português Brasileiro: documentos paranaenses*. 2012. 193f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

TONIOLO, Enio. *Possíveis marcas da oralidade em manuscritos paranaenses*. In: *Filologia e Linguística Portuguesa*. FLP 10/11, 2008. Disponível em: www.fflch.usp.br/dlcv/lport/flp/images/arquivos/FLP10-11/Toniolo.pdf.

UM OLHAR FILOLÓGICO PARA O SISTEMA DE PONTUAÇÃO NOS SÉCULOS XVIII E XXI E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA ATUALIDADE¹

A PHILOLOGICAL VIEW AT THE PUNCTUATION SYSTEM IN THE 18TH AND 21ST CENTURIES AND THEIR CONTRIBUTIONS TO THE TEACHING OF PORTUGUESE LANGUAGE NOWADAYS

Carolina Akie Ochiai Seixas Lima²

Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto³

Tháisa Maria Gazziero Tomazi⁴

RESUMO

O artigo apresentado trata da importância do estudo da pontuação para a Língua Portuguesa, que muitas vezes é negligenciada em comparação com outras áreas gramaticais. Acredita-se que, para ensinar a pontuação, é necessário ter conhecimento sobre a história da língua portuguesa e as mudanças pelas quais ela passou ao longo dos anos. O objetivo do texto é contribuir para o estudo da pontuação para a Língua Portuguesa, por meio da análise de um *corpus* de textos manuscritos do século XVIII, pertencentes ao Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Utilizamos a metodologia quali-quantitativa, selecionando trechos dos documentos que representam, em recorte, o uso do sistema de pontuação utilizado. Para a comparação das normas gramaticais, este artigo apresentou as normas vigentes no século XVIII escritas por Feijó (1734) e no século XXI escritas por Cegalla (2008). Concluímos que o estudo da pontuação é importante para a compreensão da língua portuguesa e sua mudança ao longo do tempo e que os conhecimentos acerca da história da língua não devem ser dissociados da prática docente na educação básica. Além disso, refletimos sobre a necessidade de serem propostas sequências didáticas filológicas que possam oportunizar aos estudantes exercícios observacionais e comparativos das práticas de escrita passadas com as atuais.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema de pontuação. Língua Portuguesa. Ensino.

ABSTRACT

The presented article addresses the importance of studying punctuation in the Portuguese language, which is often neglected in comparison with other grammatical areas. It is believed that, to teach about punctuation, is necessary to have knowledge about the history of the Portuguese language and the changes that it has undergone over the years. The objective of this paper is to contribute to the study of punctuation in the Portuguese language, through the analysis of a *corpus* of manuscript texts from the 18th century, which belong to the

¹ Parte deste capítulo é fruto da dissertação de mestrado intitulada *Um estudo filológico e linguístico em manuscritos matogrossenses: a Mesa da Consciência e Ordens e o Cofre das Três Chaves (1769 – 1772)*, de autoria de Tháisa Maria Gazziero Tomazi, defendida em 29 de agosto de 2022 junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso.

² Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), carolina.lima@ufmt.br, <https://orcid.org/0000-0002-8678-9895>.

³ Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), josenilce.barreto@ufob.edu.br, <https://orcid.org/0000-0001-9714-4630>.

⁴ Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), thaisa.ufmt@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-6295-4182>.

Public Archive of the State of Mato Grosso. Quali-quantitative methodology was applied, selecting excerpts from the documents that represent the punctuation system used at that time. For the comparison of grammatical norms, this article presented the norms in force in the 18th century written by Feijó (1734) and in the 21st century written by Cegalla (2008). We conclude that the study of punctuation is relevant for understanding the Portuguese language and its changing over time, and that knowledge of the history of the language should not be dissociated from the teaching practices of elementary education. In addition, we reflect on the need to propose a philological didactics sequences that can provide students with observational and comparatives exercises of the past writing practices with the current ones.

KEYWORDS: Punctuation system. Portuguese Language. Teaching.

Introdução

Ao ensinar o sistema de pontuação, o professor de Língua Portuguesa tem, indiscutivelmente, que rememorar os conhecimentos adquiridos em sua formação inicial e/ou continuada acerca da História da nossa língua. Para isso, a principal consideração a ser feita é a de que muitas foram as mudanças pelas quais a Língua Portuguesa passou desde o Diálogo de São Gregório (séc. XIV) até os dias atuais.

No que se refere ao sistema de pontuação, tanto em obras que versam sobre o sistema gramatical do Galego-Português quanto em Gramáticas da Língua Portuguesa, o que encontramos, na maioria das vezes, são capítulos que tratam do estudo da frase, estrutura do parágrafo ou do sistema ortográfico. Poucas obras ou trabalhos científicos, entretanto, detêm-se ao estudo do sistema de pontuação da nossa língua.

Ao termos ciência dessa lacuna, objetivamos, a partir deste texto, contribuir para os estudos acerca do sistema de pontuação da Língua Portuguesa, apresentando, primeiro, uma análise feita em um *corpus* que compreende textos do século XVIII, pertencentes ao acervo do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Os materiais selecionados são documentos manuscritos, produzidos entre 1769 e 1772, que denotam o sistema de pontuação utilizado pelos responsáveis pela escrita do *corpus* no período em questão e, em segundo, refletimos, ainda que timidamente, sobre a necessidade de serem pensadas sequências didáticas filológicas que possam contribuir para o ensino de Língua Portuguesa na atualidade.

A metodologia utilizada foi a quali-quantitativa, a partir da qual selecionamos o material a ser analisado, de acordo com a temática e o período de produção. Trabalhamos com manuscritos, cujo tema versa sobre a Mesa da Consciência e Ordens e o Cofre das Três Chaves, dos quais foram selecionados e analisados trechos em que o sistema de pontuação seria considerado representativo para o período histórico em que os documentos foram produzidos.

Ainda como método de preparação do *corpus* (apresentado em sua íntegra na dissertação de mestrado intitulada “Um estudo filológico e linguístico em manuscritos matogrossenses: a Mesa da Consciência e Ordens e o Cofre das Três Chaves (1769 – 1772)” e de autoria de Thaísa Maria Gazziero Tomazi), baseamo-nos nas Normas de edição de manuscritos, propostas pelo Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB)⁵ e adotadas pelos membros do *Folium* – Grupo de Estudos

⁵ As normas de edição estão disponíveis no endereço eletrônico: <https://sites.google.com/site/corporaphpb/home/>

de Filologia e História, cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPQ e sediado na Universidade Federal de Mato Grosso, e do qual as duas primeiras autoras deste artigo são líderes e a terceira é membra pesquisadora a nível de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da mesma universidade.

Neste artigo, portanto, utilizamos como base apenas as normativas vigentes nos séculos XVIII e XXI. Para tanto, tomamos como *corpus* a obra intitulada *Ortographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a língua portugueza*, publicada em Lisboa, no ano de 1734 pelo presbítero do hábito de São Pedro, bacharel em Teologia e pregador, João de Moraes Madureira Feijó, a qual acreditamos estar vigente no período de escrita dos manuscritos (1769-1772), e para o século XXI, apoiamo-nos na *Novíssima gramática da Língua Portuguesa*, escrita por Domingos Paschoal Cegalla, em sua 48ª edição publicada em 2008, por ser uma gramática normativa que está em constante atualização. Por fim, apresentamos, a partir das análises empreendidas, uma reflexão sobre a necessidade de propostas didáticas em Filologia, com o fito de oportunizar aos estudantes da Educação Básica exercícios observatórios e, ao mesmo tempo, comparativos das práticas de escrita passadas com as atuais.

1. O sistema de pontuação português no século XVIII

João de Moraes Madureira Feijó, na segunda parte da sua *Ortographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a língua portugueza* (1734), exhibe as normas do sistema de pontuação. O autor apresenta as formas de uso da vírgula, do ponto e vírgula, dos dois pontos, do ponto de interrogação, do ponto de exclamação (chamado pelo autor de ponto de admiração), do ponto final, dentre outros. O apóstrofo, por sua vez, tem seu uso explicado juntamente com os sinais de acentuação, na parte introdutória da obra em pauta, apresentado como ‘Viraccento’ ou ‘Viracento’ (FEIJÓ, 1734, p. 17).

Com o objetivo de apresentar os sinais de pontuação, a representação gráfica e as suas definições e formas de uso listadas por Feijó (1734), sistematizamos, a seguir, essas informações na tabela 1:

normas-de-edicao-do-phpb-2a-versao (Acesso em: 12 fev. 2023).

Tabela 1: Os sinais de pontuação, suas representações gráficas e as suas definições e formas de uso, segundo Feijó (1734).

Sinal de pontuação	Representação gráfica	Definição e formas de uso segundo Feijó.
Vírgula	,	<p><i>Virgula</i> he huma breve risquinha, [...] da qual se usa na escripta, para distincão das oraçoens, e descanso, ou pausa no ler, para não perturbar o sentido do que está escripto.</p> <p>O uso mais frequente da <i>Virgula</i> [...], he depois dos verbos com seos casos: ou para melhor dizer, no fim de cada oraçaõ, em que se faz sentido imperfeito no que dizemos; mas não se pára, e o que se diz, depende do que vay adiante, athe fazer sentido perfeito.</p> <p>Sempre se põem <i>Virgula</i> antes dos relativos, e antes das conjunçoens. Tambem sempre se põem <i>Virgula</i> entre adjéctivos, quando ocorrem muitos no mesmo caso. [...] O mesmo se usa entre vozes copuladas, ou substantivos juntos com conjunçaõ, ou sem ella. [...] Mas não se porá virgula entre os substantivos continuados, que são pertencentes a huma so cousa.</p>
Ponto e vírgula	;	<p>[...] O P. <i>Bento Pereyra</i> na sua <i>Orthographia</i> diz, que se usará de ponto, e virgula, aonde nem basta so a virgula, nem convem pôr dous pontos; o que sucede no fim de algum dicto, ou sentença imperfeita no sentido; porque nella não acaba todo o sentido do que se quer dizer.</p> <p>O que me parece mais claro, para se perceber o uso desta pontuaçaõ he, que todas as vezes, que algum dicto, ou sentença não fechar o sentido, mas continuar por diante com estas particulas <i>Mas, Porem, Porque, Aindaque, Postoque</i>, e outras semelhantes; poremos sempre ponto, e virgula no fim da oraçaõ, depois da qual se seguir alguma das dictas particulas Portuguezas.</p> <p>Tambem se usa do ponto, e virgula entre os verbos de significação contraria, quando se ajuntao.</p>
Dois pontos	:	<p>Usamos de dous pontos no fim de alguma sentença, ou dicto, que faz hum sentido perfeito, e não depende do que vay adiante; ainda que seja parte da materia, que se continúa. E a differença, que ha entre ponto, e virgula, e dous pontos, he que o ponto, e virgula so se põem depois do dicto, ou oraçaõ, que acaba; mas deixa o sentido suspenso, athe se dizer o que vay adiante: e os dous pontos põemse depois do dicto, ou oraçaõ, que acaba com sentido perfeito, e não depende do que vay adiante; mas he parte da materia, que se continúa.</p> <p>Tambem usamos de dous pontos, quando se allega o dicto, ou sentença de algum Auctor. [...] E advirtale, que o dicto do Auctor, sempre principia por letra grande. Tambem se põem dous pontos, quando promettemos dizer alguma cousa, antes da cousa que dizemos.</p>
Ponto final	.	<p>O ponto final he hum so, o qual so se põem depois de algum ditto, ou sentença, ou oraçaõ, na qual finalisa totalmente o sentido do que se diz; de tal sorte, que não depende do que vay adiante, nem he parte sua; mas totalmente diversa. [...] Depois de ponto, sempre se principia por letra grande.</p>

Ponto de interrogação	?	O final da interrogaçãõ, ou ponto interrogativo, he hum ponto com huma risquinha por cima, da figura de um S, virado para traz, deste modo ? Este se põem no fim de toda a pergunta, que fazemos. [...] Depois de ponto interrogativo ordinariamente se principia por letra grande.
Ponto de exclamação	!	O final da admiraçãõ, ou ponto admirativo, he hum ponto com hum rayosinho direito sobre o ponto, que se faz assim !: Este põemse no fim de alguma cousa, que escrevemos com admiraçãõ. [...] Depois do ponto admirativo, tambem se principia por letra grande.
Parágrafo	§	<i>Parágrapho</i> , ou <i>Parágrafo</i> , a que outros chamaõ <i>Articulo</i> , ou <i>Aphorismo</i> , he final de divisaõ, de que se usa nas postillas, e livros de direito, de Philosophia, e Theologia, quando de hum tractado se passa para outro diverso. Escrevese com dous ¶¶ carregado hum sobre o outro, deste modo: §. E os dous ¶¶, querem dizer <i>Signum Sectionis</i> : final da secçãõ, ou divisaõ.
Parênteses	()	<i>Parenthesis</i> , [...] servem, quando entre o sentido de alguma oraçãõ, se mette alguma cousa, que não pertence ao sentido do que se vay dizendo, ainda que seja da materia, do que se falla; e so serve para mais declarar, ou encarecer, ou diminuir alguma cousa: mas de tal sorte, que ou posta, ou tirada a figura <i>Parenthesis</i> , sempre o sentido da oraçãõ fica perfeito. Tambem se usa de <i>Parenthesis</i> , quando no meyo de algua sentença, ou dicto, que referimos, nomeamos o Author.
Asterisco	*	[...] serve, ou para denotar palavras, que faltaõ em algum Auctor, ou para final de ponderaçãõ nas palavras, antes das quaes se põem.
Hífen	-	A <i>Conjunçaõ</i> , a que os Gregos chamaõ de <i>Hyphen</i> [...] serve este sinal para unirmos duas palavras, que por si saõ separadas como se foraõ huma so na pronunciaçãõ.
Apóstrofo	'	Ha outro accentto, a que chamaõ <i>Viraccento</i> , ou <i>Apostrofo</i> , [...] se usa, quando depois das preposiçoens, que acabaõ em vogal, principia algum nome tambem por vogal; e comoduas voages assim juntas, não fazem boa consonancia na pronunciaçãõ, tirase a vogal da preposiçaõ, e em seu lugar se põe o <i>Viraccento</i> . [...] Porque as preposiçoens sempre se pronunciaõ juntas com as palavras, que se lhe seguem, como se foraõ huma so dicçãõ.

Fonte: Adaptado por Thaísa Maria Gazziero Tomazi da obra *Ortographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a Língua Portuguesa* (FEIJÓ, 1734).

2. O sistema de pontuação português no século XXI

De acordo com Cegalla (2008), em sua *Novíssima gramática da Língua Portuguesa*, os sinais de pontuação têm a seguinte finalidade: a) assinalar as pausas e as inflexões da voz (entonação) na leitura; b) separar palavras, expressões e orações que devem ser destacadas e c) esclarecer o sentido da frase, afastando qualquer ambiguidade. O autor (2008) afirma que não há uma uniformidade entre

os escritores quanto ao emprego do sistema de pontuação e que não é possível traçar normas rigorosas sobre essa matéria.

A seguir, apresentamos outra tabela com as definições e formas de uso que o autor deu para cada sinal de pontuação:

Tabela 2: Os sinais de pontuação, suas representações gráficas e definições e formas de uso, segundo Cegalla (2008).

Sinal de pontuação	Representação gráfica	Definição e formas de uso, segundo Cegalla
Ponto final	.	É o signo utilizado para fechar o período e é usado também nas abreviaturas por suspensão.
Ponto de exclamação	!	Usa-se depois das interjeições, locuções ou frases exclamativas, que se proferem com entonação descendente, exprimindo surpresa, espanto, susto, indignação, piedade, ordem, súplica, etc. além de substituir a vírgula depois de um vocábulo enfático.
Reticências	...	São usadas, principalmente a) para indicar suspensão ou interrupção do pensamento, ou ainda, corte da frase de um personagem pelo interlocutor, nos diálogos; b) no meio do período, para indicar certa hesitação ou breve interrupção do pensamento; c) no fim de um período gramaticalmente completo, para sugerir certo prolongamento da ideia; d) para sugerir movimento ou a continuação de um fato; e) para indicar chamamento ou interpelação, em lugar de ponto interrogativo e f) para indicar supressão de palavra(s) numa frase transcrita, caso em que se podem usar quatro pontos, em vez de três.
Parênteses	()	Usam-se para isolar palavras, locuções ou frases intercaladas no período, com caráter explicativo, as quais são proferidas em tom mais baixo e, às vezes, substituem a vírgula ou o travessão.
Vírgula	,	É usada para separar a) palavras ou orações justapostas assindéticas; b) vocativos; c) apostos e certos predicativos; d) orações intercaladas e outras de aspecto explicativo; e) certas expressões explicativas ou retificativas, como <i>isto é, a saber, por exemplo, ou melhor, ou antes</i> , etc.; f) orações adjetivas explicativas; g) orações adverbiais desenvolvidas (de modo geral); h) orações adverbiais reduzidas; i) adjuntos adverbiais; j) certas conjunções pospositivas, como <i>porém, contudo, pois, entretanto, portanto</i> , etc.; k) os elementos paralelos de um provérbio; l) termos que desejamos realçar; m) o nome do lugar na datação e n) serve para indicar a elipse de um termo.
Ponto e vírgula	;	Denota uma pausa mais sensível que a vírgula e emprega-se principalmente para separar orações coordenadas de certa extensão, em enumerações, para separar os considerandos de um decreto, de uma sentença, de uma petição, etc. e para separar os itens de um artigo de lei, de um regulamento.

Apóstrofo	,	Indica a supressão da vogal da preposição <i>de</i> em certas palavras compostas: galinha-d'angola, pau-d'arco, estrela-d'alva, caixa-d'água, etc.
Ponto de interrogação	?	Usa-se no fim de uma palavra, oração ou frase, para indicar pergunta direta, que se faz com entoação ascendente e pode aparecer, às vezes, no fim de uma pergunta intercalada, que pode, ao mesmo tempo, estar entre parênteses.
Dois-pontos	:	Emprega-se para anunciar a fala dos personagens nas histórias de ficção; antes de uma citação; antes de certos apostos, principalmente nas enumerações; antes de orações apositivas e para indicar um esclarecimento, um resultado ou resumo do que se disse.
Travessão	—	É um traço maior que o hífen e usa-se a) nos diálogos, para indicar mudança de interlocutor ou, simplesmente, início de fala de um personagem; b) para separar expressões ou frases explicativas, intercaladas; c) para isolar palavras ou orações que se quer realçar ou enfatizar e d) às vezes substitui os parênteses e mesmo a vírgula e os dois-pontos.
Aspas	“ ”	Usam-se as aspas antes e depois de uma citação textual (palavra, expressão, frase ou trecho; costuma-se aspear expressões ou conceitos que se deseja pôr em evidência e põem-se entre aspas ou, então, grifam-se palavras estrangeiras, termos da gíria, expressões que devem ser destacadas.
Colchetes	[]	Têm a mesma finalidade dos parênteses; todavia, seu uso se restringe aos escritos de cunho didático, filológico ou científico. Na transcrição de um texto, indicam inclusão de palavra(s).
Asterisco	*	É usado para remeter a uma nota ou explicação ao pé da página ou no fim de um capítulo; nos dicionários e nas enciclopédias, para remeter a um verbete e no lugar de um nome próprio que não se quer mencionar: <i>o Dr.*</i> , <i>o jornal ***</i> .
Parágrafo	§	Serve para indicar um parágrafo de um texto ou artigo de lei.
Hífen	-	Emprega-se o hífen em palavras compostas cujos elementos conservam sua autonomia fonética e acentuação própria, mas perderam sua significação individual para constituir uma unidade semântica, um conceito único; para ligar pronomes átonos a verbos e à palavra <i>eis</i> ; em adjetivos compostos; em vocábulos formados pelos adjetivos de origem tupi <i>açu</i> , <i>guaçu</i> e <i>mirim</i> , se o elemento anterior acaba em vogal acentuada ou nasal; em vocábulos formados por elementos e prefixos que têm acentuação própria (tônicos); depois de <i>circum-</i> , <i>mal-</i> e <i>pan-</i> , antes de vogal, <i>m</i> , <i>n</i> ou <i>h</i> ; depois de <i>bem-</i> (como prefixo e não como advérbio), antes de palavras que têm vida autônoma e quando a pronúncia o exigir; nos encadeamentos de palavras; na partição de palavras no fim da linha.

Fonte: Adaptado por Thaísa Maria Gazziero Tomazi da obra *Novíssima gramática da Língua Portuguesa* (CEGALLA, 2008).

3. As fontes de pesquisa – manuscritos do século XVIII e o sistema de pontuação português

Sabemos que é uma tarefa nada fácil a análise dos sinais gráficos em documentos manuscritos de épocas pretéritas, pois os diacríticos são sinais sutis que podem desaparecer pela ação do tempo ou pelo desgaste do material, e também com o desaparecimento da tinta, de acordo com Cambraia (2005, p. 121).

Os manuscritos selecionados para análise se inserem num período da História em que a gramatização da Língua Portuguesa estava passando por mudanças. Faraco (2019) afirma que, na metade do século XVIII, após a Revolução Francesa de 1789, inicia-se em Portugal a defesa do ensino da língua vernácula como principal, em substituição ao latim. A partir de então, inicia-se a fixação de normas de referência gramatical, lexical e ortográfica. Normas que foram priorizadas pelo Marquês de Pombal quando da reestruturação educacional, que só se materializou durante o século XIX.

Fernão de Oliveira foi o primeiro a sistematizar as normas da Língua Portuguesa com a obra *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, publicada em Portugal, em 1536. No Brasil, Ignacio Felizardo Fontes publica, em 1816, a obra intitulada *Arte de Grammatica Portugueza*.

Nos manuscritos analisados neste trabalho encontramos como Governador do Estado de Mato Grosso, à época, o capitão-general Luis Pinto de Souza Coutinho, que governou o Estado entre os anos de 1769 a 1772.

O *corpus* aqui analisado apresenta notícias da comunicação entre a Capitania de Mato Grosso e a Coroa Portuguesa. Esses registros são respostas que foram ditadas⁶ pelo capitão-general e escritas em um livro para salvaguardar as soluções tomadas para os problemas da época. Esses livros de registros eram elaborados a fim de evitar a renovação de atos que não existiram e essas cópias podem ser consideradas originais com valor histórico e jurídico, chamados de testemunhos idiográficos, de acordo com Cambraia (2005).

Neste artigo, entretanto, não apresentaremos, como dito anteriormente, os manuscritos utilizados como *corpus* da pesquisa e nem a sua edição, realizada a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Filologia Textual, mas apenas os seus recortes para análise dos *corpora*.

Nos materiais analisados, pudemos observar que em alguns daqueles textos há a interessante solicitação de “pessoas que escrevam”, pois o capitão-general Luis Pinto de Souza Coutinho alegava estarem em falta na Capitania de Mato Grosso pessoas que soubessem ler e escrever, o que nos leva à hipótese de que muitas das ocorrências de uso dos sinais de pontuação podem ser idiossincrasias do escriba em questão, tendo-se em vista que, assim como a ortografia das palavras, o uso da pontuação também dependia da formação escolar dos escribas enviados pela Coroa. Machado Filho (2004, p. 18) afirma que os escribas conheciam a língua latina e, por esse motivo, eles poderiam ter adaptado os condicionamentos ou prescrições da pontuação latina na escrita da Língua Portuguesa.

⁶ Essa informação pode ser confirmada através das assinaturas ao fim de cada registro. São assinaturas dos secretários de governo que também eram seus escribas, dentre outras funções.

No que se refere ao uso do sistema de pontuação, Machado Filho (2004, p. 34) afirma que ela [a pontuação] “desempenha, hoje, nas diversas línguas escritas contemporâneas um papel fundamental no processo da produção textual, assim como elemento facilitador e concatenador do ato de leitura e da interpretação de textos”.

Assim sendo,

dentro do sistema de escrita tem a pontuação um papel relevante nos domínios das operações de construção e recepção de um dado enunciado, já que a substituição de um ou outro sinal numa frase implicaria na alteração de seu conteúdo semântico, no seu ordenamento sintático ou no seu valor comunicativo como um todo (MACHADO FILHO, 2004, p. 38).

Nesse sentido, a pontuação deveria levar em consideração a fala e a língua escrita. Machado Filho (2004, p. 40) propõe que os sinais de pontuação estariam no “limbo” entre a modalidade da língua escrita e da falada, uma vez que eles servem como “elemento funcional” às necessidades das expressões escritas e da expressão oral.

De acordo com Dubois *et al.* (2006), a pontuação se presta a

indicar os limites entre os diversos constituintes da frase complexa ou das frases constituintes de um discurso, ou para transcrever as diferentes entonações, ou ainda para indicar as coordenações ou subordinações diversas entre as proposições, utiliza-se um sistema de signos chamados de pontuação. O sistema se constitui no francês, como no português, de ponto (.), ponto de interrogação (?), ponto de exclamação (!), de vírgula (,), de ponto e vírgula (;), de dois pontos (:), de reticências (...), de parênteses (()), de colchetes ([]), de aspas (“ ”), de travessão (–), de asterisco (*) e de alínea. (DUBOIS *et al.*, 2006, pp. 473-4).

Sendo assim, os sinais de pontuação orientam o leitor, servindo como um sistema de sinalização que norteia a escrita e a leitura. De acordo com Moreno (2011), o sistema de pontuação atual sofreu, ao longo de sua história, alterações desde a Grécia antiga através das mudanças da escrita, para oferecer ao leitor uma orientação segura, um texto que possa ser lido e compreendido.

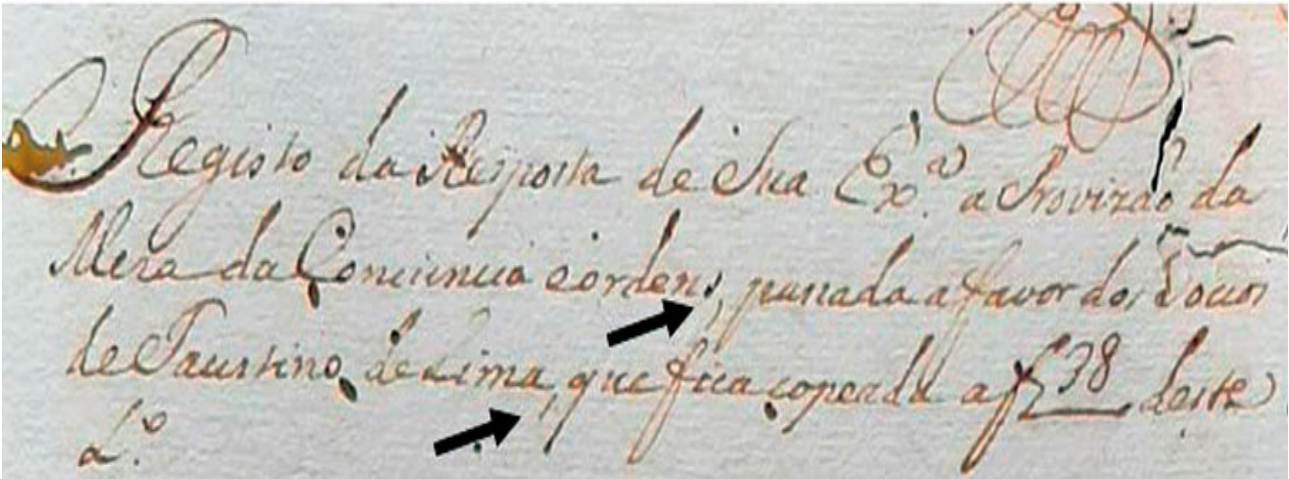
4. Dados analisados

Os *corpora* analisados neste artigo demonstram como os sinais de pontuação eram empregados no século XVIII, mais especificamente durante os anos de 1769 a 1772.

Pudemos observar que o uso da vírgula estava de acordo com as regras vigentes na *Ortographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a Língua Portuguesa*, de Feijó (1734), ocorrendo para separar as orações e antes do pronome relativo ‘que’, como pode ser visto no excerto a seguir extraído do manuscrito 1, nas linhas de 5 a 8:

Registo da Resposta de Sua Excelência a Provisão da | Mesada Conciencia e ordens, passada a favor dos sócios | de Faustino de Lima, que fica copeada a folha 38 deste | Livro (Ms1, linhas 5-8)

Figura 1: Excerto recortado do manuscrito 1 recto (1769), referente às linhas de 5 a 8, marcadas pelas setas para melhor visualização.



Fonte: Fac-símile do registro de resposta sobre o cumprimento das ordens da Provisão da Mesa da Consciência e Ordens, escrito em 9 de janeiro de 1769 em Vila Bela da Santíssima Trindade, pertencente ao Arquivo Público do Estado do Mato Grosso.

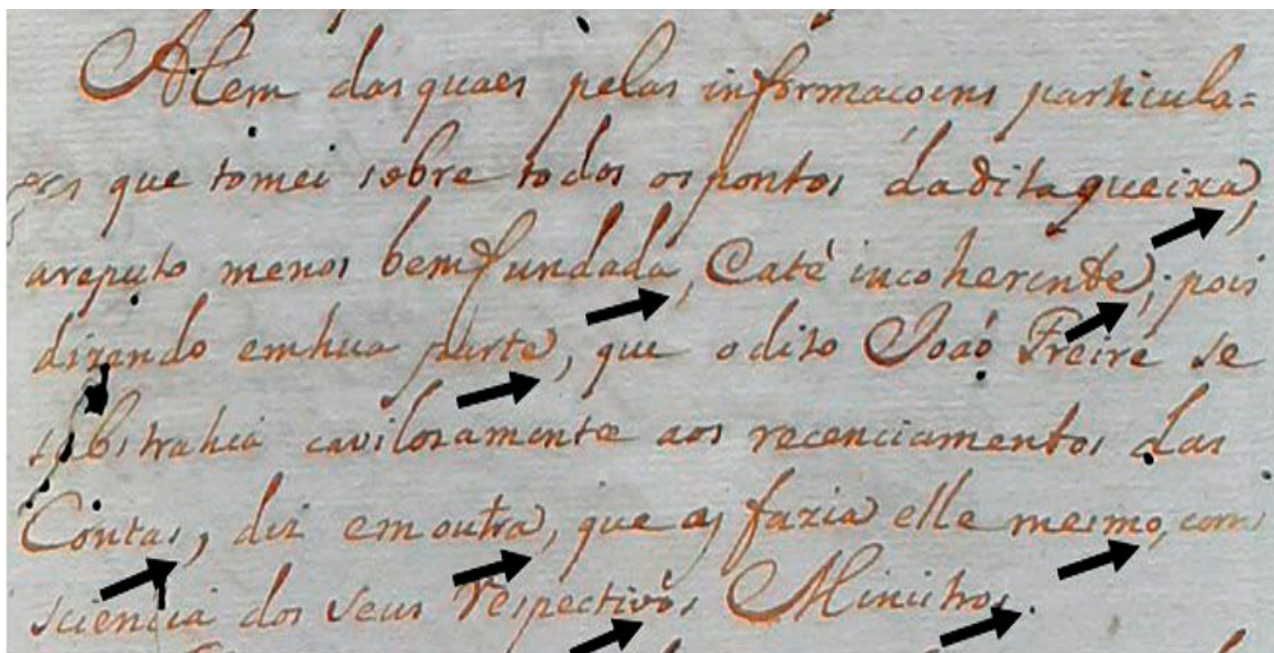
Foi observado mais um exemplo de emprego da vírgula conforme as regras correntes no período de escrita dos documentos. Ela aparece antes da conjunção ‘e’, antes do pronome relativo ‘que’, antes da conjunção ‘com’ e marca, também, a separação de orações. Identificamos o uso do ponto final empregado na linha 65 para encerrar o parágrafo, finalizando “totalmente o sentido do que se diz” (FEIJÓ, 1734, p. 127). Outro uso de sinal de pontuação que aparece aplicado conforme as regras de Feijó é o ponto e vírgula antes da conjunção ‘pois’ na linha 61, que separa as orações e é onde não “basta só a vírgula” (FEIJÓ, 1734, p. 125).

Todavia, neste mesmo excerto, podemos ver que o escriba deixou de empregar a vírgula antes do ‘que’ que aparece na linha 60, comprovando a dificuldade citada anteriormente no uso dos sinais de pontuação.

Para exemplificar, as análises a seguir foram realizadas no excerto do manuscrito 2, nas linhas 59 a 65:

Alem das quaes pelas informações particula= | res que tomei sobre todos os pontos da ditaqueixa, | areputo menos bemfundada, eaté incoherente; pois | dizendo emhua parte, que o dito Ioaó Freire se | sobtrahia cavilosamente aos recenciamentos das | Contas, diz em outra, que as fazia elle mesmo, com | sciencia dos seus respectivos Ministros. (Ms2, linhas 59-65).

Figura 2: Excerto recortado do manuscrito 2 (1769), referente às linhas de 59 a 65, marcadas pelas setas para melhor visualização.

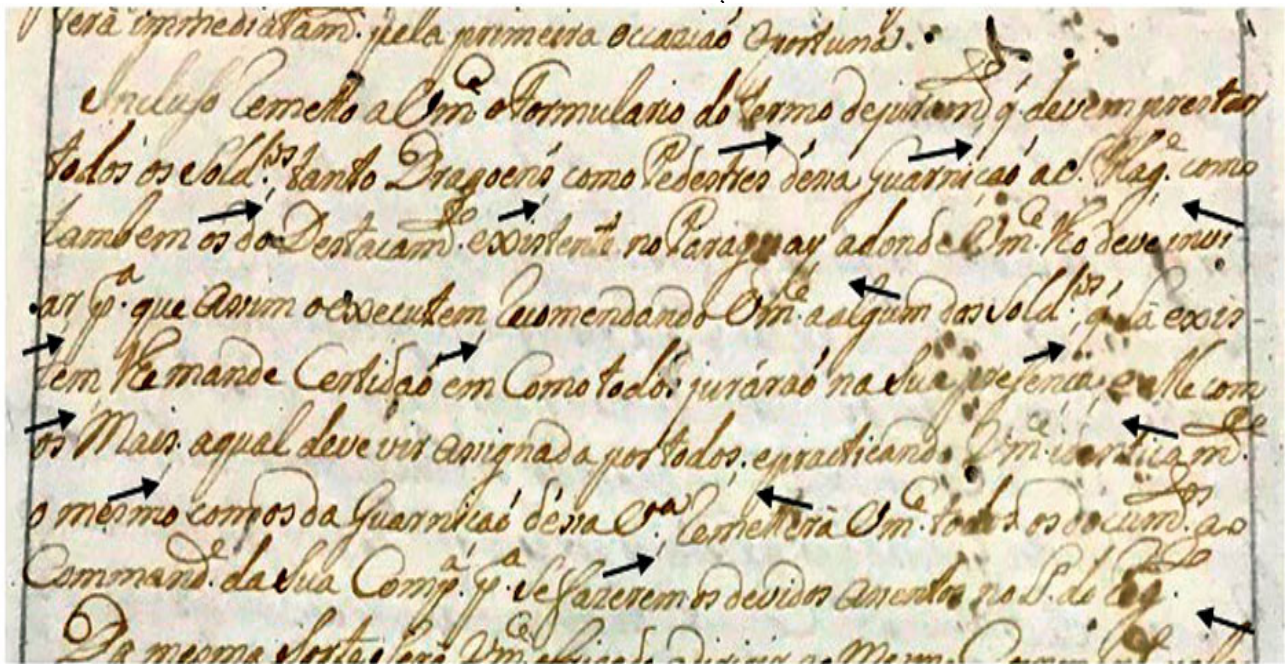


Fonte: Fac-símile do registro de resposta sobre uma queixa realizada na Mesa da Consciência e Ordens, escrito em 15 de janeiro de 1769 em Vila Bela da Santíssima Trindade, pertencente ao Arquivo Público do Estado do Mato Grosso.

No excerto a seguir encontramos o emprego da pontuação conforme as regras encontradas na *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a língua portugueza*, de Feijó (1734), além do uso do apóstrofo, que foi utilizado para aglutinar a preposição ‘de’ com o pronome demonstrativo feminino ‘essa’ na linha 10. Sobre o apóstrofo, Feijó (1734, p. 17) diz que ele é usado “quando depois das preposições, que acabaõ em vogal, principia algum nome tambem por vogal; e comoduas voages assim juntas, não fazem boa consonancia na pronunciação, tirase a vogal da preposiçaõ, e em seu lugar se põe o *Viraccento*”.

Incluso remetto aVossa Magestade oFormulario do termo dejuramento, que devem prestar | todos os soldados, tanto Dragoens’, como Pedestres d’essa Guarniçaõ aSua Magestade; como | tambem os doDestacamento existente no Paraguay, adondeVossa Magestade lho deve invi- | ar para que assim oexecutem, recomendandoVossa Magestade aalgum dos soldados, que là exis- | tem, lhe mande certidaõ em como todos juráraõ naSua presença, e elle com | os mais; aqual deve vir assignada por todos; epracticando Vossa Magestade identicamente | o mesmo campos daGuarniçaõ d’essaVilla, remetteràVossa Magestade todos os documentos ao | commandante daSua companhia para sefazerem os devidos assentos no Livro de Registo. (Ms6, linhas 9-16).

Figura 3: Excerto recortado do manuscrito 6 (1769), referente às linhas de 9 a 16, marcadas pelas setas para melhor visualização.



Fonte: Fac-símile do aviso de envio do termo de juramento para os soldados, pedido de remissão de uma arma de um soldado falecido e pedido de um lançamento de um edital para recrutar mais soldados, pertencente ao Arquivo Público do Estado do Mato Grosso.

Os *corpora* analisados nos permitem algumas conclusões a respeito do uso do sistema de pontuação na Língua Portuguesa. O estudo da gramática vigente no período de escrita dos documentos manuscritos permitiu a verificação de que as regras apresentadas por Feijó, em 1734, eram empregadas pelos escribas, o que nos possibilita levantar a hipótese de que os escribas daqueles documentos possuíam uma boa ou alguma formação escolar.

Pudemos observar algumas mudanças no uso da vírgula e do ponto e vírgula nas orações, uma vez que as regras ainda estavam sendo estruturadas, e no Brasil essas normas só começaram a ser utilizadas 82 anos depois da publicação da gramática escrita por Feijó (1734), quando Fontes, em 1816, publicou a obra intitulada *Arte de Grammatica Portugueza*.

5. Contribuições dos estudos realizados acerca do sistema de pontuação português em textos dos séculos XVIII e XXI para o ensino de Língua Portuguesa na atualidade

Como pudemos observar, o uso do sistema de pontuação empregado pelos escreventes no recorte temporal aqui analisado nos permite afirmar que aquelas pessoas tinham conhecimento das normas gramaticais referentes ao uso da pontuação explanada por Feijó (1734). Do mesmo modo, identificamos que a maioria das orientações apresentadas por Feijó (1734) são similares às apontadas

por Cegalla (2008), o que reforça a ideia de que a construção normativa das gramáticas aqui estudadas se mantém em sua maior parte.

Em relação aos manuscritos analisados, reiteramos a necessidade de preparar filologicamente o material a ser estudado linguística e/ou ortograficamente, com o fito de preservar o estado de língua e ortografia presentes no texto, objeto de estudo da Filologia.

Dessas considerações pode-se refletir sobre a atuação do professor de língua portuguesa, a partir dos conhecimentos adquiridos em sua formação inicial e/ou continuada. Quer dizer, as pesquisas realizadas no âmbito da Filologia e história da língua não podem e nem devem ficar restritas aos muros da universidade e desvinculadas da prática docente que o professor deve adotar em sala de aula, mas contribuir para que ele possa ter arcabouço teórico sólido o suficiente para pautar as suas explicações e atividades didáticas baseadas em dados históricos, considerados os melhores dados que se tem para observar o estado de língua e gramática de um determinado período histórico.

Sobre as formas gráficas presentes em um texto escrito em português no século XVIII ou no XXI, é possível compreender que se “[...] compararmos um texto de um secretário do governo português dos séculos XVIII ou XXI com um texto produzido por um aluno do ensino fundamental ou médio do Brasil, no século XXI, percebemos algo em comum. [...]” (XIMENES, 2016, p. 27) em relação à grafia e ao uso do sistema de pontuação, principalmente se se tratarem de pessoas que tiveram ao menos contato com a escolarização. Partindo disso,

Os profissionais da educação devem ter cuidado ao selecionarem textos para leitura e análise em sala de aula. A formação dos professores, não somente da área da linguagem, deve contemplar os conteúdos e métodos filológicos tanto na prática de edição de textos, para se estudar os usos da língua e para isso é necessário também conhecer a história da língua, quanto na prática da crítica textual no sentido de se averiguar e se ter uma visão crítica no quesito de seleção de textos bem editados. (XIMENES, 2016, p. 31).

Em outras palavras, ter uma formação básica em Filologia/Crítica Textual ajudará o professor de Língua Portuguesa na escolha de textos, considerados pelos especialistas da área, fidedignos, que permitam o estudo dos usos da língua em um determinado período. Logo, ter ciência e aplicar isso na sua prática docente pode evitar a ocorrência de equívocos quando da seleção de textos com sérios problemas de sintaxe, ortografia, pontuação, paragrafação, lexical etc., muitas vezes extraídos da internet, e utilizados em sala de aula sem que, muitas das vezes, o próprio professor tenha conhecimento disso, devido a uma formação deficitária em Filologia/Crítica Textual.

Além da formação docente, uma estratégia didática que pode ser adotada pelo professor em sala de aula é, em dado momento do ano letivo e com uma sequência didática bem pensada e elaborada em parceria com a coordenação pedagógica, levar para a sala de aula textos que foram escritos no passado, com a finalidade de oportunizar aos estudantes um exercício de observação e comparação das práticas de escrita do passado com as dele no presente. Tal exercício pode fazer os estudantes das escolas atuais refletirem sobre o “[...] processo de escrita e constituição histórica da língua [...] não somente

no que diz respeito à grafia, mas o texto como um todo desde os gêneros discursivos que circulavam e os que são hoje produzidos com seus conteúdos veiculados que remontam ao conhecimento da história da sociedade.” (XIMENES, 2016, p. 30).

Desses apontamentos o que se pode constatar é a necessidade de presença da Filologia nas salas de aula da educação básica, principalmente em cidades e Estados em que as pesquisas filológicas ainda são incipientes e que, portanto, contribuem para o aumento de uma formação filológica deficitária de professores de línguas, o que, inevitavelmente, nos une ao coro de Ximenes (2016, p. 34) quando este afirma que é necessária uma aproximação dos estudos filológicos com a escola básica, especialmente com o Ensino Médio, e com os seus professores “[...] que têm a obrigação de conhecer a língua e os textos” e, conseqüentemente, a história da língua que falamos e ensinamos, enquanto professoras que somos.

Considerações finais

Com este trabalho visamos contribuir, mais uma vez, com os estudos referentes aos sinais de pontuação, que ainda possuem poucos estudos científicos e analíticos. Dessa forma foram escolhidos documentos manuscritos produzidos no século XVIII para ilustrar como as normativas dos sinais de pontuação sofreram alterações em comparação às normas utilizadas no século atual.

Para tal comparação, este estudo apresentou as normas vigentes no século XVIII escritas por Feijó (1734) e atestadas em manuscritos do período, e no século XXI escritas por Cegalla (2008).

Encontramos, frente à variação de usos do sistema de pontuação observada nos excertos dos manuscritos aqui apresentados, pertencentes ao século XVIII, uma sistematicidade que aponta para as diferentes funções de cada sinal de pontuação. Além disso, visamos cooperar com a compreensão de aspectos do desenvolvimento histórico do sistema de pontuação da Língua Portuguesa, optando por observar as normas e os seus usos.

Por fim, refletimos sobre a atuação dos professores de língua portuguesa na educação básica e os seus conhecimentos acerca da história da língua, os quais não devem ser dissociados da sua prática docente em sala de aula, podendo vir a fazer parte de sequências didáticas pensadas e elaboradas para oportunizar aos estudantes exercícios de observação e comparação das práticas de escrita pretéritas com as dele no presente, o que reafirma, portanto, a importância da presença da Filologia nos espaços de aprendizagem, o que nos conduz a refletir sobre a necessidade de pesquisas complementares a que se apresentou aqui, com o objetivo de cada vez mais aproximarmos os estudos filológicos realizados nos centros de pesquisa acadêmicos da formação de professores e do ensino de línguas na educação básica.

Referências

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

DUBOIS, Jean *et al.* *Dicionário de linguística*. 10ª reimp. São Paulo: Cultrix, 2006.

FARACO, Carlos Alberto. *História do português*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.

FEIJÓ, João de Moraes Madureyra. *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a Língua Portuguesa*. Lisboa: Oficina Miguel Rodrigues, 1734.

GRUPO de Estudos de Filologia e História. Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPQ. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0243292877056805>. Acesso em: 03 jan. 2024.

MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. *A pontuação em manuscritos medievais portugueses*. Salvador: EDUFBA, 2004.

MORENO, Cláudio. *Guia prático do português correto: para gostar de aprender, volume 4: pontuação*. Porto Alegre, L&PM Pocket, 2011.

XIMENES, Expedito Eloísio. A Filologia no ensino de língua portuguesa. In: SILVA, Daianna Quelle da Silva Santos da; COSTA, Gilmar Souza (org.). *Ecos da escravidão em documentos literários e não literários: estudos filológicos, históricos e linguísticos*. Cachoeira, BA: CePLiB, 2016. pp. 23-34.

DESVIOS NA REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DAS FRICATIVAS ALVEOLARES EM CARTAS DO SÉCULO XX COMO PARÂMETRO PARA AVALIAÇÃO DE HABILIDADE COM A ESCRITA ALFABÉTICA

SPELLING DEVIATIONS IN GRAPHIC REPRESENTATION OF ALVEOLAR FRICATIVES ON PERSONAL LETTERS OF THE XX CENTURY AS PARAMETER TO EVALUATE ALPHABETIC WRITING SKILLS

Caio Mieiro Mendonça¹

RESUMO

Este trabalho é um estudo sobre o polimorfismo gráfico de sibilantes em cartas de portugueses escritas no século XX. Analisam-se os desvios na representação das fricativas alveolares surda [s] e sonora [z] e das variantes pós-alveolares [ʃ ʒ]. O texto apresenta uma metodologia de análise do fenômeno como um parâmetro para a avaliação do nível de habilidade dos remetentes com a escrita. A base teórica adotada segue os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Histórica (ROMAINE, 1982; CONDE SILVESTRE, 2007; BERGS, 2012). A análise dos desvios aponta para o estreitamento da relação entre letra e som, além de indicar o grau domínio de convenções da escrita dos missivistas.

PALAVRAS-CHAVE: Sociolinguística Histórica. Cartas pessoais. Desvios gráficos. Fonologia.

ABSTRACT

This paper presents an investigation on the graphic polymorphism in the representation of sibilants on letters written by Portuguese authors in the XX century. The data analyzed consists on spelling deviations in the representation of the alveolars fricatives [s z] and their postalveolars variants [ʃ ʒ]. The text brings an analysis methodology for the phenomenon as a parameter to diagnose the author's writing skills level. Historical Sociolinguistics was chosen to guide the research (ROMAINE, 1982; CONDE SILVESTRE, 2007; BERGS, 2012). The results of orthographic irregularities analysis point to the relation between letters and sounds, and indicate the authors' writing knowledge levels.

KEYWORDS: Historical Sociolinguistics. Personal letters. Spelling deviations. Phonology.

Considerações iniciais

Este estudo observa os desvios na representação gráfica das sibilantes em uma amostra de cartas de missivistas portugueses escritas no século XX, no período de 1937 a 1953². O foco da pesquisa é analisar o polimorfismo gráfico na representação das fricativas alveolares surda [s] e sonora [z], bem como de suas variantes posicionais [ʃ ʒ]. A escolha dessas sibilantes é justificada pelo fato de que tais segmentos têm uma variedade particular de grafemas para representá-los, o que faz com que o nível de conhecimento da ortografia de itens lexicais com sibilantes seja um indicativo do letramento do escrevente. O trabalho tem como aporte teórico-metodológico a Sociolinguística Histórica (ROMAINE, 1982; CONDE SILVESTRE, 2007; BERGS, 2012). A proposta deste texto é

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mieiomendonca@letras.ufrj.br, <https://orcid.org/0000-0002-1264-3914>.

² Destaque-se que algumas cartas não apresentam datação, o que pode alargar o período de correspondência descrito.

indicar uma metodologia de análise do fenômeno que estabelece a descrição do comportamento das sibilantes em textos de sincronias passadas como um parâmetro para a avaliação do grau de domínio das convenções da escrita.

A amostra reúne 26 cartas de dez missivistas que escreviam de regiões de Portugal e do Brasil (Rio de Janeiro e Recife). Uma das remetentes – identificada neste texto como EU – ganha destaque pela quantidade de cartas redigidas. A produção total de EU é de sete cartas, somando quatorze fôlios e meio de texto. Dada a discrepância entre a produção de EU e a dos demais remetentes – alguns dos quais se tem apenas uma carta disponível para análise –, este trabalho propõe a avaliação das cartas de EU em comparação com as demais 19 cartas da amostra.

Três perguntas de pesquisa motivam a elaboração da análise, sejam elas: i. quais pistas da identidade do escrevente podem ser apreendidas a partir de desvios gráficos relacionados às fricativas [s z] e de suas variantes em língua portuguesa? ii. os desvios identificados nas cartas são de mesma ordem ou são passíveis de ser sub-categorizados? iii. como a análise de tais desvios pode auxiliar na compreensão sobre a relação entre o conhecimento linguístico do escrevente e o domínio das convenções da escrita?

As hipóteses levantadas para nortear a investigação são as seguintes: a. a posição silábica condiciona o fenômeno do polimorfismo gráfico; b. há uma correlação entre o fone representado na escrita e a quantidade de grafemas eleitos pelos missivistas para representá-los; c. o grau de domínio das convenções de escrita se reflete nos padrões de desvios observados.

Os objetivos deste trabalho, portanto, englobam: i. analisar qualitativamente as ocorrências de desvios gráficos na representação das fricativas [s z] e de suas variantes; ii. contrastar a manifestação de tais desvios na produção de EU com o comportamento total dos desvios na escrita dos demais missivistas; iii. mostrar como a categorização do polimorfismo gráfico dessas sibilantes pode servir como um parâmetro para avaliar o nível de habilidade do escrevente.

Este texto subdivide-se em seis unidades para além desta introdução e das conclusões. A primeira unidade aborda os princípios basilares da Teoria Sociolinguística e as distinções entre a Sociolinguística Histórica e a Sociolinguística de orientação laboviana. Na segunda unidade, é feita uma breve revisão da literatura sobre metodologias elaboradas para o tratamento de desvios gráficos em *corpora* históricos. A terceira unidade discorre acerca do aprendizado da escrita e apresenta os grafemas utilizados para a representação das fricativas alveolares e de suas variantes em língua portuguesa, evidenciando as restrições posicionais de tais grafemas. A quarta unidade concentra-se na caracterização da amostra. Na quinta unidade, descreve-se a metodologia elaborada para este trabalho. Na sequência, na sexta unidade, são apresentadas as análises dos dados.

1. Distinções entre a Sociolinguística Histórica e a Sociolinguística Laboviana

A pesquisa sociolinguística concentra-se em estudar os fenômenos variáveis das línguas e seus processos de mudança. A teoria propõe-se a descrever as relações entre língua e sociedade, com vistas a observar de quais maneiras os fatores externos à língua impactam o sistema e ainda como

tais fatores se coadunam com outros de ordem cognitiva e linguística. Para a Sociolinguística, o conhecimento linguístico dos falantes é heterogêneo – visto que admite a variação sem prejuízos à intercompreensão ou ao funcionamento do sistema – e tal heterogeneidade não é aleatória, mas regida por regras estruturais e condicionantes de ordem extralinguística, sendo o sistema não autônomo e abstrato. Defende-se, com isso, que variação é inerente ao sistema linguístico, lançando-se mão do conceito de heterogeneidade ordenada para mostrar que, mesmo sendo dinâmica, a variação linguística é passível de tratamento científico. A gramática, enquanto saber linguístico resultante da interação humana, é heterogênea, portanto, variável.

A variação é definida pela Sociolinguística como o processo pelo qual dois ou mais elementos do sistema linguístico (fones, morfemas, palavras, construções sintáticas etc.) podem ocorrer, mantendo mesmo valor referencial (LABOV, 1978) ou equivalência funcional (LAVANDERA, 1978) em um mesmo contexto. A mudança linguística, por sua vez, significa a generalização de determinada alternância; é concebida como o processo de evolução de uma língua, que se correlaciona à evolução da sociedade que a veicula. A mudança é o ponto final da variação linguística, no sentido de que toda mudança linguística é fruto de um estágio de variação. Isso, entretanto, não implica necessariamente dizer que a variação leva à mudança. O processo da variação ocorre de maneiras distintas (através do tempo, em diferentes situações de fala, entre estratos sociais distintos, em diferentes extensões geográficas, entre distintas gerações etc.) e processos de variação podem representar tendências de mudança ou variações estáveis – como a alternância tu x você no dialeto carioca (LOPES, 2007). A mudança ocorre de maneira gradual, visto que sua implementação requer a inserção de estruturas em distintos contextos de uso que perpassam os eixos horizontal (geográfico) e vertical (estratos sociais) da variação (MOLLICA, 2003).

A metodologia de pesquisa da Sociolinguística observa o uso da língua. Tendo em vista a natureza probabilística do sistema, a partir da produção de determinado(s) grupo(s) de falantes, a) selecionam-se variáveis analisáveis pelo controle da sua frequência de ocorrência; b) postulam-se grupos de fatores condicionadores; c) formulam-se hipóteses sobre seus condicionadores, sua implementação e distribuição na língua; d) levanta-se um quantitativo significativo de ocorrências das variantes, a fim de observar o que favorece ou desfavorece determinada variante, analisando-se as suas diferenciações/especificações de uso (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2018 [1968]).

Labov (2008 [1972]) sustenta que o falante não é autônomo em relação à sociedade em que se insere, embora não descarte a variabilidade do indivíduo. Apesar de cada falante ter em sua mente os conhecimentos linguísticos internalizados, configurando suas gramáticas, todo falante está inserido em contextos sócio-históricos específicos que permitiram a aquisição da(s) variedade(s) de língua que dominam. Mesmo tendo conhecimento da organização e da variação de sua língua, o sistema é um conhecimento compartilhado entre falantes, e a língua é influenciada pelas realidades de seus usuários, de modo que falar e avaliar a fala de outros é fruto das organizações sociais a que os falantes estão sujeitos. Esse compartilhamento forma um construto abstrato que regula os usos da língua, constituindo comunidades de fala específicas que apresentam comportamentos linguísticos distintos.

A base da teoria linguística que sustenta as investigações sociolinguísticas é a mesma para a Sociolinguística Quantitativa ou Laboviana (doravante SQ) e para a Sociolinguística Histórica (doravante SH). A vertente histórica toma por base o princípio da uniformidade linguística, que prediz ser possível depreender conhecimento de fenômenos linguísticos que ocorriam no passado a partir da observação do presente (LABOV, 1975; ROMAINE, 1982; CONDE SILVESTRE, 2007; BERGS, 2012). Com isso, é possível identificar fatores condicionantes dos padrões de variação presentes e estabelecer metodologias para a análise de dados de sincronias passadas. Sendo a variação inerente à língua e por a mudança ser gradual, atingindo partes do sistema, não a sua integridade, é possível analisar dados passados sob a lente da Sociolinguística. As distinções entre a SQ e a SH estão centradas nos *corpora* analisados e, conseqüentemente, nos procedimentos metodológicos empregados nas análises. A metodologia proposta pela SQ prevê sete problemas norteadores da metodologia sociolinguística, que são parâmetro de distinção da SQ e da SH.

O primeiro problema é a *representatividade* da amostra. Os materiais históricos sobrevivem ao tempo, não são fruto de amostras montadas sob rígida orientação metodológica, como se faz na SQ. A preservação desses textos é aleatória, tendo os pesquisadores que contar muitas vezes com dados escassos e irregulares. A SH, portanto, debruça-se sobre materiais predominantemente escritos, a partir dos quais, dada a sua característica lacunar, não é possível estabelecer generalizações sobre a sociedade ou a comunidade de fala analisada, apenas acerca das amostras observadas (CONDE SILVESTRE, 2007).

Na seqüência, o problema da *validade empírica* das amostras. Labov (1966) postula a necessidade de utilização de um percentual significativo de falantes para as análises serem validadas. Quando do levantamento de *corpora* sociolinguísticos, são levados em consideração, para a composição da amostra, valores quantitativos referentes a características sociais do falante (como grau de escolaridade, faixa etária, sexo, profissão, local de origem, raça/etnia etc.) para que se construam amostras regularmente estratificadas³. Por a SH lidar com textos limitados em quantidade, não há como aplicar sempre os mesmos parâmetros de estratificação⁴.

O terceiro problema se refere à *invariação*. Pelos caracteres conservador e regularizante da escrita, há inicialmente uma restrição à probabilidade de variação imposta pelas fontes documentais (KOCH; OESTERREICHER, 2007). Partindo do princípio da uniformidade linguística, sabe-se que a variabilidade na fala de sincronias passadas era maior do que a escrita registra. Entretanto, o que se observa de variável nos materiais escritos fornece ao linguista pistas sobre o perfil sociolinguístico dos escreventes, bem como da realidade sócio-histórica em que se inseriram. Um ponto de distinção entre ambas as vertentes da Sociolinguística é justamente a necessidade de adaptar e/ou elaborar

³ Vale ressaltar que Labov (1966) propõe tais parâmetros da SQ com vistas ao estudo de amostras de fala para a observação da mudança em curso (tempo aparente), e que tais critérios também se aplicam a análises diacrônicas para comparação de amostras de fala de diferentes sincronias nos estudos de painel e de tendência (tempo real).

⁴ Destaque-se que estudos aportados na SH não excluem a possibilidade de análises quantitativas, visto que pode ser possível dar um tratamento estatístico aos dados a depender da sua quantidade.

metodologias para a análise dos vestígios de variação encontrados⁵.

O problema da *autenticidade* diz respeito aos dados. Fatores como a influência dos contatos linguísticos de cada região, ao contato com prescrições assistemáticas que levam a padrões de hipercorreção, e os próprios erros de escrita fazem com que se questione se há de fato dados linguísticos autênticos. Além disso, pela diferença entre oralidade e escrituralidade, sabe-se que o que se registra em formas escritas difere do vernáculo dos escreventes.

O quinto problema trata da *autoria* dos dados. Com a possibilidade de os textos serem ditados, há um autor intelectual dos textos, a quem a autoria é atribuída, e um segundo autor, responsável pela redação. As implicações da distinção de autoria são a interferência do vernáculo de um na produção do outro. Bergs (2005) postula que tais interferências afetariam variantes fonético-fonológicas e grafológicas, mas não morfossintáticas. Há, entretanto, fatores que podem pesar na interferência morfossintática, como o nível de letramento do redator, seu grau de proximidade com o autor, dentre outros. Tal problema traz aos estudos em SH a necessidade de se desenvolverem métodos de avaliação da autoria.

Há, dentre os problemas listados, um que diz respeito à *validade social e histórica* das amostras. Ao passo que na SQ se faz a descrição dos comportamentos linguísticos, na SH é necessário, além disso, fazer a reconstrução do contexto histórico e sociocultural em que se produziram os materiais analisados, pois pouco ou nada se sabe sobre o status dos escreventes e sobre a estruturação de suas sociedades. É preciso, por isso, recuperar tais informações para que se possa desvendar as complexas relações que se estabelecem entre determinada língua e a sociedade que a veicula. Isso é feito, dadas as lacunas dos materiais, a partir de pistas textuais e de busca por outras fontes, como registros históricos e documentais.

O último problema trata da *ideologia padrão*. Apesar de as línguas serem constituídas de uma pluralidade de normas, o conceito de língua é fruto do imaginário social (o qual varia a depender da sociedade) e esse imaginário estabelece relações de prestígio bastante explícitas entre as variedades linguísticas. A falsa noção de unidade linguística (falsa dada a pluralidade de normas) leva à idealização de uma variedade como a própria língua. Na avaliação de *corpora* históricos, as análises não podem ser levadas a cabo sob a régua da dita “língua padrão”.

Como recapitulação das distinções entre ambas as correntes, a pesquisa Sociolinguística visa a desvendar, a partir de análises multivariadas, as complexas relações que se estabelecem entre determinada língua e a sociedade que a veicula. Para tanto, em uma pesquisa sociolinguística, são considerados os condicionadores internos (estruturais) e externos (sociais) dos padrões de variação identificados a fim de que se depreendam relações entre língua e sociedade. Com o surgimento da SQ, havia maior destaque para as pesquisas com dados de fala, uma vez que pela fala se fazia possível investigar todos os estratos da sociedade, desde os analfabetos aos mais escolarizados, tomando escolaridade como régua, por exemplo. Nas investigações da vertente histórica, a predominância de

⁵ O que já consta na gênese da abordagem diacrônica da variação em Labov (1975).

materiais escritos que sobreviveram ao tempo impõe às pesquisas as necessidades tanto de elaboração de metodologias que dêem conta de reconstruir (ou vislumbrar) a história social dos escreventes, bem como as realidades sociolinguísticas que os circundavam, quanto de adaptar os procedimentos metodológicos desenvolvidos pela SQ.

2. O tratamento de desvios gráficos em *corpora* históricos

Cardoso (2020), em seu trabalho com cartas privadas escritas no contexto da imigração portuguesa para o Brasil, durante o período das guerras do século XX, propõe uma categorização dos missivistas com base na análise dos desvios gráficos encontrados nas cartas. O autor postula que quanto maior o afastamento dos padrões ortográficos manifestado na produção linguística, menor será a habilidade com a escrita do missivista.

Destaca-se no trabalho o contraste entre duas grandes categorias de desvios, aqueles que se relacionam ao domínio das convenções da escrita, como a substituição de um dígrafo como <ss> por uma só consoante como <c>, como em “acinar” por “assinar”, e outros, nos quais ocorre a transposição de elementos fonéticos característicos da variedade do falante para a escrita, tal qual a ditongação identificada em “pessoua” (CARDOSO, 2020, p. 90). Tal distinção se baseia na proposta de Barbosa (2017), que considera para a avaliação do nível de habilidade do missivista com a escrita, dentre outros parâmetros, a *escrita fonética*, que se manifesta na forma de índices grafofonéticos, e a *escriptualidade*, manifestada na forma de inobservância a grafismos normatizados e da grafia irregular para sílabas complexas (CARDOSO, 2020, pp. 91-2).

Barbosa (2017) postula que não há necessariamente uma relação unívoca entre a inabilidade na escrita alfabética e o nível sócio-cultural dos escreventes, apontando a escrita como uma atividade que impõe por si só dificuldades. Por isso, para o autor, a inabilidade de escrita deve ser considerada a partir de diversos aspectos, visto que é condicionada por fatores independentes entre si, apresentando, com isso, níveis de gradiência.

A escrita sofre impactos das normas estabelecidas pela sociedade. A discriminação dos parâmetros gráficos para a análise dos graus de letramento dos escreventes está relacionada a tais convenções, uma vez que se podem tomar parâmetros normativos contemporâneos à redação para se observar “a maneira como se exercerá o controle da prática gráfica dos redatores, pela identificação de valores de erudição de modelos objetivos de padrão, ambos referentes à época estudada” (CARDOSO, 2020, p. 99).

A adoção de parâmetros gráficos para a avaliação da habilidade com a escrita na redação espontânea é defendida por Barbosa e Lima (2019) como um índice do contato dos redatores com textos escritos. Para os autores, no momento da escrita, representam-se inconscientemente as letras via memória visual. Tal memória entra em operação durante a grafiação de caracteres na escrita alfabética, e o hábito da leitura alimenta o arquivo mental, reverberando na qualidade da escrita. Barbosa e Lima (2019) defendem que um escrevente que tem pouco contato com a leitura apresenta uma tendência a

Desvios na representação gráfica das fricativas alveolares em cartas do século XX como parâmetro para avaliação de habilidade com a escrita alfabética

transcrever elementos fonéticos para a escrita, independentemente da época, já aqueles que têm contato com textos modelares tendem a resgatar tais padrões em sua escrita. Observa-se, portanto, que a adoção de critérios de categorização de desvios gráficos é relevante para os estudos históricos, visto que permite ao pesquisador vislumbrar indícios do perfil social do sujeito que escreve em outras sincronias.

3. A escrita das fricativas alveolares em língua portuguesa

Quando se considera a produção de textos escritos, o material redigido encontra-se codificado em algum dos sistemas de escrita. Higounet (2003) afirma que a escrita é mais do que um simples sistema de representação da linguagem falada, estabelecendo, ao invés disso, relação direta com o pensamento, e atuando no sentido de discipliná-lo, transcrevê-lo e organizá-lo. Em relação à escrita alfabética, o autor define um alfabeto como um sistema de sinais que exprimem os sons elementares da linguagem. A produção de textos escritos em língua portuguesa requer, como macro-habilidades, tanto o conhecimento sobre a escrita alfabética quanto sobre o alfabeto latino. Para que se codifique a escrita em língua portuguesa, portanto, é necessário que se domine primeiramente o sistema gráfico da língua, que, para além de elementos que se associam aos sons da fala, engloba também os sinais de pontuação. Nesse sentido, é necessário saber identificar todos os grafemas utilizados para representar os sons da língua. Além disso, é preciso que se domine também o nível da palavra gráfica, a fim de que se compreendam os espaços em branco como sinais fronteirios.

No que tange à identificação de fronteiras, o processo vai além da unidade da palavra e chega ao nível do enunciado. Silva (2021) destaca que a escrita segue uma convenção ortográfica que não necessariamente está baseada na prosódia da língua, no que se refere aos critérios de segmentação. Por exemplo, embora os clíticos (palavras gramaticais átonas) se adjunjam a palavras lexicais, formando vocábulos fonológicos (“os amigos”, “me diz”, “fala-se”), na escrita, tais unidades são representadas por fronteiras de palavras, pelo critério morfológico. Um dos resultados da não correspondência prosódica entre fala e escrita é a produção inicial de enunciados escritos como blocos fonológicos monolíticos (SILVA, 2019, p. 17).

Além disso, os sistemas de escrita estão sujeitos a outras convenções sociais que se determinam pelos grupos sociais que os utilizam. Tais convenções, como se evidencia na língua portuguesa, agem no sentido de estabelecer regulamentações sobre os sinais gráficos individualmente e sobre a grafia das palavras. No primeiro caso, por exemplo, prediz-se que a vírgula deve ser escrita atachada à margem direita da palavra que a antecede; e, no segundo, que o grafema <rr> se utiliza apenas em contexto medial de palavra, quando entre vogais.

O aprendizado da escrita, especialmente no início do processo de alfabetização, costuma representar dificuldades. Em obra clássica sobre o assunto, no que se refere ao nível dos segmentos, Lemle (2004 [1999]) aponta problemas que alfabetizandos e, conseqüentemente, alfabetizadores enfrentam e reforça que muitos deles estão relacionados às relações complicadas existentes entre as letras e os sons.

Há casos na língua em que cada letra corresponde a um som, como se evidencia no caso das oclusivas bilabiais [p b], que são representadas pelos grafemas <p> e , por exemplo. No que diz respeito a outros sons da língua, entretanto, observam-se segmentos representados por letras diferentes – a que a autora chama “poligamia” –, como a consoante fricativa labiodental surda [f], que era transcrita pelo grafema <f> (“afinidade”, “filho”) e pelo grafema <ph> em casos de helenismos (“pharmácia”, “alfabeto”); e letras que representam mais de um som – relação denominada “poliandria” –, tal como o grafema <l>, que representa a lateral alveolar [l] em início de sílaba (“lâmpada”, “louva”) e a aproximante labiovelar [w] em posição final (“papel”, “dócil”). Há, para além disso, relações de concorrência, nas quais se observa que mais de um grafema podem representar o mesmo som em contexto idêntico, como se verifica no caso da fricativa pós-alveolar surda [ʃ] em contexto de ataque silábico, que pode ser representada por <x> (“xícara”, “mexer”), <ch> (“chá”, “colchonete”) e <sh>, no caso de algumas palavras de origem estrangeira (“show”, “shopping”).

Lemle (2004 [1999]) propõe três etapas para a aquisição do sistema de escrita alfabética, considerando tais peculiaridades na relação letra-som. A primeira das três etapas de aquisição da escrita, para a autora, corresponde à percepção de que os sons são representados por letras. A partir de tal associação, constrói-se pelo alfabetizando a *hipótese da relação biunívoca ou monogâmica*, na qual se estabelece uma relação de um-para-um entre letras e sons que reverbera na escrita a partir da transcrição de todos os sons pelas suas letras correspondentes em seu valor fonético mais típico (LEMLE, 2004 [1999], p. 30).

A troca para a segunda etapa ocorre no momento em que o aprendiz compreende que os grafemas podem apresentar valores distintos em relação às posições que ocupam na estrutura silábica. Nesse estágio, o aluno chega à formulação da *hipótese da poligamia condicionada pela posição*.

O fim da segunda etapa é marcado pela apreensão de arbitrariedades fonológicas relacionadas ao sistema de escrita, ao perceber a relação de competição que implica a utilização de grafemas distintos nos mesmos contextos para representar um mesmo som a depender do item lexical escrito. Nessa etapa, cuja duração se estende por toda a vida, segundo Lemle (1999 [2004]), atua a memória do aprendiz.

O trabalho de Lemle (1999 [2004]) considera a escrita como uma segunda língua. A autora afirma que esse segundo sistema precisa ser adquirido, tomando por base o mesmo mecanismo que leva o usuário de determinada língua a adquirir sua modalidade falada. Isso é feito a fim de defender que o ensino de escrita deve ser orientado com base no conhecimento internalizado do falante, identificando-se as hipóteses criadas pelos aprendizes no momento de aquisição da escrita.

O domínio da escrita ocorre por meio do desenvolvimento da consciência metalinguística, em especial, da consciência fonológica. Para Soares (2018 [2016]), consciência metalinguística corresponde à “capacidade de tomar a língua como objeto de reflexão e análise, dissociando-a de seu uso habitual como meio de interação” (p. 125), já a consciência fonológica seria “a capacidade de focalizar os sons das palavras, dissociando-as de seu significado, e de segmentar as palavras nos sons que as constituem” (SOARES, 2018 [2016], p. 166). Para que se desenvolva tal consciência, é

necessário que se focalize o estrato fônico da fala, operando, em consonância à dissociação de seu significado, a fim de que se desenvolva a sensibilidade para o componente sonoro dos enunciados e suas possibilidades de segmentação em unidades menores (SILVA, 2021, p. 47).

Observe-se que as definições de Soares (2018 [2016]) tomam por base a fala, destacando que a consciência fonológica reflete, em certa medida, a identificação da associação entre sons e letras. Tal associação é mais simples nos casos em que se estabelece a relação monogâmica definida por Lemle (1999 [2004]), mas a situação se complica quando outras relações não tão diretas se estabelecem, como no caso das fricativas alveolares surda [s] e sonora [z], bem como de suas variantes posicionais [ʃ ʒ].

Em relação às associações unívocas, há apenas um caso em que as fricativas alveolares estabelecem uma correspondência. É o caso da fricativa alveolar sonora [z] em contexto de ataque inicial, cuja representação se dá pelo grafema <z> (“zero”, “zagueiro”). Outro contexto em que se representa tal segmento na escrita é o intervocálico, no qual a consoante pode ser representada por <z> (“azar”, “ozônio”), <s> (“tosa”, “presunto”) e <x> (“exumação”, “exímio”). Observa-se, com isso, que o grafema <z> apenas representa o fone [z], mas tal fone pode ser representado por outros dois grafemas mais. Há, portanto, tanto uma relação posicional estabelecida entre grafema e fone representado (contexto inicial) quanto o afastamento dessa relação biunívoca quando da mudança de contexto, estabelecendo uma relação de competição (contexto intervocálico).

A apresentação da fricativa alveolar sonora serve de exemplo para elucidar as dificuldades na representação dessa sequência de segmentos. Tais problemas não se esgotam aí, entretanto, visto que essas fricativas são as que mais variam em relação às convenções ortográficas. A seguir, um quadro sintético que reúne a série de fricativas alveolares, os grafemas utilizados para sua representação e os contextos silábicos em que cada um pode aparecer.

Quadro 1: síntese dos grafemas utilizados para representar fricativas alveolares

FONE	CONTEXTO SILÁBICO				
	ATAQUE INICIAL	ATAQUE MEDIAL	ATAQUE INTERVOCÁLICO	CODA MEDIAL ⁶	CODA FINAL ⁶
[s]	<s> (só) <c> (cedo)	<s> (anseio) <c> (parceiro) <ç> (pujança)	<ss> (amassar) <c> (eficiente) <ç> (paçoca) <sc> (piscina) <xc> (excitação) <x> (próximo)	<s> (pasta) <x> (texto)	<s> (nós) <z> (cruz) <x> (ex)

⁶ Em contexto de coda, as fricativas alveolares em língua portuguesa passam por um processo de neutralização que envolve tanto a perda da distinção fonológica do ponto de articulação quanto do vozeamento (CALLOU; LEITE, 2004 [1990]). Por conta disso, em relação ao ponto de articulação, algumas variedades de português produzem nessa posição as fricativas pós-alveolares [ʃ ʒ], enquanto outras continuam a produzir as fricativas alveolares [s z]. Já em relação ao vozeamento, ocorre, além da neutralização, a assimilação do traço [± vozeado] do segmento seguinte, que, em posição de coda final, pode existir (se em contexto de sândi) ou não (se seguido por pausa). Portanto, em palavras como “astro”, atestam-se as pronúncias [ˈas.tru] ou [ˈaf.tru]; já em itens como “gosma”, registram-se as pronúncias [ˈgɔz.mɐ] ou [ˈgɔʒ.mɐ].

FONE	CONTEXTO SILÁBICO				
	ATAQUE INICIAL	ATAQUE MEDIAL	ATAQUE INTERVOCÁLICO	CODA MEDIAL ⁶	CODA FINAL ⁶
[z]	<z> (zinco)	<z> (anzol)	<z> (fazenda) <s> (casulo) <x> (exagero)	<z> (felizmente) <s> (rasgo)	**

Fonte: elaboração do autor

Observa-se que a fricativa alveolar surda [s] está na frente disparadamente no que se refere à sua representação escrita. Ao passo que a fricativa alveolar sonora [z] é representada por mais de um grafema apenas nos contextos de ataque intervocálico e coda medial, a surda apresenta concorrência em todos os contextos. Destaque-se que, em posição de ataque, apenas no contexto de ataque inicial há dois grafemas em competição, restringindo as possibilidades de representação, sendo o contexto intervocálico o que representa maior dificuldade pela quantidade de grafemas disponíveis.

Como o escrevente não tem acesso direto à etimologia, conforme postulam Lemle (2004 [1999]) e Barbosa e Lima (2019), a memória é o instrumento a que se pode recorrer. Isso ocorre porque, apesar de haver restrições posicionais que demarcam o caráter sistemático da escrita, a quantidade de convenções ortográficas adotadas torna nebulosos tais contextos. É de se esperar, portanto, que quanto maior for o número de grafemas utilizados em determinado contexto, tão maior será o percentual de desvios ortográficos encontrados na escrita. Por isso, no contexto de ataque intervocálico, já se espera um grande número de representações. Em contrapartida, nos contextos em que há poucas opções de representação, é menos custoso para o escrevente depreender as regras de representação. Isso implica dizer que os desvios nas posições de ataque inicial, coda medial e coda final são um indicativo maior do domínio do escrevente sobre a escrita do que nos contextos de maior concorrência.

4. Descrição da amostra

A amostra é composta por 26 cartas de dez missivistas portuguesas escritas no século XX, cuja datação demarca o período de 1937 a 1953. Nesta unidade, serão discutidas as características da amostra analisada considerando-se dois blocos. O primeiro reúne textos da remetente EU, cuja produção soma sete cartas. Nesse bloco, serão descritas detalhadamente as cartas. Já no segundo bloco, as 19 cartas escritas pelos 9 demais missivistas serão apresentadas em termos gerais, a fim de que se possa ter uma visão panorâmica da amostra.

4.1. Cartas da remetente EU

A missivista é uma dona de casa de origem portuguesa, moradora do Rio de Janeiro. Ao total, sua produção se estende por sete cartas que somam quatorze fólios e meio. O período de produção vai de 1937 (carta 1) a 1953 (demais cartas). Todas as cartas foram escritas do Rio de Janeiro. A primeira carta é endereçada à cunhada da remetente, já as demais destinam-se a seu marido. A seguir, um quadro sintético com as informações de cada carta:

Quadro 2: dados das cartas de EU

CARTA	DESTINATÁRIO	TÓPICOS ABORDADOS	DIMENSÕES ⁷	DATA
1	Cunhada	Agradecimento pelo envio de um presente ao seu filho.	1 fólio 98 palavras	28/02/1937
2	Marido	Detalhamento de despesas familiares.	2 fólhos 387 palavras	15/06/1953
3	Marido	Relato de um prejuízo financeiro decorrente da falsificação de sua assinatura em um cheque.	2 fólhos 452 palavras	13/07/1953
4	Marido	Detalhamento das despesas recentes; Menção ao caso do roubo; Relato do comportamento dos filhos.	3 fólhos 472 palavras	30/07/1953
5	Marido	Detalhamento de despesas familiares.	1,5 fólio 163 palavras	05/08/1953
6	Marido	Detalhamento de despesas familiares; Relato de um convite para ser madrinha de casamento.	1 fólio 270 palavras	02/09/1953
7	Marido	Detalhamento de despesas familiares; Relato de fatos ocorridos com seu filho na data anterior.	2 fólhos 241 palavras	10/11/1953

Fonte: elaboração do autor

Há duas cartas escritas por EU e sua filha (cartas 4 e 6), o que se identifica tanto pela troca de assunto quanto pela mudança no traçado do manuscrito. Os fólhos da filha não foram considerados na análise das cartas da missivista.

4.2. Outros remetentes

No quadro a seguir, constam os dados das 19 cartas escritas pelos 9 demais missivistas. Os documentos foram escritos de regiões de Portugal e de duas cidades do Brasil, quais sejam: Rio de Janeiro e Recife. Alguns documentos não apresentam localização (SL) datação (SD) ou data completa, outros têm dados como local e data ilegíveis [init.].

⁷ A contagem de fólhos foi feita a partir dos manuscritos, já a contagem de palavras foi realizada ao fim da edição modernizada. A edição das cartas foi elaborada no *software* E-dictor.

Quadro 3: dados dos demais missivistas

REMETENTE	GÊNERO	DESTINATÁRIO	RELAÇÃO INTERPESSOAL	LOCAL	DATA
DM	H	Marido de EU	Compadre	Cintaes	02/06/1949
DM	H	Marido de EU	Compadre	Cintaes	19/06/1949
DM	H	Marido de EU	Compadre	Cintaes	15/07/1949
MA	H	Marido de EU	Irmão	Nespereira	02/05/1949
NO + AG	H	Marido de EU	Primo	Asiboso	25/08/1949
AN	H	Marido de EU	Amigo	Rio de Janeiro	_/_/1949
CI	M	EU	Prima	Recife	26/04/1948
CI	M	EU	Prima	Recife	18/07/1950
CI	M	EU	Prima	Recife	04/07/1950
JP	H	Marido de EU	Tio	Asiboso	07/05/1950
JP	H	Marido de EU	Tio	Asiboso	08/8/1950
AG	H	Marido de EU	Tio	Asiboso	07/05/1950
IR	M	EU	Tia	Nespereira	11/01/0951
IR	M	EU	Tia	Nespereira	15/07/1951
JU	M	Marido de EU	Sogra	Vila Chã	13/05/1950
JU	M	Filhos de EU	Primos, netos, bisnetos ⁸	Vila Chã	08/07/1951
JU	M	Marido de EU	Sogra	Vila Chã	SD
JU	M	EU	Mãe	[init.]	[init.]
JU	M	Filha de EU	Avó	SL	SD

Fonte: elaboração do autor

Nota-se, a partir do quadro, que as cartas da amostra fazem parte da correspondência privada de uma só família, cuja matriarca é a missivista EU. Todos os destinatários são membros da família nuclear de EU e os remetentes são ou familiares ou amigos de seu marido. Os missivistas não são figuras ilustres.

5. Metodologia

A análise da amostra descrita na unidade anterior tem o propósito de observar o polimorfismo gráfico na representação das fricativas alveolares surda [s] e sonora [z], bem como de suas variantes posicionais [ʃ]. A variedade de grafemas utilizados para representar o segmento é bastante expressiva (ver unidade 3), sendo esse grupo de sibilantes o maior em relação às convenções ortográficas. Postula-se aqui que o nível de conhecimento da ortografia de itens lexicais com sibilantes é um indicativo do letramento do escrevente.

O *corpus* da pesquisa é composto de 218 dados de desvios na representação das sibilantes. A diferença notável entre a produção de EU – 138 ocorrências – e a dos demais remetentes – 80 ocorrências – foi um motivador para a análise dos dados em dois *subcorpora* distintos. Neste trabalho, é realizada a avaliação das cartas da remetente EU em contraste com a produção dos nove

⁸ Apesar de a carta ser assinada pela remetente JU, o documento foi escrito por muitas mãos, apresentando vozes distintas no texto.

Desvios na representação gráfica das fricativas alveolares em cartas do século XX como parâmetro para avaliação de habilidade com a escrita alfabética

outros missivistas. Os resultados da produção do grupo maior serão considerados para a avaliação da produção de EU. Busca-se mostrar como a categorização do polimorfismo gráfico das sibilantes observadas pode servir como um parâmetro para a depreensão de pistas da identidade do escrevente.

Desconsideram-se, nos dados, outros fenômenos grafo-fonológicos manifestados. A análise realizada tem orientação qualitativa, uma vez que não se consideram neste trabalho todas as ocorrências de sibilantes nos textos, sendo computados apenas os casos de desvios.

A partir das hipóteses de que a posição silábica condiciona o fenômeno do polimorfismo gráfico e de que há uma correlação entre o fone representado na escrita e a quantidade de grafemas eleitos pelos missivistas para representá-los, foram considerados dois grandes grupos de variáveis, um de natureza fonético-fonológica e outro de natureza gráfica. As variáveis fonético-fonológicas considerados são: i. **fone**, na qual se consideram as variantes [s], [z], [ʃ] e [ʒ]; ii. **posição silábica**, em que são observados os fatores *ataque inicial*, *ataque medial*, *ataque intervocálico*, *coda medial* e *coda final*. As variáveis grafológicas consideradas estão dispostas no quadro seguinte:

Quadro 4: grupos de fatores gráficos analisados

VARIÁVEIS	
GRAFEMA	DESVIO ORTOGRÁFICO
<c>	<c> por <ç> (gracas) <c> por <s> (cer) <c> por <sc> (nacidós) <c> por <ss> (acinei) <c> por <x> (trouce)
<ç>	<ç> por <c> (reçebe) <ç> por <s> (çabia) <ç> por <ss> (eça)
<g>	<g> por <x> (egijiram)
<s>	<s> por <c> (seiente) <s> por <ç> (despeso) <s> por <ss> (asim) <s> por <x> (espelico) <s> por <z> (gosando)
<ss>	<ss> por <c> (asseita) <ss> por <ç> (assucar) <ss> por <s> (sse) <ss> por <z> (desassete)
<z>	<z> por <s> (precizo)

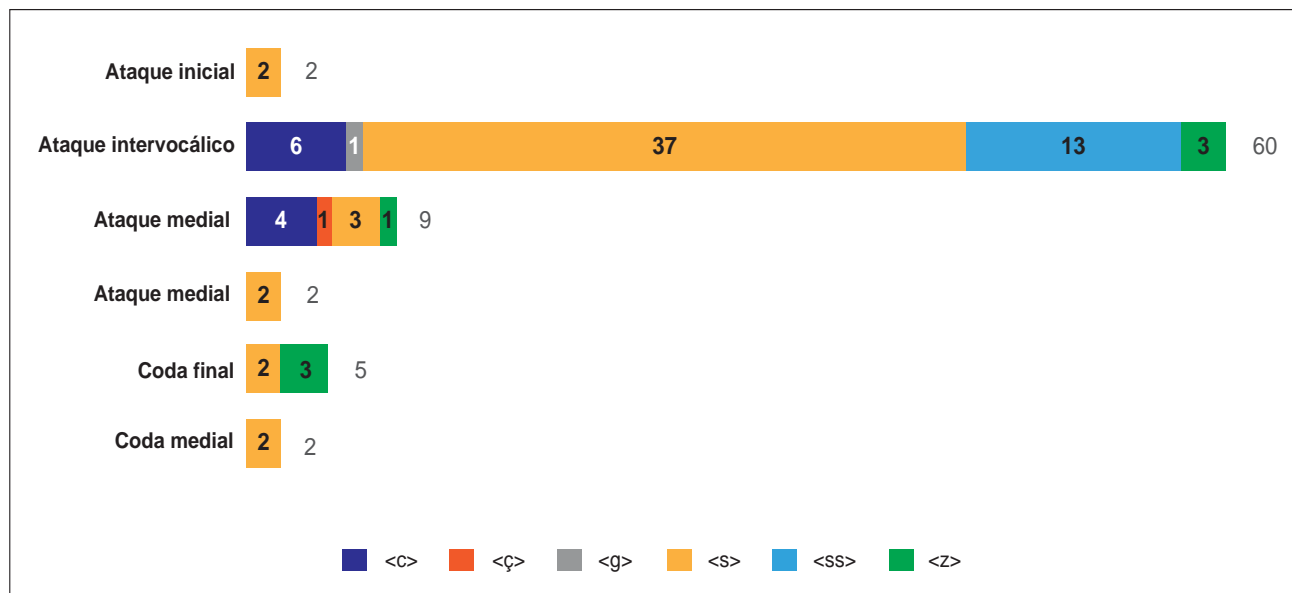
Fonte: elaboração do autor

Esta análise visa a testar a hipótese de que o grau de domínio das convenções de escrita se reflete nos padrões de desvios observados. Sabendo-se que analisar a representação das sibilantes isoladamente não é suficiente para a reconstrução do perfil dos missivistas, objetiva-se levantar com as análises quais pistas da identidade do escrevente podem ser apreendidas a partir de desvios gráficos relacionados às fricativas [s z] e de suas variantes posicionais em língua portuguesa, e ainda observar como a análise de tais desvios pode auxiliar na compreensão sobre a relação entre o conhecimento linguístico do escrevente e o domínio das convenções da escrita.

6. Análises

A fim de se observar se a posição silábica condiciona o fenômeno do polimorfismo gráfico, foram cruzadas inicialmente as variáveis *grafema* e *posição silábica*, independentemente dos desvios que tais grafemas representam. A seguir, os resultados da produção geral.

Gráfico 1: relação entre grafema e posição silábica – geral



Fonte: elaboração do autor

Observa-se, a partir do gráfico 1, que a produção geral indica padrões de comportamento. A posição de ataque intervocálico é disparadamente a mais favorável para os desvios. Isso se explica pelo fato de tal posição apresentar o maior número de grafemas para representar as fricativas alveolares. Conforme abordado na unidade 4, essa quantidade de grafemas é fruto de uma relação não biunívoca entre letra e som.

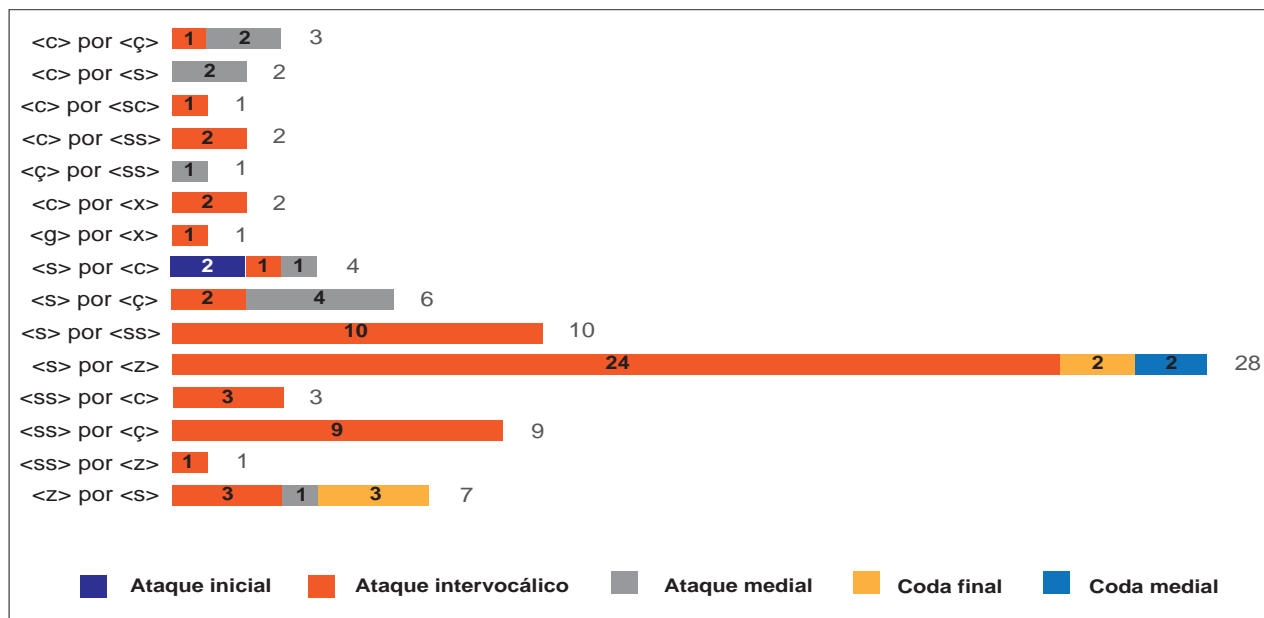
Além disso, constata-se que o grafema <s> é o mais empregado, somando 48 ocorrências, o que se justifica por o grafema <s> representar tanto a fricativa alveolar surda [s] quanto a sonora [z] nesse contexto. A quantidade de convenções deve-se a uma série de fatores, dentre eles, a etimologia.

Desvios na representação gráfica das fricativas alveolares em cartas do século XX como parâmetro para avaliação de habilidade com a escrita alfabética

Como o falante não tem acesso direto às motivações, resta o aporte na memória, tal como postulado por Lemle (2004 [1999]) e Barbosa e Lima (2019).

Para que se observem de modo mais claro os desvios, opta-se também pela apresentação gráfica dos resultados para a variável *desvio ortográfico*. Na sequência, um gráfico que sobrepõe os desvios às posições silábicas:

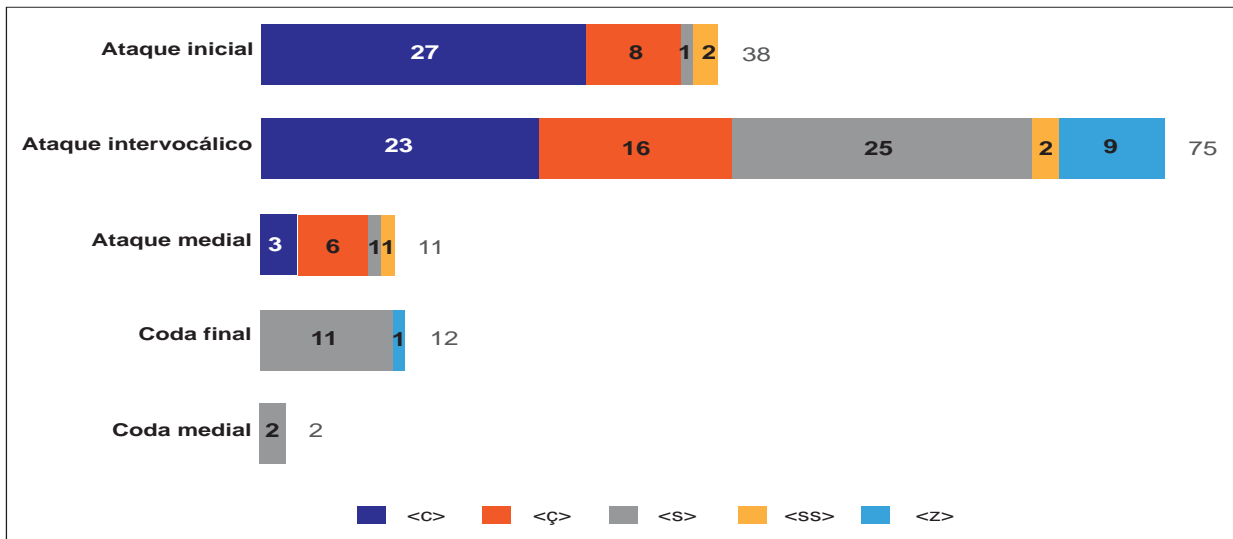
Gráfico 2: relação entre desvio ortográfico e posição silábica – geral



Fonte: elaboração do autor

Os dados mostram a maior incidência de uso de <s> por <z>, com 28 ocorrências, tal como no dado “armasen”. O maior destaque do desvio está no contexto intervocálico, tendo pouca expressividade nos demais. No exemplo apresentado, há uma motivação fonético-fonológica para o fenômeno, haja vista que, em contexto intervocálico, ocorre a sonorização de sibilantes, como se evidencia em contexto de sândi externo “coisa[zi]guais”, o que se coloca como um fator de confusão para o escrevente ao decidir qual grafema representará a fricativa alveolar sonora.

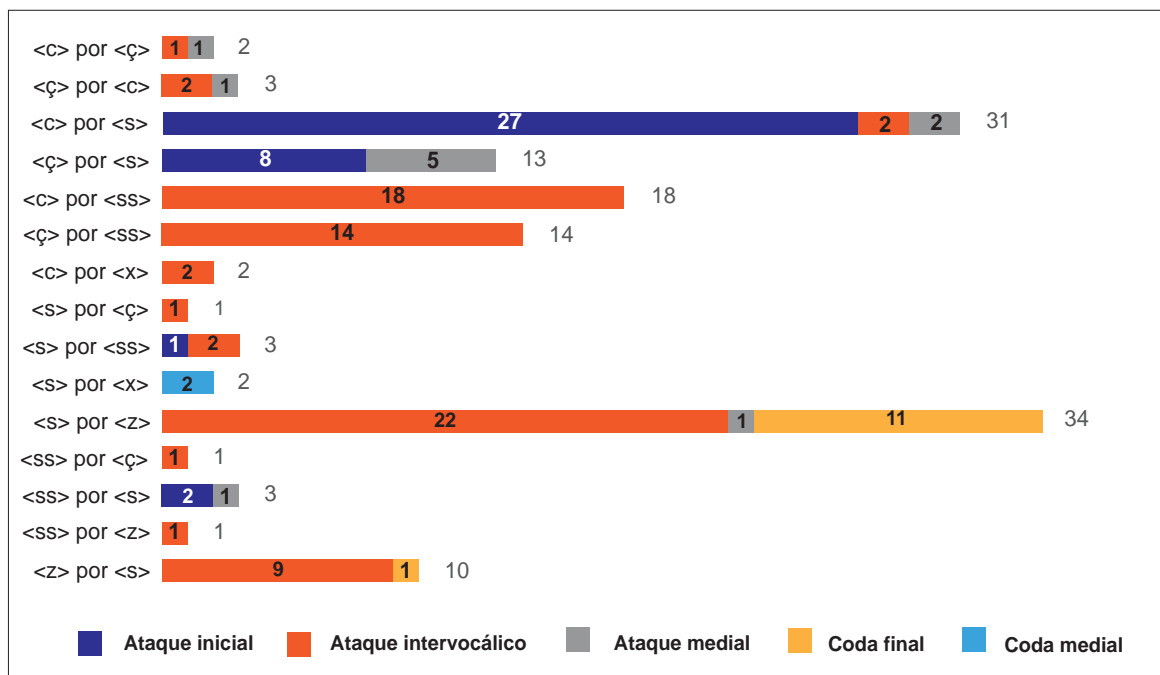
Além disso, observa-se que, excetuando-se o uso de <z> por <s>, como no dado “rezolvido”, cuja motivação é a mesma do caso anterior, e o uso de <g> por <x>, em uma única ocorrência que pode ter motivação fonético-fonológica (“egijiram”), todos os demais desvios representam violação a convenções da escrita. Também é interessante notar que os desvios com menor expressividade na amostra podem indicar que suas restrições de uso são mais fáceis de serem apreendidas, haja vista que o *subcorpus* reúne a produção de nove missivistas, de cujas escolaridades não se tem informações.

Gráfico 3: relação entre grafema e posição silábica – EU

Fonte: elaboração do autor

O gráfico 3 mostra que a produção de EU se afasta do padrão apresentado pelos demais missivistas. Observe-se que, no gráfico 1, apenas o contexto de ataque intervocálico disparava na frente dos demais. No gráfico 2, entretanto, há também outro contexto de incidência de desvios, o de ataque inicial. Ao passo que, na produção geral, há apenas duas ocorrências de desvios em ataque inicial, constatam-se 38 ocorrências na produção de EU. Isso indica que a remetente tinha maior dificuldade com a escrita do que os demais, visto que, no contexto de ataque inicial, uma quantidade menor de grafemas pode ser empregada de acordo com as convenções ortográficas.

Em relação aos grafemas, há novamente mudança de comportamento na produção da missivista em comparação com os demais. Enquanto, no grupo geral, o grafema <s> tem um quantitativo de ocorrência muito distinto dos demais, nas cartas de EU, o grafema <c> é o que mais se manifesta em desvios, totalizando 53 ocorrências. O grafema <s> fica em segundo lugar, com 40 ocorrências, seguido de <ç>, que aparece 30 vezes no *subcorpus*. Esses dados sugerem a menor habilidade com a escrita da remetente em relação aos demais, uma vez que tanto o grafema <c> quanto o <ç> têm seus usos guiados por convenções, afastando-se de condicionantes de ordem fonético-fonológica, como ocorre com o grafema <s>.

Gráfico 4: relação entre desvio ortográfico e posição silábica – EU

Fonte: elaboração do autor

Seguindo o padrão da amostra geral, há incidência de uso de <s> por <z>, em 34 ocorrências, mantendo-se como o desvio mais recorrente. O que diferencia os grupos é a relação com o contexto silábico. No grupo geral, há 24 ocorrências em contexto intervocálico, padrão que se mostra semelhante, nos dados de EU, dadas as 22 ocorrências. Entretanto, nota-se que há quantidade expressiva do desvio em contexto de coda final – 11 ocorrências –, além de uma única ocorrência em ataque medial, fatos que distinguem os *subcorpora*, pois, no grupo geral, havia pouquíssima expressão do desvio em contexto de coda, apenas 4 ocorrências – 2 em coda medial e 2 em coda final.

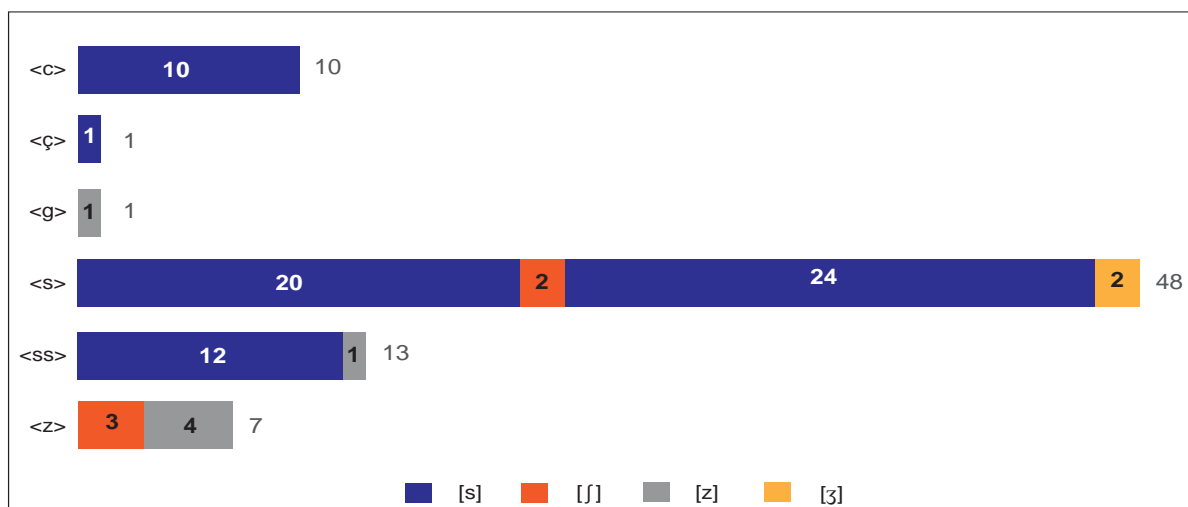
Os desvios relacionados ao grafema <c> que se mostram recorrentes são dois: i. o uso de <c> por <s>, como em “cemana”, apresentando 31 ocorrências; e ii. o uso de <c> por <ss>, como o exemplo “tirace”, somando 18 ocorrências. Note-se que, no *subcorpus* geral, ambos os desvios apresentam apenas duas ocorrências cada. Além disso, vale destacar que o contexto de ataque inicial ganha mais destaque no primeiro desvio, com 27 ocorrências, além de 2 casos de ataque medial e 2 de ataque intervocálico, enquanto, nos dados gerais, suas duas ocorrências são em ataque medial. Já o segundo desvio registra-se apenas em ataque intervocálico, tal como ocorre no grupo geral.

Em relação ao grafema <ç>, há dois desvios mais expressivos, sejam eles: i. uso de <ç> por <ss>, como no dado “noços”, que apresenta 14 ocorrências; e ii. uso de <ç> por <s>, tal como em “çei”, que soma 13 ocorrências. Destaque-se, quanto ao contexto que o desvio (i) aparece apenas em contexto intervocálico, enquanto o desvio (ii) se divide entre ataque inicial – 8 dados – e ataque medial – 5 dados. O primeiro caso, no *subcorpus* geral, tem apenas uma ocorrência em ataque intervocálico, e o segundo não é registrado.

Vale destacar que outros desvios com incidência menor, no primeiro grupo apresentam resultados diferentes na produção de EU. Os usos de <s> por <ss> e de <ss> por <ç>, aparecem, respectivamente, 10 e 9 vezes no primeiro grupo, ao passo que, na produção de EU há menor incidência, registrando-se apenas 3 e 1 ocorrências respectivamente. A discrepância chama a atenção na análise, pois ambos não são desvios ortográficos incomuns. Tendo em vista tal fato, a baixa produtividade dos desvios nas cartas de EU atua como um fator de contraexpectativa.

Com o intuito de averiguar se há uma correlação entre o fone representado na escrita e a quantidade de grafemas usados para representá-los, foi traçada uma relação entre grafema e fone. Observe-se o gráfico a seguir:

Gráfico 5: relação entre grafema e fone – geral



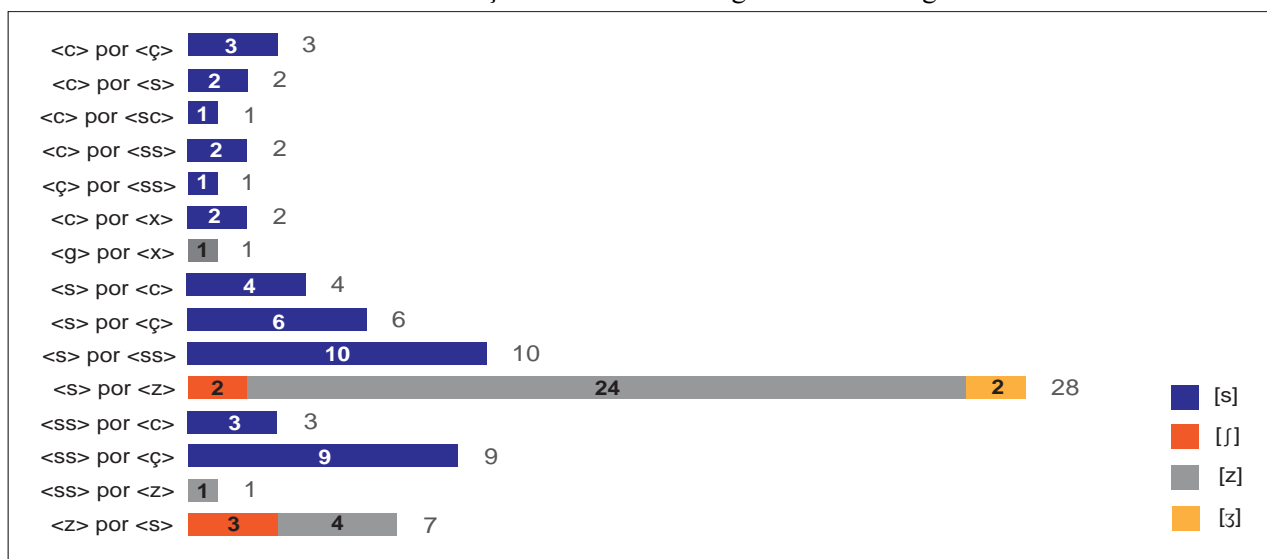
Fonte: elaboração do autor

O gráfico 5 apresenta a correlação entre fone e grafema, mostrando que a fricativa alveolar surda [s] é a que apresenta maior número de grafemas para sua representação. São 43 ocorrências distribuídas entre os grafemas <s> (20 oc.), <ss> (12 oc.), <c> (10 oc.) e <ç> (1 oc.). A fricativa alveolar sonora [z] é a segunda em termos de polimorfismo gráfico, sendo representada majoritariamente pelo grafema <s>, o que indica certa regularização para o contexto de alternância <s> x <z>. A representação do fone pelo grafema <z> é, curiosamente, pouco expressiva, manifestando-se em apenas 4 ocorrências. Há ainda dois casos isolados de representação por <g> e <ss>.

As variantes posicionais [ʃ ʒ] foram consideradas como segmentos distintos, pois se queria observar se haveria alguma distinção no comportamento dos dados influenciada pela qualidade do segmento. A pouca expressividade dos dados, entretanto, aponta para uma maior estabilidade do contexto de coda. Isso pode ser um indicativo de que, em posição de coda, o escrevente tem mais facilidade para depreender as restrições posicionais dos grafemas do que nos demais. Apenas *corpora* mais expressivos, entretanto, poderão lançar luz à questão.

Desvios na representação gráfica das fricativas alveolares em cartas do século XX como parâmetro para avaliação de habilidade com a escrita alfabética

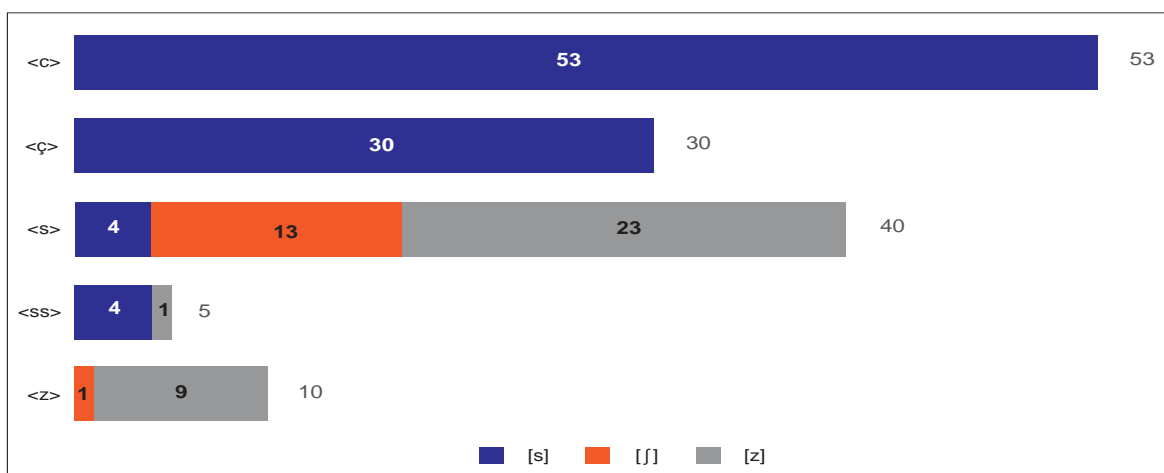
Gráfico 6: relação entre desvio ortográfico e fone – geral



Fonte: elaboração do autor

Os dados apresentados no gráfico 6 mostram a incidência concentrada de desvios quanto ao fone [z]. Sua maior representação se dá pelo grafema <s>, como em “despreso”, com 24 ocorrências. As demais ocorrências não são tão significativas, sendo mais expressivas no caminho inverso, como em “apezar”. Conforme já mencionado, a dificuldade nesses casos jaz na alternância frequente dos dois grafemas. O fone [s], que tem maior representatividade na amostra, tem sua realização diluída em vários desvios, o que mostra a correlação estabelecida entre fone e grafema. Depreende-se, pela análise dos dados, que o fone [s] é favorecedor ao fenômeno do polimorfismo gráfico, o que se justifica pelo fato de haver muitas convenções da escrita estabelecidas para a sua representação, o que se apresenta como um fator de dificuldade para o redator. As variantes posicionais são representadas por poucos desvios, quais sejam: <s> por <z> ou o inverso, <z> por <s>.

Gráfico 7: relação entre grafema e fone – EU

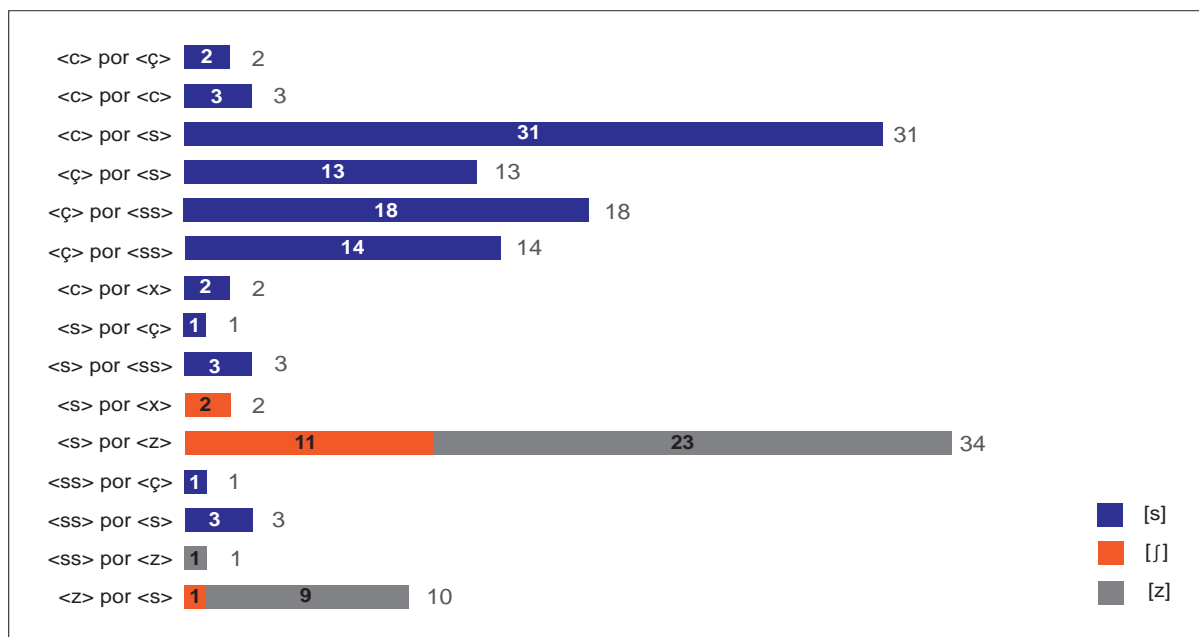


Fonte: elaboração do autor

O gráfico 7 mostra que a produção de EU, novamente, vai em contrapartida ao padrão apresentado nos dados dos demais remetentes. A fricativa alveolar surda também é a que mostra maior produtividade. A distinção está na distribuição dos grafemas. O subcorpus geral mostra o maior índice para o grafema <s> (20 ocorrências), enquanto a produção da remetente inverte o resultado, tendo a menor expressividade do grafema (4 ocorrências). O segundo colocado geral foi o grafema <ss> (12 ocorrências), que também apresenta apenas 4 ocorrências na produção de EU. A inversão é maior ainda quando se observam os grafemas <c> e <ç>. O primeiro teve 10 ocorrências no grupo geral, contra 53 na análise individual. O segundo grafema apresenta apenas uma ocorrência nos dados do grupo, enquanto tem significativas 30 ocorrências nas cartas da remetente.

Em relação ao fone [z], apresenta-se o mesmo padrão do grupo. O que chama a atenção no gráfico é a maior incidência de desvios quanto à variante posicional [ʃ], indicando que a generalização postulada para a produção do grupo não se apresenta tão clara na escrita da missivista. Novamente, destaque-se que seriam necessários mais dados para testar tal hipótese.

Gráfico 8: relação entre desvio ortográfico e fone – EU



Fonte: elaboração do autor

O comportamento de EU se diferencia bastante no que tange aos desvios. A quantidade de desvios é semelhante à do grupo geral. Para o fone [s], 11 desvios e, para o fone [z], 3 desvios em ambos os grupos. A diferença está na incidência dos desvios. Os mais expressivos do grupo foram: i. uso de <s> por <ss> (10 ocorrências contra apenas 3 de EU); ii. <ss> por <ç> (9 aparições do grupo e 1 da individual); iii. <s> por <ç> (6 casos *versus* 1 de EU), e iv. (<s> por <c>, com 4 aparições no grupo e nenhuma na escrita da remetente). A inversão ocorre também nos seguintes casos: a. <c> por <s> ocorre 31 vezes em EU e apenas 2 no grupo; b. <c> por <ss> tem 18 casos na remetente e

Desvios na representação gráfica das fricativas alveolares em cartas do século XX como parâmetro para avaliação de habilidade com a escrita alfabética

2 no geral; c. <ç> por <ss> com 14 ocorrências na análise individual e 1 em grupo; d. <ç> por <s>, manifestando-se 13 vezes em EU e nenhuma na produção do grupo.

A análise dos dados torna evidente que o que se manifesta na escrita da missivista é diferente do padrão evidenciado na análise do grupo de remetentes. Alguns desvios estão apenas em um dos *subcorpora*. Além disso, grafemas e posições silábicas com maiores restrições se mostram menos favorecedores a desvios na produção de grupo, o que não se constata na análise das cartas de EU. Tendo em vista que a escrita em língua portuguesa apresenta uma série de convenções mais ou menos motivadas para a representação das fricativas alveolares, esperava-se que a consciência fonológica dos missivistas nos níveis segmental e silábico atuasse refreando o polimorfismo gráfico em uma relação proporcional às restrições impostas pelas convenções ortográficas. O comportamento linguístico observado a partir da comparação entre a produção geral e a escrita de EU, entretanto, quebra essa expectativa de maneiras diversas, apontando peculiaridades da sua habilidade com a escrita alfabética. Embora a análise de apenas uma categoria de desvios – neste caso, os relacionados às representações gráficas de fricativas alveolares – não seja suficiente para se atestar um grau de letramento específico, o contraste entre as produções indica que o nível de domínio de algumas convenções da escrita da remetente EU é menor do que o padrão apresentado pelos missivistas em geral.

Considerações finais

Neste trabalho, foi analisada qualitativamente uma amostra de correspondências privadas de uma família de portugueses, no século XX. Foram observados os desvios gráficos na representação das fricativas [s z] e de suas variantes a partir do contraste entre a produção de uma missivista e os demais. O trabalho apresentou uma metodologia para categorização e análise do polimorfismo gráfico de sibilantes. Buscou-se mostrar como tal investigação pode proporcionar a apreensão do grau de domínio das convenções de escrita.

A hipótese da posição silábica foi parcialmente confirmada, pois, na escrita de EU, há uma inversão na influência das posições, o que apresenta a necessidade de testar tal hipótese em outros *corpora*. Quanto à correlação entre fone e grafema, os resultados apontam para sua confirmação, dada a maior expressividade na representação do fone [s], o que se justifica pelo número extenso de convenções ortográficas. Por fim, é corroborada a hipótese de que o grau de domínio das convenções de escrita se reflete nos padrões de desvios observados, visto que, na produção de EU, mesmo em contextos de maior restrição, há incidência significativa de desvios, o que indica a não apreensão de algumas regras de escrita.

É possível, em análises futuras, considerar tópico discursivo e tipologia como variáveis independentes, a fim de se observar se tais fatores atuam como condicionadores para a realização do fenômeno. Além disso, resultados mais seguros poderão ser alcançados a partir da análise estatística das cartas de EU, considerando-se todos os casos de manifestação das fricativas alveolares, não apenas os desvios.

As pistas que dão os desvios analisados sobre a identidade do escrevente são o seu nível de abstração de regras grafológicas da escrita alfabética e o grau de sua consciência fonológica. Observou-se que os desvios identificados nas cartas não são de mesma ordem, visto que se associam tanto a restrições posicionais quanto a convenções gráficas, fazendo com que alguns desvios sejam menos esperados do que outros, o que permite a avaliação dos níveis de habilidade com a escrita.

Dentre as contribuições deste trabalho, destacam-se: i. a apresentação de uma metodologia para o tratamento dos desvios ortográficos no quadro das sibilantes, com enfoque nas fricativas alveolares; e ii. a comparação entre os tipos de relações estabelecidas entre letras e sons e o padrão de desvios manifestado, por meio da aplicação do conceito de consciência fonológica a análises de *corpus* histórico.

Referências

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. Tratamento dos *corpora* de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e linguísticos. In: LOPES, Célia Regina dos Santos (org.). *A norma brasileira em construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, Pós-graduação em Letras Vernáculas: FAPERJ, pp. 25-43, 2005.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. O controle de marcas de inabilidade na escrita alfabética e a identificação das mãos inábeis em corpora histórico-diacrônicos. *Revista da ABRALIN*, v. 16, n. 2, pp. 19-43, Jan./Fev./Mar./Abril de 2017.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves; LIMA, Alexandre Xavier. O controle indireto de perfis sócio-históricos em corpora histórico-diacrônicos: a identificação de graus de letramento pela grafia etimológica no século XIX. In: CASTILHO, Ataliba T. de. (coord.). *História do Português Brasileiro - v. 2. Corpus diacrônico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, pp. 168-205, 2019.

BERGS, Alexander. *Social Networks and Historical Sociolinguistics*. Studies in Morphosyntactic Variation in the Paston Letters (1421-1503). Berlin and New York: Mouton de Gruyter. Pp. xii, 318, 2005.

BERGS, Alexander. The uniformitarian principle and the risk of anachronisms in language and social history. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, Juan M. & CONDE-SILVESTRE, Juan C. (eds.), *The Handbook Of Historical Sociolinguistics*, Oxford: Wiley-Blackwell, pp. 80-98, 2012

CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne. *Iniciação à fonética e à fonologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 10. ed., 2004 [1. ed. 1990].

CONDE SILVESTRE, Juan Camilo. The role of social networks and mobility in diachronic sociolinguistics. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, Juan M. & CONDE-SILVESTRE, Juan C. (eds.), *The Handbook Of Historical Sociolinguistics*, Oxford: Wiley-Blackwell, pp. 332-52, 2012.

CONDE SILVESTRE, Juan Camilo. *Sociolingüística Histórica*. Madrid: Gredos, 2007.

HIGOUNET, Charles. *História concisa da escrita*. São Paulo: Parábola, 2003.

Desvios na representação gráfica das fricativas alveolares em cartas do século XX como parâmetro para avaliação de habilidade com a escrita alfabética

KOCH, Peter; OESTERREICHER, Wulf. Oralidad y escrituralidad a la luz de la Teoría del Lenguaje. In: KOCH, Peter; OESTERREICHER, Wulf. *Lengua Hablada en La Romania: español, francés, italiano*. Madrid: Editorial Gredos, pp. 20-42, 2007.

LABOV, William. On the use of the present to explain the past. In: HEILMANN, Luigi (ed.). *Proceedings of the Eleventh International Congress of Linguistics*. Bologna, Florence: Società Editrice il Mulino Bologna: pp. 825-51, 1975.

LABOV, William. Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. In: *Sociolinguistic Working Papers*, 44. Austin, Texas: Southwest Educational Development Laboratory, 1978.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. Marcos Bagno; Maria Marta Pereira Scherre. São Paulo: Contexto, 2008 [1972].

LAVANDERA, Beatriz R. Where does the sociolinguistic variable stop? In: *Language in Society*, v. 7, pp. 171-82, 1978.

LEMLE, Miriam. *Guia teórico do alfabetizador*. São Paulo: Ática, 2004 [1999].

LOPES, Celia Regina. Pronomes pessoais. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo (orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, pp. 103-20, 2007.

MOLLICA, Maria Cecilia. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecilia; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 9-14.

SILVA, Alex Jefferson Medeiros Fernandes da. *Aprendizagem da escrita e sua relação com a Aquisição da Linguagem: o fenômeno de hipossegmentação*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras: Português-Literaturas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Alex Jefferson Medeiros Fernandes da. *Da escrita contínua à segmentação convencional de palavras: a constituição de palavra gráfica na aprendizagem da escrita*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós Graduação em Letras (Letras Vernáculas), 2021.

SOARES, Magda. *Alfabetização: a questão dos métodos*. 1. ed., 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018 [2016].

ROMAINE, Suzanne. *Socio-Historical Linguistics: Its Status and Methodology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno; revisão técnica Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola Editorial, 2018. Título original: *Empirical foundations for a theory of language change* [1968].

“VÊ SE LÊ ESTE ARTIGO”: O SURGIMENTO DE UMA CONSTRUÇÃO IDIOMÁTICA COM VÊ/VEJA SE S NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

“VÊ SE LÊ ESTE ARTIGO”: THE EMERGENCE OF AN IDIOMATIC CONSTRUCTION WITH VÊ/VEJA SE S IN BRAZILIAN PORTUGUESE

Dennis de Oliveira Alves¹

Diogo Oliveira Ramires Pinheiro²

Diego Leite de Oliveira³

RESUMO

Este artigo busca delinear a trajetória diacrônica de uma construção idiomática com VÊ/VEJA SE S (como em “Vê se me liga” e “Vê se não se atrasa”) no português brasileiro. Tomando como base o arcabouço teórico da Gramática de Construções Baseada no Uso e o modelo de mudança proposto por Traugott e Trousdale (2013), buscamos fornecer explicações acerca do surgimento dessa construção na língua. Do ponto de vista metodológico, recorreremos a uma análise quantitativa e qualitativo-interpretativa de dados extraídos do *Corpus do Português*. Em síntese, o que os resultados demonstram é que essa construção idiomática, especializada na função de dirigir uma cobrança ao interlocutor, surge no século XIX a partir de um mecanismo de neoanálise de construtos de uma construção de imperativo com complemento oracional.

PALAVRAS-CHAVE: Construções idiomáticas. Vê/veja se. Neoanálise. Mudança linguística.

ABSTRACT

This paper aims to outline the diachronic trajectory of an idiomatic construction with VÊ/VEJA SE S (as in “Vê se me liga” and “Vê se não se atrasa”) in Brazilian Portuguese. Based on the theoretical framework of the Usage-Based Construction Grammar and on the approach to language change proposed by Traugott and Trousdale (2013), it is aimed to provide explanations about the emergence of this construction in the language. We adopted as methodology the quantitative and qualitative-interpretative analysis of data extracted from the *Corpus do Português*. In summary, what the results demonstrate is that this idiomatic construction, specialized in the function of making a demand to the interlocutor, emerges in the 19th century from a mechanism of neoanalysis of constructs of an imperative construction with orational complement.

KEYWORDS: Idiomatic constructions. Vê/veja se. Neoanalysis. Language change.

Introdução

O português brasileiro (PB) conta com uma construção idiomática que apresenta a sequência superficial VÊ/VEJA SE S, facilmente ilustrada por exemplos como (1) e (2) abaixo:

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), dennisalves@letras.ufrj.br, <https://orcid.org/0000-0003-3529-9623>.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), diogopinheiro@letras.ufrj.br, <https://orcid.org/0000-0003-2403-5040>.

³ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), diegooliveira@letras.ufrj.br, <https://orcid.org/0000-0003-0601-4131>.

- (1) Vê/Veja se me liga.
- (2) Vê/Veja se não se atrasa.

Como se observa, não é possível atribuir a essas sentenças uma interpretação composicional. Em outras palavras, não é possível depreender o significado do todo a partir da soma dos significados das partes componentes. As sentenças em (1) e (2), portanto, não se qualificam como pedidos para que se veja (ou se verifique) um estado de coisas, como ocorre em (3) e (4), a seguir:

- (3) Vê/Veja se meus dentes estão sujos.
- (4) Vê/Veja se a roupa no varal já secou.

Não é difícil perceber que as sentenças acima podem ser interpretadas composicionalmente. Isso significa, em termos práticos, que os exemplos em (3) e (4) se caracterizam como pedidos para que alguém veja ou verifique se o estado de coisas expresso pela sentença completiva se sucede (isto é, se é verdadeiro, no momento da enunciação, que “meus dentes estão sujos” e “a roupa no varal já secou”). Em (1) e (2), por outro lado, esse tipo de interpretação não se sustenta. Qualquer que seja o significado associado a esses usos, ele não pode ser obtido por meio da soma do valor semântico de seus elementos (“ver” + “se” + sentença completiva).

Uma sentença como (1) pode ser usada por um falante que, conhecendo os hábitos do seu interlocutor, prevê que este se esqueceria de fazer a ligação – e então recorre a esse enunciado para tentar induzi-lo a lembrar. De modo semelhante, uma sentença como (2) pode ser usada por um falante que antecipa o fato de que seu interlocutor se atrasaria para um compromisso – e, portanto, recorre ao enunciado na tentativa de impedir ou, ao menos, diminuir as chances de que isso aconteça.

Apesar dessa análise preliminar, o exato significado/função associado a esse padrão, bem como o conjunto de propriedades formais que o caracteriza, está longe de ser autoevidente. Talvez ainda mais intrigante seja o problema da origem histórica dessas construções. Afinal, não é óbvio como um verbo que denota uma experiência sensorial (“ver”), ao se combinar com um complementizador dubitativo (“se”) e uma sentença, teria vindo, historicamente, a expressar um significado tão distante daquele que é possível obter pela soma das suas partes componentes, como em (3) e (4). O que teria levado os falantes a atribuir à sequência superficial VÊ/VEJA SE S o significado idiomático que podemos atestar em usos como (1) e (2)? Quando e como isso teria acontecido?

Este artigo se propõe a investigar essas questões. Para isso, pautamo-nos no modelo teórico da Gramática de Construções Baseada no Uso (GCBU) – a variante funcional-cognitiva da Gramática de Construções (GC) – e adotamos o modelo construcionista de mudança linguística proposto por Traugott e Trousdale (2013). À luz desse arcabouço teórico, tomaremos aqui exemplos como (1) e (2) como instâncias de uma *construção gramatical*⁴ à qual iremos nos referir como Construção de

⁴ O conceito de “construção gramatical” será esclarecido na seção 1 (“Pressupostos Teóricos”), quando apresentaremos as premissas básicas da GC e da GCBU.

Cobrança. Especificamente, buscaremos responder à seguinte pergunta de pesquisa: quando e como a Construção de Cobrança teria surgido no português brasileiro?

A fim de responder a essa pergunta, recorreremos, do ponto de vista metodológico, a uma análise de dados reais produzidos entre os séculos XIII e XXI e extraídos do *Corpus* do Português.⁵ Embora os dados tenham sido submetidos a análises quantitativas simples, o estudo se valeu, principalmente, de uma análise qualitativo-interpretativa detalhada de todos os dados obtidos por meio do *corpus*, a fim de que se pudesse chegar a uma compreensão dos processos de mudança envolvidos na trajetória diacrônica da construção em foco.

O presente artigo está organizado como segue. Na seção 1, dedicada aos pressupostos teóricos, apresentamos os princípios básicos da GC e, mais especificamente, da GCBU. Além disso, apresentamos a proposta do modelo construcionista adotado para o tratamento da mudança linguística e alguns conceitos pragmáticos relevantes para a nossa análise. Na seção 2, explicitamos as etapas e opções metodológicas adotadas para a investigação da construção em pauta. Na seção 3, apresentamos a análise dos dados levantados, buscando reconstituir a trajetória diacrônica do VÊ/VEJA SE S idiomático no PB. Finalmente, nas considerações finais, destacamos os principais resultados deste estudo e as contribuições teórico-descritivas que procuramos oferecer.

1. Pressupostos teóricos

Nesta seção, trataremos da Gramática de Construções (GC) e, mais especificamente, da Gramática de Construções Baseada no Uso (GCBU), quadro teórico que norteia esta pesquisa. Serão apresentados aqui tanto os princípios básicos do modelo (seção 1.1) quanto a proposta de Traugott e Trousdale (2013) para a aplicação da abordagem construcionista ao fenômeno da mudança linguística (seção 1.2). Finalmente, na seção 1.3, apresentaremos alguns conceitos pragmáticos que se farão relevantes para a nossa análise.

1.1. Gramática de Construções e Gramática de Construções Baseada no Uso: princípios básicos

Surgida na década de 1980 a partir do trabalho de autores como Charles Fillmore, George Lakoff e Paul Kay (FILLMORE, 1985; LAKOFF, 1987; FILLMORE; KAY; O'CONNOR, 1988), a GC se apresenta como um modelo não-derivacional de representação do conhecimento linguístico. Devido à sua popularização nas décadas seguintes, ela se segmentou em diversas variantes, dentre elas a GCBU, sua vertente funcional-cognitiva.


Não obstante o fato de haver muitos modelos filiados à GC, todos eles compartilham alguns princípios fundamentais. O primeiro deles é o de que as construções gramaticais, definidas como pareamentos convencionais de informações de forma (propriedades fonológicas, morfossintáticas

⁵ O *corpus* pode ser acessado em <https://www.corpusdoportugues.org>. Mais detalhes sobre sua composição podem ser vistos na seção 2 ("Metodologia").

e prosódicas) e de significado (aspectos semânticos, pragmáticos, discursivos e funcionais), podem descrever o conhecimento linguístico do falante em sua totalidade. Desse modo, a gramática do falante passa a ser entendida como um inventário de construções gramaticais, e não mais como um sistema de regras derivacionais, como assume a tradição gerativa.

Dada essa caracterização, fica evidente que as entidades gramaticais que se qualificam como signos saussurianos (SAUSSURE, 1916) – isto é, palavras e morfemas – também se qualificam como construções gramaticais. A título de exemplificação, podemos imaginar que um signo como “sol” é uma construção. Assim, em um de seus polos, encontramos informações formais – neste caso, a sequência fonológica /'sɔL/ – e, no outro, informações semânticas – neste caso, o conceito mental de sol⁶. De igual modo, o signo “des-” – um prefixo verbal – também se caracteriza como uma construção, uma vez que carrega informações que dizem respeito à sua forma (neste caso, a sequência fonológica /deS/ e a informação de que ele deve se anexar a uma base verbal) e a seu significado (como sentido prototípico, o de ação reversa). Estas construções podem ser representadas como na figura 1, a seguir:

Figura 1: Construções “sol” e “des-”

/'sɔL/	/deS/-VERBO
	AÇÃO REVERSA

Fonte: Alves (2021).

Neste ponto, porém, é preciso acrescentar uma diferença importante entre a noção de construção gramatical e o conceito saussuriano de signo: aquela, diferentemente deste, não precisa, necessariamente, corresponder a sequências plenamente especificadas do ponto de vista fonológico. Isso significa que a noção de construção gramatical abarca ainda unidades linguísticas como estruturas sintáticas inteiramente abstratas (por exemplo, SUJ V OD OI, como em *Lavínia deu um presente para a mãe.*), estruturas sintáticas semipreenchidas (por exemplo, QUE MANÉ X, como em *Que mané acordar cedo!*) e contornos prosódicos específicos (por exemplo, a entonação ascendente).

Analisando-se esse conjunto de exemplos, é possível constatar que as construções gramaticais podem se distinguir, no mínimo, quanto ao grau de complexidade estrutural interna e quanto ao grau de preenchimento fonológico. A construção “sol”, por exemplo, é estruturalmente simples e inteiramente preenchida fonologicamente, ao passo que SUJ V OD OI é uma construção, ao mesmo tempo,

⁶ Dada a dificuldade de caracterizar esse conceito com precisão, vamos, para fins desta exposição, assumir que o nosso conceito mental de SOL corresponda à seguinte definição encontrada no dicionário Michaelis (disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/sol>): *Estrela de quinta grandeza ao redor da qual gira a Terra e os demais planetas do sistema solar, constituída basicamente de hidrogênio e hélio.* Aqui, esse conceito será representado muito simplesmente pela figura de um sol.

estruturalmente complexa e fonologicamente aberta. Apesar disso, sob uma ótica construcionista, essas diferenças importam pouco; afinal, todas essas unidades são, em última instância, pareamentos de forma e significado. Isso significa dizer que, embora possam diferir em alguns aspectos, palavras, padrões morfológicos, estruturas sintáticas semipreenchidas, estruturas sintáticas inteiramente abstratas e padrões prosódicos são qualitativamente semelhantes.

Nesse sentido, sob a perspectiva da GC, assume-se que o léxico e a sintaxe não devem ser entendidos como módulos rigorosamente separados; em vez disso, devem ser tratados como as extremidades de um *continuum* de construções, que comporta desde elementos inteiramente concretos até padrões com elevado grau de abstração, como ilustra tabela a seguir.

Tabela 1: *Continuum* léxico-sintaxe

Tipo de construção	Exemplos
Palavra	Sol
Padrão morfológico	Des-VERBO (desfazer)
Estrutura sintática semipreenchida	Que mané X (Que mané acordar cedo!)
Estrutura sintática aberta	SUJ V OD OI (João deu flores para Maria)
Contorno prosódico	Entonação ascendente

Fonte: Alves (2021).

Um segundo princípio comum às diferentes vertentes da GC diz respeito à organização dessas construções. Gramáticos construcionistas apontam que o conhecimento linguístico se estrutura como uma grande rede de construções gramaticais interconectadas, correntemente referida como *constructicon* (da soma de *lexicon* com *construction*, ou seja, um léxico de construções). E, mais especificamente, todas as variantes da GC concordam que as construções gramaticais se organizam em termos de relações taxonômicas, o que implica a existência de construções mais gerais/abstratas e de outras mais específicas/concretas.

A título de exemplificação, é possível assumir que um falante do português brasileiro dispõe, em seu inventário construcional, tanto de construções concretas, como *falar bonito*, *sonhar alto* e *andar rápido*, quanto de construções mais abstratas, como VERBO + ADJETIVO ADVERBIAL. Podemos afirmar que a relação entre as três primeiras e esta última é de natureza taxonômica, justamente porque as construções mais concretas, específicas, são subtipos da construção mais abstrata, geral. A figura a seguir ilustra tal representação.

Figura 2: Rede de construções de adjetivo adverbial

Fonte: Alves (2021).

Em síntese, a GC concebe a totalidade do conhecimento linguístico do falante como um inventário de construções gramaticais (o *constructicon*), as quais são interconectadas por meio de, pelo menos, relações taxonômicas. É necessário acrescentar, no entanto, que a GCBU, vertente da GC a qual se filia a presente pesquisa, distingue-se das variantes formalistas do modelo por pelo menos dois princípios adicionais. O primeiro deles, legado da tradição funcionalista norte-americana, diz respeito à premissa de que a experiência linguística do falante – ou seja, o uso – afeta o conhecimento linguístico subjacente. Essa ideia fundamental pode ser dividida em duas subpremissas: (i) não existe conhecimento linguístico inato; e (ii) a representação gramatical é constantemente moldada pela experiência.

A primeira subpremissa se opõe à perspectiva inatista da Linguística Gerativa, segundo a qual o indivíduo já nasce com uma capacidade biológica para adquirir e usar uma língua. Sob esta perspectiva, a aquisição de uma língua é resultado direto do amadurecimento deste dispositivo inato para a linguagem. Sob a concepção da GCBU, por outro lado, a totalidade do conhecimento linguístico do falante é construída a partir do input (ainda que com o auxílio de habilidades cognitivas inatas associadas à cognição geral, isto é, à cognição não-linguística).

A segunda subpremissa, segundo a qual a experiência com o input linguístico afeta continuamente o conhecimento internalizado do falante, além de contrariar a ideia, cara à tradição gerativa, de que existiria um “período crítico” para a aquisição de linguagem, implica a possibilidade de representações redundantes na rede construcional, uma proposta que opõe a GCBU às vertentes formalistas da GC. Desse modo, sequências inteiramente previsíveis podem vir a ser representadas como construções independentes na rede construcional do falante, desde que sejam suficientemente frequentes.

Tomando, por exemplo, a figura 2, seria possível supor, de acordo com este princípio, que as sequências “falar bonito”, “sonhar alto” e “andar rápido” fossem representadas de forma independente na rede construcional do falante, embora sejam totalmente previsíveis dada a construção mais abstrata VERBO + ADJETIVO ADVERBIAL. Para que isso ocorresse, bastaria que o falante fosse exposto a essas sequências repetidamente. Em outras palavras, seria necessário que elas tivessem alta

frequência de ocorrência. É por isso que se afirma que a GCBU assume a possibilidade de redundância representacional – porque ela admite a possibilidade de o falante armazenar mais do que é, de fato, necessário. Nesse sentido, o modelo reflete o legado da Linguística Cognitiva, na medida em que se compromete com a realidade psicológica, e não com a parcimônia descritiva.

O segundo princípio específico da GCBU, este fortemente associado à tradição da Linguística Cognitiva, corresponde à ideia de que processos cognitivos gerais – e não especificamente linguísticos – devem ser evocados para explicar fenômenos linguísticos e, inclusive, a estrutura gramatical. Assim, mecanismos psicológicos como a analogia, o *chunking*, a indução e a categorização são fundamentais, sob a ótica da GCBU, para explicar a estrutura da rede construcional armazenada na mente do falante.

Resumidamente, a proposta da GCBU é a de que o conhecimento linguístico pode ser descrito como um inventário de construções interconectadas continuamente afetado pela experiência do falante e construído graças a processos cognitivos gerais. Como consequência, o modelo admite a representação redundante de informações em diferentes níveis.

1.2. Mudança linguística em GCBU

Segundo o modelo de base construcionista desenvolvido por Traugott e Trousdale (2013), a mudança linguística é um processo que pode atingir a rede construcional de duas formas: alterando componentes de uma construção já existente ou criando novos pareamentos de forma e significado – isto é, novas construções. A esses tipos de mudança, os autores se referem, respectivamente, como *mudança construcional* e *construcionalização*.

Na mudança construcional, apenas uma dimensão interna da construção – ou o polo da forma, ou o polo do significado – é afetada. Nesse caso, não há a criação de uma nova construção. Entretanto, por meio de uma sequência de mudanças graduais, esse tipo de mudança pode conduzir à construcionalização, em que há o surgimento de uma nova construção na rede. Os autores, portanto, ao mesmo tempo em que definem a construcionalização como a criação de um novo pareamento de forma-significado, apontam uma inter-relação entre este processo de mudança e a mudança construcional, de maneira tal que a construcionalização tende a ser tanto precedida quanto sucedida por mudanças construcionais, como a expansão e a semanticização da pragmática, a incompatibilidade entre forma e significado e pequenas mudanças distribucionais, no caso da pré-construcionalização, e a expansão das colocações ou expansão de classe hospedeira (*host-class expansion*, nos termos de Himmelman (2004)) e a redução morfológica ou fonológica, no caso da pós-construcionalização.

Ainda no que diz respeito à mudança linguística, Traugott e Trousdale (2013) apontam que a construcionalização pode ocorrer por meio de dois mecanismos cognitivos: a *neoanálise* e a *analogização*. Fundamentalmente, a neoanálise consiste em uma interpretação de uma forma já existente com uma nova função e/ou, inversamente, de uma função já existente com uma nova forma. Para os autores, essa nova interpretação é frequentemente motivada por um contexto ambíguo, ou “contexto crítico” (DIEWALD, 2006), no qual ambas as interpretações são licenciadas. A

analogização, por sua vez, é um mecanismo cognitivo que produz, por analogia a um padrão já existente, alinhamentos de forma e sentido que não existiam antes. Vale comentar que os padrões recém-surgidos na língua podem, ainda, se tornar mais produtivos e levar a novas construcionalizações por meio da analogização, que, como dissemos, consiste na criação de um novo padrão linguístico (dito de outra forma, um novo pareamento forma-significado) por analogia a um padrão já existente.

O modelo de mudança linguística proposto por Traugott e Trousdale (2013) reserva um espaço importante para a noção de *inferência pragmática*. Nesse sentido, ele incorpora, em uma perspectiva construcionista, elementos de uma teoria que havia sido desenvolvida anteriormente para dar conta, especificamente, da mudança semântica: a Teoria da Inferência Sugerida para a Mudança Semântica (na sigla em inglês, *IITSC*), proposta por Traugott e Dasher (2002). Em poucas palavras, a IITSC consiste na ideia de que significados que emergem originalmente como inferências pragmáticas podem sofrer semanticização, tornando-se, assim, significados convencionais.

Na IITSC, e também em alguns pontos de Traugott e Trousdale (2013), tais inferências pragmáticas são referidas como *inferências sugeridas*. Esse termo remonta a Geis e Zwicky (1971), para quem condicionais do tipo “Se *p*, então *q*” convidam à inferência de que “Se não *p*, então não *q*”. Isto é, uma vez que o falante enuncia algo como “Se você me fizer um favor, eu te dou vinte reais”, ele convida seu interlocutor a inferir que, caso ele não faça o favor, não receberá o dinheiro (muito embora essa informação não esteja explícita). Traugott e Dasher (2002) adotam esse rótulo para sua teoria de mudança semântica a fim de iluminar o fato de que tais inferências estão ligadas às necessidades comunicativas dos interlocutores e se apoiamem uma negociação de significados entre falante e ouvinte, de modo que o primeiro, a partir de seu enunciado, induz ou “convida” o segundo a inferir determinada informação. Na seção 3, veremos que a noção de inferência sugerida parece desempenhar papel fundamental no processo de mudança a ser descrito.

Por fim, vale apontar que, segundo o modelo desenvolvido por Traugott e Trousdale (2013), o processo de construcionalização é tipicamente acompanhado por mudanças nos graus de esquematicidade, produtividade e composicionalidade da construção. Mais especificamente, segundo os autores, a construcionalização tende a envolver aumento nos dois primeiros parâmetros e redução no terceiro.

A esquematicidade é uma medida do grau de especificidade/concretude ou generalidade/abstração de uma construção gramatical. Por exemplo, a construção SUJ V OBJ1 OBJ2 é mais geral/abstrata do que as construções SUJ GIVE OBJ1 OBJ2 e SUJ BAKE OBJ1 OBJ2. Mais precisamente, ela resulta de um processo de generalização (ou esquematização) sobre um amplo conjunto de construções particulares, incluindo essas duas. Segundo a previsão dos autores, padrões recém-construcionalizados tendem a ser mais esquemáticos do que sua construção-fonte.

A produtividade é um parâmetro gradiente que, sob a perspectiva de Traugott e Trousdale (2013), pode ser entendido tanto em termos de frequência de ocorrência (ou frequência *token*) de uma construção – isto é, a quantidade de vezes em que ela ocorre em um dado *corpus* – quanto em termos

de frequência *type* – ou seja, como uma medida da quantidade de itens que a construção comporta. O modelo de mudança proposto pelos autores sugere que há uma tendência de que a construcionalização implique aumento em ambos os tipos de produtividade, o que pode ser explicado pelo tipo de relação que as frequências *token* e *type* estabelecem entre si. Essa relação, embora não articulada explicitamente na obra de Traugott e Trousdale (2013), pode ser capturada da seguinte forma: se uma construção sofre aumento em frequência *type*, isso significa que ela passa a ser instanciada por mais itens; como consequência, tende a haver, naturalmente, um aumento em sua frequência de ocorrência. Como se percebe, o aumento da produtividade é um processo que se dá posteriormente à construcionalização. Assim, a previsão dos autores pode ser formulada nos seguintes termos: após a construcionalização, a construção nova passa por um aumento progressivo da produtividade ao longo do tempo.

Por fim, a composicionalidade está relacionada ao grau de transparência entre a forma de uma construção e seu significado. Ela é uma medida semântica que diz respeito ao grau de previsibilidade do significado do todo a partir do significado de suas partes componentes. Em termos construcionistas, Traugott e Trousdale (2013) sugerem que a perda de composicionalidade deve ser interpretada como perda da possibilidade de associar as partes componentes de um construto ao esquema abstrato ao qual ele era anteriormente vinculado. Especificamente, a previsão dos autores quanto ao parâmetro da composicionalidade pode ser formulada assim: uma construção recém-surgida tende a ter grau de composicionalidade reduzido em relação à sua fonte.

Na próxima seção, apresentaremos mais alguns conceitos relevantes para a análise desenvolvida neste trabalho e, na seção 3, veremos como eles se articulam na explicação da trajetória diacrônica da construção idiomática com *VÊ/VEJA SE S* no PB.

1.3. Face e (im)polidez

A Teoria da Polidez, desenvolvida por Brown e Levinson (1987), parte da ideia de que os princípios gerais de comportamento social polido dentro de uma cultura também se aplicam numa interação linguística. Em geral, os participantes de uma interação são conscientes de certas normas e princípios, dentre os quais podemos mencionar os de ser generoso, modesto e simpático com os outros, que existem e regem a sociedade como um todo. Os autores apontam, no entanto, que, numa interação, está em jogo um tipo mais restrito de polidez, que se relaciona especificamente ao conceito de *face*.

A face diz respeito à autoimagem pública de uma pessoa e se subdivide em dois polos: o negativo e o positivo. Em linhas gerais, a *face negativa* se refere ao desejo de ser independente, de ter liberdade de ação e de não sofrer imposições por parte de outros; a *face positiva*, por outro lado, consiste no desejo de ser aceito, apreciado e aprovado pelos outros. Partindo desses conceitos, Brown e Levinson (1987) apontam que alguns atos existentes nas interações humanas são inerentemente ameaçadores da face de algum dos interactantes. Em outras palavras, alguns atos, por sua natureza, contrariam os desejos do falante e/ou do ouvinte. Esses atos são referidos como *atos ameaçadores de face* (FTAs, na sigla em inglês).

A título de ilustração, podemos citar as *ordens*, os *pedidos* e as *sugestões*. É fácil perceber que esses atos são intrinsecamente ameaçadores da face negativa de quem os recebe, na medida em que, por meio deles, o enunciador, em alguma medida, induz seu interlocutor a fazer algo que não provém da sua própria vontade, e sim da do outro. De modo semelhante, atos como *criticar*, *discordar* e *desaprovar* ameaçam, por si sós, a face positiva do receptor, já que, por meio deles, o falante sinaliza que não está aprovando ou apreciando algum aspecto da imagem do seu interlocutor.

À luz dessas ideias básicas, Brown e Levinson (1987) sugerem que os interactantes procuram evitar esses FTAs, ou, pelo menos, adotam certas estratégias para suavizar a ameaça representada por eles. Essa tentativa de suavização dos FTAs é, precisamente, o que os autores formalizam como *estratégia de polidez*. Uma delas, a título de exemplo, é a realização de atos de fala indiretos, observada por Gordon e Lakoff (1971). Este é o caso de uma frase como “Você pode fechar a porta?” (GORDON; LAKOFF, 1971 apud BROWN; LEVINSON, 1987, p. 132, tradução nossa¹⁶): aqui, temos um ato de fala indireto porque, em vez de instruir diretamente seu interlocutor a realizar uma ação, o que o falante faz (explicitamente, ostensivamente) é perguntar se a realização daquela ação é possível. Como se percebe, a realização de um ato de fala indireto se configura como estratégia de polidez, uma vez que suaviza a ameaça à face negativa do interlocutor. Por oposição, os FTAs caracterizam-se com manifestações de *impolidez* porque eles consistem em atos nos quais não há uma preocupação com a preservação da face do interlocutor.

Como veremos adiante, os conceitos de *face* e *(im)polidez* aqui delineados são diretamente relevantes para a análise da Construção de Cobrança. Especificamente, procuraremos mostrar que ela se caracteriza como construção de impolidez, uma vez que, por meio dela, o falante ameaça a face negativa do interlocutor. Vale adiantar que, surpreendentemente, ela se origina a partir de certos usos linguísticos marcados por uma preocupação com a polidez. Os detalhes dessa análise serão descritos na seção 3.

2. Metodologia

Esta seção objetiva detalhar a metodologia adotada para alcançar os objetivos aqui estabelecidos. Como apontado na introdução, propomo-nos a responder quando e como a Construção de Cobrança surgiu no português brasileiro. Para isso, nosso método de investigação consiste em análise de *corpus*.

Na seção 2.1, ofereceremos uma visão geral da composição do *corpus*. Em seguida, na seção 2.2, detalharemos os procedimentos adotados durante a etapa de coleta dos dados. Por fim, na seção 2.3, discorreremos sobre os procedimentos de organização e análise dos dados coletados.

2.1. Composição do *corpus*

Todos os dados usados nesta pesquisa foram extraídos do *Corpus do Português*, criado pelo professor Mark Davies, da Universidade Brigham Young (BYU, na sigla em inglês). O *corpus* faz parte da coleção *Corpora da BYU* e contém uma base de dados de 45 milhões de palavras distribuídas

por quase 57 mil textos em português dos séculos XIII ao XX (*corpus* histórico⁷), à qual recentemente foram feitas, mês a mês, adições que totalizam 1,4 bilhão de palavras de jornais e revistas *on-line* de 2012 até 2019 (*corpus NOW*⁸). A tabela a seguir traz um detalhamento do tamanho do *corpus* por século:

Tabela 2: Número de palavras por século no *Corpus* do Português

Século	Nº de palavras
XIII	550 968
XIV	1 316 268
XV	2 875 653
XVI	4 435 031
XVII	3 407 741
XVIII	2 234 951
XIX	10 008 622
XX	20 777 725
XXI	1 443 054 944

Fonte: *Corpus* do Português.

Como se observa, há uma tendência de aumento no número de palavras ao longo dos séculos, à exceção de um leve declínio entre os séculos XVI e XVIII. Assim, de modo geral, há uma predominância de textos dos séculos mais recentes (em especial, dos três últimos) no *corpus* investigado, provavelmente devido à facilidade de acesso a esse material.

No tocante ao gênero dos textos que constituem o *corpus* histórico, não há uma categorização dos materiais que compõem as amostras dos 7 primeiros séculos (XIII a XIX). Quanto ao século XX, o *corpus* agrupa os textos em 4 categorias: ficção, notícias, acadêmicos e orais. Os quase 21 milhões de palavras desse século estão divididos da seguinte forma: aproximadamente 6 milhões de palavras de textos de ficção, 6 milhões de palavras de jornais e revistas, 6 milhões de palavras de textos acadêmicos e 2 milhões de palavras de textos orais. Já o *corpus NOW* (*News On Web*), que compreende os dados do século XXI, é composto exclusivamente por textos de jornais e revistas *on-line*.

2.2. Coleta de dados

Para a coleta dos dados, foram utilizados os comandos “vê se” e “veja se”, posteriormente acrescidos de asteriscos para contemplar a possibilidade de elementos intervenientes entre o verbo e o item “se” (“vê * se” e “veja * se” para 1 elemento interveniente, “vê * * se” e “veja * * se” para 2 elementos, e assim sucessivamente, até 5 elementos). Considerar essa possibilidade foi relevante para o nosso trabalho para contemplar a possibilidade de os dois primeiros elementos da construção em pauta (“vê/veja” e “se”) não aparecerem obrigatoriamente juntos. Além disso, a teoria adotada prevê que a repetição de sequências gera a formação de *chunks*, o que tende a limitar (embora não

⁷ Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org/hist-gen>.

⁸ Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org/now>.

necessariamente proibir) a presença de itens de natureza variável entre os elementos gramaticais fixos. Desse modo, pareceu relevante avaliar também se houve diferença ao longo do tempo em relação ao licenciamento de elementos intervenientes. Assim, ao total, foram feitas 12 buscas em cada interface do *corpus* (histórico e *NOW*), sendo 6 para instâncias com “vê” e 6 para instâncias com “veja”.

2.3. Procedimentos de organização e análise dos dados

Nesta etapa, todos os dados não descartados passaram por uma primeira análise qualitativo-interpretativa. Nessa análise, separamos, para cada século, os usos idiomáticos (que são o foco deste estudo) dos não idiomáticos, e verificamos, ainda, a possibilidade de existência de dados em que ambas as interpretações (idiomática e não idiomática) fossem admissíveis. Nesse momento, então, os dados foram agrupados em três categorias: idiomáticos, composicionais ou ambíguos.

Depois disso, procedemos a uma análise apenas dos dados inequivocamente composicionais, o que permitiu a identificação do contexto-fonte a partir do qual se origina a construção idiomática na língua. Como se verá na próxima seção, foram as estruturas de imperativo com complemento oracional, semelhantes àquelas de (3) e (4), reproduzidas abaixo, que levaram ao surgimento do VÊ/VEJA SE S idiomático no PB.

(3) Vê/Veja se meus dentes estão sujos.

(4) Vê/Veja se a roupa no varal já secou.

Em seguida, os dados correspondentes a usos idiomáticos foram classificados em função do parâmetro século. Vale observar que, devido à disparidade do número de palavras por século no *corpus* investigado, foi preciso ajustar o total de ocorrências das construções por milhão de palavras, a fim de possibilitar uma análise mais precisa⁹.

Concluída a etapa de classificação e posterior quantificação dos dados, passamos à etapa mais importante deste trabalho: a análise qualitativo-interpretativa detalhada de cada dado com o objetivo de reconstruir a trajetória diacrônica da construção idiomática com VÊ/VEJA SE S. Nesse momento, buscamos – à luz da GCBU e, mais especificamente, do modelo teórico de mudança adotado – responder se o surgimento da construção em pauta pode ser explicado por meio de processos cognitivos referidos por Traugott e Trousdale (2013) como neoanálise e analogização. Essa pergunta será contemplada na próxima seção.

⁹ Quanto a isso, reconhecemos que, uma vez que estamos investigando estruturas complexas, o controle do tamanho da amostra poderia ser feito por número de orações, e não por número de palavras. No entanto, foi preciso contar com o que o banco de dados nos viabilizava. Em se tratando de um *corpus* com dimensões descomuns como o *Corpus* do Português, que não disponibiliza abertamente os textos compilados e em que o tamanho da amostra e das seções é dado em número de palavras, contar o número de orações não seria tecnicamente possível. Sendo assim, nosso esforço caminhou na direção de fazer o melhor trabalho possível com o que tínhamos à disposição. De todo modo, acreditamos que o ajuste por número de palavras contribui, em alguma medida, para ao menos minimizar as disparidades inerentes à composição do *corpus*.

3. Análise e discussão

A análise diacrônica dos dados coletados sugere que a construção idiomática com VÊ/VEJA SE S é recente no PB, tendo surgido apenas no século XIX. Na tabela a seguir, são apresentados os dados numéricos relativos às ocorrências dessa construção ao longo dos séculos.

Tabela 3: Número absoluto de ocorrências da Construção de Cobrança ao longo dos séculos

Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII	Séc. XIX	Séc. XX	Séc. XXI
0	0	0	0	0	0	34	20	143

Fonte: Elaboração dos autores.

Como se pode observar, não há ocorrências da Construção de Cobrança entre os dados que compreendem os séculos XIII a XVIII no *corpus* analisado, o que sugere que seu surgimento teria se dado em momento posterior. Já no século XIX, foram encontradas 34 ocorrências e, no XX, 20 ocorrências. Por fim, o século XXI parece testemunhar um elevado crescimento do número de ocorrências da construção.

Embora se observe um aumento significativo no número absoluto de ocorrências da construção no último século, não é possível afirmar, apenas com esses números, que a construção, uma vez estabelecida na rede, teria se tornado progressivamente mais frequente. Dado que há uma disparidade entre o total de palavras em cada século (como vimos na seção 2, "Metodologia"), as ocorrências precisaram ser ajustadas proporcionalmente. Para isso, fizemos um ajuste do número de ocorrências por milhão de palavras e chegamos aos seguintes resultados:

Tabela 4: Número de ocorrências da Construção de Cobrança por milhão de palavras ao longo dos séculos

Séc. XIX	Séc. XX	Séc. XXI
3,39/milhão	0,96/milhão	0,1/milhão

Fonte: Elaboração própria.

Esses dados chamam a atenção porque parecem contrariar uma das previsões do modelo de mudança linguística descrito em Traugott e Trousdale (2013). Como se viu na seção 1 ("Pressupostos Teóricos"), os autores hipotetizam que, uma vez estabelecidas na rede construcional, as construções gramaticais tenderiam a experimentar um aumento gradual da sua frequência *token*. No que diz respeito à construção idiomática com VÊ/VEJA SE S, contudo, o que se observa é que, uma vez que o número de ocorrências é ajustado em função do tamanho da amostra em cada século, fica evidente uma tendência de regressão, e não de progressão, na frequência de uso da construção.

Essa observação, no entanto, deve ser interpretada com alguma reserva. Fundamentalmente, é preciso considerar que ela pode ser reflexo de um desequilíbrio em relação à representatividade dos

diferentes gêneros textuais em cada um dos séculos abarcados pelo *corpus*. Acreditamos ser possível que certos gêneros favoreçam o aparecimento da construção em foco, de modo que, se algum desses gêneros estiver super-representado em determinado(s) século(s) em oposição a outro(s), a construção estará também, naturalmente, super-representada no(s) século(s) em questão. Aqui, propomos que, dada a função da construção focalizada, é plausível assumir que quanto maior a quantidade de sequências dialógicas em um dado conjunto de textos, maior a probabilidade de seu aparecimento, uma vez que, por meio dela, o falante dirige uma cobrança a seu interlocutor.

Tendo isso em vista, é interessante notar que, no século XIX, há uma predominância do gênero ficção (aproximadamente 97%, ou 9 688 213 de 10 008 622 palavras), em oposição aos gêneros carta e poesia, que juntos representam apenas 3% da amostra desse século. Dada a composição da amostra desse século, percebemos que a categoria ficção é a que provavelmente exibe uma maior quantidade de sequências dialógicas, já que as narrativas ficcionais tendem a representar interações síncronas entre os personagens. Teoricamente, esse fato favoreceria a ocorrência da construção em pauta, já que, como vimos, seu emprego pressupõe um contexto dialógico. No século XX, por outro lado, as categorias ficção e oral, as quais podemos considerar como favorecedoras do uso das construções, correspondem a apenas 40% do total de dados (8 255 555 de 20 777 725 palavras), em oposição aos gêneros acadêmicos e notícias, que totalizam 60% da amostra. Em razão da própria composição do *corpus*, podemos chegar à conclusão de que o aparecimento da construção é inerentemente desfavorecido no século XX em comparação com o XIX. Quanto ao século XXI, o *corpus* é composto exclusivamente por notícias e artigos de jornais e revistas *on-line*, gêneros que não parecem favorecer a ocorrência da construção. Assim, a composição da amostra desse século também parece desfavorecer seu aparecimento em relação aos séculos anteriores.

Esses fatos explicariam, em tese, o decréscimo progressivo do número de ocorrências por milhão de palavras ao longo dos séculos. Dos três séculos em que a construção aparece, o que mais favorece inerentemente sua ocorrência é o XIX, seguido do XX e, finalmente, do XXI. Diante dessas considerações, não parece razoável afirmar categoricamente que as construções não teriam tido um aumento gradual de frequência de uso na língua. Com efeito, a falta de equilíbrio na composição do *corpus* não permite uma conclusão categórica a esse respeito.

Como vimos, o surgimento da construção idiomática com VÊ/VEJA SE S parece ter se dado apenas no século XIX. É nele que encontramos os primeiros dados da sequência atribuída a um uso não composicional, como nos dados a seguir:

- (5) Tua mãe continua cada vez mais incomodada; principio a ter sérios receios; os seus padecimentos agravam-se de um modo bem desconsolador. Vê se te aprontas o mais depressa possível e dá um pulo até cá: temos ansiedade de teus abraços.

(*Corpus* do Português, séc. XIX, grifo nosso)

(6) E o comendador fez um ar de acanhamento.

- Deixe correr o marfim por minha conta! – respondeu o Melo com um movimento persuasivo. – A questão é o... – E fez com os dedos sinal de dinheiro.
- Pois bem! tome lá os cinqüenta... Mas veja se economiza, homem! Eu também não tenho em casa nenhuma máquina de dinheiro...

(*Corpus* do Português, séc. XIX, grifo nosso)

Nestes usos, não parece razoável interpretar a sequência destacada composicionalmente como em (3) e (4), isto é, assumindo-se que o verbo “ver” no imperativo e o complementizador “se” expressem um comando para que se veja – ou, mais genericamente, se constate perceptualmente, ou mesmo mentalmente – alguma situação. Afinal, não faz sentido a interpretação de que, em (5), o locutor esteja pedindo a seu interlocutor que veja ou verifique se ele mesmo (o interlocutor) se apronta “o mais depressa possível”, assim como, em (6), não faz sentido assumir que o locutor esteja fazendo um pedido para que seu interlocutor verifique se ele próprio (mais uma vez, o interlocutor) irá economizar.¹⁰ Trata-se, aqui, de um significado idiomático: nos dois exemplos, a sequência *VÊ/VEJA SE S* é usada, tal como em (1) e (2), para direcionar uma cobrança ao interlocutor para que este realize a ação expressa em *S* (em (5), *aprontar-se o mais depressa possível* e dar um pulo até o local em que o locutor se encontra; e, em (6), *economizar*).

Notemos que essa nova leitura só é possível em dados em que o verbo da sentença *S* esteja conjugado no presente do indicativo. No dado em (7), a seguir, o verbo está flexionado no pretérito perfeito do indicativo. Como consequência, torna-se impossível atribuir à sequência *VÊ/VEJA SE S* uma interpretação não composicional. Vejamos:

- (7) Justina apressou-se a cumprir a ordem da senhora, mas o maldito cheiro continuava. E o mais estranho é que era aquele mesmo perfume agudo da ilha do Segredo; aquele perfume ativo que lhe penetrava no fundo do cérebro como agulhas de gelo.
- Veja se deixaram por aí algumas flores. Sinto cheiro de magnólia!

(*Corpus* do Português, séc. XIX, grifo nosso)

Como se pode observar, em (7), não é possível atribuir à sequência a mesma leitura idiomática presente em (5) e (6). Isso significa que a interpretação idiomática parece estar inerentemente atrelada a certas restrições formais – no mínimo, tempo verbal no presente no indicativo, de modo que o uso em (7) se caracteriza, tal qual (3) e (4), como instância de uma construção de imperativo com o verbo *VER* e complemento oracional. O que essas observações sugerem, evidentemente, é que o significado idiomático que emerge no século XIX parece resultar do surgimento de uma nova construção gramatical – e não simplesmente da expansão semântica de uma construção pré-existente.

¹⁰ Quanto a isso, vale apontar que não há uma impossibilidade gramatical de interpretar esses usos composicionalmente. Mas, para isso, teríamos que estar diante de *contextos altamente específicos*: em (6), por exemplo, para que a interpretação composicional fosse coerente, poderíamos imaginar um contexto em que o locutor sugerisse a seu interlocutor (uma pessoa consumista) que observasse o próprio comportamento em relação a suas finanças pessoais e verificasse, então, se ele próprio economizava. Naturalmente, o contexto real de (6) é muito diferente desse.

Em outras palavras, agora nos termos de Traugott e Trousdale (2013), argumentamos aqui que usos como (5) e (6) atestam a ocorrência de um processo de construcionalização, e não simplesmente de uma mudança construcional. Essa nova construção corresponde precisamente ao padrão a que nos referimos como Construção de Cobrança. Buscaremos, nesse momento, dar conta de identificar os processos e condições que permitiram o surgimento do novo padrão.¹¹

Como detalhado na seção dedicada aos pressupostos teóricos, estamos seguindo aqui o modelo proposto por Traugott e Trousdale (2013) para a abordagem da mudança linguística. Vale lembrar que os autores apontam dois mecanismos cognitivos responsáveis pelo processo de construcionalização: a neoanálise e a analogização. Aqui, argumentaremos que, no caso da emergência da Construção de Cobrança, o mecanismo em jogo é a neoanálise, processo por meio do qual um tipo de sequência concreta já existente na língua é atribuído a um novo esquema construcional. Em nossa análise, identificamos a presença de dados que podem explicar esse processo. Vejamos:

(8)

- É verdade que a época não é das melhores para isso: os bons lugares estão todos preenchidos, mas...
- Não! qualquer coisa me serve... declarou André. Tu bem me conheces; desde que não haja necessidade de concurso...
- Que diabo! Se eu pensasse nisto há mais tempo, já podias até estar com o teu emprego.
- Olha! Vê se me arranjas alguma coisa na Biblioteca. Isso é que seria magnífico!
- Homem! E é bem lembrado. Havemos de ver.

(*Corpus* do Português, séc. XIX, grifo nosso)

No dado acima, temos, em certa medida, um uso composicional da sequência VÊ/VEJA SE S, em que o falante solicita ao interlocutor que verifique a validade de uma proposição. Nesse sentido, ele se assemelha a instâncias da construção de imperativo com o verbo VER e complemento oracional. Especificamente, neste caso, pede-se que o interlocutor verifique se consegue arranjar ao locutor alguma coisa (emprego) na biblioteca. Ao mesmo tempo, contudo, a sentença parece desempenhar uma função comunicativa que não se verifica em usos composicionais como (3), (4) e (7): trata-se de dar um comando polido para que o interlocutor *realize* a ação expressa por algum item verbal da oração encaixada. Nesse sentido, o que estamos propondo aqui é que enunciados como “Vê se me arranjas alguma coisa na Biblioteca” realizam dois atos diretivos: explicitamente, eles instruem o interlocutor a realizar uma *verificação* (quanto à capacidade de arranjar alguma coisa); ao mesmo tempo, implicitamente, eles instruem o interlocutor a efectivamente *agir* no sentido de arranjar alguma coisa.

¹¹ Para uma descrição sistemática e fundamentada das características formais e funcionais da construção, ver Alves (2021). Neste artigo, focalizamos não a descrição da construção, mas os processos de mudança e condições que teriam propiciado sua emergência na rede construcional do PB.

Essa função adicional e implícita pode ser interpretada como uma inferência sugerida, nos termos de Traugott e Dasher (2002). Essa inferência se baseia no seguinte raciocínio: a única maneira concebível de uma pessoa verificar se é capaz de realizar uma determinada ação é *efetivamente tentando realizá-la* (caso ela consiga, verificará que é capaz, isto é, que a proposição é verdadeira; caso não consiga, verificará que a proposição é falsa). Diante disso, dar um comando para que alguém verifique sua própria capacidade de realizar uma ação equivale, na prática, a dar um comando implícito para que essa pessoa tente realizar essa ação.

A opção por dirigir esse comando ao interlocutor de forma implícita parece se configurar como estratégia de polidez: ao solicitar (ao menos explicitamente) que o interlocutor *avaliar se* é capaz de realizar uma dada ação, o falante parece sinalizar, linguisticamente, que aceita a possibilidade de que a ação denotada não chegue a ser realizada – o que equivale a sugerir que o interlocutor tem autonomia para agir conforme a sua vontade. Nesse sentido, trata-se de uma estratégia que minimiza a ameaça à face negativa inerentemente representada por qualquer tipo de ato diretivo por meio da realização de um ato de fala diretivo indireto¹².

Argumentamos aqui que, em contextos nos quais esse significado inferencial (a saber, o de comando para a realização da ação) é altamente saliente, há um favorecimento da interpretação do pedido como cobrança. Especificamente, defendemos que isso acontece em situações nas quais está presente algum tipo de obrigação pré-estabelecida do ouvinte para com o falante (o que inclui, por exemplo, situações de relações sociais assimétricas do tipo patrão-empregado, mas não se restringe a esses casos). Tais contextos são relevantes porque, em interações baseadas em relações desse tipo, faz sentido supor que a inferência sugerida (comando para a realização de uma ação) pareça mais proeminente que o significado explícito (pedido de verificação da capacidade de realizar uma ação). Esse ponto pode ser ilustrado pelos dados em (9) e (10) abaixo:

(9) O patrão ontem chamou-me em particular, e disse-me com os olhos cheios de água:

- Alfredo, estou com medo de perder minha filha mais querida! O médico declarou já que ela só o que tem é muita debilidade e melancolia, mas que pode vir a ser, de um momento para outro, atacada do peito. Ora, eu bem sei que a Eugeniuzinha está desgostosa com a ausência do Gabriel.. Tu me falaste várias vezes nesse rapaz e sempre lhe encareceste as qualidades... Pois então vai por aí; indaga a respeito dele, e vê se trazes alguma boa notícia para minha filha.

(*Corpus do Português*, séc. XIX, grifo nosso)

¹² Segundo Sousa (2007), o uso polido correspondente ao do *veja se* no português contemporâneo já ocorria, no português arcaico, com o verbo “catar” (*catade se*), cuja ocorrência é registrada em dicionários etimológicos por ela apontados com sentidos como “buscar”, “procurar” e “esforçar por tomar, agarrar, captar, conseguir”, semântica compatível com o uso não literal do verbo “ver”, aqui tratado como “avaliar”. Neste trabalho, acrescentamos que esse uso polido do verbo “ver” favorece a emergência da construção idiomática à qual estamos nos referindo como Construção de Cobrança, como veremos adiante. Agradecemos ao parecerista anônimo pela sugestão de bibliografia a esse respeito.

- (10) Bem... eu faço o negócio com o senhor... não sei se é coisa limpa... mas desde que à menina não resulte mal...
- Deixa de partes, meu velho... vamos concluindo a coisa... Aqui tem o cobre... O vento continuava a penetrar na sala, e as flâmulas de papel riam com risadinhas de Mefistófeles.
Januário estendeu a mão magra, comprida, branca, trêmula, e recebeu um embrulho de papel que Pavia apresentou-lhe. Não disse palavra. Misturou apenas aos sulcos que os anos lhe haviam aberto na face as contrações de um sorriso baixo.
 - Veja se amanhã mesmo faz a Conceição aparecer por lá...
 - Já estava convencido com ela... Há de ir...

(*Corpus* do Português, séc. XIX, grifo nosso)

Como se observa, o dado em (9) é compatível com uma leitura composicional, segundo a qual o patrão estaria pedindo ao empregado que verificasse a possibilidade de trazer “alguma boa notícia” para a sua filha. No entanto, dada a natureza da relação patrão-empregado, faz sentido assumir que, nesse caso, mesmo em uma leitura composicional, a inferência sugerida se torne mais saliente do que o significado explícito. Em outras palavras, nesse contexto, o enunciado tenderia a ser lido mais como um comando para que a ação efetivamente seja realizada do que como um pedido polido para que o empregado verificasse se existe a possibilidade de atender ao desejo do patrão.

Já em (10) temos um diálogo no qual dois personagens – Januário e Pavia – selam um acordo comercial que envolve Conceição, sobrinha do primeiro. Aqui, diferentemente do que se vê em (9), não existe uma relação hierárquica permanente entre os interlocutores. No entanto, a sequência VEJA SE S é empregada logo após Pavia, que está contratando o serviço, pagar a Januário. Nesse momento, cria-se, naturalmente, uma obrigação deste para com aquele. Nesse contexto, verifica-se algo bastante semelhante ao que vimos em (9): embora a leitura composicional seja possível, o fato de o falante ter acabado de pagar para que o ouvinte realize a ação denotada por S (fazer a Conceição “aparecer por lá”) atribui proeminência ao significado associado à inferência sugerida, em detrimento do significado explícito. Isto é, dado esse contexto, faz sentido que o enunciado seja lido mais como um comando para a *realização da ação* do que como um pedido para que o outro *verifique a possibilidade de atender ao combinado*.

Assim, argumentamos que a neoanálise de construtos de uma construção de imperativo com o verbo VER e complemento oracional e, portanto, o surgimento da Construção de Cobrança, teriam sido favorecidos em situações como as de (9) e (10), em que havia algum tipo de incumbência pré-estabelecida entre os interlocutores, seja pela natureza da relação entre eles (como no caso de (9), em que o diálogo se dá entre um patrão e seu empregado), seja por um outro fator contextual (como no caso de (10), em que há a prestação de um serviço).

Essa neoanálise afeta, naturalmente, a sequência VÊ/VEJA SE. Formalmente, ela deixa de ser vista como um verbo seguido por um complementizador e passa a ser interpretada como uma única

unidade estrutural (isto é, um *chunk*, aqui representado pela presença de colchetes: [VÊ/VEJA SE]¹³). Semanticamente, ela deixa de ser interpretada como uma sequência que designa uma instrução para que se avalie a validade de uma proposição e passa a ser interpretada como uma instrução para que ele realize a ação expressa pelo predicador da sentença que se segue.

Simultaneamente, a sequência originalmente analisada como objeto direto do verbo da oração matriz – e, portanto, como uma sentença que designava o objeto do ato de verificação passa a ser interpretada como uma sentença que designa a própria ação a ser executada. Isto é, se o enunciado como um todo segue realizando um ato diretivo, agora é o predicador que originalmente pertencia à oração encaixada que designa a ação a ser executada pelo interlocutor (e não mais o verbo “ver”).

Em resumo, a ideia é a seguinte: quando proferida em contextos apropriados (especificamente, contextos nos quais, pragmaticamente, a relação entre os interlocutores está baseada na existência de obrigações pré-estabelecidas do ouvinte para com o falante), instâncias de uma construção de imperativo com o verbo VER e complemento oracional dão margem a um processo de neoanálise, por meio do qual: (i) a sequência formada pelo verbo da oração matriz e o complementizador “se” é reinterpretada como um *chunk* e (ii) a sequência que designava o objeto da verificação é reinterpretada como uma oração independente. Como resultado dessas neoanálises, emerge uma nova construção gramatical, que desempenha a função de realizar um ato diretivo de instrução para realização de uma ação – de maneira tal que aquilo que era uma inferência propiciada por certos usos da construção-fonte se torna semanticizado como o próprio valor semântico convencionalmente associado à construção nova.

Considerações finais

Inserindo-se no campo dos estudos construcionistas sobre idiomatismos sintáticos, este trabalho buscou responder quando e como o padrão a que nos referimos informalmente como Construção de Cobrança surgiu no português brasileiro. Uma análise de dados coletados no *Corpus* do Português revelou que a construção idiomática surgiu na língua no século XIX a partir de um mecanismo de neoanálise, por meio do qual enunciados que se caracterizavam como instâncias de uma construção de imperativo com complemento oracional passaram a ser associados a um novo esquema construcional. Com isso, buscou-se contribuir teoricamente tanto para o campo de estudos em idiomatismos sintáticos do PB sob perspectiva diacrônica quanto para o desenvolvimento do modelo construcionista de mudança linguística proposto por Traugott e Trousdale (2013).

¹³ Embora este ponto não esteja detalhado aqui, deparamo-nos com a não ocorrência de elementos intervenientes entre os elementos VÊ/VEJA e SE. Quanto a isso, Bybee (2010) aponta que o licenciamento de elementos intervenientes é um dos diagnósticos para o grau de analisabilidade, já que, se o falante não conecta os componentes de um todo à sua “contraparte”, ele não reconhece esses componentes como manifestações de uma categoria mais abstrata e, como consequência, não concebe o todo como sendo formado por partes menores – e sim como um bloco indivisível. Em termos concretos, se o falante não conecta o “vê” ou “veja” da construção idiomática às formas verbais de imperativo “vê” e “veja”, ou não conecta o “se” da mesma construção ao complementizador dubitativo presente em cláusulas completivas, ele passa a conceber a sequência como um todo maciço. Como consequência, ele tenderá a manter contíguos os elementos “vê” ou “veja” e “se”, evitando, assim, o emprego de elementos intervenientes. Para uma análise mais detalhada, ver Alves (2021).

Este estudo, porém, é apenas uma porta de entrada e deixa muitos caminhos a serem explorados. Um dos possíveis desdobramentos da pesquisa, dada a natureza inegavelmente intersubjetiva da construção em foco, é a análise de sua trajetória diacrônica à luz do tema da (inter)subjetividade (LANGACKER, 1991; TRAUGOTT; DASHER, 2002; VERHAGEN, 2005; TANTUCCI, 2020; 2021), entendida como uma dimensão da linguagem humana em que o significado reside no gerenciamento mútuo de ações conjuntas. Mais especificamente, um possível desdobramento desta investigação é uma avaliação empírica de duas propostas complementares presentes na literatura sobre mudança linguística: a proposta de Traugott e Dasher (2002), para quem a mudança ocorre no sentido do significado mais objetivo para o significado mais (inter)subjetivo; e a de Tantucci (2020; 2021), segundo a qual a mudança acontece no sentido da intersubjetividade imediata (baseada na relação entre o falante e interlocutores específicos presentes na situação comunicativa) para a intersubjetividade estendida (baseada na relação entre o falante e sujeitos de consciência difusos, não necessariamente presentes na situação comunicativa).

Referências

- ALVES, D. O. *Vê se pode isso ser tema de pesquisa?!: A trajetória diacrônica das construções idiomáticas com [VÊ/VEJA SE] S no português brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: some universals of language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: United Kingdom University Press, 2010.
- DIEWALD, G. Context types in grammaticalization as constructions. *In: Constructions, Special Volume 1*, 2006, pp. 1-28.
- FILLMORE, C. Syntactic Intrusions and The Notion of Grammatical Construction. *Proceedings of the 11th Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, 1985, pp. 73-86.
- FILLMORE, C.; KAY, P.; O'CONNOR, C. Regularity and Idiomaticity in Grammatical Constructions: The Case of Let Alone. *Language*, n. 64, 1988, pp. 501-38.
- GEIS, W.; ZWICKY, A. On Invited Inferences. *Linguistics Inquiry*, v. 2, n. 4, 1971.
- GORDON, D.; LAKOFF, G. Conversational postulates. *In: Papers from the seventh regional meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago: 1971, pp. 63-84.
- HIMMELMANN, N. P. Lexicalization and grammaticalization: Oppositive or orthogonal? *In: BISANG, W. et al. (orgs.). What makes grammaticalization?* Berlin: Mouton de Gruyter, 2004, pp. 21-42.
- LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about mind*. Chicago: University Chicago Press, 1987.

“Vê se lê este artigo”: o surgimento de uma construção idiomática com vê/veja se s no português brasileiro

LANGACKER, R. *Foundations of Cognitive Grammar*, vol. 2, Descriptive Application, California: Stanford University Press, 1991.

SAUSSURE, F. de. *Cours de Linguistique Générale*. Lausanne et Paris, Payot, 1916.

SOUSA, G. C. *Gramaticalização das construções com orações completivas: o caso do complemento oracional introduzido por se*. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

TANTUCCI, V. From co-actionality to extended intersubjectivity: Drawing on language change and ontogenetic development. *Applied Linguistics*, 41(2), pp. 185-214, 2020.

TANTUCCI, V. *Language and social minds: The semantics and pragmatics of intersubjectivity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

TRAUGOTT, E.; DASHER, R. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TRAUGOTT, E.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes*. New York: Oxford University Press, 2013.

VERHAGEN, A. *Constructions of Intersubjectivity: Discourse, Syntax and Cognition*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

DEMÔNIAS, SANTAS, OBJETOS E ALGO MAIS: APONTAMENTOS SOBRE METÁFORAS PARA MULHERES EM CARTAS DA INQUISIÇÃO DO SÉCULO XVIII

DEMONS, SAINTS, OBJECTS AND SOMETHING MORE: NOTES ON METAPHORS FOR WOMEN IN LETTERS FROM THE CENTURY'S INQUISITION

Aurelina Ariadne Domingues Almeida¹

Elisângela Santana dos Santos²

Neila Maria Oliveira Santana³

RESUMO

Apresentam-se, neste artigo, resultados de um estudo preliminar acerca da conceptualização metafórica de mulher em cartas encaminhadas ao Santo Ofício, em diferentes anos do século XVIII. Para proceder ao estudo, recorreu-se ao aporte teórico da Semântica Cognitiva, em perspectiva Sócio-Histórica-Cultural (ALMEIDA; SANTANA, 2019; ALMEIDA, 2020) e também da Teoria da Metáfora Conceptual (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]; KÖVECSES, 2017). No que concerne ao seu desenho metodológico, o trabalho investigativo realizado deu-se a partir de abordagem qualitativa do fazer científico, de natureza exploratória, documental, descritiva e interpretativa do *corpus*, que foi constituído por cartas inseridas no Projeto *Post Scriptum*, coordenado por Rita Marquilhas, em 2014. Após a realização deste estudo preliminar, já se sabe que, no período em questão e, particularmente, no *corpus* analisado, a mulher poderia ser conceptualizada em termos de DEMÔNIO e de SANTA, entre outras possibilidades.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher. Século XVIII. Inquisição. Metáfora. Teoria da metáfora ampliada.

ABSTRACT

This article presents the results of a preliminary study on the metaphorical conceptualization of women in letters sent to the Holy Office, in different years of the 18th century. To carry out the study, we used the theoretical contribution of Cognitive Semantics, from a Socio-Historical-Cultural perspective (ALMEIDA; SANTANA, 2019; ALMEIDA, 2020) and also the Theory of Conceptual Metaphor (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]; KÖVECSES, 2017). With regard to its methodological design, the investigative work carried out was based on a qualitative approach to scientific work, of an exploratory, documentary, descriptive and interpretive nature of the *corpus*, which was made up of letters included in the *Post Scriptum* Project, coordinated by Rita Marquilhas, in 2014. After carrying out this preliminary study, it is already known that, in the period in question and, particularly, in the analyzed *corpus*, the woman could be conceptualized in terms of DEVIL and SAINT, among other possibilities.

KEYWORDS: Woman. XVII century. Inquisition. Metaphor. Extended metaphor theory.

¹ Universidade Federal da Bahia (UFBA), ada.domingues@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-9641-2530>.

² Universidade do Estado da Bahia (UNEB), elssantos@uneb.br, <https://orcid.org/0000-0002-7869-3746>.

³ Universidade do Estado da Bahia (UNEB), nmosantana@uneb.br, <https://orcid.org/0000387-0002-1767-2394>.

Primeiro ponto: introdução

No presente artigo, expomos resultados preliminares de um levantamento de metáforas acionadas para conceptualizar a mulher em cartas direcionadas à Inquisição. O estudo foi sustentado teoricamente pela Semântica Cognitiva, numa perspectiva sócio-histórico-cultural (GEERAERTS, 1997; SILVA, 1999; FERNÁNDEZ JAÉN, 2007, 2012; PAZ AFONSO, 2014; ALMEIDA, 2020), particularmente, pelo aporte fornecido pela Teoria da Metáfora Conceptual – TMC (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]; KÖVECSES, 2017; ALMEIDA, 2020; 2023). E a discussão teórica empreendida será apresentada na primeira seção deste texto.

O *corpus*, por sua parte, foi constituído por correspondências enviadas para a Inquisição, produzidas no século XVIII, nas quais foram identificadas expressões linguísticas instanciadas pelas metáforas estudadas. Os passos para a constituição desse *corpus*, bem como outros procedimentos metodológicos serão expostos na segunda seção deste texto.

As questões que nortearam as discussões produzidas foram as seguintes: 1) Se a conceptualização metafórica possibilita-nos falar-escrever, além de pensar-agir, sobre um domínio-alvo em termos de diferentes domínios-fonte, quais são os domínios-fonte que, no *corpus*, tornam possível conceptualizar o domínio-alvo, MULHER, e conseqüentemente produzir, através da ação da escrita, a materialização dos pensamentos por meio da linguagem sobre esse domínio-alvo?; 2) Se ao conceptualizar, o ser humano assume um ponto de vista específico sobre algo ou sobre alguém (SALOMÃO; TORRENT; SAMPAIO, 2013), levando-o à imposição de uma perspectiva sobre o que conceptualiza, quais são os enquadramentos feitos pelos acionamentos de diferentes *frames* dos diversos domínios-fonte requeridos para a conceptualização da mulher nesse *corpus*?

Os resultados do estudo empreendido e norteado por essas questões acham-se na terceira seção, que antecede as Considerações finais e as Referências.

1. Apontamentos sobre o norte teórico

No final da década de 1990, o estudo de Geeraertes (1997) demonstrou a importância de se levar em consideração a abordagem dos fenômenos cognitivos no estudo semântico-lexical em perspectiva histórica; desde então, algumas publicações têm exposto resultados de pesquisas que exploraram o papel da cognição na constituição do significado, na passagem do tempo (FERNÁNDEZ JAÉN, 2007, 2012; PAZ AFONSO, 2014; SANTOS, 2011), indo inclusive além do enfoque exclusivo no léxico (SANTANA, 2019; ARAÚJO, 2021). Diante disso, partindo de uma compreensão de que os significados são frutos de mentes corporificadas, trabalhos recentes (NOVAIS, 2023; RODRIGUES, 2022) têm compreendido a emergência da significação nos diversos contextos interacionais, nos quais o ser humano, por meio do seu aparato sensorio-motor e mecanismos cognitivos, produz, em sociedade, linguagem situada histórica e geograficamente, gerada por culturas e geradora de culturas.

Estudos como esses apontam para uma nova vertente da Semântica Cognitiva, a Semântica Cognitiva Sócio-histórico-cultural (ALMEIDA, 2020), ou, melhor dizendo, a Semântica Cognitiva Ecológica, isto porque, embora seja consenso entre os semanticistas cognitivos a compreensão de

que a cognição é situada e de que é improdutiva a separação das dimensões da linguagem das outras facetas da vida, nem sempre história e sociedade, assim como cultura, são efetivamente levadas em consideração nos estudos semânticos cognitivos (ALMEIDA; SANTANA, 2019). Inclusive, não raras vezes, esses estudos acabam limitados ao abordar, por exemplo, a(s) metáfora(s) conceptual(is) acionada(s) em uma dada conceptualização, sem discutir as inter-relações que ocorrem entre essas diferentes dimensões. Entretanto, como observa Silva (2009, p. 4),

[...] tendo a experiência humana uma dimensão também colectiva e interactiva, social, cultural e histórica e, portanto, variacional, impõe-se não reduzir a filosofia experiencialista e o princípio da corporização a operações neurais meramente individuais [...] a natureza socialmente interactiva da linguagem e o seu ambiente cultural devem ser reconhecidos como elementos igualmente fundacionais da perspectiva cognitiva [...].

Essa observação de Silva (2009) sugere a necessidade de enfrentar as dificuldades impostas pela perspectiva disciplinar que acaba não voltando a estabelecer as inter-relações entre o social, o cultural e também o histórico, para além do cognitivo, nos estudos semânticos desenvolvidos no âmbito da Linguística Cognitiva. Em face dessa ausência, a Semântica Cognitiva, em perspectiva sócio-histórico-cultural, ou Semântica Cognitiva Ecológica procura relacionar essas distintas dimensões que constituem o fenômeno da significação que antes ou não eram considerados ou eram vistos separadamente sem que essas inter-relações fossem estabelecidas.

Sendo uma perspectiva dos estudos semânticos cognitivos, como demonstraram Almeida e Santana (2019) e Almeida (2020), essa vertente da Semântica Cognitiva reflete sobre como o ser humano conceptualiza, isto é, sobre como ele significa. O significado é visto, neste campo do conhecimento, como um fenômeno de natureza enciclopédica, de cariz perceptual, corporificado, experiencial e situado, já que resulta das interações das dimensões cognitivas sensório-motoras com as dimensões sociocultural-político-ideológicas afloradas em um espaço e em um tempo delimitados; o significado é, enfim, uma entidade conceptual dinâmica, flexível e perspectivista (SANTOS, 2015).

Entre os mecanismos da cognição que tornam possível a ação humana de conceptualizar, encontramos a metáfora. Podemos concebê-la como uma operação de julgamento e de comparação (CROFT; CRUSE, 2008) que nos permite compreender uma coisa parcialmente em termos de outra, tal como demonstraram Lakoff e Johnson (1980), no hoje já clássico livro intitulado *Metaphors We live by*.

As metáforas são mapeamentos entre domínios conceituais; especificamente, mapeamentos de elementos de *frames*, que são estruturas do conhecimento com menor esquematicidade e maior especificidade, de um domínio matriz/fonte, que é por sua vez, uma estrutura do conhecimento de maior esquematicidade e menor especificidade (KÖVECSES, 2017; ALMEIDA, 2020; ALMEIDA, 2023). Essa estrutura é elaborada a partir de nossas experiências mais concretas e físicas, as quais são projetadas para outro domínio conceptual que almejamos conceber, entender, definir, geralmente, mais abstrato e relacionado a nossas experiências psíquico-emocionais, ainda que possam ser também físicas e concretas, como é o caso do domínio-alvo, MULHER.

As conceptualizações metafóricas são estruturadas por esquemas de imagem⁴, entendidos como estruturas mentais abstraídas das nossas interações com o entorno em que vivemos. Além de serem a dimensão mais abstrata envolvida no processo de conceptualização, nos permitem dar coerência à nossa experiência; são, enfim, estruturadores dos conceitos que circulam socioculturalmente, a partir das noções de espaço e de tempo (LAKOFF, 1987).

Esquemas (modelo de esquemas de imagem), domínios, *frames* e seus elementos (modelo proposicional), bem como metáforas (modelo metafórico) e outros elementos são tipos de Modelos Cognitivos Idealizados, estruturas de organização do nosso conhecimento. Esses Modelos não são reflexos diretos da realidade, logo, são idealizados, uma vez que são determinados por nossas necessidades, propósitos, valores e crenças e são resultados da interação do nosso aparato cognitivo corporificado com a realidade, por meio das nossas experiências. São também flexíveis e podem ser remodelados, conforme vamos conceptualizando as nossas vivências e vamos armazenando-as ao longo da nossa existência. Além disto, não são isolados, mas antes interagem, combinam-se, inter-relacionam-se para gerarem o nosso chamado conhecimento de mundo (LAKOFF, 1987).

Expostas algumas considerações sobre o aporte teórico que sustentou o estudo do *corpus*, na sequência, será apresentado o percurso metodológico elaborado para proceder ao estudo.

2. Apontamentos sobre a metodologia

O estudo do *corpus* apresentado na terceira seção foi empreendido a partir da abordagem qualitativa do fazer científico e teve natureza exploratória, documental, descritiva e interpretativa de expressões metafóricas coletadas de cartas inseridas no Projeto *Post Scriptum*, também conhecido como PS, coordenado pela professora pesquisadora Rita Marquilhas (Centro de Linguística da Universidade de Lisboa - CLUL).

Para chegar a constituir esse *corpus* da pesquisa realizada, empreendemos uma seleção de cartas escritas em português por homens e por mulheres de diferentes classes sociais no século XVIII, disponíveis no Projeto PS. Para procedermos à delimitação do *corpus*, recorreremos a uma ferramenta do referido *site* que possibilita identificar os temas das cartas por meio de palavras-chave. Entre as mais de 300 opções que encontramos, nos detivemos em cartas de acusação e de adultério. Depois dessa seleção, fizemos a leitura integral de cada documento, a fim de realizarmos o levantamento de fragmentos textuais em que constassem expressões da linguagem resultantes de conceptualizações metafóricas de mulher. Para isso, utilizamos o método de introspecção linguística, que compreende as etapas de “atenção consciente de um usuário da língua para determinados aspectos dessa língua

⁴ Para demonstrarmos como os esquemas de imagem estruturam a conceptualização metafórica, trazemos os seguintes exemplos arrolados por Pelosi e Gabriel (2016, p. 34): “Na explicação fornecida pela LC, processos de transformação e abstração de esquemas estão na base das formações metafóricas que, como parte integrante da cognição humana, se manifestam na linguagem e não requerem qualquer esforço cognitivo para sua compreensão. Assim, por exemplo, se dizemos: “Ela não tem nada na cabeça” ou “Minha cabeça está cheia de ideias”, o fazemos porque a linguagem metafórica utilizada nestas sentenças é estruturada a partir do esquema de RECIPIENTE, que permite a compreensão de “cabeça” em termos de um recipiente que pode estar cheio ou vazio. A metáfora VIDA É VIAGEM, por sua vez, fortemente entrenchada na cultura ocidental, teria como parte de seu domínio-fonte o esquema de PERCURSO/CAMINHO”.

conforme se manifestam em sua própria cognição”, em consonância com o que é descrito por Talmy (2007, p. xii).

Isto feito, realizamos o estudo desse *corpus*, à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da Semântica Cognitiva, em perspectiva sócio-histórica-cultural, e particularmente, da Teoria da Metáfora Conceptual. Na sequência, sistematizamos os resultados encontrados. Como procedimento de análise, estabelecemos que o *corpus* desse estudo preliminar seria constituído por expressões metafóricas identificadas em 20 cartas escritas em português por remetentes residentes no Brasil, nascidos ou não no país, dos sexos feminino e masculino, integrantes de diferentes categorias sociais, que poderiam ser religiosos ligados ao Santo Ofício ou não, e dirigidas a destinatários residentes dentro ou fora do Brasil, como em Portugal ou África, entre os primeiros e últimos anos do século XVIII, podendo ser também clérigos ou não clérigos. Para identificar os autores e as autoras das cartas, recorreremos aos dados biográficos dos participantes disponibilizados pelo PS.

É importante informar que as cartas com autoria anônima e sem indicação do local de residência foram descartadas. Mas não foi possível desprezar o fato de haver um número significativamente inferior de cartas de mulheres em relação ao de cartas de remetentes homens. Quanto à classe social dos escreventes, notamos que a categorização se baseou no tribunal a que cada pessoa poderia recorrer no século XVIII, de acordo com sua condição jurídica. Entre as possibilidades de categorias sociais, encontram-se, no PS, cartas escritas pela nobreza, pelo clero, por militares, pelas ordens de cavalaria, por universitários, por escravos e por desconhecidos. Neste estudo, nem todas as classes foram contempladas.

Sobre a organização dos resultados, as ocorrências estudadas são aduzidas, na próxima seção, a partir das metáforas identificadas. Ainda no que concerne à exposição dos resultados, o negrito será empregado para evidenciar as expressões metafóricas; a ortografia e a acentuação serão expostas como coletadas do *Post Scriptum*.

Desenhado o percurso metodológico, na sequência, serão expostos os resultados alcançados com o estudo do *corpus*.

3. Apontamentos sobre os resultados: primeiras reflexões

Como indicado na segunda seção deste artigo, os resultados a seguir aduzidos serão expostos a partir das metáforas identificadas no *corpus*, a saber: 3.1. Mulher é demônio; 3.2. Mulher é santa; 3.3. Mulher é domadora/amansadora; 3.4. Mulher é mercadoria; 3.5. Mulher é objeto possuído em um recipiente; 3.6. Mulher é bem danificado; 3.7. Mulher é objeto presenteado; 3.8. Mulher é barreira/cerca; 3.9. Mulher é alicerce e 3.10. Mulher é filha. Seguem agora os primeiros resultados do estudo sobre as metáforas identificadas no *corpus* constituído preliminarmente:

3.1. Mulher é demônio

Em 1723, António das Chagas, frade, gozando de uma posição privilegiada no Santo Ofício,

fez uma carta para seu amigo António Ribeiro de Abreu, a fim de pleitear ajuda acerca das acusações de solicitação – *solitatio ad turpia*, ou seja, delito cometido por aquele que feria o sacramento da confissão – feitas por mulheres. Sobre esse delito, Gouveia (2022, p. 508) esclarece que se tratava de:

[...] um delito que compreendia todas as situações em que um confessor, valendo-se da sua autoridade, do seu ministério e do momento recatado em que ocorria a administração do sacramento da penitência, consumava os seus desejos carnisais, ou manifestava apenas essa intenção, utilizando meios e estratégias diversos, entre gestos, palavras e ações [...].

Nessa carta de António Chagas, o *frame* SER SOBRENATURAL, cujo elemento demônio é requerido do domínio matriz RELIGIÃO, propicia a conceptualização da mulher em termos de um ser maligno; esse mapeamento torna possível a metáfora mais específica – MULHER É DEMÔNIO – que, por sua parte, é um desdobramento da metáfora mais geral SER HUMANO É SER SOBRENATURAL. Assim conceptualizada, a mulher é vista como um ser capaz de enfeitiçar homens e, com isto, enganá-los, levando-os a servir ao maléfico, a fim de cometerem atos ilícitos:

[...]havendo eu **consendido com 90 demos pouco mais ou menos e havendo sido delles ameaçado mtas vezes**, q podia esperar não havendo em mim hũa suma cautela, vigilancia senão o q agora experimento? **estas malditas me cegarão** de man(ei)ra pa não ver a gravide destas aççois q dellas nã faria caso. [...] (PSCR0691)⁵.

Essa metáfora é estruturada pelo esquema de imagem da FORÇA, porque as mulheres, categorizadas como seres diabólicos, são entendidas como uma força maléfica, capaz de mobilizar e de dominar um homem, no caso, o frei, autor da carta, que afirma ter cedido aos encantos delas (“havendo eu consentido com 90 demos pouco mais ou menos”), no momento da confissão. Daí que também o esquema CONTRA-FORÇA esteja estruturando essa conceptualização; afinal, a mulher, ou melhor, a denunciante, reconceptualizada como demônio, é a força externa que leva supostamente o acusado a realizar esse ato, fazendo comportar-se de modo condenável.

Além desses esquemas, o esquema ORIGEM-PERCURSO-META encontra-se alicerçando a conceptualização em pauta, uma vez que as mulheres são vistas como seres que ameaçaram e cegaram o acusado, com a finalidade de conduzi-lo à realização de ato ilícito (“havendo sido deles ameaçado muitas vezes[...] Estas malditas me cegarão de maneira pa não ver a gravidade destas aççõis”).

O esquema de ITERAÇÃO, ademais, estrutura esse entendimento da mulher em termos de demônio, isto porque a ação criminosa era repetidamente efetivada, o que acabou por culminar na denúncia das fieis (“Havendo eu consentido com 90 demos pouco mais ou menos e havendo sido delles ameaçado mtas vezes”).

Considerando a perspectiva dessas mulheres que o denunciaram, no entanto, era o referido frei que as “solicitava”, que pegava nas suas mãos e lhes propunha atos ilícitos, configurando o que se categoriza atualmente um assédio ou uma importunação sexual, já que o contato carnal ocorreria sem

⁵ A codificação das cartas segue o padrão estabelecido pelo CLUL, em que PS refere-se a *Post Scriptum*, CR refere-se a card (carta em inglês) e o número corresponde à numeração do documento no *corpus*.

autorização das denunciantes. Daí o esquema de CONTATO também ser requerido para a efetivação dessa conceptualização, além do esquema SUPERFÍCIE, já que o corpo das fieis era o espaço delimitado desse contato entre o frei e as confessantes.

Metáforas, como MULHER É DEMÔNIO, orientavam a construção de expressões da linguagem, do pensamento e de ações experimentadas pela sociedade brasileira do século XVIII, quando o discurso religioso, somado ao modelo do patriarcado, pautado em bases do modelo cognitivo idealizado de religião, constituído em fundamentos judaico-cristãos, estava em pleno vigor. Portanto, toda e qualquer mulher que não se enquadrasse no padrão de comportamento “exigido”, “determinado” por homens, era considerada pecadora e poderia ser condenada a todo tipo de punição, mesmo sendo ela a vítima que buscava justiça; afinal, ainda que sofresse violência, cabiam à mulher o silêncio e o silenciamento.

Essa metáfora foi imposta por grupos de poder, dominados por homens de diferentes classes e funções sociais, o que justificava, na época, a produção de cartas acusatórias, que difamavam e condenavam as mulheres, as quais passavam de vítimas a réis, chegando até mesmo a serem condenadas à morte ou à humilhação pública.

3.2. Mulher é santa

Permanecer no entrelugar parece ser sina da mulher, que, ao longo do tempo, tem ficado entre Ave e Eva, entre a santidade e a pecaminosidade, entre a castidade e a lascívia, diga-se, entre a pureza e as chamadas imundícies da vida mundana. Para ir de um extremo a outro destas dicotomias, bastará simplesmente desagradar a um homem ou a homens, que seja(m) membro(s) de grupos mais ou menos privilegiados socioeconomicamente, pois, no modelo cognitivo idealizado da moralidade, na metáfora da ordem moral, estaria(m) ele(s) apenas abaixo de Deus, o ser supremo, conforme já assinalou Lakoff (1996), de modo que lhe(s) é permitido exercer sua moralidade sobre a(s) mulher(s), que estaria(m) abaixo dele(s) nessa hierarquia dita como natural do mundo, conforme o modelo popular da moralidade. Assim sendo, a partir dessa metáfora, é possível entender o(s) homem(ns) como natural e moralmente superior(es) a mulher(es), devendo possuir, assim, domínio sobre ela(s). Em última instância, essa metáfora coaduna-se com as metáforas do modelo do pai severo, também discutido por Lakoff (1996).

Se, na carta anterior, mulheres foram compreendidas em termos demoníacos, indo para o lado negativo do citado pensamento dicotômico, em outra, cujo fragmento será a seguir transcrito, da lavra do frade Francisco de São Joaquim e endereçada a Maria do Espírito Santo, a mulher foi entendida como um ser divino, deslocando-se para a outra parte dessa dicotomização; para isto, do domínio RELIGIÃO, foram requeridos o *frame* DIVINO e o elemento santa:

[...]me disse q hua mulher parda q os confessores a não querião absolver por me não ter hido denunciar por eu dizerlhe q vmce **hera hua santa e q falava com o Menino Jezus q lhe punha e tirava o anel no dedoeu** conteilhe a historia toda ficou mais socegado e ainda

tenho mais q lhe contar para ele não ter susto porq ella o q quer he q ele me não de licença pa não hir falar com vmce como se emgana Disgraçada como q ella pode mais do q Ds quando o Guardião soube q eu já tinha hido a emquezição e lhe mostrey o papel mas não o leo ficou mais socegado [...] (PSCR0662).

Os esquemas LIGAÇÃO e CONTÊINER estruturam essa conceptualização metafórica; o primeiro possibilita compreender a relação entre a mulher e o menino Jesus (“vmce hera hua santa e q falava com o Menino Jezus”) e o segundo alicerça essa conceptualização, porque o seu corpo é visto como o local onde o filho de Deus punha o referido anel (“Jezus q lhe punha e tirava o anel no dedo”); também, o esquema PERTO-LONGE é seu sustentáculo, pois é a mulher santificada que se aproxima do ser divino. Ainda é possível identificar a estrutura do esquema PARTE-TODO, isto, considerando que é apenas no dedo, parte da sua mão, o todo, que o ato da criança sagrada é praticado (“o Menino Jezus q lhe punha e tirava o anel no dedo”) e também, porque a ação de falar, realizada pela mulher, é ressaltada em detrimento de todas as suas outras ações (“falava com o menino Jezus”). Por fim, os esquemas COLEÇÃO e INCONTÁVEL-CONTÁVEL estão na base dessa compreensão metafórica da mulher (“vmce hera hua santa”), já que ela seria uma santa entre todas as outras mulheres santificadas.

Isto posto, vale ainda considerar que, se a mulher, por um lado, pode ser conceptualizada pelo acionamento da visão da moralidade do modelo conservador, do pai severo, ela pode ser também compreendida por modelos menos rígidos, pois os pensamentos, as ações e a linguagem são regidos por perspetivações que ocorrem *on-line*, no tempo da experiência e dos interesses humanos, indo, conseqüentemente, além das crenças e do modelo conservador, aqui antes citado e já incrustado, no modo *off-line*, nos nossos modelos sociais.

Isto é possível ver, na carta agora destacada, porque quem conceptualiza a mulher como uma santa é um homem que experiencia uma condição diferente do outro autor da carta anterior. Logo, se, naquele documento, as mulheres foram conceptualizadas como seres demoníacos, por um conceptualizador que queria encobrir o seu delito, agora, aquele que conceptualiza a mulher é um homem diferente, que viveu outra experiência, pois era um frei exorcista, mas não só, visto tratar-se do homem que, com a acusada, fez um filho.

A sua relação com a denunciada, assim sendo, era distinta daquela vivenciada pelo homem denunciado na outra carta. Naquele texto, o foco de atenção de quem conceptualizava estava direcionado para o domínio RELIGIÃO, especificamente, para o *frame* SER SOBRENATURAL e para o elemento demônio, pois havia a intenção de culpabilizar aquela que o denunciava. Aqui, a atenção do conceptualizador, embora ainda direcionada para o domínio RELIGIÃO, volta-se particularmente para o *frame* DIVINO, com o acionamento do elemento santa, já que havia a necessidade de santificar a mulher com quem mantinha relações sexuais, para livrá-la do pior e, talvez sobretudo, para livrar-se de algo ruim.

Dele, não restaram documentadas notícias posteriores, só o fato de a acusada não tornar a vê-lo, ainda que ele a tenha escrito duas vezes, no período de sua convalescença; dela, porém, o relato é o da

sua condenação e da sua sentença ao açoite público, ao degredo, a penitências espirituais, à instrução ordinária e ao pagamento das custas, além do fato de o seu filho ter sido posto na roda dos enjeitados. Preço pago pelas noites de sexo travestidas socialmente de exorcismo, mas também condizente como o modelo cognitivo idealizado conservador que alicerçava o chamado Santo Ofício.

Na próxima subseção, será posta em evidência uma metáfora que foge do domínio experiencial da RELIGIÃO, em que a mulher está entre Ave e Eva, de modo que será acionado o domínio da DOMESTICAÇÃO e então a mulher assume uma posição de poder em relação ao homem, embora esse poder de sujeitar-se seja possibilitado pela condição de perigo a que ele se encontra submetido por outro homem.

3.3. Mulher é domadora/amansadora

Maria Helena Mexia Galvão de Sousa, recolhida em um convento, escreve ao padre Sabastião Luís da Silveira, em 1779, sobre o fato de ele não ter apoiado a sua ideia de utilizar o dinheiro da herança do irmão Gaspar, que está preso e é responsável por tirar o sossego dela, para o libertar:

[...] e esta resolução q agora tomey a tivera antecipado se meu Iro Lco em uma sua me não aSeverara, q no S João ceguinte estava Livre da prizão e **só era amanssalo para não fazer asneiras**, mas já desanimada a experansa tentou a fertuna e achala favoravel em VSa [...] (PSCR4511).

Na carta que envia ao religioso, a própria escrevente se autoconceptualiza como uma domadora de um homem compreendido em termos de um asno, uma vez que ela se compromete a cuidar do irmão, caso seja liberto, conseqüentemente, o elemento domador, do *frame* AMANSADOR, referente ao domínio DOMESTICAÇÃO, foi requerido para essa conceptualização que tem a metáfora mais geral SER HUMANO É DOMESTICADOR na base da metáfora mais específica MULHER É DOMADORA/AMANSADORA, identificada nessa carta de 1779.

Como esquemas de imagem que ancoram essa conceptualização, tem-se FORÇA, uma vez que a mulher recorre ao entendimento de ser necessário domesticar o irmão, especificamente, amansá-lo; também o esquema CONTRA-FORÇA, uma vez que ela exerce uma força contrária para torná-lo manso, e ainda BLOQUEIO (“só era amanssalo para não fazer asneiras”), para impedir esse homem de se comportar de modo impróprio e cometer atos inadequados. A força exercida por ela era usada apenas para evitar uma parte das ações do seu irmão (“asneiras”), de modo que é possível concluir que também o esquema PARTE-TODO foi acionado para que essa conceptualização metafórica se efetivasse (“só era amanssalo para não fazer asneiras”). Além disso, foi acionado o esquema ORIGEM-PERCURSO-META, dado que a mulher, enquanto domadora, traçaria o percurso para domar seu irmão, alcançando a meta de evitar os referidos comportamentos e ações inapropriados. Ademais, o esquema CONTATO e PROCESSO são ativados, visto que, para que a domesticação fosse efetivada, teria a aproximação do domado e da domadora na ação continuada até que a meta tivesse sido atingida (“só era amanssalo”).

Na carta, encontra-se a autoconceitualização de uma mulher que, em sua condição de religiosa reclusa em um convento, usa os mecanismos de que dispõe para tentar livrar seu irmão, preso por seu outro irmão, na Torre de São Julião da Barra, motivado por problemas de partilha de herança. Em face desse sério conflito familiar, ela se enxerga como alguém capaz de domesticar um homem.

A seguir, porém, a mulher foi vista como um ser sujeitado ao poder de outras pessoas e não como quem exerce poder sobre outrem, e isto se deve ao modelo cultural de ESCRAVIDÃO.

3.4. Mulher é mercadoria

O padre António de São José escreveu, em 1751, ao comissário do Santo Ofício António Álvares Guerra, para transmitir uma denúncia de bigamia:

Este Manuel de Andrade é casado na sua freguesia com **uma crioula por nome Luzia, que foi escrava de José de Melo Tavares e de sua mulher Isabel Clara, a qual crioula foi vendida para a cidade da Bahia e a comprou o padre António Lopes este a tornou a vender no recôncavo no Rio de Joanes a João Gonçalves**. E eu a vi e falei com ela própria em pessoa em cinquenta. E, como todo o referido assim passa na verdade, assim o jurarei nos livros dos Santos Evangelhos, se assim me for perguntado. (CARDS2047).

Para a conceptualização da mulher exposta nesta passagem da citada carta de 1751, foi requerido, do domínio TRANSAÇÃO COMERCIAL, o elemento escravo do *frame* MERCADORIA e esse elemento e *frame* foram mapeados na conceptualização metafórica SER HUMANO É OBJETO. Essa metáfora mais geral possui desdobramentos, de forma que tornam possíveis a metáfora mais específica MULHER É MERCADORIA⁶, instanciada nesse fragmento da correspondência estudada. Concluímos que TRANSAÇÃO COMERCIAL é o domínio, porque é o mais esquemático, enquanto MERCADORIA é o mais específico; para que ocorra uma transação comercial é preciso ocorrer um objeto de troca (KÖVECSES, 2017).

Essas metáforas orientavam não só a construção de expressões da linguagem, mas também de pensamentos e de ações experimentados pela sociedade brasileira do século XVIII e que, inclusive, reverberam até hoje, no Brasil do século XXI, onde são nítidas as consequências nefastas da escravidão em uma sociedade que se construiu e se constrói ainda atualmente com base no racismo estrutural. Então, essas metáforas, impostas por grupos de poder, justificavam, na época, não só a produção de cartas, mas a escravização de seres humanos que foram expatriados e violentados em sua humanidade, o que evidencia o alto grau de convencionalidade, o uso inconsciente e automático desses padrões semânticos nos tempos setecentistas.

Nem todo conhecimento do domínio TRANSAÇÃO COMERCIAL é acionado para essa conceptualização da mulher em termos de mercadoria, de modo que apenas são focalizados os agentes

⁶ Poderia ser proposta uma metáfora mais geral, mais esquemática, contemplando todas as metáforas específicas a seguir listadas. Contudo, esse grau de generalização ocultaria importantes perspectivas feitas pelos sujeitos conceptualizadores; conceptualizar, por exemplo, a mulher, em termos de mercadoria, como alguém que pode ser vendido, não é a mesma coisa de conceptualizar alguém em termos de objeto presenteado. Por isso, considerando a esquematicidade da conceptualização, optamos por apresentar, no texto, as metáforas mais específicas em detrimento da metáfora mais geral.

envolvidos no comércio, tais como a mercadoria, que, nesse caso, é a mulher outrora escravizada, e os espaços para os quais ela foi deslocada. Assim sendo, por exemplo, o preço imposto a tal transação legal na época, mas imoral, é encoberto, enquanto esses outros elementos são ressaltados.

Essa metáfora é estruturada pelo esquema de imagem ORIGEM-PERCURSO-META, porque a mulher, categorizada como escrava, compreendida como mercadoria, para atingir à meta da transação comercial e também do casamento, é deslocada de um lugar a outro: da cidade da Bahia para o Recôncavo no Rio de Joanes, e de um senhor a outro: de José de Melo Tavares e de Isabel Clara a padre António Lopes, e dele a João Gonçalves, ocorrendo ainda o deslocamento de uma condição social à outra: de mulher escrava à mulher casada. Além desse, o esquema de LIGAÇÃO estrutura essa conceptualização, porque foi estabelecido um elo entre a mulher e seus senhores, por meio do comércio, e dela com quem se casou, através do casamento. É requerido ainda o esquema de CONTATO, pois a mulher é posta em contratação, pela transação comercial, com os seus senhores, e pelo matrimônio, com seu marido. A posse da mercadoria é concedida por meio do comércio a outrem que passa a ter a sua posse, retendo-a, e isso ocorre, porque o esquema de FORÇA estrutura essa conceptualização, vez que há aquele que exerce a força para que a mulher se desloque de um espaço a outro e de um senhor a outro e mesmo de uma condição social à outra. Por fim, ocorre o acionamento do esquema PROCESSO que alicerça essa ação continuada com a comercialização e o casamento.

Note-se que apenas o seu prenome – Luzia – é exposto e a sua condição de escrava nascida no Brasil – crioula. A sua pessoalidade é então lateralmente evidenciada, em detrimento da sua condição social, primeiro de escrava – com a exposição da linha sucessória de seus senhores (António Lopes, José de Melo Tavares e Isabel Clara e João Gonçalves) –, depois de mulher casada, com a indicação do nome do homem com quem se casou (Manuel de Andrade) e de onde ele casou (na sua freguesia, tendo sido esse espaço onde ocorreu o casamento indicado como local de origem do homem a quem se ligou por matrimônio). Ressalte-se que nem mesmo o sobrenome da mulher indicada como compradora de Luzia tem seu nome completo revelado; assim sendo, as mulheres são referenciadas, nesse documento, tão somente pelos seus prenomes e como mulheres de um homem, seja essa posse estabelecida pela aquisição comercial ou pelo casamento. Apesar de serem observações importantes no âmbito da conceptualização da mulher no período em destaque, por serem relações construídas em base metonímica, não serão abordadas neste artigo, devido ao seu recorte na conceptualização metafórica da mulher.

3.5. Mulher é objeto possuído em um recipiente

Do domínio ESPAÇO, é requerido o elemento objeto do *frame* RECIPIENTE, de modo que a mulher é conceptualizada através da metáfora MULHER É OBJETO POSSUÍDO EM UM RECIPIENTE no seguinte documento:

[...]deixada hesta **desincaminhou huma filha de frco pires q estando juradacom po Alz Rolo a tirou diso so a fim de ser sua manceva mtos anos [...]** (PSCR1730).

Essa carta foi escrita, entre 1739 e 1740, por João Esteves da Vige para o promotor Manuel Álvares Gondim, com a finalidade de oferecer uma denúncia detalhada contra o vigário da freguesia de Cabração, Viana, em Portugal, que praticava atos considerados imorais com diferentes mulheres, mantendo relações sexuais com elas, fazendo-as suas amantes e, depois, abandonando-as para seguir com a conquista de outras mulheres.

Os esquemas que estruturam essa conceptualização metafórica são FORÇA (“desencaminhou huma filha de frco pires q estando juradacom po Alz Rolo a tirou diso”), CONTÊINER, SUPERFÍCIE (“a tirou diso”), ORIGEM-PERCURSO-META (“desencaminhou [...] so a fim de ser sua manceva mtos anos”), REMOÇÃO (“desencaminhou”) e LIGAÇÃO (“Jurada com po Alz Rolo”/“filha de frco pires”).

Nesse documento, escrito por um homem para outro homem, fica evidente o modelo cultural de passividade das mulheres, aparentemente compartilhado por esse denunciante, já que, na carta, a mulher é concebida como um objeto que pode ser retirado de um espaço e colocado em outro, quebrando elos estabelecidos entre elas e outros homens. Seriam, então, as mulheres moralmente fracas, logo, consideradas incapazes de tomar as suas próprias decisões, corrompendo-se, por quase nada (“a tirou diso so a fim”), coadunando conceptualizações constantes das cartas dirigidas ao dito Santo Ofício, mais uma vez, com as metáforas da ordem moral e o modelo cognitivo idealizado do pai severo (LAKOFF, 1996).

Além de ter sido concebida como um mero objeto que poderia ser levado de um lugar para outro, a mulher também foi compreendida em termos de algo que constituía o patrimônio familiar e que, por isso, não deveria ser avariado, como será visto a seguir.

3.6. Mulher é bem danificado

A metáfora MULHER É BEM DANIFICADO está materializada na carta de 1751, escrita pelo padre António de São José para o comissário do Santo Ofício António Álvares Guerra. Para essa conceptualização metafórica, o *frame* BEM e o elemento danificado foram requeridos do domínio PATRIMÔNIO, na efetivação do mapeamento da metáfora instanciada, na seguinte passagem do citado documento:

[...]a dita pobre queixosa se acha danificada no estupro que lhe fez em sua filha o dito Andrade, ato de matrimónio. [...] (CARDS2047)

A queixosa, pela ligação familiar com a vítima, sofreu prejuízo pela imposição de força do agressor (“danificada no estupro”) que partiu de uma origem, traçou um percurso e, colocando-se em contato com a vítima, atingiu sua meta, o estupro da sua filha, que foi o recipiente onde ocorreu o crime de violação praticado; o ato criminoso é o ápice do processo em que o agressor se move, age com força e muda a condição da mãe, que passa a ser a queixosa, e da filha, que passa a ser a estuprada, deixando-as prejudicadas. Então, os esquemas LIGAÇÃO, FORÇA, ORIGEM-PERCURSO-META, CONTATO, CONTÊINER e PROCESSO são acionados para efetivação da conceptualização em tela.

Na carta, ainda ocorre também uma expressão metafórica que instancia a metáfora CORPO DA MULHER É RECIPIENTE (“estupro [...] em sua filha”). Todavia, não serão expostas reflexões acerca dessa metáfora, pois enfoca a categoria CORPO DA MULHER, parte da categoria MULHER, e assim extrapola o recorte feito para o desenvolvimento do estudo de caráter preliminar que foi produzido. O seu registro aqui, porém, evidencia que metáforas são atreladas à categoria mulher no século XVIII.

A mulher ainda é concebida como um presente, sendo coisificada e submetida aos anseios do seu marido que a traiu e abandonou, como será visto na subseção a seguir.

3.7. Mulher é objeto presenteado

A metáfora mais geral SER HUMANO É OBJETO subjaz a uma mais específica, MULHER É OBJETO PRESENTEADO, identificada na carta produzida, em 1749, por Manuel Cardoso dos Querubins Meireles que a fez para Joana Maria de Paiva, sua mulher:

Amada e querida prenda dos meus olhos objecto dos meus sentidos alma vida e coração recheby hua vossa da qual fiz toda a estimação por ficar intimado, logres boa saúde Ds ta conceda a medida do teu dezo que não terá o meu coração mais q dezejar nem o meu affecto mais que aplaudir [...] (PSCR0546).

O elemento valor afetivo do *frame* PRESENTE do domínio OBJETO (“amada e querida prenda dos meus olhos objecto dos meus sentidos alma vida e coração”) foi requerido para que essa conceptualização fosse efetivada e para que essa expressão da linguagem pudesse ser realizada.

Trata-se de uma conceptualização metafórica alicerçada pelos esquemas LIGAÇÃO (“prenda dos meus olhos objecto dos meus sentidos alma vida e coração”), OBJETO (“prenda”/“objeto”), RESTRIÇÃO (“prenda dos meus olhos”/ “objeto dos meus sentidos”), FRENTE/TRÁS (“dos meus olhos”), porque a mulher diante dos olhos do seu marido, portanto à sua frente, encontra-se ligada a ele e retida por ele através da sua posse.

Nesse documento, a mulher é coisificada e, na carta escrita por um homem bigamo que estava sendo julgado por bigamia pela Inquisição, sua esposa é concebida como um ser passivo, contemplado por aquele que a abandonou grávida e partiu para outro país, do qual não voltou e que, ainda, morando no Brasil, cometeu o citado delito. Mas, diante da eminente condenação, lembrou-se de ter mulher e a ela recorreu, para ajudá-lo a levá-lo de volta a Portugal. Sem conseguir seu intento de livrar-se do processo, foi condenado pela Inquisição.

Outra vez, a mulher foi coisificada, como evidenciado na seguinte subseção.

3.8. Mulher é barreira/cerca

De 1753, é a cópia de uma carta de Josefa Maria Marques para sua tia Inocência dos Santos. Nessa carta, a escrevente se queixa da situação em que o seu marido, Jacinto José dos Santos, a deixou e conceptualiza outras mulheres em termos de uma barreira, portanto de um objeto da construção.

Assim sendo, a metáfora mais geral SER HUMANO É OBJETO e a mais específica MULHER É BARREIRA/CERCA estão licenciando a expressão metafórica documentada nessa referida cópia de carta do início da segunda metade do período setecentista.

Para que essa conceptualização tenha sido efetivada, ocorreu o mapeamento do elemento cerca, do *frame* BARREIRA, do domínio CONSTRUÇÃO, de tal forma que um conjunto de mulheres pôde ser compreendido como empecilho para o livre movimento afetivo de um homem que deixou de ser o amante ideal de sua esposa:

[...] mt mais dos dezemparados como eu pois he Certo q eu havia de sentir q vme me não escreveçe dandome a nota por Letra de q por palavra me mandou pois o meu procedimto o não desmereçe Mandeme vme explicar melhor o recado porqto estando o meu marido em termos de eu hir fazer Vida com elle, nenhuã duvida lhe ponho pois **sempre fui mais sua amte do q ele meu porq eu me lembro de q hindo a Lxa pa ver se o punha Livre da prizão em q estava, todas as vezes q o hia a ver o achava sercado de mulheres [...]** (PSCR1715).

Os esquemas que estruturam essa conceptualização são: COLEÇÃO, CONTÁVEL-INCONTÁVEL, FORÇA, BLOQUEIO, RESTRIÇÃO, CENTRO-PERIFERIA, PERTO-LONGE, SEPARAÇÃO. O conjunto de mulheres não contabilizado gerou uma força que possibilitava o bloqueio (“o achava sercado de mulheres”), estabelecendo a restrição afetiva (“sempre fui mais sua amte do que elle meu”) e colocando o homem na periferia do relacionamento com sua esposa e no centro do abarreamento feito por outras mulheres, de modo a afastá-lo, deixando-o mais longe daquela que sempre esteve mais perto dele, o que provocou, por conseguinte, a separação afetiva do casal, além da física já promovida pela justiça.

No texto em tela, ainda é possível identificar a metáfora mais geral SER HUMANO É OBJETO, que possibilita a metáfora mais específica MULHER/ESPOSA É OBJETO DE POSSE CONSENTIDA (“sempre fui mais sua”). Contudo, não serão tecidas maiores considerações acerca dessas metáforas, pois se atrelam à categoria ESPOSA, parte da categoria MULHER, fugindo assim ao escopo delimitado do estudo preliminar empreendido.

Ainda vista como objeto, a mulher foi especificada como parte basilar de uma construção, como será exposto na sequência.

3.9. Mulher é alicerce

O *frame* ALICERCE é também requerido do domínio CONSTRUÇÃO, de modo a possibilitar nesta passagem da carta do frade Francisco de São Joaquim para Maria do Espírito Santo, datada de 1754, a conceptualização da mulher em termos de um objeto, particularmente, de uma fundação para sustentação da vida, por meio da metáfora MULHER É ALICERCE:

E minha querida **May da ma alma e vida do meu coração e sustento da mesma vida [...]** (PSCR0662).

Os esquemas imagéticos que estruturam essa conceptualização foram LIGAÇÃO (“vida do meu coração e sustento da mesma vida”), FORÇA (“sustento da mesma vida”), PARTE-TODO (“sustento da mesma vida”) e PROCESSO. Os três primeiros justificam-se, porque a mulher, ligada ao homem, foi compreendida como a base que sustentava a sua vida, portanto, sustentáculo de uma vida, que é apenas uma parte, entre todas as outras vidas, o que corresponde ao todo. Já o último esquema foi requerido, pois foi a ação continuada da mulher que dava força para sustentar a manutenção da existência do homem.

Por fim, o estudo preliminar empreendido permitiu verificar o uso de expressão da linguagem instanciadora da metáfora que possibilita conceber a mulher como o membro mais frágil de uma família setecentista, como demonstrado na seguinte subseção.

3.10. Mulher é filha

Na carta datada de 1754, do frade Francisco de São Joaquim para Maria do Espírito Santo, a mulher (companheira) foi conceptualizada por seu companheiro através da metáfora MULHER É FILHA, de sorte que, do domínio RELAÇÕES DE PARENTESCO, foi mapeado o elemento filha do *frame* FAMÍLIA:

Minha Rica filha vmce dis q eu tenho paixão e eu digo na ma carta q vmce he q a tem vmce dis q eu ando magro e eu queixome q vmce andamagra vmce dis q há de emdoudecer e eu na ma carta digolhe q hei de morrer pois ma **rica filha** nem vmce há de emdoudecer nem eu hei de morrer [...] (PSCR0659).

Os esquemas imagéticos que estruturam essa conceptualização são: LIGAÇÃO, PARTE-TODO e PROCESSO. O primeiro estabelece a relação de parentesco (“Minha Rica filha”) entre a mulher, compreendida como filha, e o homem com quem ela se relaciona amorosa e sexualmente; o segundo delimita a parte, que é a filha, do todo, que é a família, ali não focalizada, e o terceiro torna possível entender o seu deslocamento da condição de amante para a filha.

Uma última observação acerca dessa conceptualização é feita no sentido de destacar a intencionalidade do conceptualizador, pois essa carta foi escrita em resposta à mulher com quem ele se relacionava e, no texto, ele a aconselha a não dar intimidade a determinadas pessoas e a instrui a evitar que se propague o conhecimento do relacionamento entre os dois.

Mais uma vez, a metáfora da moralidade sustenta a conceptualização da mulher no período em destaque. Como já visto, no caso em tela, a mulher, que mantém uma relação amorosa-sexual com o homem, é concebida por ele como sua filha. No modelo do pai severo, Deus está no topo da hierarquia da moralidade, tendo autoridade moral sobre as pessoas, sendo que homens a têm sobre as mulheres, e os adultos sobre as crianças (LAKOFF, 1996). Por conseguinte, ao concebê-la como sua filha, ele ainda a coloca mais abaixo na hierarquia apregoada pelo citado modelo, infantilizando-a, vendo-a como um ser incapaz de fazer as melhores escolhas, de ter os melhores comportamentos. Na condição de pai, ele é o núcleo da família, e ela deve respeitá-lo e obedecê-lo, uma vez que ele é a autoridade absoluta.

Antes de passar às Considerações finais, será apresentado um quadro síntese alcançado com o estudo das cartas e das expressões linguísticas. Neste quadro, acham-se informações concernentes à datação, ao remetente, ao destinatário, com suas respectivas funções sociais. Além disto, são arrolados os recursos conceptuais identificados: metáfora específica da conceptualização da mulher, domínios matrizes, *frames*, com seus elementos, e, finalmente, esquemas de imagem:

Quadro 1: Síntese das dimensões envolvidas nas conceptualizações da mulher no *corpus*.

DATA	REMETENTE	PAPEL SOCIAL	DESTINATÁRIO	PAPEL SOCIAL	METÁFORA	DOMÍNIO-MATRIZ	FRAME	ELEMENTO	ESQUEMAS
1723	Antônio das Chagas	Frade	Antônio Ribeiro Abreu	Amigo	MULHER É DEMÔNIO	RELIGIÃO	SER SOBRENATURAL	Demônio	FORÇA CONTRA-FORÇA ORIGEM-PERCURSO-META ITERAÇÃO CONTATO SUPERFÍCIE
1754	Francisco de São Joaquim	Frade	Maria do Espírito Santo	Amante	MULHER É SANTA	RELIGIÃO	DIVINO	Santa	LIGAÇÃO CONTÊNER PERTO-LONGE PARTE-TODO COLEÇÃO INCONTÁVEL-CONTÁVEL
1779	Maria Helena Mexia Galvão de Sousa	Religiosa	Sabastião Luís da Silveira	Padre	MULHER É DOMADORA/ AMANSADORA	DOMESTICAÇÃO	AMANSADOR	Domador	FORÇA CONTRA-FORÇA BLOQUEIO PARTE-TODO ORIGEM-PERCURSO-META CONTATO PROCESSO
1751	Antônio de São José	Padre	Antônio Álvares Guerra	Comissário do Santo Ofício	MULHER É MERCADORA	TRANSAÇÃO COMERCIAL	MERCADORIA	Escravo	ORIGEM-PERCURSO-META LIGAÇÃO CONTATO FORÇA PROCESSO
1739 e 1740	João Esteves da Vige	-	Manuel Álvares Gondim	Promotor	MULHER É OBJETO POSSUÍDO EM UM RECIPIENTE	ESPAÇO	RECIPIENTE	Objeto	FORÇA CONTÊNER SUPERFÍCIE ORIGEM-PERCURSO-META REMOÇÃO LIGAÇÃO
1751	Antônio de São José	Padre	Antônio Álvares Guerra	Comissário do Santo Ofício	MULHER É BEM DANIFICADO	PATRIMÔNIO	BEM	Danificado	LIGAÇÃO FORÇA ORIGEM-PERCURSO-META CONTATO CONTÊNER PROCESSO
1749	Manuel Cardoso dos Querubins Meireles	-	Joana Maria de Paiva	Esposa	MULHER É OBJETO PRESENTEADO	OBJETO	PRESENTE	Valor afetivo	LIGAÇÃO OBJETO RESTRICÇÃO FRENTE-TRÁS
1753	Josefa Maria Marques	Sobrinha	Inocência dos Santos	Tia	MULHER É BARREIRA/ CERCA	CONSTRUÇÃO	BARREIRA	Cerca	COLEÇÃO CONTÁVEL-INCONTÁVEL FORÇA BLOQUEIO RESTRICÇÃO CENTRO-PERIFERIA PERTO-LONGE SEPARAÇÃO
1754	Francisco de São Joaquim	Frade	Maria do Espírito Santo	Amante	MULHER É ALICERCE	CONSTRUÇÃO	ALICERCE	-	LIGAÇÃO FORÇA PARTE-TODO PROCESSO
1754	Francisco de São Joaquim	Frade	Maria do Espírito Santo	Amante	MULHER É FILHA	RELAÇÕES DE PARENTESCO	FAMÍLIA	Filha	LIGAÇÃO PARTE-TODO PROCESSO

Fonte: elaboração das autoras

Considerações finais

Foram localizadas dez metáforas no material textual estudado. A maior parte das conceptualizações metafóricas identificadas nas cartas foi feita por homens, o que já era esperado, considerando que a maior parte da produção epistolar lida foi assinada por eles. As funções sociais desses escreventes nem sempre foram reveladas, mas, quando oferecida esta informação, ficou constatado que uma parte considerável das metáforas identificadas foi requerida por religiosos.

Enfim as metáforas usadas por homens foram: 1) MULHER É DEMÔNIO; 2) MULHER É SANTA; 3) MULHER É MERCADORIA; 4) MULHER É OBJETO POSSUÍDO EM UM RECIPIENTE; 5) MULHER É BEM DANIFICADO; 6) MULHER É OBJETO PRESENTEADO; 7) MULHER É ALICERCE, e 8) MULHER É FILHA.

Já as poucas metáforas instanciadas nas cartas de mulheres foram: 1) MULHER É DOMADORA/AMANSADORA e 2) MULHER É BARREIRA/CERCA. A primeira metáfora apreço na carta de uma religiosa, que é irmã de um homem que se encontra preso, e segunda registra-se na escrita de uma sobrinha que se queixava à sua tia de seu esposo.

As conceptualizações metafóricas identificadas no *corpus* foram estruturadas pelo seguinte conjunto de esquemas de imagem: 1) ESPAÇO: FRENTE/TRÁS, PERTO-LONGE, CENTRO-PERIFERIA e CONTATO; 2) CONTÊINER: SUPERFÍCIE; 3) FORÇA: CONTRA-FORÇA, RESTRIÇÃO, BLOQUEIO; 4) UNIDADE/MULTIPLICIDADE: COLEÇÃO, ITERAÇÃO, PARTE-TODO, INCONTÁVEL-CONTÁVEL, SEPARAÇÃO e LIGAÇÃO; 5) EXISTÊNCIA: REMOÇÃO e PROCESSO e 6) ESCALA: ORIGEM-PERCURSO-META.

Os domínios com seus respectivos *frames* e elementos acionados para que essas conceptualizações se efetivassem foram os que a seguir aparecem enumerados: 1) DOMÍNIO: RELIGIÃO (*frame*: SER SOBRENATURAL, DIVINO; elemento: demônio e santa); 2) DOMÍNIO: DOMESTICAÇÃO (*frame*: AMANSADOR; elemento: domador); 3) DOMÍNIO: TRANSAÇÃO COMERCIAL (*frame*: MERCADORIA; elemento: escravo); 4) DOMÍNIO: ESPAÇO (*frame*: recipiente; elemento: objeto); 5) DOMÍNIO: PATRIMÔNIO (*frame*: BEM; elemento: danificado); 6) DOMÍNIO: OBJETO (*frame*: PRESENTE); 7) DOMÍNIO: CONSTRUÇÃO (*frame*: BARREIRA; elemento: cerca); 8) DOMÍNIO: CONSTRUÇÃO (*frame*: ALICERCE) e DOMÍNIO: RELAÇÕES DE PARENTESCO (*frame*: FAMÍLIA; elemento: filha).

Essas metáforas, estruturadas por esses esquemas, e constituídas pelos mapeamentos dos elementos/*frames* desses domínios constituem parte do Modelo Cognitivo Idealizado de MULHER, no século XVIII e, inclusive, esses modelos ainda se mantêm na atualidade, embora alguns estejam situados periféricamente na categoria MULHER.

Mesmo que sejam conhecimentos armazenados na memória de longo prazo das pessoas viventes daquela época e portanto da sociedade dos Setecentos, esses conhecimentos, quando requeridos pelos conceptualizadores, diante de uma experiência nova, no uso *on-line* da linguagem, podem ser requeridos ou não, no processo de metaforização, pois esse processo é responsável por encobrir, ao mesmo tempo, ressaltar *frames* e seus elementos, no processo de impor um efetivo enquadramento, uma perspectiva ao que se conceptualiza, como evidenciado por Almeida (2023), e isso reflete-se

no fato de as categorias não serem estanques, não se acharem previamente definidas, mas serem (re) organizadas no tempo das vivências cotidianas, conforme a percepção do conceptualizador, em face daquilo que experiencia, logo, segundo os seus interesses, como demonstraram os exemplos aqui discutidos. Afinal, como já destacou Lakoff (2013 [2006]) e retomou Almeida (2020), os frames e seus elementos são responsáveis por definirem temas, caracterizarem problemas, determinarem causas, repartirem culturas, reduzirem soluções, inibirem preocupações no momento das vivências.

Ainda resta muito a desbravar em relação à conceptualização da mulher no período setecentista, inclusive, nas cartas produzidas neste tempo histórico, pois o que aqui se apresentou foram apenas reflexões pautadas em uma pequena amostra do material textual remanescente. Assim sendo, em uma próxima etapa do projeto que está sendo desenvolvido a respeito dessa conceptualização metafórica, pretende-se concluir o levantamento das cartas encaminhadas ao Santo Ofício, para confirmar ou mesmo retificar ou ainda ampliar o conhecimento a propósito das metáforas da mulher naqueles tempos de Inquisição.

Antes de concluir esta etapa de apresentação dos resultados, vale observar que as conceptualizações metafóricas permitem ver a força do Modelo Cognitivo Idealizado do Pai Severo na constituição da sociedade brasileira do período setecentista e na sua cultura religiosa estampada pela cultura epistolar nas correspondências aqui destacadas. Então, mesmo com sinais de rachaduras no tecido sociocultural que propiciariam leves alterações no status da mulher, já no século XVIII, especialmente, na França, devido a intensas discussões promovidas, por ideias provenientes do Iluminismo (1685-1815) e do advento da Revolução Francesa (1789-1799), de onde surgiram fissuras que possibilitavam idealizar a reconstrução da sociedade, considerando as noções de liberdade, igualdade e fraternidade (MARCONDES, 1999), no Brasil, ao menos na amostra aqui destacada, concepções tradicionais relacionadas à condição da mulher, baseadas na sua submissão, bem como na sua coisificação, com raras exceções, ainda não tinham sido arranhadas para que maiores reivindicações das mulheres pudessem ganhar terreno.

E, embora diante dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, o fato é que a luta das mulheres acabou sendo, principalmente, contra dois adversários: os costumes da sociedade da época, que as segregavam no espaço doméstico-privado, e os aspectos da filosofia iluminista que ensinava e colocava a mulher como um ser inferior, física e intelectualmente, em relação ao homem (SOUZA, 2003).

Aqui, a história foi contada por cartas basicamente escritas por homens, que precisavam, por exemplo, de se libertar de acusações de mulher(es) ou eram promovidas pela possibilidade de salvação concedida por mulher(es); conceptualizadas, entre outras formas, como demônias e como objetos. Vejamos o que nos revelarão as cenas dos próximos capítulos, quando forem publicados novos resultados.

Referências

ALMEIDA, A. Ariadne Domingues; SANTANA, Neila Maria Oliveira. A semântica cognitiva sócio-histórico-cultural: questões epistemológicas. In: LOPES, Norma; SANTOS, Elisângela; CARVALHO, Cristina. *Língua e sociedade: diferentes perspectivas, fim comum*. São Paulo: Blucher, 2019. pp. 113-32.

ALMEIDA, A. Ariadne Domingues. A semântica sócio-histórico-cognitiva: antecedentes, estado da arte e propostas para o futuro. In: SANTANA, N.; ALMEIDA, A. A. D. *Semântica Cognitiva-Sócio-Histórica: estudos sobre o significado*. Salvador: EDUNEB, 2020. pp. 23-62.

ALMEIDA, A. Ariadne Domingues. A ciência no Twitter e a construção ecológica do significado: inimigos, entre defesa e ataque, entre vitória e derrota, quando podemos viver pela metáfora da guerra. *Revista Signo*, v. 48, n. 91, pp. 83-96, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/signo.v48i91.17970>. Acesso em: 29 mar. 2023.

ARAÚJO, Dalva Pereira Barreto de. *Conceptualização/Categorização do estupro: um estudo sócio-histórico-cognitivo*. 2021. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

CLUL (Ed.). 2014. *P.S. Post Scriptum. Arquivo digital de escrita quotidiana em Portugal e Espanha na época moderna*. [last modified date]. Disponível em: <http://ps.clul.ul.pt>. Acesso em: 22 nov. 2022.

CROFT, William; CRUSE, D. Alan. *Linguística cognitiva*. Tradução Antonio Benítez Burraco. Madrid: Akal, 2008.

FERNÁNDEZ JAÉN, Jorge. Breve historia de la semántica histórica. *Interlingüística*, n. 17, p. 345-54, 2007. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2317212.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2022.

FERNÁNDEZ JAÉN Jorge. *Semántica cognitiva diacrónica de los verbos de percepción física del español*. 2012. Tese (Doutorado em Língua Espanhola) – Universidad de Alicante, Alicante, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/38oCHJ7>. Acesso em: 10 fev. 2019.

GEERAERTS, Dirk. *Diachronic prototype semantics: a contribution to historical. lexicology*. Oxford: Clarendon Press, 1997.

GOUVEIA, Jaime Ricardo Teixeira. A jurisdição privativa da Inquisição portuguesa sobre o delito de solicitação: De facto ou de iure? *Investigaciones Históricas, época moderna y contemporánea*, n. 42, pp. 507-48, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.24197/ihemc.42.2022.507-548>. Acesso em: 15 jan. 2023.

KOVECSSES, Zoltan. Levels of metaphor. *Cognitive Linguistics*, Berlin, v. 2, n. 28, pp. 321-47, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/cog-2016-0052>. Acesso em: 15 jan. 2023.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Coordenação de tradução Mara Sophia Zanotto. Campinas, SP: Mercado de Letras; EDUC, 2002 [1980].

LAKOFF, George. *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, George. *Moral politics. how liberals and conservative think*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

LAKOFF, George. *Puntos de reflexión: manual del progresista*. Tradução Judith Wells. Barcelona: Península, 2013 [2006].

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

NOVAIS, Urandi Rosa. *A epidemiologia de HIV/AIDS no Brasil: um estudo semântico cognitivo sócio-histórico-cultural da conceptualização da morte no século XX*. 2023. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

PAZ AFONSO, Ana. *Semântica cognitiva e historia del léxico: evolución de los verbos entrar y salir (ss. XIII-XIV)*. 2014. Tese (Doutorado em Filologia Espanhola) – Universitat Autònoma de Barcelona, Bellaterra, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3fLXTuy>. Acesso em: 4 ago. 2020.

PELOSI, Ana Cristina; GABRIEL, Rosângela. Atitudes intolerantes erguem muros e impedem a construção de pontes: uma análise cognitivo-discursiva da emersão da metáfora sistemática no gênero artigo de opinião. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 41, n. esp, pp. 29-41, 2016. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/signo>. Acesso em: 22 set. 2023.

RODRIGUES, Evani Pereira. *Conceptualizações de professor/a em memes: estudo a luz da semântica cognitiva sócio-histórica*. 2022. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

SALOMÃO, Maria Maragarida Martins; TORRENT, Tiago Timponi; SAMPAIO, Thaís Fernandes. A linguística cognitiva encontra a linguística computacional: notícias do projeto Framenet Brasil. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 55, n. 1, pp. 7-34, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/cel.v55i1.8636592>. Acesso em: 25 fev. 2023.

SANTANA, Neila Maria Oliveira. *Estudo Sócio-Histórico-Cognitivo das conceptualizações e categorizações do amor em cartas dos séculos XIX e XX*. 212 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SANTOS, Elisângela Santana dos. *A polissemia do verbo tomar ao longo da história da língua portuguesa: um estudo à luz da Linguística Cognitiva*. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SANTOS, Elisângela Santana dos. O estudo do significado sob a perspectiva da linguística/semântica cognitiva. *Pontos de Interrogação: Revista de Crítica Cultural*. v. 5. n. 1, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/pontosdeint/article/view/2686>. Acesso em: 25 mai. 2022.

SILVA, Augusto Soares da. *A semântica de Deixar: uma contribuição para a abordagem cognitiva em Semântica Lexical*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1999.

SILVA, Augusto Soares da. Sociolinguística cognitiva e o estudo da convergência/divergência entre o português europeu e o português brasileiro. *Veredas: revista de estudos linguísticos*, Juiz de Fora, v. 10, n. 1-2, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/25230>. Acesso em: 26 mai. 2022.

SOUZA, Itamar de. A mulher e a revolução francesa: participação e frustração. *Revista da FARN*, Natal, v. 2, n. 2, pp. 111-24, 2003. Disponível em: <http://revistas.unirn.edu.br/index.php/revistaunirn/article/view/81/93>. Acesso em: 21 mar. 2023.

TALMY, Leonard. Foreword. In: GONZALEZ-MARQUEZ, Monica *et al.* (ed.). *Methods in cognitive linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 2007. p. xi-xxi.

SOCIOCOGNITIVE THEORY OF TERMINOLOGY: DIACHRONIC APPLICATIONS*TEORIA SOCIOCOGNITIVA DA TERMINOLOGIA: APLICAÇÕES DIACRÔNICAS**Soraya Carvalho Souza Biller Teixeira¹**Josefa Monica Almeida Alves²**Sandro Marcio Drumond Alves Marengo³**Débora Simões Araújo⁴***ABSTRACT**

Terminological research has made considerable progress in almost all areas of language for specific purposes, such as Medicine or Law. However, studies with a socio-historical perspective have been relegated to the background. In Brazil, terminological research with a diachronic approach is scarce, which is why we developed our research for contributing to this area of study. This article aims to describe and analyze a medical-legal term found in a *corpus* consisting of 45 *corpus delicti*, extracted from rape criminal cases recorded in Sergipe from 1854 to 1900. The term *copula* was chosen due to its significant frequency and because it is a representative term for the sexual act. Our theoretical foundation is based on the principles of Diachronic Socioterminology and the Sociocognitive Theory of Terminology. In the methodological procedures, first of all, we performed manuscript editions, then we used *Corpus Linguistics* by employing the *software* AntConc and TermoStat for term extraction and identification. After this process, we chose the term to be analyzed and applied it in the terminology sheet model, along the lines of Sociocognitive Terminology. We described and analyzed the chosen term, and as a result, we concluded that this approach allowed us to understand the (re)constructed meanings through real usage of the term, examine its socio-historical movements in its specific contexts, as well as identify its users, enunciators, communicative and discursive situations.

KEYWORDS: Socio-historical terminology. Sociocognitive Theory of Terminology. *Corpus delicti*. Digital Humanities. Diachronic Terminology.

RESUMO

As pesquisas terminológicas têm avançado de forma considerável em quase todas as áreas das linguagens de especialidade, como na Medicina ou no Direito, porém, os estudos com viés sócio-histórico têm sido relegados a um segundo plano. No Brasil, pesquisas terminológicas com abordagem diacrônica são escassas, por essa razão, desenvolvemos nossa pesquisa de forma a contribuir para essa área de estudo. Este artigo tem como objetivo descrever e analisar um termo médico-legal, encontrado em um *corpus* constituído por 45 exames de corpo de delito, extraídos de processos-crime de defloração, registrados em Sergipe no lapso temporal 1854-1900. O termo *copula* foi escolhido por apresentar uma frequência significativa e por ser um termo representativo do ato sexual. Nossa base teórica está fundamentada nos preceitos da Socioterminologia

¹ Universidade Federal de Sergipe (UFS), sorayabiller@academico.ufs.br, <https://orcid.org/0000-0002-6590-1673>.

² Universidade Federal de Sergipe (UFS), josefamonicaaju@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-2131-6533>.

³ Universidade Federal de Sergipe (UFS), sandrodmarengo@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-4658-004X>.

⁴ Universidade Federal de Sergipe (UFS), dsa.debora1995@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-8130-9728>.

Diacrônica e na Teoria Sociocognitiva da Terminologia. Nos procedimentos metodológicos realizamos as edições dos manuscritos, empregamos a Linguística de *Corpus* usando os programas *AntConc* e *TermoStat* para extração e identificação dos termos. Após este processo, escolhemos o termo a ser analisado e o aplicamos no modelo de ficha terminológica, nos moldes da Terminologia Sociocognitiva. Descrevemos e analisamos o termo escolhido, e como resultado, concluímos que essa abordagem nos permitiu compreender os significados (re)construídos através de usos reais do termo, examinar seus movimentos sócio-históricos em seus contextos específicos, bem como identificar seus usuários, enunciadores, situações comunicativas e discursivas.

PALAVRAS-CHAVE: Terminologia sócio-histórica. Teoria Sociocognitiva da Terminologia. Corpo de delito. Humanidades Digitais. Terminologia Diacronica.

Introduction

Terminological research has advanced considerably in almost all areas of specialty languages, such as Medicine or Law, but studies with a socio-historical bias have been relegated to the background. Terminological studies with diachronic bias began to be recognized at the Terminology Colloquium, held in the city of Brussels in 1988. Ten years later, in Barcelona, a new colloquium whose theme “The history of Ibero-Romance languages of specialty: XII-XIX centuries” made a revision in the traditional concepts of Terminology and established three fundamental axes for these terminological studies (MARENGO, 2016, 2017, 2022). In his texts the researcher reports that the central point of this colloquium was the historical factor, thus distributed - the first axis dealt with research involving the History of the Science of Terms (analysis of dictionaries), focused on the policies of fixation and its development. The second axis developed research starting from the History of Vocabularies and their relations with language. The third and final axis presented research that pointed out the paths of Diachronic Terminology as a form of reflection on Social History (MARENGO, 2016, 2107, 2022).

Pascaline Dury (2004, 2008a, 2008b), a researcher at the University of Lyon, notes that in the last twenty years, little research has been conducted, and in her understanding, the dailychronicity, is still seen as a “poor relative”, and although we find some research in this field, the diachronic deficit is visible.

Dury and Picton (2009) point out that this deficiency can be explained from the existence of some obstacles: theoretical and historical obstacles, since in TGT scientific knowledge was based on logical reasoning, which in itself excluded the diachronic view. The concepts of mono-referentiality, univocity, absence of connotation and fixed domains were questioned by TCT, but the synchronic character was not. Another reason for this lack of interest in diachronic research can be explained by the fact that there is still much to research in sync. The second obstacle pointed out is of a technical nature – the construction of a diachronic *corpus* runs into the lack of computer resources (the computational tools of *corpus* analysis were developed for synchronic research), textual and financial (the compilation of *corpora* focused on specialized language is very costly). The third obstacle is pragmatic – as terminology is a science that works with applied terms, many researchers prefer to work with the synchronic dimension, because they are of concrete application to companies, scientific laboratories or organizations that use the terminology. Finally, psychological barriers – the term

diachrony refers to preconceived ideas, both in general language and in the language of specialties, evoking the history of language.

Seeking to reduce the existing gap in the terminological research of historical partners, we present this article that has as *corpus*, constant examinations of the body of crime in the nineteenth-century criminal processes of deflowering registered in Sergipe (SOUZA, 2020; FONSECA, 2020; SOUZA et al., 2018). The initial milestone of this period is set in the year 1854, the date of the oldest remaining source of this discursive genre and extends until 1900.

The research problem of this work is expressed through the following question: what does the study of the term *copula* reveal about the macro and micro social and linguistic history of nineteenth-century Sergipe?

We highlight the importance of diachronic reflections, due to their richness in lessons, both for the terminologist and for the translator, as they offer a new approach to terms and concepts. Only diachronic terminology can show the extent to which the evolution of a concept can be complex and unexpected, and fraught with consequences for the name it carries. Only a diachronic analysis can show that the constitution of a concept can be accompanied by a true proliferation of terminology.

The main objective of this article is to describe and analyze the term *copula* based on the terminological form model presented by Teixeira (2021) and Teixeira, Marengo and Finatto (2022), whose elaboration followed the theoretical and terminographic precepts proposed by the Sociocognitive Theory of Terminology. This theory, inspired by Cognitive Linguistics, postulates a close interaction between cognition and language, describing variation as a natural manifestation of cognitive processes. The theory proposed by Temmerman allows the reconciliation between terminology and diachrony, as proposed by the researchers Dury and Picton (2009).

Our purpose is to carry out this study through approaches focused on the polyhedral character of terms and their cognitive, formal, conceptual and functional dimension. We apply the diachronic socioterminological approach (MARENGO, 2016; 2017; 2022) and the precepts of the Sociocognitive Theory of Terminology to theoretically support the description of the term *copula* in the terminological sheet.

In the following section we outline some considerations about the theoretical approaches that underlie the descriptions made in the work.

1. Socioterminology: a view through socio-history

According to the studies of Jean-Claude Boulanger (1991), the term socioterminology emerged in the 80s, with the aim of studying the terminological variation and the circulation of terms in different social contexts. For Boulanger (1991), this variation is as necessary as lexical or linguistic variation in any language and is fundamental to understanding the dynamics of language in different times, places and societies.

Faulstich (1995) defines socioterminology as a discipline that deals with the identification and categorization of linguistic variants of terms in different situations of language use. The researcher (1998, p. 1) stated that

Socioterminology foresees two temporal paths for the analysis of terms in discourse: one through the ways of synchrony, which makes variant forms present the same referential meaning, and another that navigates history, enabling us to systematize variant lexical-terminological structures, which allow us to reconstitute conceptual frameworks of the time, validated or not in the present time (FAULSTICH, 1998, p. 1, free translation⁵).

In the understanding of Faulstich (1998), the relationship between the term and concept corresponds to the signifier and the meaning of the linguistic sign, so that a concept represents a unit of knowledge that contains attributes of a referent that is called a term.

[...] the linguistic signs that find their functionality in the specialty languages, according to the dynamics of the languages; they are items of the specialized lexicon that go through evolutions, [...] and that have specific characteristics that are organized from observable or imaginable traits. Such traits group objects in the real world, according to the intent and extent of the concept (FAULSTICH, 1998, p. 2, free translation⁶).

In the late 90s, Faulstich developed a theoretical construct that emphasizes the categorization of different types of terminological variations. For the author, the terminological variants can be classified into three types: 1) concurrent variants - they are formal variants that can compete with each other or in a process of change, corresponding to one of the denomination alternatives for the same referent, being able to compete in a given context; 2) co-occurring variants - are those that have two or more denominations for the same referent and have the purpose of discursive or textual progression, organizing communication and promoting lexical cohesion and; 3) competitive variants - are variants that have a relationship of meanings between lexical items from different linguistic systems. They are realized through pairs formed by linguistic borrowings and vernacular forms (FAULSTICH, 2002).

The main focus of our study is on the competing variants, since the others were not as productive in our *corpus*, for this reason, we will delve into the two aspects of the competing variants.

Faulstich (2002) points out that, the competitors are divided into: a) linguistic terminological variants - are the variants in which the linguistic phenomenon determines the process of variation.

⁵ In the original, “a socioterminologia prevê dois percursos temporais para a análise dos termos no discurso: um pelas vias da sincronia, que faz com que formas variantes apresentem o mesmo significado referencial, e outro que navega pela história, possibilitando-nos sistematizar estruturas léxico-terminológicas variantes, que nos permitem reconstituir quadros conceptuais da época, validados ou não na atualidade”.

⁶ In the original, “[...] são signos linguísticos que encontram sua funcionalidade nas linguagens de especialidade, de acordo com a dinâmica das línguas; são itens do léxico especializado que passam por evoluções, [...] e que possui características específicas que se organizam de traços observáveis ou imagináveis. Tais traços agrupam os objetos no mundo real, de acordo com a intensão e a extensão do conceito”.

This group includes the terminological variants of the following types: phonological, morphological, syntactic, lexical and graphic; and the terminological variants of registration - are those whose variation results from the environment of competition in the horizontal, vertical and temporal plane in which the linguistic uses of the terms are made. These variants include geographical variants, which occur in the horizontal plane of different places where the same language is spoken; the variant of discourse, which occurs in the vertical plane and results from the communicative harmony between the enunciator and the user of technical-scientific texts; and the temporal variant, which is configured as more usual in the process of variation and change.

Although several studies have confirmed the construct proposed by Faulstich, the most significant contributions were synchronic in nature. When we explore the diachronic dimension, we observe that research is still in its early stages, as Marengo (2016, 2017, 2022) explained during his investigations into military terminology. He pointed out that there was a dynamic movement during the use of the abbreviations that were found in his *corpus*, indicating the existence of extralinguistic factors underlying the process of terminological variation that were not considered in the construct presented by Faulstich (SANTOS; MARENGO, 2020).

Another point raised by Marengo (2022) was the absence of inclusion of semantic terminological variation, which was proven in research on legal terminology in criminal proceedings of rape and verbal offenses in the city of Aracaju in the nineteenth century, but they had unspecialized social uses that converged and thus pointed to the same crime. The variation of social uses was also recorded in the specialized discourse documents, which indicated a representation of semantic variation. Based on this premise, Marengo (2022) proposes an expansion of the Faulstich construct and calls it the (re) Faulstich construct.

It is important to point out that these results had a direct impact on the elaboration of the construct and, therefore, ratifies Socioterminology more as an approach than an effective theory. As pointed out by Faulstich (2006), Socioterminology focuses on phenomena of variation and change in different specialized discourses, including written, oral and signaled contexts, because it understands that terminological variants must be taken into account, especially in the elaboration of glossaries or dictionaries.

2. Sociocognitive Theory of Terminology

This work was conducted in the light of the Sociocognitive Theory of Terminology developed by the Belgian researcher Rita Temmerman (1998, 2000a, 2000b), which unites the principles of Cognitive Linguistics and the processes of categorization in a specific theory about specialized language. According to Temmerman, the precepts of traditional terminology were inadequate to describe some terminological units employed in specialized texts of the Life Sciences.

Based on psychological theories (ROSCH, 1978) and cognitive semantics (LAKOFF, 1987; GEERAERTS, 1989), Temmerman (2000a) proposes a new interpretation of the formal bases of

the General Theory of Terminology (TGT), incorporating concepts previously developed by the Communicative Theory of Terminology (TCT). According to the author, her propositions “assume that words do not mean objectively but are understood through a process of linguistic communication about a reality outside language, which must also be understood” (TEMMERMAN, 2000a, p. 42).

In this approach, the terms are considered central elements in the terminological analysis and can only be studied in textual corpora (SAGER, 1990; CABRÉ, 1995). The analysis focuses on textual information in order to understand categorization and its relationship with language.

Through the definitions present in the texts, it is possible to find evidence that supports the hypothesis of the existence of a prototype structure that enables the organization and understanding of a category. However, Temmerman points out that many units of knowledge in the Life Sciences have prototype structures, while other categories do not have this structure and, therefore, can be considered concepts as defined by traditional terminology, based on logical or ontological criteria.

Thus, all units of knowledge that present the structure of the prototype are categories, but not all categories have the same degree of prototypicality. And it follows, “the characteristics underlying prototypicality are contained in what is traditionally called encyclopedic information, that is, non-definitional information. Traditional encyclopedic information appears to be essential information in defining categories” (TEMMERMAN, 2000a, p. 43).

According to Temmerman (1998), there are two main objectives for research in terminology: the construction of the theoretical foundation of the discipline and the search for better methods and guidelines for terminology.

The theoretical underpinning of terminology theory needs (1) a theory of knowledge of categories and (2) a theory of the interaction between lexicalization and categorization. Furthermore, terminological theory needs to provide methods and guidelines for terminography involving the description of (a) the understanding of categories and (b) the process of lexicalization (TEMMERMAN, 1998, p. 78).

The Sociocognitive Theory of Terminology (TST) benefited from the discoveries of cognitive semantics that explored the potential for interaction between the world, language, and the human mind, as well as from the understanding that elements of the semantic triangle operate in a social environment. Within this scope, Cognitive Terminology considers the world of science and technology as experiential. Much of our knowledge of the world is embodied and results from our sensory perceptions. In addition, it is important to note that the other part of our knowledge is the result of our reasoning, which is interactive with the input of information through sensory perceptions and the transfer of ideas from users of other languages, received through speech (written and spoken, for which language is the medium).

TST embodied the idea that humans have the ability to create mental categories in addition to perceiving the objective world. Many of these mental categories have a prototype structure, the origin of which is based on the work of psychologist Rosch (1978). The hypothesis of Rosch (1978) is that

each category has a prototype, which is a better example for that category, and that the classification happens based on this. Lakoff (1987) argues that categorization is not based solely on common characteristics, but rather on the possibilities and constraints of the human body and culture. Rosch (1978) studied prototypes through feature configurations, which helped her understand the structure of categories in the mind. Examples of categories such as “bird” may have characteristics such as “can fly”, “has feathers”, “has beak”, “is not a pet”, “lays eggs”, etc. It is not necessary for one or more resources to be shared by all examples in a category. Examples belong to a category because they are similar and share different sets of resources, such as members of a family.

The relationship between the world and language is fundamental to the human understanding of the world, as language is seen as a means to express the perception and conception of the human world. According to the Sociocognitive Theory of Terminology approach, the world is partially in the human mind and language plays an important role in this relationship. By considering the connection between language and mind, this approach recognizes that understanding language is intrinsically linked to understanding the world.

In explaining his theory, Temmerman (1998, 2000a, 2000b) compares the fundamental principles of the General Theory of Terminology (TGT) with those of the Sociocognitive Theory of Terminology (TST) and points out five principles of TGT that are revised by TST.

First principle - The main keyword of TGT is concept. In its traditional definition the concept is a “unit of thought constituted by abstraction based on properties of one or more objects” (ISO/CD 1087-1,1995), understanding as object a phenomenon in the world perceptible or conceivable, being, therefore, a very restrictive concept (TEMMERMAN, 1998, p. 80). The concept comes before the naming of the term. In TST, this keyword is replaced by unit of knowledge. In studying the language and categorization of the life sciences, Temmerman (2000a, 2000b) showed that there are few objective concepts. People understand the world through cognitive frames (Fillmore, 1985) or idealized cognitive models (ICMs) (LAKOFF, 1987), in which units of knowledge structured in prototypes are related.

Temmerman (1998, 2000a) states that few units of knowledge in the field of life sciences do not have a prototype structure; Most, however, have prototype structure and are therefore best referred to as category. For the researcher, it is necessary to describe the information obtained by combining three perspectives: the nominalist perspective (the unit of understanding is the sense of the word), the mentalist perspective (the unity of understanding is an idea that exists in people’s minds) and the realistic perspective (the unit of knowledge is an external form that exists in the universe).

The TGT stipulates that an expert can describe the concept before paying attention to the term. The concept is considered to exist in an abstract way, without recognizing the role that language plays in categorization and communication. This position is the same as that taken by experts on standardization committees. It reflects only one aspect of how specialized language vocabulary can be handled in communication. It is conveniently ignored that terms already exist to communicate about

knowledge in the specialized domain in question. In order to arrive at unambiguous communication, the artificial model insists on clearly delineating a concept and then naming it to obtain mononymy and monosemy.

Since terminology can only be studied in discourse it makes more sense to accept that the term is the starting point of terminological description, rather than what was traditionally called a concept.

Second principle - understanding is equivalent to classifying cognitive models. TGT believes that a clear concept can be given a place in a concept framework. This conceptual framework is based on logical (e.g., x is a type of y) or ontological (e.g., x is part of y) classification. TST believes that comprehension equals categorization. Each category is understood to exist within cognitive models.

Understanding is a structured event. There are two aspects to this: a unit of understanding has intracategorical and intercategory structures and a category has a prototype structure. In TGT, only distinctive features are considered intracategorically important, while only logical and ontological relationships are considered intercategory important.

In TST, the existence of a category is not considered independent of language. Intracategorically a distinction is made between different information modules (such as characteristics, core definition, historical information, procedural information). These information modules can have varying levels of importance, depending on the type of category (e.g., entity, activity, umbrella category) being studied. Intercategorically, perspective, domain, and intent of the cognitive model need to be unraveled.

The intracategorical and intercategory structures of a category can be observed in discourse and imply more information modules than just the distinctive features and their position in a logical or ontological classification.

The categories have prototype structure (Rosch 1978; Geeraerts 1989), which can be analyzed both intensionally, that is, through the definition of necessary and sufficient characteristics, and extensionally, through the examples that exhibit the structure of family similarity and the degrees of belonging to the category. Although some categories can be defined by watertight characteristics, most have fuzzy boundaries. The knowledge of the prototypical structure is crucial for the understanding of the terms, and, therefore, the descriptive terminology can elaborate more detailed methods of analysis of the structure of the prototype (TEMMERMAN, 1998, 2000a).

Principle three - the representation of models. Since, in TGT, concepts need to have a place in a conceptual framework, it was believed that they could be defined on the basis of necessary and sufficient characteristics. In TST, descriptions of meaning can have more or less essential units of information. Depending on the type of unit of knowledge, variation occurs in what is considered more or less essential information to be included in a definition. Depending on the type of category, different information modules may vary in informational importance. It is possible to imagine a template of understanding composed of different modules of information that may contain more or less essential information depending on the type of unit of knowledge and other factors, such as the perspective of understanding (TEMMERMAN, 1998, 2000a).

Fourth principle - univocity. For TGT, only one term should be assigned to a concept, admitting no variations or synonyms. In his researches, Temmerman (1998, 2000a) realized that there is little arbitrariness in both categorization and lexicalization, and that science is an intertextual process, therefore, to study the terminological descriptions of the categories of the life sciences, it is only possible in the discourse. It is necessary to study the texts to understand the flexibility and diversity in categorization.

The processes of synonymy and polysemy are functional and fundamental in the process of progressive understanding. In the textual information contains the proof that it is possible to refer to categories prototypically structured in different ways, using (almost) synonymy. In many cases (almost) synonymy can be explained by acknowledging that there may be different perspectives as the author showed in the case of Southern *blotting*, Southern *hybridisation* and *Southern transfer* (TEMMERMAN, 1998; 2000a).

Fifth principle - concepts and terms are studied synchronously. TGT does not study the development or evolution of language because the main emphasis is on the system of concepts, so only its synchronic aspect is considered. With her research, the author observed that the units of knowledge constantly evolve. The evolutionary history of a term or unit of knowledge is essential for its understanding (TEMMERMAN, 1998, 2000a, 2000b).

In summary, we present the main objections of TST to TGT, but it is important to note that Temmerman (2000a) does not devalue the theory proposed by Wüster. We believe that our research aligns with TST considerations, especially the fifth principle, due to our socio-historical approach.

Next, we describe the methodological procedures adopted to conduct our research.

3. *Corpus*

The documentary collection used in this research was obtained from the Historical Documentation Center of the General Archive of the Judiciary Judge Manuel Pascoal Nabuco D'Ávila, located in the annex of the Court of Justice of Sergipe - Forum Judge Gumercindo Bessa, in the Capucho neighborhood in Aracaju. A total of 45 criminal cases were cataloged that are included in the criminal proceedings of defloration/rape registered in the districts of Aracaju, Capela, Estância, Itabaianinha, Maruim, Nossa Senhora das Dores, Propriá and Riachuelo, in Sergipe during the nineteenth century.

The manuscripts were edited, following the philological rigor, as recommended by Cambraia (2005), and will later be part of the database of the Project for the History of the Brazilian Portuguese, which is currently under the coordination of Prof. Dr. Sandro Marengo of the Federal University of Sergipe. These examinations are part of the criminal proceedings of deflowering / rape, registered in the State of Sergipe. The time lapse corresponds to the second half of the nineteenth century, covering two important periods in the history of Brazil – the Empire and the First Republic.

After making the necessary edits, we submitted the edited *corpus* to the *software AntConc* (ANTONY, 2014) and *TermoStat* (DROUIN, 2003, 2010). With *AntConc*, we generated a lexical list

of all the words present in the *corpus*, and their respective frequencies (token), which allowed the identification of possible candidates for terms, as well as their location and context. *TermoStat*, which contrasts specialized *corpus* with non-specialized *corpus*, helped identify lexical units that stood out in natural language. After this analysis, the selected terms were evaluated by specialists from the medical and legal fields, resulting in a total of 192 terminological units and their variations.

In this article, we will analyze the term “copula”, which represents the sexual act and has a significant frequency.

4. Terminology sheet

The elaboration of terminological sheets is extremely important in the elaboration of terminographic works. As stated by Cabré (1993, p. 281), terminological sheets are structured materials that must contain all the relevant information about each term. We used the terminological form model presented by Teixeira (2021) and Teixeira, Marengo and Finatto (2022), which follows the guidelines of Temmerman (2000a; 2000c) on terminographic making. For TST, it is essential to plan how the information will be provided in a terminology sheet, so the author divides the information into four categorized units:

- a) Category unit: type of category? (Relevant information modules); intracategory analysis (prototype structure); intercategory analysis (analysis of cognitive models); b) Linguistic unit: morphosyntactic information (variants in spelling and pronunciation, morphological analysis on collocation formation; use (sociolinguistic level, geographic level); c) Reference unit: a terminographic record can contain contexts, bibliographic or encyclopedic references, etc.) ; d) Identification unit: a terminology card is identified in several ways, for example, author’s name, date, reference number (TEMMERMAN, 2000a, p. 232).

Following the guidelines, we filled out the terminological form and described the term “*copula*” linguistically and socially.

5. Analysis and Discussion

The first categorical module of the terminology sheet contains all the relevant information about the term under study.

The term selected is “**COPULA**”, which appears 57 times in the 45 records of examination of the body of crime, in criminal proceedings of deflowering / rape occurred in the State of Sergipe, between 1854 and 1900. This term belongs to the great area of knowledge of Legal Medicine, as well as to the related areas of Medicine and Law, and, finally, to the subdomains of Anatomy, Criminal Law and Criminal Expertise.

Temmerman (2000a) classifies the terms into three categories: entities (which can be objectively perceived), activities (which are conceived in the mind, but materialize and develop thanks to experience and embodiment) and collectives or umbrellas (which indicate the totality of activities

covered by a discipline). In the internal analysis of the category, we observed that the term in question belongs to the category of activity and represents a prototypical structure of the sexual act, because according to Chernoviz (1890, p. 700), it consists of the

introduction of the penis, in erection, into the vagina and in rhythmic movements whose effect is to provoke venereal orgasm and ejaculation, aiming at the fertilization of the egg and consequently the perpetuation of the species (CHERNOVIZ 1890, p. 700).

The information about the categories is analyzed through cognitive models, taking into account the perspective (to whom it is intended), the domain (area to which it belongs) and the intention (the objective). It is observed that: a) the perspectives include specialized agents (experts) and non-semi-specialized (judges, delegate, public prosecutor and defense lawyer, clerks, amanuensis, police secretary, witnesses); b) the fields are medicine, law and criminal expertise; c) the intention is to clarify for the articulators of the law, such as the judges, the delegate, the public prosecutor and the defense lawyer (TEIXEIRA, 2021).

Due to the diachronic bias of this study, all historical and social information is important, as evidenced by the analysis of the selected term. The socio-historical information was categorized in terminological context and socio-historical context, approaching the information at macro and micro levels to apply it in the best possible way.

In the nineteenth century, Sergipe society reproduced a patriarchal model, in which women were seen as objects under male power, either from the father or the brothers. This behavior was reinforced by the Church, and the woman was to be modest and live reclusively at home. The virginity of the young women represented the honor of the family, the most valuable asset, thus ensuring a good marriage. According to Souza (2020), the concern with dishonor was a more impactful and evident violence than the act of rape itself, since the violation of the woman's honor represented the violation of male pride. This is the socio-historical context at the macro level.

In the socio-historical micro context, we analyzed a *corpus* composed of 45 criminal records of 42 criminal processes of deflation. We observed that 75% of these women are young people aged between 11 and 20 years, while 14% are in the age group of 0 to 10 years. In addition, 74% are from the interior of the state and only 19% are literate. The defendants are men with an average age of 32, many of whom are tutors, soldiers of the 18th Army Battalion, teachers or businessmen. (TEIXEIRA, 2021).

In the socio-historical terminological context at the macro level, the term “copulation” is usually accompanied by the qualifier “carnal”. In the Criminal Code of 1830 (BRASIL, 1830) and the Penal Code of 1890 (BRASIL, 1890), it was determined that, if carnal copulation had occurred in a virgin woman, aged between 16 and 21 years, through seduction, deception or fraud, she received the name of “deflation” (BRASIL, 1830, 1890). However, if some type of violence was used on any type of woman, being a virgin or not, then it was recognized as “rape” (SOUZA, 2020). In addition, the variant “copla” was found in two processes in the city of Propriá, in which the same clerk acted, but with different experts (TEIXEIRA, 2021).

Teixeira (2021) points out that in the socio-historical terminological context at the micro level, the term with which we are working is present in the records of examination of the body of crime, which are part of the criminal processes of sexual violence against women. These crimes occurred in the State of Sergipe, between the period of 1854 to 1900, and the term in question appears with a frequency of 57 times, also presenting the variation “copla”. Generally, this term is found in the questions made by the requesting authority (82.6%) and in the answers of the experts (17.4%).

Next, we analyze the linguistic unit itself, examining its morphosyntactic structure to understand the grammar that constitutes it. Our methodology focuses on analyzing the data in a complete way, taking into account all competing linguistic variants, such as phonological, orthographic, morphological, lexical, syntactic and semantic (MARENGO, 2022; FAULSTICH, 2002).

The term COPULA is a nominal phrasing, of the feminine gender. We found the linguistic unit COPLA, present in 02 records of examination of the body of crime. According to Nascentes (1955), COPLA has the same Latin origin, and signified of COPULA, which leads us to classify this unit as a morphological linguistic concurrent variant. This categorization has as theoretical basis the construct developed by the researcher Enilde Faulstich, at the end of the 90’s.

Concluding the linguistic unit, we present the abonations, which are fragments taken from the *corpus*, because as Hoffman (2015, p. 48) states, language is carried out through texts, that is, “it is in the whole of the text that one can best explain, functionally and communicatively, the specialized linguistic use, the preference for certain linguistic resources”.

[fól.05v] (...)and the Chief Doctor of Police sworn the oath to the Holy Gospels to the same experts and faithfully carried out their mission by declaring with truth what they discovered and found and what in their conscience they understood; He instructed them to examine the person who is present and declare the answer to the following questions: First if there was deflowering according to what means employed, third if there was carnal **copulation** [fól.06r] fourth if there was violence for libidinous end, fifth what is the value of the damage caused. **08-CMN -30 -08 -1876.**

[fól.08v] Proceeding from the symptomas found we find the rupture of the hymen, and that a cauza wrought this destruction, and whatever that cauza is attributed to it is certain that in any discussion of any discussion, that we are offered we conclude that there are rare cazos in which the hymen can be destroyed except by the act of **copulation**, and that the seos, flaps or caruncules constitute a strong prezunption of the dysfloration operating by the virile limb; [...] **10 -JMC -18 -05 -1878.**

[fól.08r] [...] the Delegate to the Pyrites deferred the undertaking of the estillo, to well and faithfully carry out their miscoes, declaring with truth what they discover and contrascem and charged them to proceed from concien [fól.08v] of Conciencia the examination of the Body of Delicto of defloramente in the person of Maria Joze da Conceiçaõ, and that they answer the following Quizitos. to the first if there was defloration or structuring; Second. What means is employed; Third. One hears carnal **copla**; Room. if it is recent; Fifth. If there was use of penotism of subestancia neticica or in the cork for the execution of the crime [...] **44-MJC-17-01-1900.**

[fol.03v] [...] the Delegate, after the said experts having declared that under the word of honour they were fulfilled to perform their duties well and faithfully, charged them to proceed to examination in the aforesaid, I say in the person of the offended, and to answer the following questions: 1° if there was with effect the deflation, according to which the means employed, third if there was carnal **copulation**, fourth if there was violence for libidinous end, fifth if the deflowering is recent? **45-MAS-27-04-1900**.

In the figure below, it is possible to observe how the Concordance function presents the results in a KWIC (KeyWord In Context) format, allowing the visualization of the term in a contextualized way, as well as the identification of the file in which the word was inserted. We selected the term copula represented in the color blue. To its right, in red color, we find another word that can be articulated to it, in this specific case it is the carnal lexia. Thus, they form a complex UT of terminological significance.

Figure 01: Search result for <copula> with the Concordance function

The screenshot shows the AntConc 3.5.7 (Windows) 2018 interface. The main window displays search results for the term 'copula' in a KWIC format. The search term is highlighted in blue, and related terms like 'carnal' and 'quarto' are highlighted in red. The results are organized into columns: Hit, KWIC, and File. The search term 'copula' is entered in the search box, and the search window size is set to 50. The interface also shows a list of files on the left and search controls at the bottom.

Source: AntConc

In the reference unit we highlight the etymological basis of the terminological unit, because it is through the etymology that important clues are found about the conceptual and defining changes.

The search for references was developed at three levels, namely: lexicographic definition, encyclopedic definition and terminological definition (LARIVIÈRE, 1996). To this end, we made use of books and manuals of Legal Medicine as well as dictionaries, specialized or not. In the etymological reference work of Professor Antenor Nascentes (1955, p. 135), the term derives from the Latin, *copula*, meaning union. The specialized lexicographic reference, however, not temporalized in the dictionary of Pedro Pinto (1921, p. 144) we find as a result - *coitus*, sex congress. In the work of Law

Professor Chrysolito de Gusmão (1945, p. 222), *copula* is represented as the material objectification of the crime is in copulation; it's the consummative moment.

We also used non-specialized lexicographic works published between 1854 and 1900, and found in Vieira, 2º VOL, 1873, p.504 - s. f. (from the Latin *copula*). Coitus, carnal gathering of two sexes; Moraes Silva, 8th ed., tome I, 1890, p. 540 - s. f. (from Latin), connection, junction. § sexual gathering. **Copula:** S. f. sexual gathering; coitus; and Figueiredo, 1899, p. 345 - union or sexual connection. (Latin *copula* - from + *apere*, call).

We finished filling out the form with the identification data of the person responsible for the information provided and date, which was carried out by Teixeira (2022).

Final considerations

We understand that the exploration of terminologies in their most diverse dimensions, be they textual, temporal, cognitive, formal, conceptual and functional were allowed by the use of a sociocognitive and historical approach in this work.

We believe that this proposition is a theoretical-methodological gain, by allowing the understanding of the (re)constructed meanings of uses of the term, glimpsing its circumstantiated socio-historical movements, (re) recognizing its users, enunciators, communicative and discursive situations, opening space to reveal the historical-social dynamics of certain communities of practices through their linguistic-terminological reverberations.

The adequacy of the terms to the cognitive categories framed as entity, activity and umbrella, according to the proposal of the Belgian researcher Rita Temmerman, in our specific case, was (and continues to be) the object of much reflection and questioning. Although I argue that a terminographer needs to know how to recognize structures that are prototypical (and that this recognition occurs through textual sources) to fit them into categories, we recognize that this is not an easy task.

Another data of unique relevance focused on the statement of Temmerman (2000a) that the prototypical structures inscribed in the *entity* category are exempt from presenting socio-historical information, since, in the author's view, they can be described ontologically. The nature of our work leads us to disagree with this perspective, because when working diachronically, or specifically with a given past synchrony, the socio-historical aspect, in its non-teleological movements of variation and structural and/or conceptual change, is essential for the construction of the polyhedral character of each and every term, even those of more recent specialty areas. Therefore, we do not believe that it is possible to construct an encyclopedic knowledge - taking the term as a unit of knowledge - without resorting to information that constitutes and is constructed in/of the dynamic nature of the term and only possible to see and understand it fully from the rescue of its roots in the diachronic dimension.

The terminological form model applied here allowed the elaboration of a more enlightening definitional statement, resolving doubts of those possibly interested in studies with diachronic bias. The terminological form presented allowed the collection, organization and presentation of relevant information for the development of a definitional statement, in the environment of meaning of the unit of knowledge in which it was applied.

We agree with Marengo (2016) when he states that socio-historical terminological studies aligned the reciprocity between the study of the linguistic system and its interrelationship with history and culture.

Sergipe was a territory in a large and abrupt process of social, political, economic and cultural change macro historically. Their social system was based on a strongly patriarchal structure, which represented male domination. The woman had no active voice, neither in the family nor in the wider society. Seen as an object, her virginity was regarded as an important part in the constitution of honor and the moral and economic value of the entire patriarchal family structure. There was an urgent need for reparation once this honor was violated, and this fact undoubtedly generated a settlement of the idea of female fragility and inferiority added to the conception of male possession and dominance.

In short, we believe that the diachronic studies of specialized languages and the discourses related to them are of great importance for the construction of a greater knowledge of the Social and Linguistic History of the Brazilian Portuguese.

References

- ANTHONY, Laurence. *AntConc (Version 3.5.7.)* Windows [Computer Software]. Tokyo, Japan: Waseda University, 2014.
- BOULANGER, Jean-Claude. Une lecture socioculturelle de la terminologie. *Cahiers de linguistique sociale*, n. 18, pp. 13-30, 1991.
- BRASIL. *Lei de 16 de dezembro de 1830*. Manda executar o Código Criminal. Rio de Janeiro, 1830. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm.
- BRASIL. *Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890*. Promulga o Código Penal. Rio de Janeiro, 1890.
- CABRÉ, Maria Teresa. *La terminología*. Teoría, metodología, aplicaciones. Barcelona: Empúries. 1993.
- CABRÉ, Maria Teresa. On Diversity and Terminology. *Terminology* 2 (1), pp. 1-16, 1995.
- CAMBRAIA, Cesar Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina popular e das Sciencias Accessorias*. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1890.
- DROUIN, Patrick. *Guide de l'utilisateur. TermoStat 3.0*. Montreal, 2010. Disponível em: http://termostat.ling.umontreal.ca/doc_termostat/doc_termostat.html. Manuel TermoStat (umontreal.ca). Acesso em: 10 maio 2020.
- DROUIN, Patrick. *TermoStat Web 3*. [Computer Software]. Montreal: Canada: University of Montreal. 2003.
- DURY, Pascaline. Building a bilingual diachronic *corpus* of Ecology: The long road to completion. *ICAME Journal*, 28, pp. 5-16, 2004.
- DURY, Pascaline. Les noms du pétrole: une approche diachronique de la métonymie onomastique. *Lexis*, 1, Polysemy/La polysémie, pp. 10-22, 2008a.

DURY, Pascaline. The rise of carbon neutral and compensation carbone: a diachronic investigation into the migration of vocabulary from the language of Ecology to newspaper language and vice-versa. *Terminology*, 14 (2), pp. 230-48, 2008b.

DURY, Pascaline; PICTON, Aurelie. Terminologie et diachronie : vers une réconciliation théorique et méthodologique ? In: *Revue Française de Linguistique Appliquée*. v. XIV, pp. 31-41, 2009.

FAULSTICH, Enilde. Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina. In: *Ciência da Informação*, v. 24, n. 3, 1995.

FAULSTICH, Enilde. Principes formels et fonctionnels de la variation en terminologie. In: *Terminology*, Amsterdam, v. 5, n. 1, pp. 93-106, 1998.

FAULSTICH, Enilde. Variação em terminologia. Aspectos de socioterminologia. In: RAMOS, G.G.; PÉREZ LAGOS, M.F. (coord.). In: *Panorama Actual de la Terminología*. Granada: Editorial Comares. pp. 65-91, 2002.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Nôvo dicionario da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmãos, 1899.

FONSECA, Mariana Augusta Conceição de Santana. *Defloramento e estupro em processos crime de Aracaju (1890-1900): descrição e análise léxico-semântica da variação terminológica*. 2020. 79 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

GEERAERTS, Dirk. Prospects and Problemas of Prototype Theory. *Linguistics*, 27-4 (302), pp. 587-61, 1989.

GUSMÃO, Chrysolito de. *Dos crimes sexuais*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos S/A, 1945.

HOFFMAN, Lothar. Textos e Termos por Lothar Hoffman. In: FINATTO, Maria José Bocorny; ZILIO, Leonardo. (ed.). *Textos e Termos por Lothar Hoffman*. Porto Alegre: Palloti, 2015.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISO 1087-1 - *Terminology work – Vocabulary – p. t. 1: Theory and application*. [Geneva]: ISO, 1995, [2000].

LAKOFF, George. *Women, Fire and Dangerous Things*. Chicago: University of Chicago Press. 1987.

LARIVIÈRE, Louise. Comment formuler une définition terminologique. *Meta*, Montréal, v. 41, n. 3, pp. 405-18, 1996.

MARENCO, Sandro Marcio Drumond Alves. *Variações terminológicas e diacronia: estudo léxico-social de documentos militares manuscritos dos séculos XVIII e XIX*. 2016. 530f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG, 2016.

MARENCO, Sandro Marcio Drumond Alves. Mudança linguística à luz da socioterminologia diacrônica: a história da cultura escrita como fator extralinguístico. *Revista de Estudos de Cultura*, Sergipe, v. 3, n. 3, set-dez, pp. 59-76, 2017.

MARENCO, Sandro Marcio Drumond Alves. Variação da terminologia jurídica: aportes diacrônicos para um (re)constructo de Faulstich, In: ARAUJO, S. S. F.; BARREIROS, L. L. S.; OLIVEIRA JR, M. *Linguagem e Sociedade*. São Paulo: Pontes Editora, 2022.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguêsa*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1955.

PINTO, Pedro. *Dicionário de termos médicos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1. ed., 1921.

ROSCH, Eleanor. Principles of Categorization. In: ROSCH, E; LLOYD, B. *Cognition and Categorization*. Hillsdale NJ: Lawrence Erlbaum Ass. Publ., 1978.

SAGER, Juan Carlos. *A Practical Course in Terminology Processing*. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 1990.

SANTOS, Luiz Djavan Silva; MARENGO, Sandro Marcio Drumond Alves. Abreviaturas de patentes na Terminologia Militar Oitocentista da Polícia Militar da Bahia. *A Cor das Letras, [S. l.]*, v. 21, n. 1, pp. 230-48, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.13102/cl.v21i1.5228>. Acesso em: 23 abr. 2023.

SILVA, Antonio Moraes e. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia de Antonio José da Rocha. 7. ed. 1890.

SOUZA, Natália Larizza Sanches. *Variação dos termos jurídicos defloramento e estupro em processos-crime no Sergipe Imperial (Aracaju, 1856-1889)*. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, p. 102, 2020.

SOUZA, Natália Larizza Sanches; TEIXEIRA, Soraya Carvalho Souza Biller; OLIVEIRA, Rafaela Neres; SANTOS, Deyvison Moreira. O léxico médico nos processos-crime de defloramento. *Revista de Estudos de Cultura*. São Cristóvão/SE, v. 4, n. 2, pp. 99-110, 2018.

TEIXEIRA, Soraya Carvalho Souza Biller. *Terminologia e Terminologia diacrônicas da Medicina Legal: um estudo dos exames de corpo de delito de mulheres violentadas sexualmente no Sergipe oitocentista*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2021.

TEIXEIRA, Soraya Carvalho Souza Biller; MARENGO, Sandro Marcio Drumond Alves; FINATTO, Maria José Bocorny. Construindo fichas terminológicas para estudos sócio-históricos. *Revista Diálogos (RevDia)*, História/s e historiografia/s de línguas. v. 10, n. 30. set./dez. – 2022. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/14784>. *Revista Diálogos (ufmt.br)*. Acesso em: 12 fev. 2023.

TEMMERMAN, Rita. Why traditional terminology theory impedes a realistic description of categories and terms in the life sciences. *Terminology*, v. 5, n. 1, pp. 77-92, 1998.

TEMMERMAN, Rita. *Towards new ways of Terminologia*. Description. The Sociocognitive Approach. Amsterdam: Benjamins. 2000a.

TEMMERMAN, Rita. Une théorie réaliste de la terminologia: le sociocognitivisme. In: *Terminologies nouvelles*. n. 21, pp. 58-64, 2000b. Disponível em: <https://www.academia.edu/31325740>. Acesso em: 11 set. 2022.

VIEIRA, Frei Domingos. *Grande dictionario portuguez ou thesouro da lingoa portugueza*. Porto: Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1871-1874.

“SE APARECER NOTÍCIAS SÉRIAS AHI, ESCREVA-ME”: CONCORDÂNCIA VERBAL EM CARTAS DO SERTÃO
BAIANO OITOCENTISTA

“SE APARECER NOTÍCIAS SÉRIAS AHI, ESCREVA-ME”: SUBJECT-VERB AGREEMENT IN LETTERS FROM THE 19TH CENTURY
BAHIAN SERTÃO

Pedro Daniel dos Santos Souza¹

Elizabeth Lopes Oliveira²

RESUMO

Este trabalho discute o encaixamento histórico da variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural no português brasileiro (PB) oitocentista, a partir de *corpus* constituído por 190 cartas escritas por 43 remetentes e dirigidas a Cícero Dantas Martins, Barão de Jeremoabo. Embora a variação da concordância verbal de terceira pessoa plural tenha sido exaustivamente estudada em dados do PB contemporâneo, tratar desse fenômeno linguístico sob uma perspectiva histórica ainda se coloca como um desafio ao pesquisador, haja vista as limitações impostas pela natureza dos *corpora* que permitem investigar fases pretéritas da língua. A par dessas limitações, fundamenta-se a presente discussão nos princípios teórico-metodológicos da Sociolinguística Histórica (ROMAINE, 1982), em diálogo com Linguística Histórica e a Filologia, buscando refletir sobre os fatores linguísticos e sociais que condicionam a variável presença/ausência de marcas explícitas de plural nas formas verbais de terceira pessoa. Por meio da submissão das variáveis ao Programa GoldVarb X, pode-se constatar o condicionamento da posição do sujeito em relação ao verbo, da caracterização semântica do sujeito, do tipo de verbo e da saliência fônica na aplicação da regra de concordância. Quanto às variáveis sociais, somente uma análise qualitativa possibilitou discutir a influência do social sobre o objeto em estudo, haja vista a limitação imposta pela natureza própria da documentação tomada como *corpus*. De modo geral, abrem-se caminhos para uma maior compreensão sobre o processo histórico da variação da concordância verbal, “pedra de toque” do português brasileiro, na direção de fazer um melhor uso de dados “limitados” e fragmentários.

PALAVRAS-CHAVE: Sociolinguística Histórica. Português brasileiro. Concordância verbal. Variação. Bahia oitocentista.

ABSTRACT

This paper discusses the historical fit of third person plural clause variation in 19th century Brazilian Portuguese (BP), based on a *corpus* of 190 letters written by 43 senders and addressed to Cícero Dantas Martins, the Baron of Jeremoabo. Although the variation in third person plural clause agreement has been exhaustively studied in contemporary BP data, dealing with this linguistic phenomenon from a historical perspective is still a challenge for researchers, given the limitations imposed by the nature of the corpora that allow investigating previous phases of the language. In addition to these limitations, the present discussion is based on the theoretical and methodological principles of Historical Sociolinguistics (ROMAINE, 1982), in dialogue with Historical Linguistics and Philology, seeking to reflect on the linguistic and social factors that condition the variable presence/absence of explicit plural marks in third-person verb forms. By submitting the

¹ Universidade do Estado da Bahia (UNEB), pdan.uneb@gmail.com, <http://orcid.org/0000-0002-7747-7451>.

² Universidade do Estado da Bahia (UNEB), betequintolopes@hotmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-2742-2759>.

variables to the GoldVarb X Program, one can see the conditioning of the position of the subject in relation to the verb, the semantic characterization of the subject, the type of verb, and phonic salience in the application of the agreement rule. As for the social variables, only a qualitative analysis made it possible to discuss the influence of the social variables on the object under study, given the limitations imposed by the nature of the documentation used as *corpus*. In general, this opens the way to a better understanding of the historical process of variation in verbal agreement, the “cornerstone” of Brazilian Portuguese, in order to make better use of “limited” and fragmentary data.

KEYWORDS: Historical Sociolinguistics. Brazilian Portuguese. Verbal agreement. Variation. 19th century Bahia.

Para início de conversa, o caminho a percorrer

Entre os diversos fenômenos linguísticos que atestam a variabilidade e mudança do português brasileiro (PB), a concordância verbal tem sido, exaustivamente, investigada sob perspectivas diversas, sobretudo no escopo da chamada Sociolinguística Variacionista. Numa perspectiva normativa, a regra da concordância verbal impõe, de forma categórica, a realização da concordância de número e pessoa entre o sujeito e o verbo das sentenças, embora sejam apontadas algumas exceções a essa regra. Nessa direção, essa abordagem não dá atenção ao aspecto variável dos usos linguísticos em situações reais de comunicação.

Em contrapartida, desde os primeiros trabalhos realizados por Lemle e Naro (1977), esse fenômeno linguístico tem sido investigado por muitos pesquisadores, com ênfase, sobretudo, em análises de dados de fala. Diante da relevância do tema para a descrição do português brasileiro do século XIX, fundamentando-nos na Sociolinguística Histórica, em seu diálogo com a Linguística Histórica e a Filologia, buscamos, neste trabalho, discutir as variáveis que condicionam o fenômeno linguístico, a fim de explicar o encaixamento histórico da variação linguística da concordância verbal de terceira pessoa do plural no português brasileiro oitocentista.

Para fundamentar nossa discussão, utilizamos um *corpus* constituído por 190 cartas dirigidas a Cícero Dantas Martins, Barão de Jeremoabo, nos sertões da Bahia, século XIX, depositadas no Centro de Documentação Fundação Clemente Mariani (fundo ABJ), em sistema de doação por comodato. Utilizamos as edições fac-similares e semidiplomáticas das referidas cartas, escritas por 43 remetentes, que foram realizadas por Carneiro (2005).

De início, a partir de uma apresentação do fenômeno da concordância verbal de terceira pessoa do plural, fundamentando-nos em estudos variacionistas, refletiremos sobre as formas de aproximações ao português brasileiro oitocentista por meio do campo da Sociolinguística Histórica e de suas relações dialógicas com a Linguística Histórica, a Sociolinguística Variacionista e a Filologia. Em seguida, faremos uma apresentação do *corpus* no qual se baseia nossa discussão. Por fim, apresentaremos uma análise da variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural, descrevendo os resultados obtidos, referentes às variáveis linguísticas *posição do sujeito em relação ao verbo*, *caracterização semântica do sujeito*, *tipo de verbo* e *saliência fônica*, que foram selecionadas pelo Programa GoldVarb X como estatisticamente relevantes para a aplicação da regra de concordância. Ademais, buscando

“fazer o melhor uso dos maus dados”, faremos uma análise qualitativa, na medida do possível, a partir do perfil social dos remetentes e as ocorrências de concordância nas cartas, com destaque para os contextos de não marcação explícita de plural.

1. Concordância verbal, do presente ao passado: formas de aproximações

No âmbito dos estudos sociolinguísticos no Brasil, que se iniciaram, sobretudo, com os trabalhos do *Programa de estudo sobre o uso da língua* (PEUL), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no final da década de 1970, temos o pioneiro estudo sobre a concordância verbal, apresentado no relatório de pesquisa intitulado *Competências básicas do português*, de Miriam Lemle e Anthony Naro (1977). A partir desse primeiro trabalho, podemos observar um consenso entre os estudiosos de que a regra de concordância verbal é variável no PB, diferentemente do que se pode afirmar sobre o português europeu (PE), em que a regra de concordância seria aplicada de forma categórica, embora seja necessária uma pesquisa mais sistemática desse uso em Portugal³.

Trazendo sua contribuição à investigação sobre o fenômeno em discussão, Lucchesi (2015) apresentou resultados de uma análise quantitativa da variação no uso da regra de concordância verbal de terceira pessoa no vernáculo de falantes de quatro bairros populares da cidade de Salvador, Bahia. Seguindo os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista e adotando a perspectiva da polarização sociolinguística do Brasil, o autor considera o contato entre línguas um fator preponderante para a formação das variedades populares do português brasileiro. A partir de uma amostra do vernáculo de moradores de bairros populares de Salvador, com pouca ou nenhuma escolaridade, Lucchesi (2015) realizou uma análise em tempo aparente, buscando descrever o processo diacrônico da variação, que constitui a atualização do processo de mudança em um ponto do devir histórico da língua. Vale destacar que a opção por apresentar resultados da Bahia deve-se ao fato de nosso estudo dizer respeito a dados da escrita no contexto desse Estado.

Segundo o autor, a amostra tomada como *corpus* de investigação faz parte do *Acervo de Fala Vernácula do Português Popular da Cidade de Salvador-Bahia*, que integra o *Projeto Vertentes*, sendo constituída por 48 entrevistas de tipo sociolinguístico, realizadas com moradores de quatro bairros populares de Salvador, a saber: Itapuã, Liberdade, Plataforma e Cajazeiras. Os informantes possuem de zero a quatro anos de escolaridade e distribuem-se por sexo e três faixas etárias: (I) 25 a 35 anos; (II) 45 a 55 anos; (III) mais de 65 anos. Lucchesi (2015) formalizou o fenômeno em estudo como uma variável linguística, nos termos propostos por Weinreich, Labov e Herzog ([1968] 2006), com duas variantes: aplicação ou não da regra de concordância nas formas verbais finitas ligadas a um sujeito na terceira pessoa do plural, respectivamente, conforme os exemplos apresentados pelo

³ Para melhor compreensão da questão, sugerimos a leitura de trabalhos, com *corpus* sociolinguisticamente constituído, que demonstram o caráter semicategórico dos padrões de concordância no PE, a saber:

i) VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BAZENGA, Aline. Patterns of third person verbal agreement. *Journal of Portuguese Linguistics* 12(2), pp. 7-50, 2013.

ii) VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. Tipologia de regras linguísticas e estatuto das variedades/línguas: a concordância em português. *Linguística*, 30(2), pp. 81-112, 2014.

próprio autor (LUCCHESI, 2015, p. 172): (i) *Eles moram comigo*; (ii) *As menina fazia*, no meu cabelo, trança embutida.

Após a coleta e a codificação dos dados para o processamento quantitativo pelo Programa GoldVarb, Lucchesi (2015) observou que o resultado básico da quantificação revelou uma frequência de aplicação da regra de praticamente 27% do total das ocorrências do *corpus*. Fazendo um cotejo com as demais variedades populares do português no Estado da Bahia, o autor apresenta um *continuum*, com a proeminência da variedade da capital, de um lado, e, de outro, o distanciamento da variedade usada em comunidades rurais isoladas formadas por descendentes diretos de escravos africanos, consideradas comunidades afro-brasileiras, muitas delas oriundas de antigos quilombos. A discussão proposta sobre o *continuum* fundamenta-se nos dados apresentados na tabela 1.

Tabela 1: Frequência de aplicação da regra de concordância verbal junto à terceira pessoa do plural em variedades do português popular do Estado da Bahia

Português popular	Ocorrências	Frequência
De Salvador	623/2.300	27,1%
De Feira de Santana	321/1.310	24,5%
Do interior do Estado	487/2.283	21,3%
De comunidades afro-brasileiras	237/1.706	16%

Fonte: Lucchesi (2015, p. 174).

Na tabela 1, podemos constatar maior frequência de aplicação da regra na capital, que corresponde a 27,1% e, progressivamente, vemos que esse percentual cai quando se trata de variedades do português popular de uma cidade de médio porte (Feira de Santana), que tem mais de 500 mil habitantes, correspondendo a 24,5%. Seguindo essa direção de queda da frequência, temos os municípios do interior do Estado, cuja sede teria menos de 100 mil habitantes (Santo Antônio de Jesus e Poções), com um percentual de 21,3%; chegando às comunidades rurais afro-brasileiras, caracterizadas por uma baixa frequência de aplicação da regra de concordância verbal, que fica em 16%. Para o autor, o *continuum* seria uma evidência do processo de nivelamento linguístico que se caracteriza pela propagação dos modelos da norma urbana de prestígio das grandes cidades brasileiras para as demais variedades linguísticas e as regiões do país, tendo como veículos de difusão os meios de comunicação de massa, a escolarização e o deslocamento populacional.

Contribuindo com os estudos sócio-históricos sobre a variação da concordância verbal em português, Souza (2005) realizou um dos trabalhos pioneiros em sua dissertação, intitulada *Concordância verbal em português: o que nos revela o período arcaico?* O autor investigou a questão diacrônica da variação da concordância verbal na primeira fase do período arcaico da língua portuguesa, entre os séculos XIII e XIV, a partir de um *corpus* constituído por textos literários e não-literários (oficiais, particulares e institucionais) representativos da produção medieval portuguesa.

Embora tenha voltado a atenção para o período arcaico, considera que a realização do trabalho teria o intuito de tornar também mais preciso o conhecimento acerca do português brasileiro, no caminho de sua história, em consonância com a proposta sugerida por Rosa Virgínia Mattos e Silva⁴. Em suas análises, o autor buscou sistematizar as variáveis que controlavam a variação do fenômeno linguístico, aplicando o modelo teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, procedimento que caracteriza a Sociolinguística Histórica.

Sabemos que a Sociolinguística toma como seu objeto teórico a variação linguística; no entanto, para investigarmos esse fenômeno, que é inerente às línguas, em fases pretéritas, não dispomos de outros materiais que não sejam os dados da escrita. Nessa direção, a opção por estudar a variação no passado coloca em evidência a necessidade de traçarmos um panorama geral das abordagens, das perspectivas e dos procedimentos teórico-metodológicos que fundamentam o campo da Sociolinguística Histórica, como o trabalho pioneiro de Suzanne Romaine (1982), e, principalmente, de seus respectivos diálogos com a Linguística Histórica, a Sociolinguística Variacionista e a Filologia, embora outras aproximações interdisciplinares possam ser arroladas nessa interlocução.

Sendo a mudança linguística a realidade empírica da Linguística Histórica (FARACO, 2005), esse campo começou a firmar-se ainda no século XVIII, com o objetivo de investigar e descrever as mudanças que as línguas sofrem no decorrer do tempo. Mattos e Silva (2008, p. 8) destaca que,

Tradicionalmente, define-se a linguística histórica como o campo da linguística que trata de interpretar mudanças – fônicas, mórficas, sintáticas e semântico-lexicais – ao longo do tempo histórico, em que uma língua ou uma família de línguas é utilizada por seus utentes em determinável espaço geográfico e em determinável território, não necessariamente contínuo.

Essa tradição de estudos já se atentava para a heterogeneidade da língua, uma vez que, ao longo do tempo, muitos são os fatores condicionantes, tanto linguísticos quanto sociais, que influenciam a mudança linguística. Embora a emergência da Sociolinguística, que impulsionou estudos mais sistemáticos da variação linguística, tenha ocorrido na década de 1960, a preocupação com essa realidade das línguas remonta há muito antes. Nevalainen e Raumolin-Brunberg (2012, p. 22) destacam que a “natureza social da língua humana foi reconhecida por dialectologistas e linguistas históricos e antropológicos no final do século XIX e início do século XX, mas demorou muito mais tempo para a sociolinguística se estabelecer como um campo da linguística” (tradução nossa).

A aplicação dos métodos de análises variacionistas a dados do passado foi crucial para a consolidação da Sociolinguística Histórica, embora tenha suscitado alguns problemas. Para Romaine (1982), o estudo da variação não seria um interesse exclusivo da Sociolinguística, haja vista que a Linguística Histórica e a Dialectologia, antes mesmo daquela, já voltavam sua atenção para o estudo da variação linguística através do tempo e do espaço. Ademais, a autora chama a atenção para o fato de que esses campos têm o mesmo objetivo referente ao estudo da língua, ou seja, a variação

⁴ O autor destaca que a motivação para sua pesquisa se fundamentou na proposição feita por Rosa Virgínia Mattos e Silva na obra: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Contribuição para a leitura crítica de textos medievais portugueses: sintaxe e grafia. *Actes du Colloque Textuelle Portugaise*. Paris: Gulbenkian, 1986. pp. 85-98.

linguística; entretanto, a Sociolinguística não deveria apenas desenvolver pesquisas em amostras de língua falada, uma vez que a variação também ocorre na língua escrita, que poderá ser considerada como fonte de dados.

Quanto à segurança do material histórico, o trabalho filológico é condição necessária para garantir a qualidade desses recursos na constituição de *corpus*. Nessa direção, dada a importância dos dados a serem utilizados em estudos de sincronias passadas, Mattos e Silva (2008, p. 15) destaca que:

[...] não se pode nem se deve utilizar qualquer edição de texto do passado para a análise histórico-diacrônica: a edição tem de ter sido feita com *rigor filológico* e com o objetivo claro de servir a estudos linguísticos; há edições úteis ao historiador ou ao estudioso da literatura ou ao chamado grande público, mas que, contudo, não devem ser usadas para estudos de história linguística.

Diante do exposto, podemos evidenciar que, apesar dos problemas metodológicos e das limitações existentes na Sociolinguística Histórica, essa “disciplina” possui muita importância, principalmente por permitir a realização de pesquisas que implicam situações socioculturais passadas, as quais não podem mais ser observadas ou experienciadas pelo pesquisador, colocando-o na condição de “Ouvir o inaudível” (LASS, 1997, p. 45). Essa é uma condição complexa e ao mesmo tempo necessária para que o pesquisador possa reconhecer que a evolução dos sistemas linguísticos e sociais ocorre devido às situações sócio-históricas dos falantes, considerando o princípio de que, estudando o passado, se pode compreender ou explicar o presente. Na outra direção, temos a possibilidade de, através do presente, como propõem as pesquisas em Sociolinguística Variacionista, entrever o passado, base do princípio do uniformitarismo, que considera que as forças que operam no presente são as mesmas que atuaram sobre a variação linguística no passado.

A par das questões aqui sinalizadas, apoiando-nos no arcabouço teórico-metodológico da Sociolinguística Histórica, trataremos da variação da concordância verbal em cartas escritas no sertão da Bahia, no século XIX. Na próxima seção, apresentaremos uma breve caracterização desse *corpus*.

2. Cartas ao Barão de Jeremoabo: breve caracterização do *corpus*

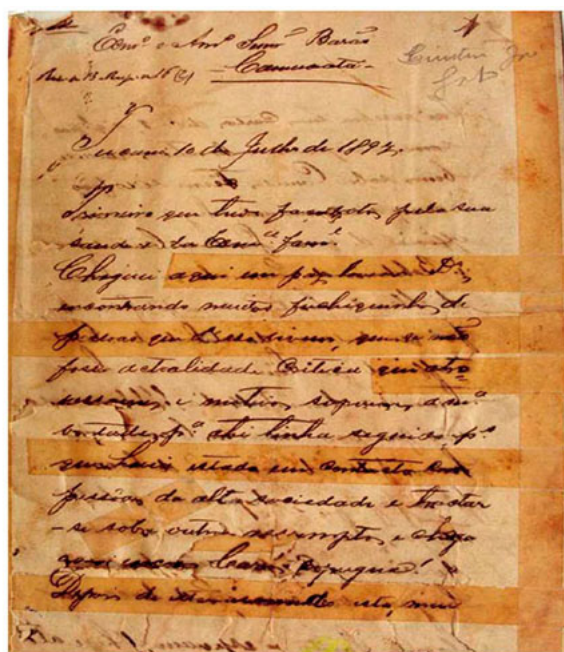
Embora se reconheça a importância dos dados registrados em textos escritos, a constituição de *corpora* precisa estar alinhada aos objetivos traçados na investigação de cada pesquisador que pretende enveredar-se pelos caminhos da Sociolinguística Histórica. Assim, sendo o texto escrito o material empírico de análise, faz-se necessário um trabalho filológico contundente, com vistas a uma interpretação fidedigna dos dados.

Considerando que a constituição de *corpora* não literários editados para o estudo do português brasileiro constitui uma prática recente, Carneiro (2005) destaca que o projeto *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB), iniciado em 1997, sob a coordenação de Ataliba Teixeira de Castilho, veio congregar interesses nessa direção. Assim, desde sua formação, os pesquisadores do PHPB têm enfrentado a agenda de constituição de *corpora* históricos, o que coloca em evidência questões e

problemas envolvendo a seleção de amostras linguísticas do português desde sua transplantação para a América.

Fazendo enfrentamento aos desafios propostos pelas pesquisas sócio-históricas do português brasileiro, a nossa discussão fundamenta-se em *corpus* constituído por 190 cartas, de circulação privada, escritas por sertanejos baianos ao Coronel Barão de Jeremoabo, Cícero Dantas Martins, entre 1880 e 1903. Essas missivas foram editadas por Zenaide de Oliveira Novais Carneiro (2005), em versão diplomático-interpretativa (ou semidiplomática), o "tipo de edição [que] demonstrou ser o mais apropriado para estudos linguísticos, por preservar o texto original" (CARNEIRO, 2005, p. 88). Além disso, a autora também traz a edição fac-similar dessa documentação, disponível no *site* do *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão* (CE-DOHS)⁵. As cartas escritas por 43 remetentes, no século XIX, são de caráter pessoal, na medida em que apresentam mensagens particulares entre parentes e amigos do Barão de Jeremoabo. No conjunto, a maioria é datada, mas há algumas que não são datadas, escritas por três remetentes, a saber: Alexandre Ferreira Moreira, Antônio Ferreira e José dos Santos Nascimento, com datas prováveis para 1898 a 1900. Em termos ilustrativos, na figura 1, reproduzimos um fôlio de uma das cartas editadas.

Figura 1: Edições fac-similar e semidiplomática da Carta 332



Carta 332

ABJ. P16D47-0789. Documento contendo oito fôlios. Papel almaço com pautas. Fita adesiva em todos os fôlios. Inserção de terceiros a lápis: "Quintino José Galo". Há notas do barão de Jeremoabo na margem superior: "Gallo" | "Recebida a 13 - Respondida a 16 (2)"

Excelentissimo e Amigo Senhor Barão | Camuciata | 1 |

Tucano 10 de Julho de 1897. |

Primeiro que tudo faço votos pela sua | saude e da Excelentissima familia. |
Cheguei aqui em paz louvado Deus | encontrando muitos fuchiquinhos de | pessoas que disso vivem, que se não | fosse actualidade critica que atrá | vessamos e motivos superiores a minha | vontade, para ali tinha seguido pois | que havia estado em contacto com | pessoas da alta sociedade e tractar | se sobre outros assumptos e chega | [...] ⁵² Caros, repugna! |
Depois de estar escrevendo esta, meu |

Fonte: Carneiro (2005, p. 1724).

Sobre a localização geográfica, de acordo com Carneiro (2005), são cartas do interior da Bahia. Como se trata de regiões rurais pouco documentadas, a autora traz interessantes observações de um funcionário da polícia, Durval Vieira de Aguiar, que teria visitado essas localidades em 1882, em

⁵ A documentação também pode ser acessada por meio do link: <http://www5.uefs.br/cedohs/view/coletaneas.html>

viagem de trabalho. A pesquisadora reitera que essas impressões foram, originalmente, publicadas no Diário da Bahia nesse período, sendo, inclusive, usadas por Euclides da Cunha em seus relatos de viagem.

Em sua tese, Carneiro (2005) ainda traz importantes informações sobre os remetentes, destacando algumas características particulares. Ao se referir às cartas provenientes da Cidade da “Bahia”, como era chamada a capital da província, afirma que estas foram escritas por dois remetentes, trazendo a seguinte informação: 35 cartas escritas pelo primo do Barão de Jeremoabo, Benício Penalva, comerciante de peles de Itapicuru, provavelmente nascido nessa região, já residindo em Salvador, para acompanhar os estudos de seus filhos, como destaca diversas vezes em sua correspondência, período em que assumiu as funções de oficial de registro. As outras duas cartas da “Bahia”, datadas entre 26 e 29 de novembro de 1891, foram escritas pelo afilhado do Barão de Jeremoabo, Amaro Tavares de Macedo, tabelião interino de Jeremoabo, quando lá esteve em viagem. Em relação aos remetentes de modo geral, a pesquisadora faz os esclarecimentos:

Trata-se de 43 remetentes baianos e, portanto, brasileiros nascidos/ou radicados nas seguintes localidades: 1 (Abobreira), 2 (Bom Conselho, atual Cícero Dantas), 2 (Bonfim), 1 (Conde), 1 (Patrocínio do Coité, atual Paripiranga), 1 (Cumbe, atual Euclides da Cunha), 1 (Fazenda Cortiço, atual Euclides da Cunha), 1 (Fazenda Ilha, atual Euclides da Cunha), 10 (Itapicuru), 9 (Jeremoabo), 1 (Monte Alegre), 1 (Monte Santo), 3 (Ribeira do Pombal), 1 (Santa Rita do Rio Preto), 1 (Serrinha), 5 (Tucano) e 2 outros baianos, por inferência (CARNEIRO, 2005, p. 132).

Com relação aos dados biográficos dos remetentes, segundo Carneiro (2005, pp. 116-7), “embora não tenha sido possível determinar o local de nascimento de todos os remetentes, eles são seguramente brasileiros e amigos do barão”. Confirmando as informações, a autora acrescenta que o Barão não teria se referido a nenhum português no seu livro de notas. Após realizar um levantamento preliminar, constatou que, nos arquivos referentes ao Barão, há apenas um português radicado em Sergipe.

Sobre as datas de nascimento dos remetentes, a pesquisadora “identificou entre 1851-1880: ponto no tempo, 1875, sendo possível também identificar a idade de parte dos remetentes, a partir da data de nascimento e do cruzamento com a data de escrita da carta, com idade média entre 13 e 65 anos” (CARNEIRO, 2005, p. 139). Considerando a importância da informação, destaca-se o remetente mais jovem, o menino Potâmio [Américo de Souza] de 13 anos, afilhado do Barão de Jeremoabo.

Ao traçar o perfil desses remetentes, Carneiro (2005) sinaliza que quase todos são proprietários de terras, o que, para a autora, denota-se tratar, principalmente, de uma elite local. Ademais, ainda aparecem, entre os escreventes, vaqueiros e alguns comerciantes. A autora considera tratar-se, portanto, de “uma elite pouco letrada” (CARNEIRO, 2005, p. 268).

A despeito da caracterização sociológica dos remetentes, Carneiro (2005) apresenta dados reveladores sobre o sistema educacional brasileiro no período colonial; em específico, traz

informações sobre construções de escolas no interior da Bahia no século XIX, com destaque para a região Nordeste e a Chapada Diamantina, onde, provavelmente, teriam estudado os remetentes do Barão de Jeremoabo. Sobre a população geral e escolar, tomou como base o recenseamento de 1875 e as impressões de Durval Vieira de Aguiar (1882) sobre o semiárido baiano. Com relação aos índices de alfabetizados, Carneiro (2005) acrescenta que as localidades onde residiam os remetentes, naquele Censo, apresentaram bons níveis de escolarização, a exemplo de Itapicuru e Jeremoabo. Frente a essa realidade, a autora adverte que, no período em questão, não seria possível falar de um português culto, “mas, apenas, de um português semi-culto, e, principalmente, de um português popular, se, de fato, o processo de escolarização ocorreu nessa região nos termos como parece evidenciado pelos dados apresentados nos itens precedentes” (CARNEIRO, 2005, p. 263). A par dessa constatação, Carneiro (2005) ainda acrescenta que, provavelmente, seria essa a variedade que aparece nas cartas remetidas ao Barão de Jeremoabo, Cícero Dantas Martins. Em contrapartida, a pesquisadora faz ainda a ressalva de que a grande maioria dessas localidades, de onde vieram as referidas cartas, não tinha aulas maiores, ou mesmo cursos preparatórios.

No que concerne ao gênero, Carneiro (2005) ressalta que as 190 cartas direcionadas ao Barão de Jeremoabo foram, majoritariamente, escritas por homens; desse total, apenas duas cartas foram escritas por uma mulher, a remetente Mariana Cordeiro da Silva Miranda, radicada em Tucano, professora de primeiras letras em Patrocínio de Coité, esposa de Marcelino Pereira de Miranda, também um dos remetentes. Refletindo sobre essa questão, a autora infere que a taxa de iletrados entre as mulheres é alta, sobretudo entre as mulheres das classes menos abastadas. Para tanto, destaca que o “ensino de primeiras letras para mulheres, tanto no espaço doméstico, quanto nos conventos ou recolhimentos, era fundamentalmente destinado às mulheres de classes mais ricas” (CARNEIRO, 2005, p. 268).

Considerando os aspectos sociais relevantes para a discussão sobre o perfil social dos remetentes e do seu comportamento quanto aos usos da concordância verbal de terceira pessoa nas missivas escritas por eles, na próxima seção, apresentaremos a análise dos dados.

3. Variação da concordância verbal em cartas da Bahia: uma análise dos dados

Nesta seção, apresentaremos uma análise dos dados, descrevendo a variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural no português brasileiro a partir de *corpus* constituído por 190 missivas datadas de 1880 a 1903, escritas por 43 remetentes dirigidas a Cícero Dantas Martins, Barão de Jeremoabo, textos que se configuram representativos para este estudo. Nossa investigação consiste em refletir sobre o encaixamento histórico desse fenômeno linguístico no século XIX, nos sertões da Bahia. Considerando o conjunto de cartas analisadas, localizamos 835 contextos de terceira pessoa do plural, sendo que, em 739 contextos, ou seja, em 88,5% dos dados, ocorre a variante *presença de marcas explícitas de plural nos verbos* e, em 96 contextos, que correspondem a 11,5% dos dados, a variante *ausência de marcas*, ou *variante zero*. Nos exemplos 1 e 3 abaixo, apresentamos a variante *marcas explícitas de plural* e, em 2 e 4, a variante *sem marcas explícitas*, observadas em nosso *corpus*:

- (1) **Estes senhores vivem** aqui sómente a conta| do erario publico, e nada mais, (C311, 2v)⁶;
- (2) **As balas de estheleria** não| **produziu** o menor effeito nos| templos (C320, 1v);
- (3) no dia| das arrematações o Marcelino| apareceu fazendo as arremata=|coes **que foram** as seguintes:| (C324, 1r);
- (4) Esta Villa| esta completamente dizerta, agora foi que **chegou**| **umas 3 familias**; até o Vigario retirou-se com a família e| até esta data não chegou. (C321, 1v-2r).

Inicialmente, procederemos à análise dos dados, observando a influência das variáveis linguísticas na aplicação da regra variável de concordância verbal de terceira pessoa do plural. Considerando alguns trabalhos sobre a variação da concordância verbal no PB contemporâneo, optamos por observar a influência de cinco variáveis que demonstraram ser, estatisticamente, relevantes para o estudo do fenômeno variável em questão, quais sejam: saliência fônica; realização do sujeito; posição do sujeito em relação ao verbo; tipo de verbo; e caracterização semântica do sujeito. Ao submetermos os dados ao GoldVarb X, apenas quatro variáveis foram selecionadas, na seguinte ordem: (1) posição do sujeito em relação ao verbo; (2) caracterização semântica do sujeito; (3) tipo de verbo; e (4) saliência fônica. Na discussão dos dados que se segue, apresentaremos os resultados conforme a ordem de seleção das variáveis.

Sendo a concordância verbal o mecanismo sintático que prevê a coesão estrutural entre o sujeito e o verbo das orações, visto que ambos devem referir-se à mesma pessoa gramatical, como prescrito pela gramática normativa, optamos por excluir da análise dos dados as ocorrências em que a diferença entre as formas de singular e de plural ocorre apenas por meio da acento gráfico, a exemplo dos dados (5) e (6), mesmo sendo possível observar a intenção do remetente quanto à marcação do plural, como no exemplo (7):

- (5) a couza por aqui| melhorou muito, isto é pelo menos| **os abusos** não **tem** se reproduzido com|| com tanto escandalo. (C312, 1v-2r);
- (6) e quanto **as despesas de trans-|porte** não **tem** <nada> com *Vossa Excelência*. (C313, 1v);
- (7) Sou de opinião| que **as aguas thermais d'aqui** ja **teem** perdido parte da força| salutifera que **dispunhão** para| a cura de certas enfermidades, (C429, 1v).

Da mesma forma, excluimos de nossa discussão ocorrências do verbo *haver* como impessoal, uma vez que, como determina a prescrição gramatical, sua concordância deve ser na 3ª pessoa do singular. Chama nossa atenção a concordância realizada no dado (8):

⁶ Após os dados, informamos o número da carta, conforme Carneiro (2005), seguido da indicação do fôlio em que teriam sido localizadas as ocorrências de contextos de 3ª pessoa do plural. Indicamos também, em negrito, o sujeito e o verbo em análise.

- (8) O que vai nos alimentando| é que muitos dos quaes não| **havião** noticias e que| se julgava mortos vão| apparecendo. (C453, 3v).

Outro contexto descartado da nossa análise envolve a chamada concordância ideológica, que, em termos normativistas, é tratada como uma figura de sintaxe, a *silepse*. Semanticamente, essa figura de sintaxe ocorre em contextos que expressam uma noção de plural coletivo, justificando, portanto, a concordância. A silepse de número ocorre, portanto, quando o sujeito singular for concebido como plural, como ocorre com os termos coletivos. Nos dados (9) a (13), apresentamos algumas ocorrências em nosso *corpus*:

- (9) **Povo** do Conselheiro entusias| mado pela victoria, **marcham** com grande furia ignorando-se| o destino (C320, 2r);
- (10) Foi nomiado *Juis* de| Direito do Pombal o *Doutor*| Manuel Pereira veja este mun| do seo amigo assim como| outros baxareis *que* tudo tem| virado essa **jente que aspirão**| posiçoens *quanto mais* os vejo menos (C408, 1v);
- (11) O tal **Ba-|talhão** d'aqui em numero de 20 etantos que| **andão** percorrendo a rúa, é disarmado| só avança, aproza, o alferis tem mos-|trado coragem se tivessem com *quem talvez*=|reagisse (C464 2r-2v);
- (12) A **gen-|te** que vai, **são** pouco praticos. (C473, 1v);
- (13) as peçôas desta villa asi| asinarão e **gente que** nem aqui **estavão** neça| ocausão apariçeo as firma (C489, 1v).

Como mencionado, a nossa discussão se enquadra na perspectiva teórico-metodológica da Sociolinguística Histórica e, devido à impossibilidade de definição de variáveis sociais que permitissem uma análise quantitativa a partir da submissão ao Programa de análise estatística GoldVarb X, procedemos também a uma análise qualitativa, buscando fazer "o melhor uso dos maus dados". Assim, não perdendo de vista a importância das variáveis sociais, enquanto fatores condicionantes da aplicação, ou não, da regra de concordância verbal, e suas limitações no *corpus*, realizamos uma análise qualitativa, descrevendo o perfil sociológico dos remetentes e, na medida do possível, discutindo sua relação com a variação em estudo.

Uma apresentação inicial dos contextos desfavorecedores de aplicação da regra de concordância no português brasileiro oitocentista pode também ser observada no trabalho de Souza (2014), que fez uma descrição de alguns casos, sem apresentar uma análise quantitativa. Apresentamos, a seguir, uma análise de cunho quantitativo e qualitativo, com vistas a refletir sobre caminhos para compreensão do encaixamento histórico do fenômeno variável da concordância verbal no português brasileiro.

3.1. Analisando a influência das variáveis linguísticas

Considerando os trabalhos sobre a aplicação da regra variável de concordância verbal de terceira pessoa, em *corpus* de língua falada do PB contemporâneo, optamos por observar a influência de 5 (cinco) variáveis linguísticas, conforme mencionamos. Para a definição das variáveis linguísticas, consideramos algumas daquelas que têm se mostrado relevantes para os estudos realizados no campo da Sociolinguística Variacionista. Como destacamos, a nossa análise sobre a influência das variáveis linguísticas foi realizada a partir dos 835 contextos de terceira pessoa do plural, localizados nas 190 cartas ao Barão de Jeremoabo. As variáveis linguísticas que se mostraram significativas, considerando o grau de relevância estatística, foram selecionadas pelo Programa GoldVarb X na seguinte ordem: (1) posição do sujeito em relação ao verbo; (2) caracterização semântica do sujeito; (3) tipo de verbo; e (4) saliência fônica.

No português, a sequência sujeito-verbo-objeto, ou seja, a ordem SVO, é passível de variação, podendo o sujeito aparecer posposto ou anteposto ao verbo. Nos primeiros trabalhos de Lemle e Naro (1977), a variável *posição do sujeito em relação ao verbo* já se inscrevia como uma importante variável no tratamento da concordância verbal de terceira pessoa do plural. Trabalhos posteriores também apontaram a influência dessa variável, constatando que a probabilidade de haver concordância quando o sujeito está posposto ao verbo é menor do que com o sujeito anteposto, uma vez que o sujeito, quando posposto ao verbo, passa a ser supostamente encarado como objeto pelo falante, que não aplica a regra de concordância, por não considerá-lo sujeito da sentença. Essa explicação pode ser aplicada aos contextos dos verbos inacusativos. Em contrapartida, se os verbos forem transitivos, trata-se apenas de uma questão de processamento.

Considerando a hipótese de que a anteposição e a contiguidade do sujeito ao verbo favorecem a realização de marcas explícitas de plural, observamos, nas cartas ao Barão de Jeremoabo, a influência da variável posição do sujeito, a partir de quatro variantes: *sujeito anteposto contíguo ao verbo*, exemplo (14); *sujeito anteposto não contíguo ao verbo*, exemplo (15); *sujeito posposto contíguo ao verbo*, exemplo (16); e *sujeito posposto não contíguo ao verbo*, exemplo (17).

- (14) travando-se logo renhida lucta que **as forças le|gaes viu**-se obrigadas á rexaçar para o acam[pa]mento| tendo grandes baixas. (C321, 1r);
- (15) Tenho em mão seo favor de 11 do andante| que muito alegroume por saber que a| Excelentissima Comadre já vai melhorada; **Deos| e sua Santicima May** lhe **prolongue|** vida e robusta saúde. (C334, 1v);
- (16) Se **aparecer| noticias serias** ahi, escreva-me. (C332, 3v);
- (17) **Realisou-se** no dia 16 deste **os ca|samentos de minhas filhas**, e pela fel|icidade que a ellas assegura **Vossa Excelência|** summamente vos sou **mais grato.**| (C411, 1v);

Destacamos que, tendo em vista a natureza da variável em análise, o comportamento das variantes só pode ser observado nas ocorrências de sujeito realizado. Assim, dos 835 dados, 498 correspondem a contextos de realização do sujeito, nos quais foi possível proceder à análise da variável *posição do sujeito em relação ao verbo*. Com a definição dessa variável em quatro variantes, também podemos observar a influência da contiguidade.

O comportamento dessa variável, considerando quatro variantes, como exemplificado nas ocorrências (14) a (17), também foi observado e comprovado nos estudos de Souza (2005) sobre o português arcaico. O pesquisador optou por definir quatro fatores, levando-se em conta, além da posição, a presença ou não de elementos intervenientes entre o sujeito e a forma verbal. A opção escolhida por Souza (2005) justificou-se por entender que, em função do aspecto estrutural da língua portuguesa, os falantes tendem a considerar os sintagmas nominais pré-verbais como elementos favoráveis para ocuparem a posição de sujeito, diferentemente dos sintagmas nominais pós-verbais, que deixam sobressair características de objeto (complemento verbal).

Em nosso estudo, assim como no trabalho de Souza (2005), optamos por considerar as quatro variantes – sujeito anteposto contíguo ao verbo, sujeito anteposto não contíguo ao verbo, sujeito posposto contíguo ao verbo, sujeito posposto não contíguo ao verbo –, reconhecendo, portanto, a contiguidade da posição do sujeito em relação ao verbo como elemento favorecedor da aplicação da concordância. Nesses termos, aventamos que não só a anteposição do sujeito condiciona a aplicação da regra de concordância, mas também a não existência de elementos intervenientes entre o sujeito e o verbo. Com isso, consideramos a relevância da coesão estrutural para o fenômeno estudado. A variável posição do sujeito em relação ao verbo foi selecionada como a mais significativa, estatisticamente, pelo Programa GoldVarb X. Na tabela 2, são apresentados os resultados.

Tabela 2: Aplicação de marcas de concordância verbal em formas verbais de 3ª pessoa do plural, considerando a posição e contiguidade do sujeito em relação ao verbo

Variantes	Frequência	Peso Relativo
Sujeito anteposto contíguo ao verbo	208/223 (93,3%)	0,660
Sujeito anteposto não contíguo ao verbo	114/134 (85,1%)	0,496
Sujeito posposto contíguo ao verbo	59/90 (65,6%)	0,284
Sujeito posposto não contíguo ao verbo	32/52 (61,5%)	0,230

Fonte: elaboração dos autores.

Nos resultados apresentados na tabela 2, observamos que, em 223 contextos de sujeito anteposto contíguo ao verbo, 208 dados exibem marcas explícitas de plural, correspondendo a 93,3%. Nas ocorrências de sujeito anteposto não contíguo ao verbo (134 dados), temos um percentual de 85,1% de aplicação da regra de concordância. Quanto à posposição, quando o sujeito está posposto contíguo ao verbo (90 dados), há 65,6% de ocorrências com marcas explícitas de plural; se o sujeito está posposto mas não está contíguo ao verbo (32 dados), a percentagem de ocorrências com marcas explícitas passa a 61,5%.

Em termos de condicionamento dessa variável na aplicação da regra de concordância, podemos observar um favorecimento da anteposição do sujeito ao verbo, sobretudo quanto o sujeito se encontra contíguo ao verbo, exibindo peso relativo de 0,666. Se compararmos com o sujeito posposto contíguo ao verbo, verificamos uma diferença significativa, já que essa variante exibe peso relativo de 0,284.

Quanto à contiguidade, podemos observar um maior condicionamento nos contextos de anteposição ao verbo, uma vez que, com o sujeito contíguo, o peso relativo é de 0,660, caindo para 0,496 no caso do sujeito não se encontrar contíguo ao verbo. Nos dados de posposição do sujeito, verificamos uma pequena diferença quanto à contiguidade: enquanto sujeito posposto contíguo ao verbo exibe peso relativo de 0,284, o sujeito posposto não contíguo exibe um peso relativo de 0,230. Dessa forma, podemos considerar uma maior relevância da contiguidade para as ocorrências de sujeito anteposto ao verbo.

A segunda variável selecionada pelo GoldVarb X foi a *caracterização semântica do sujeito*, que se relaciona à definição dos traços [+humano] e [-humano] para os núcleos dos sujeitos das formas verbais. Essa variável também tem se revelado um recurso de grande importância para explicar a variação na concordância verbal no PB contemporâneo. Nos exemplos (18) e (19), apresentamos ocorrências da variável dependente com a variante [+humano] e, nos exemplos (20) e (21), com a variante [-humano], observadas no *corpus*:

- (18) **Estes senhores vivem** aqui sómente a conta| do erario publico, e nada mais, (C311, 2v);
- (19) Agora vamos entrar em analy|se da celebre eleição que no| dia 1º Março teve lugar-| **apareceu muitos eleitores** (espe|culadores-) e com estes tra=|taram da eleição que foi| uma vergonha, fingindo| boca de urna-. (C324, 2v);
- (20) **As cousas** por aqui **correm**| sempre favoravel a nós, sempre| tomando proporção importantiss|ma (C325, 1r);
- (21) **As balas de estheleria** não| **produziu** o menor effeito nos| templos (C320, 1v).

Nesse trabalho, assumimos a hipótese de que o traço [+humano] favorece a aplicação da regra de concordância verbal de 3ª pessoa do plural. Ao submetermos os dados ao GoldVarb X, a variável *caracterização semântica do sujeito* foi o segundo grupo de fatores selecionado, haja vista sua relevância estatística. Na tabela 3, apresentamos os resultados.

Tabela 3: Aplicação de marcas de concordância verbal em formas verbais de 3ª pessoa do plural, considerando a caracterização semântica do sujeito

Variantes	Frequência	Peso Relativo
+ Humano	610/656 (93%)	0,562
- Humano	129/179 (72,1%)	0,287

Fonte: elaboração dos autores.

Considerando a frequência dos dados, de 656 ocorrências de sujeito [+humano], em 93%, ocorrem as marcas explícitas de plural, enquanto que, dos 179 dados de sujeito [-humano], 72,1% exibem a aplicação da regra. O peso relativo de 0,562 para sujeito [+ humano] evidencia um condicionamento sobre a aplicação da regra de concordância verbal, ao passo que o peso relativo de 0,287 para sujeito [-humano] evidencia o desfavorecimento da presença de marcas explícitas de plural. Diante disso, podemos constatar que o traço [+humano] do sujeito favorece a aplicação da regra de concordância mais do que quando o sujeito apresenta o traço [-humano], confirmando, assim, a relevância da variável *caracterização semântica do sujeito no corpus* estudado.

A terceira variável selecionada – *tipo de verbo* – relaciona-se diretamente com o tipo de argumento selecionado pelo verbo para desempenhar a função de sujeito da oração. Os verbos controlados nesse grupo de fatores foram divididos em cinco categorias: (i) *transitivos*, que fazem a seleção de dois argumentos, um externo (sujeito) e um interno (objeto); (ii) *inacusativos* ou *ergativos*, que selecionam um argumento interno, gerado na posição de complemento do verbo, embora não seja possível atribuir-lhe caso acusativo, ou seja, o caso de objeto; (iii) *inergativos*, que selecionam um argumento externo, figurando na posição de especificador do verbo e, conseqüentemente, desempenhando o papel de agente da ação verbal; (iv) *cópula*, que seleciona uma *small clause*; e (v) *auxiliares/modais*. Nos exemplos (22) a (26), apresentamos, respectivamente, dados relativos às variantes observadas quanto à variável *tipo de verbo*:

- (22) Me foi entregue sua carta de 8 do| vigente; é serto que **as forças rece-|berão** balla e muita da garganta de| Cocorobó até Canudos, sendo o| ataque em Cocorobó no dia 25 do *passado* (C418, 1v) – *verbo transitivo*;
- (23) Há toda convenien-|cia em mandar a estação marítima preve-|nir ao agente para logo que **chegue os zebús|** providenciar para o embarque de bordo. (C399, 1v) – *verbo inacusativo ou ergativo*;
- (24) Alguns eleitores d'es|te municipio, **que votão** no Aporá, são amigos do compadre| Guinou (C438, 5v) – *verbo inergativo*;
- (25) As bandalheiras| officiaes não lhe **são** estranhas, e| por conseguinte deixo de mencio-|nal-as, (C391, 1v) – *cópula*;
- (26) Os nossos adversarios hão de fazer tanta| couza, que depois não **poderão** sahir-|se do sipoal que estão tessendo. (C382, 2v) – *verbo modal/auxiliar*.

Em relação aos verbos categorizados, numa abordagem tradicional, de *intransitivos*, consideramos dois comportamentos distintos, descritos nos itens (ii) e (iii), como verbos *inacusativos* ou *ergativos* e verbos *inergativos*, nessa ordem. Também em sua pesquisa, Souza (2005) observou o comportamento dessas duas categorias, assim apresentadas:

- i) verbos inacusativos ou ergativos, que selecionam um argumento interno, gerado na posição de complemento do verbo (tradicionalmente chamado de objeto);
- ii) verbos inergativos, que selecionam um argumento externo, que se projeta como especificador do verbo – em termos gerativistas, SpecVP (SOUZA, 2005, p. 81).

Os resultados apresentados pelo autor indicaram que os verbos inacusativos favorecem menos as marcas explícitas de plural em função do argumento selecionado. Considerando que o sujeito selecionado pelo verbo inacusativo “exibe um comportamento de complemento verbal” (SOUZA, 2005, p. 80), o usuário da língua acaba não percebendo as relações formais entre o verbo e o sujeito, aumentando a probabilidade da não ocorrência de marcas explícitas de concordância, uma vez que o sujeito selecionado compartilha propriedades semânticas com os objetos diretos dos verbos transitivos diretos. Nesse ínterim, defende a existência de menor ocorrência de aplicação da regra de concordância com esse tipo de verbo, entendendo que o falante é levado a interpretar o sujeito da oração como objeto direto, causando a ausência de concordância. Em contrapartida, os verbos inergativos podem favorecer a aplicação da regra.

Em nossa investigação, caracterizamos a variável *tipo de verbo* em cinco fatores, como apresentado nos exemplos (22) a (26), respectivamente, *verbo transitivo*, *verbo inacusativo* ou *ergativo*, *verbo inergativo*, *cópula* e *verbo auxiliar/modal*. Assumimos também a hipótese de Souza (2005) quanto à baixa influência dos verbos inacusativos na aplicação da regra de concordância verbal, em função do argumento que selecionam, ou seja, ao fato de selecionarem um argumento interno que, sintaticamente, é classificado como sujeito. Ao submetermos, nossos dados ao Programa GoldVarb X, *tipo de verbo* foi a terceira variável a ser escolhida, dada sua relevância estatística. Na tabela 4, apresentamos a distribuição da variável no *corpus*.

Tabela 4: Aplicação de marcas de concordância verbal em formas verbais de 3ª pessoa do plural, considerando o tipo de verbo

Variantes	Frequência	Peso Relativo
Verbos transitivos	322/353 (91,2%)	0,383
Verbos inergativos	85/88 (96,6%)	0,764
Verbos ergativos ou inacusativos	89/134 (66,4%)	0,297
Verbos auxiliares/modais	82/88 (93,2%)	0,611
Cópula	161/172 (93,6%)	0,694

Fonte: elaboração dos autores.

Observando os resultados apresentados na tabela 4, podemos constatar pouca diferença entre as frequências, com exceção dos verbos inacusativos. De modo geral, temos a seguinte distribuição das ocorrências: 91,2% de concordância nos verbos transitivos; 96,6% nos verbos inergativos; 93,2% nos verbos auxiliares/modais e, por fim, 93,6% na cópula. Em contrapartida, evidenciamos

um contraste significativo quanto aos verbos inacusativos, com frequência de apenas 66,4% de aplicação da regra de concordância, em comparação aos demais tipos de verbos. O desfavorecimento dos verbos inacusativos na realização de marcas explícitas de concordância fica evidente quando consideramos o peso relativo exibido de 0,297, em relação aos outros tipos. Chama também a atenção como se comportam os verbos transitivos: embora exibam uma frequência não muito distante das outras variantes, exceto em relação aos verbos inacusativos, o peso relativo de 0,383 demonstra seu desfavorecimento na aplicação da regra.

Os verbos inergativos, que também selecionam apenas um argumento, mas de caráter externo, exibem peso relativo de 0,764, demonstrando que esse fator condiciona a realização de marcas sobre a variável dependente presença/ausência de marcas explícitas de plural. Vale considerar que a cópula e os verbos auxiliares/modais, no *corpus* analisado, não demonstraram muita diferença, mas verificamos o favorecimento desses fatores na realização da concordância, exibindo pesos relativos de 0,694 e de 0,611, respectivamente.

Destacamos o comportamento dos verbos inacusativos ou ergativos, confirmando nossa hipótese de que estes, ao selecionarem um argumento interno que, sintaticamente, assume a função de sujeito do verbo, desfavorecem a aplicação da regra de concordância, uma vez que esse argumento é "gerado" na posição de complemento do verbo.

A última variável linguística selecionada pelo GoldVarb foi a variável *saliência fônica*, que consiste em diferenciar o grau morfológico entre a forma da terceira pessoa do plural e a terceira pessoa do singular. Lemle e Naro (1997) já consideravam como princípio básico que, quanto maior a diferença morfofonológica entre a forma marcada e a forma não marcada, maior será a possibilidade de o falante aplicar a regra de concordância de terceira pessoa. A partir dessa constatação, essa variável passou a ser observada por estudos variacionistas em *corpora* falados de diversos espaços, revelando ser um fator crucial na aplicação da regra de concordância verbal no português brasileiro, sendo que formas mais salientes geralmente são mais perceptíveis e, portanto, tendem a ser mais marcadas do que as menos salientes.

Em sua pesquisa, Souza (2005, p. 67) observou o comportamento da saliência fônica a partir de dois fatores, a saber:

- a) formas menos salientes (*auya~auyã, sabha~sabhã*), cuja diferença entre as formas revela-se apenas pelo traço nasalidade que, no *corpus* analisado, é marcado de duas maneiras: uso do ~ (til); ocorrência variável de uma consoante nasal *m~n*.
- b) formas mais salientes (*fez~fezeru, ueo~ueeron*), em que se observa a presença de outros elementos além da nasalidade. Também foram consideradas como mais salientes as oposições que, embora se distinguissem pelo traço nasalidade, tal marca recai sobre a sílaba tônica, como a oposição *sta~stã*.

Em nossa investigação, também observamos o comportamento das duas variantes, ou seja, *formas menos salientes* e *formas mais salientes*, em função da natureza do *corpus* e, conseqüentemente, das limitações quanto ao número de dados. Em (27) a (30), exemplificamos os níveis de saliência fônica observados:

a) *formas menos salientes:*

- (27) agora, da inclusão dos nossos| futuros candidatos – Tote e Casuzinha – n’esta proxi=|ma eleição – **Os nomes de Lago e Reis acha muito**| acertados por aqui (C318, 2r) – *acha ~acham*;
- (28) não da-se [...]um| espaço de 3 meses que não| se **manifeste casos fataes| de fome!!!** (C326, 2r) – *manifeste ~ manifestem*.

b) *formas mais salientes:*

- (29) não desconhece que| nós da oposição sabemos mais respe|tar as leis, do que os **Srs governistas, que**| so **quer** a ladroeira, e assassinato etc etc.| (C311, 2r) – *quer ~ querem*;
- (30) **Estas noticias** aqui **pro|duziu** profunda sensação. (C320, 1v) – *produziu ~ produziram*.

A variável saliência fônica foi a última selecionada pelo GoldVarb X. Na tabela 5, apresentamos os resultados da análise estatística realizada pelo Programa.

Tabela 5: Aplicação de marcas de concordância verbal em formas verbais de 3ª pessoa de plural, considerando a variável saliência fônica

Variantes	Frequência	Peso Relativo
Formas mais salientes	549/599 (91,7%)	0,551
Formas menos salientes	190/236 (80,5)	0,374

Fonte: elaboração dos autores.

Os dados apresentados na tabela 5 confirmam a influência da saliência fônica no fenômeno variável. Vale destacar que, dos 599 contextos de terceira do plural com formas mais salientes, 549 dados exibem marcas explícitas de plural, totalizando um percentual de 91,7%. Nos contextos de formas menos salientes, num total de 236 ocorrências, a concordância ocorre em 190 dados, o que equivale a 80,5% dos casos. Verificamos a influência dessa variável quando comparamos os pesos relativos: de 0,551 para as formas mais salientes, em oposição ao peso relativo de 0,374 para as formas menos salientes.

Diante desses resultados, podemos concluir que, no *corpus* analisado, os contextos de maior saliência são favorecedores de marcas de concordância, como atestaram os trabalhos em dados de língua falada. Os resultados, além de corroborarem os referidos trabalhos, confirmam nossa hipótese quanto à influência dessa variável na explicitação das marcas de concordância verbal. Ademais, podemos considerar que, já no português brasileiro oitocentista e, em específico, no português “falado” dos sertões da Bahia, encontramos indícios da influência da variável saliência fônica na

aplicação da regra de concordância verbal de terceira pessoa do plural, na medida em que as cartas analisadas nos permitem "ouvir o inaudível".

Antes de concluirmos essa seção, apresentamos uma breve discussão sobre dados que refletem a oralidade dos escreventes, como podemos observar nas ocorrências (31) e (32):

- (31) O general Oscar, depois que| aqui chegou vindo de Queimadas| foi com espaço de poucos dias| ao Cumbe, quando voltou| foi a Queimadas, e depois desse ultimo regresso de novo foi| ao Cumbe; para alli e Massa-|cara tem estado em idas e voltas| diversos batalhões, ficando de| guarnição o general Flores| com a 3ª brigada| e lá, conforme ja lhe participei **aprehendeiro** diversas cargas de viveres que| conduzião para os santinhos. (C448, 1v);
- (32) Os jagunco do conselheiro| arazarão toda mobila do| José Amirico e as telhas da casa| e quirião queimar a casa assim| como a Ilha da mai do Americo| deixarão de fazer por quando estavam| tratando diso foi **recebero** car-|ta do concelheiro que o acudiçe|que as tropas estão muito perto| com caro Rosario elles em adia-|tamento seguirão o mandão des|tes decertes érá otal Pajaú [...] (C479, 1v).

Nos dados (31) e (32), podemos observar marcas explícitas de plural (*aprehendeiro*, *recebero*), embora não correspondendo à norma padrão da língua portuguesa (*apreenderam*, *receberam*). Ao observarmos como foram grafadas as formas verbais *aprehendeiro* e *recebero*, percebemos uma redução fonológica, caracterizada pela ausência do elemento vocálico nasal, evidenciando uma representação da oralidade na escrita, comportamento que, geralmente, ocorre na fala de pessoas menos escolarizadas no PB contemporâneo. Essa forma não padrão de terceira pessoa de plural pode ser observada em formas mais salientes, como a distinção verificada nessas ocorrências: apreendeu ~ apreenderam (*aprehendeiro*); recebeu ~ receberam (*recebero*). Essa forma de representação de plural na escrita, por sua vez, coloca em evidência que se trata de um fenômeno que ocorria no PB do século XIX.

3.2. Sobre o social na variação da concordância verbal

Como destacamos, um dos desafios que se coloca para os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Sociolinguística Histórica diz respeito à definição do perfil social dos informantes e, conseqüentemente, de variáveis sociais, sobretudo quanto recuamos cada vez mais a fases pretéritas da língua. Diferentemente dos estudos em Sociolinguística Variacionista, que permitem ao pesquisador fazer um controle das variáveis sociais que pretende investigar, a exemplo da escolaridade, faixa etária, sexo/gênero, entre outras, as abordagens sócio-históricas precisam lidar, em muitos casos, com a fragmentariedade dessas informações.

Mesmo diante da opacidade de informações, buscamos sistematizar o perfil social dos remetentes, com vistas a identificarmos traços que pudessem levar ao entendimento dos dados e à influência de variáveis sociais na aplicação da regra de concordância. Assim, conseguimos identificar a seguinte distribuição quanto às principais atividades/profissões dos remetentes: 11 intendentess municipais,

um “político”, 14 proprietários rurais, 2 tabeliões, 2 agentes de correio, 2 pequenos comerciantes, 3 professores de primeiras letras, um coletor das Rendas Provinciais, um juiz de paz e 6 vaqueiros. Na tabela 6, indicamos a frequência das ocorrências.

Tabela 6: Distribuição dos dados por principal atividade/profissão do remetente

Profissões	Variante <i>presença</i> de marcas explícitas	Variante <i>ausência</i> de marcas explícitas	Total
Agentes de Correio	126 (77,3%)	37 (22,7%)	163 (19,5%)
Pequenos comerciantes	17 (85%)	3 (15%)	20 (2,4%)
Vaqueiros	22 (88%)	3 (12%)	25 (3%)
Intendentes	225 (88,6%)	29 (11,4%)	254 (30,4%)
Proprietários rurais	281 (92,4%)	23 (7,6%)	304 (36,4%)
Tabeliões	45 (97,8)	1 (2,2%)	46 (5,5%)
Político	8 (100%)	-	8 (1%)
Coletor de rendas	6 (100%)	-	6 (0,7%)
Juiz de paz	6 (100%)	-	6 (0,7%)
Professores de primeiras letras	3 (100%)	-	3 (0,4)
TOTAL	739 (88,5%)	96 (11,5%)	835

Fonte: elaboração dos autores.

Apresentamos, na tabela 6, as ocorrências da variação da concordância verbal de 3ª pessoa do plural em termos percentuais. Considerando a variante ausência de marcas explícitas, evidenciamos uma maior frequência na escrita dos agentes de Correio (22,7%), seguidos dos pequenos comerciantes (15%), dos vaqueiros (12%), dos intendentes (11,4%), dos proprietários rurais (7,6%) e, por fim, dos tabeliões (2,2%). Destacamos ainda que, nas cartas do político, do coletor de Rendas Provinciais, do juiz de paz e dos professores de primeiras letras, não houve ocorrência da variante ausência de marcas explícitas de plural.

Embora não seja possível um controle sistemático das variáveis sociais como faixa etária, sexo e escolaridade, as informações sistematizadas podem fornecer algumas pistas para uma maior compreensão quanto à influência do social sobre os usos linguísticos dos remetentes. Vale destacar que, dos 43 remetentes, apenas na escrita de 21 encontramos ocorrências da variante zero da concordância verbal. Na tabela 7, apresentamos uma distribuição dos dados de não aplicação da regra de concordância pelos respectivos remetentes, não perdendo de vista que se trata de distribuição individual das frequências de ocorrências sem marcas explícitas.

Tabela 7: Distribuição das ocorrências da variante zero pelos remetentes

Remetente	Quantidade de cartas que escreveu	Ocorrências
Antero de Cirqueira Gallo	14	31/96
Benicio Penalva de Faria	42	11/96
Antonio Ferreira de Brito	15	8/96
Marcelino Pereira de Miranda	13	8/96
Manoel F. Menezes	9	6/96
Quintino José Galo	14	6/96
João Cardoso Varjão	1	4/96
Alexandre Ferreira Moreira	5	3/96
João Cordeiro d' Andrade	5	3/96
Victor Marcolino de Menezes	8	3/96
Annibal Galvão de Oliveira	1	1/96
Antonio Lourenço de carvalho	1	1/96
Augusto da Silva Ribeiro	3	1/96
F. Marcondes Machado	2	1/96
Domingos Victor de Jesuz	1	1/96
Galdino Ferreira Mattos	2	1/96
Gustavo de Caldas Britto	1	1/96
Jeronimo de Almeida Soares	1	1/96
José de Faria Góes	7	1/96
Jose Lins Barreto	1	1/96
Tiburtino Perreira de Mattos	1	1/96

Fonte: elaboração dos autores.

Embora os dados apresentados na tabela 7 não possam ser analisados sem se levar em conta o quantitativo de cartas escritas por cada um dos remetentes e, ainda, considerando as ocorrências sem marcas explícitas de concordância, num total de 96 dados, o que corresponde a 11,5% do *corpus*, chama nossa atenção o expressivo número de ocorrências de contextos sem concordância nas missivas de Antero de Cirqueira Gallo, 31 casos de marca zero, seguidas das cartas de Benicio Penalva de Faria, com 11 dados, e de Antonio Ferreira de Brito e Marcelino Pereira de Miranda, ambos com 8 dados também sem concordância. Em relação ao remetente Antero de Cirqueira Gallo, embora tivesse como principais atividades sua atuação - como Agente do Correio em Tucano, no Estado da Bahia, sendo ainda Escrivão e “político” nessa localidade, era amigo e noivo da afilhada do Barão de Jeremoabo, o que poderia justificar o significativo número de missivas escritas ao Barão de Jeremoabo. O remetente teria apenas o nível primário e demonstra o domínio da pena. Trata-se de um informante com um nível médio de letramento e, considerando os indicadores sociais, estaria, portanto, numa classe imediatamente inferior à classe alta, mas, ainda, letrada.

O segundo remetente, Benício Penalva de Faria, era radicado em Itapicuru, embora tenha passado uma temporada na Bahia (Salvador) quando acompanhou os estudos dos filhos. Além disso, teria também o nível primário e frequentado a Escola de primeiras letras. Entre as principais atividades, destacam-se: vereador em Barracão (Rio Real), Conselheiro municipal na primeira Câmara Municipal de Barracão, na Bahia, comerciante de peles, assumindo, ainda, o cargo de Oficial de registro de imóveis de Salvador, em data posterior à escrita das cartas (1890-1902). Tinha o título de Coronel da Guarda Nacional. Primo do Barão de Jeremoabo e remetente que mais o escreveu (42 cartas), sendo localizadas 11/96 ocorrências de contextos de ausência de marcas explícitas de concordância verbal.

Já Antonio Ferreira de Brito era primo e compadre do Barão de Jeremoabo, cujas cartas apresentaram 8/96 ocorrências da variante zero. Era radicado em Ribeira do Pombal, Bahia. Teria também frequentado a Escola de primeiras letras, possuindo, portanto, o nível primário. Suas principais atividades teriam sido: chefe político em Ribeira do Pombal na Bahia, vereador, delegado, Conselheiro Municipal e Intendente de Pombal.

Com um total de 13 cartas escritas e também um quantitativo de 8/96 de ocorrências com marcas zero, temos o remetente Marcelino Pereira de Miranda. Radicado em Tucano Bahia, possuía o nível primário, estudou na Escola de primeiras letras, foi delegado, intendente e Tenente Coronel da Guarda Municipal.

No *corpus* em estudo, identificamos 6 vaqueiros: João Vitorino de Carvalho, João Vieira de Andrade, José dos Santos Nascimento, Jose Lins Barreto, Domingos Victor de Jesus e Tiburtino Perreira de Mattoz; cada um escreveu apenas uma carta. Nas cartas de 3 vaqueiros, encontramos dados com ausência de marcas explícitas de plural em contextos de terceira pessoa. Não fizemos uma análise com vistas a tratar a habilidade desses vaqueiros com a escrita, na direção de mensurar se se trata de sujeitos pouco hábeis ou inábeis, como discute Santiago (2019), trabalho que pretendemos realizar *a posteriori*.

Os remetentes, em sua maioria, possuíam nível primário de escolaridade, sendo considerados sujeitos pertencentes a uma elite “letrada”. No entanto, ainda vislumbramos a necessidade de uma análise verticalizada em relação ao grau de habilidade com a escrita, o que não foi possível realizar neste trabalho.

Para finalizar, algumas considerações...

Nossa análise da variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural no PB oitocentista, em dados do *corpus* constituído por 190 missivas, escritas por 43 remetentes dirigidas ao Barão de Jeremoabo, apontou resultados significativos para uma reflexão sobre o encaixamento histórico da concordância verbal no século XIX, nos sertões da Bahia.

Ao analisarmos o conjunto de 190 cartas, encontramos 835 contextos de terceira pessoa do plural, sendo que, em 739 contextos, ocorre a variante *presença de marcas explícitas de plural nos verbos* e, em 96 contextos, que corresponde a 11,5% dos dados, ocorre a variante *ausência de marcas*,

ou *variante zero*. Os dados revelaram o condicionamento das variáveis linguísticas *posição do sujeito em relação ao verbo, caracterização semântica do sujeito, tipo de verbo e saliência fônica* na aplicação da regra variável de concordância verbal. Diante dos desafios inscritos na Sociolinguística Histórica, sobretudo a “fragmentariedade” dos dados quanto à distribuição social dos remetentes das cartas, não foi possível definir variáveis sociais para submeter à análise do Programa GoldVarb X, como sexo, faixa etária, escolaridade, entre outras. Apresentamos, portanto, uma análise qualitativa do componente social, a partir das informações fornecidas pelo perfil sociológico dos remetentes.

Considerando o número de ocorrências sem marcas de plural nas cartas analisadas nesse *corpus*, não podemos deixar de considerar uma possível influência dos fatores extralingüísticos na aplicação da regra de concordância. Entretanto, como não realizamos uma análise estatística, fazendo o controle de variáveis sociais, fica ainda em aberto uma questão: em que medida os fatores extralingüísticos influenciam na aplicação da regra de concordância verbal de terceira pessoa do plural em fases pretéritas do português brasileiro?

Como evidenciamos, a variação na concordância verbal em contextos de terceira pessoa do plural não constitui um fenômeno restrito ao PB falado na atual sincronia, mas também ocorreu em fases pretéritas da língua. Vale destacar que esses resultados de ocorrências de não marcação de plural em ordem direta, com verbos de alta saliência fônica e próximos ao sujeito não costumam ser registradas no PE. Assim, ao que tudo indica, trata-se de variantes que já demonstram o perfil particular do PB, que, diferentemente do PE, tomou feições próprias, sendo a não concordância padrão marca relevante dessa identidade. Os dados, sucintamente aqui descritos, demonstraram ainda que existe uma variação dos usos da concordância verbal nos Oitocentos que, na maioria dos casos, coincide com contextos que a (des)favorecem no PB contemporâneo e que têm sido objeto de investigação sistemática desde o trabalho pioneiro de Lemle e Naro (1977).

Ademais, seguindo a conclusão de Souza (2014), consideramos que, embora o input da não aplicação da regra de concordância verbal seja menor, os contextos são similares aos que se revelam como desfavorecedores em pesquisas que se fundamentam em *corpora* de língua falada (LUCCHESI, 2015), possibilitando-nos refletir sobre dados diacrônicos que poderão contribuir para uma confirmação do problema do encaixamento histórico da variação da concordância verbal, “pedra de toque” da gramática do português brasileiro.

Referências

CARNEIRO, Zenaide de O. Novais. *Cartas brasileiras (1808-1904): um estudo linguístico-filológico*. 2005. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2005.

LASS, Roger. *Historical linguistics and language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

- LEMLE, Mirian; NARO, Anthony Julius. *Competências básicas do português*. Rio de Janeiro: Fundação MOBRAL; Fundação Ford, 1977.
- LUCCHESI, Dante. A variação na concordância verbal no português popular da cidade de Salvador. *Revista Estudos: Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 52, pp. 166-204, ago./dez. 2015.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008.
- NEVALAINEN, Terttu; RAUMOLIN-BRUNBERG, Helena. Historical Sociolinguistics: origins, motivations, and paradigms. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, Juan Manuel; CONDE-SILVESTRE, Juan Camilo (org.). *The handbook of historical sociolinguistics*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012. pp. 22-40.
- ROMAINE, Suzanne. *Socio-historical linguistics: its status and methodology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- SANTIAGO, Huda da Silva. *A escrita por “mãos inábeis”*: uma proposta de caracterização. 2019. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- SOUZA, Pedro Daniel dos Santos. *Concordância verbal em português: o que nos revela o período arcaico?* 2005. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- SOUZA, Pedro Daniel dos Santos. Português brasileiro, sintaxe e história: usos da concordância verbal no século XIX. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, CiFEFiL, ano 20, n. 58, pp. 705-15, jan./abr. 2014.
- WEINREICH, Uriel, LABOV, William e HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, [1968] 2006.

USOS DE “PERO BUENO”, “PERO VAMOS” E “PERO CLARO” NO ESPANHOL PENINSULAR COLOQUIAL*USES OF “PERO BUENO”, “PERO VAMOS” AND “PERO CLARO” IN COLOQUIAL PENINSULAR SPANISH*Talita Storti Garcia¹Carolina da Costa Pedro²**RESUMO**

Este artigo tem como objetivo apresentar os papéis do juntor *pero* em combinação com *bueno*, *vamos* e *claro* em um *corpus* do espanhol peninsular falado sob perspectiva funcionalista. O aparato teórico-metodológico utilizado é o da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). Sob essa perspectiva, verificou-se que *pero*, ao acompanhar elementos como *bueno*, *vamos*, e *claro*, pode conferir sentido contrastivo e codificar a função retórica Concessão, quando atua como operador de Ato Discursivo, ou pode atuar exclusivamente no monitoramento da interação. Esses dois usos são codificados de forma diferente no Nível Fonológico, o que foi constatado por meio do programa Praat. Quando atua como operador de Ato, *pero* apresenta o padrão entonacional complexo descendente-ascendente; por outro lado, quando atua no monitoramento da interação, *pero* apresenta o padrão entonacional descendente. O universo de investigação é embasado no *corpus* PRESEEA (Proyecto para el Estudio Sociolingüístico del Español de España y de América), base de dados disponível online.

PALAVRAS-CHAVE: Pero bueno. Pero vamos. Pero claro. Gramática discursivo-funcional. Espanhol.

ABSTRACT

This paper aims to present the roles of the joiner *pero* in combination with *bueno*, *vamos* and *claro* in a spoken Spanish *corpus* from a functionalist perspective. The theoretical and methodological framework used is the Functional Discourse Grammar (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). From this perspective, it was verified that *pero*, when accompanying elements like *bueno*, *vamos*, and *claro*, can confer contrastive meaning and encode the rhetorical function Concession, when it acts as a Discourse Act operator, or it can act exclusively in monitoring the interaction. These two uses are encoded differently at the Phonological Level, which was verified using the Praat program. When acting as an Act operator, *pero* presents the descending-ascending complex intonational pattern; on the other hand, when acting in monitoring interaction, *pero*, in combination with those on the screen, presents the descending intonational pattern. The research universe is based on the PRESEEA *corpus* (Proyecto para el Estudio Sociolingüístico del Español de España y de América), a database available online.

KEYWORDS: Pero bueno. Pero vamos. Pero claro. Functionalism. Spanish.

¹ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), talita.garcia@unesp.br, <https://orcid.org/0000-0001-8695-6086>

² Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), costa.pedro@unesp.br, <https://orcid.org/0000-0003-0130-966X>

Considerações iniciais

Este artigo tem como objetivo apresentar os papéis do juntor *pero* em combinação com *bueno*, *vamos* e *claro* em um *corpus* do espanhol peninsular falado sob perspectiva funcionalista. O aparato teórico-metodológico utilizado é o da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). De acordo com a RAE & ASALE³ (2009), a oração coordenada adversativa apresenta elementos que se contrapõem. O juntor prototípico que expressa adversidade em contextos afirmativos no espanhol é *pero*, como mostra (1) a seguir:

- (1) *Es muy habilidoso, pero tiene muchas lesiones* (RAE & ASALE, 2010, p. 616)
[É muito habilidoso, mas tem muitas lesões]

Em (1), exemplo que se refere a um jogador de futebol e sua possível contratação, as orações *es muy habilidoso* e *tiene muchas lesiones* são colocadas em contraposição, pois, ao admitir que alguém é habilidoso, o ouvinte pressupõe que o jogador é saudável e que não possui lesões. Ao colocar duas informações em contraste, em (1), o falante faz questão de acrescentar uma informação que julga ser importante, nesse caso, a existência de lesões. Assim, do ponto de vista comunicativo, *pero* introduz, de acordo com o ponto de vista do falante, uma informação relevante, ou seja, comunicativamente importante (Cf. PEDRO, 2021).

Ainda de acordo com a *Manual de la Nueva Gramática la Lengua Española*, há casos em que *pero* não conecta períodos, mas expressa ‘conexões mentais’ (RAE & ASALE, 2010, p. 616) que vão além da oração, atuando como um conector discursivo, como mostra (2):

- (2) *Pero ¿qué fue lo que te dijo?* (RAE & ASALE, 2010, p. 804)
[Mas o que foi que ele te disse?]

Em (2), *pero* ainda é interpretado como um juntor adversativo, mas, para estabelecer seu significado, informações prévias por parte dos interlocutores são necessárias. Esse tipo de uso de *pero*, ainda segundo a RAE & ASALE (2010, p. 616), introduz uma reação do locutor (enfática ou atenuada) às palavras do interlocutor.

Em Pedro (2020) observamos que esses dois usos de *pero* configuram, à luz do modelo da Gramática Discursivo-Funcional de Hengeveld e Mackenzie (2008), operador de Ato, no caso de (1), e operador de Movimento, no caso de (2), já que *pero* assinala relações que ocorrem no Nível Interpessoal, na camada do Ato Discursivo e do Movimento.

A partir desse estudo anterior verificamos que *pero* pode se combinar com outros elementos, tais como *bueno*, *vamos* e *claro*, formando as estruturas *pero bueno*, *pero vamos* e *pero claro*, sobre as quais nos debruçamos no presente artigo, conforme mostram as ocorrências (3), (4) e (5):

³ Esta publicação foi realizada pela Real Academia Española e pela Asociación de Academias de la Lengua Española.

(3)

E: *¿Y qué actividades hicisteis?*I: *Pues el primer día llegamos muy tarde llegamos a las tres o a las cuatro de la mañana por de madrugada y nos levantamos sobre las diez después estuvimos ensayando comimos en un restaurante al lado de una central hidroeléctrica o algo de eso o al lado de una empresa es que no me acuerdo y después nos fuimos a ensayar por la tarde estuvimos toda la tarde ensayando y después comimos por la noche nos acostamos al día cantábamos tuvimos que levantarnos muy temprano comer a las once de la mañana comer un trozo de pescado y muy mal la verdad que a esa hora no apetece **pero bueno**.*E: *¿Lo comisteis todo? ESEGRA-02*

[E: E quais atividades vocês fizeram?

I: Bom no primeiro dia chegamos muito tarde, chegamos às três ou às quatro da manhã, de madrugada, e nos levantamos umas dez depois ficamos ensaiando comemos em um restaurante ao lado de uma central hidroelétrica ou algo assim ou ao lado de uma empresa, não me lembro, e depois fomos ensaiar de tarde, ficamos a tarde toda ensaiando e depois comemos pela noite nos deitamos de dia cantávamos, tivemos que nos levantar muito cedo, comer às onze horas da manhã comer um pedaço de peixe e muito ruim na verdade comer esse horário não apetece, **mas tudo bem**.

E: Comeram todo o peixe?]

(4)

E: *¿y por qué? ¿por qué es perder el tiempo hacer otra carrera?*I: *pues porque yo lo que necesito es trabajar es primer objetivo ahora mismo*E: *¿y cómo?*I: *aparte de otros personales **pero vamos***E: *sí sí*I: *socialmente sí mi objetivo es trabajar en algo y ganarme un poco el pan porque mis padres ya están un poco hartos de aguantarme como yo a ellos **pero vamos***E: *¿pero si lo hicieras a la vez? (ALCA_M13_005)*

[e por que? Por que é perda tempo fazer outra faculdade?

I: porque o que eu preciso é trabalhar é o primeiro objetivo agora

E: e como?

I: além de outros (objetivos) pessoais, **mas tudo bem**

E: sim sim

I: socialmente sim meu objetivo é trabalhar em alguma coisa e ganhar um dinheiro porque meus pais já estão um pouco cansados de me aturar, assim como eu também estou com eles **mas tudo bem**

I: mas e se você fizesse ao mesmo tempo?]

(5)

I: *yo me sitúo en el bando de los que sí están a favor de la eutanasia pero claro no de no de la eutanasia sin límites ¿no? estoy a favor de la filosofía de que una persona en una situación de muerte segura en una situación de dolor inhumano insoportable que le aboga a una muerte segura* (03, H, G, 25, S)

[I: eu me situo no grupo dos que sim estão a favor da eutanásia **mas claro** não da eutanásia sem limites, né? Estou a favor da filosofia de que uma pessoa em uma situação de certeza de morte em uma situação de dor inumana insuportável que negocie uma morte segura]

Como se pode observar, os usos de *pero bueno*, *pero vamos* e *pero claro* não são os mesmos nos três casos apresentados. Em (3) e em (4), *pero bueno* e *pero vamos* poderiam claramente ser retirados e não afetariam a gramaticalidade da oração, o que não acontece em (5), em que *pero claro* é necessário porque aporta significado contrastivo. Nesse caso, na verdade, apenas *claro* poderia ser omitido, pois *pero* é a conjunção que marca o contraste entre dois elementos, *yo me sitúo en el bando de los que sí están a favor de la eutanásia*, e *no de la eutanasia sin límites*. Podemos dizer, em outras palavras, que em (3) e em (4), *pero bueno* e *pero vamos* não veiculam contraste, o que já não ocorre com *pero claro* em (5).

A partir dessas três ocorrências, percebemos claramente que a relação entre *pero* e os elementos *bueno*, *vamos* e *claro* pode ser diferente, pois ora ambos os elementos não veiculam contraste, apresentando um funcionamento apenas discursivo, como ocorre em com *pero bueno* em (3) e com *pero vamos* em (4), ora apenas um elemento é vazio, como é o caso de *claro* em (5).

Gili Gaya (1980) afirma que alguns juntores, bastante utilizados na língua falada, servem para apoiar o falante durante a interação, funcionando como muletas em um discurso⁴ (GILI GAYA, p. 326, 1980). Eles estão desvinculados, portanto, de suas próprias funções e significados, e passam a ser vagas indicações de continuidade ou simples “recheios” de uma conversa. Para o autor, essas conjunções são chamadas juntores extraoracionais⁵ e podem servir para dar continuidade a um discurso ou para marcar a transição do discurso a outra pessoa. Esses dois papéis parecem ser o caso do juntor *pero* nos contextos que serão aqui discutidos.

Neste trabalho, voltamo-nos para os usos de *pero bueno*, *pero vamos* e *pero claro* a fim de analisar o papel de *pero* ao ser acompanhado por esses elementos (*bueno*, *vamos* e *claro*) a fim de verificar as possíveis motivações desse juntor sob o escopo da Gramática Discursivo-Funcional.

1. A Gramática Discursivo-Funcional: algumas considerações teóricas

Para embasar a análise, apresentamos, a seguir, alguns pressupostos teóricos relevantes para o presente estudo. A Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) –

⁴ Muletillas

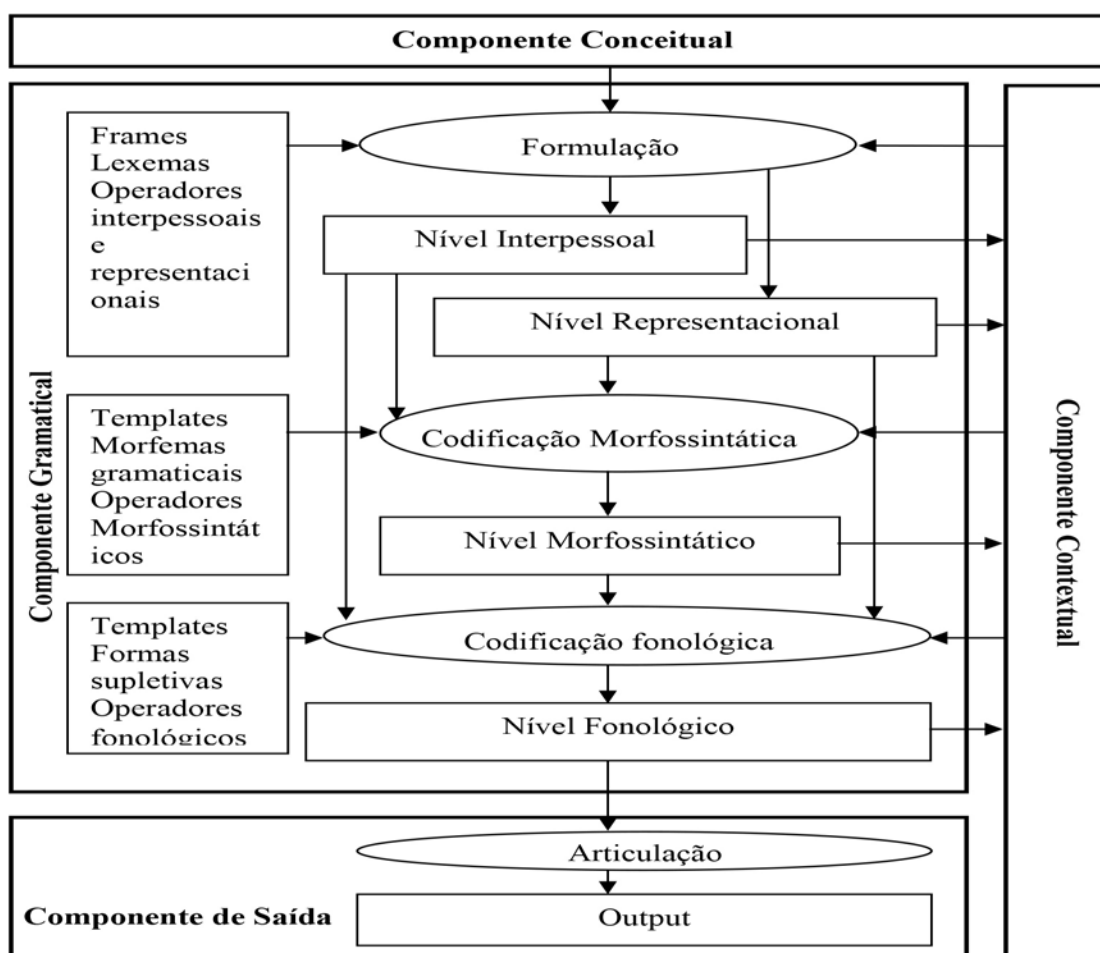
⁵ Enlaces extraoracionales para Gili Gaya (p. 326, 1980)

doravante GDF – é um modelo *top-down* que parte das intenções comunicativas do falante para a expressão das formas linguísticas. O modelo interage com os componentes Conceitual, Contextual e de Saída para facilitar sua compatibilidade com uma teoria de interação verbal mais ampla.

O *Componente Conceitual*, de acordo com Keizer (2015, p. 21), contém as informações pré-linguísticas relevantes para a análise e é considerado o motor da Gramática. O *Componente de Saída*, por sua parte, gera expressões linguísticas (acústicas ou ortográficas) com base na informação fornecida pelo *Componente Gramatical*. Por fim, o *Componente Contextual* corresponde à descrição do conteúdo, ou seja, contém informações não linguísticas sobre o contexto discursivo imediato que afeta a forma de um enunciado linguístico.

Esses três componentes interagem com o quarto, o *gramatical*, em que se estruturam quatro níveis: o primeiro deles, Nível Interpessoal, seguido pelo Nível Representacional, Nível Morfossintático e, por fim, o Nível Fonológico. Todos eles se organizam em torno de camadas dispostas hierarquicamente, como mostra a figura (1) a seguir:

Figura 1: Layout da Gramática Discursivo-Funcional



Fonte: (adaptada de HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 13)

O Nível Interpessoal está relacionado à pragmática e apresenta o Movimento (M) como sua unidade superior de análise. O Movimento, que pode conter um ou mais Atos Discursivos (A) combinados entre si, é definido como uma contribuição autônoma para o desenvolvimento da interação. Nesse nível, as unidades em cada estrato podem ter uma função retórica ou pragmática. Esse nível, portanto, reflete a interação entre falante e ouvinte, lidando com os aspectos formais da unidade linguística.

O Nível Representacional, por sua vez, está voltado para os aspectos semânticos da unidade linguística. Nesse domínio, as estruturas linguísticas são descritas em termos da denotação que fazem de uma entidade e, portanto, a diferença entre as unidades desse nível é feita em termos da categoria denotada. De acordo com a categoria, podemos reconhecer as seguintes camadas: Conteúdo Proposicional (p), Episódio (ep), Estados-de-Coisas (e) e Propriedade Configuracional (f). O Conteúdo Proposicional é a camada superior do Nível Representacional e indica uma construção mental, um desejo. Podem ser constituídos por Episódios (ep), que podem ser constituídos por um ou mais Estados-de-Coisas, que podem apresentar unidades de Tempo (t), Lugar (l) ou Indivíduos (x), dentre outras.

O Nível Morfossintático, relacionado à morfossintaxe, do ponto de vista da codificação, apresenta os seguintes estratos: Expressão Linguística (Le), Orações (Cl), Sintagmas (Xp) e Palavras (Xw). É no Nível Morfossintático que Hengeveld e Mackenzie (2008, pp. 311-2) concebem a posição dos constituintes. A teoria aborda quatro⁶ posições absolutas: uma posição inicial (P^I), uma segunda posição absoluta (P²), uma posição central (P^M) e uma posição final (P^F). Entre elas, podemos acrescentar posições relativas, como observamos a seguir:

P ^I	P ^{I+1}	P ^{I+n}	P ²	P ²⁺¹	P ^{M-n}	P ^{M-1}	P ^M	P ^{M+1}	P ^{M+n}	P ^{F-n}	P ^{F-1}	P ^F
----------------	------------------	------------------	----------------	------------------	------------------	------------------	----------------	------------------	------------------	------------------	------------------	----------------

Na camada da Expressão Linguística, Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 312) diferenciam três posições: a posição pré-oracional (P^{pre}), oracional (P^{centro}) e pós-oracional (P^{pos}). Para melhor visualização do esquema, veja o quadro (1) a seguir:

Quadro 1: Posição dos constituintes nas camadas da Oração e da Expressão Linguística

Expressão Linguística	P ^{pre}	P ^{centro}	P ^{pos}
Oração		P ^I P ^M P ^F	

Fonte: adaptado de Pezatti (2014, p. 83)

O último nível proposto pela teoria é o Fonológico, relacionado aos aspectos prosódicos de uma língua. Seus estratos são: Enunciado (U), maior segmento da fala, seguido pela Frase Entonacional (IP), Frase Fonológica (PP), Palavra Fonológica (PW), Pé (F) e Sílabas (S).

⁶ Pezatti (2014) postula apenas três posições para o português: posição inicial, central e final.

Para a Gramática Discursivo-funcional, o termo função é relacional. Nesse sentido, retórica é a função que corresponde à maneira como o Falante organiza seu discurso, moldando suas mensagens para influenciar seus Ouvintes de seus propósitos comunicativos. Essa teoria reconhece cinco tipos de funções retóricas: Motivação, Orientação, Correção, Aposição e Concessão. Todas essas funções são utilizadas como uma estratégia linguística de argumentação que o Falante utiliza para persuadir o Ouvinte.

Dentre elas, interessa a este trabalho a função retórica Concessão, que consiste em uma consideração póstuma (um *afterthought*, um ‘pensamento posterior’, nos termos de Keizer (2015)) ao que foi apresentado anteriormente. Trata-se de uma relação entre dois Atos Discursivos de estatuto desigual, Nuclear e Subsidiário. A Concessão, nesse sentido, pode ser codificada nos níveis mais baixos por meio de diferentes conjunções, tais como *although* ou *but* (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, pp. 55-6).

Pedro (2020), sob a perspectiva discursivo-funcional, reconhece que, no espanhol, *pero* pode unir Atos Discursivos, em que o Subsidiário é o primeiro, ou seja, apresenta a função retórica Concessão, conforme (6):

(6)

E: *Bueno vamos a pasar ahora a hablar de comidas típicas de los pueblos.*

I: *ale.*

E: *¿Conoces alguna?*

I: *El plato alpujarreño*

E: *A ver cuéntame.*

I: *Es muy graso y es muy pesado **pero** está muy bueno (04, M, G, 23, S)*

[E: Bom, vamos falar agora sobre comidas típicas das cidadezinhas

I: Tá.

E: Você conhece alguma?

I: O prato alpujarreño.

E: Me fale sobre ele.

I: É muito gorduroso e é muito pesado, **mas** é muito gostoso.]

Em (6), o falante contrapõe *es muy graso y es muy pesado* com *está muy bueno*, ordenando os componentes do discurso para influenciar o ouvinte a aceitar seus propósitos comunicativos. O Ato Subsidiário (A_1), com a informação menos relevante, é *es muy graso y es muy pesado*, pois apresenta um Conteúdo Comunicado que concede uma informação, para, em seguida, no Ato Nuclear (A_2), *está muy bueno*, apresentar o conteúdo comunicativamente mais relevante. Os dois Atos constituem um único Movimento (M), como mostra a representação em (6a):

(6a)

M_1 : $[(A_1: -es muy graso y es muy pesado- (A_1))_{\text{Conc}} (A_2: -está muy bueno- (A_2))]$ (M_1)

Hengeveld e Mackenzie (2008) também reconhecem a possibilidade de atuação do juntor *but* (equivalente ao *pero*, no espanhol) quando atua em contextos de narrativa, como *push marker*, um operador que possibilita ao Falante fazer algumas digressões sobre o que está sendo narrado para inserir informações secundárias, como exemplifica essa ocorrência do nosso *corpus* (7):

(7)

I: *que yo yo vivía en Cuenca lo que pasa es que a los nueve años me vine aquí a Granada y pues lo típico lo que hace un niño yo lo que pasa es que estaba todo el día en la calle metido y poco más*

E: ***pero*** ¿tú naciste aquí?

I: *yo nací aquí* (21, H, G, 24, M)

[I: eu eu morava em Cuenca acontece que aos nove anos eu vim para Granada e, lógico, o que faz uma criança eu ficava o dia todo na rua

E: mas você nasceu aqui?

I: eu nasci aqui]

Em (7) há o uso de *pero* na camada do Movimento. Neste caso, *pero* serve como um operador que impulsiona a conversação, fazendo com que o informante prossiga com o assunto, pois *pero* abre a possibilidade de perguntar, por exemplo, o local de nascimento do ouvinte: *pero ¿tú naciste aquí?* Há, portanto, um Movimento composto de um único Ato Discursivo com Ilocução Interrogativa.

Para a Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), o que determina quais expressões pertencem ao componente gramatical é se seu conteúdo pragmático e semântico recebe codificação explícita e sistemática na estrutura da língua.

Segundo Giomi e Keizer (2020), em uma perspectiva discursivo-funcional, qualquer aspecto da intenção comunicativa do falante que seja morfossintática ou fonologicamente expresso em uma língua pode ser tratado dentro da teoria. Portanto, a consideramos adequada para os estudos de elementos extraoracionais e vemos aqui um aspecto inovador dos estudos sobre *pero*. Ao acompanhar elementos como *bueno*, *claro* e *vamos*, *pero* pode deixar de veicular contraste ou concessão, pois adquire características dos jutores extraoracionais.

2. Constituintes extraoracionais

Para Cortés Rodríguez (1991, p. 13), ocorrem muitos usos *de palabras vazias* na língua oral, já que servem para “recheiar” o discurso e até mesmo “dar tempo” para o falante organizar sua fala. Esses elementos linguísticos que não se encaixam em categorias semânticas e sintáticas são denominados *palabras vazias*, *expletivos*, ou *conectivos extraoracionais*.⁷

O autor, em seu estudo sobre *muletas discursivas* (cf. CORTÉS RODRÍGUEZ, 1991, p. 80), apresenta características importantes para este trabalho sobre *bueno*, *vamos* e *claro*, resumidas a seguir:

⁷ No texto original: *palabras vacías, expletivos, enlaces extraoracionales*.

Sobre *bueno*, segundo o autor, as funções são as seguintes:

- 1) Conectivo paragrafíco, com valor continuativo (com três sub-valores: continuativo, continuativo não conclusivo e continuativo conclusivo) e corretivo.
- 2) Marcador (para o autor, o uso como marcador faz com que o conectivo assinala que a resposta que será dada não é a esperada).
- 3) Expletivo.

Para *vamos*, Cortés Rodríguez assinala os seguintes usos:

- 1) Conectivo oracional, com valor apositivo.
- 2) Conectivo paragrafíco, com valor continuativo e corretivo.
- 3) Reforçador, onde o falante mostra confiança na opinião que está emitindo
- 4) Expletivo⁸

Sobre o juntor claro, o autor distingue as seguintes características:

- 1) Conector paragrafíco ou extraoracional, com uso restritivo, continuativo (conclusivo ou não conclusivo) e corretivo.
- 2) Forma adverbial: com uso confirmativo (como reforço de enunciados ou como substituto oracional), ou de reforço.
- 3) Expletivo.

Os conectivos extraoracionais, como se observa, são palavras que guiam a interação e a interpretação de um determinado texto, expressando as diferentes relações que podem existir entre ideias.

Essas palavras foram estudadas e definidas por Schiffrin (1987, p. 31) como elementos sequencialmente dependentes que agrupam unidades de fala, isto é, itens iniciais de enunciados não obrigatórios que funcionam em relação à fala e ao texto em andamento.

Segundo Schiffrin (2001, p. 50), os juntores extraoracionais são considerados um conjunto de itens linguísticos que funcionam em domínios cognitivos, expressivos, sociais e textuais, como por exemplo, *well* (“bem”, no português), *but* (“mas”), *oh* (interjeição “ai”) e *you know* (“você sabe”), no inglês.

Para Dik (1997a; 1997b), esses itens linguísticos são elementos com propriedades funcionais e formais específicas, denominados por ele constituintes extraoracionais. No que diz respeito às propriedades formais, Dik (1997a, pp. 310-1; 1997b, pp. 104-5) menciona as seguintes características:

1. ocorrem por conta própria, ou são desencadeados na oração por quebras ou pausas no contorno prosódico;
2. não são essenciais para a estrutura interna da oração a que estão associados; quando eles são deixados de fora, a oração ainda forma um todo”.

⁸ Dentro desta seção, o autor faz um estudo interessante sobre a forma *pero vamos*.

3. não são sensíveis às regras gramaticais que operam dentro dos limites da oração, embora possam estar relacionados à oração por regras de correferência, paralelismo e antítese; Eles estão vagamente associados à oração e não podem ser facilmente descritos em termos de regras e princípios internos à oração.
4. São, geralmente, mais difíceis de subordinar do que os elementos intraoracionais;
5. podem ocorrer nas seguintes posições: (i) absoluta ou autônoma, (ii) pré-oracional, (iii) posição central, (iv) pós-oracional.

Observamos que essas expressões ocorrem por conta própria, ou seja, não são essenciais para a estrutura interna da oração. Todos esses casos mostram as expressões na posição pós oracional, não sendo, portanto, essenciais para a gramaticalidade da oração.

Em uma análise discursivo-funcional, Giomi e Keizer (2020, p. 173) propõem que o status extraoracional de uma expressão no Nível Morfossintático da GDF é um reflexo de seu status como um Ato Discursivo Subsidiário no Nível Interpessoal. Para os autores, uma análise de Atos Discursivos dessas expressões leva a sua representação padrão como frases entonacionais separadas no Nível Fonológico. A explicação para as características dessas expressões só pode ser fornecida em termos da função interpessoal, discursivo-pragmática da expressão.

Os postulados teóricos aqui apresentados fornecem subsídios para o uso de *pero* ao acompanhar os elementos *bueno*, *vamos* e *claro*. Esse uso é observado, aqui, em textos falados, que ocorrem em situação comunicativa informal, conforme se observa na metodologia utilizada para este trabalho.

3. Procedimentos metodológicos de análise

O *corpus* utilizado para esta pesquisa é o PRESEEA (*Proyecto para el Estudio Sociolingüístico del Español de España y de América*)⁹. Por se tratar de um projeto que visa criar um *corpus* de língua espanhola falada em toda sua variedade geográfica e social, ainda não está completo. Nossos dados são das cidades de Alcalá de Henares e Granada, na Espanha. Foram selecionadas e analisadas 41 ocorrências¹⁰, sendo 23 dados com *pero bueno*; 9 casos com *pero vamos* e 9 casos com *pero claro*.

A nomenclatura de cada ocorrência segue a sequência do nome da cidade, sexo, idade do informante e número da entrevista. Portanto, a ocorrência denominada GRA_H25_03 indica que é da cidade de Granada (GRA), foi realizada por um homem (H) de 25 anos e o número da entrevista é 03.

Cada ocorrência foi analisada de acordo com os seguintes critérios: (i) níveis e camadas de atuação dos elementos unidos por *pero*, quando for o caso; (ii) posição de *pero* na oração e (iii) características prosódicas do contexto em que *pero bueno*, *pero vamos* e *pero claro* se encontram.

⁹ Coordenado pelo professor Francisco Moreno Fernández, da Universidade de Alcalá de Henares, Espanha.

¹⁰ Nossa análise se baseia em critérios qualitativos. Entendemos que a análise quantitativa não altera os resultados a respeito do comportamento morfossintático e semântico-pragmático de *pero claro*, *pero bueno* e *pero vamos*.

Para realizar a análise prosódica de *pero bueno*, *pero vamos* e *pero claro*, utilizamos o programa Praat®¹¹ versão 4.4.34, contendo apenas o trecho da ocorrência relevante para o trabalho. Foram descartados os arquivos que apresentavam sobreposição de vozes dos locutores, pois não forneciam uma análise instrumental confiável.

Além desses critérios, realizamos o teste da omissão da conjunção *pero* e dos elementos *bueno*, *vamos* e *claro* a fim de verificar o papel de cada constituinte na oração, conforme se observa na seção a seguir.

4. Análise das estruturas com *pero* + *bueno/vamos/claro*

Para descrever como as estruturas *pero bueno*, *pero vamos* e *pero claro* se comportam, coletamos as ocorrências e as analisamos de acordo com os procedimentos metodológicos apresentados na seção anterior.

Verificamos que alguns usos dessas estruturas assinalam contraste, conforme se observa em (8) a seguir:

(8)

E: ¿Sabes de alguna opinión de un alemán que esté quiero decir ¿sabes la opinión que tiene algún alemán que hayas conocido sobre la música aquí en España?

*I: Pues directamente no no es que yo haya hablado de ese tema **pero bueno** conozco a un alemán que vive aquí y bueno hablando con él pues se pueden asociar ¿no? asociar lo que él piensa de la música española. (03, H, G, 25, S)*

[*E: Você conhece alguma opinião de um alemão que esteja aqui... quer dizer, você conhece a opinião de algum alemão que você conheceu, sobre música aqui na Espanha?*

*I: Bom, não não é que eu tenha falado sobre esse assunto diretamente, **mas bom**, eu conheço um alemão que mora aqui e, bem, falando com ele, podem se associar, né? associar o que ele pensa sobre a música espanhola.]*

Em (8), dois elementos se contrapõem por meio de *pero*: *pues directamente no no es que yo haya hablado de ese tema* e *conozco a un alemán que vive aquí y bueno hablando con él*. Neste caso, é possível observar que *pero bueno* assinala uma interpretação adversativa, pois contrasta o fato de o falante não ter tratado diretamente sobre a música espanhola com um alemão com a possibilidade de inferir o que pensa um alemão sobre esse assunto, já que conhece alguém com essa nacionalidade e seus gostos. Podemos dizer que, nesse caso, *pero* une dois elementos, dois Atos Discursivos de estatuto desigual, um Subsidiário, ao qual se atribui a função retórica Concessão (Conc) e outro Nuclear, conforme mostra a representação em (8a) abaixo:

¹¹ Programa de computação desenvolvido pelos linguístas Paul Boersma e David Weenink. Agradecemos ao colega Gabriel Galvão Passetti pela ajuda com o programa Praat.

(8a)

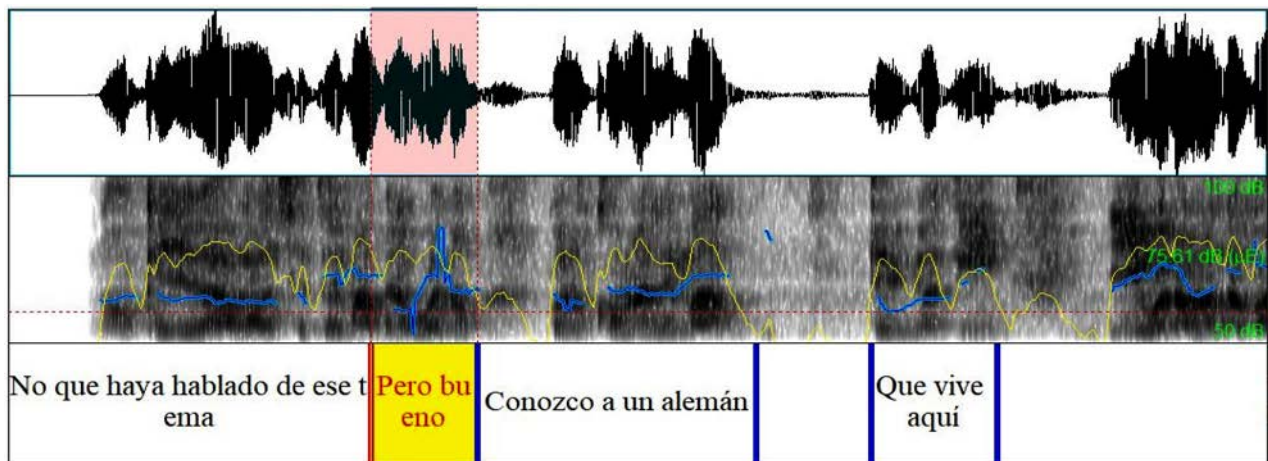
M_1 : $[(A_T: - \text{no es que yo haya hablado de ese tema} - (A_1))_{\text{Conc}} (A_J: - \text{conozco a un alemán que vive aquí y bueno hablando con él pues se pueden asociar lo que él piensa de la música española} - (A_2))]$ (M_1)

O Falante, em (8a), contrasta dois elementos que constituem Atos Discursivos, que apresentam estatutos diferentes. O Falante expõe a informação secundária no primeiro Ato, o Subsidiário (A_1), ao dizer que não falou sobre esse assunto com nenhum alemão. Posteriormente, no Ato Nuclear (A_2), acrescenta a informação comunicativamente mais relevante, dizendo que se pode inferir o que os alemães pensam sobre isso por conhecer alguém deste país. Entre esses dois Atos há a função retórica Concessão (Conc), já que o falante concede uma informação no Ato Subsidiário para depois reafirmar ou reconsiderar algo, no segundo Ato.

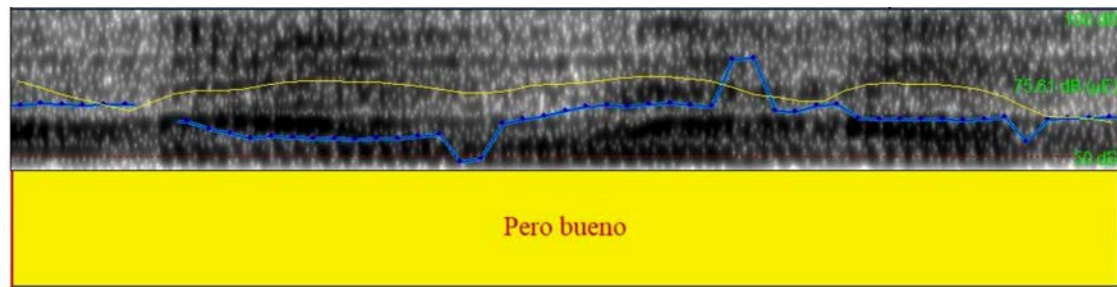
A função retórica Concessão é codificada, no Nível Morfossintático, por *pero*, que consiste em uma Palavra Gramatical (Gw). Nesse caso, observa-se o processo da coordenação, em que duas Orações são coordenadas por meio de *pero*. Dessa forma, podemos afirmar que *pero* é essencial para a construção contrastiva, diferentemente de *bueno*, elemento que poderia ser retirado sem afetar a gramaticalidade da oração.

No Nível Fonológico, observamos, por meio do programa Praat, duas Frases Entonacionais, que compõe um único Enunciado (PEZATTI; PAULA; GALVÃO PASSETTI, 2019). As figuras 2 e 3 ilustram o padrão entonacional de *pero bueno* na ocorrência (8) já apresentada:

Figura 2: Padrão entonacional de *pero bueno* na ocorrência (8)



Fonte: elaboração das autoras

Figura 3: Padrão entonacional de *pero bueno* na ocorrência (8)

Fonte: elaboração das autoras

As duas figuras anteriores mostram que as Frases Entonacionais apresentam o padrão entonacional complexo descendente-ascendente¹², marcando a não equipolência entre os Atos Discursivos no NI. Por manter uma interpretação contrastiva, trata-se de uma coordenação adversativa em que há função retórica Concessão no NI.

Veja que, em (9), a seguir, a ocorrência com *pero vamos* também se dá entre dois Atos Discursivos:

(9)

A1: ¿y tú? ¿te importa en botella? la botella ¿no te importa que sea la botella?

E: mmm yo prefiero un café un café con leche bien calentito bueno bien calentito no va a venir **pero vamos** como como sea con con leche

A1: vale ¡hasta luego! (ALCA_H12_019)

[A1: E você? Você se importa se for em garrafa? A garrafa não te importa que seja garrafa?

E: mmm eu prefiro um café um café com leite bem quentinho, bom, bem quentinho não vai vir mas tudo bem, desde que seja com leite.

A1: Tá bom! Até logo!]

Em (9), o falante afirma, no primeiro Ato, o Subsidiário (A₁), que reconhece que, caso peça um café, não virá em uma temperatura quente. No entanto, afirma, no segundo Ato, o Nuclear (A₂) que não tem problema desde que seja com leite. Como são Atos de estatuto desigual, cabe ao primeiro Ato, ao Subsidiário, apresentar a função retórica Concessão, já que é esse ato que apresenta o Conteúdo Comunicado concedido. Veja a representação abaixo em (9a):

(9a)

(M₁: [(A₁: - *bien calentito no va a venir*- (A₁))_{Conc} (A₂: - *como como sea con con leche* - (A₂))] (M₁))

A função retórica Concessão também pode ser observada em (10) a seguir, um caso com *pero claro*:

¹² Cf. Galvão Passetti (2021).

(10)

- I: *y llego con el abrigo de piel de invierno o el chaquetón y mi sobrino dice ¿por qué no te pones el chaquetón? digo pues porque hace aquí más calor es que no se puede poner saco trajes de chaquetas y los días que hace viento sí hace un viento de sobre todo a la caída de la tarde sopla la ventolera y dice ¡qué frío hace! pues no hace frío no pero*
- E: *uhum*
- I: *pero sin embargo me gusta más eh y soy muy friolera **pero claro** tengo la calefacción de día y de noche*
- E: *¿incluso en este tiempo? ALCA_M33_018*
- [I: e eu chego com o casaco de pele de inverno ou a jaqueta e meu sobrinho diz “porque você não veste a jaqueta?” Digo “porque aqui é mais quente”, é que não dá para vestir jaquetas e em dias de vento, principalmente no final da tarde o vento sopra e diz “que frio está!” E nao faz frio, nao, mas
- E: *uhum*
- I: *mas mesmo assim gosto mais eh e sinto muito frio **mas claro** tenho aquecedor durante o dia e a noite*
- E: *mesmo neste momento?]*

Em (10), duas orações são colocadas em relação de contraposição a partir das expectativas do falante. A contraposição se dá entre *soy muy friolera* e *tengo la calefacción de día y de noche*. Ao dizer que é friolenta, o falante supõe que seu ouvinte pode pressupor que o mesmo sente frio a todo momento por não ligar o sistema de aquecimento ou calefação. Acrescenta, portanto, um *aferthought*, um pensamento a posteriori, informação que julga mais importante para desfazer possíveis interpretações equivocadas de seu ouvinte. Sua representação pode ser observada em (10a):

(10a)

- M₁: [(A₁: - *soy muy friolera* -(A₁))_{Conc} (A₂: - *tengo la calefacción de día y de noche* - (A₂))] (M₁)

A oração *soy muy frioleira* constitui um Ato Subsidiário, com a informação menos expressiva, e *tengo la calefacción de día y de noche*, o Ato Nuclear, que acrescenta uma informação contrastiva que o Falante considera mais relevante. Desta maneira, é possível afirmar que a força argumentativa da informação apresentada no Ato Nuclear se constrói a partir do apoio em outra informação anteriormente apresentada, que constitui o Ato Subsidiário, que contém a função retórica Concessão.

Nessas três últimas ocorrências, verificamos que *pero* atua como um juntor, uma Palavra Gramatical no Nível Morfosintático que codifica a função retórica Concessão. Os elementos *bueno*, *claro* e *vamos*, por sua vez, atuam como expletivos, constituintes que poderiam ser retirados sem afetar o efeito de sentido da oração introduzida por *pero*, conforme mostram as paráfrases a seguir:

- (8) *Pues directamente no no es que yo haya hablado de ese tema **pero** conozco a un alemán que vive aquí y bueno hablando con él pues se pueden asociar lo que él piensa de la música española*
- (9) *soy muy friolera **pero** tengo la calefacción de día y de noche*
- (10) *bien calentito (el café con leche) no va a venir **pero** como como sea con leche*

Como se observa nas paráfrases acima, a retirada dos elementos *bueno*, *claro* e *vamos* não afeta o efeito contrastivo das orações envolvidas, o que comprova que se tratam de constituintes sem função sintática nem semântica, apenas expletivos que atuam como *muletillas* no discurso, ou seja, servem como “apoio” para o falante.

Nesses casos, observamos que *pero bueno*, *pero vamos* e *pero claro* ocupam, portanto, a Posição Central, unindo dois Atos Discursivos que ocupam a posição central, já que as duas Orações unidas por *pero* configuram o processo da coordenação, como mostra o Quadro a seguir:

Quadro 2: Posição das orações coordenadas adversativas

P_{pre}	P_{centro} O ₁ e O ₂	P_{pos}
------------------------	--	------------------------

Fonte: Pedro (2020)

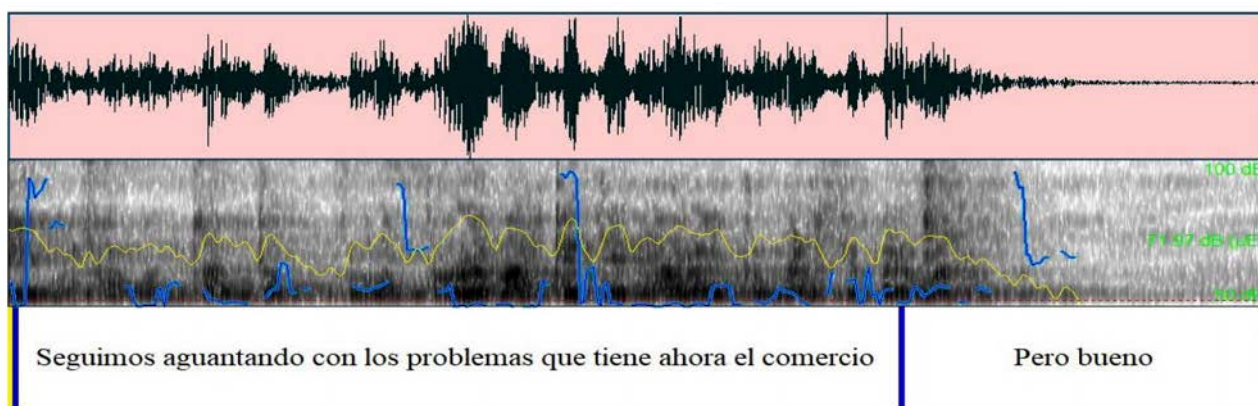
A posição, na Gramática Discursivo-Funcional, é resultado do processo da codificação do que ocorre nos Níveis Interpessoal e Representacional, ou seja, a posição configura uma pista importante para a análise linguística. Nesse sentido, os dados permitem observar que quando *pero bueno* e *pero vamos* ocorrem no final do Ato Discursivo, geralmente apresentam um papel diferente, o que nos permite identificá-los como constituintes extraoracionais nos termos de Dik (1997), conforme exemplifica a ocorrência (11) a seguir:

- (11)
- E: *¿sí? ¿cuándo fue fundada?*
- I: *pues esa creo que la fundó mmm un señor que era del ayuntamiento y luego pues se quedaron ya lo que yo ya conozco se quedaron donde mi padre entró a trabajar los jefes de mi padre y luego mi padre ya se quedó / con ella y al cabo de los años la compró y luego se quedó de encargado o de dependiente de encargado luego la compró y es un negocio familiar porque la familia B está ah desde hace pues mi padre debió entrar en el mil novecientos veinte o por ahí*
- E: *¡jo! pues sí que hace ya*
- I: *claro*
- E: *ya*
- I: *se quedó y luego se fue el dueño y luego pues hemos seguido / ahí seguimos aguantando / con los problemas que tiene ahora el comercio **pero bueno***
- E: *¿y te hubiera gustado hacer otra cosa o?*

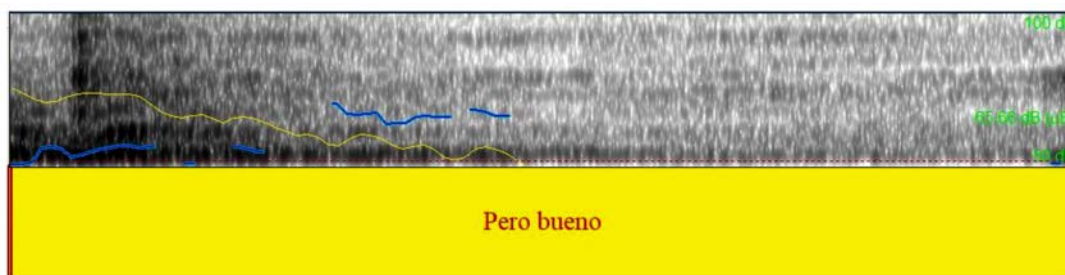
- I: *hh hombre sí sí* (ALCA_H32_033)
- [I: sim? Quando foi fundado?
- I: Bom, acho que foi fundado, mmm um homem que era da Câmara Municipal e aí eles já ficaram o que eu já sei ficaram onde o meu pai foi trabalhar os patrões do meu pai e aí o meu pai já sabe ele ficou com ela e depois de anos comprou e depois se tornou gerente ou balconista de gerente então comprou e é um negócio de família porque a família B está lá há muito tempo porque meu pai teve que entrar em mil novecentos e vinte ou por aí
- E: ho! bom faz muito tempo
- I: Claro
- E: aham
- I: ele ficou e depois o dono saiu e depois continuamos lá continuamos a suportar os problemas que o comércio tem agora **mas tudo bem**
- I: e você gostaria de ter feito outra coisa ou?
- I: *hh cara sim sim]* (ALCA_H32_033)

Em (11), o informante conta que a drogaria de sua família é considerada centenária. O entrevistador, então, pergunta quando foi fundada. Após o informante dizer que seu pai entrou no ramo das farmácias nos anos 20 e contar que toda a família trabalha nesse negócio, o entrevistador pergunta se o informante gostaria de ter feito outra coisa, praticado outra profissão. Observa-se, portanto, uma situação de diálogo em que cada turno corresponde, na Gramática Discursivo-Funcional, a um Movimento. Há, portanto, Movimento de Pergunta e Movimento de Resposta. O uso de *pero bueno*, como se pode notar, se dá no final do Movimento de Resposta do Falante, uma reação ao Movimento de Pergunta do Documentador. Esse Movimento é composto por três Atos Discursivos em situação de equipolência: [*se quedó y luego se fue el dueño y luego pues hemos seguido*] [*ahí seguimos aguantando*] [*con los problemas que tiene ahora el comercio*]. É no final do último Ato Discursivo que se observa a presença de *pero bueno*, nesse caso, um constituinte extraoraoracional, no se sentido de que não faz parte da oração e, nesse contexto, destituído de conteúdo semântico, voltando-se apenas para a interação, já que marca o final do Movimento.

A Posição Final ocupada por *pero bueno* é marcada pelo padrão entonacional descendente, claramente observado nas figuras 4 e 5 a seguir, extraídas do Programa Praat:

Figura 4: Padrão entonacional de *pero bueno* na ocorrência (11)

Fonte: elaboração das autoras

Figura 5: Padrão entonacional de *pero bueno* em (14)

Fonte: elaboração das autoras

Como se nota nas duas figuras acima, o movimento entonacional é típico de fim de Ato Discursivo com ilocução Declarativa. Também vale a pena mencionar que após *pero bueno* houve uma pausa mais substancial comparada àquela usada na ocorrência (8) apresentada anteriormente. A análise fonológica mostra que os contornos se comportam diferentemente nos dois casos representados de *pero bueno*, (8) e (11).

Vejamos agora a ocorrência (12):

(12)

- I: *era mi entrenador de baloncesto*
 E: *¡qué buen fichaje! o sea que tienes un marido alto*
 I: *sí no*
 E: *no excesivamente*
 I: *buen es eeh sí uno ochenta y dos pero vamos*
 E: *bueno oye no está mal*
 I: *y bueno pues ahí nos conocimos*
 E: *¿cómo os conocisteis?* (ALCA_M22_028)

- [I: era meu treinador de basquete
 E: que incrível! Ou seja, você tem um marido alto
 I: sim, não
 E: não excessivamente
 I: bem é, sim, um e oitenta e dois, **mas tudo bem**
 E: Bom, olha, não está mal
 I: bom e aí nos conhecemos
 E: como vocês se conheceram?]

Em (12) a informante fala sobre seu marido, que era seu treinador de basquete. O entrevistador, então, pressupõe que o marido da informante seja alto, uma vez que os esportistas que trabalham com basquete têm boa altura. A informante, então, diz que não é tão alto como se imagina, que tem um metro e oitenta e dois centímetros. Há, portanto um diálogo, situação que propicia frequente troca de turnos. Cada turno configura, como mencionado, um Movimento. Observa-se, portanto, que *pero vamos* ocorre no final de um Movimento. Essa posição nos dá pistas importantes de que *pero vamos* poderia ser omitido, funcionando como *muletilla*, pois atua na organização discursiva.

Em (11) e (12), com o uso de *pero bueno* e *pero vamos*, respectivamente, podemos observar blocos indissociáveis. O primeiro uso, com *pero bueno* e, o segundo, com *pero vamos*, são estruturas integradas, diferentes dos outros casos de *pero* com contraste. O uso dessas estruturas em (11) e (12) são expletivos, uso que se codifica na posição final do Ato Discursivo, atuando como elementos extraoracionais, com contorno entonacional próprio, não pertencendo à oração, ou seja, são sintaticamente vazios, somente voltados à interação.

Os dados sugerem, portanto, dois usos de *pero bueno* e de *pero vamos*, quando aportam matiz contrastivo e quando configuram muletas discursivas. Quanto à *pero claro*, não foi possível observar se também exerce esses dois papéis, uma vez que, de todas as ocorrências de *pero claro* analisadas, todas aportam matiz contrastivo.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo apresentar uma análise das estruturas com *pero bueno*, *pero claro* e *pero vamos* no espanhol peninsular falado sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional, voltando-se, principalmente, para a atuação de *pero* nesses contextos. Os dados mostram que as construções iniciadas por *pero bueno* e por *pero vamos* se caracterizam de duas maneiras, mas não se pode afirmar que *pero claro* também apresenta esses dois funcionamentos, pois apenas um deles foi observado.

No primeiro caso, *pero* atua como juntor, uma palavra gramatical que codifica a função retórica Concessão, uma relação que se dá entre Atos Discursivos de estatuto desigual no Nível Interpessoal, quando pode ser acompanhado por *bueno*, *vamos* e *claro*, elementos expletivos que podem ser retirados sem influenciar o efeito de sentido da Concessão. *Pero*, assim, une dois Atos Discursivos no

Nível Interpessoal, sendo o primeiro o Ato Subsidiário que apresenta a função retórica Concessão. O segundo, o Ato Nuclear, carrega a informação mais importante a partir do ponto de vista do falante.

No segundo caso, observamos que *pero bueno* e *pero vamos* podem atuar no final de um Ato Discursivo (o qual pode configurar um Movimento) apenas para dar suporte ao falante. Não são, portanto, constituintes da oração, ocorrendo de forma autônoma, o que configura um elemento extraoracional, nos termos de Dik (1997). Especificamente, considerados aqui casos de *muletillas* discursivas, elementos sintática e semanticamente vazios que funcionam como ancoragem interativa. Esse uso não foi observado, no entanto, com *pero claro* no universo investigado.

Este trabalho revela, em resumo, que *pero bueno*, *pero claro* e *pero vamos* podem ser observados como estruturas separadas, em que *pero* codifica uma função retórica do domínio interpessoal e é acompanhado por elementos expletivos, *bueno*, *claro* e *vamos* e podem ainda ser considerados elementos que servem de apoio para o falante, sobretudo *pero bueno* e *pero vamos*.

Referências

- CORTÉS RODRÍGUEZ, L. *Sobre conectores, expletivos y muletillas en el español hablado*. Málaga: Ágora, 1991.
- DIK, S. C. *The theory of Functional Grammar, part 1: the structure of the clause*. 2. ed. Berlin and New York: De Gruyter Mouton, 1997a. p. 509. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/9783110218367>.
- DIK, S. C. *The theory of Functional Grammar, part 2: complex and derived constructions*. Berlin and New York: De Gruyter Mouton, 1997b. p. 477. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/9783110218374>.
- GALVÃO PASSETTI, G. H. *Coordenação de constituintes não oracionais por meio de “mas” nas variedades portuguesas sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional: Concessão e Contraste*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, 2021.
- GILI GAYA, S. *Curso superior de sintaxis española*. Barcelona: Vox, 1980.
- GIOMI, R.; KEIZER, E. Extra-clausal constituents in Functional Discourse Grammar: function and form. *Revista da ABRALIN*, v. 19, n. 3, pp. 159-85, 17 dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v19i3.1717>
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, L. *Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: University Press, 2008.
- KEIZER, E. *A functional Discourse Grammar for English*. Oxford: University Press, 2015.
- PEDRO, C.C. *As orações com ‘pero’ no espanhol peninsular falado sob perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2020.
- PEDRO, C. C.; GARCIA, T. S. Usos argumentativos de -pero- em meios digitais espanhóis. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 29, pp. 2509-36, 2021.
- PEZATTI, E. G. *A ordem das palavras no português*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

PEZATTI, E. G.; PAULA, D. C. F.; GALVÃO PASSETTI, G. H. Contraposição não oracional com mas: substituição e acréscimo. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 61, pp. 1-18, 13 fev. 2019.

PRESEEA. *Corpus del Proyecto para el estudio sociolingüístico del español de España y de América*. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 2014a. Disponível em: <http://preseea.linguas.net>. Acesso em: 29 dez. 2019

PRESEEA. *Corpus del Proyecto para el estudio sociolingüístico del español de España y de América*. Granada: Universidad de Granada, 2014b. Disponível em: <http://preseea.linguas.net>. Acesso em: 29 dez. 2019.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA Y ASOCIACIÓN DE ACADEMIAS DE LA LENGUA ESPAÑOLA. *Nueva gramática de la lengua española: morfología y sintaxis*. Madrid: Espasa, 2009.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA Y ASOCIACIÓN DE ACADEMIAS DE LA LENGUA ESPAÑOLA. *Manual de la nueva gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa Libros, 2010.

SCHIFFRIN, D. Discourse markers: Language, meaning and context. In: D. Schiffrin; D. Tannen; H. E. Hamilton (orgs.); *The Handbook of Discourse Analysis*. pp. 54-75, 2001. Malden: Blackwell.

SCHIFFRIN, D. *Discourse Markers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987

PRÓCLISE EM AMBIENTE NEUTRO E PERDA SELETIVA DO CLÍTICO ACUSATIVO ANAFÓRICO EM PEÇAS DE TEATRO BRASILEIRAS DOS OITOCENTOS¹

*PROCLISIS IN NEUTRAL CONTEXT AND SELECTIVE LOSS OF THE ANAPHORIC ACCUSATIVE CLITIC IN BRAZILIAN PLAYS
OF 19TH CENTURY*

Marco Antonio Rocha Martins²

Camila da Mota Heerd³

RESUMO

No quadro teórico da sintaxe diacrônica, neste artigo, investigamos a evolução da próclise em orações matrizes com frontamento de constituintes, no ambiente sintático ([XP])[XP]V, correlacionado essa evolução a ordenação e realização do sujeito e à perda seletiva do acusativo anafórico na escrita brasileira oitocentista. A hipótese central é a de que, na escrita brasileira do século XIX, há evidências de uma gramática “perdida” do português, ou de uma língua do tipo-V2, sem restrições para inversão do sujeito e de sujeito nulo (pro-drop) consistente, como o Português Clássico (PCI). A próclise gerada pela gramática do Português Brasileiro (PB) nesse ambiente começa a aparecer com mais expressividade em textos escritos a partir da segunda metade do século XIX, evidenciando propriedades de uma língua do tipo-SV, com restrição para inversão do sujeito e de sujeito nulo parcial. A análise que aqui apresentamos traz evidências de que a escrita dos autores oitocentistas apresenta um sistema rico de clítico acusativos anafórico com um pequeno aumento na frequência do objeto nulo nos textos do final da primeira metade do século XIX, que pode estar associada à gramática do PC ou do Português Europeu (PE), o que pode ser um reflexo da gramática do PB. Os resultados de uma investigação desses fenômenos numa mesma amostra podem trazer elementos importantes para encontrar na escrita brasileira de 1800 reflexos da gramática do Português Clássico.

PALAVRAS-CHAVE: Próclise; acusativo anafórico; português clássico; escrita brasileira oitocentista.

ABSTRACT

In the diachronic syntax theory, we investigate the evolution of proclisis in matrix clauses with fronting constituents, in the ([XP])[XP]V context, correlating this evolution to subject ordering and realization and to the selective loss of the anaphoric accusative in 19th century Brazilian writing. The central hypothesis is that in 19th century Brazilian writing there is evidence of a “lost” grammar of Portuguese, or a V2-type language without restrictions for subject inversion and consistent null subject (pro-drop), such as Classical Portuguese (PCI). The proclisis generated by the grammar of Brazilian Portuguese (BP) begins to appear more expressively in texts written from the second half of the 19th century. This reflects properties of a V2-type language with restrictions on subject inversion and partial null subjects. The analysis shows that the writing of 19th century authors presents a rich system of anaphoric accusative clitic with a small increase in the frequency of the null object in texts from the end of the first half of the nineteenth century, which may be associated with CP or European Portuguese (EP) grammar. The results of an investigation of these phenomena in the same

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento: 88887.885670/2023-00 – e do CNPq/processo: 88887.885670/2023-00.

² Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), marcomartins.ufsc@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-3999-3893>.

³ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), milaheerd@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0007-1145-6926>.

sample may bring important elements to find in the Brazilian writing of 1800 evidence of Classical Portuguese grammar.

KEYWORDS: Proclisis; anaphoric accusative. Classical Portuguese. 19th century Brazilian writing.

Introdução

Uma das características singulares do Português Clássico (PCI) diz respeito à possibilidade de constituintes de natureza vária, em detrimento de somente o sujeito gramatical, figurarem fronteados à esquerda do verbo finito em sentenças matrizes, assim como outras línguas românicas, como o espanhol antigo, por exemplo (cf. MACKENZIE, 2019). Galves e Paixão de Sousa (2017), analisando textos escritos em português entre os séculos XVI e XIX extraído da base de dados do projeto *Corpus Histórico Tycho Brahe*, sustentam a hipótese de que estrutura do tipo Sujeito-Verbo(-[XP]) em que X é um constituinte qualquer, como (1) a seguir, está associada a “diferentes estruturas e diferentes gramáticas” (*Ibid.*, p. 162): em textos de 1500 a 1600, “corresponde a construções em que o sujeito pré-verbal é topicalizado como qualquer construção XV(S)” (*Ibid.*, p. 163), como (2); em textos de 1700 a 1800, “corresponde a sujeitos em posições canônicas” (*Ibid.*, p. 163), como (3).

- (1) **Christo Senhor nosso, disse** a seus Discipulos, que o segredo (“Sermões” de Pe Antonio Vieira (1608), exemplo 1 de GALVES; PAIXÃO DE SOUSA, 2017, p. 157)
- (2) Ao mercador que me trouxe **mandou Pero de Faria...** (“Peregrinação” de Fernão Mendes Pinto (1510), exemplo 8 de GALVES; PAIXÃO DE SOUSA, 2017, p. 161)
- (3) **Esta reflexão** lhe basta para saber quem (“Cartas” de Marquesa de Alorna (1750), exemplo 19 de GALVES; PAIXÃO DE SOUSA, 2017, p. 173)

Na proposta das autoras, essas diferentes estruturas geradas por diferentes gramáticas – pela gramática do PCI e do Português Europeu moderno (PE) – estão associada a uma mudança no modelo prosódico da gramática moderna do português que leva à reanálise da posição do sujeito em construções Sujeito-Verbo-clítico e à perda do movimento do verbo para CP. Em outras palavras, o PE muda em relação ao PCI, passando a uma língua do tipo-SV com reanálise da posição do sujeito nas construções SV, com perda do movimento longo do verbo para CP e com uma mudança da próclise em direção à ênclise em ambientes neutros⁴.

Na literatura gerativista (ver, por exemplo, HOLMBERG, 2015), uma das propriedades cruciais de uma língua do tipo-V2 é o movimento do verbo para uma posição mais alta na estrutura da sentença (em CP), com a obrigatoriedade de um constituinte realizado na posição pré-verbal, mas dentro de CP. Isso não é o que acontece exatamente no PCI, em que a presença desse constituinte em posição pré-verbal é opcional. Seguindo a proposta de Galves e Paixão de Sousa (2017), no entanto, consideramos que o PCI partilha propriedades de línguas do tipo-V2 rígidas como a de não ter uma posição fixa pré-verbal para os sujeitos. Em outras palavras, por língua do tipo-V2 assumimos

⁴ A definição de ambientes neutros assumida aqui A. M. Martins e Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005).

aquelas que licenciam qualquer elemento, incluindo sujeitos, mas não obrigatoriamente sujeitos, na posição pré-verbal. Essa é uma propriedade que diferencia o PCI do PE e do Português Brasileiro (PB), línguas em que a posição pré-verbal, não topicalizada, é destinada obrigatoriamente a sujeitos.

Investigando dados extraídos de peças de teatro escritas por brasileiros nascidos nos oitocentos, apresentamos neste artigo uma análise da evolução da próclise em orações matrizes com fronteamto de constituintes, em ambiente sintático ([XP])[XP]V, colacionando aos fenômenos da ordem e realização do sujeito e da perda seletiva dos clíticos acusativos anafóricos no português escrito no Brasil oitocentista. Mais especificamente, buscamos argumentos empíricos para a hipótese de que a escrita de brasileiros nascidos nos 1800 apresenta um quadro de competição entre diferentes gramáticas do português (nos temos de KROCH, 1989, 2001). A proposta é que a escrita brasileira do século XIX reflete a “gramática perdida” do português, do português clássico, que poderia ser rastreada a partir da observação da evolução do padrão de colocação dos pronomes clíticos em ambiente neutro e uma gramática com clíticos acusativos, comparando os resultados obtidos aos padrões das outras gramáticas dessa competição. Esse quadro está resumido no quadro 1 abaixo:

Quadro 1: Ordem do clítico em ambiente neutro e realização do acusativo anafórico em gramáticas do português.

	PCI	PE	PB
Próclise em ambientes neutros	OK	X	OK
Clítico acusativo anafórico	OK	OK	X

Fonte: A partir dos resultados de Martins, Cavalcante e Coelho, 2020; Berlinck *et.al.* 2016; Martins, 2018 e Cyrino, 2018.

1. O fenômeno: fronteamto de constituintes e próclise em ([XP])[XP]V

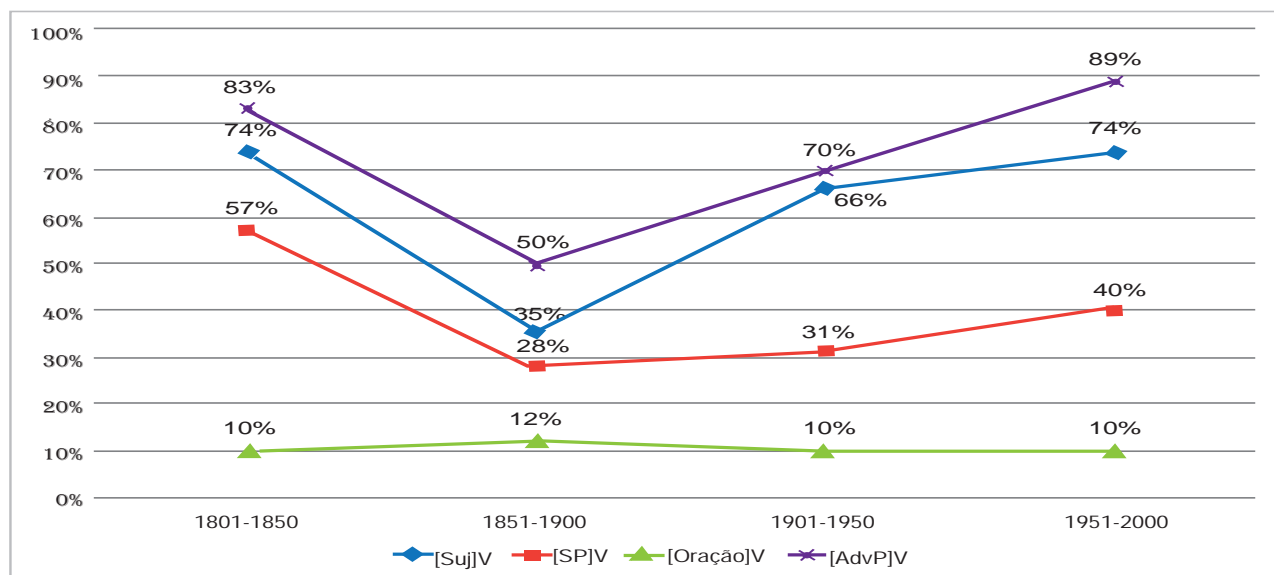
Como dito, colocamos em destaque neste artigo a evolução da próclise em orações matrizes com fronteamto de constituintes e a correlação desse fenômeno com a ordem e realização do sujeito e a perda seletiva do clítico acusativo anafórico na escrita brasileira oitocentista. Seguindo A. M. Martins (1994) e M. A. Martins (2018, 2022), definimos por ambiente neutro ([XP])[XP]V as orações matrizes, em que o constituinte que antecede o verbo é um sujeito não focalizado, como dado em (4), um sintagma preposicional (5) e um advérbio de qualquer natureza (6) – dados de M. A. Martins (2018).

- (4) **[Vocês] se lembram** daquela musiquinha que diz assim: Choveu, choveu Choveu Canasvieiras encheu Quando chove? (Carta de leitor/Santa Catarina, segunda metade do século XX)
- (5) **[No armazem de Henrique Schutel] vende-se** milho a 1:280 réis o saco. (Anúncios/Santa Catarina, primeira metade do século XX)

- (6) Minha filha tomou 18 frascos [de] Peitoral de Cambará e [hoje] acha-[se] completamente restabelecida. (Carta de leitor/Santa Catarina, segunda metade do século XX)

A próclise em ambiente neutro, tal como evidenciado num primeiro momento por Martins (1994), é variável e define diferentes períodos na história do português. De modo particular, se trata de um contexto sintático interessante para a observação da implementação da gramática do PB na escrita brasileira no curso dos séculos XIX e XX, porque marca um divisor de águas entre a gramática d'aquém, desenvolvida no Brasil, e d'além mar, desenvolvida em Portugal (para retomar TARALLO, 1993). Diversos estudos sobre a sintaxe dos clíticos pronominais na história do português no Brasil mostram uma queda no uso da próclise nesse ambiente, em textos da primeira para os da segunda metade do século XIX (LOBO 1992; PAGOTTO 1992; SCHEI 2003; DUARTE; PAGOTTO 2005; GALVES; TORRES MORAES; RIBEIRO 2005; CARNEIRO 2005; MARTINS 2009, 2010, 2018, a sair; CARNEIRO; GALVES 2010; CAVALCANTE; DUARTE; PAGOTTO 2011). Para a evolução da próclise nesse contexto, observem-se, a título de exemplo, os resultados sistematizados por Martins (2022), com base em uma amostra de jornais impressos em diferentes Estados brasileiros e peças de teatro:

Figura 1: Próclise em contextos neutros no português escrito no Brasil dos séculos XIX e XX



Fonte: Martins, 2022, p. 146)

Há uma queda bastante acentuada da próclise em textos da primeira para a segunda metade do século XIX, exceto em sentenças com orações subordinadas pré-verbais. Essa queda (ou mudança fracassada) na gramática do PB tem sido interpretada como o resultado da pressão da norma lusitana, fixada pelos padrões enclíticos da gramática do PE (cf. PAGOTTO, 1998; CARNEIRO, 2005). Tenho apresentado outra hipótese para interpretar esses resultados (MARTINS, COELHO e CAVALCANTE, 2021; MARTINS, 2022): a próclise gerada pela gramática do PB no contexto ([XP])

[XP]V começa a aparecer com significativa expressividade apenas em textos brasileiros oitocentistas da segunda metade, de modo que aquela atestada em textos da primeira metade é, ainda, resquício de uma gramática do tipo-V2, como o PCI.

Uma evidência independente para essa hipótese é o fato de, na escrita brasileira da primeira metade do século XIX, a estrutura associada à construção [XP]V estar associada a de uma gramática que licencia qualquer elemento na posição pré-verbal e não apenas o sujeito, como mostram por exemplo os resultados de Berlinck (1989) e Berlinck e Coelho (2018) sobre a evolução da ordem SV e a perda de VS na escrita brasileira.

A hipótese aqui investigada em dados extraídos de peças de teatro escritas por brasileiros nascidos nos oitocentos, portanto, é de que a escrita brasileira do século XIX reflete, ainda, o padrão proclítico [XP]cIV da gramática do PCI. Nesse sentido e direção, a explicação dada por Pagotto (1998) e Carneiro (2005) para a queda da próclise em contextos neutros na gramática do PB em textos da segunda metade do século XIX deve ser relativizada. Muito naturalmente, a complexa tessitura sociolinguística brasileira, sobretudo no efervescente cenário no Brasil do século XIX, traz um complicador a mais a esse quadro de variação, que aqui interpreto como a competição de diferentes gramáticas do português: há uma forte imposição da norma enclítica lusitana. Esse quadro, de um alto índice de ênclises em textos brasileiros nesse período, parece inegavelmente atribuído à pressão da norma lusitana. O que queremos destacar com a investigação aqui proposta é que, nesse quadro, não há uma queda de próclise em direção à ênclise nesse contexto, ou uma mudança fracassada, na gramática do PB, mas que a próclise encontrada em textos oitocentistas da primeira metade apresenta fortes indicadores de estarem associadas à gramática do PCI.

2. A base de dados e a proposta de trabalho: peças teatrais de brasileiros nascidos nos oitocentos

A metodologia aqui empregada se enquadra naquela proposta em estudos em sintaxe diacrônica, mais especificamente o modelo de competição de gramáticas e a hipótese da taxa constante (KROCH, 1989, 2001), com o objetivo de verificar se os padrões empíricos de uso utilizados em textos brasileiros oitocentistas refletem a sintaxe da gramática do PB e em que medida podem ser encontradas, ainda, propriedades da gramática do PCI, e mesmo do PE, exibindo um caso de competição de gramáticas. O modelo considera de igual modo o problema empírico de “implementação”, tal como posto e formulado por Weinreich, Labov e Herzog (1968).

O conceito de gramática que estamos assumindo é aquele delimitado no quadro teórico da Gramática Gerativa, ou Língua-I, tal como proposto, com muita clareza, em Chomsky (1986). Muito embora, nos valendo da discussão posta em Mendível-Giró (2015), é importante referir que quando trabalhamos com mudança gramatical, observada em textos de sincronias passadas (ou textos escritos em temporalidades marcadas pela socio-história das línguas no curso do tempo), precisamos considerar o conceito de Língua-I relacionado historicamente a distintas gerações de falantes; ou seja, assumimos por gramática *um construto teórico denominado de língua histórica*.

Visando à análise dos fenômenos apresentados, foram selecionadas peças teatrais brasileiras de 5 brasileiros nascidos nos oitocentos⁵. Consideramos que esse gênero constitui fonte produtiva para a investigação de fenômenos linguísticos nos estudos históricos. As peças foram extraídas do *corpus PB-corpus histórico*⁶ e a coleta dos dados consistiu na leitura integral das peças e na seleção e categorização de períodos com clíticos em sentenças matrizes em ambiente neutro e de períodos contendo um elemento acusativo anafórico (na forma de objeto nulo, clítico, pronome tônico ou sintagma nominal). Esses dados foram submetidos à análise multivariada com os programas do pacote estatístico GoldVarb 2001 (cf. ROBINSON; LAWRENCE; TAGLIAMONTE, 2001).

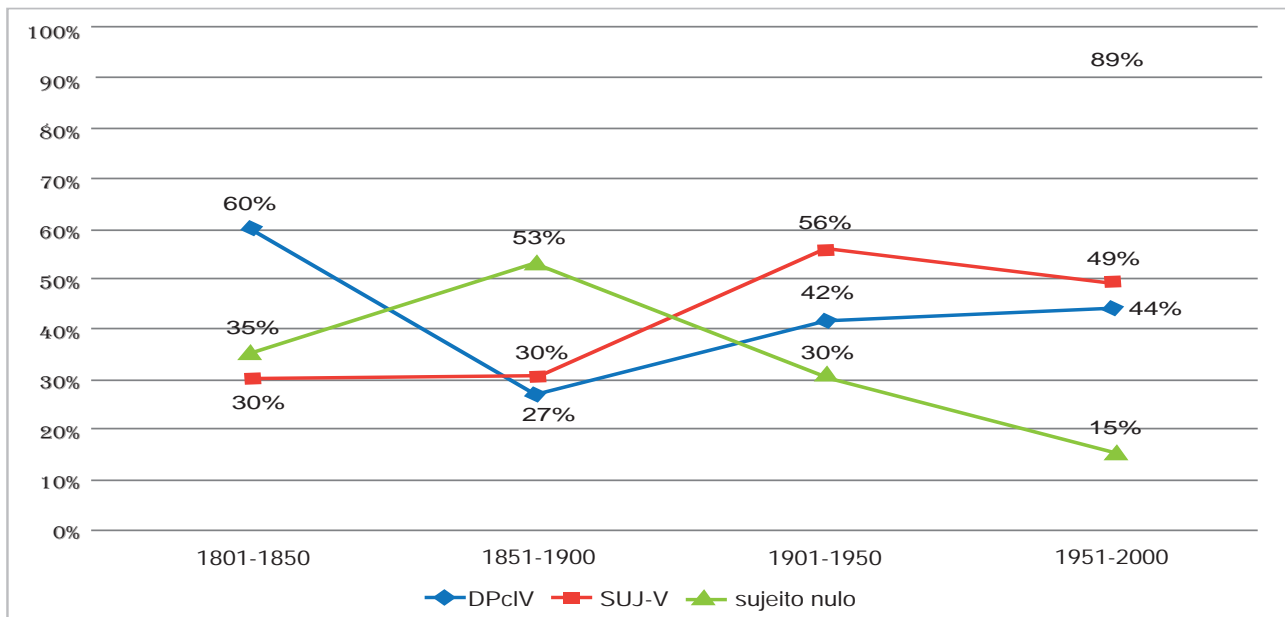
3. Resultados e discussão

Confirmando resultados de estudos anteriores sobre a sintaxe dos pronomes clíticos na história do português, Martins, Cavalcante e Coelho (2020) apontam que existe uma queda no uso de próclise em ambientes neutros ([XP])[XP]V na segunda metade do século XIX. Como proposto, junto com os autores, consideramos que a alta frequência da próclise no início do século corresponde a vestígios do PCI, e que a queda observada se deve à influência do PE. A próclise volta a ser majoritária no final do século, e esse seria um fenômeno representativo da gramática do PB. Os gráficos na figura 2 a seguir apresentam os resultados do estudo dos autores que correlaciona a evolução da próclise em ambientes neutros ([XP])[XP]V e a ordem SV a uma mesma mudança microparamétrica, realizado a partir dos corpora do *Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB)* e do *Corpus Histórico da Língua Portuguesa (HistLing)* da Universidade Federal do Rio de Janeiro:

⁵ “Um sertanejo na cômte”, de Martins Pena; (1837, RJ); “Patkull”, de Gonçalves Dias; (1843, RS); “Verso e reverso”, de José de Alencar; (1857, CE); “O demônio familiar”, de José de Alencar; (1857, CE); “Eu sou a vida, eu não sou a morte”, de Qorpo Santo; (1866, RS); “Hoje sou um; e amanhã outro”, de Qorpo Santo; (1866, RS) “Certa identidade em busca de outra”, de Qorpo Santo; (1866, RS); “A jóia”, de Artur de Azevedo; (1874, MA); “A princesa dos cajueiros”, de Artur de Azevedo; (1880, MA); A capital federal”, de Artur de Azevedo; (1897, MA).

⁶ a *Plataforma PB-Corpus Histórico*, projeto em parceria com o professor Dr. Martin Becker da Universität zu Köln, e Anna Fischer, assistente contratada pela Fundação Humboldt/Alemanha, pretende armazenar e disponibilizar textos escritos no Brasil no curso dos séculos XVIII a XXI de diferentes *corpora*, de modo que interfaces interativas permitam buscas de dados para estudos de diferentes fenômenos linguísticos, em aplicativos de análises estatísticas, como o “Programa R”, o GoldVARB e outros, por exemplo. Na organização da Plataforma, buscamos reunir materiais de diferentes gêneros textuais/discursivos: da esfera dos textos impressos de jornais: **anúncios, cartas de leitores e cartas de redatores/ editoriais**; da esfera dos textos manuscritos: **cartas privadas**; e da esfera dos textos literários: **peças de teatro**. Os textos estão organizados por amostras/ou coleções, para buscarmos preservar as informações das fontes de onde foram extraídos, e agrupados entre os séculos XVIII a XXI, em períodos de tempo de cinquenta em cinquenta anos (1701 a 1750; 1751 a 1800; 1801 a 1850; 1851 a 1900; 1901 a 1950; 1951 a 2000; e a partir de 2001).

Figura 2: Próclise em contextos ([XP])[DP]V, ordem SV e realização do sujeito em textos de jornais brasileiros dos séculos XIX e XX



Fonte: Martins; Cavalcante; Coelho, 2020, p. 40

Como mostram os resultados, em textos brasileiros da primeira metade do século XIX, há indícios de uma gramática do tipo-V2 com sujeitos nulos e próclise em contextos ([XP])[DP]V; e, em textos a partir da segunda metade desse século, evidenciam-se propriedades de uma gramática do tipo-SV, com sujeitos lexicalizados e próclise em ambientes ([XP])[DP]V (conforme, ainda, resultados de BERLINCK, 1989; COELHO, 2006; CAVALCANTE, 2018; BERLINCK; COELHO, 2018).

Esse quadro traz evidências a favor da hipótese que aventamos de que há uma correlação entre a evolução da próclise em ambiente neutro ([XP])[XP]V e da ordem em SV e o preenchimento do sujeito na escrita brasileira oitocentista. Interpretamos esse quadro como o reflexo da competição de diferentes gramáticas na derivação da próclise, de modo que, apesar de superficialmente similar, a próclise no contexto [XP]cIV na escrita oitocentista corresponde a diferentes estruturas e diferentes gramáticas.

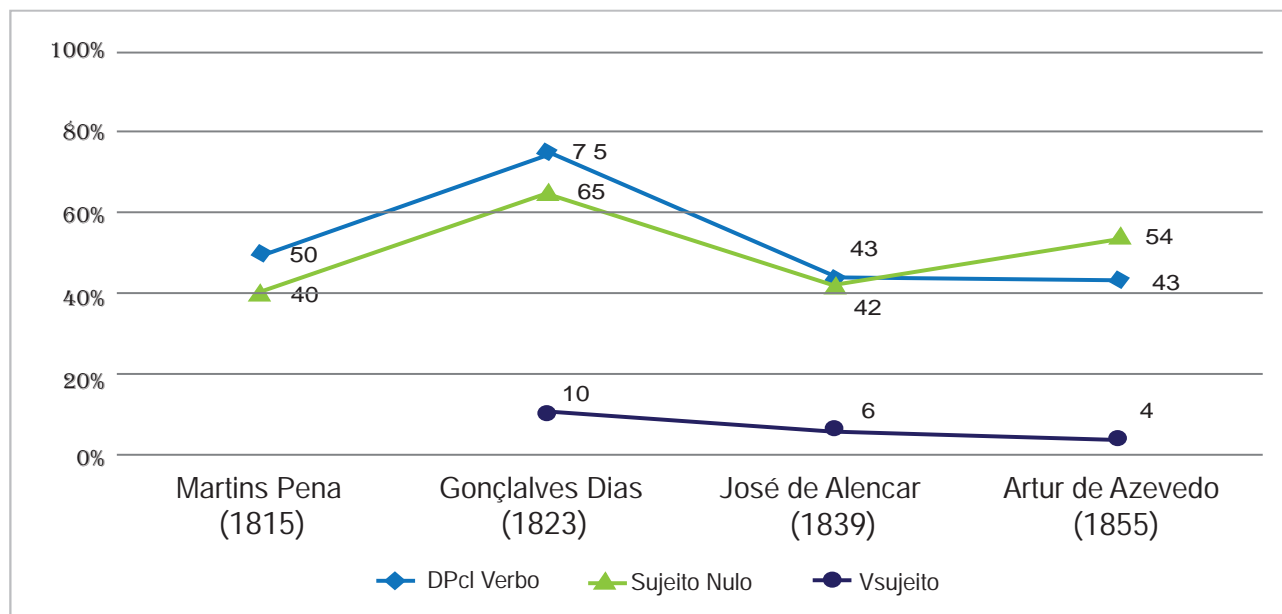
É importante esclarecer que buscaremos evidências para mostrar uma correlação entre a ausência de uma rigidez SV e a próclise no contexto ([XP])[XP]V nos textos da primeira e segunda metade do século XIX, mas tal correlação compreende diferentes caminhos de mudanças da gramática do PCI em direção ao PB: (i) a perda das propriedades de uma língua do tipo-V2 e (ii) a derivação da próclise no contexto ([XP])[XP]V.

Primeiramente, a gramática “perdida” do PCI possui propriedades de uma língua do tipo-V2, com fronteamto de qualquer constituinte, incluindo, mas não obrigatoriamente, o sujeito; há a derivação da próclise no contexto ([XP])[XP]V cuja explicação pode ser encontrada em Galves, Torres Morais e Ribeiro (GTMR, 2005) que propõem que os clíticos são afixados à categoria funcional *Inf* e uma restrição gramatical *não inicial* que se no domínio do primeiro X-barra da estrutura está ativa.

O PB, tendo como base de mudança a gramática do PCI (cf. GALVES; NAMIUTI; PAIXÃO DE SOUSA, 2006), teria perdido as propriedades de uma língua do tipo-V2, passando a SV irrestrita; há a derivação da próclise no contexto ([XP])[XP]V, mas em diferentes contextos estruturais do PCI, porque, seguindo GTMR (e ver, ainda, MARTINS, 2018), os clíticos são afixados a categoria lexical verbal (num nível mais baixo na estrutura da sentença) e uma restrição gramatical *não inicial* não está mais ativa em qualquer domínio⁷.

A análise da escrita dos dramaturgos brasileiros nascidos no século XIX mostra que a próclise em ambiente neutro ([XP])[DP]V, em orações com sujeito DP (em azul no gráfico da figura 3 a seguir) e o sujeito nulo (em verde) têm valores percentuais mais altos em Martins Pena (1815) e Gonçalves Dias (1823). A frequência de DPclV e sujeito nulo caem nos textos de José de Alencar (1839) e Arthur de Azevedo (1855). Esse quadro mostra indícios para a hipótese do que colocamos neste artigo, pois parece haver reflexos do PCI – uma gramática com próclise em ambiente neutro e sujeitos nulos nos dois autores nascidos nas décadas de 1810 e 1820; e reflexos da gramática do PE – ênclise em ambiente neutro e sujeitos nulos – com mais expressividade nos textos dos autores nascidos nas décadas de 1830 e 1850.

Figura 3: Próclise em contextos ([XP])[DP]V e realização do sujeito em textos de peças teatrais brasileiras do século XIX



Fonte: elaboração dos autores.

Outro contexto analisado foi orações com “V1 absoluto”, em que o verbo se encontra na primeira posição absoluta do um período, e é característico do PB. Apenas 2 dados de 319 foram encontrados:

⁷ Um movimento distinto pode ser encontrado no PE em que há a perda das propriedades de uma língua do tipo-V2, mas a ênclise é derivada no contexto ([XP])[XP]V. Uma explicação para essa diferença pode ser encontrada em Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005).

- (7) BENVENIDA - **Me meteu** esta carta na mão! [Peça de teatro, A capital federal; 1897; MA; Artur de Azevedo; 1855]
- (8) TEIXEIRA (olhando JÚLIA e ERNESTO, cabisbaixos) - **Se amam** ternamente! ... (A PEREIRA) E que tem isto? [Peça de teatro, Verso e reverso; 1857; CE; José de Alencar; 1829]

Encontramos, ainda, interpolação em maior frequência na primeira metade do século, conforme dados em (9) e (10). Podemos destacar que a peça *Patkull* teve uma ocorrência expressiva de construções com dois clíticos (12 dados de 33), enquanto nas demais isso não ocorreu, conforme dados em (11) e (12). Da mesma forma, mapeando a mesóclise, percebemos que ela ocorre em pouca quantidade, mais expressivamente nessa peça (18 dados de 30), um resultado também esperado. A obra *Patkull*, de Gonçalves Dias, foi publicada em 1843. Entretanto, a narrativa se passa em 1707, na Polônia, o que pode auxiliar na justificativa das escolhas linguísticas destoantes em relação aos demais autores analisados.

- (9) SATANÁS - Já se vê pois que aí têm de morrer, se alguém **os não acudir**, e secos como uma varinha de... como um palito! [Peça de teatro, Certa identidade em busca de outra; 1866; RS; Qorpo Santo; 1829]
- (10) AUGUSTO – Quem vos disse que ele **o não tinha** merecido? [Peça de teatro, Patkull; 1843; RS; Gonçalves Dias; 1823]
- (11) PAIKEL – Por Deus – eu **to suplico** – Dize-me uma palavra só – e eu me irei, Namry; e nem mais ouvirás falar de mim se notícias minhas te importunam – não me amas? [Peça de teatro, Patkull; 1843; RS; Gonçalves Dias; 1823]
- (12) PATKULL – Que **se me dessem** um reino – e agora mesmo, se me dessem a liberdade – se alguém no mundo me pudesse dar o engano de outros tempos – a ilusão e brilhantismo do primeiro amor... para que te eu traísse – talvez – talvez que o não fizera – e tu?! [Peça de teatro, Patkull; 1843; RS; Gonçalves Dias; 1823]

Buscando correlacionar o fenômeno ao objeto nulo na escrita dos brasileiros nascidos nos oitocentos, apresentamos os resultados da investigação da (não) realização do acusativo anafórico nas peças de teatro.

Foram categorizadas 311 ocorrências da variável acusativo anafórico, considerando as formas de realização SN, Clítico e Pronome tônico e a forma nula. A tabela 1 a seguir apresenta a distribuição geral das formas de realização do acusativo anafórico nas peças teatrais oitocentistas analisadas. Há uma prevalência clara do preenchimento por um clítico (como nos exemplos (13) e (14), com uma frequência de 85,9%, totalizando 267 ocorrências. Os dados apontam para 26 ocorrências do acusativo anafórico nulo, exemplos (15) e (16), correspondentes a 8,4% das ocorrências da variável, 3,2% de preenchimento com um sintagma nominal e 2,8% de preenchimento com um pronome tônico, exemplos (17) e (18), respectivamente).

Tabela 1: Distribuição geral do acusativo anafórico em peças teatrais brasileiras oitocentistas

	Occ. – %
clíticos	267 – 85,9%
NP	10 – 3,2%
Pronome tônico	8 – 2,8%
nulo	26 – 8,4%
Total	311

Fonte: elaboração dos autores.

- (13) ERNESTO - Como passaram rápidos estes três meses! Pareceram-me um sonho!

D. MARIANA - Sim?

ERNESTO - Oh! tenho-[os] impressos na memória hora por hora, instante por instante. De manhã os sons prazenteiros do piano de Júlia acordavam-me no fim de um sono tranqüilo.

[Peça de teatro, Verso e reverso; 1857; CE; José de Alencar; 1829]

- (14) O JOALHEIRO — Venho mostrar-lhes uns brilhantes como os Farâni não [os] tem;

Se [os] quer comprar, muito bem!

[Peça de teatro, A jóia; 1874; MA; Artur de Azevedo; 1855]

- (15) LINDO - Qual comédia, nem comédia! O que me comprometi a fazer-lhe foi comparação bonita; e não comédia. Espere, portanto. (Torna a bater na cabeça, mais no crânio. À parte:) Já que da testa não sai, vejamos se tiro [Ø] do crânio!

[Peça de teatro, Eu sou a vida; eu não sou a morte; 1866; RS; Qorpo Santo; 1829]

- (16) CARLOTINHA: Chego na sala; vou meter a mão no bolso, encontro um painel; abro-o; é uma carta de namoro! Não sei como mamãe não percebeu!...

PEDRO: Ah! Nanhã abriu[Ø]!... Então leu [Ø].

[Peça de teatro, O demônio familiar; 1857; CE; José de Alencar; 1829]

- (17) O REI - Poderíamos obter um retrato desse ente a meu ver tão grande ou maior que o próprio Jesus Cristo!?

MINISTRO - Eu não possuo [algum]; mas pode se encomendar ao nosso Cônsul na cidade de Porto Alegre, capital da Província de São Pedro do Sul, em que tem habitado, e creio que ainda vive. [Peça de teatro, Hoje eu sou um; e amanhã outro; 1866; RS; Qorpo Santo; 1829]

- (18) O JOALHEIRO (Tomando a jóia.) — Obrigado!

Por favor não calunie os meus brilhantes! (Mostrando-lhos.) Repare! Cravados em dois anéis, davam dez contos de réis! Ambas as pedras compare: são iguais... não vale a pena separar...(Fecha a caixa.) Dou-lhe [os marrecos]... [Peça de teatro, A jóia; 1874; MA; Artur de Azevedo; 1855]

Na tabela 2 a seguir, encontramos uma comparação das frequências de preenchimento do acusativo anafórico da primeira metade do século XIX em relação à segunda metade. Podemos observar que há uma pequena queda do preenchimento por clíticos, que vai de 93,3% na primeira metade para 82,3% na segunda, um pequeno aumento do objeto nulo, de 3,3% para 10,4%. Os resultados presentes nas tabelas 1 e 2 vão ao encontro das observações de Cyrino (2018), que propõe que o momento de virada para esse fenômeno é o século XX, enquanto no século XIX ainda há prevalência do preenchimento.

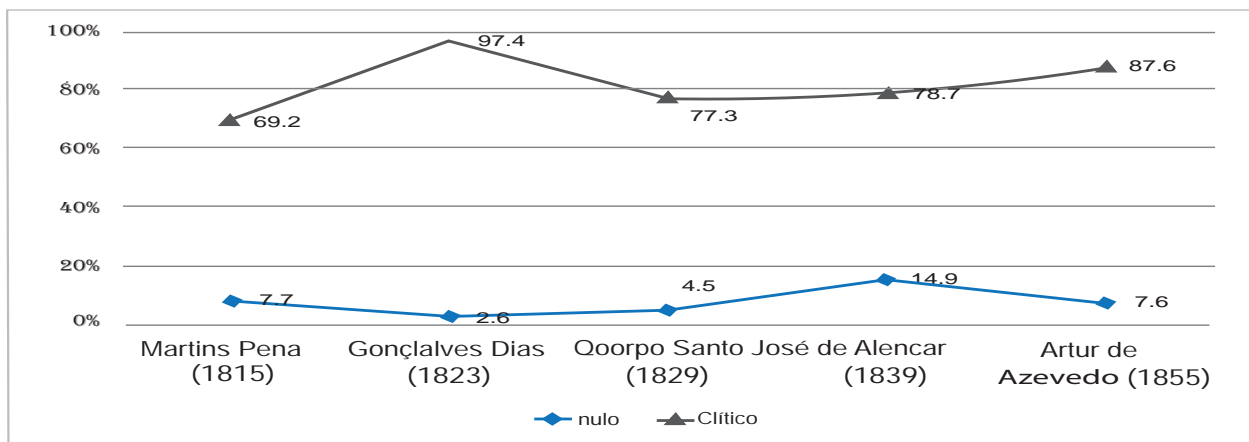
Tabela 2: Distribuição e frequência de uso do acusativo anafórico em peças teatrais brasileiras oitocentistas, por período de tempo

	19.1	19.2
clíticos	84 – 93,3%	183 – 82,3%
NP	2 – 2,2%	8 – 3,6%
Pronome tônico	1 – 1,1%	7 – 3,2%
nulo	3 – 3,3%	23 – 10,4%
Total	90	221

Fonte: elaboração dos autores.

Levando em conta o ano de nascimento dos autores, obtemos os resultados representados nos gráficos da figura 4: há, em geral, uma tendência de aumento da porcentagem do acusativo anafórico nulo em autores nascidos mais próximos à metade do século XIX, quando comparados aos nascidos no seu início.

Figura 4: Distribuição e frequência do objeto nulo e pronomes clíticos na função de acusativo anafórico em peças teatrais brasileiras oitocentistas, por ano de Nascimento dos autores



Fonte: elaboração dos autores.

No que diz respeito ao Estado de publicação das peças de teatro, podemos observar que o Ceará é o estado com maior frequência de objeto nulo, com 14,9%. Em seguida, está o Rio de Janeiro, com 7,7% de nulo, o Maranhão, com 7,6%, e, por fim, se mostrando o estado mais conservador, o Rio Grande do Sul, com apenas 3%.

Tabela 3: Distribuição e frequência de uso do acusativo anafórico em peças teatrais brasileiras oitocentistas, por Estado

	RS	RJ	CE	MA
clíticos	92 – 92,9%	9 – 69,2%	74 – 78,7%	92 – 87,6%
NP	1 – 1%	2 – 15,4%	4 – 4,3%	3 – 2,0%
Pronome tônico	3 – 3%	1 – 7,7%	2 – 2,1%	2 – 1,9%
nulo	3 – 3%	1 – 7,7%	14 – 14,9%	8 – 7,6
Total	99	13	94	105

Fonte: elaboração dos autores.

Esses resultados corroboram aqueles encontrados em Martins (2021) que mostram uma inovação na Região Nordeste do Brasil na implementação de formas inovadoras do PB: na escrita do século XIX há reflexos de um sistema já implementado (1) com o pronome *você* na função de sujeito, (2) com o pronome *lhe* como forma de complemento dativo com referência à segunda pessoa do singular, com um aumento expressivo das formas preposicionadas (*a/para + te/tu/você*), e (3) com um sistema de clíticos com poucos casos de interpolação e contração de pronomes e formas inovadoras sem alçamento em complexos verbais e com próclise em posição inicial do período.

Das variáveis independentes controladas, numa rodada multivariada com *Log Likelihood -77.939* e *significance 0.054*, foram selecionadas por ordem de relevância as variáveis “Animacidade do referente” (tabela 4) e “Estado” (tabela 5):

Tabela 4: Condicionamento do nulo como acusativo anafórico em peças teatrais brasileiras oitocentistas, segundo a animacidade do referente

	Occ. – %	PR.
[+ animado]	4/157 – 2,5%	0,29
[- animado]	22/145 – 14,3%	0,71
Total	26/311	

Fonte: elaboração dos autores.

Podemos considerar que o traço semântico [-animado] do antecedente é um fator que condiciona a não realização do acusativo anafórico, com Peso relativo (PR.) 0,71. De todas as ocorrências do nulo como acusativo anafórico, 4 apresentavam antecedente [+ animado]. Conforme o exemplo (19),

3 delas ocorrem no mesmo segmento de diálogo, na peça *Verso e Reverso*, de José de Alencar, (1857), com o antecedente [um besouro]:

(19) JÚLIA - Enquanto estávamos embebedos a olhar aquele trabalho delicado, víamos [um besouro] parecido com uma abelha, que entrava disfarçado no cortiço; e em vez de trabalhar, chupava o mel já fabricado. Não via [Ø]?

ERNESTO - O que eu me recordo ter visto perfeitamente eram dois olhozinhos travessos...

JÚLIA (batendo o pé) - Via [Ø] sim; eu lhe mostrei muitas vezes.

ERNESTO - Está bom! Já, que deseja, confesso que via [Ø].

[Peça de teatro, *Verso e reverso*; 1857; CE; José de Alencar; 1829]

Além disso, em (20), temos um dado em que o antecedente do acusativo anafórico nulo não só é [+animado] como também [+humano], presente na peça *O demônio familiar*, também de José de Alencar (1857).

(20) CARLOTINHA: Pois agora é que sabes? Nunca viste [mano Eduardo] nesta janela?

HENRIQUETA: Não; nunca.

CARLOTINHA: Fala a verdade, Henriqueta!

HENRIQUETA: Já disse que não; se vi [Ø], não me lembro. Há tanto tempo que esta janela não abre!

[Peça de teatro, *O demônio familiar*; 1857; CE; José de Alencar; 1829]

Conforme números sistematizados na tabela 4, a análise multivariada confirma a tendência inovadora do estado do Ceará, com PR. 0,62, em relação aos outros (principalmente ao Rio Grande do Sul e ao Maranhão). Esse resultado se mostra interessante para a hipótese de que, em geral, estados do Nordeste brasileiro apresentam gramáticas mais inovadoras, especialmente em comparação com estados do Sul (M. A. MARTINS, 2021).

Tabela 5: Condicionamento do nulo como acusativo anafórico em peças teatrais brasileiras oitocentistas, segundo o estado de publicação do texto.

	Occ. – %	PR.
Rio Grande do Sul	92 – 92,9%	0,43
Rio de Janeiro	9 – 69,2%	0,50
Ceará	74 – 78,7%	0,62
Maranhão	92 – 87,6%	0,42
Total	311	

Fonte: elaboração dos autores.

Por fim, foi realizada uma análise qualitativa a respeito das ocorrências do clítico [o] neutro, que tem por antecedente uma proposição, como ilustrado pelos exemplos (21) e (22). Conforme o levantamento de dados, esse tipo de clítico ocorreu principalmente na peça “Patkull”, de Gonçalves Dias, representativa da primeira metade do século XIX.

- (21) EL-REI - Já refleti maduramente. — Ah! (Trepando ao sofá e batendo palmas.) Post-scriptum! Post-scriptum! (Silêncio. Inclina-se.) Se for macho, enforque-se o Doutor; se for fêmea, faça-o barão de qualquer coisa!

O DOUTOR - Senhor!

EL-REI - Assim [o] tenhas entendido! E bico! Levantar cabeças!

[Peça de teatro, A princesa dos cajueiros; 1880; MA; Artur de Azevedo; 1855]

- (22) PAIKEL – Perdoai, Senhora – porém para ter tido o meu nome em tais lugares – seria preciso ter-vos abaixado até eles.

BERTHA – Vós [o] dizeis, Senhor!

[Peça de teatro, Patkull; 1843; RS; Gonçalves Dias; 1823]

Considerações finais e uma pesquisa que continua

Ao final desta análise preliminar de uma pesquisa que continua, podemos considerar que foi possível reunir evidências para a hipótese de que em textos escritos no século XIX encontramos dados que pode refletir diferentes gramáticas do português, o PCI, o PE e o PB. A investigação da próclise em ambientes neutros ([XP])[XP]V associada aos fenômenos da ordem e preenchimento do sujeito e a realização do acusativo anafórico auxilia na diferenciação de uma gramática instanciada em textos escritos por autores nascidos no início do século XIX (e conseqüentemente vestígio da gramática do PCI) e de uma gramática instanciada em textos do final do século (já representativa da gramática do PB). O PCI apresenta um sistema rico com o clítico acusativo anafórico, enquanto o PB abre espaço para o objeto nulo. Destacamos que a pesquisa terá continuidade, e temos por objetivo investigar o traço semântico *especificidade e animacidade* em relação aos antecedentes dos dados do acusativo anafórico, bem como expandir a coleta de dados para peças de outros estados brasileiros.

Os resultados das pesquisas obtidos até o momento (MARTINS, 2009, 2010, 2018, 2022), brevemente reunidos nas seções 2 e 3 deste artigo, nos encaminham para a necessidade de uma investigação mais acurada para a evolução da próclise em orações matrizes com fronteamto de constituintes, em ([XP])[XP]V, considerado o ambiente neutro. Essa análise deverá buscar uma correlação da evolução da próclise nesse contexto com a evolução na ordem e realização do sujeito na escrita brasileira oitocentista. Em outras palavras, os resultados de uma investigação desses fenômenos numa mesma amostra podem trazer elementos para encontrar na escrita brasileira de 1800 evidências de uma gramática “perdida” do português, ou de uma língua do tipo-V2, como o Português Clássico.

Referências

- BARBOSA, Afrânio. A Plataforma de *corpora* do PHPB: uma apresentação ad infinitum. In: CASTILHO, A, T de. *História do Português Brasileiro – corpus* diacrônico do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2019, pp. 16-67.
- BERLINCK, Rosane de Andrade *et.al.* *Mudança sintática na história do português brasileiro nos séculos XIX e XX*. In: BERLINCK, Rosane de Andrade *et.al.* Rumos da linguística brasileira no século XXI: historiografia, gramática e ensino. Lucrécio Araújo de Sá Júnior, Marco Antonio Martins (org.). São Paulo: Blucher, 2016.
- BERLINCK, Rosane de Andrade de A. A construção V SN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: TARALLO, F. (org.). *Fotografias sociolingüísticas*. São Paulo: Pontes, 1989, pp. 95-112.
- BERLINCK, Rosane de Andrade.; COELHO, Izete. A ordem do sujeito em construções declarativas na história do português brasileiro. In: CYRINO, S.; TORRES MORAIS, M. A. (orgs.) *Mudança sintática do português brasileiro: perspectiva gerativista*. São Paulo: Contexto, 2018, pp. 308-381.
- CAVALCANTE, Silvia. Regina de Oliveira. Mudança na posição do sujeito em cartas pessoais brasileiras: a ordem VS e o estatuto informacional do sujeito. DIADORIM (RIO DE JANEIRO), v. 20, pp. 101-21, 2018.
- CARNEIRO, Zenaide. *Cartas brasileiras (1809-1904): um estudo linguístico-filológico*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- CARNEIRO, Zenaide; GALVES, Charlotte. Variação e gramática: colocação de clíticos na história do português brasileiro. *Revista de Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, pp. 7-38, 2010.
- CAVALCANTE, Silvia Regina de Oliveira; DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia; PAGOTTO, Emílio. Clíticos nos Século XIX: uma questão de posição social?. In: Dinah Callou; Afranio Barbosa. (org.). *A Norma Brasileira em construção: cartas a Rui Barbosa (1866 A 1899)*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa / UFRJ, 2011, v. 1, pp. 167-217.
- CHOMSKY, Noam. *O conhecimento da Língua – sua natureza, origem e uso* [1986]. [tradução de Anabela Gonçalves e Ana Teresa Alves]. Lisboa: Caminho, 1994 [p. 21-71].
- COELHO, Izete. Variação na sintaxe: estudo da ordem do sujeito no PB. In: RAMOS, J. (org.). *Estudos sociolingüísticos: quatro vértices do GT da ANPOLL*. Belo Horizonte: FALE: Ed. da UFMG, 2006, pp. 84-99.
- CYRINO, Sonia. O objeto nulo. In: CYRINO, S.; TORRES MORAES; M. A. (org.). *Mudança sintática no português brasileiro: perspectiva gerativista*. São Paulo: Contexto, 2018. pp. 210-51
- DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia O sujeito nulo no Português Brasileiro. In: CYRINO, S.; TORRES MORAIS, M. A. (orgs.) *Mudança sintática do português brasileiro: perspectiva gerativista*. São Paulo: Contexto, 2018, pp. 26-71.
- DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia; PAGOTTO, Emílio. Gênero e norma: avós e netos, classes e clíticos no final do século XIX. In: Lopes, Célia Regina dos Santos. (org.). *A Norma Brasileira em Construção: fatos lingüísticos em cartas pessoais do século 19*. 1a.ed. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2005, pp. 67-82.

- GALVES, Charlotte; PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. The change in the position of the verb in the history of Portuguese: Subject realization, clitic placement and prosody. *Language*, v. 93, pp. 152-80, 2017.
- GALVES, Charlotte, NAMIUTI, Cristiane, PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Novas perguntas para antigas questões: a periodização do português revisitada. In Endruschat; Kemmler; Schäfer-Prie. *Grammatische Strukturen des Europäischen Portugiesisch*. Tübingen: Calapinus Verlag, pp. 45-75, 2006.
- GALVES, Charlotte; RIBEIRO, Ilza; TORRES MORAES, Maria Aparecida. Syntax and morphology in the placement of clitics in European and Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, Lisboa, v. 4, n.2, pp. 143-77, 2005.
- HOLMBERG, A. Verb second. In *Syntax – Theory and analysis. An international handbook*, ed. Tibor Kiss and Artemis Alexiadou, chapter 12. Berlin: Walter de Gruyter (e-book), 2015.
- KROCH, Anthony. Syntactic Change. In: Baltin & Collins (eds.). *The handbook of contemporary syntactic theory*. Massachusetts. USA: BlackWell, pp. 699-729, 2001.
- KROCH, Anthony. Reflexes of Grammar in Patterns of Language Change. *Language Variations and Change*, v. 1, pp. 199-244, 1989.
- LOBO, Tania. *A colocação dos clíticos em Português. Duas sincronias em confronto*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 1992.
- MACKENZIE, Ian. *Language Structure, Variation and Change – The Case of Old Spanish Syntax*. Newcastle UponTyne: Palgrave Macmillan, 2019.
- MARTINS, Ana Maria *Clíticos na história do português*. Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 1994.
- MARTINS, Marco Antonio Rocha; CAVALCANTE, Silvia Regina de Oliveira; COELHO, Izete. *Ordem do sujeito e colocação de clíticos: reflexos de competição de gramáticas do português na escrita brasileira dos séculos XIX e XX*. (em preparação)
- MARTINS, Marco Antonio Rocha. “O português são três”: evidências empíricas para a hipótese de competição de gramáticas. *Revista da ABRALIN*, v. 9, pp. 37-76, 2010.
- MARTINS, Marco Antonio Rocha. *Competição de gramáticas do português na escrita catarinense dos séculos 19 e 20*. 2009. 326p. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- MARTINS, Marco Antonio Rocha. A sintaxe dos pronomes pessoais clíticos na história do português brasileiro. In: CYRINO, S.; TORRES MORAIS, M. A. (orgs.) *Mudança sintática do português brasileiro: perspectiva gerativista*. São Paulo: Contexto, 2018, pp. 150-209.
- MARTINS, Marco Antonio Rocha. Micro-variation and parametric change: the proclisis in ‘neutral contexts [XP] V’ in Brazilian writing. Berlin: *PhiN Philologie*, v. 81, pp. 1-25, 2022.
- MENDÍVIL-GIRÓ, J. L. *El cambio lingüístico. Sus causas, mecanismos y consecuencias*. Madrid: Síntesis, 2015.

PAGOTTO, Emilio. *A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1992.

PAGOTTO, Emilio. *Norma e condescendência, ciência e pureza. Língua e instrumentos lingüísticos*, v. 2, pp. 49-68, 1998.

SCHEI, Ana. *A colocação pronominal do português brasileiro – a língua literária contemporânea*. São Paulo: Humanitas, 2003.

TARALLO, Fernando. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: Kato e Roberts. *O português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, SP: Unicamp. 1993, pp. 69-105.

WEINREICH, Uriel., LABOV, William; HERZOG, Marvin. Empirical foundations for a theory of language change. In: W. Lehmann and Y. Malkiel (ed.) *Directions for Historical Linguistics*. University of Texas Press, Austin, TX, 1968, pp. 95-195.

CONTRIBUCIONES TEÓRICAS Y METODOLÓGICAS PARA LA INVESTIGACIÓN HISTÓRICA DE LAS FORMAS DE TRATAMIENTO EN PORTUGUÉS Y ESPAÑOL

CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA A INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA DAS FORMAS DE TRATAMENTO EM PORTUGUÊS E ESPANHOL

THEORETICAL AND METHODOLOGICAL CONTRIBUTIONS TO HISTORICAL RESEARCH ON ADDRESS IN PORTUGUESE AND SPANISH

Leticia Rebollo Couto¹

Reseña crítica glotopolítica de

HUMMEL, Martin; LOPES, Celia dos Santos (orgs.). *Address in Portuguese and Spanish. Studies in Diachrony and Diachronic Reconstruction*. Berlin: De Gruyter, 2020, 478 págs.

RESUMEN

Esta revisión crítica glotopolítica discute los principales resultados publicados en el libro organizado por Martin Hummel y Célia dos Santos Lopes sobre las formas de tratamiento en portugués y español desde una perspectiva histórica. La presentación de estos 13 capítulos y sus principales perspectivas se divide en tres partes: los tres primeros capítulos proponen un abordaje teórico y metodológico del tema, los cuatro siguientes presentan resultados descriptivos sobre el portugués y los seis últimos describen resultados sobre el español. Se trata de un trabajo excepcional de colaboración y difusión de las investigaciones que se han desarrollado sobre estas dos lenguas, consideradas por los organizadores como las mejor estudiadas por su uso de formas de tratamiento. Cada uno de los capítulos ofrece representaciones precisas de las realidades sociales de estas dos lenguas coloniales basadas en el desarrollo de sus sistemas de deixis personal y social. Estos trece estudios se revisan aquí críticamente y al por menor desde una visión de las lenguas como objetos socialmente construidos, considerando la descripción lingüística como una cuestión de poder que transforma estos objetos sociales en una fuerza activa para controlar a las personas o para resistirse a ese control.

PALABRAS CLAVE: Formas de tratamiento. Lingüística histórica; Lenguas románicas; Documento de opinión.

RESUMO

O objetivo desta resenha crítica glotopolítica é apresentar e discutir os principais resultados da obra organizada por Martin Hummel e Célia dos Santos Lopes sobre formas de tratamento em português e em espanhol desde uma perspectiva histórica. Apresentamos as principais perspectivas teóricas e metodológicas dos 13 capítulos, divididos em três partes: 3 capítulos com uma revisão teórica e metodológica sobre o tema, 4 capítulos com resultados sobre a descrição do português e 6 capítulos com resultados sobre a descrição do espanhol. Trata-se de uma obra excepcional de colaboração e divulgação de pesquisas que vêm sendo desenvolvidas sobre estas duas línguas que os organizadores consideram como duas das mais estudadas no que se refere às formas de tratamento. Cada um destes capítulos nos traz representações precisas sobre a realidade social dessas duas línguas coloniais a partir do desenvolvimento destes sistemas de deixis social. Estes estudos são aqui resenhados criticamente a partir de uma visão de língua como objeto socialmente construído, considerando

¹ Universidade Federal de Rio de Janeiro (UFRJ), leticiarebollocouto@letras.ufrj.br, <https://orcid.org/0000-0003-2469-5639>.

a descrição linguística como uma questão de poder que transforma esse objeto social em uma força ativa de controle das pessoas ou de resistência a esse controle.

PALAVRAS-CHAVE: Formas de tratamento. Linguística histórica. Línguas românicas. Artigo de opinião.

ABSTRACT

This glottopolitical critical review discusses the main results published in the book organized by Martin Hummel and Célia dos Santos Lopes on Forms of Address in Portuguese and Spanish from a historical perspective. The presentation of these 13 chapters and their main perspectives is divided into three parts: three chapters propose a theoretical and methodological approach to the topic, four present descriptive results in Portuguese, and six describe results in Spanish. This outstanding collaborative work disseminates research developed on these two languages, considered by the organizers as the most well-studied for their use of forms of address. Each chapter offers precise representations of the social realities of these two colonial languages based on the development of these social deixis systems. These studies are critically reviewed here from a view of language as a socially constructed object, considering linguistic description as a matter of power that transforms this social object into an active force for controlling people or resisting this control.

KEYWORDS: Forms of address. Historical linguistics. Romance Languages. Opinion paper.

Introducción

Es un gusto presentarles - o presentaros - este trabajo colectivo sobre un tema tan complejo y variable como el de las formas de tratamiento en portugués y en español. Se trata de una relectura de los trabajos históricos acerca de este eje central e indexador de las relaciones sociales: *las formas de tratamiento*, bajo una perspectiva glotopolítica, o sea marcando una posición decolonial en el conflicto y la tensión entre la preferencia o el rechazo por formas lingüísticas y su manera de describirlas.

La obra es el resultado de una larga historia de cooperación internacional entre los editores y el grupo de autores, en seminarios temáticos y grupos de trabajos entre Austria, Brasil y Colombia, con el grupo de trabajo: *Formas y fórmulas de tratamiento del español y del portugués/ Formas e fórmulas de tratamento do português e do espanhol*. Esta descripción lingüística integrada es el resultado de una política lingüística acertada de ALFAL para la promoción de un espacio común de conocimiento lingüístico y filológico latinoamericano.

Se trata en las mismas palabras de Hummel y Lopes (2020, p. 1) de un acercamiento a la historia de estas dos lenguas bajo una perspectiva sociolingüística, que propone reconstrucciones diacrónicas basadas en la variación sincrónica. Es un trabajo pionero de intersección y diálogo entre la descripción lingüística en portugués y en español acerca de un tema común, sin duda se trata de una contribución memorable y ejemplar, pues lo más común es que la producción lingüística en portugués dialogue apenas con la producción en portugués, y lo mismo en español, con la reflexión lingüística limitada a las discusiones entre grupos en español. La obra es un hermoso ejemplo de cómo los objetivos de integración entre la producción en estas dos lenguas, propuestos por ALFAL hace algunos años ya, se pueden llevar a cabo de forma airosa.

La introducción de la obra es breve. En ella se presenta la propuesta de división del libro en tres partes y se da un resumen corto pero informativo de cada uno de los trece capítulos que compone el conjunto de trabajos. Se trata de un primer acercamiento comparativo sistemático para la historia de

las formas de tratamiento en portugués y español en sus variedades europeas y americanas. Es un tema complejo de cambio y variación común a estas dos lenguas históricas, geográfica, social e incluso, en algún momento de la historia, políticamente relacionadas. Son hitos históricos convergentes, según los editores: a) la unión dinástica de los reinos de España y Portugal en la persona de Felipe II de España, también coronado en 1580 como Felipe I de Portugal; b) el proceso paralelo de colonización de América y c) la transformación a largo plazo de un sistema feudal en un sistema democrático.

Esta interrelación deja sus marcas en la deixis social, particularmente, en el sistema de las formas de tratamiento, que llega a grados de extrema complejidad por la coexistencia de diferentes subsistemas pronominales, verbales y nominales bajo distintos factores de variación geográfica, sociolingüística y pragmática. Cada uno de los pronombres de tratamiento, en portugués y en español, tiene diferentes sentidos y funciones según las categorías de variación que se examinen. Por eso es muy difícil hacer generalizaciones, y huir de la tradición de descripción de una variedad como referencia normativa de las demás.

Portugués y español pueden ser las dos lenguas más estudiadas en lo que se refiere a las formas de tratamiento, y cuentan en 2017 con 1500 títulos referenciados por Fernández y Gerhalter (2017). La falta de descripción de la variedad portuguesa europea se debe, según los editores, a la fuerte tradición generativa en la lingüística de Portugal, razón por la cual faltan descripciones locales de esta variedad europea y las que se presentan aquí se hacen desde grupos ubicados fuera de Portugal.

La obra se organiza entonces a partir de trece artículos distribuidos en tres partes. La primera es una revisión teórica y metodológica del tema, compuesta por tres estudios que presentan modelos teóricos y recopilaciones de datos sobre el portugués y el español. La segunda parte se dedica a la descripción del portugués y está constituida por cuatro capítulos que abordan diferentes aspectos de variación geográfica para la variación *você/tu*. La tercera parte es la más extensa y consta de seis estudios que tratan de la descripción de las formas de tratamiento en español. Todos los textos están basados en metodologías comparativas de lingüística histórica y procuran una reconstrucción diacrónica a partir de datos de variación sincrónica.

En lo que sigue reseño los diferentes artículos a partir de la distribución en tres partes, anunciada por los editores en la introducción. En el conjunto de la obra esta organización no se percibe, ni en el índice ni en una separación por partes, lo que aumenta la fluidez de lectura y le da más destaque a las contribuciones de cada capítulo en particular, los capítulos se pueden leer con total autonomía y el lector puede construir sus propios trayectos de lectura y de interacción con la obra según sus intereses más o menos inmediatos. Las transiciones temáticas están bien trabajadas y siempre hay un elemento común que se repite de un capítulo a otro, lo que aumenta la cohesión coordinada del conjunto de trabajos.

PARTE 1: las bases teórico metodológicas

Para las bases teórico metodológicas contamos con tres trabajos: el primero de es el de Martin Hummel, el segundo de Victor Lara Bermejo y el tercero de Célia dos Santos Lopes con Leonardo Lennertz Marcotulio y Thiago Laurentino de Oliveira.

El primer artículo teórico metodológico, titulado “Diachronic research on address in Portuguese and Spanish”, es por lo tanto el de Martin Hummel, uno de los editores de la obra. Se trata de una propuesta de revisión teórica que señala los logros y los límites de las diferentes perspectivas de análisis sobre los principales tópicos abordados en diacronía. Esta propuesta de señalar los vacíos, las grietas, los silencios es fundamental, según el autor, para empezar una discusión y no para criticar autores, perspectiva con la que estamos totalmente de acuerdo, y adoptamos en esta breve reseña. La idea es promocionar discusiones metodológicas que hagan avanzar el campo de la descripción de las formas de tratamiento en portugués y en español en cuanto fenómeno lingüístico social y culturalmente corporificado, una vez que la complejidad de este fenómeno requiere en su interfaz conocimientos de campos muy diversos.

El autor discute los aportes de la teoría de la gramaticalización, de la sociolingüística variacionista, de las tradiciones discursivas y de los estudios cognitivos. De las teorías pragmáticas destaca los conceptos de imagen y negociación como fundadores de los estudios de interacción de comportamientos situados, incluyendo tensión y conflicto. En ese sentido, se recatan estudios sobre cortesía y formas nominales de tratamiento. El desarrollo de este tipo de estudio es fundamental para entender los discursos de odio que permean las sociedades contemporáneas. Esta revisión teórica se podría complementar con estudios de formas de tratamiento y variación pragmática (SCHNEIDER; BARRON, 2008; MUHR, 2008; GARCÍA; PLACENCIA, 2011) o formas de tratamiento y descortesía (CULPEPER, 2011; CULPEPER, 2017; PLACENCIA, 2017; GARCÍA, 2017).

La definición de las formas de tratamiento como *crisis*, entendida como “búsqueda de soluciones”, es una idea central y muy interesante de esta propuesta. Es una metáfora cognitiva teórica muy ocurrente una vez que la selección de la forma de tratamiento se constituye como un verdadero problema latente, presente en cada interacción y que se negocia permanentemente en el proceso de las relaciones interpersonales. Esa *crisis* de la representación cuando nos dirigimos hacia *el otro* se evidencia en obras de ficción, teatro o literatura como ejemplifica el autor en diversas situaciones antológicas. Las formas de tratamiento son *crisis* y negociación permanentes e inherentes a las relaciones sociales. Son casos relevantes de estudio de esta *crisis* los casos de migraciones o los casos de neutralización de la distancia con *usted* a los que se reporta el autor.

La revisión teórico-metodológica prosigue con los efectos pronominales en las formas de tratamiento en lenguas *pro-drop* (portugués europeo y español) y en lenguas no *pro-drop* (portugués de Brasil), los efectos culturales sobre las formas nominales de tratamiento, bien como los impactos de procesos de estandarización y del papel de la educación escolar en la selección y legitimación de variantes. El artículo termina con una pertinente discusión sobre los límites de las relaciones entre oralidad y escritura, en obras teatrales o en cartas, frecuentemente discutidos diacrónicamente como más cercanos a la oralidad, el autor concluye afirmando que una simple transcripción de una interacción cotidiana oral es suficiente para demostrar lo problemático que puede ser este tipo de afirmación.

Uno de los temas tratados en esta revisión que me parece particularmente interesante es el de alternancia de formas de tratamiento, un tema que está poco descrito y que ganaría mucho con descripciones centradas en la variación sincrónica sin comparaciones de variedades americanas actuales con variedades europeas como desvíos, pues tal tipo de comparación refuerza una ideología lingüística basada en una variedad dominante y de referencia exógena (CLYNE, 1992; MUHR, 2012; MUHR *et al.*, 2013). Los casos de variación son extremadamente complejos y cada variedad nacional merece, como la de Brasil, un tratamiento centrado en la misma historia social y en la dinámica de contactos de cada población, pues sin duda las formas de tratamiento son un fuerte indexador de identidades nacionales y regionales.

El segundo capítulo es de Víctor Lara Bermejo y tiene por título “Forms of address in the south-western *Sprachbund* of the Iberian Peninsula: One hundred years of evolution in western Andalusian Spanish and European Portuguese”. El análisis comparativo del uso de *ustedes* en Andalucía y el uso de *vocês* al sur de Portugal está basado en una metodología innovadora. Los 4900 datos analizados se recolectaron a partir del habla actuada de 250 participantes. Los participantes tenían que ver escenas de telecomedias muy conocidas en las que un solo personaje se dirige a un grupo de personajes, considerando variaciones situacionales amplias. Los participantes tenían que *doblar* la escena como si fueran el personaje que se dirige al grupo. Es sin duda una forma de recolectar datos muy innovadora para la obtención de datos de habla espontánea situados, al elicitar una conducta a partir de un estímulo visual contextualizado.

Los resultados comparables a partir de actos de habla y situaciones controladas fueron diversos. En posición sujeto *ustedes* y *vocês* son tópicos reinterpretados como sujetos, lo que tiene como consecuencia una gran variedad de ajustes pronominales de concordancia de persona, género y número. La descripción gramatical es muy detallada, está basada en teorías sintácticas de topicalización (BOSQUE; GUTIÉRREZ REXACH, 2009) y los resultados se presentan de forma estadística y cartográfica con ilustraciones y ejemplos clarísimos. Los resultados traen una interesante discusión entre marcación de sujeto y topicalización que explica el paradigma mixto, equivalente al del voseo según el autor, en la concordancia entre estos dos pronombres sujeto, verbo, clíticos y posesivos.

- (1) Ustedes vósotros sois hermanos.
- (2) Vocês não se aperceberam de quando vos/os viram.

El autor se adentra también en un controvertido campo de paralelismos entre Andalucía y América, esta reflexión de contactos lingüísticos ignora referencias contemporáneas de contacto como un sistema ecolingüístico basado en la competencia y selección de variantes según Mufwene (2001, 2005), por ejemplo, y no en la transferencia unilateral de un origen, trasplantado a otro territorio. Las generalizaciones de “América” vista como territorio uniforme también molestan. Sin duda, en el campo de las ideas este es un tema que merece ser retomado.

El concepto de área lingüística de convergencia *Sprachbund* está muy bien aplicado y ejemplificado con léxico rural que señala un acercamiento cultural y convergencia entre ambas regiones: *mazorca, borrego, chivo, ordeñar*. Las relaciones entre variedades dominantes y no dominantes del portugués y del español están muy bien delimitadas para los usos convergentes de *vocês* y *ustedes* en estas regiones y los reflejos de la centralización lingüística de Lisboa y Madrid, tomadas como referencias del modelo de lengua y las demás variedades como deriva en lenguas con políticas lingüísticas tan centralizadoras como el portugués y el español (MUHR, 2016, 2017).

El tercer capítulo es de Celia dos Santos Lopes, también editora de la obra, y dos co-autores, Leonardo Lennertz Marcotulio y Thiago Laurentino de Oliveira. El capítulo se titula “Forms of address from the Ibero-Romance perspective – A brief history of Brazilian voçamento”. Se trata sin duda de una de las recopilaciones sobre la historia de la forma de tratamiento *você* en portugués de Brasil más completa que he leído, por la revisión bibliográfica, la problematización de las principales cuestiones de discusión que este elemento de variación presenta y por la propuesta metodológica de análisis y por los robustos resultados.

A partir de un *corpus* de 1332 cartas personales (522 de tres estados de la región sureste de Brasil y 810 de tres estados de la región noreste de Brasil), se trata de sistematizar la variación entre las formas de segunda persona *tu* y las de tercera persona *você*, buscando los usos contrastantes de estas dos formas de tratamiento entre los siglos XIX y XX. La propuesta metodológica, ejemplar, propone un análisis a partir de la posición de sujeto (nominativo) de ambas formas y prosigue con el análisis de posiciones sintácticas en correlación (acusativo, dativo, ablativo y genitivo), comparando los resultados entre las dos regiones y entre los estados involucrados (Rio de Janeiro, Minas Gerais y São Paulo para la región sureste y Bahía, Pernambuco y Rio Grande do Norte para la región noreste).

Los límites del trabajo están muy bien presentados, la mayoría de las cartas de la región sureste son de Rio de Janeiro (366 del total de 522 para la región) y de Bahia (383 del total de 810 para la región), antiguas capitales virreinales, el intento de justificar las dos grandes áreas por el número de habitantes no es muy feliz considerando la historia social de las lenguas, ya que este es un argumento controvertido desde un punto de vista de la revisión de discursos dominantes sobre las referencias de las lenguas históricas, sobre todo las de expansión colonial (MORENO CABRERA, 2000, pp. 181-3). Sin embargo, la relativización de los datos considerando que en el siglo XIX menos del 40% de la población en Brasil tenía cultura escrita letrada es muy pertinente y además la selección subjetiva de ejemplos, la mayoría de cartas de amor, le dan al trabajo una dimensión humana del lenguaje y de los individuos que con sus prácticas escritas y necesidades nos ayudan a entender mejor fenómenos de alternancia de formas de tratamiento, como en (3):

(3) *Tu* não debes pensar em bobagens... *você* sabe perfeitamente que só ati é que eu amo.

El respeto a la cultura poco letrada o al registro de variedades no ortográficas, sin ningún tipo de acotación o de glosa, se agradece por el trato igualitario de todas las variantes escritas de la lengua,

sin demarcar la preferencia por la variedad dominante impuesta por la tradición gramatical. Todas las variedades escritas se consideran y se presentan de forma igualitaria. Las cartas de amor ya se venían usando en trabajos anteriores del equipo y es un gusto verlas recopiladas aquí bajo la forma de ejemplos trayendo al texto elementos culturales e históricos relacionados a las percepciones, argumentos y lenguaje de sujetos marcando sus espacios de intereses y deseos para ilustrar la excelente distribución categórica que explica, para mí, de forma muy completa la historia de lo que los autores denominan “voceamento” en Brasil a partir de su distribución y penetración en diferentes funciones sintácticas.

Los resultados de los análisis, presentados a través de excelentes cuadros recopilatorios, gráficos y cartografía resultante de la distribución de los datos encontrados, son espectaculares y ayudan mucho a entender y a visualizar los resultados rápidamente. Para la distribución de las formas variables *tu* y *você* en la posición sujeto, los resultados son muy claros y la oposición regional se mostró convergente con la subida de la forma gramaticalizada *você* en todas las variedades, a pesar de los distintos grados y tiempos de adhesión. En ninguna de las dos regiones la distribución es homogénea sino variable, incluso con subsistemas “híbridos” o “mezclados” *você_tu*.

En el sureste de Brasil, la forma gramaticalizada *você* entra en la posición de sujeto en el siglo XX, Minas Gerais y São Paulo presentan un resultado más convergente con predominancia de *você* mientras que Rio de Janeiro presenta por más tiempo la manutención de *tu*, hecho atribuido por los autores a elementos de historia social del estado - en contacto más intenso, desde la llegada de la familia real hasta las olas migratorias de 1940, con la cultura “lusitana”. En la región noreste, las cartas de Bahia tienen un resultado muy similar a las de Minas Gerais con una propagación general de *você* en todos los periodos analizados, y la de Pernambuco, un resultado similar al de Rio de Janeiro con alternancia de *você/tu*.

Para la posición sujeto (Nominativo), la diseminación de *você* respecto a *tu* en la historia reciente del portugués de Brasil se ilustra claramente a través de mapas que nos permiten visualizar la expansión creciente de *você* desde el final del siglo XIX hasta la segunda mitad del siglo XX en las dos regiones sureste y noreste. Este resultado para el nominativo, con la propagación del *você* (FARACO, 1996) y la conservación del paradigma tuteante en Rio de Janeiro (SILVA, 2011), confirma con datos contundentes estas dos tendencias. La posición de las formas en Nominativo (sujeto) es la más convergente para los resultados de las dos regiones, sin embargo, en las posiciones de acusativo, dativo, ablativo y genitivo, es donde se manifiesta la divergencia y la marca indexadora regional.

Los resultados para el Acusativo (complemento u objeto directo) demuestran la tendencia al uso de *você* con *te* en la región sureste, especialmente Rio de Janeiro y Minas Gerais y de *você* con *lhe* en la región noreste, especialmente en el estado de Bahia (LOPES; CAVALCANTE, 2011; LOPES; RUMEU, 2015).

Los resultados para el Dativo (complemento u objeto indirecto) demuestran igualmente convergencias entre Minas y São Paulo (uso preferente de *lhe* con *você* (un poco más o un poco menos del 50% de los datos), frente a Rio de Janeiro (dividido entre la selección de *te* y *lhe* con *você*).

En los tres estados del noreste la preferencia es por *lhe*, pero de forma más acentuada que Minas y São Paulo (más del 80% de los datos).

Los resultados para el Ablativo (complemento con preposición que no se puede remplazar por un clítico) confirman la convergencia de Minas y São Paulo con los estados del noreste (más del 80% de preferencia por prep. + *você*), mientras que el estado de Rio de Janeiro se divide entre resultados prep. + *ti* y prep. + *você* (cerca del 40% para cada variante). Pernambuco se diferencia de los dos estados del noreste y se acerca más a los resultados de Rio de Janeiro, aunque con preferencia por la forma prep. + *você* (62%) frente a prep. + *ti* (38%). Para los casos ablativos se destaca como resultado el uso exclusivo de “contigo” en Rio de Janeiro

Los resultados de Genitivo (complemento adjunto con pronombres posesivos) confirman la divergencia de Rio de Janeiro con los demás estados del sureste y del noreste. La preferencia del posesivo para *você* es de *teu* (77%) sobre *seu* (23%) en Rio de Janeiro, en São Paulo la selección está más dividida, pero prevalece *seu* (57%) mientras que en Minas prevalece claramente *seu* (80%) con datos que convergen mucho con los de Bahía (99%) y los demás estados del noreste Pernambuco (73%) y Rio Grande do Norte (63%).²

Los resultados de Minas en determinadas funciones convergen con los de Bahia o los de São Paulo y de Rio de Janeiro, las fronteras geográficas de los estados se reproducen en continuos de convergencia o divergencia, según la historia de contactos y la distancia social, lo que demuestra la gran complejidad que la entrada de *você* en el sistema pronominal introduce en términos de variación pragmática regional.

Finalmente, merece la pena destacar el esfuerzo que se hizo de diálogo con la bibliografía en español sobre formas de tratamiento en América, en particular con los casos del voseo. La principal convergencia entre el voseo en español y el “voceamento” en portugués, según los autores, es el cambio de paradigma, el paso de una forma de reverencia a una forma de cercanía o intimidad y en eso estamos totalmente de acuerdo. Sin embargo, tratar los distintos casos de voseo bajo la misma etiqueta de “voseo hispánico” no nos parece productiva, sería lo equivalente a tratar de un “voceamento” lusófono general, categoría que no se usa, prefiero la forma de enunciación plural de Bertolotti (2020) en este mismo volumen cuando se refiere al voseo en el español en las Américas, por todas las connotaciones políticas que conllevan las denominaciones de variedades.

Los mismos autores reconocen en la introducción que no hay un solo tipo de voseo, y en sus conclusiones que el hecho de que ambas formas (*vos* y *você*) hayan perdido semánticas de poder y se hayan desplazado hacia un espacio de solidaridad son un punto de partida para discusiones comunes iberoamericanas, con lo que estamos totalmente de acuerdo. En ese sentido, uno de los puntos que merece más desarrollo comparativo es el de la discusión entre paradigmas mixtos o

² Esta forma de pronombre posesivo llega incluso a formar una construcción de tratamiento nominal *seu Jorge*, conforme se atesta con datos de traducción en Masello (2011), y se configura, según la autora, como un problema de traducción una vez que es difícil encontrar equivalencia entre los ejes de poder y solidaridad que se presuponen en un enfrentamiento intercultural.

fusión de paradigmas, según la argumentación de Bertolotti (2015), sistematizando convergencias y divergencias entre subsistemas, a partir de consideraciones de variación pragmática regional (GARCÍA; PLACENCIA, 2011).

PARTE 2: las descripciones del portugués

La siguiente sección se dedica al estudio de casos en portugués y está compuesta por cuatro capítulos, los tres primeros sobre portugués de Brasil: a) Izete Lehmkuhl Coelho e Christiane Maria Nunes de Souza; b) Vanessa Martins do Monte; c) Márcia Cristina de Brito Rumeu; y el último sobre portugués de Portugal: Gunther Hammerrmüller.

El primer artículo sobre las descripciones del portugués, titulado “Variation and change in the second person singular pronouns *tu* and *você* in Santa Catarina”, es de Izete Lehmkuhl Coelho y de Christiane Maria Nunes de Souza. Se trata de la recopilación de resultados publicados con regularidad desde 2004 y que derivan de diversos proyectos institucionales de descripción de las variedades lingüísticas del sur de Brasil (proyecto VARSUL, por ejemplo). Centrado en el estudio de más de 250 cartas personales escritas entre 1870 y 1990, los resultados presentados son muy robustos y están hermosamente ilustrados con cartografía regional.

Los cuatro principales resultados que se presentan para el estado sureño son las siguientes tendencias, según los autores: a) en el siglo XIX predomina el uso de *tu*, mientras que en el siglo XX se observa variación entre *tu/você*, b) la selección de *tu* está más correlacionada a los casos de sujeto nulo y *você* a los casos de sujeto explícito o expreso; c) *tu* parece estar asociado a cuestiones personales, formas de interacción familiares y temas de intimidad, mientras que *você* parece estar asociado a cuestiones profesionales, formas de interacción laborales y temas de servicios, y finalmente; d) el uso de *tu* se registra en las regiones de la costa más al este y notoriamente en Florianópolis, la capital del estado, mientras que el uso de *você* es el más productivo en las mesoregiones del estado, yendo hacia el oeste.

Los resultados son muy contundentes y denotan una clara identidad regional con el uso de un *você* de valor intermedio en la capital, que equivale a algunos tuteos intermedios en sistemas ustedeantes o voseantes descritos por Carricaburo (2015) y Bertolotti (2015). Es un resultado muy interesante por la convergencia con estos fenómenos en español y por ser contrario a las tendencias señaladas en la misma obra para São Paulo, Minas Gerais, Bahia e incluso Rio de Janeiro (centros políticos, económicos y de irradiación de norma del país), con predominancia de *você*. También difiere del uso predominante de *você* en el estado del norte, Paraná (capital Curitiba) y el uso predominante de *tu* en el estado del sur, Rio Grande do Sul (capital Porto Alegre), lo que marca la complejidad sociolingüística y pragmática del sistema verbo pronominal en estos tres estados al sur de Brasil, con un continuo de variación entre las dos formas muy claro.

La explicación sobre los orígenes coloniales del estado, portugueses de Azores en la capital e italianos y alemanes en el interior del estado, sobre todo para el área oeste de Chapecó, podría

ser revisada si se consideraran las 9 etnias amerindias registradas para Santa Catarina y Paraná, notoriamente Guarani, Kaingang y Xokleng, o incluso con más estudios sobre los procesos de composición ecolingüística que no invisibilicen las poblaciones amerindias y afrodecendientes en el estado y en la región sur del país, tales como en Mello (2011), Andrezza y Nadalin (2011) o Oliveira y Altenhofen (2011). El mito del sur blanco europeo, por más difícil que sea documentarlo, necesita ser revisitado. La capital “aislada” estaba seguramente permeada de cultura guaraní en contacto con la cultura azoriana (ver territorio indígena GuaraniMbya en Biguazú) y al oeste forma parte de la historia social de la ciudad de Chapecó el contacto con el territorio indígena Nonoai (Kaingang en Rio Grande do Sul, a una distancia de 44 kilómetros de Chapecó y de 333 kilómetros de Porto Alegre).

Es difícil recoger datos documentales o incluir contactos que están históricamente invisibilizados. Es de hecho uno de los grandes desafíos reconstruir los discursos históricos e insertar todos los actores sociales que compusieron las escenas de ocupación de territorios en el llamado nuevo mundo. Las reflexiones de Chaudenson (2001, 2012) acerca de las islas, los hombres y las lenguas nos llevan a repensar las historias culturales que contamos de las lenguas europeas trasplantadas como vernáculos fuera de Europa, sus historias de conflictos, contactos y evolución. La hibridación de lenguas y culturas, según Chaudenson, a veces no deja rastros lingüísticos, pero se recupera en las culturas locales (tales como en las técnicas de embarcaciones, de cultivo y domesticación o en las tradiciones culinarias).

El trabajo presenta un excelente estudio de la capital del estado, por barrios, y recopila actitudes lingüísticas que oponen la forma *tu* y *você* en la capital. Según el estudio de Ramos (1989, p. 46), las actitudes en Florianópolis hacia el *tu* son de una forma de tratamiento de intimidad, familiar, del ambiente familiar, de los isleños, ruda, informal, coloquial, no respetuosa (no cortés), mientras que hacia la forma *você* son de una forma distante, que se usa con los de afuera, es una influencia foránea, es lindo, es cortés, formal, correcto y respetuosa (cortés). Otro elemento que destaca el estudio es el de la forma asimilada del pretérito: “*me ajudasse* muito” y que caracteriza el habla de la capital.

El análisis sintáctico sobre la distribución de *tu* en contextos de sujeto nulo y de *você* en contextos de sujeto expreso es muy completo y está teóricamente consolidado por la fuerte descripción del portugués de Brasil como lengua *no pro-drop*, según los diferentes contextos y rasgos favorecedores o inhibidores (primera y segunda persona favorecen el sujeto nulo, referentes menos animados lo inhiben y favorecen el sujeto explícito). A partir de los estudios pioneros de Duarte (1993, 1995) esta tradición generativa revisitada y productiva hasta los días de hoy, (KATO; DUARTE, 2008), (GRAVINA, 2008, 2014) le da al trabajo la base para resultados muy robustos y una excelente discusión de la distribución de los fenómenos en el estado (Santa Catarina) y en la capital (Florianópolis).

El segundo capítulo es de Vanessa Martins do Monte y tiene por título “Forms of address in São Paulo: A historical approach”. Se trata de un análisis igualmente de datos epistolares que comprenden misivas de los siglos XVIII, XIX y XX. El objetivo del trabajo tiene que ver con la propagación de la forma *você* sobre *tu* en São Paulo. Se busca contestar a las siguientes preguntas de investigación:

a) cómo se distribuye el uso de las variantes *tu/você* en las cartas de São Paulo; b) si la forma *você* siempre fue la más frecuente; c) qué resultados son convergentes y qué resultados son divergentes de los que ya se han reportado para otras partes del país.

Es difícil localizar el total de cartas analizadas por período, 105 para el siglo XVIII, para los demás siglos la información no es clara, aunque los tres periodos de la historia de São Paulo estén muy bien delineados (capitanía, provincia y estado) y las colecciones utilizadas para el análisis, descritas con varios de los actores que componen la escena de colonización presentes, incluso con referencias a los “asentamientos” indígenas del siglo XIX. Los límites del trabajo están muy bien discutidos y la metodología semi-diplomática para la edición de las cartas también (BARBOSA, 1999). Los problemas paleográficos para la identificación de abreviaturas que correspondan a las formas nominales *vossa senhoria* e *vossa mercê* son discutidos y muy bien ilustrados, se agradecen las muestras de cartas y sus respectivas caligrafías con las transcripciones propuestas por diversos trabajos de acurada paleografía que ayudan a entender las dificultades inherentes a este tipo de trabajo.

La autora concluye que en São Paulo *você* ya es más usado que *tu* a partir de 1910, mientras que en Rio de Janeiro la frecuencia de uso de *você*, más alta que la de *tu*, solo se registra a partir de 1930. La forma *tu* en São Paulo aparece exclusivamente como sujeto nulo (por su forma verbal y no pronominal) lo que diverge de los resultados para Rio de Janeiro, en los que la forma explícita pronominal aparece en el 25% de los casos estudiados por Lopes y Souza (2012), quienes encuentran formas mixtas de tratamiento en acusativo *você* con *te*, mientras que en São Paulo apenas se registran usos con clíticos de tercera persona *o/a*. La autora concluye que la propagación del pronombre *você* es anterior en São Paulo si se compara con Rio de Janeiro, asimismo, que esta marcación de sujeto es una forma productiva para marcar la diferencia categórica con el portugués europeo, por la expresión del sujeto pronominal, frente a la tendencia *pro-drop* de sujeto nulo europea. El texto termina recordando los límites de sus resultados, una vez que, para la autora, estas cartas son una muestra y no representan los dominios de privacidad, intimidad y oralidad.

El tercer capítulo es de Márcia Cristina de Brito Rumeu y se titula “Variation in the paradigms of *tu* and *você*: subject and complements in letters from Minas Gerais, Brazil: 1860-1989.” El estado de Minas Gerais tiene una relación política, económica, histórica con Rio de Janeiro, São Paulo y Bahia, además de fronteras geográficas con estos tres estados. Este estudio descriptivo pretende analizar las formas pronominales *tu* y *você* en posición de sujeto y sus complementos correlatos. Los complementos (acusativos, dativos y ablativos con preposición) se analizan a partir de cartas escritas por individuos originarios del estado de Minas Gerais en los siglos XIX y XX, de 1860 a 1989. Históricamente la forma *você* se introduce después que *tu*. En las cartas se encuentran contextos nominativos (posición sujeto) de uso exclusivo de *tu*, de uso exclusivo de *você* y de uso mixto de *tu_você*. Las formas de acusativo *te* predominan con el tratamiento exclusivo de *tu*, y las formas acusativas de *o/a* predominan con el tratamiento exclusivo de *você*. Sin embargo, en los tratamientos mixtos, la forma *te* prevalece. En el contexto dativo prevalecen las formas *te* con tratamiento exclusivo de *tu*, y

las formas *lhe* con tratamiento exclusivo de *você*. Y, una vez más, en los tratamientos mixtos la forma *te* prevalece. En el contexto sintáctico con preposición los casos siguen la forma nominativa (prep. + *ti* para *te* en nominativo y prep.+*você* para *você* en nominativo). Estos resultados, según la autora, confirman la hipótesis que la emergencia de *você* en el sistema pronominal del portugués de Brasil no afecta todos los contextos sintácticos de la misma forma ni con la misma intensidad. Cuando la forma de tratamiento *tu* se mantiene, en las posiciones acusativas y dativas, se confirma y se consolida el alto grado de productividad del clítico *te*.

El cuarto y último capítulo de esta sección sobre el portugués se titula “Retracing the historical evolution of the Portuguese address pronoun *você* using synchronic variationist data”. Su autor es Gunther Hammermüller. El trabajo está basado en un conjunto de encuestas lingüísticas y etnográficas realizadas en el Universidad de Coímbra, de 1942 a 1974 y dirigidas por Manuel Paiva Boléo. Se trata de un material conservado en esta universidad con cerca de 3100 encuestas y 1800 informes producidos a partir de 20 puntos de recogida divididos en 4 regiones: oeste - Viana do Castelo, Porto, Aveiro, Coimbra, Leiria, Lisboa y Setubal; centro – Braga, Viseu, Santarém, Évora, Faro; este – Bragança, Vila Real, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Beja; y las islas – Açores, Madeira. En un primer momento el objetivo de la Manuel Paiva Boléo fue el de organizar un diccionario con la recolecta de todos estos datos léxicos, lo que nunca se llegó a realizar.

Resulta muy interesante que el título inicial del proyecto, *Dicionário do Português Regional* (primero en 1959), se haya convertido en *Dicionário dos falares portugueses modernos* (a partir de 1959, 1971, 1976) lo que marca un giro sociolingüístico importante en el tratamiento de los datos. La jerarquía de las variedades regionales (como variedades no dominantes) se pasan a tratar de forma equitativa con el cambio del título y la introducción del plural. El autor de este capítulo, en sus consideraciones teóricas, analiza las expresiones “formas de tratamiento” y “fórmulas de tratamiento” en función de la historia de pronominalización o de gramaticalización de formas nominales en portugués, bien como la importancia del concepto de “respeto” (*respeito*) como herramienta onomasológica relevante en la descripción de los sistemas de formas y fórmulas de tratamiento en portugués.

Los cuestionarios de la encuesta, sus principios metodológicos de recogida, grabación *a priori* y relatos, informes, transcripciones producidas *a posteriori* están muy bien descritos, resulta particularmente curioso desde el punto de vista metodológico que todas las formas nominales y pronominales de estas encuestas se hayan recogido a partir de siete preguntas:

- (1) Quando os filhos chamam os pais, os avós, os padrinhos, dizem: *ó pai? ó meu pai? ó sr. Pai? ó sr. Padrinho?*
- (2) Quando se lhes dirigem, como os tratam: por *vossemecê?*
- (3) Quando falam deles na ausência dizem: *a mãe está doente? ou a minha mãe está doente?*
- (4) Usa-se dizer, em conversa com uma pessoa de condição social superior: *o sr. seu pai? A sr^a. sua mãe?*

- (5) É costume tratar o irmão ou irmã mais velha por *mano*, *mana*?
- (6) Se é costume as crianças pedirem a benção quando encontram o padrinho ou o pároco da terra: *deite-me a sua benção meu padrinho*
- (7) E qual a resposta destes: *Santinho! Deus te abençoe*, etc.

Se trata de una metodología clásica de la dialectología, con respuestas cerradas, a partir de la cual se ha podido recolectar en posición actancial (argumentos sintácticos) o apelativa (vocativos) un repertorio riquísimo de unidades lexicográficas distribuidas por localidad en una escala de relaciones sociales y familiares constituidas a partir de las categorías: entre jóvenes, entre iguales, hacia los padres, hacia mayores, hacia extraños, hacia superiores. Me llama particularmente la atención entre los resultados la forma nominal *tio/a* para mayores, registrada en las prestigiosas zonas del oeste: Viana Castelo, Porto, Aveiro y Lisboa, la forma nominal *patrão* para superiores registrada en Viseu y Lisboa (centro y oeste), o la forma nominal *irmão* entre iguales registrada en la isla Madeira. La convergencia con usos americanos en portugués y en español de estas formas es evidente, con relación *tio/a* para mayores, por ejemplo, Magdalena Coll atribuye este uso, en estudios sobre el portugués de Uruguay, a tradiciones culturales y familiares de la población de origen africano presentes en las relaciones interpersonales entre esclavos y sus descendientes (COLL, 2011).

El autor presenta las formas actanciales de tratamiento distribuidas en tres categorías:

- (1) *O Senhor* está bom? (nominales)
- (2) *Você* está bom? (pronominales)
- (3) *Estás* bom? (verbales)

Según este análisis, la forma nominal con nombre propio: “*O Manuel* quer?”, que se discute en el texto como forma o fórmula de tratamiento, sería una variante nominal de *você* (2) más coloquial que *o senhor* (3), esta formulación es un clásico de confusión en la interacción entre brasileños/brasileños y portugueses. Uno de los puntos fuertes del artículo es el análisis de la variación de la forma pronominal *você* en los datos recolectados por la encuesta. Se registran tres variantes: *você/vossemecê/vomecê*, con sus respectivas abreviaciones en textos escritos: *vc/vm/vmc*. Se hace un análisis detallado de las actitudes negativas relacionadas al uso de *você* en Portugal, a partir de evaluaciones y actitudes de los hablantes, tales como el dicho popular: *Você é estrebaria* [você es establo]. Se analiza la prosodia negativa o positiva de esta forma de tratamiento a partir de datos recogidos a lo largo de las encuestas y los resultados se muestran variables.

Según el autor, no se puede diseñar una distribución de las evaluaciones a partir de una distribución norte-sur o leste-oeste para la apreciación del uso de la forma *você*. La única distinción clara es la de la oposición fonética b-/v- y el contraste entre *bocê-você/bossemecê-vossemecê/bomecê-vomecê*.

Esta variación de las realizaciones bilabiales o labiodentales, sí está más orientada hacia una variación norte-sur, sin embargo, ninguno de los demás rasgos analizados permite una distribución regular cartográficamente, razón por la cual el autor concluye con la propuesta de un estudio a partir de *socioglosas*. La complejidad de dirigirse al otro es un comportamiento universal que se realiza en una situación dada (KERBRAT ORECCHIONI, 2010), y es uno de los presupuestos del autor. Esta es una de las razones por las cuales me parece difícil considerar la idea de que en Portugal se encuentran propagadas islas de isoglosas que pertenecen a *distintos momentos de la lengua* a partir de la idea de coexistencia de distintas edades o periodos históricos en el día de hoy. Ante el primer título del proyecto de diccionario de Boléo (autor de la encuesta que lleva su nombre): *Dicionário do Português Regional*, preferimos, como él, el segundo título: *Dicionários dos falares portugueses modernos*, porque todo nombramiento lingüístico tiene un significado social por el bagaje que conlleva, y en este caso, como Boléo, preferimos las denominaciones plurales que consideran las variedades de forma equitativa a partir de un análisis de contextos sociológicos y antropológicos del lenguaje.

PARTE 3: las descripciones del español

La última sección se dedica al estudio de casos en español y está compuesta por seis capítulos, los cinco primeros sobre español en las Américas: a) Virginia Bertolotti; b) Philippe Dankel y Miguel Gutiérrez Maté; c) María Marta García Negroni y Silvia Ramírez Gelber; d) María Eugenia Vázquez Laslop; e) Miguel Calderón Campos y María Teresa García-Godoy; y el último sobre español europeo: Isabel Molina Martos.

Esta tercera y última parte está compuesta por seis trabajos descriptivos del español, el primero es el de Virginia Bertolotti que tiene por título “The loss of *vosotros* in American Spanish”. Este artículo sobre la pérdida del *vosotros* en América me encantó. Me encantó la perspectiva crítica, es la primera vez que leo una discusión fundamentada sobre la distribución simétrica de las formas de tratamiento españolas y asimétrica de los paradigmas americanos. Esta discusión, empezada por Caravedo (2005) o Morgan y Schwenter (2006) es muy oportuna para la desconstrucción de mitos. Como profesora de lengua española en Brasil, es un tema que ya había tratado de discutir y problematizar y al que este trabajo aporta respuestas contundentes y fundamentadas en una organización discursiva y argumentativa ejemplar.

Según la autora de este capítulo, el uso de una única forma pronominal y verbal para la segunda persona plural, *ustedes*, es uno de los rasgos que distinguen el español en las Américas (así en plural según la autora) del español europeo, en el que las formas plurales *vosotros* todavía contrastan con *ustedes*. Sin embargo, hasta ahora, ninguna explicación sobre la pérdida de las formas de *vosotros* en la mayoría de los contextos comunicativos en el español americano se había realizado. Basado en un *corpus* diacrónico, el objetivo de este trabajo es elucidar con nuevos datos como se dio esa pérdida, permaneciendo apenas en contextos ceremoniales, de situaciones formales.

Según la autora, este trabajo, además de la recopilación de datos para demostrar que el *vosotros* nunca entró en contextos informales y se mantuvo apenas en contextos más conservadores casi formularios ya desde el siglo XVIII, pretende aportar dos grandes contribuciones teóricas. Primero, el cuestionamiento a la idea de que existan sistemas de formas de tratamiento más equilibrados que otros. Y segundo, el cuestionamiento hacia la forma como los elementos de variación lingüística del español americano han sido e, infelizmente, siguen siendo analizados. Estos dos últimos puntos están muy bien contruidos argumentativamente en el texto y forman parte de un conjunto de elementos que hace tiempo se tendrían que haber contrapuesto al mito general sobre el *vosotros* propagado por manuales, materiales didácticos de español, trabajos de referencia y, por supuesto, por los discursos oficiales sobre la lengua de la *Asociación de Academias de la Lengua Española* (ASALE) y de la *Real Academia Española* (RAE).

En su clásico artículo sobre el tema, Fontanella de Weinberg (1999, p. 1402) describe el sistema castellano como “equilibrado” por tener una relación simétrica entre singular y plural en las formas de proximidad (*tú/vosotros*) y en las formas de distancia (*usted/ustedes*). Sin embargo, Morgan y Schwenter (2016) sostienen que esa simetría en la variedad castellana del español europeo es un mito³. El principal argumento es que la forma plural, *vosotros/vosotras*, funciona en realidad, como

³ No sólo el hecho de que el sistema de formas de tratamiento sea simétrico es un mito. También es mítica la idea de que solo hay una forma de plural *vosotros*. En la actualidad, observamos a partir de textos de prensa la competencia entre por lo menos tres formas verbo-pronominales de *vosotros*. Tomemos el ejemplo inicial de Bertolotti (2020, p. 291) de este mismo capítulo.

(1) *Vengan* a tomar la merienda, yo la voy a tomar con *ustedes*. (madre/padre en Latinoamérica)

(2) *Venid* a tomar la merienda, yo la voy a tomar con *vosotros* (madre/padre en España)

También registramos para (2) una variante oral y escrita más coloquial:

(3) *Venir* a tomar la merienda, yo la voy a tomar con *vosotros* (madre/padre en España)

Y en los usos pronominales del verbo tendríamos:

(1) *Vénganse* a tomar la merienda, yo la voy a tomar con *ustedes*. (madre/padre en Latinoamérica)

(2) *Veníos* a tomar la merienda, yo la voy a tomar con *vosotros* (madre/padre en España)

Pero también registramos para (2) una variante oral y escrita más coloquial:

(3) *Veniros* a tomar la merienda, yo la voy a tomar con *vosotros* (madre/padre en España)

Esta forma (3) solo se acepta como correcta por la RAE en 2017 con el verbo *irse*: *íos, iros* (<https://www.lavanguardia.com/cultura/20170717/424185635441/rae-iros-idos-ir-arturo-perez-reverte.html>). Sin embargo, se registra como anécdota en 2011, la visita de la entonces princesa Letizia a Medina del Campo, que dice al apartar una pelea entre hermanas en la calle: *pediros perdón*. Tal formulación causa escándalo local en la prensa (<https://www.lne.es/sociedad/2011/01/17/dona-letizia-pediros-incorrecto-21177104.html>). Además de esta variación pronominal *veniros*, también se registra como una variante considerada aún más popular y vulgar, considerada como andaluza o gitana, y consagrada por Lola Flores en el casamiento de su hija en 1983: *venirse*.

(4) *Venirse* a tomar la merienda, yo la voy a tomar con *vosotros* (madre/padre en España)

Esta forma se consagra con la anécdota de Lola Flores, cuando en el casamiento de su hija le pide a la gente que había acudido a la iglesia que se fuera: *Mi hija no se puede casar. Así que si me queréis a mí, marcharse, Si me queréis algo, irse. Hay que sacar a la gente o no se casa*. Tal formulación con *marcharse* e *irse* generó, en 2017, memes de variación considerando el continuo: *íos, iros, irse*. Desde entonces la frase se usa como dicho y esta variedad considerada desde un punto de vista prescriptivo como *infinitivo de mandato* es una realidad en contextos expresivos y de intensificación de actos de habla con *vosotros*.

La ausencia de descripciones contemporáneas sobre estos fenómenos de variación refuerza la idea de un sistema castellano equilibrado y homogéneo. La lectura de este artículo ilumina frente a la diversidad de formas verbo-pronominales de *vosotros*. Yo veía y oía la variación en los medios de comunicación, series y películas, pero no entendía por qué variaba tanto en Rebollo (2011). Realmente, al ser la forma de tratamiento en plural preferente y más usada, como afirma aquí

el plural tanto para *tú* como para *usted*. Para estos autores el español europeo y el español americano difieren por la selección de *usted* para plural en América y de *vosotros* para plural en Europa. En la variedad castellana el plural *vosotros* se combina con *tú* o *usted*. En la variedad americana, el plural, *ustedes*, se combina con cinco posibilidades de forma singular, lo que resulta en cinco diferentes sistemas de tratamiento en uso como se describe en Bertolotti (2015, p. 71):

<i>tú</i>	<i>vos</i>	<i>usted-T</i>	<i>su merced/sumercé</i>	<i>usted-V</i>
-----------	------------	----------------	--------------------------	----------------

Bertolotti, en este capítulo, señala que estudios históricos de las formas de tratamiento en América raramente se han detenido en la historia de las formas plurales de tratamiento. En la bibliografía estudiada no hay evidencias sólidas de la historia del *vosotros* en el español americano. De Jonge y Nieuwenhuijsen (2009) o Fontanella de Weinberg (1999) dicen que la manutención de *vos* hizo que el *vosotros* desapareciera. Sin embargo, Bertolotti no está de acuerdo por tres razones: a) *vos* se mantuvo como forma singular y no plural, la forma plural desapareció como *vosotros*, b) parte de este paradigma – justamente las formas ambiguas – cayeron; c) mientras que la pérdida de *vosotros* se dio en todas las Américas, la manutención de *vos* no se dio en todo el continente.

Sobre la diacronía de la forma de tratamiento, para la autora está claro que esta forma plural nunca llegó a tener usos de cercanía, coloquial o de familiaridad en América, y coincide con Caravedo (2005, p. 28) que en el siglo XIX *vosotros* se usa en América en proclamaciones, discursos religiosos, en la voz de figuras bíblicas o líderes de la independencia (los próceres). Así se ejemplifica con las letras de los himnos nacionales de Argentina (1), Uruguay (2) y Chile (3).

- (1) ¡Oíd mortales!, el grito sagrado; / ¡libertad!, ¡libertad!, ¡libertad! / Oíd el ruido de rotas cadenas / ved en trono a la noble igualdad.
- (2) Tiranos, *temblad*.
- (3) *Vuestros* nombres valientes soldados, / que *habéis* sido de Chile el sostén, / nuestros pechos los llevan grabados.

Bertolotti trabaja en este capítulo con la hipótesis de que el sistema de formas de tratamiento, sólo con una forma plural, no es anormal, a pesar de la idea generalizada en español, y cita diversas lenguas como el inglés, el francés, el checo, el turco, entre otras, en las que sólo se usa una forma de plural. Esta discusión se ha llevado a cabo por una perspectiva eurocéntrica y centralizadora de analizar el español en América usando categorías de uso del español castellano como referencia. De hecho, en el español en América nunca se tuvo dos formas pronominales de tratamiento que se contrapusieran por la distancia social. Más bien siempre hubo un espacio único para el plural, codificado por diferentes formas lingüísticas, sin una definición clara en función de la oposición cercanía/distancia.

Bertolotti (2020), se entiende mejor por qué los matices de acercamiento y de intensificación de actos de habla se dan en la misma morfología de esta forma tan productiva y frecuente para la variedad castellana del español europeo.

El hecho de que esta oposición nunca haya sido funcional en América para el plural y que la forma *vosotros* ya en el siglo XVIII se vea reducida en sus contextos de uso, lleva también a un cuestionamiento sobre la tesis de Lara (2020) en este mismo volumen, y nos hace repensar algunos temas que todavía persisten a lo largo de esta obra, sobre viejas temáticas relacionadas al español en América: andalucismos, arcaísmos y casi casi vulgarismos. Desde la perspectiva de una profesora de lengua española en Brasil, y como formadora de profesores de lengua española en Brasil, termino la lectura de este capítulo con gran alegría pensando que estos puntos de descripción y análisis sobre el plural de las formas de tratamiento en el español americano *se tenían que decir*, y que por fin *se dijeron*.

El segundo capítulo es de Philippe Dankel y Miguel Gutiérrez Maté. El capítulo se titula “*Vuestra atención por favor ‘your attention please’*. Some remarks on the usage and history of plural *vuestro/a* in Cusco Spanish (Peru)”. Se trata del único capítulo que incluye cuestiones de contacto lingüístico y multilingüismo como un elemento central de análisis para los procedimientos de cambio y variación. El capítulo trabaja con la hipótesis de transferencia del quechua al español para explicar la alta productividad del posesivo plural *vuestro/vuestra* en esta variedad lingüística de Perú, el español cusqueño. Como se ha visto en diversos trabajos con el portugués de Brasil, el genitivo es un caso inestable, y el posesivo *su* es un fuerte candidato a perdedor por la ambigüedad con otras categorías de tercera persona.

El uso del posesivo *vuestro/a/os/as* para la forma de tratamiento en plural, *ustedes*, no es un caso exclusivo de Cuzco. Según los autores, se ha reportado en Uruguay por Bertolotti (2015), en Chile por Morgan y Schwenter (2006) o en Argentina por la misma Fontanella de Weinberg (1999). Sin embargo, se trata de usos restringidos en este caso a contextos formales, tarjetas de felicitación para bodas, cartas laborales, discursos políticos; usos que implican distancia, formalidad o incluso solemnidad. No es el caso de los datos registrados para Cuzco, presentes y frecuentes en conversaciones cotidianas coloquiales y contextos extendidos, a tal punto que se convirtieron en indexador de identidad regional.

Una de las hipótesis del contacto que puede haber favorecido la alta productividad de esta forma, como en el título del artículo: *Vuestra atención, por favor*, es la marca de *clusividad*, o sea, la diferenciación en el sistema pronominal plural por la cual se distingue si el oyente se considera como incluido o excluido del plural. Se trataría de una transferencia nocional del quechua en este caso. La revisión del contacto entre estas dos lenguas es muy rica y detallada y el papel de la noción de exclusión del oyente parece ser central para la estructuración de acciones, creencias y opiniones. La selección de esta forma se ve como un rasgo distintivo *mestizo* de Cuzco frente a Lima:

- (1) La gente de Cuzco usa el segundo pronombre plural: *vuestro* (a) (s) mientras que la gente de Lima usamos *ustedes*. Me agrada la forma cuzqueña.

Este ejemplo de un foro de discusiones en internet muestra la productividad y el vigor de esta forma de tratamiento hasta entonces poco o nada estudiada para las variedades andinas del español

en Perú. Se trata de un orgullo de pertenencia a un grupo, una fuerte marca de identidad simbólica (KLUGE, 2016), que ya pasa a ser percibida por hablantes peruanos de otras regiones. Este artículo incorpora el multilingüismo y los contactos lingüísticos y culturales en las sociedades criollas, es muy interesante la idea de la “transferencia” nocional (CHAUDENSON, 2001) más que de formas lingüísticas.

El tercer artículo, titulado “Prescriptive and descriptive norms in second person singular forms of address in Argentinean Spanish: *vos, usted, tú*”, es de María Marta García Negroni y Silvia Ramírez Gelbes. Así como en el capítulo anterior, la “identidad simbólica” se considera como un factor de consolidación del cambio. Se analizan comparativamente un *corpus* de material escrito y audiovisual de 1960 y otro de 2015 a fin de analizar como a lo largo de cincuenta años evolucionaron los usos de las formas de tratamiento para la segunda persona singular: *vos/usted/tú* en los medios de comunicación.

Las autoras concluyen que la perspectiva normativa del paradigma de segunda persona singular ha cambiado en los últimos cincuenta años en Argentina. Consideran que - aunque el *corpus* analizado haya sido recolectado en los medios de comunicación - se puede considerar como representativo de las relaciones con las normas habladas de cada periodo. Se registra un cambio cualitativo significativo en la frecuencia de uso de las dos formas de singular: *vos/usted*.

En los años 60 la proporción de uso de la forma *vos* era equivalente a la de *usted*. Sin embargo, en el *corpus* de 2015 el uso de la forma *vos* creció significativamente, según las autoras, que ilustran el caso con el elocuente ejemplo de la respuesta del presidente argentino a un periodista:

- (1) Yo te desafío a, a ver si lográs aguantar “no tratarme de vos” hasta el final, porque, después de tantos años de conocernos, para mí se te va a escapar. [...] Bueno, pero convengamos que es una decisión tuya. Para mi es lo mismo: el respeto no pasa por si se tutea o no se tutea.

El paradigma subyacente al uso de las formas de tratamiento *vos/usted/tú* que limita el uso de formas de tratamiento directas hacia el interlocutor en el primer *corpus* difiere considerablemente con el segundo. Para García Negroni y Ramírez Gelbes (2020), la brecha entre la norma descriptiva y la norma prescriptiva disminuyó en el segundo *corpus*, de 2015. El uso de *vos* en prácticamente la mayoría de los contextos, coincide incluso con la aceptación tardía de la Academia Argentina de Letras.

Para la norma descriptiva, el *vos (tuteo)* se usa en contextos familiares, o íntimos, mientras que el *usted (trato de usted)* se usa en contextos de respeto para marcar gran diferencia social. Mientras que para la norma prescriptiva se considera la alternancia entre *tú* y *usted* y la preferencia por la *indirectividad* (tema tan caro de la pragmática), o sea, seleccionando preferentemente formas de tratamiento indirectas. La norma prescriptiva se hizo más presente en los resultados del *corpus* de 1960, mientras que la descriptiva en el de 2015.

Según las autoras, hay dos fenómenos principales que revelan la diferencia y la tensión entre estas dos normas en Argentina, a pesar de la subida del *vos* y de su uso mayoritario en los medios de

comunicación. El primero es la reminiscencia hasta el día de hoy del trato de *tú* sea para extranjeros, sea para compatriotas con los cuales se quiere establecer más distancia social que con el trato de *vos*, pero menos distancia social que con el trato de *usted*. Sería un uso de *tú* intermedio entre *vos* y *usted* en términos de distancia social, el *tú* no desapareció de Argentina. Y el segundo fenómeno relacionado a esa tensión normativa es el de la variación entre las formas del presente del subjuntivo: *no llores/no llores*, la forma aguda - acentuada en la última sílaba - responde a la intención de reforzar la cercanía social y también la identidad simbólica del hablante (KLUGE, 2016).

El cuarto capítulo es de María Eugenia Vázquez Laslop y tiene por título “Addressing in two presidential election debates in Mexico (1994 and 2012): Forms and functions”.

La autora también encuentra, como en el capítulo anterior, una consolidación del eje de solidaridad y formas de tratamiento más directas al comparar debates presidenciales en México, recolectando y comparando los debates realizados a través de los medios de comunicación con casi veinte años de diferencia.

Los debates para las campañas presidenciales en televisión son un género-espectáculo de la comunicación política. La frecuencia de uso, su categorización, su distribución en los turnos de habla, bien como el uso argumentativo que se hace de ellas define perfiles estratégicos de los políticos, como en el célebre caso analizado por Kerbrat Orecchioni (2011, 2017) entre los entonces candidatos Sarkozy y Royal.

La autora compara las formas de tratamiento en dos debates para las elecciones en México, el de 1994 y el de 2012. Analiza un total de 3548 formas de tratamiento con funciones gramaticales o vocativas. Se contextualizan los dos debates y se presentan las categorías de análisis. En el debate de 1994 cada candidato recibe con más frecuencia formas verbales de distancia (V-formas), mientras que en el debate de 2012 recibe con más frecuencia la forma de tratamiento con nombre y apellido. O sea, desde un punto de vista gramatical se dirigen a cada candidato en 2012 con menos formalidad que en 1994 pero las prácticas aún son formales. Esto resulta del hecho de que los candidatos reciban el nombre propio como forma de tratamiento, mientras que en 1994 se usa el título, el apellido y formas de más distancia (V-formas).

Cuando cada candidato es el referente, la principal diferencia entre los dos debates es que en 1994 apenas se usaba el sistema formal, mientras que en 2012 emergen más formas neutras o informales, sobre todo en las formas nominales. Sin embargo, el resultado más importante de esta comparación está en las formas de tratamiento utilizadas con el público. En 1994 los mexicanos eran referenciados de forma indirecta como una colectividad, con nombres colectivos o neutros. Ya en 2012, los mexicanos fueron predominantemente llamados por la segunda persona singular, como parte de un sistema informal (1), o por la forma neutra de segunda persona plural (2).

- (1) Yo *te* pregunto a *ti* si a doce años de haber dado pasos en la transición democrática de nuestro país, hoy *estás* mejor y la respuesta, seguro estoy, es que no (2012).
- (2) Le voy a pedir a Gabriel, Gabriel Quadri de Alatorre, que haga lo propio. *Empezamos* de

este lado, Gabriel, y *pasamos* inmediatamente a mostrarlo. Es la letra “A”. Significa que es el primero que participa en este debate (2012).

Se ve en el debate de 2012 por el ejemplo (2) también el uso creciente del nombre de pila, Gabriel, acompañado o no del apellido. Los debates entre candidatos presidenciales en México solo se incorporaron al sistema electoral al final del siglo XX, y se han convertido desde entonces en una parte esencial del proceso democrático. Los estilos comunicativos y el análisis lingüístico multidimensional de las formas de tratamiento contribuyen para la comprensión de este espectáculo que dicta muchas veces resultados políticos, y que además nos presenta una excelente muestra de cambio y evolución de esas unidades en la deixis social.

El quinto capítulo es de Miguel Calderón Campos y María Teresa García-Godoy. El capítulo se titula “The European roots of the present-day Americanism *su merced*”.

A partir del título queda clara la perspectiva eurocéntrica de este trabajo, que trata fenómenos de variación lingüística de América como desvíos o derivas de una variedad central europea. Desde una perspectiva panhispanista, el artículo se opone a la hipótesis de Lipski (2005) y de Álvarez Lopes y Bertolotti (2013), quienes atribuyen los cambios lingüísticos en la forma *su merced* a la situación de contacto forzado en contexto de esclavitud, sobre todo en el área caribeña. La forma pasa de una función delocutiva a una función alocutiva (tal como *vuestra merced*) y adquiere hoy, en algunas variedades americanas, valores de intimidad y de familiaridad. En el caso contemporáneo de Colombia, por ejemplo, la identidad campesina, rural, atribuida a esta forma en sus orígenes se convierte además en identidad simbólica: *sumercé*.

Para los autores, a los que no les molesta hablar de una evolución unidireccional de la lengua española como un todo, un español total (DEL VALLE, 2016) que tiene sus orígenes en los siglos XVI y XVII en España, es difícil hablar del Caribe como una variedad regional única, por ser un área muy heterogénea. Según los autores de este capítulo, la forma *su merced* puede denotar hoy tanto un grado máximo como mínimo de distancia social.

Los ejemplos contemporáneos para demostrar esa posibilidad de distancia o proximidad son ejemplos literarios de Venezuela (2003) y Colombia (2008):

- (1) Decidí pasar la alambrada que me encerraba, cuando uno de los hombres de machete que me trajo al campamento apareció. Tenga *su merced* la amabilidad de seguirme. Era un campesino de ojos claros, curtido por el sol (Venezuela, 2003).
- (2) Papá ¿*su merced* está seguro de que quiere ir? ¿No es mejor dejarlo para después, cuando esté mejor? (Colombia, 2008).

Los dos ejemplos contemporáneos remiten al contexto rural y al contexto familiar de usos de *su merced*. Sin embargo, una de las primeras críticas que se hacen a la hipótesis de que el trato de *su merced* tiene origen en situación de contacto afroamericano es que las observaciones provienen de géneros de ficción, y no de datos documentales.

El uso de la forma atestada en obras teatrales estudiadas en diacronía tiene para los autores un cuño *costumbrista* que no es del todo convincente. Se trata de una tradición discursiva literaria que no necesariamente, para los autores, puede atestar la evolución de la forma por contacto. El segundo argumento contrario es el de que esta forma ya existía en España con valor de distancia y que en América se registra en textos de Argentina, Colombia, Cuba, Perú, Venezuela, México, República Dominicana, Venezuela y Puerto Rico durante los siglos XVII y XVIII, por lo tanto, no apenas en el área caribeña.

Para los autores, el paso de la forma *su merced* para relaciones “solidarias” representaría el *último* eslabón evolucionario que afectó todo el sistema de formas de tratamiento pronominales con la entrada de términos honoríficos, o sea, de formas nominales, en el paradigma de las formas pronominales.

Se trata de una forma poco descrita, Bertolotti (2015) propone la inclusión de esta forma en el paradigma singular americano de las formas de tratamiento, como también se destaca en el capítulo de este mismo volumen, a diferencia de Fontanella de Weinberg (1999), que no la había mencionado en ninguno de sus cuadros sinópticos sobre las formas de tratamiento en América. La inclusión y la descripción de esta forma de tratamiento es un tema pendiente y relevante que merece estudios más detallados de su funcionamiento actual, incluso considerando la inestabilidad escrita de esta forma también señalada por Bertolotti (2015).

Según la hipótesis que prima por el contacto lingüístico en situaciones de esclavitud, sólo en el siglo XX se pasa a desarrollar el uso de *su merced* en relaciones equitativas en términos de distancia y poder que son las que se encuentran hoy en Colombia, Venezuela y zona andina de Ecuador. Los autores quieren demostrar que esta forma ya integraba el paradigma de igualdad antes de la abolición de los esclavos, en los siglos XVII y XVIII, con ejemplos como los siguientes:

- (3) *Tayta*, cómo puede decir que es falso, quando *su merced* sabe que pasó como dije (1795, Santa Lucía, Venezuela).
- (4) Muy mi estimada *madresita de mi corazón*: (...) llegó a mis manos la carta que *su merced* se sirvió dirixirme en contestación de la que mandé con Don Manuel (1810, Puerto Rico).
- (5) *Queridísima mamita*: dígame *su merced* si está enteramente bien de la perlesía (...) abrace *su merced* a mis hermanas (1830, Habana, Cuba).

Para los autores de este capítulo, el hecho que la forma *su merced* se registre en un discurso familiar, antes de la abolición de los esclavos que se dio en 1854 para Venezuela, en 1870 para Puerto Rico y en 1873 para Cuba - sería un indicio de que estas formas entran en el sistema de solidaridad americano antes de que, históricamente, las sociedades criollas mencionadas pasen, a partir de la abolición, a tratos supuestamente más igualitarios con los africanos esclavizados y sus descendientes. A partir de datos como los de esos tres ejemplos -(3), (4) y (5)-, en cartas de hijos hacia sus padres,

los autores interpretan que se haya instaurado un eje de más solidaridad y menos poder con *su merced*, antes de la liberación de los esclavos, entre los blancos criollos.

Los autores interpretan estas formas de tratamiento en las relaciones familiares de primer orden: en el trato de los hijos hacia sus padres o madres, a partir de cambios en las relaciones familiares en España que empiezan en el siglo XVIII y se consolidan en el XIX. La adopción de formas nominales de *padre/madre* a *papá/mamá* coincide con un cambio de paradigma en la deixis social española y su modelo educacional de familia, con relaciones más solidarias y simétricas entre padres-hijos. Este cambio también se registra, según los autores, en Buenos Aires (RIGATUSO, 2005, p. 94) y Nuevo México (BALESTRA, 2008, p. 82).

En el caso específico analizado por los autores con los ejemplos (3), (4) y (5), se considera la combinación de las formas nominales *taita*, *madrecita* y *mamita* con la forma de tratamiento *su merced* como una marca de solidaridad. Seguro que estas formas nominales son marcas de cercanía, familiaridad, afecto y se utilizan para atenuar actos de habla más o menos directivos o en rituales de apertura de misivas. Sin embargo, que el eje instaurado sea de solidaridad no quiere decir que se borre la jerarquía de las relaciones familiares, reafirmadas, en mi interpretación, por la forma *su merced*.

Se trata de un paradigma mixto que se encuentra hasta hoy en América, a partir del cual se demuestra cercanía y afecto, en el eje de la solidaridad, pero sin borrar las marcas de “respeto” hacia las jerarquías en sociedades que tienen su sistema de relaciones interpersonales y cortesía basadas en el eje de la solidaridad y de la jerarquía a la vez (KERBRAT ORECCHIONI, 1994). Si España sostiene hoy un sistema de relaciones interpersonales basados en la solidaridad y simetría en términos jerárquicos, no es lo que ocurre en Brasil, para citar un ejemplo, en el que los ejes son de solidaridad, extrema cercanía, pero con la marcación explícita de relaciones asimétricas. Así, tenemos datos de observación personal como: *Paizinho, o senhor tem que descansar/Mãezinha, a senhora precisa tomar o remédio/Vovó, a senhora agora vai me dar a mãozinha*. En estos casos, la jerarquía marcada por la edad es un rasgo de cortesía y respeto que puede estar acompañada de marcas de afecto y máxima cercanía.

Los contextos hijos-padres son los más conservadores, como vimos a lo largo de la obra, para la manutención de la organización jerárquica familiar y no es consenso, cuando se confunden distancia interpersonal y jerarquía. Esta confusión está muy claramente explicada por Hummel (2020, p. 8) en la introducción de la obra cuando señala el disenso entre Lopes y Rumeu (2015, p. 23) que definen la relación madre-hijo como asimétrica, mientras que Martins *et al.* (2015, p. 31) la consideran como simétrica, ambos trabajan con datos de portugués de Brasil. Sin confundir variedades, la clasificación de las relaciones padres-hijos ya es problemática, qué pensar de juicios e interpretaciones que transponen un sistema sobre otro, tratándolo todo bajo una etiqueta de panhispanismo o de español total (LARA, 2016; DEL VALLE, 2016).

Esta representación política, romanceada, con un origen mítico de las lenguas en la que una variedad se presenta como la *madre patria* de otra, es problemática para la descripción lingüística de

la evolución de las lenguas, y propone una variedad exógena para validar elementos de cambio. El término *the mother country* se repite por lo menos cuatro veces a lo largo del capítulo. También son problemáticas las etiquetas relacionadas al andalucismo del español en América (LARA, 2020, en este mismo volumen) y ahora las etiquetas de arcaísmo y vulgarismo en Calderón Campos y García Godoy (2020). Los autores consideran el *bozal* en obras teatrales como un vulgarismo etno-lingüístico en oposición a la historia de un coloquialismo panhispánico que se podría definir por la presencia de la forma en documentos no ficcionales.

Como se señala en Mufwene (2005, p. 12), los orígenes de una lengua están en general fundamentados sobre informaciones históricas accidentales omitiéndose diversos detalles de los procesos evolutivos. Los contactos lingüísticos se encuentran en todas partes y en todos los momentos de las historias de las lenguas, particularmente en sus puntos míticos de origen, de tal forma que podríamos estar tentados a identificar todas las lenguas del mundo de hoy como lenguas de origen criollo. En su trabajo de edición de la obra de Chaudenson (2001), Mufwene aclara que el estudio del desarrollo de lenguas *pidgins* y criollas contribuye para el entendimiento contemporáneo de las lenguas vernáculas europeas fuera de Europa, considerando elementos lingüísticos y sociales. Los sentidos de las formas nominales de tratamiento son un problema de traducción cultural (MASELLO, 2011; WIERZBICKA, 2016).

Además de afiliarse a nociones como *madre patria*, *americanismos* (sin contraposición a qué serían españolismos) o *simplificación* del sistema pronominal (con el uso de *usted* en formas de cercanía y familiaridad las T-formas de *ustedeo*⁴, el texto de este capítulo también se apoya en citas de autoridad que remiten a compendios de modelos de lengua firmados por la marca RAE-ASELE. En estas obras las autorías se atribuyen a una entidad supra lingüística, con autoridad asentada en bases sociales como la de los medios de comunicación y con responsabilidad prescriptiva (DEL VALLE, 2016, p. 84). La misma noción de *americanismos* es una noción construida en la esfera pública de la lengua, hay *americanismos*, pero no *españolismos* (MORENO CABRERA, 2008, 2010, 2014, 2015). Creo que, como señala Bertolotti (2020), en la argumentación de su trabajo en este mismo libro, es importante que las variedades americanas (en plural) se estudien en sus procesos de cambio sin que se trasplanten categorías de análisis de otras variedades, en especial la variedad castellana del español europeo.

Termino la lectura de este artículo considerando que el hecho de que la forma se registre desde el siglo XVI en España, o que se encuentre en documentos desde los siglos XVII y XVIII en por lo menos nueve localidades en América, desde Cuba hacia Argentina, no invalida la hipótesis del contacto, pues la presencia de la esclavitud de africanos traspasa todo el continente con innúmeros puntos de

⁴ Las formas de tratamiento *tú*, *usted*, no pertenecen a una colectividad específica, son formas lingüísticas que se utilizan según diferentes sistemas de cortesía, en los que los ejes de *solidaridad*, *poder* y *consenso* (KERBRAT ORECCHINI, 1994) se combinan según los valores históricos y culturales que se transmiten y se negocian de generación para generación y en el caso de las sociedades americanas, según los distintos modos y organizaciones de población y ocupación del territorio (CHAUDENSON, 2001). Considerar el trato de *usted* como un desvío (*ustedeo*) sin paralelismo con el trato de *tú* (*tuteo*) es marcar la forma solidaria de *usted* como deriva. Ninguna forma tiene en sí un valor pragmático, ese valor se actualiza social e históricamente.

distribución del tráfico desde el Caribe en la parte española (LIPSKI, 1994, 2002, 2004, 2005, 2008), o desde Río de Janeiro, en la parte portuguesa (CHAUDENSON, 2001, 2012; MUFWENE, 2001, 2005). No se trata de atribuirle a la forma apenas un origen etimológico sino explicar los diferentes modos de significar socialmente que esta forma atribuye a raíz de un sistema cultural en el que la edad, por ejemplo, sea un factor conceptual de jerarquía social relevante, o en la contemporaneidad la identidad social, la pertenencia a una cultura regional determinada, considerando elementos de variación pragmática.

El sexto y último artículo, titulado “Linguistic change and social transformation: The spread of *tuteo* in Restoration Spain and the Second Republic (1875-1939)”, es de Isabel Molina Martos. El conjunto de cartas personales que se analizan para este periodo se divide en tres grupos: a) cartas de inmigrantes asturianos y gallegos a sus familias (1863-1925), b) primera generación de institucionistas (nacidos entre 1850-1889) y; c) segunda generación de institucionistas (nacidos entre 1890-1910). Los tres grupos están claramente delimitados y los resultados se muestran cualitativamente como muy significativos. El primer grupo de inmigrantes es representativo de clases sociales de baja condición económica y escolaridad mientras que las dos generaciones de institucionistas juegan, según la autora, un papel clave en este cambio social que caracterizó el cambio de paradigma en España hacia las formas tuteantes (T-formas).

Los intelectuales que forman parte de la Institución Libre de Enseñanza (desde su fundación en 1876 hasta su desaparecimiento en 1936) tenían como uno de sus principales objetivos reformar el sistema educativo, para disminuir la brecha con las demás naciones europeas, el objetivo era modernizar la educación y la investigación científica en España. La lista de institucionistas cuyas cartas se han analizado, tanto para la primera como para la segunda generación, es impresionante. El capítulo se complementa con el análisis de un cuarto conjunto de cartas escritas desde las trincheras o desde la cárcel durante la guerra civil (1936-1939).

Se trata de un estudio compuesto por material extremadamente sensible. Las subjetividades que se movilizan en función de un contexto histórico tan dramático - como el de la pobreza e inmigración, o la de proyectos de educación interrumpidos por la guerra y el exilio, bien como los afectos y deseos que mueven a soldados y prisioneros de guerra - son muy tocantes. El rescate de esta memoria en sí, sea de estas figuras públicas de poetas y lingüistas, sea de los inmigrantes y soldados desconocidos, el rol de las mujeres y de los ideales de educación y modernización son fundamentales para entender la dinámica social pasada y presente, y nos ayudan a reflexionar sobre los momentos históricos que nos tocan vivir.

Además, desde el punto de vista metodológico de esta investigación, el recorte está muy bien hecho, a partir de los tres grupos propuestos los resultados se demuestran de forma clara y razonada, o sea, con buena discusión de datos en función de cambios sociales. Las 105 cartas de inmigrantes presentan un 73% de tratamiento tuteante (T-formas), el 23% de tratamiento con *usted* (V-formas) corresponde en su gran mayoría a la relación hijos-padres (22 ocurrencias de *ustedes* con padres, frente a las otras 6 distribuidas entre primos, hermanos, amigos y conocidos). Se registran apenas 2

ocurrencias de tuteo hacia los padres, lo que hace de esta categoría una de las más conservadoras de la distancia y jerarquía social, el trato mayoritario hacia los padres es el de *usted*.

- (1) *Querido padre*: me alegro que al recibo de ésta *se halle* bueno en compañía de nuestra madre y hermanos [...] *Querido padre*, la presente es para manifestarle que *le* mando el viaje para mi hermano (carta de José Fernández desde Buenos Aires a su padre, 1909).
- (2) *Mi querida mamá*: deseo que al recibo de ésta *se allen* disfrutando de buena salud, yo bien a Dios gracias. *Sabrán* como llegamos a esta sin novedad el jueves por la mañana y desembarcamos a la tarde [...] (carta de Ruíz Balbín desde Ciego de Ávila, Cuba, a su madre, 1920).

Para la segunda parte del estudio se analizan documentos personales de 33 interlocutores divididos en dos grupos, según su año de nacimiento. El grupo de la primera generación de institucionistas (nacidos entre 1850-1889) incluye cartas personales de 16 interlocutores: Giner de los Ríos, Ramón y Cajal, Ramón Menéndez Pidal, Manuel Bartolomé Cossío, Juan Ramón Jiménez, Antonio Machado, Américo Castro, María de Maeztu, Navarro Tomás, Ortega y Gasset, entre otros.

En su correspondencia, los intelectuales nacidos antes de 1890 mantienen *usted* en sus relaciones personales, sin distinción de edad o sexo, a pesar de la relación de amistad y afecto que se lee en sus cartas a través de la selección de formas nominales.

- (1) *Querido D. Ramón*: Llegó la carta de V. y se me admitió a trabajar en el Laboratorio. He encontrado además una pensión buena y barata. [...]El Laboratorio me ha dejado admirado; hay en él todo lo que se puede desear, todos los aparatos de física, de medicina y puramente de fonética que suelen emplearse en este estudio. (carta de Tomás Navarro Tomás a Ramón Menéndez Pidal, 1913)
- (2) *Sr. D. Miguel de Unamuno/Mi querido amigo y compañero*: mucho hubiera querido que durante mi estancia ahí hubiésemos hablado algo, ya que hace tanto tiempo que no tenía ese gusto, y que ese hubiese sido mayor siendo nuestras conversaciones dentro de esa ciudad que *Vd.* ha hecho su segunda patria. (carta de Ramón Menéndez Pidal a Miguel de Unamuno, 1910).

Esta preservación de un trato recíproco de *usted* cambia con el grupo nacido después de 1910. El grupo de la segunda generación de institucionistas (nacidos entre 1890-1910) incluye cartas personales de 17 interlocutores: Dámaso Alonso, Gerardo Diego, Jorge Guillén, Rafael Lapesa, Federico García Lorca, Miguel Hernández, María Zambrano, Rafael Alberti, Lorenzo Rodríguez Castellano, Aurelio M. Espinosa, Vicente Aleixandre y Amado Alonso, entre otros.

Esta segunda generación atesta un cambio gradual de un uso categórico del trato de *usted* hacia el tuteo. El grupo de intelectuales nacidos después de 1910 mantiene el trato de *usted* recíproco para las generaciones anteriores ($V \leftrightarrow V$), pero adopta el tuteo para amigos y conocidos de su misma edad o más jóvenes ($T \leftrightarrow T$).

- (3) *Querido señor Castro*: muchas gracias por *su* carta. De Rosenblat no sé nada: supongo que sigue en París, ya que lo del Ecuador, como *usted* le *previno*, es cosa más que problemática [...] (carta de Luis Cernuda a Américo Castro, 1938).
- (4) *Queridísimo Federico*:/Con mucha alegría, recibí, en Madrid, *tu* carta. Me la entregó Gustavo. No *te* he contestado antes por falta de tiempo. (carta de Rafael Alberti a Federico García Lorca, 1925).

Los modernistas quieren rupturas de paradigmas arcaizantes y reivindican el tuteo popular, inculto, de finales del siglo XIX y principios del siglo XX presente en cartas como (5) y (6).

- (5) *Estimado hermano*: desearé que al recibo de *éstate encuentres* con salud en compañía de nuestros padres y hermanos [...] (carta de Luis Carrera, de Silao, México, a su hermano, 1888).
- (6) *Querido amigo*: tengo en mi poder *tu* estimada carta y por ello beo que *estás* bueno, yo sin nobedaz./Pues Manuel, refiriendo acerca delo que *tú* mi *dices* de que *tú tienes* miedo binir para aquí porque *tiens*miedo hir para Trisconia, pues chico sobre ese particular *no tengas miedo* porque para eso estoy yo aquí[...] (carta de Luis Carrera, de La Habana, a su amigo, 1919).

La alternancia gráfica entre las letras “b” y “v”, o entre “z” y “d”, la segmentación de palabras, la reducción vocálica “binir” y el manejo de la “h” configuran estos ejemplos como el uso de hablantes poco calificados, marcados por el desvío normativo [sic] y que pertenecen a segmentos populares del habla. Estos textos escritos son testimonios de hablantes, probablemente bilingües, escolarizados en una L2 (no hay datos ni referencia al multilingüismo en el trabajo). Son individuos que dan muestra con estos textos de sus esperanzas, miedos y amores, y lo desgarrador que es el movimiento de inmigración, de desterritorialización, el hecho de dejar atrás todos sus afectos (padres, hermanos, amigos, primos, novios/as), a través de la cultura escrita a la que pertenecen.

La autora señala la propagación del tuteo popular entre los estudiantes modernistas del Centro Universitario de Madrid (1920-1930) y cómo ese proceso se aceleró bajo la Segunda República y se consolidó durante la guerra civil. Las premisas teóricas republicanas fueron la base del cambio lingüístico que codifica una nueva concepción de relaciones personales. Al movimiento modernista de los poetas de la generación del 27, que reivindican nuevos códigos indumentarios como el llamado *sinsombrerismo*⁵, se le suma el cambio de apariencia y de comportamientos resultantes del periodo republicano y de la guerra.

En la última parte del análisis, se contrastan los resultados de la propagación del tuteo popular, iniciado por las clases bajas en el siglo XIX y retratado en las cartas de inmigrantes asturianos y gallegos, con las cartas escritas por soldados republicanos y falangistas. O sea, a estas cartas de inmigrantes se contraponen, al final del artículo, las cartas de soldados y prisioneros de la guerra civil española, para caracterizar en las hablas populares, el cambio observado en las hablas cultas. El análisis de estas

⁵El sombrero sería la marca indumentaria que distingue a principios del siglo XX las clases sociales altas y bajas.

132 misivas escritas durante la Guerra Civil (1936-1939) se muestra particularmente fructífero para calibrar el cambio operado y que se había ido propagando lentamente hasta entonces. Según Molina Martos, el tono coloquial de todas estas cartas (republicanas o falangistas) anuncia el gran cambio social del siglo XX en España, los miembros de las clases “bajas” muestran la consolidación del tuteo en las relaciones entre compañeros. Esta sería, concluye la autora, la explicación para las diferencias entre los sistemas de tratamiento de España y sus equivalentes en la América hispanohablante.

La propagación del tuteo desde las clases populares en el siglo XIX (representadas por inmigrantes asturianos y gallegos) hacia las clases populares en el siglo XX (representadas por los soldados y prisioneros de la guerra civil) no queda muy clara como movimiento de clases, aunque sí es contundente el cambio de trato y de tono deferencial o ceremonial hacia uno más coloquial. Es difícil decidir si el cambio empezó con los inmigrantes, se propagó con los intelectuales y llegó de nuevo a las clases populares, la explicación entre las relaciones de clases sociales para tuteo popular y tuteo erudito parece un poco afectada.

Parece que se trata de un problema de límites del *corpus* porque es difícil interpretar las relaciones entre los diferentes *corpus*, constituidos por tres grupos sociales que no necesariamente interactúan entre sí, como para atribuirles una influencia recíproca (campesinos, intelectuales y soldados). Tampoco creo que sea productivo comparar el sistema español magistralmente documentado en este estudio, con generalizaciones sobre América, tratando los distintos subsistemas y su complejidad (atestada en esta obra) como un todo frente a una España más moderna o adelantada.

El cuarto conjunto se divide, entonces, en 37 cartas de soldados falangistas, 62 cartas de soldados republicanos en el frente y 33 cartas de republicanos presos. Los datos de las cartas de soldados en ambos lados de la guerra demuestran claramente la propagación del tuteo y del tono coloquial en España durante la guerra civil y al final de esa guerra.

Para las tropas franquistas se analizaron cartas de los soldados, enviadas a sus madrinas de guerra, mujeres desconocidas que participaron de este programa para mantenerles alta la moral a los soldados combatientes. En principio, se trata de relaciones igualitarias, entre hombres y mujeres de la misma edad, al comienzo desconocidos. En estas 37 cartas a sus madrinas de guerra la forma más usada es el tuteo. La única diferencia registrada entre ellos es el inicio de la relación epistolar, 29 de los 37 soldados empiezan las cartas usando tuteo, mientras que apenas 8 usan *usted* en su primera carta.

- (7) *Simpática madrinita!* Aunque la lectura de *tu* carta ha sido un poco accidentada debido a que la mitad la he tenido que suspender para echarle una bronca al Furriel de la compañía, después cuando la he leído por segunda vez, la he asimilado y me ha alegrado mucho. *Lo de tratarme de tu, lejos de enfadarme me ha gustado mucho*, soy falangista hasta la médula y me honra el que en España se vaya generalizando la costumbre de tratarnos familiarmente que nuestro querido “Ausente”⁶ deseaba [...] (carta de José Lardiés Bosque, a su madrina de guerra, 1938).

⁶ José Antonio Primo de Rivera, nota de los autores, fundador de la Falange en 1934 y ejecutado en Alicante en 1936.

Estas cartas empiezan y terminan con fórmulas como *Arriba España, Arriba Franco, Viva la Falange, Viva la Legión* y la paradójica *Viva la Muerte*. Tienen en común con las 62 cartas de los soldados republicanos analizadas, la forma nominal de tratamiento *camarada*, el tuteo generalizado, el léxico coloquial y la falta de formalidad.

Entre las cartas escritas por republicanos, el tuteo es la forma de tratamiento dominante. De las 62 cartas analizadas escritas por soldados republicanos, 54 usan tuteo, y de las ocho que usan la forma de más distancia *usted*, seis están dirigidas a sus padres. Asimismo, de las 33 cartas escritas por prisioneros republicanos desde la cárcel, 32 usan tuteo, menos una, dirigida a su madre, en la que perdura el trato de *usted*. El uso de tuteo incluso hacia los padres - contexto que se ha demostrado como el más conservador de las jerarquías tradicionales - demuestra la propagación del tuteo y del tono coloquial en las relaciones familiares.

- (8) Maruja, ves a ver a Engracia, vive en Artista 7, es familia de Carmen Barrero, di que está bien y *poneros* de acuerdo *vosotros*, nosotras hacemos la vida juntas. No os digo más por no poder. *Dar* muchos recuerdos a todos de mi parte y *recibir*⁷ un fuerte abrazo y un millón de besos de vuestra hija y hermana. Dionisia (carta de Dionisia Manzanero, 20 años, madrileña del distrito de Cuatro Caminos, miembro del Partido Comunista Español – PCE y una de las trece rosas).

Imposible no leer estos ejemplos sin pensar en los proyectos sociales, literarios y lingüísticos de estas personas que tuvieron en su mayoría un fin trágico. La travesía de Navarro Tomás y Antonio Machado una noche por los Pirineos, la ejecución de Lorca y de las llamadas trece rosas se diluyen en la bruma del tiempo y de los sueños de libertad e igualdad republicanos, pero se rescatan aquí en textos escritos por ellos o hacia ellos y que retratan sus esferas de afectos más íntimos, atravesados por esta deixis social en pleno proceso de cambio.

El conjunto documental y los ejemplos de este capítulo son excepcionales. Se trata de una muestra de gran valor acerca de lo coloquial en las interacciones personales y de cómo el lenguaje nos atraviesa en todos los momentos de nuestras vidas: en las relaciones sociales que nos constituyen y en la articulación con los momentos históricos que vivimos. Las formas de tratamiento traspasan nuestra manera de expresarnos, de relacionarnos, de vivir con los recursos de nuestro tiempo, nuestros sueños y afectos. Fue muy emocionante leer en este texto, junto a un análisis lingüístico primoroso y metodológicamente ejemplar, qué representaron, qué desearon, qué hicieron, cómo vivieron y qué legado nos dejaron las mujeres evocadas en las cartas: las trece rosas, las madrinas de la guerra, bien como las figuras históricas que participaron de distintos escenarios sociales: el inmigrante, el soldado, el poeta y el lingüista.

⁷ En la carta el uso de *vosotros*, como plural, se registra con la variante -r. Parece. pero no es un infinitivo.

Reflexiones finales

Esta recopilación de trabajos es antológica entre otras cosas por representar las voces del pasado y el rescate de la memoria social y subjetiva presente en todos nuestros intercambios cotidianos. A partir de cartas personales, cartas comerciales, mapas, datos recolectados en encuestas, sueños de diccionarios, himnos nacionales, debates presidenciales, medios de comunicación, inventarios, cronologías, búsqueda de metodologías y líneas de argumentación innovadoras se instaura un impactante juego de subjetividades. Las críticas y sugerencias que se presentan son para ampliar los campos de estudio y promocionar miradas múltiples sobre todo lo que implica describir la deixis social de lenguas como el español y el portugués. Me sentí inspirada por Hummel (2020), en este mismo volumen, quien presenta la idea, en el primer capítulo, de promocionar discusiones teóricas y metodológicas que hagan avanzar el campo de los estudios de formas tan complejas. Por las temáticas y las contribuciones de tamaño magnitud social me sentí invitada al diálogo. Los desafíos de la diacronía y la discusión de verdades instituidas a partir de una variedad tomada como referencia o modelo de lengua todavía son grandes. Los temas relacionados por cada autor a partir del conjunto singular de datos que analiza son tan instigadores que la necesidad de la discusión se instaura, mientras esperamos impacientes el próximo volumen.

Reitero que esta obra es un marco en la historia de las formas de tratamiento en portugués y en español por la calidad de las investigaciones presentadas, por el intento de diálogo entre la producción en estas dos lenguas coloniales. La agenda de trabajos señalada por los editores y que queda por venir es muy relevante, considerando elementos teóricos y metodológicos diversos relacionados al origen de las lenguas romances, a la definición de paradigmas, a temas y problemas de traducción y a metodologías y estudios de lingüística comparada entre lenguas románicas. Aporto también como contribuciones importantes para el campo de los estudios socio-pragmáticos de las formas de tratamiento: a) descripciones de variación pragmática y de descortesía, b) relaciones de poder entre variedades dominantes y no dominantes en lenguas pluricéntricas, c) la historia de contactos lingüísticos a partir de elementos de la historia social de las lenguas y; d) las relaciones de competencia y selección de variantes considerando la complejidad de los ambientes ecolingüísticos coloniales, post coloniales y, por qué no, decoloniales.

Referencias

ÁLVAREZ-LÓPEZ, Laura; BERTOLOTTI, Virginia. *Usos americanos de su merced en el siglo XIX*. *Lexis* 37, pp. 5-332, 2013.

ANDREAZZA, Maria Luiza; NADALIA, Sergio Odilon. “História da ocupação do Brasil”. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso. (eds.). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2011, pp. 57-72.

BALESTRA, Alejandra. “Formas de tratamiento en español: California y Nuevo México 1800-1900”. In: BALESTRA, Alejandra; MARTÍNEZ, Glenn; MOYNA, María Irene (eds.). *Recovering the US Hispanic Linguistic heritage: Sociohistorical Approches to Spanish in United States*. Houston, Arte Público, Press, 2008, pp. 75-88.

BARBOSA, Afranio Gonçalves. *Para uma história do português colonial: aspectos linguísticos em cartas de comérico*. Tesis doctoral. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

BERTOLOTTI, Virginia; COLL, Magdalena. “A synchronic and historical view of the *tú/vos* option in the Spanish of Montevideo”. In: MONTRUL, Siivina; ORDÓÑEZ, Francisco (eds.). *Linguistic theory and language development in Hispanic languages*. Somerville, Cascadilla Press, 2003, pp. 1-12.

BERTOLOTTI, Virginia. *A mí de vos no me trata ni usted ni nadie. Sistemas e historia de las formas de tratamiento en la lengua española en América*. Ciudad de México, UNAM/Universidad de la República de Uruguay, 2015.

BOSQUE, Ignacio; GUTIÉRREZ-REXACH. *Fundamentos de sintaxis formal*. Madrid, Akal, 2009.

CARAVEDO, Rocío. “La realidad subjetiva en el estudio del español de América”. In: NEUMANN HOLZSCHUH, Ingrid; NOLL, Vokel; ZIMMERMANN, Klaus (eds.). *El español en América, aspectos teóricos, particularidades y contactos*. Madrid/Frankfurt, Iberoamericana/Vervuert, 2005, pp. 17-32.

CARRICABURO, Norma. *Las fórmulas de tratamiento en el español actual*. 2. edición. Madrid, Arco Libros, 2015.

CHAUDENSON, Robert. “El misterio de las lenguas criollas españolas”. *Abehache*, 2/1, pp. 39-63, 2012. [edición y traducción VALDÉS, Rodrigo; COUTO, Leticia Rebollo. *Le Mystère des créoles espagnols*].

CHAUDENSON, Robert. *Creolization of language and culture*. Londres/Nueva York, Routledge, 2001. [edición y traducción Salikoko Mufwene, *Des îles, des hommes, des langues: essai sur la créolisation linguistique et culturelle*].

CLYNE, Michael (ed.). *Pluricentric Languages: Different Norms in Different Countries*. Berlin/Nueva York, Mouton de Gruyter, 1992.

CLYNE, Michael; NORRBY, Catrin; WARREN, Jane. *Language and human relations. Styles of address in contemporary language*. Cambridge, Cambridge University Press, 2009.

COLL, Magdalena. “Las formas de tratamiento nominales usadas por y para la población de origen africano en Montevideo en los siglos XVIII y XIX”. In: REBOLLO COUTO, Leticia; LOPES, Célia (eds.). *As formas de tratamento em português e espanhol: variação, mudança e funções conversacionais/Las formas de tratamiento en portugués y español: cambio, variación y funciones conversacionales*. Niterói, RJ: EdUFF, 2011, pp. 173-212.

CULPEPER, Jonathan. *Impoliteness. Using Language to Cause Offense*. Cambridge, Cambridge University Press, 2011.

CULPEPER, Jonathan; HOUGH, Michael; KADAR, Daniel Z. (eds.). *The Palgrave Handbook of Linguistic (Im)politeness*. Londres, Palgrave Macmillan, 2017.

DE JONGE, Bob; NIEUWENHUIJSEN, Dorien. “Formación del paradigma pronominal de las formas de tratamiento”. In: Company Company, Concepción (ed.). *Sintaxis histórica de la lengua española. Segunda parte: la frase nominal*. Ciudad de México: UNAM/Fondo de Cultura Económica, vol. 2, pp. 1595-671, 2009.

DEL VALLE, José. “La RAE y el español total: ¿esfera pública o comunidad discursiva?”. In: DEL VALLE, José. *La lengua ¿patria común?*. Madrid/Frankfurt, Iberoamericana/Vervuert, 2016, pp. 81-96.

DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia. “Do pronome nulo ao pleno: a trajetória do sujeito no Português do Brasil”. In: KATO, Mary; ROBERTS, Ian (eds.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993, pp. 107-28.

DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia. *A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro*. Tesis doctoral. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 1995.

FARACO, Carlos Alberto. “O tratamento *você* em português: uma abordagem histórica”. *Fragmenta*, 13, pp. 51-82, 1996.

FERNÁNDEZ, Mauro; GERHALTER, Katharina. Pronombres de segunda persona y fórmulas de tratamiento en español. Una nueva bibliografía (1867-2016). *Linguística en la Red.*, 2017. http://www.linred.es/informacion_pdf/informacion13_06072006.pdf

FONTANELLA DE WEINBERG, María Beatriz. “Sistemas pronominales de tratamiento en el mundo hispánico”. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta (eds.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, 1999, pp. 1400-25.

GARCÍA, Carmen; PLACENCIA, María Elena. *Estudios de variación pragmática en español*. Buenos Aires, Editorial Dunken, 2011.

GARCÍA, Carmen. “Different realizations of solidarity politeness: Comparing Venezuelan and Argentinean Invitations”. In: Schneider, Klaus y Barron, Anne (eds.). *Variational Pragmatics*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamin, 2008, pp. 269-305.

GRAVINA, Aline Peixoto. *A natureza do sujeito nulo na diacronia do PB: estudo de um corpus mineiro*. Master Tesis. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2008.

GRAVINA, Aline Peixoto. *Sujeito nulo e ordem VS no português brasileiro*. Tesis doctoral. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2014.

KATO, Mary Aizawa; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. “Mudança paramétrica e orientação para o discurso”. *XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, manuscrito, 2008.

KERBRAT ORECCHIONI, Catherine. *Les interactions verbales. Variations culturelles et échanges rituels*. Tomo III. Paris, Armand Colin, 1994.

KERBRAT ORECCHIONI, Catherine (ed.). *S’adresser à autrui: les formes nominales d’adresse en français*, Chambéry, Université de Savoie, 2010.

KERBRAT ORECCHIONI, Catherine. “Modelos de variações intraculturais e interculturais: as formas de tratamento nominais em francês”. In: REBOLLO COUTO, Leticia; LOPES, Célia (eds.). *As formas de tratamento em português e espanhol: variação, mudança e funções conversacionais/Las formas de tratamiento en portugués y español: cambio, variación y funciones conversacionales*. Niterói, RJ: EdUFF, 2011, pp. 19-44. [traducción Fernando Almeida y Leticia Rebollo Couto, *Les formes nominales d'adresse en français: variations intra et interculturelles*].

KERBRAT ORECCHIONI, Catherine. *Les débats de l'entre-deux-tours des élections présidentielles françaises. Constantes et évolutions d'un genre*. Paris, L'Harmattan, 2017.

KLUGE, Bettina. “Forms of address and community identity”. In: MOYNA, Concepción; RIVERA-MILLS (eds.). *Forms of address in the Spanish of the Americas*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2016, pp. 325-33.

LARA, Luis Fernando “Por una reconstrucción de la idea de lengua española”. In: DEL VALLE, José (ed.). *La lengua ¿patria común?*. Madrid/Frankfurt, Iberoamericana/Vervuert, 2016, pp. 163-81.

LIPSKI, John. “La conexión africana”. In: LIPSKI, John. *El español de América*. Madrid, Gredos, 1994, pp. 110-53 [traducción Silvia Iglesias Recuero].

LIPSKI, John. “Contacto de criollos y la génesis del español (afro)caribeño”. In: DÍAZ, Norma; LUDWIG, Ralph; PFÄNDER, Stefan (eds.). *La Romania americana: procesos lingüísticos en situaciones de contacto*. Frankfurt: Vervuert, 2002, pp. 53-95.

LIPSKI, John. “Nuevas perspectivas sobre el español afrodominicano.” In: VALDÉS BERNAL, Sergio (ed.). *Pensamiento lingüístico sobre el Caribe insular hispánica*. Santo Domingo: Academia de Ciencias de la República Dominicana, 2004, pp. 505-52.

LIPSKI, John. *A History of Afro-Hispanic Language*. Five centuries, five countries. Cambridge, Cambridge University Press, 2005.

LIPSKI, John. *Afro-Bolivian Spanish*. Madrid, Vervuert Iberoamericana: Lengua y Sociedad del Mundo Hispánico, v. 20, 2008.

LOPES, Célia Regina dos Santos; CAVALCANTE, Silvia Regina de Oliveira. “A cronologia do voceamento no português brasileiro: expansão de *você*-sujeito e retenção do clítico-*te*”. *Linguística*, 25, pp. 30-65, 2011.

LOPES, Célia Regina dos Santos; RUMEU, Márcia Cristina de Brito. “A difusão de *você* pelas estruturas sociais carioca e mineira dos séculos XIX-XX”, *LaborHistórico*, 1/1, 2015, pp. 12-25.

LOPES, Célia Regina dos Santos; SOUZA, Janaina de. “Os caminhos trilhados por *você*... em cartas cariocas (século XIX-XX)”. In: LOBO, Tânia *et al.* (eds.). *ROSAE: Linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador, BA: EDUFBA, 2012. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/67y3k/pdf/lobo-9788523212308-14.pdf>.

MARTINS, Marco Antonio *et al.* “Para um panorama sócio-diacrônico das formas de tratamento na função sujeito na região Nordeste”, *LaborHistórico*, 1/1, pp. 26-48, 2015.

MASELLO, Laura. “Variedades de la lengua y opciones del traductor literario: formas de tratamiento en portugués y en español”. In: REBOLLO COUTO, Leticia; LOPES, Célia (eds.). *As formas de tratamento em português e espanhol: variação, mudança e funções conversacionais/Las formas de tratamiento en portugués y español: cambio, variación y funciones conversacionales*. Niterói, RJ: EdUFF, 2011, pp. 473-96.

MELLO, Heliana. “Formação do português brasileiro sob a perspectiva da linguística de contato”. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso. (eds.). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2011, pp. 173-86.

MORENO CABRERA, Juan Carlos. *El nacionalismo lingüístico: una ideología destructiva*. Barcelona, Península, 2008.

MORENO CABRERA, Juan Carlos. “El número de hablantes de las lenguas”. In: MORENO CABRERA, Juan Carlos. *La igualdad e dignidad de las lenguas*. Madrid, Alianza Editorial (Alianza Ensayo; 154), 2010/2016, pp. 181-3.

MORENO CABRERA, Juan Carlos. *Los dominios del español. Guía del imperialismo panhispánico*. Madrid, Síntesis, 2014.

MORENO CABRERA, Juan Carlos. *Errores y horrores del españolismo lingüístico*. Tafalla, Txalaparta, 2015.

MORGAN, Terell; SCHWENTER, Scott. “Vosotros, ustedes, and the myth of the symmetrical Castilian pronoun system”. In: CUZA, Alejandro; CZERWIONKA, Lori; OLSON, Daniel (eds.). *Inquires in Hispanic linguistics. From theory to empirical evidence*. Amsterdam/Nueva York, John Benjamins, 2016, pp. 263-80.

MOYNA, María Irene; BLAS ARROYO, José Luis. “The Routledge Handbook of Spanish Pragmatics”. In: FELIX-BRASDEFER, César; KOIKE, Dale A. (eds.). *Pragmatic Variation and Terms of Address*. Londres, Routledge, 2020, pp. 1289-303.

MUFWENE, Salikoko S. *The Ecology of Language Evolution*. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

MUFWENE, Salikoko S. *Créoles, écologie sociale, évolution linguistique*. Paris, L’Harmattan, 2005.

MUHR, Rudolf. “The pragmatics of a pluricentric language: A comparison between Austrian German and German German”. In: SCHNEIDER, Klaus; BARRON, Anne (eds.). *Variational Pragmatics*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamin, 2008, pp. 211-44.

MUHR, Rudolph (ed.) “Non-Dominant Varieties of Pluricentric Languages. Getting the Picture”. *Österreichisches Deutsch – Sprache der Gegenwart*, 14. Berna, Peter Lang, 2012.

MUHR, Rudolph (ed.) “Pluricentric Languages and Non-Dominant Varieties Worldwide. Part I: Pluricentric Languages across Continents, Features and Usage”. *Österreichisches Deutsch – Sprache der Gegenwart*, 18, Berna, Peter Lang, 2016.

MUHR, Rudolph (ed.) “Pluricentric Languages and Non-Dominant Varieties Worldwide. Part II: The Pluricentricity of Portuguese and Spanish. New concepts and descriptions”. *Österreichisches Deutsch – Sprache der Gegenwart*, 18, Berna, Peter Lang, 2017.

MUHR, Rudolph; AMOROS NEGRE, Carla; FERNANDEZ JUNCAL, Carmen. (eds.) “Exploring Standards in Non-Dominant Varieties of Pluricentric Languages/Explorando estándares lingüísticos en variedades no dominantes de lenguas pluricéntricas. Getting the Picture”. *Österreichisches Deutsch – Sprache der Gegenwart*, 15, Berna, Peter Lang, 2013.

OLIVEIRA, Gilvan Muller de; ALTENHOFEN, Cléo V. “O in vitro e o in vivo da diversidade linguística do Brasil: inserção e exclusão do plurilinguismo na educação e na sociedade”. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso. (eds.). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2011, pp. 187-216.

PETER, Margarida. “A influência das línguas africanas no português brasileiro”. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso. (eds.). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2011, pp. 255-74.

PLACENCIA, María Elena. “Requests in corner shop transactions in Ecuadorian Andean and Coastal Spanish”. In: Schneider, Klaus y Barron, Anne (eds.). *Variational Pragmatics*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamin, 2008, pp. 307-32.

PLACENCIA, María Elena. “(Im)politeness and Regional Variation”. In: CULPEPER, Jonathan; HOUGH, Michael; KADAR, Daniel Z (eds.). *The Palgrave Handbook of Linguistic (Im)politeness*. Londres, Palgrave Macmillan, 2017, pp. 539-70.

RAMOS, Myriam Pereira Botelho. *Formas de tratamento no falar de Florianópolis*. Master Tesis. Florianópolis, SC: Universidad Federal de Santa Catarina, 1989.

REBOLLO COUTO, Leticia. “Mafalda y El laberinto del Fauno: el uso de vosotros en las clases de español lengua extranjera en Brasil”. In: REBOLLO COUTO, Leticia; LOPES, Célia (eds.). *As formas de tratamento em português e espanhol: variação, mudança e funções conversacionais/Las formas de tratamiento en portugués y español: cambio, variación y funciones conversacionales*. Niterói, RJ: EdUFF, 2011, pp. 533-89.

RIGATUSO, Elizabeth. “Las fórmulas de tratamiento del español bonaerense desde la perspectiva de la sociolingüística histórica”. *Analecta Malacitana*, 28/1, pp. 77-100, 2005.

RIGATUSO, Elizabeth. “Discurso de incorporación a la Academia Argentina de Letras: *A su merced... de su más humilde hijo*. Asimetrías e identidades en construcción: fórmulas de tratamiento y cortesía verbal en el español de Buenos Aires en la etapa colonial.” *Boletín de la Academia Argentina de Letras*, 73, pp. 297-8 y pp. 349-405, 2008.

SCHNEIDER, Klaus; BARRON, Anne (eds.). *Variational Pragmatics*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamin, 2008.

SILVA, Vera Lúcia Paredes. “Notícias recentes da presença do pronome *tu* no quadro do português falado no Rio de Janeiro”. In: REBOLLO COUTO, Leticia; LOPES, Célia (eds.). *As formas de tratamento em português e espanhol: variação, mudança e funções conversacionais/Las formas de tratamiento en portugués y español: cambio, variación y funciones conversacionales*. Niterói, RJ: EdUFF, 2011, pp. 245-62.

WIERZBICKA, Anna. “Making sense of terms of address in European languages through the Natural Semantic Metalanguage (NSM)”. *Intercultural Pragmatics*, 13/4, pp. 499-527, 2016.